

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E HISTÓRIA SOCIAL E DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS

DOUGLAS EDWARD FURNESS GRANDSON

**A HISTÓRIA NAS PEGADAS DO “SEU” KILOWATT: AS
RELAÇÕES ENTRE BRASIL E EUA POR MEIO DA AMFORP
(1936-1965)**

VITÓRIA

2022

DOUGLAS EDWARD FURNESS GRANDSON

**A HISTÓRIA NAS PEGADAS DO “SEU” KILOWATT: AS
RELAÇÕES ENTRE BRASIL E EUA POR MEIO DA AMFORP
(1936-1965)**

Tese apresentada à banca examinadora da Universidade Federal do Espírito Santo e aos convidados como requisito para a obtenção do título de doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) UFES.

Orientador: Professor Doutor Luiz Cláudio Moisés Ribeiro.

VITÓRIA

2022

**A HISTÓRIA NAS PEGADAS DO “SEU” KILOWATT: AS
RELAÇÕES ENTRE BRASIL E EUA POR MEIO DA AMFORP
(1936-1965)**

DOUGLAS EDWARD FURNESS GRANDSON

Aprovado em: 11/03/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. André Ricardo Valle Vasco Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo

Profa. Dra. Juçara Luzia Leite
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Alexandre Machionne Saes
Universidade Estadual de São Paulo

Prof. Dr. Cezar Teixeira Honorato
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Almerina da Silva Lopes
Universidade Federal do Espírito Santo

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

Furness Gr., Douglas Edward, 1989-

F988h A História nas pegadas do Seu Kilowatt: As relações entre Brasil e EUA por meio da AMFORP (1936-1965) / Douglas Edward Furness Gr.. - 2022. 566 f.: il.

Orientador: Luiz Cláudio M. Ribeiro.

Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. American & Foreign Power (AMFORP). 2. Reddy Kilowatt Inc.. 3. Seu Kilowatt. 4. Governo Vargas. 5. Publicidade. 6. Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Associadas (Caeeb). I. Ribeiro, Luiz Cláudio M.. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

Fortis Fortuna Advunae.
A Sorte favorece os corajosos.

Dedico esse trabalho aos meus pais,
Douglas Edward Furness Júnior (*in
memoriam*) e Michella Christ Rebello
Furness, sem os quais nada seria possível
para mim.

AGRADECIMENTOS

Com 32 anos de idade, percebo que ter a quem agradecer é uma situação muito feliz, mesmo que tudo tenha sido feito com o maior desprendimento possível. Esses quatro anos de formação, apesar da jornada solitária de pesquisa, não se passaram em solidão. Mesmo a pandemia do *Sars Covid-19* e a quarentena obstinada frente ao caos não geraram o afastamento.

À minha família, agradeço profundamente por todo o apoio, especialmente quando fiquei doente, em uma inesperada surpresa gerada pela Síndrome de Müller Fisher. Sem poder falar ou comer por cerca de dois meses e em recuperação das sequelas dessa doença autoimune, o amor que emanou de todos os meus familiares me encorajou a seguir.

Ao meu pai, Douglas Edward Furness Júnior (*in memoriam*), e à minha mãe, Michella Christ Rebello Furness, agradeço eternamente por tanto amor e cuidado, o que certamente me deixou um aprendizado sobre a vida, para além de tudo que me constitui. Em nossos momentos de lutas e alegrias compartilhadas eu aprendi o real significado da palavra companheirismo.

Aos meus amigos, agradeço por serem de verdade, daqueles que estão aí para o que der e vier. Sem dúvidas, a força de cada um deles me encorajou a seguir. Nos momentos de maior desafio, foram as conversas e as escutas que me deram energia para sonhar, para me recuperar e para voltar ao convívio alegre e extrovertido de pessoas tão especiais.

Agradeço ao professor Luiz Cláudio, pela confiança e pelo apoio que tornaram esse trabalho possível, mas, além disso, pela abertura dos caminhos de uma formação acadêmica. Agradeço ao professor por me permitir partilhar de experiências no Laboratório de História Regional do Espírito Santo e Conexões Atlânticas (LACES), grupo que tem se tornado cada vez mais importante para os estudos regionais do Espírito Santo e do Brasil.

Agradeço ao professor André Ricardo Valle Vasco Pereira por ter me proporcionado tantos conhecimentos de pesquisa em História e pelos debates profícuos que ele promoveu no grupo de estudos intitulado A Formação da Classe Trabalhadora Capixaba, do qual eu fiz parte de 2012 até 2015. Sem dúvidas, muitas informações e debates de anos atrás pairaram sobre meus pensamentos em momentos decisivos da pesquisa de doutorado.

Agradeço pelo apoio sólido e objetivo do Centro de Memória da Eletricidade, representado pela Maria Assunção, gerente do setor de Acervo e Pesquisa; ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, representado pelo historiador Tiago Alves, pelo apoio e diálogo profícuos; ao Arquivo Histórico de Porto Alegre; à Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, por me possibilitar ousar empreender, por meio dos documentos digitalizados, um trabalho com amplitude. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço pela coragem no estímulo e proteção da pesquisa nacional, sem os quais esse trabalho teria encontrado muitos percalços a mais pelo caminho.

Agradeço a todos que estiveram presentes em minha vida e que me apoiaram nesse momento decisivo, que foi o de investir valiosos da minha vida em uma pesquisa e na formação acadêmica. Sem dúvidas, eu sou alegre de ter concretizado esse esforço, sonhado por mim desde a minha entrada na Universidade Federal do Espírito Santo, em 2010, e alimentado por tantas pessoas durante o percurso trilhado até aqui.

Agradeço a Deus, por atender meus pedidos possíveis; por aceitar meus pedidos de perdão e por ouvir meus numerosos agradecimentos.

RESUMO

Essa tese é dedicada às relações político-econômico-culturais entre Brasil e EUA por meio da multinacional de serviços elétricos, transportes e telefonia, a American & Foreign Power (AMFORP). Utilizando a análise da imagem proposta por Peter Burke (2004), o esforço de pesquisa foi o de articular o estudo da publicidade da multinacional com as reações dos brasileiros à atuação do empreendimento no Brasil. Para tanto, a análise do discurso adaptada para historiadores de Ciro Cardoso (1997) e os conceitos propostos por André R. V. V. Pereira (2015) de noções, valores e concepções de mundo (estrutura mental); projeto (conjuntura), e propaganda (narrativas) são caros ao esforço historiográfico dessa pesquisa. Desse modo, a trajetória da pesquisa parte do *instrumento* da AMFORP no Brasil, o “Seu” Kilowatt, personagem publicitário que atuou nas zonas de concessão das subsidiárias da AMFORP e que teve funções educativas e políticas. Após identificar a atuação do personagem no Espírito Santo, são analisadas as *experiências* trazidas pela empresa ao Brasil em mais cinco estados, esforço que contou com a contribuição da análise do conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977) para a categorização das imagens. Após identificar que a empresa relegou a segundo plano o esforço de venda de produtos e serviços, dando prioridade à função de defesa de críticas do público por 18 anos de sua trajetória no Brasil, é empreendida uma análise dos discursos dos brasileiros sobre a empresa, com destaque ao período posterior à 2ª Guerra Mundial. Após o término do conflito, o país passou por um processo de redemocratização que deu possibilidade de as elites político-econômicas regionais confrontarem o poderio da companhia estrangeira, que estava, por sua vez, preparada para conter críticas feitas aos seus interesses, o que foi mobilizado por uma estrutura empresarial multidivisional (SAES, 2021). Desse modo, de 1945 até 1965 são analisados os “nós” discursivos gerados em torno da empresa nos principais jornais regionais, de modo a captar as regularidades da narrativa da empresa e as suas nuances conjunturais, das quais foram marcantes os seguintes momentos: de 1945 até 1949 ocorreram os *embates*; de 1950 até 1955 os *primeiros combates*, e de 1955 até 1962 os *grandes combates*. Após conjugar a análise da imagem publicitária à ação dos gerentes da empresa e confrontar as narrativas dos brasileiros com a iniciativa privada internacional, foram abordados os *interesses* da empresa no Brasil, de posse dos relatórios da AMFORP nos EUA e da Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), sediada no Rio de Janeiro. Apoiando-me na abordagem de Alberto Moniz Bandeira (2011) sobre a *rivalidade emergente* entre o Brasil e EUA e na literatura compilada por Bielschowsky (2004) acerca do pensamento econômico brasileiro foi possível alcançar a tese de que houve uma dissimulação dos agentes empresariais da AMFORP sobre a impossibilidade de equilibrar os interesses privados internacionais com aqueles públicos nacionais, o que gerou sérios conflitos entre estadunidenses e brasileiros. Foram mensuradas as capacidades de reação regional ao poderio empresarial no campo da esfera pública, nas quais os estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco apresentaram uma maior capacidade de fechar unanimidade em torno do protagonismo brasileiro no setor e de enfrentamento à empresa, enquanto Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Paraná enfrentaram os dissabores das dificuldades relativas aos serviços de eletricidade, transportes e telefonia, gerados pela falta de investimento privado e pela protelação da resolução dos problemas dos serviços pela multinacional.

Palavras-chave: Brasil; EUA; AMFORP; “Seu” Kilowatt.

ABSTRACT

This thesis is dedicated to political-economic-culture relations between Brazil and EUA through the multinational of electrical services, transports and telephony, The American & Foreign Power (AMFORP). Using the image proposed by Peter Burke (2004), the research effort was to articulate the publicity studying of the multinational with the Brazilians' reactions to the venture's performance in Brazil enterprise. Therefore, the discourse analysis adapted for historians of Ciro Cardoso (1997) and the concepts proposed by Andre R.V.V. Pereira (2015) of notions, values and concepts worldviews (Mental structure); Project (conjuncture), and advertisements (narratives) are expensive to the historiographical effort of this research. Thus, the research trajectory starts from the AMFORP instrument in Brazil, the "Seu" Kilowatt, an advertising character who worked in the concession areas of AMFORP subsidiaries and who had educational and political functions. After identifying the character's performance in Espírito Santo, the experiences brought by the company to Brazil in five more states are analyzed, an effort that had the contribution of the content analysis proposed by Laurence Bardin (1977) for the categorization of images. After identifying that the company has relegated the effort to sell products and services to the background, giving priority to the defense of public criticism for 18 years of its trajectory in Brazil, an analysis of the speeches of Brazilians about the company is undertaken, with emphasis on to the period after World War II. After the end of the conflict, the country went through a process of redemocratization that made it possible for the regional political-economic elites to confront the power of the foreign company, which was in turn prepared to contain criticisms made to its interests, which was mobilized by a multidivisional business structure (SAES, 2021). After identifying that the company relegated its efforts to the background, from 1945 to 1965, the discursive "nodes" generated around the company in the main regional newspapers are analyzed, in order to capture the regularities of the company's narrative and its conjunctural nuances of which the following moments were remarkable: from 1945 to 1949 there were clashes; from 1950 to 1955 the first combats, and from 1955 to 1962 the major combats. After combining the analysis of the advertising image with the action of the company's managers and confronting the narratives of Brazilians with the international private initiative, the interests of the company in Brazil were addressed, in possession of the reports of AMFORP in the USA and of Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras. (CAEEB), headquartered in Rio de Janeiro. I supported me on the approach of Alberto Moniz Bandeira (2011), on the emerging rivalry between Brazil and the USA and on the literature compiled by Bielschowsky (2004) on Brazilian economic thought, it was possible to reach the thesis that there was a dissimulation of the business agents of AMFORP on the impossibility of balancing international private interests with national public ones, which generated serious conflicts between Americans and Brazilians. The capacities of regional reaction to business power in the field of the public sphere were measured, in which the states of Rio Grande do Sul and Pernambuco showed a greater capacity to close unanimity around the Brazilian role in the sector and to confront the company, while Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de Janeiro and Paraná faced the inconvenience of difficulties related to electricity, transport and telephony services, generated by the lack of private investment and the delay in solving the problems of services by the multinational.

Keywords: Brazil; EUA; AMFORP, "Seu" Kilowatt.

ABSTRACTO

Esta tesis está dedicada a las relaciones político-económicas-culturales entre Brasil y los EE.UU. a través de la multinacional de servicios de electricidad, transporte y telefonía, American & Foreign Power (AMFORP). Utilizando el análisis de imagen propuesto por Peter Burke (2004), el esfuerzo de investigación fue articular el estudio de la publicidad de la multinacional con las reacciones de los brasileños ante el desempeño de la empresa en Brasil. Para ello, se utilizó el análisis del discurso adaptado para historiadores por Ciro Cardoso (1997) y los conceptos propuestos por André R. V. V. Pereira (2015) de nociones, valores y concepciones del mundo (estructura); proyecto (coyuntura), y propaganda (narrativas) son caras al esfuerzo historiográfico de esta investigación. Así, la trayectoria de la investigación parte del *instrumento* de AMFORP em Brasil, el “Seu” Kilowatt, personagem publicitário que actuaba en las áreas de concesión de las filiales de AMFORP y que tenía funciones educativas y políticas. Después de identificar el papel del personagem em Espírito Santo, se analizan las experiencias traídas por la empresa a Brasil em cinco estados más, esfuerzo que contó con la contribución del análisis de contenido propuesto por Laurence Bardin (1977) para la categorización de las imágenes. Tras identificar que la empresa relegó a un segundo plano el esfuerzo por vender productos y servicios, primando la defensa de la crítica pública durante 18 años de su trayectoria en Brasil, se emprende un análisis de los discursos sobre la empresa, con énfasis en el período posterior a la Segunda Guerra Mundial. Tras la finalización del conflicto, el país atravesó un proceso de redemocratización que posibilitó que las elites político-económicas regionales confrontaran el poder de la empresa extranjera, que a su vez estaba preparada para contener las críticas a sus intereses, la cual fue movilizadora por una estructura multidivisional (SAES, 2021). Así, desde 1945 hasta 1965 se analizan los “nodos” discursivos generados en torno a la empresa en los principales diarios regionales, con el fin de captar las regularidades de la narrativa de la empresa y sus matices coyunturales, de los cuales se destacan los siguientes momentos: de 1945 a 1949 hubo *enfrentamientos*; de 1950 a 1955 los *primeiros combates*, y de 1955 a 1962 los *combates maiores*. Después de combinar el análisis de la imagen publicitaria con la acción de los gerentes de la empresa y confrontar las narrativas de los brasileños con la iniciativa privada internacional, se abordaron los *intereses* de la empresa em Brasil, en posesión de los informes de AMFORP en los EE.UU. y de Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), con sede em Rio de Janeiro. Apoyándose em el abordaje de Alberto Moniz Bandeira (2011) sobre la rivalidad emergente entre Brasil y EE.UU. y em la literatura compilada por Bielschowsky (2004) sobre el pensamiento económico brasileño, fue posible llegar a la tesis de que hubo un disimulo de los agentes de negocios de AMFORP em la imposibilidad de equilibrar los intereses privados Internacionales con los públicos nacionales, lo que generó sérios conflictos estadounidenses y brasilenõs. Se midieron las capacidades de reacción regional al poder empresarial em el campo de la esfera pública, en la que los estados do Rio Grande do Sul y Pernambuco mostraron una mayor capacidad para cerrar la unanimidad em torno al protagonismo brasileño em el sector y de enfrentamientos con la empresa, mientras que Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Río de Janeiro e Paraná entretaron el inconveniente de dificultades relacionadas com los servicios de electricidad, transporte y telefonía, generadas por la falta de inversión privada y la demora em la solución de los problemas de servicios por parte de la multinacional.

Palabras clave: Brasil; EE.UU.; AMFORP; “Seu” Kilowatt.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Wired Wonderland	38
Figura 2 – Ashton Collins	49
Figura 3 – Reddy Kilowatt	49
Figura 4 – Wired Wonderland.....	50
Figura 5 – Reddy made a magic.....	51
Figura 6 – The might atom	51
Figura 7 – Gravata do Reddy Kilowatt	52
Figura 8 – Willie Wirehand.....	52
Figura 9 – Reddy’s Kilowatt and Flame	52
Figura 10 – Se seus olhos pudessem falar.....	56
Figura 11 – Meu amiguinho	59
Figura 12 – Sacrifício é isto!	59
Figura 13 – Nem tudo mudou tanto!	60
Figura 14 – Cuidado meus amiguinhos.....	60
Figura 15 – Melhor do que uma joia!.....	61
Figura 16 – Até na praça pública	61
Figura 17 – Mascote.....	65
Figura 18 – Soube ajudar o marido a vencer na vida!.....	70
Figura 19 – Solte minhas mãos	70
Figura 20 – “Pegar no pesado” é minha sina!	71
Figura 21 – Sou pau pra toda obra	71
Figura 22 – Dispêndio compensador.....	72
Figura 23 – A terra em si é de tal maneira graciosa	72
Figura 24 – Meu coração é de todos	73
Figura 25 – Um bom funcionário	73
Figura 26 – “Coopere, gastando pouco”	76
Figura 27 – Maneira errada!.....	76
Figura 28 – Cuidado com o que vê, ouve e fala.....	77
Figura 29 – Em guarda!.....	78
Figura 30 – O trabalho e a guerra	79
Figura 31 – Honra e méritos iguais	79
Figura 32 – Construindo a estrada da Vitória	80
Figura 33 – Sub-alimentado!.....	81
Figura 34 – A Guerra me pegou!	81

Figura 35 – Parada dura!	82
Figura 36 – Com que roupa?	83
Figura 37 - SOS.....	85
Figura 38 – Zonzo	85
Figura 39 – Resistência de materiais	86
Figura 40 – Contraste	87
Figura 41 – Das duas, uma	88
Figura 42 – A Alta vertiginosa	88
Figura 43 – Não haverá “passe” de mágica	89
Figura 44 – The big three	92
Figura 45 – Dr. Roosevelt new taxes	92
Figura 46 – Convalescença	92
Figura 47 – Aderindo a fuzarca!	94
Figura 48 – Fora do sério!	95
Figura 49 – Plantando para o bem do país	100
Figura 50 – Para o bem de todos aqui ficarei	121
Figura 51 – Tal como esta árvore, criei raízes profundas	122
Figura 52 – Plantando para o bem do país	124
Figura 53 – Conto das mil e uma noites	125
Figura 54 – Cinderela, Aladin, “Seu” Kilowatt.....	125
Figura 55 – Com botas de sete léguas	126
Figura 56 – A opinião pública e o ferro elétrico	128
Figura 57 – História sem palavras	128
Figura 58 – Para trás seu moço!	129
Figura 59 – Deixe-os dançar!	129
Figura 60 – Antigamente, tomar um refresco.....	130
Figura 61– Antigamente, ouvir grandes interpretações.....	130
Figura 62 – Para você!	138
Figura 63 – Solte minhas mãos!.....	138
Figura 64 – Soube como ajudar o marido a vencer na vida!	139
Figura 65 – Senhoras, declaremos guerra ao trabalho	139
Figura 66 – Os “papagaios e “arraias” através dos séculos	144
Figura 67 – Hey Kids!.....	144
Figura 68 – Pague eletricidade no banco	145

Figura 69 – São João	145
Figura 70 – Quantos somos?	146
Figura 71 – Semana da árvore	147
Figura 72 – Salve o bombeiro brasileiro	148
Figura 73 – 15 de novembro de 1889	150
Figura 74 – Tiro o chapéu Marconi	150
Figura 75 – Nunca tantos deveram tanto a dois homens	151
Figura 76 – No time clock on my job!	154
Figura 77 – Um bom funcionário	154
Figura 78 – Maneira errada!.....	159
Figura 79 – Sacrifiquemo-nos também!.....	159
Figura 80 – Este pode ser seu vizinho!	162
Figura 81– Tarifas adequadas de eletricidade significam progresso!	162
Figura 82 – Cuidado com o peak	163
Figura 83 – Com que roupa?	168
Figura 84 – Cuidado com o peak	246
Figura 85 – Luz sem força.....	255
Figura 86 – Vae subir!.....	255
Figura 87 – Cidade presépio?	270
Figura 88 – Cidade presépio?	271
Figura 89 – Cidade presépio?	272
Figura 90 – Cidade presépio?	272
Figura 91 – Hamilton José de Araújo.....	296
Figura 92 – Este pode ser seu vizinho.....	304
Figura 93 – Até quando posso acreditar em boatos?.....	373
Figura 94 – Venda de 9.800 ações	405
Figura 95 – Eletrobrás-CAEEB eleven distribution systems	467
Figura 96 – Chapter VI - Implementation.....	468
Figura 97 – Las carícias de K-Listo	481
Figura 98 – El mameyazo de la escalinata	481

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Números sobre a centralização da campanha da AMFORP	115
Gráfico 2 – Frente empresarial e política	116
Gráfico 3 – Tendências de atuação da publicidade da AMFORP	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – <i>Ranking</i> de categorias.....	117
Tabela 2 – A estrutura da CAEEB	402
Tabela 3 – Sistemas Eletrobrás	466
Tabela 4 – Amostras e jornais selecionados.....	542
Tabela 5 – Das categorias produzidas com base nos dados encontrados nas amostras.....	542
Tabela 6 – Das subcategorias	543
Tabela 7 – Das chaves de inclusão para a formação das categorias e subcategorias	544
Tabela 8 – Sobre a tendência de centralização da mensagem da AMFORP através de suas subsidiárias por ano	562
Tabela 9 – Verificação das tendências das categorias de análise por ano.....	563
Tabela 10 – Das subcategorias por ano.....	564
Tabela 11 – Das imagens empresariais e políticas	565

LISTA DE SIGLAS

ADS – American Depository Shares
ADR – American Depository Receipts
ALES – Assembleia Legislativa do Espírito Santo
AMFORP – American & Foreign Power Inc.
BB – Banco do Brasil
BAPCO – Bahrain Petroleum Company
BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
CAEEB – Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras
CBEE – Companhia Brasileira de Energia Elétrica
CCBFE – Companhia Central Brasileira de Força Elétrica
CEEB – Companhia Energia Elétrica da Bahia
CEEE – Comissão Estadual de Energia Elétrica
CEERG – Companhia Energia Elétrica Rio Grandense
CELFL – Centrais Elétricas Fluminenses
CELUSA – Centrais Elétricas de Urubupungá
CEPAL – Comissão de Estudos para a América Latina
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
CFLMG – Companhia Força e Luz de Minas Gerais
CFLNB – Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil
CFLP – Companhia Força e Luz do Paraná
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CHEVAP – Centrais Hidrelétricas do Vale do Paraíba
CHERP – Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
COAP – Comissão de Abastecimento e Preços
COFAP – Comissão Federal de Abastecimento e Preços
COMAP – Comissão Municipal de Abastecimento e Preços

COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica
COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNAEE – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CNP – Conselho Nacional do Petróleo
DAE – Departamento de Águas e Energia
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DNAE – Divisão Nacional de Águas e Energia
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
EBASCO – Electric Bond and Share Corporation
EEB – Empresas Elétricas Brasileiras
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras
EXIMBANK – Export and Import Bank
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNM – Fábrica Nacional de Motores
FTC – Federal Trade Commission
GE – General Electric
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ITT – International Telephone and Telegraph
JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento
MIAG – Ministério da Agricultura
MME – Ministério de Minas e Energia
MITIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
NRECA – National Rural Electric Cooperative Association
PCB – Partido Comunista do Brasil
PCO Tramways – Pernambuco Tramways
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima
PL – Partido Liberal

PR – Partido Republicano
PRP – Partido Republicano Progressista
PRT – Partido Republicano Trabalhista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido da Social Democracia
PSP – Partido Social Progressista
PST – Partido Social Trabalhista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
RAF – Royal Air Force
RAAPES – Revista do Arquivo Público do Espírito Santo
STF – Supremo Tribunal Federal
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito
SVOP – Secretaria de Viação e Obras Públicas
TVA – Tennessee Valley Authority
UDN – União Democrática Nacional
UPE – União Paranaense dos Estudantes
UPES – União Paranaense dos Estudantes Secundaristas

SUMÁRIO

Introdução	22
Capítulo 1: O instrumento	39
1.1. A empresa a sua publicidade: Da J.P. Morgan às subsidiárias da AMFORP no Brasil.....	39
1.1.1. Estudos sobre a AMFORP	41
1.1.2. A AMFORP e o Brasil	43
1.1.3. Reddy Kilowatt: A humanização dos serviços elétricos.....	48
1.2. O “Seu” Kilowatt: o criado elétrico. A versão brasileira da mascote.....	55
1.2.1. O enredo da História através do “Seu” Kilowatt, o criado elétrico.....	63
1.2.2. “Seu” Kilowatt, “pau pra toda obra”	65
1.2.3. Fase 1) O bom funcionário	68
1.2.4. Fase 2) “Cuidado com o que vê, ouve e fala”	75
1.2.5. Fase 3) “Subalimentado, o ‘Seu’ Kilowatt está zonzo”	81
1.3. “Seu” Kilowatt em A Época, Folha Capixaba, A Tribuna e Vida Capichaba.....	87
1.4. As convenções de imagem presentes no caso do “Seu” Kilowatt.....	90
1.5. Adaptando o malandro.....	93
1.6. Considerações parciais	97
Capítulo 2: As experiências.....	101
2.1. Produção de sentidos?	103
2.1.1. As vias de atuação do “Seu” Kilowatt.....	110
2.1.2. Características gerais da campanha da AMFORP	112
2.2. A criação de afetividade e o discurso do serviço.....	119
2.2.1. A venda de produtos e benefícios da eletricidade	127
2.2.2. A persuasão da mulher	132
2.2.3. Instrução pública	140
2.2.4. Apoio as autoridades	145
2.2.5. Referências a personagens históricos do Brasil e estrangeiros	149
2.2.6. A domesticação do trabalhador	153
2.2.7. Economia de guerra.....	157
2.2.8. A fase de defesa de críticas: O “Seu” Kilowatt perde os superpoderes	160

2.3. Considerações parciais	164
Capítulo 3: Os embates	169
3.1. Debates sobre o desenvolvimento industrial brasileiro	171
3.2. A ação social dos gerentes	175
3.3. A AMFORP na Democracia: Os contratos no Após Guerra	195
3.3.1. As tarifas, os salários e a deficiência dos serviços	196
3.3.2. As deficiências nos serviços e as soluções paliativas.....	207
3.3.3. A diferença do caso gaúcho.....	225
3.4. Considerações parciais	243
Capítulo 4: Os primeiros combates	247
4.1. “Seu” Kilowatt, amigo da onça: a AMFORP no segundo governo Vargas	249
4.2. Considerações parciais	302
Capítulo 5: Os grandes combates	305
5.1. O escravinho Kilowatt: o processo de encampação no Rio Grande do Sul	305
5.2. “O senador Kilowatt”: os combates entre a Tramways e Pernambuco	338
5.3. Considerações parciais	370
Capítulo 6: Os interesses e estratégias	374
6.1. Entre os interesses públicos e privados	374
6.1.1. A dissimulação dos agentes da AMFORP	379
6.1.2. Do início promissor às moedas depreciadas na América Latina e no Brasil.....	382
6.1.3. Pressionando governos por câmbio e tarifas	387
6.1.4. Dos serviços públicos ao Programa de Diversificação dos Investimentos...396	
6.1.5. A efetividade da estrutura multidivisional descentralizada no Brasil: a atuação da CAEEB na dissimulação do capital no Brasil	399
6.2. As vitórias da AMFORP NO Brasil	415
6.3. A guisa de conclusão: As estratégias não ditas da AMFORP/ CAEEB	464
7. Conclusão final.....	469
Referências bibliográficas	482
Apêndices	542

INTRODUÇÃO

Subdesenvolvimento não se improvisa, é obra de séculos.

Nelson Rodrigues

O Brasil Republicano foi erigido em uma fase do capitalismo marcada pela Segunda Revolução Industrial, ocorrida em países da Europa e nos Estados Unidos. Entretanto, o país se manteve na periferia do desenvolvimento capitalista, participando da divisão internacional do trabalho com a venda de produtos primários em uma economia agrário-exportadora (SAES, 2010).

O novíssimo setor de serviços à época, como os transportes por carros eletrificados (no Brasil, chamados de bondes) (MAGALHÃES, 2012); a produção e distribuição de eletricidade; a iluminação pública elétrica e o uso de telefones passaram a representar a ponta da modernidade no período de formação dos impérios europeus do século XIX (NYE, 1992; HOBSBAWN, 2011).

Esses e outros temas, como o petróleo e a siderurgia, também próprios da Segunda Revolução Industrial, entraram no campo de preocupações das elites econômicas e políticas brasileiras, cada qual em um contexto específico. A eletricidade, já no início do século XX, o petróleo e a siderurgia com maior intensidade após a Primeira Guerra Mundial.

Alexandre Saes, em seu livro *Conflitos de Capital: Light versus CBEE (1898-1927)* (2010), demonstrou como as economias agrário-exportadoras latino-americanas absorveram as inovações advindas do centro econômico europeu e estadunidense, especificamente o setor de serviços elétricos. O acúmulo de capitais em países, como Alemanha, EUA, França e Inglaterra, fez com que bancos, grupos de investimentos, engenheiros e advogados formassem empresas *holdings* para atuar no exterior, com uma natureza essencialmente comercial.

Os professores Willian Hausman, Peter Hertner e Mira Wilkins produziram o importante livro, *Global Electrification*, um marco sobre a história da eletrificação mundial. E nessa obra, eles identificam as características dessas *holdings*, que teriam o capital em países distintos das sedes e com destinos diferentes de sua origem. Em linhas gerais, as *holdings* eram empresas formadas unicamente para o aproveitamento de oportunidades de investimentos em outros países, tanto centrais como periféricos, chamadas de

*Untermergeschäft*¹, que são empreendimentos sem enraizamento operacional nos países de origem do capital (HAUSMAN, et al., 2008).

A instalação dessas *holdings* em países com legislação favorável à atuação mais livre do dinheiro foi pautada em escolhas racionais das diversas burguesias europeias e estadunidenses. Interessante, nessa obra, é destacar a diversidade de atores que agiram para a formação dessas empresas de serviços e para o avanço de tais empreendimentos por todo o mundo, como investidores; empresas de captação de capital; engenheiros e advogados (HAUSMAN, et al., 2008).

Alexandre Saes (2010) identificou a chegada de um dessas empresas *holdings* no Brasil, que foi a Light, de capital inglês e estadunidense com sede no Canadá, mostrando as lutas travadas entre o capital estrangeiro e o capital nacional. Vale destacar que esses empreendimentos eram iniciados por contatos entre empresários que encontravam mercados promissores, como era o caso do Brasil, e que faziam toda a teia de contatos para operarem serviços no país, como foi o caso da Light (SAES, 2010).

E a disputa com a família Guinle, proprietária da Companhia Brasileira de Força Elétrica (CBEE) foi a demonstração do poder absorvente e extremamente combativo do capital forasteiro. As disputas foram em torno das concessões de serviços em eletricidade e transportes em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, as quais foram vencidas pelos canadenses. Portanto, quem partiu na frente no setor teve mais recursos para se estabelecer em outros mercados, utilizando as legislações de outros países e estabelecendo contatos com parte das elites locais para obterem concessões, permissões para uso de quedas de água e a construção de usinas hidroelétricas (SAES, 2010).

O mercado internacional de eletricidade foi hegemonizado pela Light, canadense e com capitais ingleses e estadunidenses, e pela Sofina, sediada na Bélgica e com capitais de origem alemã. Bancos, agências de seguros ou de ativos e investidores individuais atraíam ou eram atraídos por engenheiros ou empreendedores que formavam empresas para atuar

¹ Esse termo alemão, utilizado pelos autores do livro *Global Electrification*, significa uma empresa de investimento em seu país de origem com uma face de operação no país alvo. Essas empresas se instalavam em países com uma legislação favorável ao movimento de capitais e operavam em qualquer outro com oportunidades de rentabilidade. Em linhas gerais, é uma multinacional de investimento para uns e operacional para outros.

em lugares com oportunidades de multiplicar valores, e isso dentro de uma governança corporativa (*Corporate governance*) (HAUSMAN et al., 2008).

A tese dos autores de *Global Electrification* é a de que todo o setor de eletricidade, de ponta a ponta, produção, transmissão e distribuição, desenvolveu-se pelo mundo através dessas multinacionais, do tipo *Undernärmergesellschaft*, intrinsecamente ligadas com o setor financeiro internacional. Desse modo, o mercado de capitais que constituiu as empresas de eletricidade estava voltado aos lucros e ao pagamento de dividendos aos acionistas que investiam nas empresas nos países alvo.

O Brasil foi inserido nessa lógica. Antes da conhecida Revolução de 1930, a Light passou a ser acompanhada pela *American Foreign and Power* (AMFORP), de origem estadunidense. A neófito na região comprou as concessões da CBEE e passou a dividir os mercados de serviços no Brasil com a já estabelecida Light. O caso da AMFORP se encaixa no tipo de empreendimento destacado pelos professores Hausman, Hertner e Wilkins, pois tinha origem no grupo J.P. Morgan, comandada pela *Electric Bond and Share*, ambos estadunidenses, e criada especialmente para atuar na América Latina. A partir de então, o mercado mundial de serviços em eletricidade passou a ser dominado pela Light e pela AMFORP, haja vista a retração da Sofina com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, especialmente para a economia alemã (HAUSMAN et al., 2008).

No Brasil, a AMFORP criou as Empresas Elétricas Brasileiras (EEB), posteriormente nomeada de Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), no Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1927, para se viabilizar juridicamente e se expandir no país. Desse ponto em diante, a CAEEB foi acertando contratos com prefeituras e com estados e adquirindo concessões de hidroelétricas e termelétricas, assim como das redes de distribuição (RIBEIRO, 2013).

Portanto, toda a nova cultura proveniente da eletricidade e de seus usos, assim como o *know how* e o capital que se estabeleceu no Brasil, foram atribuições estrangeiras, de empresas *Titans*, verdadeiros Impérios de Luz (*Empires of Light*) (JONNES, 2004). E diferente das disputas travadas entre o capital estrangeiro e o nacional, as multinacionais se mantiveram harmoniosas entre si no território brasileiro, dividindo os filões regionais.

Nessa tese de doutorado, estudamos as relações entre o Brasil e os Estados Unidos da América, por meio da AMFORP, em busca da integração entre a publicidade da empresa

com os estudos sobre a trajetória empresarial e os embates ocorridos entre as elites políticas brasileiras e a multinacional. Elencamos alguns motivos iniciais pelos quais essa tese é essencial para algumas searas de estudos: Em primeiro lugar, os campos da Publicidade e da História, que se preocuparam com a análise de imagens publicitárias do período de 1930 a 1940, elencaram as imagens da AMFORP, dentre várias, indicando uma força cultural vinda dos EUA ou de educação direcionada para a mulher, sem entrelaçá-la com análises sobre a empresa. As imagens aparecem como símbolos dos fluxos da cultura estrangeira no Brasil, sem valorizar devidamente o produtor da imagem e as suas estratégias empresariais e políticas. Em segundo lugar, os estudos de História Empresarial sobre a AMFORP, que se dedicaram às ações comerciais do empreendimento, simplesmente não citam a publicidade da empresa. E em terceiro lugar, nenhum dos dois campos anteriores permitiu que as vozes dos brasileiros fossem escutadas nos embates ocorridos contra a empresa, perdendo toda a riqueza da análise sobre as percepções dos intelectuais e das elites políticas municipais, estaduais e federais no tocante aos temas do desenvolvimento econômico, do progresso, do papel das multinacionais no setor de serviços, do papel das autoridades e, principalmente, das reações dos diversos campos políticos regionais às ações das subsidiárias da AMFORP (FURNESS, 2019).

Então, propomos, nessa tese, uma perspectiva de estudo da integração da empresa com a sua publicidade e da análise das reações políticas brasileiras às ações da AMFORP. Isso em um período histórico particularmente especial, haja vista a quantidade de conjunturas distintas e eventos marcantes com estímulos ao debate sobre o desenvolvimento econômico brasileiro.

Desse modo, contribuímos com a valorização dos estudos sobre a presença e ação de uma empresa multinacional de grande porte, que atuou no Brasil de 1927 a 1965, em um setor de serviços essencial para o projeto de industrialização do Brasil. Através das imagens publicitárias e das ações da empresa por meio de seus gerentes, é possível compreender a ação política e empresarial da AMFORP, em um nível mais estrito, assim como, em um nível mais amplo, do fluxo cultural que ocorreu entre os países, especialmente entre 1936 e 1965, e das relações econômicas entre o Brasil e os EUA.

Por outro lado, a análise das falas e das lutas de brasileiros contra a AMFORP, em distintas conjunturas, em vívidos embates e conciliações que mobilizaram o debate

público sobre os investimentos, a geração, a transmissão e a distribuição de eletricidade no Brasil, permitem a compreensão e a análise dos cálculos dos atores envolvidos em distintos cenários político econômicos, destacando as iniciativas dos dois lados: tanto da empresa, quanto das elites políticas brasileiras.

Percebemos a necessidade dessa integração entre publicidade e empresa pelo fato de a AMFORP ter distribuído uma publicidade longa e dialógica com o público através de jornais e revistas de 1936 a 1962. Em um artigo publicado pela Revista do Arquivo Público do Espírito Santo (RAAPES), intitulado *A Central Brasileira nas pegadas do Sr./Seu Kilowatt: publicidade e política na sociedade capixaba de 1936-1950*, enumeramos as primeiras funções que descobrimos do personagem da empresa, que eram: 1) criação de afetividade com o público; 2) venda de produtos; 3) educação da mulher; 4) instrução pública; 5) defesa de críticas feitas à empresa; 6) educação do trabalhador; 7) referência a personagens nacionais; 8) referência a personagens estrangeiros; 9) apoio a autoridades, e 10) o Kilowatt de guerra.

Por meio dessa tese, pudemos confirmar tais categorias, divididas em três fases, já indicadas no referido artigo da RAAPES: 1) fase de venda de produtos e serviços; 2) fase de guerra; 3) fase de defesa de críticas feitas a empresa (FURNESS, 2017a). Naquele estudo, entretanto, o recorte foi limitado até 1950, e, no trabalho atual, pudemos comprovar que a primeira fase durou de 1936 a 1942; a segunda, de 1942 a 1945; e a terceira, o maior período, de 1945 a 1962.

A AMFORP lançou uma publicidade defensiva, envolvendo a necessidade do aumento de tarifas por conta de dificuldades financeiras por 18 anos, e esse fator, em especial, deixa óbvia a necessidade de compreender que tipo de publicidade foi essa que não tinha como principal frente a venda de produtos ou serviços, mas, sim, estabelecer-se através da criação de afetividade com o público e se defender de críticas usando argumentos liberais. Seguindo as indicações de Peter Burke, sobre o *testemunho ocular da História*, analisamos as imagens, levantando questões pertinentes sobre o tema de estudos (BURKE, 2004). A partir dessas questões, outros indícios foram contribuindo para um entendimento da atuação da AMFORP no Brasil e das relações desse país com os EUA.

O estudo tem avançado com outros textos já publicados, como: *O Discurso do Serviço: Técnicas de enraizamento empresarial norte-americana através da AMFORP no Brasil. 1936-1962* e *A mulher nas pegadas do “Seu” Kilowatt: afinidades eletivas entre Brasil*

e *EUA (1936-1962)* (FURNESS, 2020a; FURNESS, 2020b). Em ambos, pudemos aquilatar melhor as intenções e a possibilidade de circulação de uma publicidade desse teor desde o período 1936, já no governo Constitucional de Getúlio Vargas (1934-1938), passando pela ditadura (1938-1945) e, depois, adentrando o período democrático (1945-1964).

De maneira alguma é aceitável a exclusão do personagem da AMFORP em uma pesquisa que lide com a história da empresa, pois estes estudos podem auxiliar muito na compreensão e explicação, não só da iniciativa de um agente estrangeiro no Brasil, como da concordância e aceitação da elite política relacionada com Vargas dessa presença tão difundida, e, posteriormente, dos embates ocorridos em torno da empresa do “Seu” Kilowatt.

Defendemos a tese de que a AMFORP / CAEEB, por meio de seus agentes, dissimularam a impossibilidade de equilíbrio entre lucros privados internacionais e desenvolvimento emergente, o que contou com diferentes reações nos entes federativos no Brasil. O conceito de dissimulação, utilizado por Reinhart Koselleck, foi de grande valia para essa tese, pois ele indica a atuação de indivíduos que agem em suas atividades, colocando-se de forma desinteressada ao público, como se estivessem realizando elaborações e ações imparciais, o que dista dos efeitos reais de seus atos.

Ao analisar o iluminismo na Alemanha e na França, o historiador Reinhart Koselleck indicou os efeitos concretos dos textos iluministas para as monarquias em seu texto *Crítica e Crise*, salientando as formas de dissimulação utilizadas pelos intelectuais para se blindarem da perseguição absolutista (KOSELLECK, 1999). O deslocamento temporal e espacial não alarga ou esgarça o conceito, pois as relações entre agentes do capital, seus acionistas e o público-alvo podem conter o mesmo teor.

Ao se instalar em um país, uma empresa multinacional em busca de oportunidades avaliava as condições políticas e econômicas da região para direcionar os investimentos. E é através dos relatórios da AMFORP e da CAEEB que encontramos a amarração entre: a publicidade da empresa; a longa crise de fornecimento de serviços públicos no Brasil e a sequência de conflitos entre brasileiros e o empreendimento estrangeiro.

A compreensão sobre a natureza econômica brasileira, relatada pela AMFORP aos seus acionistas, deixa límpido o entendimento de que o equilíbrio entre interesses privados

internacionais e públicos nacionais era muito delicado e de difícil alcance. Mesmo trepidando entre a falta de investimento, as críticas do público e a pressão por leis favoráveis à empresa, o discurso empresarial permaneceu dissimulando a impossibilidade de sanar a situação, o que foi apresentado como viável pela narrativa da empresa apenas em caso de as autoridades cooperarem com o empreendimento.

Portanto, temas como: a obtenção de câmbio para remeter lucros para o exterior; os aumentos tarifários; e o ajuste do rendimento da empresa pela atualização do patrimônio por ela administrado eram apresentados como problemas gerados pelo estado brasileiro, não só à empresa, como para o público. A conciliação entre os interesses privados internacionais com aqueles nacionais sempre esbarrava nessas questões, o que foi analisado nessa tese, que abrangeu um período cerca de 30 anos.

Desse modo, a análise das imagens e a continuidade de uma publicidade utilizada defensivamente pela AMFORP por 18 anos indicam que existia não só uma estrutura empresarial para conter as críticas públicas feitas às associadas do grupo, como isso fazia parte dos seus objetivos. Os relatórios da CAEEB, por sua vez, indicam o funcionamento desses mecanismos por meio de uma estrutura multidivisional descentralizada.

A leitura sobre História Empresarial, de Alfred Chandler, foi cara a essa pesquisa, que, mesmo dedicada à História Social das Relações Políticas, contribui para a área da *Business History*. O sucesso da estratégia empresarial traçada pela AMFORP e efetivada pela CAEEB, contudo, dependeu do entrelaçamento de interesses sociais nas regiões atendidas pelas associadas, pois, quando a empresa foi acusada de ser um entrave ao desenvolvimento nacional, causando a mobilização de associações empresariais, sindicatos, movimentos de consumidores e movimentos estudantis, a política regional se agitou, oferecendo maiores resistências ao empreendimento forâneo.

A comparação entre as seis amostras e as reações regionais aos serviços públicos prestados pela AMFORP possibilitou notar não só o poderio da estrutura da CAEEB, como também as alianças regionais em torno do assunto serviços públicos em diferentes contextos históricos, permitindo a mensuração das resistências nacionais à ação privada internacional e as vitórias da multinacional no Brasil.

Esta tese começa pela compreensão de que os EUA exerceram o que Joseph Nye definiu como *Soft Power*, o poder brando. Sem interferir diretamente no Brasil, como faziam com

países da América Central, os estadunidenses fizeram um esforço notável para atrair o Brasil para o seu modo de viver e de pensar. Desde a educação da mulher à educação do trabalhador; do discurso do serviço (*service*) até o liberalismo. Antônio Pedro Tota (2000) chamou essa relação de *imperialismo sedutor*.

A AMFORP tinha um *instrumento* para promover esse *imperialismo*, trazendo *experiências* norte-americanas relativas: ao consumo; ao uso da eletricidade; à estruturação das posições de gênero; ao *modus operandi* de uma empresa de serviços e do respeito aos contratos. Essas experiências variaram com as conjunturas, mas indicam o exercício desse poder, que só foi possível por encontrar uma aderência do lado brasileiro.

Porém, esse *imperialismo aceito sob condição*, para usar outra assertiva de Antônio Pedro Tota (2000), enfrentou, em algumas cidades, a mobilização social contra o capital estrangeiro. Ou seja, o esforço de entrelaçar os países por meio das experiências já era entendido como insuficiente pela AMFORP, que estruturou o seu ramo publicitário e o poder dos seus gerentes para se antecipar e remediar as críticas feitas pelo público aos seus serviços.

A vida da AMFORP no Brasil não foi branda, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial. Mesmo assim, a empresa conseguiu se manter no país até 1965. Por que isso ocorreu? Uma das afinidades que as elites políticas brasileiras tinham com os estadunidenses era a defesa dos contratos, e, pelo respeito àqueles firmados na década de 1920, muitos debates foram travados em âmbitos jurídico e político, com acusações, ponderações e defesas.

Os contratos tomaram a centralidade dos debates sobre serviços em eletricidade no Brasil após a Segunda Guerra. Portanto, é plausível que a AMFORP tenha sobrevivido ao ambiente hostil ao liberalismo defendido por ela, não pelas afinidades existentes entre as elites dos dois países, mas sim pela ação persuasiva efetivada pela CAEEB em nome da AMFORP, que muniu as associadas das narrativas imagéticas, textuais, empresariais e jurídicas favoráveis aos interesses privados internacionais. Por alguns momentos, é perfeitamente visível a concordância das autoridades brasileiras sobre o respeito aos contratos efetivados com os capitalistas estrangeiros, mas, em outros, a insatisfação com os serviços prestados converteu os contratos em elemento para os contra-argumentos à narrativa da empresa.

Na nossa dissertação de mestrado, intitulada *Os trustes no curral dos coronéis: Indústria de base e serviços no Espírito Santo da década de 1940* (FURNESS, 2017), notamos a presença desse “campo de força” estabelecido pelas elites locais, relativo à defesa dos *contratos* por meio da *noção de equilíbrio* e do clamor as *autoridades*. Poucos temas fugiram dessa rede discursiva. E isso foi verificado em outros estados, confirmando que essa elaboração se deu em nível nacional. Mas a própria noção de *contratos, de equilíbrio e de autoridades* que permitiu que a AMFORP fosse se mantendo em território nacional, lançando mão de estratégias políticas e jurídicas através de seus gerentes, foi utilizada pelos brasileiros para tensionar com os interesses privados.

Se alguns fatos são marcantes para as relações estabelecidas entre Brasil e EUA, como: a instalação do escritório de relações interculturais de Nelson Rockefeller, no Rio de Janeiro, de 1940 a 1945; a instalação da Comissão mista Brasil EUA, de 1951 a 1953; e as ações subterrâneas do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), de 1959 a 1964, a presença da AMFORP no cotidiano das publicidades e os argumentos de sua gerência foram repetidas várias e várias vezes, em doses homeopáticas (DREYFUSS, 1981; LOCHERY, 2015; TOTA, 2000).

E foi em um contexto de polarização política que a empresa foi preparando a sua retirada do país, momento em que os EUA abandonaram o *Soft Power* em nome do *Hard Power*, poder pesado, concretizado com o Golpe Civil Militar de 1964. A AMFORP, portanto, mostra-se como uma espécie de termômetro para as relações entre os países, e destaca que a sua face não era apenas financeira e empresarial. Será que ela permitiu a medição da temperatura do Brasil pelos EUA daquele período? Nessa tese, vale destacar que essa transição entre o “poder brando” para o “poder pesado” exercido pelos EUA com relação ao Brasil ocorreu conforme se avolumou uma maior movimentação social de brasileiros em busca de viabilizar o atendimento aos interesses públicos nacionais, o que torna o estudo da AMFORP valioso.

Concordamos com a tese de Luiz Alberto Moniz Bandeira, de que existiu uma rivalidade emergente entre o Brasil e os EUA, especificamente da década de 1950 a 1960, momento em que os objetivos internos de acumulação do capital no Brasil rivalizaram com os interesses de acumulação dos estadunidenses (BANDEIRA, 2011). Portanto, o “poder brando”, esse poder cultural, não foi suficiente para aplacar a animosidade entre os interesses nacionais do Brasil com aqueles dos EUA, pelo fato de países em

desenvolvimento demandarem pela substituição de importações, e isso envolver: o controle sobre as remessas de lucros de empresas estrangeiras; o controle sobre a inflação; e, por seqüência, o controle das tarifas sobre os trabalhadores e sobre os seus salários. Esses temas foram marcantes nos relatórios da AMFORP / CAEEB e de suas associadas, o que foi percebido tanto pelas falas dos gerentes em jornais quanto na publicidade do “Seu” Kilowatt.

Vale destacar que o período do 1º Governo Vargas foi favorável para a AMFORP, que conseguiu negociar diretamente com o governo federal, que controlava a legislação do setor de energia elétrica e quedas d’água. Após a redemocratização do país, em 1945, a AMFORP / CAEEB e associadas encontraram problemas, pois os poderes locais, estaduais e municipais passaram a questionar os contratos e a regulamentação estabelecidos nos anos anteriores, empreendendo o que destacamos em níveis: *Os embates; os combates e os grandes combates*. Isso dista das interpretações de que o Governo Vargas teria prejudicado a empresa, pois, por meio dos relatórios da AMFORP e da CAEEB, foi possível notar o alto grau de negociação “por cima”, entre o governo federal e a multinacional.

Para efetivar esse esforço de análise, utilizamos os jornais de seis cidades, sendo duas da região Nordeste, duas do Sudeste e duas do Sul. A diversidade de matrizes ideológicas dos jornais é de grande valia para compreender os debates de todos os pontos de vista. Afinal, quando um jornal atacava a AMFORP, ela tinha que se referir aos argumentos de seus adversários, e, tendo várias fontes, católicas, integralistas, trabalhistas e pessedistas, pudemos observar o *instrumento da empresa; as experiências que ela trouxe; os embates em que ela entrou; os combates que lutou; os grandes combates, os seus interesses e as estratégias*, preparando-nos para aproveitar os vieses, e não enviesar a pesquisa.

Para a extensão de tempo do longo recorte que fizemos, utilizamos uma noção metodológica de nossa autoria, denominada de *nós discursivos*, presentes nesses “campos de força” criados pelas elites políticas em nível nacional e regional. Em primeiro lugar, quando o debate sobre um tema se intensificava e se tornava denso por semanas, meses ou até anos, ele se encaixa na noção de “nós discursivos”, que amarraram diversas opiniões de diferentes prismas de pensamento em narrativas conflitantes. Além da ideia de um nó que amarra, o “nós” é também referente à pluralidade de opiniões em torno de um mesmo assunto. E isso nos auxiliou a explorar a vasta documentação jornalística, de

cerca de 30 anos por cidade, portanto, 180 anos pesquisados sincronicamente. Foi no percurso da pesquisa que formulamos a noção de “nós” discursivos, e que aplicamos no terceiro, no quarto e no quinto capítulo.

Procuramos, além da presença do “Seu” Kilowatt, os “nós discursivos” em torno das empresas subsidiárias da AMFORP, em jornais, como: o católico *A Ordem*, e os liberais *Diário de Natal* e *O Poti*, de Natal, no Rio Grande do Norte; o *Jornal Pequeno* e o *Diário de Pernambuco*, de Recife, em Pernambuco; *O Fluminense*, de Niterói, no Rio de Janeiro; *A Gazeta*, de Vitória, no Espírito Santo; *O Dia*, de Curitiba, no Paraná; *Correio do Povo*, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

No último capítulo, os *interesses e estratégias*, abordamos a documentação dos relatórios da AMFORP e da CAEEB, notando a linha de comando vigente entre a sede da empresa nos EUA e a sua subsidiária no Brasil, o que nos permitiu defender a tese da dissimulação dos agentes do capital, fechando um campo argumentativo que foi levantado a partir da análise das imagens publicitárias da empresa.

Essa metodologia é um arranjo que começamos a desenvolver no momento da estruturação da pesquisa, que acreditamos ter valia aos que se dedicarem ao estudo de empresas, das suas publicidades e dos embates políticos por meios de documentos jornalísticos de grande extensão. A filiação metodológica dos “nós discursivos” se assenta na contribuição do professor André Ricardo Valle Vasco Pereira, que, em seu manual de Metodologia da História, utiliza, com adaptações, a análise do discurso proposta por Ciro Flamarion Cardoso, em seu livro *Narrativa, Sentido e História*. Nesse ponto, utilizando uma abordagem de análise do discurso voltada para a prática de historiadores, atentamos para os aspectos externos dos documentos, assim como para aqueles internos, indicando as relações entre as temporalidades do poder tripartite, conceituadas pelo professor Pereira, como: *concepção de mundo* (noções, valores bem gerais da sociedade); *projeto* (uma leitura estrutural de um grupo ou indivíduos), e *propaganda* (recursos retóricos que atores consideraram válidos para o convencimento).

Desse modo, essa tese, após levantar questões por meio da análise da imagem, conforme proposto por Peter Burke, contém o esforço de análise do *ato comunicativo* dos atores políticos, expresso por meio dos relatos, entendidos como *artefatos comunicativos* para o historiador. Concordamos com Pereira sobre o trabalho do historiador no que concerne à análise dos discursos dos atores e do quanto de esforço eles empreenderam nas

conjunturas para o convencimento do seu público, notando os valores que foram apropriados por eles em sua propaganda, tanto da AMFORP quanto dos brasileiros. As lutas em torno dos serviços públicos no Brasil envolveram o escopo do convencimento do público pelas partes, não sendo um discurso de entretenimento.

O que fizemos foi uma apropriação dessa metodologia, aplicada ao estudo de um *corpus documental denso*, com seis amostras de jornais regionais, com cerca de 30 anos de extensão cada um. Desse modo, fizemos a leitura dos documentos, procurando os momentos em que eles contiveram uma grande presença de debates em torno da AMFORP, nos quais identificamos os “nós discursivos”, estes que contém as propagandas divergentes sobre a atuação do capital estrangeiro no Brasil, as linhas editoriais dos jornais e as suas nuances na lide com o tema. Isso foi feito após identificar as características gerais e específicas das imagens publicitárias. Peter Burke proporciona ao historiador uma grande contribuição sobre a análise da imagem, indicando um caminho para lidar com esse tipo de documento, carente da “crítica das fontes” como qualquer outra.

Apesar de Burke destacar como um interrogador das imagens, em uma espécie de inquérito aos que ele chama de testemunhas oculares da história, o autor se preocupa mais com imagens de arte e fotografias, relegando às imagens publicitárias um espaço pequeno em sua obra. Quando o faz, indica que esse tipo de documento pode conter indícios da cultura material de uma época ou dos valores predominantes em uma da sociedade na qual a imagem circulou. Isso implica um reducionismo econômico, afinal, uma imagem publicitária é entendida por ele como restrita ao campo do ganho econômico por meio da venda de serviços e mercadorias. Entretanto, a AMFORP traz elementos novos para o campo, como o fato de uma empresa não se dedicar à venda serviços ou produtos, mas sim à defesa de críticas feitas a ela, ou seja, aos seus “não serviços” ou “desserviços”.

A solução está no próprio livro de Burke, especialmente no que toca às imagens de arte e às fotografias. Ao indicar que a análise da imagem tem que lidar com uma variedade de tipos de imagem, o autor salienta a necessidade de estudá-las em série, se possível. Mais do que isso, destaca o papel dos produtores da imagem em relação às três temporalidades propostas por Fernand Brudel (a longa, a média e a curta duração).

Assim, nesta tese, por meio da publicidade do “Seu” Kilowatt, será possível analisar a cultura material no Brasil e o fluxo de experiências que vieram dos EUA para o Brasil,

na configuração dessa nova tecnologia e dos novos valores trazidos com ela. Entretanto, a análise dos indícios das imagens publicitárias durante um tempo longo permite captar a singularidade do discurso da AMFORP, que se dedicou muito mais a criar legitimidade para a sua atuação no Brasil e à defesa de críticas feitas à empresa do que em vender produtos ou serviços, especificamente. Ou seja, existiu, para além do registro de uma cultura material nova no Brasil ou de novos valores culturais presentes em seu território, uma narrativa política da empresa para sobreviver em ambientes hostis aos seus interesses econômicos, fato que se encontra nos planos do projeto e da propaganda.

Peter Burke destaca a dificuldade de os historiadores terem acesso à recepção das imagens históricas, sem se dedicar, contudo, à grande possibilidade dos estudos de reação as imagens publicitárias, o que foi realizado nessa pesquisa de doutoramento. O setor de serviços públicos e a sua produção de imagens fornecem uma contribuição singular para o estudo dos anúncios, pelas demandas e natureza dos seus negócios, com efeitos imediatos sobre a vida das pessoas e que geraram uma grande circulação de informações e diálogos.

Nesse ponto, portanto, nossa proposta metodológica busca, por meio da evidência histórica presente nos testemunhos oculares da história, analisar a coleção de imagens produzidas pela AMFORP, captando: a) as distorções e os valores gerais sobre a sociedade brasileira; b) a cultura material gerada pela indústria da eletricidade em um país subdesenvolvido; c) a adaptação cultural realizada pelos escritórios da CAEEB da publicidade da empresa; d) a intencionalidade da AMFORP na produção de sua publicidade e o abandono de certos temas, como a venda de serviços e produtos; e) as convenções de imagem às quais o “Seu” Kilowatt faz parte; e f) a natureza no negócio multinacional no Brasil. Para organizar as imagens em sua diversidade de indícios e detalhes, utilizamos a categorização proposta por Laurence Bardin para estudos históricos, o que foi de grande valia para a identificação dos padrões e desvios da longa campanha publicitária da AMFORP no Brasil.

Desse modo, a análise da imagem proposta por Burke para arte e fotografia foi aplicada para o campo dos anúncios publicitários, possibilidade não desenvolvida por ele. Nessa pesquisa, a análise foi assentada sobre a categorização de imagens proposta por Laurence Bardin. Para explorar o potencial dos textos escritos, aplicamos a metodologia conforme

Pereira, indicando um caminho possível para pesquisas sobre empresas que lidem com imagens e textos em grande quantidade, o que nomeamos de “nós” discursivos.

Com esse aparato, efetuamos a análise sobre as relações entre o Brasil e os EUA, tendo em conta os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, explorados por Bielschowsky e Saes, tanto para o campo das narrativas como para o campo econômico. Existiu um debate sobre as características econômicas do Brasil subdesenvolvido, movimento que se avolumou desde 1950, assim como existiam incongruências à coexistência harmoniosa entre interesses dos dois países. Novamente, concordamos com a tese de Moniz Bandeira, sobre a existência de uma rivalidade emergente entre o Brasil e os EUA, que tinham naturezas econômicas distintas, assim como utilizamos o conceito de dissimulação, de Reinhart Koselleck, para entender as escolhas efetuadas pelos agentes do capital estadunidense no Brasil para a obtenção de rendimentos.

A estrutura da tese ficou dividida em seis capítulos: dois dedicados ao Seu Kilowatt; três, às falas dos brasileiros sobre a AMFORP; e o último, sobre os relatórios empresariais. Faremos o trajeto da narrativa como ela ocorreu na realidade em questão: daquilo que era dado a ver intencionalmente, que é a publicidade, adentrando aos interesses e ações menos visíveis ao público, como: a centralidade da mensagem da AMFORP para o público brasileiro; a regularidade dos problemas nas cidades estudadas, assim como a estrutura empresarial, seus objetivos e interesses.

O primeiro capítulo é dedicado à análise do *instrumento* da multinacional, o Sr. / “Seu” Kilowatt, com o seguinte aparato teórico: Clotilde Perez (2011), sobre as mascotes publicitárias; e Lilia Schwarcz (2015), sobre a adaptação da imagem do malandro ao personagem da AMFORP e as convenções de imagem das quais o “Seu” Kilowatt fazia parte, os *cartoons políticos*. E mais, focando em uma cidade, Vitória, Espírito Santo, faremos o percurso das primeiras descobertas sobre o personagem publicitário, sobre a sua filiação e funções, identificando suas características.

No segundo capítulo, vamos observar um panorama mais amplo, com mais cinco amostras de cidades atendidas por empresas subsidiárias da multinacional, assim como estendendo o recorte até 1962, o último ano de atuação da mascote no Brasil. De posse de 671 imagens únicas, nesse capítulo, produzimos gráficos e tabelas que mostram as tendências da publicidade do “Seu” Kilowatt, comprovando a vinda de *experiências* sociais estadunidenses e o predomínio de uma publicidade defensiva por 18 anos.

No terceiro capítulo, iremos observar os *embates* entre os diversos escalões políticos e as subsidiárias da AMFORP, compreendendo o teor das críticas, as ações e as defesas da empresa. Para tanto, vamos perceber o papel dos gerentes das subsidiárias em suas regiões, através da atuação nos meios de sociabilidade, assim como foi feito no estudo de Paula Joelsons sobre a empresa gaúcha Companhia Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG) (JOELSONS, 2014).

Esse esforço é seguido pelos capítulos quatro, *Os combates*, e cinco, *Os grandes combates*, nos quais indicamos as reações políticas regionais às associadas da AMFORP, identificando os casos em que a empresa encontrou maior resistência à sua atuação e interesses.

Por fim, no capítulo *Estratégias e interesses*, destacamos as estratégias não ditas da AMFORP, feito obtido por meio dos discursos dos brasileiros sobre a Companhia, assim como salientamos os casos em que a empresa obteve vitórias sobre os brasileiros, mantendo regiões sob regimes de racionamentos, *blackouts*, falta de transportes e de telefones. A multinacional será devidamente inserida dentro do contexto de formulações sobre o desenvolvimento nacional brasileiro, permitindo uma melhor compreensão das batalhas travadas nos diversos campos políticos brasileiros, assim como em contextos específicos, como: a redemocratização em 1945; o 2º Governo Vargas; o Governo de Juscelino Kubitschek e o Governo de João Goulart.

O campo de pesquisas sobre as relações entre o Brasil e os EUA indica a presença cultural estadunidense no Brasil, por meio do *imperialismo sedutor* ou do *Soft Power*. Quando o Brasil buscou o caminho da industrialização e do desenvolvimento, os interesses internos dos dois países passaram a ser motivos de tensões político-econômicas. As relações entre um país do centro do capitalismo com um país da periferia do capitalismo não foram harmoniosas, e o setor de serviços públicos no Brasil, atendido por uma empresa multinacional estadunidense, colocou em foco o atrito entre interesses privados internacionais com aqueles públicos nacionais.

Havia uma compreensão plena, por parte da AMFORP, dessa sutileza conciliatória capaz de gerar uma harmonia de interesses, e, para lidar com as pressões inevitáveis dessas relações estruturais, a empresa criou a CAEEB, que, por meio de sua estrutura multidivisional descentralizada, empreendeu o esforço de munir as suas associadas com narrativas capazes de ameaçar as autoridades locais, desorganizando as formas de

resistência ao seu poderio econômico e, em um último momento, visando a indenização dos investimentos da empresa para seu direcionamento em outras áreas, mais rentáveis.

Os relatórios da AMFORP fornecem informações marcantes, como: o desnível de investimento comparado entre São Paulo e outros estados da Federação; a obsessão com a obtenção de câmbio para remessas de lucros; e a efetivação de paliativos nos investimentos, onerando o consumidor com majorações tarifárias sistematicamente pleiteadas junto ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE).

Essa tese versa, então, sobre as tensões entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento; entre os interesses privados e os interesses públicos. Para tanto, iniciamos nas pegadas que o “Seu” Kilowatt deixou.

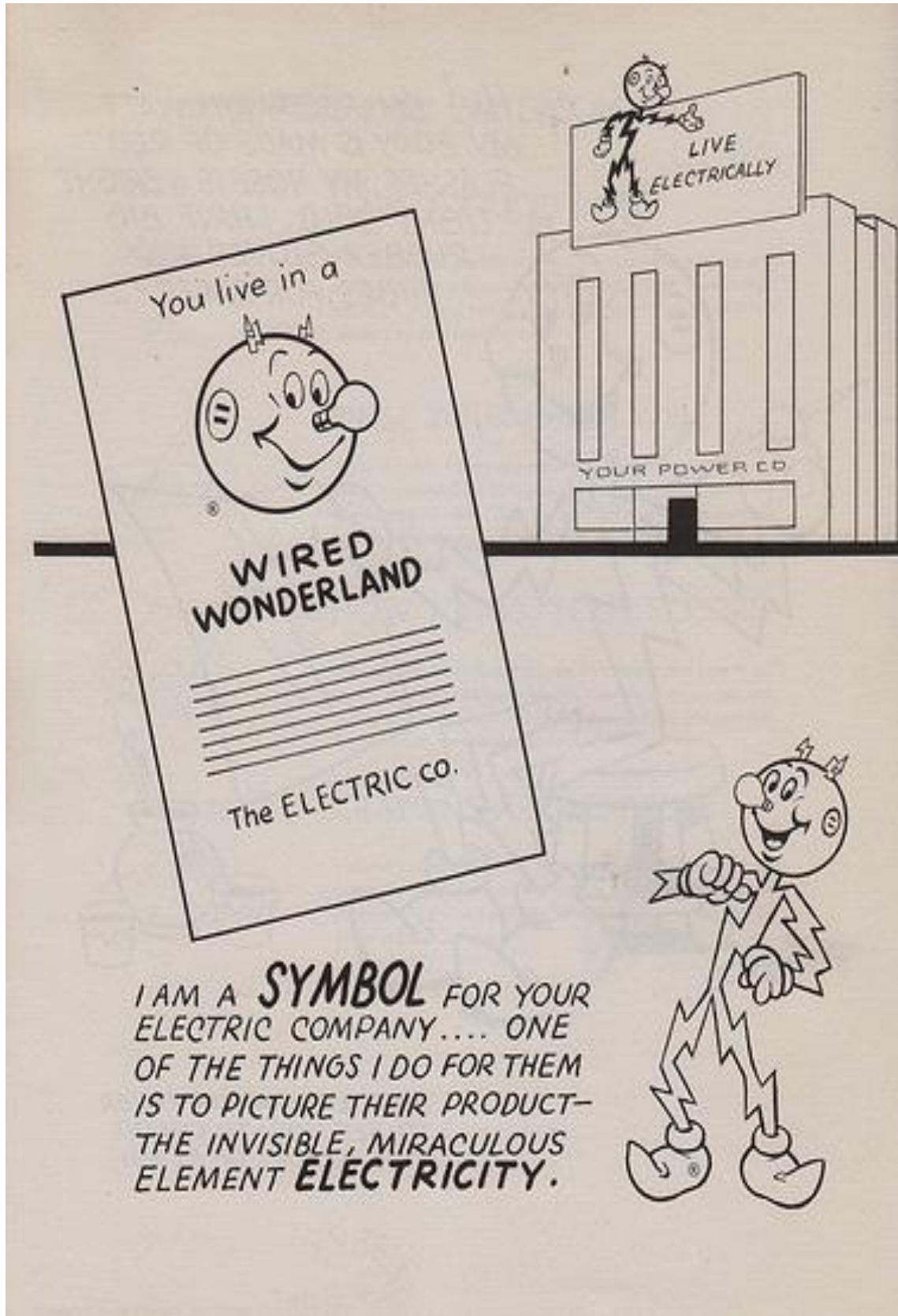


Figura 1 – WIRED WONDERLAND. MORRISON, 2016

Capítulo 1

O Instrumento

1.1. A empresa e a sua publicidade: Da J.P. Morgan às subsidiárias regionais da AMFORP no Brasil

I am a symbol for your electric company. One of things i do for them is to Picture their products the visible, miraculous element electricity.

Reddy Kilowatt

Os incontáveis serviços que presto constituem o melhor presente que se pode fazer a uma dona de casa - diz o Snr. Kilowatt, seu criado electrico - porque facilitando os trabalhos domesticos, embellezo o lar, protejo a saúde e, por pouco preço, torno a vida mais confortável, pois a electricidade é barata nessa nossa cidade.

“Seu” Kilowatt

Após o “Longo século XIX”, marcado pela crença no progresso presente na *Belle Époque* (cume da crença do progresso social da industrialização e da cultura burguesa), iniciou-se o “Breve século XX”, marcado pelo medo do futuro, gerado pela Primeira Guerra Industrial, extremamente sanguinolenta (HOBSBAWN, 1995). Algumas consequências do conflito mundial foram: o aparecimento de vários novos países; o alto preço das indenizações impostas pelo tratado de Versalhes aos países derrotados no conflito, especialmente à Alemanha; e o surgimento de um país socialista (o maior país do mundo).

Mas aqui nos interessa notar que os EUA despontaram como o país mais avançado do capitalismo, tendo assumido imensas responsabilidades no período de Guerra. No final do conflito, seus ganhos industriais haviam crescido de maneira substantiva (ARTHMAR, 2002). A partir disso, o país já assumiu uma liderança internacional, assim como uma ação mais efetiva em sua zona de influência mais importante, as Américas.

Na década de 1920, marcada pela crise de seus anos iniciais e finais, os EUA desenvolveram uma estratégia geopolítica voltada para a América Central e América do Sul, isso feito por meio de suas empresas multinacionais, o que já era desenvolvido desde os anos 1880. Duas formas de atuação foram mantidas, seguindo uma espécie de *continuum* desde os países mais próximos dos EUA até aqueles mais distantes, como o Brasil e a Argentina. Nos territórios dos vizinhos mais próximos, houve a prática de intervenções militares em casos de conflitos de interesses. Nos países mais fortes e distantes, uma política moderada e sutil vigorou.

Segundo Albano (2016), multinacionais, como a Nestlé (1867), a Coca-Cola (1886), a General Electric (G.E.) (1890), dentre outras, já mobilizavam uma estratégia ligada ao Estado norte-americano. Em primeiro lugar, o investimento era voltado para a obtenção de matérias-primas, e, em segundo, o investimento em mercados consumidores desenvolvidos.

Albano (2016) estudou o caso da empresa *United Fruit Company*, produtora e distribuidora de bananas. Ela teria surgido na década de 1910, e teria se apropriado de práticas neocolonialistas na América Central. Com a compra de terras e o esmagamento das concorrências regionais em produção de bananas, a empresa obteve grande influência política e econômica nos mares caribenhos, tornado *Mare Nostrum* dos EUA (ALBANO, 2016, p. 24).

Foram diversas intervenções diretas em países, como Honduras, República Dominicana, Haiti, Nicarágua, Cuba, Panamá, Guatemala e El Salvador. Bastava uma greve de trabalhadores para os EUA intervirem. Logo, em países da América do Sul, como Argentina e Equador, a política da empresa e do Governo norte-americano não era tão agressiva, haja vista a maior força desses países.

Alguns países do Sul eram ainda zona de influência inglesa, e a entrada dos estadunidenses nesse território gerou uma disputa, que, no fim, foi vencida pelos últimos. Era o caso do Brasil, o maior país da América do Sul, e, sem dúvida, de grande interesse para os EUA. Houve até certa resistência inglesa, que visava manter seu poderio econômico na região, porém, a Guerra havia desfavorecido tal escopo.

A empreitada estadunidense é notável no Brasil, por meio dos Investimentos Diretos ligados à indústria do petróleo, de automóveis, de máquinas e implementos, e de produtos que, indiretamente, reproduziam o *American Way of Life*. Segundo Garcia,

A internacionalização das companhias norte-americanas nesse período refletiu novo padrão no relacionamento econômico dos Estados Unidos com os países latino-americanos, em especial aqueles da parte sul do Continente. A onda de investimentos diretos dos Estados Unidos na América do Sul, durante e após a guerra, sinalizava em direção a uma abordagem global para os negócios, como passaria a ser regra para as empresas multinacionais típicas de períodos posteriores (GARCIA, 2002, p. 46).

Importa-nos compreender como essa inserção se deu no Brasil, através de umas das multinacionais mais bem estabelecidas no país e, mais do que isso, de uma importância para o desenvolvimento econômico brasileiro. A *American & Foreign Power*

(AMFORP), parte do conglomerado *J.P. Morgan / General Electric / Electric Bond and Share*, foi criada em 1925, exatamente para a atuação na América Latina. Após experimentos na América Central, a empresa conseguiu contratos no Brasil do ano 1927 em diante, atuando em grandes cidades e capitais. Os brasileiros queriam viver a modernidade que os americanos tinham experimentado durante 40 anos.

Mas, quais eram as intenções da AMFORP e dos EUA? Seguindo as proposições anteriores, sobre as relações entre EUA e América Latina, temos o entendimento de que essa multinacional é um meio privilegiado para compreender a ação estadunidense no Brasil, que, por sua vez, era um país cioso pelo desenvolvimento econômico e com uma intensificação de seus interesses industriais a partir de 1930.

1.1.1. Estudos sobre a AMFORP

Existe uma literatura especializada sobre a história da AMFORP atenta à sua atuação nos países da América Latina. Dentro de uma leitura econômica, empresarial e social, autores, como: Alexandre Saes e Carla Sasse (2012); Angela Lúcia Ferreira, Alexsandro Silva e Yuri Simonini (2017); e Paula Joelsons (2014), dedicaram-se a compreender a trajetória do empreendimento no Brasil, incluindo aquela de seus gerentes. Esses autores indicam três percursos de estudos sobre a AMFORP.

Saes e Sasse, em um artigo intitulado *A AMFORP e o setor elétrico brasileiro (1926-1964)*, expuseram o estudo de dados presentes em relatórios de acionistas, indicando a elaboração de estratégias e funções geopolíticas. Saes e Sasse, assim como os autores Willian Hausman e Mira Wilkins, empreenderam o esforço de compreender a empresa AMFORP, suas estratégias econômicas de expansão e a sua inserção na América Latina. Inclusive, Alexandre Saes, juntamente com Felipe Pereira, escreveu um artigo com base em documentos diplomáticos entre Brasil e EUA, demonstrando a chantagem estadunidense feita por membros do governo para pressionar o Brasil a indenizar as subsidiárias do grupo AMFORP no processo de encampações levadas a cabo por lideranças políticas regionais (SAES; LOUREIRO, 2012).

Ferreira, Silva e Simonini, por sua vez, dedicaram-se à questão político-econômica da AMFORP, sobre o fator operacional dos seus serviços. Os autores realizaram, em um conjunto de quatro artigos, um histórico da empresa desde a sua instalação no Brasil, momento em que as subsidiárias da AMFORP seriam: *Os donos da luz*, passando pela

Penumbra da luz até O Apagar das luzes (da crise de 1950 até a saída da empresa do país na década de 1960). Nesses trabalhos, que tem por mote a compreensão das técnicas de gestão e integração da empresa, assim como as suas dificuldades operacionais ligadas ao governo ou à queda dos investimentos, há, por vezes, uma concordância acrítica com os argumentos gerenciais acerca da legislação brasileira (FERREIRA et al., 2012; 2013; 2015). E isso é confirmado pelo quarto artigo da série, em que os autores encontraram a tese de um ex-funcionário da empresa, Henry Leslie Robinson. O texto dos autores, intitulado *Poder, Capital e Energia: A American and Foreign Power CO. e o nacionalismo Latino-Americano nos anos 1940 a 1960*, descreve os argumentos indicados por Robinson em sua tese: *American and Foreign Power Company in Latin America: a case study*.

No trabalho de Robinson, houve um esforço em tratar a relação entre os EUA e a América Latina, ampliando o olhar relativo à AMFORP. Seguindo o recorte de Robinson, os autores brasileiros comparam os dados relativos a Cuba, Argentina e Brasil, porém, aderindo à argumentação de que a multinacional teria encontrado obstáculos nacionalistas à sua contribuição para o setor na América Latina, somados às dificuldades internacionais e a queda de rentabilidade da empresa (FERREIRA et al., 2017). Parece haver uma indecisão dos autores sobre o seguinte dilema: A AMFORP buscava se aproveitar da situação subdesenvolvida de países ou ela era uma vítima de restrições nacionais xenófobas? Ferreira, Silva e Simonini indicam uma leitura parcial do Robinson, e por consequência, favorável à narrativa da empresa.

Por fim, o interessante e importante estudo de Paula Joelsons (2014). De posse dos relatórios da AMFORP, Joelsons somou entrevistas, dissertações, teses, jornais e revistas relativas à atuação do empreendimento no Rio Grande do Sul como fontes para os seus estudos. Com isso, e de posse da metodologia indiciária, a autora buscou compreender a trajetória de um gerente da subsidiária regional da AMFORP no Rio Grande do Sul, a Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG). O gerente Joseph Millender e sua esposa, morando em um bairro de elites empresariais importantes, teriam criado uma rede de sociabilidade, atuando como formuladores de um modelo de vida. Além disso, as relações com elites políticas favoreceriam a empresa, por meio do estreitamento das relações sociais. Desse modo, os clubes de senhoras, as ações filantrópicas, as reuniões no Rotary Club, e a criação de um clube de golfe seriam os meios que permitiriam aos

estadunidenses se fixarem em Porto Alegre, assegurando o sucesso dos negócios da subsidiária.

Compreendemos ser necessária a integração dessas análises, incluindo de maneira mais decidida tais leituras em um ponto de vista internacional e geopolítico, como é feito por Moniz Bandeira, nos sentidos político e econômico, e por Antônio Pedro Tota, no quesito cultural (BANDEIRA, 2011; TOTA, 2000), procurando responder às seguintes questões: Com a chegada da AMFORP no Brasil, como se deram as relações entre Brasil e EUA em um nível mais amplo, como se percebeu a ação dos gerentes, e, mais, quais foram os rebatimentos e embates regionais? (FURNESS, 2019).

Sem dicotomias, pretendemos compreender o funcionamento da empresa, conciliando os pontos de vista econômico, político e cultural, identificando as formas de ação de uma empresa multinacional no Brasil e os seus objetivos de acumulação de capital em um país emergente.

1.1.2. A AMFORP e o Brasil

Nos EUA, a eletricidade, o petróleo e a química foram novidades próprias do período demarcado como 2ª Revolução Industrial. A partida industrial posterior à Inglaterra havia dado à Alemanha, à França e aos EUA o benefício de estabelecer um pátio industrial já adaptado às novas tecnologias (HOBSBAWN, 2011). A Inglaterra, ao contrário, perdeu ímpeto frente aos seus concorrentes, haja vista a falta de planejamento e coordenação da sua burguesia para a renovação física e tecnológica de sua indústria. Nos EUA, a Edison General Electric, a Thomsom Houstom e a Westinghouse foram as empresas pioneiras no setor elétrico, e, por sua vez, tinham fortes concorrentes alemães, como a Siemens e a AEG (JOELSONS, 2014).

Na década de 1890, a Edison General Electric foi fundida com a Thomsom Houston, dando origem à General Electric (JONES, 2004). O setor financeiro representado pelo grupo J.P. Morgan permitiu o fortalecimento do empreendimento, atraindo dinheiro através da emissão de títulos da empresa. A criação da subsidiária *Electric Bond and Share*, em 1905, serviu à estratégia de estruturar o fornecimento de energia elétrica nos EUA, visando formar um mercado consumidor para os produtos movidos a energia elétrica. E foi uma questão de tempo para que a *Bond and Share*, junto a outras empresas

privadas, ficasse responsável por cerca de 95% da produção em energia elétrica nos Estados Unidos (JOELSONS, 2014).

Isso gerou grandes embaraços para o governo de Woodrow Wilson (1913-1921), que reforçou a lei antitruste de 1890, o Sherman Act. Com isso, as empresas criaram estratégias de investimento no exterior, utilizando os seus altos acúmulos de capital. O governo de Hebert Hoover (1929-1933), por outro lado, teria utilizado o poderio dessas empresas para expandir a influência dos EUA sobre a América Latina. E, já em 1925, foi criada a *American & Foreign Power* (AMFORP), subsidiária da *Electric Bond and Share* (FERREIRA et al., 2013; SAES; SASSE, 2012; JOELSONS, 2014).

Alguns investimentos experimentais já haviam sido realizados em Cuba, no Panamá e na Guatemala pela *Bond and Share*, e estes foram incorporados à AMFORP. Toda a literatura do tema indica relatórios da empresa em torno da importância das relações diplomáticas entre EUA e os países latino-americanos, e da importância do empreendimento nesse quesito. Portanto, houve um envolvimento governamental com essas multinacionais no tocante à expansão dos serviços para países carentes de tecnologia e estrutura industrial.

No Brasil, a chegada da AMFORP remonta os anos de 1927 e 1928. A partir de contratos realizados com municípios e governos estaduais, a empresa se instalou em 39 cidades brasileiras. Em um país com baixa regulação no setor, a multinacional, no final da 1ª República brasileira, passou a repartir o mercado com a *The Brazilian Traction, Light and Power and Company*. Esta, instalada no Brasil desde 1905, teria por áreas de atuação o eixo Rio-São Paulo (SAES, 2010). A AMFORP, por sua vez, dedicou-se a atender cidades com baixo desenvolvimento industrial, não concorrendo com a *Light*. Dessa forma, cerca de 70% do setor elétrico brasileiro era controlado pela multinacional canadense e pela AMFORP, sendo os outros 30% divididos entre pequenos empreendedores (SAES, 2010).

Vale recordar que, na 1ª República, período de atrelamento do Estado aos interesses agrário-exportadores, o debate em torno da modernidade havia atraído a preocupação de políticos e militares no tocante ao desenvolvimento industrial. A partir disso, o petróleo e a energia elétrica foram assuntos sensíveis. Com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório, foi eleito ao Governo de 1934-1937 e tornou-se ditador de 1937-1945. Mas uma tendência perpassou por todas essas conjunturas, que era o

esforço pela industrialização como meio de diversificação da economia nacional (BIELSHOWSKY, 2004). Portanto, a AMFORP atuou no país por três anos até que um governo nacionalista assumisse. Porém, apesar das regulamentações, não houve uma animosidade entre Vargas e o investimento estadunidense.

A AMFORP, por sua vez, atuou no Nordeste, Sudeste e Sul, reformulando e reaparelhando a produção e a distribuição de energia elétrica, transportes e telefonia (FERREIRA et al., 2013; JOELSONS, 2014). Os contratos realizados nas regiões incluíram concessões de fontes motrizes e uma estrutura já feita pelos estados e municípios, o que foi melhorado pela empresa (RIBEIRO, 2013). O drama crônico desses serviços nas três primeiras décadas do século XX brasileiro teria gerado uma entrada fácil para a multinacional no país.

Desse modo, a AMFORP, comandada no Brasil pelas Empresas Elétricas Brasileiras (EEB), posteriormente renomeada para Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), permaneceu no Brasil de 1927 a 1965, quando teria a sua saída negociada politicamente com o governo brasileiro de João Goulart e endossada depois pelos militares. Foram 38 anos de atuação no país, com muitos embates com as elites políticas brasileiras. A questão estaria nas falhas e deficiências da empresa, que não supriria a demanda, e, com isso, estaria impedindo o desenvolvimento econômico nacional, além de explorar o consumidor brasileiro.

Por outro lado, os gerentes da AMFORP argumentariam sobre: a legislação restritiva iniciada pelo Código de Águas, em 1934; a limitação dos lucros da empresa; o controle efetivado pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE); a taxa de câmbio desfavorável à importação de equipamentos; a conjuntura internacional pós-guerra e os aumentos dos custos da indústria de serviços em geral.

Portanto, uma multinacional fez parte de um setor chave para o desenvolvimento econômico industrial pretendido pelo Brasil, especialmente depois de 1930. Porém, as subsidiárias da AMFORP, a CAEEB e a própria *Bond and Share* eram duramente criticadas e acusadas de não cumprir os contratos. A sua reação era a defesa e a criação de argumentos para se esquivar de tais críticas. É interessante notar que, apesar dessa presença estrangeira e do conhecimento de que os atores políticos brasileiros tinham sobre esta origem, ações coletivas organizadas só ocorreriam em meados de 1950 e 1960. Até então, foram anos de dificuldades relativas ao transporte urbano representado pelos

bondes e à produção e distribuição de energia elétrica e à telefonia, o que gerou a reação política nas regiões que recorreram aos contratos não cumpridos da empresa para combatê-la (FURNESS, 2017b).

Revisamos, então, as intenções dessa tese. Enquanto a bibliografia supracitada utilizou relatórios da empresa, revistas técnicas, entrevistas, documentos diplomáticos e algumas leituras de jornais, pretendemos aprofundar o uso de algumas fontes, e sistematizar análises em dois sentidos.

Em primeiro lugar, nem de perto houve uma integração das análises das empresas AMFORP com a sua publicidade. A empresa investiu fortemente no campo publicitário, e, apesar de alguns estudos sobre a instituição, de maneira tangencial, pouco se analisou esse quesito, potencialmente revelador (FURNESS, 2017a). Nesse ponto, entrelaçamos a análise da imagem com a História Social e a História Empresarial.

Em segundo lugar, o campo discursivo, regional e nacional, gerado em torno da empresa, foi pouco desenvolvido pelas análises supracitadas. Em alguns momentos, o ponto de vista nacionalista é apresentado ou citado, enquanto, em outros, o ponto de vista da empresa também é adotado ou citado. É necessária uma análise regional comparativa, de modo a notar esse(s) campo(s) discursivo(s), e, a partir disso, captar as relações estabelecidas em nível regional entre empresa, trabalhadores, sociedade civil, prefeituras, estados e governo federal. Seguindo as pistas de Paula Joelsons, é possível, por meio de uma análise de longo prazo e comparada sincronicamente, encontrar padrões e desvios que revelem informações para o entendimento sobre o papel da AMFORP nas relações entre Brasil e Estados Unidos.

Como ficará exposto neste capítulo e no próximo, a publicidade das subsidiárias da AMFORP teria sido aparentemente despolitizada após a Segunda Guerra Mundial, que foi um período de alta politização publicitária (FURNESS, 2017a), mas essa despolitização teve um teor altamente político. E, para completar a leitura das imagens, é necessário analisar os “nós” discursivos gerados em torno da empresa.

Desse modo, este trabalho se torna uma alerta aos estudos que extraem resultados e valores apenas da análise de imagens, sem considerar o produtor da mensagem. Esse aspecto é importante, mas pode gerar armadilhas, por exemplo, a existência de valores direcionados por um grupo específico, que age de forma pedagógica, ser considerada

espontânea, a expressão de valores gerais sem relação com projetos conjunturais e propagandas políticas. Além disso, a constatação de uma despolitização apenas pela imagem pode viciar a pesquisa, pois uma ação aparentemente comercial pode ocultar uma atitude altamente política. E, por fim, a parcialidade das fontes sem a atenção aos discursos regionais gera a proeminência de um discurso empresarial e muito pouco dos seus combatentes, haja a vista a atuação da empresa nas cidades, dando contornos genéricos ao debate. As fontes utilizadas pela literatura supracitada pouco tocam nos debates entre os brasileiros e a multinacional. Portanto, utilizamos a análise do discurso em jornais do Nordeste, Sul e Sudeste como forma de contribuir para o estudo do tema e desenvolver os pontos levantados pela análise de imagem.

A partir dessas constatações, comungamos da tese de que os EUA, após a Segunda Guerra Mundial, teriam aperfeiçoado métodos de controle interno sobre o Brasil, após Nelson Rockefeller ter mobilizado os recursos norte-americanos durante o conflito mundial contra o nazismo (TOTA, 2000). Com isso, a AMFORP, empresa estabelecida desde 1927 no Brasil, exerceria, gradativamente, o *Soft Power*, assumindo, neste trabalho, o papel de “termômetro” sobre as relações entre Brasil e EUA, no período de 1936 a 1964.

Após a Segunda Guerra, o Brasil fez vários estudos conjuntos com os EUA, de modo a conseguir empréstimos para fomentar o desenvolvimento nacional. A grande aproximação gerada pela Segunda Guerra fez com que a história dos dois países se entrelaçasse (LOCHERY, 2015). Porém, existiu uma resistência nacional de diversas matrizes políticas ao capital estrangeiro no país por meio de multinacionais, considerada como uma ameaça pelos estadunidenses. E estes buscaram “seduzir” o Brasil até 1945, porém, após o fim do conflito mundial, a AMFORP passou a sofrer pressões regionais aos seus investimentos.

Nesta tese, analisamos a atuação publicitária da AMFORP de 1936 a 1962, demonstrando: a vinda de uma longa publicidade dos EUA para o Brasil; a organização desses recursos privilegiados em momentos políticos específicos pelos governos estadunidenses; e a busca da realização de rendimentos para os acionistas estrangeiros. Para tanto, observamos o objeto através da sua comunicação publicitária com o público brasileiro, dividido em: consumidores, novos acionistas e autoridades, entendendo esse meio como uma ferramenta da AMFORP.

Nesta pesquisa, a AMFORP, de origem estadunidense, é um meio privilegiado para a compreensão da atuação concreta de um agente externo no Brasil, na defesa de interesses privados internacionais na esfera nacional. Esse 1) *Instrumento* trouxe 2) *Experiências* norte-americanas para o Brasil, que, no entanto, não evitaram 3) *Os embates*; 4) *Os primeiros combates*, e 5) *Os grandes combates* nas regiões, mas permite o levantamento de questões sobre os 6) *Interesses e estratégias* de uma empresa multinacional estadunidense no Brasil.

Com esse percurso, é possível indicar que o *imperialismo sedutor* ou o *Soft Power* dos EUA não eram forças irresistíveis ou imunes à crítica, e que os interesses nacionais brasileiros eram entendidos e avaliados por diversas agremiações e instituições sociais do país, que passaram a lutar contra essa presença no Brasil. Isso atesta a rivalidade emergente entre os dois países, fato visível por meio de uma de suas empresas mais importantes. Cada capítulo se dedicará a um desses pontos, começando pelo instrumento publicitário da AMFORP.

1.1.3. Reddy Kilowatt: A humanização dos serviços elétricos

O “Seu”² Kilowatt pode ser encontrado nos jornais brasileiros impressos de 1936 a 1962. Ele não era uma criação da AMFORP ou uma ideia nascida em âmbito nacional, mas sim a produção de um estadunidense atuante no setor de energia elétrica. Ashton B. Collins (1885-1976) era gerente da Companhia Alabama Power Company (Figura 2), no estado do Alabama, Estados Unidos. Esse gerente começou a formular um personagem, em 1926, com o fito de criar uma publicidade passível de humanizar os serviços elétricos, aproximando-o das pessoas, que, à época, não estavam habituadas ao uso de energia elétrica. Desse modo, serviria para estimular o consumo deste insumo através da identificação do público com um personagem. Este, por sua vez, passou por várias formulações, tendo, em alguns esboços, cinco braços, atributo que serviria para mostrar a multifuncionalidade da energia elétrica, o que foi alterado posteriormente (NUMISMATISTIS OS WISCOSIN, 2017).

² No Brasil, o personagem se chamou Sr. Kilowatt, seu criado elétrico, de 1936 a 1941, quando recebeu uma reformulação, passando a ser chamado de “Seu” Kilowatt, o criado elétrico. Para fins de organização dessa tese, utilizaremos o nome mais longo do personagem, aquele que ficou marcado mais tempo nos anúncios, de 1941 até 1962, o “Seu” Kilowatt.

Com auxílio de Dan Clinton, um engenheiro do Departamento de Redação do Alabama, o personagem foi tomando uma nova forma, tendo como características: um corpo espichado em formato de um raio; luvas e sapatos isolantes; rosto redondo, com nariz de lâmpada e ouvidos de tomada. Esse personagem foi apresentado em 11 de março de 1926, utilizado em uma exposição de eletricidade no estado do Alabama, pela empresa em que Collins trabalhava, e seu nome era Reddy Kilowatt (Figura 3). Após este evento, o criador do personagem reteve seus direitos de cópia.

Seis anos depois, com algumas alterações, o Reddy Kilowatt passou a ser preparado para campanhas de publicidade. Collins já atendia ao Instituto Elétrico Edison para fazer campanhas de produtos de cozinha pela cidade, o que gerou para ele a experiência de atuação dessa área. Em suas viagens de negócios, passou a interligar a venda de aparelhos domésticos à promoção de seu personagem. Seu primeiro cliente foi a Companhia de Eletricidade Philadelphia, em 1933, a qual utilizou o Reddy Kilowatt como mascote. Ao final de 1934, Collins já tinha mais seis companhias utilizando seus direitos de imagem, ampliando sua atuação para mais de 300 empresas, assim como 12 estados estrangeiros (NUMISMATISTIS OS WISCOSIN, 2017).



Figura 2 - WIKIPÉDIA, 2016



Figura 3 - ANTIQUES, 2016

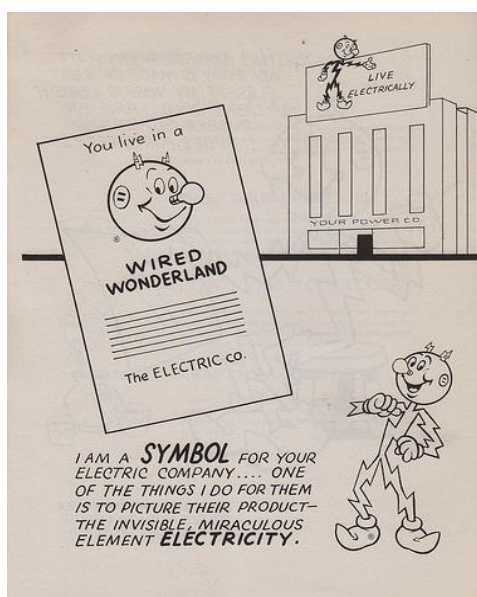


Figura 4 - MORRISON, 2016

O Personagem Reddy Kilowatt representava o setor de energia elétrica como um todo, portanto, não se restringia apenas a uma empresa, mas às empresas do setor de produção e distribuição de eletricidade (figura 4). Essa mascote universal se tornou uma empresa, a Reddy Kilowatt Inc. (MORRISON, 2016), a qual cedia seus direitos de uso para empresas estabelecidas nas seguintes localidades: Canadá (1934); Barbados; Antilhas; Argentina (1938); México (1938); Venezuela, América do Sul, Inglaterra (1938); Coreia do Sul e Austrália.

No entanto, a ausência de datas com relação à entrada do personagem em alguns países sul-americanos deixa a imprecisão com relação à chegada do personagem no Brasil, mas alguns dados coletados no Brasil auxiliam no estabelecimento de uma data, como se verá a frente.

Seguindo a descrição da história do Reddy Kilowatt, este normalmente era utilizado em campanhas para promoção do uso de energia elétrica, com destaque à possibilidade do uso de eletrodomésticos, e a economicidade do serviço elétrico. Dentre as suas frases, estavam “Live better electrically...” (Viva melhor eletricamente), “I work for a penny a day” (Eu trabalho por um *penny* diário) (NUMISMATISTIS OS WISCOSIN, 2017). Ou, como segue na figura 4: “Eu sou o símbolo da sua companhia elétrica... uma das coisas que eu faço por elas é desenhar seu produto – o invisível, miraculoso elemento, a eletricidade!”.

Ashton Collins direcionava a publicidade também para a educação da juventude, utilizando histórias para dormir; criando um grupo de jovens Reddy Kilowatt, patrocinado por empresas licenciadas, e promovendo a educação de jovens para o capitalismo (1960). O personagem, em geral, assumia um papel pedagógico e ideológico, fator bem utilizado por Collins.

Em 1946, Collins fez uma associação com Walter Lantz, o criador de *Woodpecker* (O Pica Pau), para produzir uma história da energia elétrica em desenho, materializada em quadrinhos, que se chamava *Reddy Made Magic* (Figura 5). Treze anos depois, este

desenho foi adaptado para o um novo, com tema diferente, com o nome *The Might Atom* (Figura 6), sendo ele educativo sobre o uso de energia atômica.



Figura 5 - Reddy Made a Magic
(COMICVINEGAME, 2016)

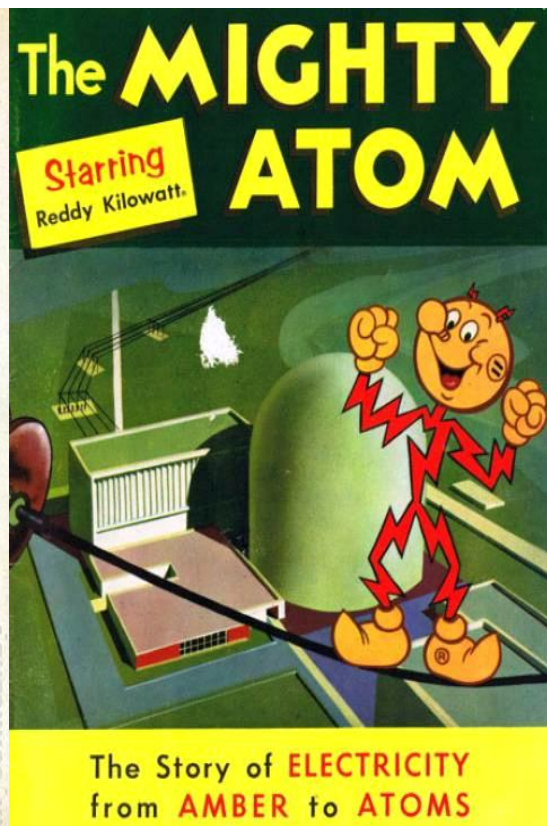


Figura 6 - The MightAtom
(MYCOMICSHOP, 2016)

O personagem se tornou uma marca: estampado em camisas e gravatas (Figura 7); desenhado em isqueiros, cinzeiros, porta-tachos, canetas, lápis, e dando forma a brincos e joias. Seu sucesso foi tanto que, na década de 50, surgiu um competidor para o Reddy Kilowatt, o *Willie Wirehand* (Figura 8), um personagem desenvolvido pela *National Rural Electric Cooperative Association*. Esse personagem tinha grandes semelhanças com o Reddy, tendo um corpo cumprido, um soquete de lâmpada na cabeça, e plugues com pernas e pés. Collins entrou com um processo de defesa dos direitos de imagem, alegando que se tratava de cópia e violação de marca, argumento derrotado na Corte Distrital dos EUA, que caracterizaram os personagens como diferentes. Dali em diante, as empresas começaram a desenvolver seus próprios representantes (NUMISMATISTIS OS WISCOSIN, 2017).

O Reddy Kilowatt sobreviveu ainda por muito tempo, durante a década de 70, principalmente, entrando em descenso após esse período. Mas não foi esquecido. Em 1998, os direitos de imagem foram comprados pela *Minnesota – Based Northern States*

Power Co., que criou uma subsidiária, a Reddy Kilowatt Corp. para gerir a vida do personagem. A mascote, então, ganhou um amigo para a campanha de gás natural, o Reddy Flame (Figura 9), personagem que não vingou. Em sua história, o Reddy Kilowatt fez muito sucesso, aproximadamente por cinco décadas, entrando em descenso na década de 80, e não conseguindo ser ressuscitado nas campanhas publicitárias, mesmo que tenha existido um esforço para isso. Porém, sua importância é grande para o setor da publicidade, pois foi uma das pioneiras e famosas mascotes a fazer a mediação entre empresa de serviços e público.



Figura 7 - Gravata do Reddy Kilowatt (ZAZLEE, 2016)

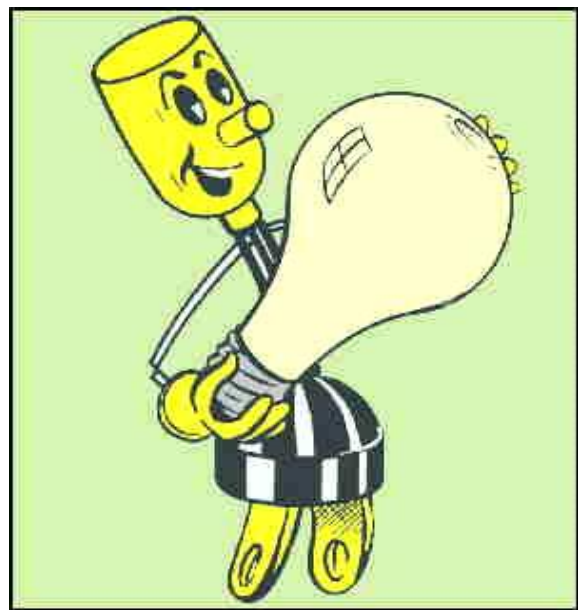


Figura 8 - Willie Wirehand (TOONPEDIA, 2016)



Figura 9 - Reddy's Kilowatt and Flame (PINTEREST, 2016)

Clotilde Perez (2011) se dedicou especificamente à análise de personagens publicitários, as mascotes, identificando as regularidades dentre várias marcas, o que nos auxiliou a analisar o “Seu” Kilowatt. A autora considera, através de seu estudo multidisciplinar, que o personagem, seja na literatura, no teatro, no cinema, na televisão ou na publicidade, tem o papel central de encarnar e fazer chegar ao público uma

mensagem, sendo indispensável em uma obra.

Mais do que isso, a maior dificuldade de quem produz um trabalho artístico reside em encontrar o personagem certo e enquadrá-lo bem na obra. Quando esse impasse é resolvido, o personagem, que sempre é fictício, mas não está descolado da realidade, responde a esta, através da escolha de elementos que gerem identificação do público. No caso de uma mascote, Perez (2011) demonstra que esta é utilizada com o fito de gerar uma identificação com o público, através de características bem marcadas, fáceis de lembrar, caricatas, buscando uma vinculação profunda entre público e marca.

Essa relação, segundo Perez (2011), está presente já na etimologia da palavra, do gênero feminino *masco*, proveniente do provençal renascentista, que, no diminutivo, *mascoto*, significa *sortilégio, sedução, encanto, atração e magia*. “Daí advém o entendimento das mascotes como amuletos, objetos portadores de potencialidades mágicas, de felicidade, fenômenos fetichistas e de expressões absolutamente afetivas” (PEREZ, 2011, p. 41).

A Mascote é “uma criatura limiar, que oscila entre o mundo material e a dimensão sobrenatural, entre o tangível e o etéreo, entre o real e o imaginário. Representa um ponto de interseção entre o humano e o divino” (PEREZ, 2011, p. 42). Ou seja, como dito acima, pode-se entender que, através de um personagem fictício, alguns traços da realidade são expostos nessa figura limiar, não humana, mas que ganha traços e sentimentos humanos, tornando-se um símbolo de sorte, de felicidade. A mascote é criada para gerar afetividade em seu público-alvo, atendendo aos interesses da instituição que representa.

São algumas das características de uma mascote, segundo Perez (2011): 1) *são ídolos*, por serem símbolos, podendo ser objeto de devoção; 2) *são fetiches*, por tomarem emprestadas características humanas e assim se apresentarem aos seus credores. Assim, apresentam vitalidade e potência, uma mística acolhedora e envolvente; 3) *são mediadoras*, pois “intermediam o universo cotidiano, material, real e o sensível, conciliando-as”; 4) *são pequenas*, por serem fáceis de manipular em forma objetual, gerando o sentimento no homem de onipresença e onipotência; 5) *são emblemas de cultura de massa*, pois “materializam uma visão fantasmagórica e imaginária da realidade. “A mascote vive da contaminação e é, a sua volta, contaminante”; 6) *são hipersígnicas*, pois geram uma multiplicidade de sentidos. Assim como se disseminam através de objetos, como bonecas, papéis de carta, pôsteres, jogos, camisetas, comida; e

7) *são onipresentes*, porque encontram-se em todos os lugares sociais, pois “são artefatos culturais, mas, antes de tudo, são um fenômeno cultural (PEREZ, 2011, p. 43-47).

Essas são características das mascotes contemporâneas, diferentes das mascotes antigas, símbolos muitas vezes ligados à religião e restritos a ambientes fechados, não presentes em todos os lugares sociais. São personagens que, sendo um fenômeno cultural contemporâneo, participam e se fazem presentes na vida cotidiana das pessoas. Outra característica notada por Perez (2011), para a construção de mascotes, é o uso do *fascínio pelo monstro*. Este é tomado pela autora como um ser que não atende à normalidade, tendo, em algum aspecto, a natureza distorcida ou alterada. Essas características ganham uso pela publicidade, que se apropria do imaginário popular para produzir efetividade persuasiva na difusão de seus produtos, vinculados à marca representada pela mascote. Desse modo:

O monstro e a monstruosidade caminham entre nossa expressão mental e visual chamando nossa atenção sem cessar, para proporcionar não mais uma mensagem de terror, mas um pouco de sedução com a complexa e maravilhosa expressão de suas formas estranhas e capacidades inimagináveis. A imagem do monstro aderiu-se a publicidade, ocupando um lugar multi-colorido, plurimórfico, com muita graça e simpatia (PEREZ, 2011, p. 48).

Em linhas gerais, o monstro, a mascote ou o personagem atende a duas funções principais para publicidade, que são: 1) *criar um mito*, pois “conferem nosso sentido de identidade pessoal ao nos indicar um lugar na sociedade. Explicam os diversos escalões, estereótipos e tipos de grupos sociais, justificando nossas atitudes por meio da diferenciação dos papéis”; 2) *gerar prazer*, pois as mascotes propiciam a “possibilidade de transcendência, escapismo do real [ajudando] a entender a vida de uma maneira menos neurótica, mais cheia de mistério e de prazer estético, pura fruição” (PEREZ, 2011, p. 57).

Em outras palavras, a mascote tem qualidades feitas para serem imitadas, através da delimitação entre o certo e o errado, entre o bonito e o feio, mas, ao mesmo tempo, retira o peso da vida cotidiana, através da imperfeição de formas do monstro, que reduz a necessidade do seu inverso, isso feito através da fruição.

A marca, tão importante para a publicidade, tem de se fazer cada vez mais insólita e especial, e utilizando as mascotes para adquirir excepcionalidade sobre os aspectos da vida diária, criando vínculos de sentido vigorosos [...] As mascotes atuam contra as cenas realistas exaltadas pela teatralidade, sublimando o cotidiano que teria por função fazer as marcas compreensíveis e entranháveis (PEREZ, 2011, p. 59).

O objetivo final e principal de uma empresa em criar ou utilizar uma mascote é humanizar seus serviços, gerando uma identificação do público consigo, através da figura inumana mediadora, que recebe características humanas e se torna um mito, com qualidades a serem seguidas e imitadas, mas, ao mesmo tempo, ciente de suas imperfeições. Finalmente:

[...] a primeira função da mascote é ativar mecanismos de identificação que induzam, de alguma forma, a vontade que o consumidor possa ter em “ser como” as personagens apresentadas ou que ele se reveja nelas, sentindo-se como elas ou parte delas. Ou seja, um mecanismo de identificação, de segurança afetiva. As mascotes estão entranhadas em nossa vida (PEREZ, 2011, p. 65).

Assim, o raciocínio de Perez (2011) é de que existem elementos disponíveis na cultura popular apropriados e utilizados pela publicidade na criação de personagens que atendam a essas necessidades, sendo consumidos juntamente aos produtos a que representam.

O Reddy Kilowatt e sua versão brasileira, o “Seu” Kilowatt, monstro / mascote / personagem antropomórfico, assume várias dessas funções descritas na análise de Perez, sendo: um *mito*, tem qualidades, mas é imperfeito; um *fetichê*, tem qualidades humanas, como: coragem, laboriosidade, sacrifício, generosidade, amizade, determinação; é *hipersígnico*, por ter vários objetos em que ele é a marca; e é *onipresente*, pois sua presença enquanto publicidade à época era possível em qualquer lugar social (vitrines, no rádio ou em cartazes). Sua criação foi para gerar identificação de um público desconhecedor da energia elétrica com os seus benefícios, criando consumo para as empresas do setor.

1.2. “Seu” Kilowatt: o criado elétrico. A versão brasileira da mascote

Ao descobrirmos que o “Seu” Kilowatt, inicialmente no estado do Espírito Santo, era apenas uma versão de personagem criado nos Estados Unidos e divulgado em diversos países do globo terrestre, o próximo passo dado foi buscar suas versões dentro do território brasileiro para compreender melhor as suas funções.

A empresa da mascote foi contratada pela AMFORP para fazer parte de sua publicidade, isso constatável pelo seu uso por todas as subsidiárias no Brasil. Nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio grande do Sul, o “Seu” Kilowatt tinha livre passagem nos jornais e revistas, o que nos permitiu pensar que ele estava presente também em outras regiões de atuação da AMFORP. Como já demonstrado, o personagem

foi constituído em uma empresa que cedia direitos de imagem e marca para operadoras do setor de serviços elétricos, com vistas a humanizá-los, e a AMFORP foi uma delas.



Figura 10 - MORAES; ARAÚJO, 2014

A entrada do “Seu” Kilowatt no cenário da publicidade brasileira pode ser datada de 1936, ano em que percebemos a aparição do personagem em detrimento da antiga publicidade da empresa, como se verá na seção a seguir. No trabalho de Tiago Correia Cavalcante de Moraes e Kátia Medeiros de Araújo, intitulado *Consumo de produtos elétricos no Recife dos anos 30*, o “criado elétrico” aparece no jornal Diário da manhã, de 21 de junho de 1938, em uma cena que retratava a

família burguesa. Nela, a mascote segura um microfone em frente aos olhos de uma mulher, com uma frase ao lado: “*Se seus olhos pudessem falar*”.

Os autores identificaram nesse anúncio o ideal de família burguesa em um ambiente muito bem iluminado por luminárias. Na cena, tem-se um casal e os filhos à mesa. Primeiro, o que se nota é o ideal familiar novo, pautado no amor romântico e romântico materno, haja vista a disposição do casal e dos filhos e a semelhança entre eles. Enquanto o marido lê o jornal, a esposa observa as crianças, ocupadas com o dever de casa. O amor materno romântico gera uma grande preocupação com os filhos, criando um *álibi* para o consumo de energia elétrica, que seria a necessidade de se ter claridade e iluminação para cuidar bem das crianças, assim como do marido e das atividades de casa. Nesse caso, quem é o alvo da publicidade é a mulher, que seria a maior beneficiada pelo uso de produtos elétricos (MORAES; ARAÚJO, 2014).

Os autores trabalham com a ideia de *álibis*, de Jean Baudrillard, encontrando-os presentes em Recife, colocados para a sociedade, que, por sua vez, teria justificativas para comprar eletrodomésticos. Eram diversos os *motivos* presentes para comprar eletrodomésticos, em

diversos outros anúncios, como: o álbi da *saúde* (uso da geladeira para evitar doenças microbióticas); o álbi da *urbanidade* (uso do rádio na obtenção de informações gerais sobre a vida); o álbi da *família* (iluminação para cuidar); o álbi da *economicidade* (preço baixo da energia elétrica); o álbi do *prazer e encanto* (sentimentos de felicidade e euforia colocados na propaganda para atrair o consumidor); e o álbi do *saber técnico* (ideia de que toda a tecnologia foi feita, tendo, como fim último, a melhoria de vida das pessoas) (MORAES; ARAÚJO, 2014).

Percebe-se que, nas publicidades em geral, o apelo principal era feito para a mulher, que, se em alguns anúncios, era retratada com autônoma e independente da família, no ambiente de compras, em outros, era mantida no ambiente doméstico, beneficiada por ter mais tempo para família e filhos, ou seja, sua manutenção na estrutura familiar tradicional. A mascote da Pernambuco Trains contribuiu para tal mensagem.

Tendo o jornal Folha da Manhã como objeto de análise, Cecília Nascimento Arruda demonstra algo semelhante ao discurso voltado para as mulheres presente no Diário da Manhã, porém, com mais espaço para isso. O jornal Folha da Manhã tinha uma coluna chamada *Mundanismo*, a qual, junto às publicidades de empresas e notícias informativas, representava a cristalização do papel da mulher na sociedade por meio da comunicação: A mulher deveria ser bela, sendo o fator beleza a causa da desigualdade entre as mulheres. Ao homem, cabia ter força de espírito para ser bom. Dentro dessa concepção, duas representações sobre a mulher se construía: uma mulher autônoma, que teria seus serviços do lar facilitados pelos eletrodomésticos, permitindo que estas trabalhassem, se embelezassem e também cuidassem do lar; e, por outro, a mulher do lar, submissa ao homem e às atividades domésticas, que teria mais tempo para ficar bonita para o marido, com o auxílio dos eletrodomésticos, que encurtariam as tarefas de casa (ARRUDA, 2014).

E então aparece o “Seu” Kilowatt, falando sobre sua atuação e os benefícios prestados à mulher. Arruda (2014) não disponibilizou a imagem em seu artigo, porém, a descreveu e reproduziu o texto que ancorava o sentido do anúncio: A imagem retratava um homem dando uma joia à esposa, isso sendo mostrado pelo personagem, de fora da cena, diretamente ao leitor da mensagem, com o título *Melhor que uma jóia!*, que continha as seguintes considerações:

Os incontáveis serviços que presto constituem o melhor presente que se pode fazer a uma dona de casa - diz o Snr. Kilowatt, seu criado electrico - porque facilitando os trabalhos domesticos, embellezo o lar, protejo a saúde e, por pouco preço, torno a vida mais confortável, pois a electricidade é barata nessa nossa cidade (FOLHA DA MANHÃ, Recife, 10/05/1938, p. 12, apud ARRUDA, 2014, p. 9).

Em um mesmo anúncio, o personagem se auto-intitula como o melhor presente a ser dado a uma dona de casa, ou seja, a publicidade é direcionada à mulher, que, por sua vez, era direcionada aos serviços domésticos. A mascote destaca a economicidade que ela e seus serviços proporcionam, favorecendo a outra qualidade esperada de uma “boa mulher”, assim como aponta para outros *álibis* de saúde e conforto, conforme Moraes e Araújo.

O artigo de Paulo Raphael Felduhes, intitulado *Imprensa e propaganda política: caminhos do espaço público no Estado Novo pernambucano*, também cita a presença do “Seu” Kilowatt, porém, com outra mensagem, bem distinta de conteúdo. No jornal Folha da Manhã, de propriedade do interventor do estado durante o Estado Novo, Juraci Magalhães, várias formas de propaganda do governo foram colocadas em funcionamento, segundo Felduhes (2008), aos moldes da teorização de Jean-Marie Domenach, dividido nas seguintes leis: *Lei da simplificação*; *Lei da ampliação*; *Lei da orquestração*; *Lei da transfusão*; *Lei da unanimidade ou contágio* (FELDUHES, 2008).

Importante para esse trabalho se constitui a observação de Felduhes sobre a Lei da Orquestração. Essa se dá com a propaganda política do Estado através de empresas privadas, as quais comungariam das ações do mesmo e as divulgaria juntamente à sua publicidade. Foi nesse sentido que a propaganda política encontrou “Seu” Kilowatt. Infelizmente, o autor não disponibilizou a imagem, porém deixou o trecho que demonstra o alinhamento comercial com o governo, no qual a mascote dizia: “Ajude o Brasil a vencer! Comprar créditos de guerra é dever patriótico” (FELDUHES, 2008, p. 198). Nesse caso, no período em que o Brasil entrou em Guerra, o personagem Kilowatt fazia campanha para o governo federal, chamando a população a cumprir um dever, ligando-o ao patriotismo.

Descendo a costa brasileira, a mídia da Bahia também contou com a ilustre presença da personagem. No site www.Ibahia.com, o jornalista Nelson Cadena escreveu sobre o “Seu” Kilowatt e disponibilizou as imagens – apesar de não fazer referência ao jornal em que encontrou os anúncios –, permitindo que identificássemos semelhanças entre aquelas encontradas em Recife, porém como algumas novidades.

Na Figura 12, temos a imagem de um soldado se despedindo da família, em uma cena que é observada e mostrada pelo “Seu” Kilowatt ao leitor. Em sua mensagem, ele diz: “Sacrifício é isto!”. E segue usando o argumento de que seguir as medidas de restrição econômica do governo se constituíam em um dever, e que nem eram de fato um sacrifício, como havia se convencido chamar. Na imagem e no texto, “Seu” Kilowatt mostra o que considera um sacrifício de verdade, que era aquele feito pelos soldados que deixavam suas famílias para ir lutar na guerra. Pode-se perceber o claro alinhamento do personagem com o esforço de guerra, assim como na aparição no Folha da Manhã de Recife. A imagem não tem data, o que dificulta saber sob qual interventor estava o estado baiano, pois, em 1942, Landulfo Alves fora sucedido por Leopoldo Afrânio Bastos do Amaral. Mas, independentemente disso, o discurso era de defesa do governo federal, o que contava com a ação do interventor para obter ou manter tal apoio.



Figura 11 - IBAHIA, 2017

Figura 12 - IBAHIA, 2017

Na Figura 11, assim como na Figura 14, nota-se a primeira novidade do uso do “Seu” Kilowatt, que passa a ser um instrutor, um educador. Ele advertia as crianças, com o intuito de evitar acidentes relativos à energia elétrica e ao trânsito. A instrução ao uso de pipas em locais distantes da fiação elétrica, assim como a advertência do perigo de se subir em postes, são dadas em letras grandes e em passos bem definidos. A imagem das

crianças atravessando a rua segue o mesmo intuito pedagógico, ancorando a cena com um pequeno texto de instrução. A segunda novidade é a empresa falando sobre tarifas.

Na Figura 13, nota-se o “Seu” Kilowatt, devidamente vestido à moda antiga, em um calhambeque, também antigo para a época, dizendo que “*Nem tudo mudou tanto*”, em referência às tarifas cobradas pela empresa. Seu preço estaria defasado, segundo a mensagem da imagem. As tarifas cobradas pela empresa não acompanharam ao aumento dos preços, e o ônus era da Companhia Energia Elétrica da Bahia (CEEB), sendo a economia do consumidor feita a partir dessa defasagem. Ou seja, se o consumidor ainda tinha algum poder de compra, era com base nas tarifas obsoletas que a CEEB cobrava, o que passava uma imagem de sacrifício da empresa.



Figura 13 - IBAHIA, 2017



Figura 14 - IBAHIA, 2017

Por fim, a segunda contribuição de Cadena, além de disponibilizar as imagens, foi sua consideração sobre a existência de um Departamento de Relações Públicas e Propaganda, que faria o processo de regionalização do “Seu” Kilowatt, um indício que demonstra a existência de uma parte específica da empresa para fazer esse serviço. Ângela Ferreira também indicou um setor específico para a publicidade da empresa que estaria nas mãos

do Departamento Comercial. Esses elementos serão mais bem debatidos quando o enfoque for a estrutura da empresa, no capítulo 6.

Indo para o Sul do país, alguns estudos foram feitos no Rio Grande do Sul, com a aparição do “Seu” Kilowatt. Em 2014, um estudo de Iniciação científica tratou especificamente do personagem, o primeiro trabalho a dar atenção especial à mascote. Sob orientação de Helena de Araújo Neves, os iniciandos Jordan Ávila Martins e Gabriela Rodrigues Silveira selecionaram três imagens para a jornada de Iniciação Científica, das quais eu indico duas:



Figura 15 – MARTINS et al., 2014, p. 3



Figura 16 - MARTINS et al., 2014, p. 3

Na Figura 15, encontramos novamente o uso da publicidade enquanto um definidor social do papel do homem e da mulher, na delimitação de quem seria o maior beneficiário do uso energia elétrica, que seriam as mulheres. O título é o mesmo que o utilizado no anúncio apontado por Arruda, em Recife: *Melhor do que uma jóia!*

Na Figura 16, o “Seu” Kilowatt vende os seus serviços, demonstrando sua operosidade, com uma disposição de trabalho que o fazia trabalhar para indústria e ainda, pela noite, encontrar tempo para iluminar e embelezar a cidade. Nesse anúncio, ele enaltece os serviços da empresa e reproduz um modelo ideal de trabalhador.

Maria Helena Steffens de Castro escreveu um artigo sobre a inserção de produtos elétricos no Rio Grande do Sul, intitulado *Os modernos criados elétricos*, no qual utilizou como fonte a Revista Globo, que era direcionada para um público elitizado. Segundo a autora: “Os anúncios revelam que a razão da publicidade aproximava anunciantes nacionais e estrangeiros, pela necessidade de extrair demandas para produtos básicos, ligados à saúde, beleza, higiene pessoal, alimentação, aparelhos domésticos, etc” (CASTRO, 2014, p. 6). Castro argumenta também que a revista era imbuída de uma publicidade normatizadora e definidora dos papéis de homem e mulher e tinha a participação da mascote, que se mostrava “sempre solícito e eclético, [...] o senhor Kilowatt... este seu criado elétrico” (CASTRO, 2014, p. 10).

Portanto, utilizando o trecho da autora, que diz respeito à aproximação dos anunciantes nacionais e internacionais, e somando ao que foi já observado sobre o papel da mulher, encontramos uma ambiguidade gerada pelo escopo publicitário: Se, de um lado, vinha uma nova concepção de mulher e de seu papel na sociedade dos Estados Unidos, e esta era até veiculada nos jornais e revistas, existia a concepção própria brasileira, que era da mulher do lar, submissa ao marido e responsável pelos afazeres domésticos.

Segundo essa leitura, o “Seu” Kilowatt apenas se adequava às condições sociais da época, encontrando um meio de criar na população a demanda de energia elétrica. Se a mulher brasileira não podia ser igual à americana, então os benefícios do uso de eletrodomésticos alimentados pelo “Seu” Kilowatt deveriam ser para a mulher do lar. Vale ressaltar que ambas as visões são normativas e sexistas, pois a mulher moderna tinha os aparelhos domésticos como um meio de dar conta da dupla jornada de trabalho, sem divisão com os homens das tarefas domésticas, enquanto a mulher do lar teria mais tempo para se embelezar para o homem.

Entretanto, no que Castro (2014) vê diferença, enxergamos similaridade: Tanto a mulher estadunidense quanto a mulher brasileira foram inseridas no ambiente doméstico pelos anúncios, e ambas foram interpeladas a serem modernas através do uso de eletrodomésticos. Portanto, existiu uma afinidade entre o ideal de família nos dois países.

Até aqui, podemos indicar que, com as experiências supracitadas, o “Seu” Kilowatt tinha várias funções disciplinadoras com seu público consumidor, o que podia ser ajustado às realidades locais. Assim, são seis os usos identificados do “criado elétrico”:

- 1) Demonstrar altruísmo com relação aos consumidores através dos seus serviços;
- 2) Vender a eletricidade e seus produtos;
- 3) Educar a mulher através da venda de produtos movidos a eletricidade;
- 4) Instruir o público das mudanças físicas da cidade moderna;
- 5) Defender a empresa de críticas;
- 6) Apoiar o governo na Guerra.

Se o personagem conseguia convencer, já era outra história, pois, como registrado no jornal *Informador Comercial*, de Minas Gerais, por José Costa:

O ridículo desenho do “Sr. Kilowatt”, símbolo das pretensões diárias da Companhia Força e Luz de Minas Gerais contra os interesses do povo Belo horizontino, deu agora para chorar a vida. Diz ele que, se os preços das passagens não forem aumentados, a canoa em que navega vai afundar. Nega, porém, que a canoa em que os bondes que nos oferece não correspondem às necessidades da cidade, que a iluminação é a pior possível e que a indústria e o nosso comércio sofrem seu maior entrave pela falta de forças que esta Companhia lhe nega (COSTA, 1950).

1.2.1. O Enredo da História através do “Seu” Kilowatt, o criado elétrico

O termo “Seu” Kilowatt, o criado elétrico, foi uma alteração percebida no jornal *A Gazeta*, em 31 de outubro de 1941, substituindo o antigo “Sr. Kilowatt, o seu criado elétrico”. Com isso, além de se desfazer do peso do pronome de tratamento *Senhor*, ganhando, com isso, jovialidade, tornou-se mais “propriedade” das pessoas, sendo delas através do pronome possessivo “Seu”, sempre destacado pelas aspas. Este era o representante da famigerada Companhia Central Brasileira de Força Elétrica, a Central Brasileira.

Identificamos a aparição do “Seu” Kilowatt no *Espírito Santo*, em 1936, marcando a provável data de entrada do personagem no Brasil, confirmada posteriormente. Os trabalhos que já citaram o “Seu” Kilowatt podem ter escolhido imagens que melhor se encaixavam em suas temáticas, mais amplas, que podem ter sido encontradas apenas em 1938. Isso não exclui a existência do personagem antes disso, como também essas considerações não excluem que ele tenha chegado em tempos diferentes nos Estados. No

próximo capítulo, iremos averiguar a viabilidade de se afirmar 1936 como data de chegada do personagem ao Brasil.

MASCOTE ❀ ❀ ❀

*a felicidade
do seu lar pela pre-
servação dos alimentos*

OS refrigeradores G. E., garan-
tidos pelos maiores productores
de aparelhos electricos do mundo,
são, igualmente, os preferidos pelo
publico.

Apresentando os caracteristicos es-
senciaes dos refrigeradores General
Electric, o "MASCOTE" é portador
de felicidade e de alegria para o
seu lar.

Occupando um espaço minimo, o
"MASCOTE" comporta os alimen-
tos necessarios para o sustento de
uma familia de 4 pessoas durante



3 dias. E' pratico, simples, auto-
matico. E' o refrigerador mais
economico do mundo!

Peça informações ou uma demonstração a
qualquer dos nossos auxiliares ou telepho-
ne para o escriptorio da :

**COMPANHIA CENTRAL BRASILEIRA DE
FORÇA ELECTRICA**

PHONE 664

Figura 17 – C.C.B.F.E, 1935, p. 7

A publicidade das empresas subsidiárias da AMFORP anterior ao "Seu" Kilowatt, como demonstra o caso do Espírito Santo, eram anúncios de produtos da General Electric (G.E.), seguidas do nome da empresa. A Revista Capichaba, quinzenal direcionada à classe média com poder de consumo, em 1935, trazia anúncios de refrigeradores, de ventiladores, da lâmpada, dos benefícios do uso da energia elétrica, e do Visiômetro, um aparelho que media intensidade da luz por ambiente.

A imagem selecionada é o anúncio da *Mascote* (Figura 17), propositalmente, pois, antes do surgimento do personagem, a sorte e felicidade seriam geradas pelo próprio produto, no caso, um refrigerador. É notável a presença de "trevos da sorte", simbolizando o que

o aparelho eletrodoméstico proporcionaria ao consumidor. Além de ocupar pouco espaço na casa, ele “é portador de felicidade e alegria” para o lar.

Isso confirma a concepção do sentido de mascote de Perez, assim como demonstra a busca da empresa em relacionar seus produtos à sorte e à felicidade de uma mascote. Além disso, mostra a execução do projeto da *Electric Bond and Share*, e por seqüência, da G.E., sua mentora, o qual era estruturar o fornecimento de energia elétrica para estimular o consumo de produtos elétricos e, com isso, tornar efetiva a simbiose entre as empresas.

O personagem da AMFORP pode ser mais bem percebido em sua aparição no jornal A Gazeta. Este tinha uma circulação diária e, durante a década de 1940, foi em suas páginas que houve a maior variedade criativa da mascote, tendo em torno de 240 situações diferentes no decênio no qual o “Seu” Kilowatt apareceu. Este, por sua vez, estampava um espaço no jornal duas vezes por mês, com raras exceções, nas quais aparecia três vezes.

Desse modo, A Gazeta se mostrou uma fonte privilegiada para a pesquisa do “Seu” Kilowatt, desde 1936, pelo fato de o jornal ter quase todas as suas edições disponíveis e acessíveis, durante todo o recorte, diferente de A Época, da Folha Capixaba e de A Tribuna. Essa coleção, quase completa, permitiu que fossem comparados os períodos e a qualidade das imagens, em fases, que são: 1) *Fase da publicidade positiva dos serviços da empresa (de 1936 até metade de 1942)*; 2) *Fase do período de guerra, na qual o personagem assume o esforço de guerra e, por último, 3) Fase de defesa de críticas feitas à empresa (de 1945 até 1949)*.

Mas antes de especificar esses períodos e as funções da imagem, faz-se importante caracterizar a personalidade do “Seu” Kilowatt, mostrar quem ele é e o seu jeito de ser, já feita a leitura de toda a sua atuação na década de 40, em A Gazeta. Depois, indicaremos a sua aparição em outros jornais e revistas.

1.2.2. “Seu” Kilowatt, “pau pra toda obra”

Nas propagandas da Central Brasileira, o seu representante sempre chamava a atenção para: a) *evidenciar suas qualidades e as de seus serviços*; b) *demonstrar os seus sentimentos*; c) *definir a sua relação com o público*; d) *dar adjetivos positivos aos seus clientes*; e) *também aos trabalhadores*; f) *definir as características do seu trabalho*; g)

assumir dezenas de personagens, isso retratado numa estratégia para de h) manter uma imagem padrão.

Assim, o “Seu” Kilowatt tinha a (a) *qualidade* de ser um sujeito responsável, ciente das suas difíceis obrigações e do seu serviço, distinto de outros. Dominando uma força veloz, a energia elétrica, utilizava isso em favor da população, a quem muito prezava. Dessa forma, sempre estava vigilante para qualquer demanda que surgisse em qualquer ponto da cidade, não tendo tempo nem para descansar, o que, porém, não lhe chateava, pois queria ter um consumidor satisfeito e atendido.

Antes da Guerra, “Seu” Kilowatt até poderia cobrar um preço maior pela energia elétrica, mas não o fez, pelo seu desprendimento. Seu orgulho era bem-servir à população, com apoio de seus funcionários, que, assim como ele, eram fiéis e dedicados. Pensava em soluções rápidas, resolvendo problemas que os outros não conseguiam, informando a população de coisas não sabidas pelo senso comum. Era corajoso e confiante, sabia o que estava fazendo. Aliás, era “pau para toda obra!”.

Mas o “Seu” Kilowatt não era só trabalho, era uma "pessoa" animada, que podia cair na farra no carnaval e sair do sério, divertindo-se com os amigos de sua cidade. Isso, claro, sem perder a atenção para os seus serviços. Sua tarefa era complicada, difícil, e dela ele não podia se descuidar. O “Seu” Kilowatt advertia a criançada de que ele já havia sido criança, e de que eles deviam tomar cuidado com o local onde soltavam “papagaios”, assim como ter cautela com as ruas com movimento de carros.

Como civil, “Seu” Kilowatt se colocou como patriota no período de guerra, defendendo todas as medidas do governo, pelo bem de toda a coletividade, ou seja, era uma “pessoa” preocupada com o bem-estar do Brasil, seus cidadãos e de toda a humanidade. Considerava seu nariz “o mais popular do mundo”, dizendo que merecia receber esse título. Depois que a Guerra acabou, as fraquezas do “Seu” Kilowatt vieram à tona, pois era humano, e estava meio zozzo com o aumento dos gastos, sendo até internado. Mas iria se recuperar, segundo ele. Era otimista.

Os (b) *sentimentos* de “Seu” Kilowatt eram de alegria, determinação, empolgação, amor, estando a maioria das vezes no domínio da situação, só tendo raiva do nazismo, o qual deveria ser exterminado. Aliás, o fim da Guerra lhe gerou emoção, mas, ao mesmo tempo, o medo e a apreensão diante da falta de possibilidade próxima em atender seus clientes.

Em sua (c) *relação com o público* e seus funcionários, “Seu” Kilowatt sempre prezara pelo compromisso, pela confiança, solicitando, nos tempos difíceis, cooperação e compreensão, mantendo os laços indissolúveis que o prendiam as pessoas.

Aos (d) *funcionários*, “Seu” Kilowatt dispensava elogios e adjetivos positivos, como de auxiliares dedicados, atentos, altruístas, solícitos e anônimos. E aos (e) consumidores, seus bons patrões, dizia ter preocupação com eles, seus semelhantes, camaradas, as classes trabalhistas, soldados da produção, que eram também, pacientes quando necessário e tinham boa vontade com ele.

O (f) *Seu trabalho* era uma complicação, com mil obstáculos, imprevisível e mais difícil ainda, pois tinha de ser entregue em domicílio, diferente de outros setores os quais o consumidor vai até o serviço. Porém, apesar disso, a cidade iluminada se constituiu, para o “Seu” Kilowatt, como um jardim, uma eterna sinfonia, ou um tabuleiro, ou seja, carente de cuidados constantes, habilidade e estratégia, afinal, a energia elétrica não podia ser armazenada como o feijão, por exemplo. Tinha que ser produzida sempre.

Para isso, “Seu” Kilowatt vestiu dezenas de (g) *personagens*, como: marceneiro, atleta, mágico, funcionário, descobridor do Brasil, jardineiro, criança, pintor, boxeador, saxofonista, cientista, gênio da lâmpada, baiana, operário, ferreiro, soldado, médico, aluno, paciente, cavaleiro, cozinheiro, professor, paciente, eletricitista, entre outros, demonstrando a sua operosidade.

Todas essas qualidades, relações, trabalho e personagens eram retratados em um tipo de imagem caracterizada por ter um *enquadramento aberto*, com *moldura* em forma de quadro e *ângulo de vista* de expectador, ou seja, este observa uma cena, podendo atribuir vários sentidos à imagem, pois não há um enquadramento fechado, no qual o autor do anúncio pode limitar a polissemia através de uma imagem mais interpelativa ou convidativa. As imagens do “Seu” Kilowatt servem, na maioria dos casos, como um modelo a ser seguido, pois o expectador assiste o personagem fazer algo, considerado bom, bonito, o que exclui seus opostos como conduta moral.

A importância do aspecto textual para os anúncios da Central Brasileira era grande, tendo a função de ancorar a imagem dentro do sentido pretendido pela publicidade. Ou seja, limita a polissemia que a imagem podia gerar. Por outro lado, algumas imagens tiveram um texto até surpreendente, não ancorando o sentido, mas servindo de complemento à

imagem, que sozinha ficaria desprovida de um entendimento aproveitável pela Companhia.

O que se considera padrão de imagem nesse trabalho foi definido com a observação das características comuns que mais se repetiram durante toda a série histórica, a qual gerou o seguinte resultado: padrão = enquadramento aberto, com moldura de quadro e ângulo do leitor, com o sentido delimitado no texto. Isso, porém não exclui o inverso, no qual o personagem interage diretamente com o expectador, interpelando ou convidando, em um enquadramento fechado, com moldura parcial. Porém, no caso do personagem da Central Brasileira, o que interpelava ou convidava mais era o texto, e nem tanto a imagem. Poderia se passar uma cena aos olhos do expectador, como se ele estivesse presenciando algo, sem participar, mas o texto se dirigia diretamente a ele, com o fito de conclamar a uma ação ideal. Portanto, essas eram as características do personagem da empresa, assim como o tipo de imagem que com ele se fez.

Uma última observação nesse aspecto é importante. O personagem se autointitulava como parte da terra capixaba, mas uma matéria do jornal A Gazeta deu um indício de como esse personagem era visto pela sociedade. No dia 16 de janeiro de 1940, o jornal publicou uma matéria sua, referindo-se ao “Seu” Kilowatt que teria feito a doação de um “Parker Gigante” para um concurso de fantasias, o qual estava sendo organizado pelo matinal, elogiando-o e o bendizendo. Nessa matéria, o Kilowatt é chamado de *Mr. Kilowatt*, utilizando o pronome de tratamento em inglês, *Mister*, abreviado, para a mascote, o que sugere que ela e sua Companhia eram entendidas como um agente estrangeiro no Espírito Santo (C.C.B.F.E, 16/01/1940, p. 5).

1.2.3. Fase 1) “Seu” Kilowatt, “O bom funcionário”

Essa fase dos anúncios da Central é caracterizada por uma publicidade positiva, que aponta para as potencialidades do Estado e para a sua contribuição com o desenvolvimento e progresso da região. Já em 1937, uma publicidade chama a atenção, tanto pelo enaltecimento da empresa como para o seu público-alvo: “Que esposa inteligente!”, elogiava o Snr. Kilowatt, enquanto a mulher afirmava: “Que bom criado!”. Abaixo, um homem satisfeito, bem vestido e se encaminhando para o trabalho. O texto é emblemático: O Snr. Kilowatt era apresentado como um aliado da mulher que “Soube como ajudar o marido a vencer na vida!”. A Figura 18 está um pouco comprometida fisicamente, por isto vale a transcrição:

Seu primeiro cuidado foi sempre o de fazê-lo sair, pela manhã para o trabalho, sentindo-se bem e muito alegre! Sendo inteligente não esquecia, que, para tanto, muito concorriam o primeiro almoço bem preparado, um terno e as roupas brancas do marido bem passados: tinha certeza de que elle, assim, começaria bem o dia. Qualquer esposa inteligente se utiliza dos serviços do Snr. Kilowatt – o seu criado elétrico – através dos aparelhos domésticos tão em moda. E não ignora ella que, nesta cidade, a eletricidade é barata! (C.C.B.F.E., 25/03/1937, p. 6).

A esposa cuida do marido e o ajuda a vencer na vida, sendo a boa execução de suas atividades domésticas a prova de sua inteligência, assim como é o uso da energia elétrica do Snr. Kilowatt. Esse anúncio estimula o consumo energético, apropriando-se e reforçando o papel da mulher enquanto dona de casa, auxiliar do homem, servindo a este para, além de fazê-lo feliz, ajudá-lo a ter sucesso. Aqui está a mesma função encontrada em outros jornais e revistas no Norte, Nordeste e Sul do Brasil, que é a de domesticar a mulher ao consumo de produtos elétricos, mantendo a estrutura familiar patriarcal.

Na Figura 19, isso é confirmado, através do destinatário de um apelo feito pelo personagem: a mulher. Em “Solte minhas mãos”, o Snr. Kilowatt elenca todas suas habilidades e pede à dona de casa que não o deixasse “ficar de braços cruzados”, que fizessem uso “de toda actividade deste seu criado elétrico”. O criado elétrico não solicitava férias nem dia de saída, ainda por cima, cobrando pouco pelo serviço, o que o tornava um excelente criado. Snr. Kilowatt também exemplificava todas as tarefas que eram destinadas à mulher, nas quais ele podia servi-la: torrar o pão, fazer o café, cozinhar, limpar o assoalho. Além disso, ele ofertava a distração do rádio, a beleza da iluminação e da casa e o aquecimento da água do banho. Ele podia ofertar os serviços, queria trabalhar, mas estava preso, quando as “senhoras” não faziam uso dele.

Snr. Kilowatt era um “criado modelo”, “ideal para todos” porque trabalhava muito ganhando pouco. Fazia tal milagre “porque, sendo Snr. Kilowatt”, simbolizava a eletricidade. Era “incansável” e, novamente em referência ao baixo preço de seus serviços, “por pouco dinheiro” iluminava a casa e auxiliava as senhoras, “a qualquer hora do dia”.

Que esposa inteligente!
Que bom criado!

**COMO AJUDAR
ARRIBO A VENCER
NA VIDA!**

Seu primeiro cuidado foi sempre o de fazê-lo saber, pela manhã para o trabalho, sentindo-se bem e muito alegre!

Seu primeiro cuidado não esquecia, que, para tanto, muito concorriam o primeiro almoço bem preparado, um ferro e as roupas brancas do marido bem passadas; tinha a certeza de que ele, assim, começaria bem o dia.

Qualquer esposa inteligente se utiliza dos serviços do Sr. Kilowatt e seu criado eléctrico — através dos aparelhos domésticos tão em moda. E não ignora, ella que, nesta nossa cidade, a electricidade é barata!

CIA. CENTRAL BRASILEIRA DE FORÇA ELECTRICA
TELEPHONE - 664

Figura 18 - C.C.B.F.E., 25/03/1937, p. 6

**Solte
minhas mãos!**

Minhas Senhoras:

É realmente verdade que sou o criado mais barato que poderão contractar. Por algumas centenas de reis diarios, posso fazer tantas coisas em suas casas, que poupar-lhe-ei, semanalmente, horas de trabalho e do seu tempo, tornando suas casas um brinco e do mesmo, mais agradáveis.

- Aquecerei agua para o banho;
- Torrarei o pão;
- Ferverei e aquecerei o leite;
- Farei o café;
- Conservarei os alimentos;
- Lavarei a roupa;
- Passarei toda a roupa;
- Consertarei as defecções;
- Lavarei a louça;
- Aspirarei todo o pó;
- Encerarei os assalhoos;
- Farei funcionar o ventilador;
- Atrai-lhe-ei distrações pelo radio;
- Iluminarei toda a casa;
- Embelezarei sua casa.

Não me deixem ficar de braços cruzados e sim façam uso de toda a actividade deste seu criado eléctrico, porque, chova ou faça sol, no inverno ou no verão, durante o dia ou à noite, poderão contar commigo para servi-las bem. Não solicito férias, não exijo nenhum dia de sahida e o que peço pelo meu serviço é, na verdade, muito pouco.

Passo pela Companhia, ou telefonia e diremos como o "Sr. Kilowatt" poderá trabalhar mais em sua casa. Explicaremos, com prazer, tudo quanto disser respeito ao seu criado eléctrico e mostraremos como d'elle se poderá utilizar, com mais vantagem.

**Sr. Kilowatt
SEU CRIADO ELECTRICO**

CIA. CENTRAL BRASILEIRA DE FORÇA ELECTRICA

Figura 19 - C.C.B.F.E., 12/03/37, p. 6

Snr. Kilowatt se mantém apto à tarefa, visando uma publicidade que ressalte seus pontos positivos, suas qualidades. No início de 1940, abriu o ano reconhecendo suas “tremendas responsabilidades!”, e disse estar acostumado com a “interminável luta contra o tempo... uma luta que consiste em passar dias e dias, semanas e meses, trabalhando em benefício dos meus camaradas de longa data”. Ufanava-se de “influir, de um modo positivo, para o desenvolvimento dessa terra e para a felicidade do seu povo, onde [contava] com excelentes amigos”.

O Snr. Kilowatt pegava pesado, trabalhava e suava muito, mas com alegria de fazê-lo. Com segue na Figura 20, diz o personagem: “Pegar pesado é minha sina”. Nela, o personagem diz trabalhar como um “Mouro”, mas alegre em servir os seus “incontáveis patrões”, além de concorrer para o “progresso e expansão da cidade”.



Figura 20 - C.C.B.F.E., 23/02/40, p. 4



Figura 21 - C.C.B.F.E., 05/04/40, p. 4

O Sr. Kilowatt se orgulhava também de sua velocidade, dizendo levar “numa fração de segundos [...] a qualquer ponto onde haja linhas de [sua] companhia, os múltiplos serviços que a eletricidade proporciona”, essa que, mesmo gerando “despesas enormes”, nas palavras dele, “é barata em nossa cidade”. Na Figura 21, ele é “Pau p’ra toda obra”, pois, como diz: “Para tudo sirvo, a todos servindo! Meu raio e ação é quase ilimitado e, por isto, sou útil aos pobres e aos ricos, aos lares e as fábricas, aos hospitais e aos templos”. Mais útil ainda, além de necessário a tantas pessoas e instituições, vendia seus serviços baratos.

Sobre esse aspecto, o valor do serviço que Sr. Kilowatt prestava, um anúncio é interessante. O título da imagem é “Dispêndio compensador”, como segue na Figura 22. O Sr. Kilowatt representava a figura de um provedor familiar à porta de sua casa, segurando uma moeda com nome de eletricidade, enquanto outras saíam correndo, velozmente, porta afora. Somando a imagem ao texto, a intenção era demonstrar o quão barata custava a energia elétrica frente a outros custos domésticos. Porém, existe aí um duplo sentido. O expectador desavisado do texto, que acompanhava o personagem em suas aparições e sua propaganda de baixo custo, ao ver a imagem, poderia imaginar outra coisa que não a ideia de um provedor familiar. O Sr. Kilowatt, segurando uma moedinha apenas, enquanto outras se iam para outros gastos, pode representar também o lucro dele,

pequeno, frente a grandes custos que uma casa demanda. Se essa duplicidade tiver sentido, pode-se ler também nessa imagem a justificativa de que ele se sacrificava por seus clientes, ganhando pouco.



Figura 22 - C.C.B.F.E., 07/03/41, p. 4



Figura 23 - C.C.B.F.E., 03/05/40, p. 4

Snr. Kilowatt, além de elogiar seus serviços e generosidade, também agradeciava seus “bons patrões” e seus “auxiliares tão dedicados”, aos quais dizia o “Seu” Kilowatt prezar muito. Esses eram fatores que contribuíam para o seu serviço, ágil e barato. Mas os elogios não paravam por aí. Como se segue na Figura 23, a terra brasileira também era enaltecida pela personagem, o que foi reproduzido em um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, dessa forma: “a terra em si é de tal maneira graciosa, que querendo-a aproveitar, dar-se-á nella tudo”. Completava que sua companhia estava “perfeitamente certa das possibilidades desta nossa cidade” e a ajudava a progredir, orgulhando-se de “ser o símbolo dessa contribuição”. Além de fornecer serviços elétricos, era um grande consumidor de materiais, como cimento, cobre, carvão, madeiras, fios, ou seja, movimentava as indústrias locais, gerando mais desenvolvimento ainda para o Estado.

A intenção do Snr. Kilowatt era estabelecer laços de afetividade com a população capixaba, reconhecendo as qualidades daquela, assim como as suas, delimitando como

objetivo principal de seus serviços o desenvolvimento da cidade. Neste sentido, a imagem da Figura 24 é de apelo emocional. Nela, o personagem diz que “[seu] coração é de todos!”. Em versos de um poema, ele diz: “Meu coração é de todos / que moram nessa cidade / cada habitante é um amigo / que sirvo com lealdade” (C.C.B.F.E., 08/03/1940, p. 4).

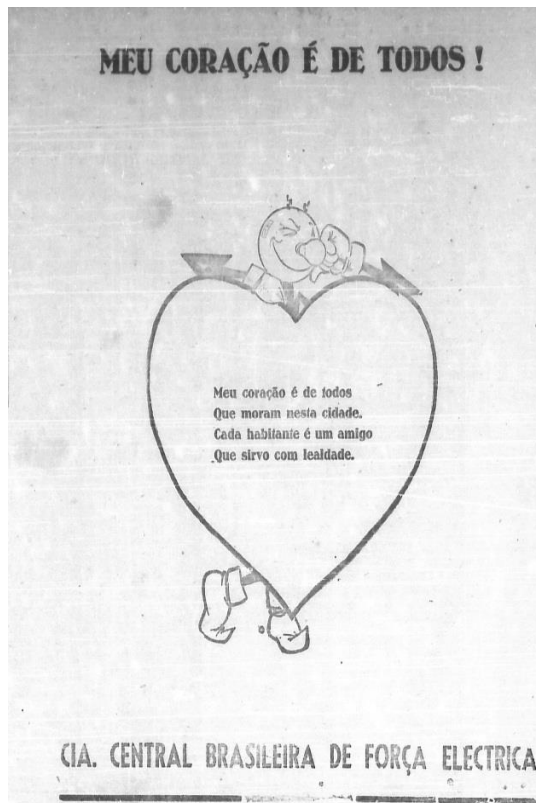


Figura 24 - C.C.B.F.E., 08/03/40, p. 4



Figura 25 - C.C.B.F.E., 11/06/40, p. 4

Na Figura 25, surge uma nova função ainda não conhecida com base no que foi visto nos outros estados. Nela, o Snr. Kilowatt se apresenta como um “Bom funcionário”. No texto que ancora o sentido da imagem, ele define o que é ser um bom funcionário:

[...] aquele que, chegando pontualmente a repartição onde trabalha, ali, com toda dedicação e solicitude, dá o melhor do seu esforço para o cumprimento das suas obrigações. — Sou, portanto, um bom funcionário, porque, em minha “repartição” — que é a cidade inteira — chego sempre na hora certa e me dedico, solícitamente ao desempenho dos numerosos serviços que me são atribuídos (C.C.B.F.E., 11/06/40, p. 4).

Snr. Kilowatt estabelece o que é bom, certo e bonito, que “ser um bom funcionário” é ser um funcionário que se entrega ao trabalho com dedicação, dando de tudo e sendo pontual, para depois se definir como possuidor dessas qualidades. Então, além de mostrar as características positivas da empresa, antes, servia de modelo educativo ao trabalhador. Essa atitude demonstra, inicialmente, um alinhamento do personagem ao projeto do

governo, que colocava o trabalhador no centro da sociedade, assim como lhe ditava uma ética profissional ideal, através do trabalhismo. Antes mesmo de 1942, do projeto da assessoria de Vargas de criar o trabalhismo, a *palavra operária* já tinha um interlocutor externo, o Estado (GOMES, 2005).

Mas nem tudo eram só elogios e tranquilidade. Em algumas matérias desse período, o Snr. Kilowatt usou os anúncios para se defender de críticas feitas à empresa.

Em uma imagem emblemática, e o papel do texto é bem intenso para delimitar o sentido pretendido pela publicidade. Com o título *Quando os elementos se enfurecem, eu pago o pato*, Snr. Kilowatt se explica ao público com relação aos problemas de atendimento, especialmente quando ocorrem problemas climáticos, como chuvas e ventanias. Na imagem, o personagem aparece baqueado, com postos quebrados e fios tombados (C.C.B.F.E., 25/08/1939, p. 5).

A partir dos anúncios de 31 de outubro de 1941, o Senhor Kilowatt se tornou “Seu” Kilowatt, mais jovem e mais “propriedade” de seus consumidores, mas manteve a sua auto-exaltação, mostrando-se com qualidades incríveis, que fariam o gênio da lâmpada se curvar aos seus pés, caracterizando-se como mais ágil que o gigante das encantadas “botas sete léguas”, assim se dizendo mais rápido que a velocidade do som. Até cair na folia ele caía, saindo “um pouco do sério” e caindo na “farra” do carnaval. No Dia do Trabalhador, mantinha sua identificação com os trabalhadores, autointitulando-se um operário, saudando a todos os seus colegas assalariados.

O personagem também era apresentado como um super-explorado, pelo que fazia pelos outros, mas que era feliz e sempre dava um jeito para tudo, inclusive para se divertir. Seu trabalho era sua diversão, mesmo que tão difícil, e fazia pelos clientes, com prazer, segundo ele mesmo dizia. Contratar a Central Brasileira era o melhor dos mundos, segundo o criado elétrico.

Portanto, vale pontuar as funções até aqui definidas a partir do caso capixaba inscrito em A Gazeta. O “Seu” Kilowatt tinha as seguintes funções: 1) Criar afetividade com os consumidores através dos seus serviços, utilizando o discurso do progresso, das suas incríveis habilidades ou do afeto puro; 2) Vender a eletricidade e seus produtos; 3) Domesticar a mulher através da venda de produtos movidos a eletricidade e usando a economia, a saúde, a beleza e o cuidado com o marido enquanto *álisis*; 4) Instruir o

público quanto às mudanças físicas da cidade moderna; 5) Defender-se das críticas feitas à empresa, inicialmente pela natureza de seus serviços e da exposição a questões climáticas; 6) Domesticar o trabalhador e 7) Fazer referências à história do Brasil.

Com base nesses dados, podemos verificar que o que ocorreu na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul também ocorreu no Espírito Santo, com algumas funções a mais, notando que a publicidade da AMFORP era centralizada e tinha funções bem delimitadas.

1.2.4. Fase 2) “Cuidado com o que vê, ouve e fala” “A Quinta Coluna trabalha contra o Brasil

A Segunda Guerra Mundial teve início em setembro de 1939, envolvendo, de um lado, a Inglaterra e a França contra, de outro, a Alemanha, a Itália e o Japão. Em 1942, Estados Unidos saíram da sua política de neutralidade após o ataque japonês a *Pearl Harbor*, unindo-se aos aliados em 1941.

O Brasil vinha se mantendo neutro desde o início do conflito, efetivando uma política de barganha com o nazismo e com os EUA, utilizando a sua posição geopolítica como forma de conseguir empréstimos e armas dos dois lados (LOCHERY, 2015). Quando o Brasil se aproximou mais dos estadunidenses, a costa brasileira passou a ser atacada pelos submarinos alemães, que afundaram diversas embarcações brasileiras. Com isso, Vargas declarou, em agosto de 1942, guerra ao nazi-fascismo. Em longo prazo isso foi positivo para o processo de industrialização do país, porém, imediatamente gerou muitas dificuldades.

Segundo Lochery (2015), a entrada do Brasil na Guerra foi pensada por Vargas como um meio de viabilizar a industrialização nacional através das necessidades dos países aliados no conflito, assim como pela necessidade do suprimento interno das demandas do mercado interno nacional. Antes disso, no entanto, a guerra gerou dificuldades para o Brasil, que não conseguia importar produtos.

A falta desses itens é perceptível através da atuação do “Seu” Kilowatt, em A Gazeta, exposta a partir do dia 26 de junho. No anúncio intitulado *De mãos dadas*, o personagem pedia a todos que economizassem, de maneira geral, para contornar os “novos problemas” que assolavam o país (C.C.B.F.E., 26/06/1942, p. 5). A partir de então, economia seria a palavra de ordem da Companhia para seus consumidores. “Seu” Kilowatt conclamava,

assim, que todos cooperassem com as medidas econômicas das autoridades para contornar a crise mundial que atingia o país. A Figura 26 demonstra o entendimento de que a Guerra estava afetando o Brasil, e que, para contornar os problemas por ela causados, tinha-se que economizar.



Figura 26 - C.C.B.F.E., 21/08/42, p. 5



Figura 27 - C.C.B.F.E., 14/04/44 p. 3

As Figuras 26 e 27 referem-se especialmente à mulher, mostrando que houve a absorção das funções anteriores pelo escopo de guerra. Com a recomendação de economia geral, os consumidores teriam que tomar cuidado com seus eletrodomésticos, não os quebrando e consertando os que tinham. Portanto, a mulher foi predominantemente o alvo de tais admoestações.

Na Figura 26, está escrito: “minha senhora, o poupar, hoje em dia, é mais que uma virtude, é um dever para com o Brasil”. Ou seja, poupar era uma virtude para a mulher, mais ainda naqueles tempos. Na Figura 27, já com o país em guerra, a imagem de uma mulher puxando violentamente o fio de um ferro de passar é ancorada pela consideração de que “é mister que se dispense, ao que temos em casa, redobrados cuidados, visando poupá-lo ao máximo. Todo cuidado é pouco!”.

Além de exortar as mulheres ao cuidado com os eletrodomésticos, “Seu” Kilowatt apontava que essa atitude apressaria a vitória do Brasil, chamando os consumidores para

a responsabilidade de economizar, o que era uma virtude maior do que já era anteriormente. Isso fazia parte de uma campanha maior, de economia interna, pelos problemas com a importação pelo qual o país passava. Assim, o “Seu” Kilowatt também exortou que seus clientes levassem seus aparelhos a especialistas ou consertassem por conta própria, dando mais ênfase na economia a ser feita pela população. O “Seu” Kilowatt encarnava o consertador, inferindo que o homem tratava desses assuntos. (C.C.B.F.E., 19/02/1943, p. 3)



Figura 28 - C.C.B.F.E., 16/10/42, p. 2

entender o discurso de guerra e o discurso trabalhista de Vargas é o papel que o trabalhador ocupou na guerra: ele é central e essencial, segundo as propagandas, para a chegada da Vitória.

“O trabalho, tal como preconiza o governo, constitui, pois, um grande fator para o êxito final”. O título *Vitória pelo trabalho*, além do texto, é exemplificado pelo “Seu” Kilowatt

Na Figura 28, com o Brasil já na Guerra, o “Seu” Kilowatt se tornou, então, um soldado, que advertia: “Cuidado com o que vê, ouve e fala... A Quinta Coluna trabalha contra o Brasil”. Ou seja, existiam quintacolonistas no país, conspiradores que queriam se infiltrar para dominar o país. A partir dessa propaganda, o personagem se engajou completamente no esforço de guerra, defendendo medidas do governo estadonovista, como a economia e o aumento da produção, conclamando os *soldados da produção* (designação de Vargas aos trabalhadores) a executar seu papel na guerra. Fato importante para



Figura 29 - C.C.B.F.E., 02/04/1943, p. 3

trabalhando em cima de uma bigorna, em referência aos trabalhadores (C.C.B.F.E., 05/02/1943, p. 3).

Na propaganda *Em Guarda*, conforme a Figura 29, o personagem, vestido de cavaleiro, diz abaixo no texto que, se os soldados estão se sacrificando na guerra, “Cumpre-nos – a nós civis que ficamos na retaguarda, - cooperar com o governo para aniquilar a ‘Quinta Coluna’ e assegurar uma produção de guerra à altura da nossa capacidade”.

A Figura 30 torna mais plausível o quanto o trabalhador estava ligado à Guerra, segundo o discurso da mascote. Um dia antes do Dia do Trabalho, saiu em *A Gazeta* a propaganda *O trabalho*

e a guerra, que expôs a cena de uma fábrica, na qual um trabalhador descamisado faz seu serviço. No texto, o personagem conclama os trabalhadores:

Ao comemorarmos, amanhã, mais uma passagem do Dia do Trabalho, não devemos esquecer o grandioso programa traçado pelo nosso governo para aumentar a produção. É dever nosso produzir fabrilmente, para que o Brasil, honrando seus compromissos, acelere a vitória das Nações Unidas e se torne cada vez mais forte e respeitado. – As classes trabalhistas tem, nesta guerra, papel indiscutivelmente formidável! (C.C.B.F.E., 30/04/43, p. 3).

Tão importante era essa força que até o trabalhador acidentado era um passo para a vitória do inimigo. Evitar acidentes era “concorrer para a vitória” e o “Seu” Kilowatt exortava: “Reduzamos ao mínimo toda a classe de acidentes: permitir que eles tenham lugar é trabalhar contra os interesses da pátria” (C.C.B.F.E., 04/08/1944, p. 3).

Por isso, “Honra e méritos iguais”, conforme a Figura 31, tinham os soldados de guerra e os da produção, segundo “Seu” Kilowatt, que em uma imagem demonstrava isso: um soldado com um fuzil estava acompanhado pela mascote, empunhando um fio elétrico, ao lado de um trabalhador, seguindo a sequência, com um cabo de ferramenta. Lado a lado estavam eles ao “Seu” Kilowatt, contra o nazismo, e, no texto, reforçava-se a

mensagem ao público trabalhador, de que tinha de se produzir para defender como civis o Brasil e ajudar os irmãos que estavam na Guerra.

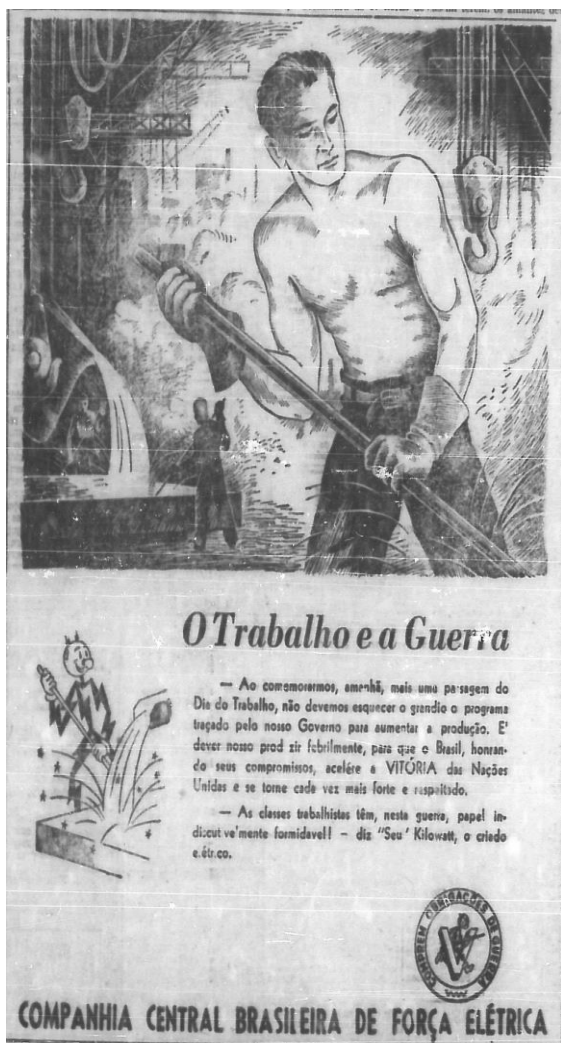
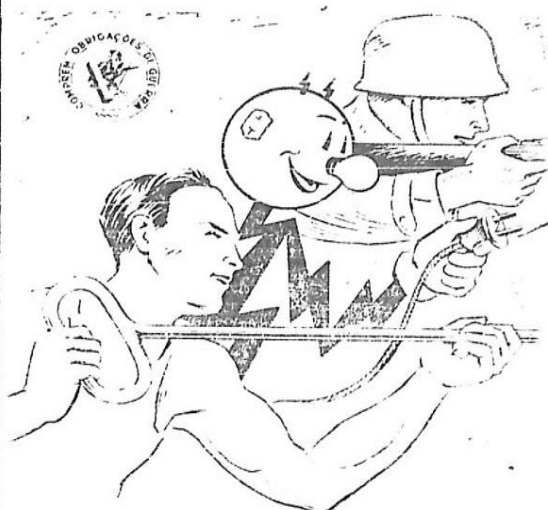


Figura 30 - C.C.B.F.E., 30/04/43, p. 3



HONRA E MÉRITO IGUAIS

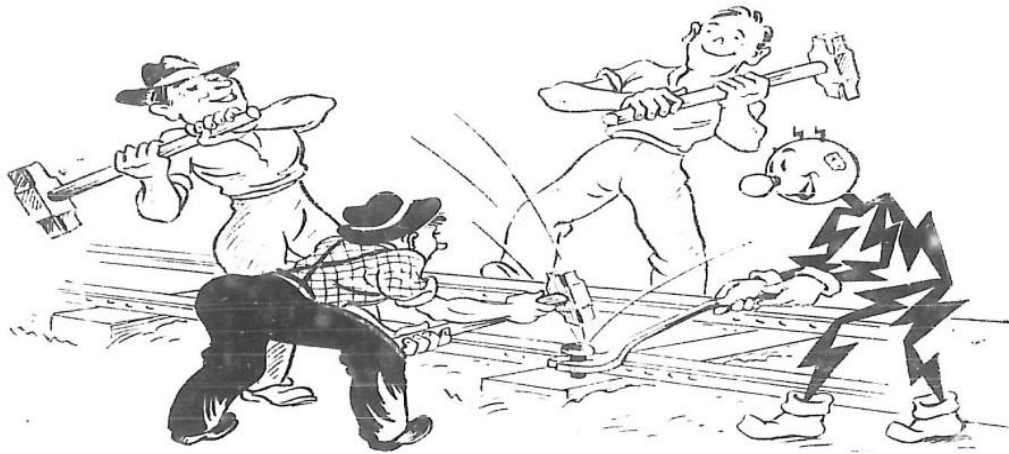
— Assim como as Forças Armadas, nós, os que ficamos na retaguarda, também temos a honra de defender nossa Pátria. E sabem de que maneira? Produzindo! Produzindo o que nos pedem e, se possível, acima das quantidades exigidas. Dêste modo, além de defendermos, como civis, nosso Brasil, sentimos a alegria de saber que aos nossos irmãos, em pleno campo de batalha, sobram viveres e munições — diz “Seu” Kilowatt, o criado elétrico.

Companhia Central Brasileira de Força Elétrica

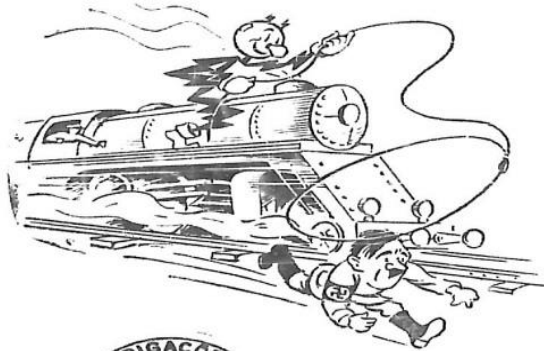
Figura 31 - C.C.B.F.E., 07/07/1944, p. 3

A Figura 32 é emblemática, pois liga simbolicamente os trabalhadores à construção da estrada da vitória contra o nazismo, tendo a imagem de um trem guiado pelo “Seu” Kilowatt, que, por sua vez, está prestes a lançar Hitler, que, na imagem, está em fuga. O texto apenas reforça que os esforços de guerra e das Nações Unidas estavam sendo vitoriosos, porém, a mensagem principal é a imagem que corporifica.

Vale observar que toda a propaganda do “Seu” criado elétrico tinha o selo com a seguinte frase: “Compre títulos de guerra”. Isso era compreensível também pelo fato de a AMFORP ser uma das que estiveram em esforço de guerra.



CONSTRUINDO A ESTRADA DA VITÓRIA



**COMPANHIA CENTRAL BRASILEIRA DE
FORÇA ELÉTRICA**

– Através de feitos heróicos, coroando operações magnificamente planejadas, as armas das Nações Unidas abrem o caminho da Vitória.

– Não será necessário salientar a efetiva participação do Brasil em tão glorioso empreendimento: vale, porém, acentuar que há, ainda, muito por fazer e que quanto mais dermos esforços e sacrifícios, o seu término estará mais próximo, raiando, então, o dia da VITÓRIA final – diz “Seu” Kilowatt, o criado elétrico.

Figura 32 - C.C.B.F.E., 21/07/44, p. 3

Já no final de 1944, sinais de que a vitória da Aliança das Nações Unidas era uma possibilidade para o mundo apareceram e o “Seu” Kilowatt logo sentiu os impactos da proximidade do fim da Guerra. Com o fim do conflito, a situação do criado elétrico se complicou. Como disse a mascote no final de 1944, produzir eletricidade “Não é canja”, argumentando que poucas pessoas sabiam o quanto de gastos a produção gerava, e afirmava “usar eletricidade é fácil, produzir e distribuir é que são elas” (C.C.B.F.E., 08/12/1944, p. 4).

Em resumo, a função de guerra foi marcada pela absorção das funções de persuasão sobre a mulher e da domesticação do trabalhador, assim como ditou um forte discurso de economia e de responsabilização dos consumidores em meio ao conflito. E, com relação

à defesa de críticas, estas não estariam mais circunscritas aos problemas climáticos, ganhando novos contornos.

1.2.5. Fase 3) “Sub-alimentado” o “Seu” Kilowatt está “zozzo”

A partir do ano de 1945, o “Seu” Kilowatt passou a se defender de críticas feitas a ele. Já no primeiro mês de 1945, ele aparece doente, conforme a Figura 33. *Sub-Alimentado!* é o título do anúncio, no qual o personagem aparece em uma cama de hospital aos cuidados de um médico e de uma enfermeira. Para a sua recuperação, assim que os medicamentos necessários fossem ministrados, ele haveria de se animar. Esses medicamentos eram os materiais necessários aos seus serviços.



Figura 33: C.C.B.F.E., 21/01/1945, p. 1



Figura 34: C.C.B.F.E., 13/04/1945, p. 4

A Guerra ainda não havia se encerrado, quando “Seu” Kilowatt confessou para seu público: *A guerra me pegou*, como está ilustrado na Figura 34. Sendo estrangulado por um soldado, seguia no texto sua fala, na qual dizia não gostar da guerra, como “a toda

gente acontece”, mas, “como toda a gente o faz”, ia se virando como podia, enfrentando principalmente a “falta de braços e materiais”. Os consumidores perdoariam suas falhas, adiantava e finalizava dizendo que elas, naquele momento, eram irremediáveis.

A culpa de seus maus serviços foi justificada pelo “Seu” Kilowatt como uma consequência da Guerra, através dos agravantes da falta de materiais e de braços, problemas que não seriam rapidamente solucionados. No dia 8 de maio, página 4, saiu o anúncio com título *A guerra terminou*, no qual o “Seu” Kilowatt fazia a leitura de um jornal, e no texto seguia que estava emocionado pelo fim da guerra. (C.C.B.F.E., 08/05/1945, p. 4). Mas, no mesmo mês, advertiu: “Não haverá passe de mágica” no que se refere à crise em que se encontrava a indústria, que levaria tempo, pois a indústria de guerra demoraria um tempo para se reconverter em indústria de materiais (C.C.B.F.E., 25/05/1945, p. 4).



Figura 35- C.C.B.F.E., 27/04/1945, p. 4

Na Figura 35, a mascote enfrenta uma luta contra vários demônios, numa “Parada dura” contra a superlotação, a falta de peças acessórias, o desgaste excessivo, a falta de matérias primas e a falta de braços. Nessa propaganda, “Seu” Kilowatt falou ao público sobre o problema de bondes, que esse não era exclusivo de sua cidade, sendo existente em várias outras. Sabendo que isso não consolaria seu público, finalizava dizendo estar “fazendo tudo quando posso para melhorar a situação”.



Figura 36 - C.C.B.F.E., 06/07/1945, p. 4

Voltando a se referir à Guerra, no anúncio intitulado *Com que roupa?* (Figura 36), o “Seu” Kilowatt disse que, após o conflito, ele se encontrava “sem nada, sem material novo para substituir o velho”, o que permaneceria por muito tempo, isso representado pela falta de roupa em que se encontrava na imagem. A cena deprimente tenta induzir o público à piedade da mascote e, por sequência, de sua empresa, e faz referência direta ao samba de Noel Rosa, cantado à época, chamado *Com que roupa*. Na letra da música, um homem largaria a vida de dificuldades, reabilitando-se de uma vida difícil. Vale destacar um trecho dessa referência cultural brasileira utilizada pelo personagem.

Agora vou mudar minha conduta
 Eu vou pra luta
 Pois eu quero me aprumar
 Vou tratar você com a força bruta
 Pra poder me reabilitar
 Pois esta vida não está sopa
 E eu pergunto com que roupa

Com que roupa que eu vou
 Pro samba que você me convidou
 Com que roupa eu vou
 Pro samba que você me convidou

Agora eu não ando mais fagueiro
 Porque o dinheiro
 Não é fácil de ganhar
 Mesmo eu sendo um cabra trapaceiro
 Não consigo ter nem pra gastar
 Eu já corri de vento em popa
 Mas agora com que roupa

Com que roupa eu vou (COM QUE ROUPA?, 2021)

Com várias referências à malandragem de um indivíduo que resolveu se “aprumar”, o “Seu” Kilowatt se aproximou do público prometendo se “reabilitar”. Eram vários os artifícios utilizados pela Companhia para persuadir o consumidor de que ela era boa, pois

seu trabalho era difícil por natureza e ainda, na cidade, era barato. O “Seu” Kilowatt chegou a indagar ao expectador: “Já fez esta experiência?”, propaganda na qual ele mostra o quão é difícil é produzir energia elétrica. A cena é composta por uma bicicleta fixa, a qual é utilizada por um homem. Tratava-se de uma bicicleta que produzia energia elétrica. 213 pessoas, segundo “Seu” Kilowatt, haviam pedalado em uma experiência feita à época, gerando apenas 12/2 kilowatts-hora. Desse modo, disse que “Não há ser humano que possa produzir um ‘kilowatt-hora num dia, só com ajuda de seus músculos!””, concluindo que, sendo assim, ele era para o consumidor “seu auxiliar mais barato” (C.C.B.F.E., 14/09/1945, p. 4).

Frente às diversas dificuldades, o personagem ainda reivindicava para si um título importante, que era o de “nariz mais popular do mundo”. Em “Um nariz popular”, a mascote dizia que, em sua época, prestava “inestimável serviço a humanidade, não apenas como fator primordial de uma visão melhor”, mas também como “protetor contra os perigos decorrentes da escuridão” (C.C.B.F.E., 26/10/1945, p. 4). Ou seja, paralelamente à defesa de críticas feitas à empresa, o personagem permaneceu criando afetividade com o público, seja na menção de laços afetivos, seja mostrando suas habilidades ou participação no progresso das cidades. Entretanto, após o fim do conflito mundial, suas justificativas de defesa foram se avolumando, apontando para uma crise pela qual a empresa passava.

Prosseguiram, na alternância de imagens de anúncios informativos, instruindo ao consumidor, imagens sobre o estudo da instalação elétrica em construções, de modo a “evitar futuras despesas”, proporcionando “dentro da estética e conforto, um uso mais adequado e simples dos serviços”, bem como a explanação do uso dos fusíveis e a devida limpeza das lâmpadas para um melhor aproveitamento da luminosidade, e o uso de produtos adequados aos ambientes da casa (C.C.B.F.E., 01/02/1946, p. 4).

Mas os problemas continuavam para a empresa, e a justificativa deixou de ser a Guerra, direcionando-se para os encargos. A utilização de imagens para mostrar a crise são as mais curiosas, novamente, fazendo uso da figura feminina, de modo caricaturizado. “SOS”, como segue na Figura 37, era a situação na qual a Central, através do “Seu” Kilowatt, se encontrava. A imagem apresenta uma senhora gorda, identificada como “Despesa”, sentada em um barco que representa a companhia da mascote da C.C.B.F.E. Este, assustado, está suspenso junto ao seu lado de dirigente do barco, com os remos

perdendo o contato com a água, por causa do peso excessivo das despesas, a mulher gorda. Exclamava que era mesmo “caso de pedir socorro” o aumento das despesas, afirmando que, se não lhe dessem “meios para manter o equilíbrio”, não levaria como levar o barco a “porto de salvamento”.

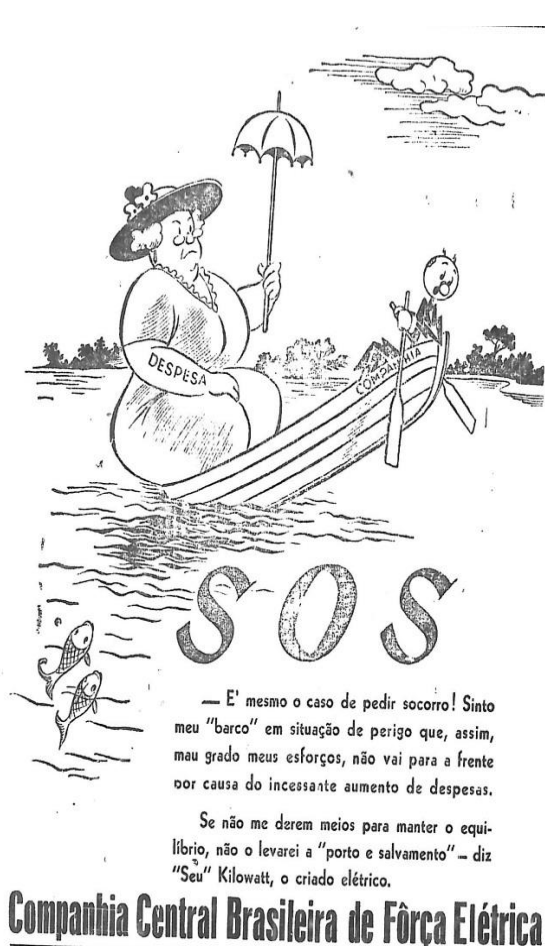


Figura 37 - C.C.B.F.E., 12/11/47, p. 4



Figura 38 - C.C.B.F.E., 16/01/48, p. 2

O “Seu” Kilowatt se referia ao Estado quando citou “meios para manter o equilíbrio”, no que concerne à cobrança de tarifas, que não era feita a belprazer da Companhia, que, mesmo assim, cobrava as tarifas mais caras do Brasil (RIBEIRO, 2013). Como segue na Figura 38, sendo o aumento de despesas “deveras sério”, isso deixava “Seu” Kilowatt “zonzo”, colocando-o “a braços com preocupações de ordem financeira, além daquelas de caráter técnico”.

A Figura 39 mostra como o “Seu” Kilowatt representava sua difícil situação de formas diversas. A cena é de uma estrutura em desmoronamento, ilustrada por pilastras laterais, o orçamento e a renda, com um teto pesado e comprometendo todo o resto, os

equipamentos e os salários, que, segundo segue o texto, estavam muito caros, e se avolumaram de forma imprevista.



RESISTÊNCIA DE MATERIAIS...

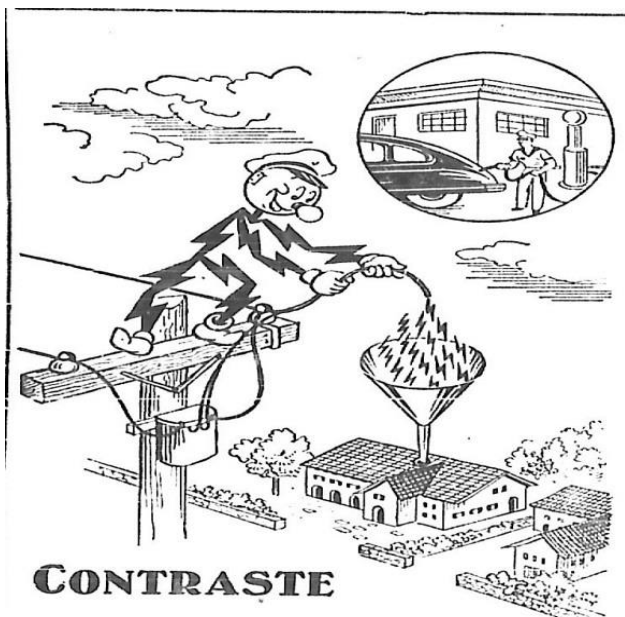
— O defeito não é de construção. As colunas foram projetadas e construídas para suportar uma determinada carga máxima. Acontece, porém, que essa carga representada pelo equipamento e salários, aumentou de modo imprevisto e, como não me foi possível reforçar as vigas mestras, para poder sustentar o arcabouço, estou agora vendo as coisas muito mal paradas para meu lado... - explica "Seu" Kilowatt, o criado elétrico.

Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica

Figura 39 - C.C.B.F.E., 12/08/48, p. 4

abastecer de eletricidade. Portanto, precisavam receber o serviço em casa. Por isso, esclarecia o "Seu" Kilowatt, "que eu levo [a energia elétrica] às residências ou estabelecimentos comerciais e industriais". "Meu trabalho", por esse motivo, defendia, "é barato, não há como negar".

Mas, para manter algum aspecto positivo, o personagem foi apresentado em suas qualidades, a mais importante delas, a prontidão, como segue na Figura 40, intitulada de *Contraste*. Nessa imagem o "Seu" Kilowatt põe raios de energia elétrica em uma casa através de um funil, de cima de um poste. Para demonstrar o quão difícil era o seu trabalho, fazia a comparação de seu serviço com o ofertado pelo posto de gasolina, pois o carro era levado ao posto pelos clientes, para ser abastecido, ao passo que as pessoas não podiam levar sua casa para



CONTRASTE

— Quando, por exemplo, o amigo precisa de gasolina para seu carro vai á bomba e enche o tanque. Mas, ninguem poderá levar uma casa á usina, para buscar eletricidade. É por isto que eu a levo ás residências ou estabelecimentos comerciais e industriais.

Meu trabalho, pelo que produz, é barato, não há como negar — Diz "Seu" Kilowatt, o criado elétrico.

Cia. Central Brasileira de Força Eletrica

Figura 40 - C.C.B.F.E., 24/09/1948, p. 6

Assim, o personagem da Central Brasileira mantinha, então, guarda frente às críticas sociais e, de todo modo, tentava mostrar o quanto seus serviços eram baratos, de modo a reduzir as críticas a ele e, mais, provavelmente justificar um aumento de tarifas frente à sociedade.

1.3. “Seu” Kilowatt em A Época, A Folha Capixaba, A Tribuna e Vida Capixaba

Até aqui, avançamos na percepção do personagem em um jornal de uma cidade capixaba, identificando imagens e mensagens semelhantes àquelas apreciadas em outras cidades de outros estados brasileiros. Para avaliar melhor o alcance do personagem em uma região, vamos expor outros veículos informativos e outra cidade que contou com a presença do personagem da AMFORP.

As aparições do “Seu” Kilowatt em A Época, de Cachoeiro de Itapemirim / ES, foram regulares, assim como em A Gazeta, A Tribuna e na revista Vida Capixaba, em Vitória, tendo cerca de duas publicações mensais. Porém, em quatro anos, foram apenas três tipos de cenas únicas em que ele apareceu, tendo poucas variações.

Em 1948, percebe-se que, assim como em A Gazeta, a mascote se referia a uma grave crise gerada pelo aumento das despesas, o que demonstra que esse ano foi crítico para a Central Brasileira, que divulgou em mais de um jornal anúncios de defesa da Companhia.

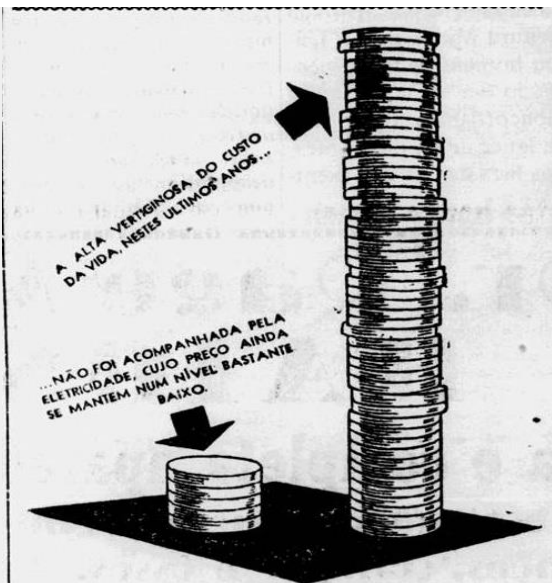


DAS DUAS, UMA...

— Doutor, que tenho eu, estarei sofrendo da visão? Vejo, de uns tempos para cá, as cousas muito maiores, inclusive os preços dos materiais indispensáveis ao fornecimento de meus serviços. Doutor, serão mesmo meus olhos ou tudo aumentou de verdade?

— Não se aflija, meu caro "Seu" Kilowatt, seus olhos nada tem de anormal: os preços sofreram, evidentemente, aumentos consideráveis. Seu mal é uma "descompensação" de ordem financeira, que infelizmente não poderei curar. Fogo à minha especialidade.

CIA CENTRAL BRASILEIRA DE FORÇA ELÉTRICA



A ALTA VERTIGINOSA DO CUSTO DA VIDA, NESTES ÚLTIMOS ANOS...

... NÃO FOI ACOMPANHADA PELA ELETRICIDADE, CUJO PREÇO AINDA SE MANTÉM NUM NÍVEL BASTANTE BAIXO.



— Paga-se, hoje em dia, muito dinheiro afim de que uma família possa ter a mór parte do que precisa para viver: alimentos, vestuário, habitação, divertimentos, etc. O que se gasta com a eletricidade é ainda muito pouco em relação às outras despesas.

O que afirmo é a pura verdade, mau grado o fato de se ter elevado, enormemente, o custo da operação e manutenção dos serviços que presto — diz "Seu" Kilowatt, o criado elétrico.

CIA CENTRAL BRASILEIRA DE FORÇA ELÉTRICA

Figura 41 - C.C.B.F.E., 07/12/48, p. 4

Figura 42 - C.C.B.F.E., 18/10/49, p. 4

É perceptível a analogia presente na Figura 41, com o título: *Das duas, uma...* Nela, o "Seu" Kilowatt pergunta ao doutor se estava com problema na visão, pois via os preços das coisas "muito maiores, inclusive os preços dos materiais indispensáveis". As coisas encareceram e assustaram tanto o personagem que este foi fazer um exame de vista. A resposta do médico, porém, o isentava de um problema de visão, pois a verdade era que havia acontecido aos "preços evidentemente, aumentos consideráveis", o que se concluía como um problema financeiro, o qual não poderia ser resolvido pela medicina. O personagem aparece como uma vítima dos altos custos, sem que o anúncio apontasse para uma solução ou fato positivo.

Na Figura 42, a mesma questão: os altos custos. O "Seu" Kilowatt olha para uma pilha pequena de moedas, ao lado de outra bem maior, sendo elas, respectivamente, representantes do preço da eletricidade e dos custos de vida, não tendo o preço da energia elétrica acompanhado os últimos. Segundo "Seu" Kilowatt, "O que se gasta eletricidade é muito pouco em relação às outras despesas".



Figura 43 - C.C.B.F.E., 04/10/45, p. 3

encontrada também em A Gazeta. Conforme a Figura 43, fazendo-se de mágico, efetuava um truque de serra em uma caixa com uma mulher dentro. Se o resultado era positivo no número de mágica, na realidade, as coisas não se dariam da mesma forma, pois era preciso “dar tempo ao tempo para que as coisas voltem à normalidade”, dizia o “criado elétrico”.

Publicações foram feitas em A Gazeta e A Tribuna, nas quais a figura da mulher era representada como gorda e impertinente, salientando uma das representações que se tinha de mulheres fora do padrão de beleza da época, fazendo uma associação com a despesa, algo que não trazia (e não traz) bons sentimentos.

É o caso do anúncio cujo título é *Quem te viu...*, “Seu” Kilowatt diz: “Quando te conheci, a senhora era ‘esbelta’ e, lembro-me, até podia carregá-la nos braços!”, mas, reclamava o criado elétrico, ela havia aumentado de peso e não sabia ele como fazê-la emagrecer. Ou seja, além de confessar não saber como resolver seu problema, a mascote demonstra que uma mulher gorda para a época era algo irritante como uma despesa cara (C.C.B.F.E., 10/09/48, p. 3; 10/09/48, p. 4).

Em A Folha Capixaba, jornal que teve, no recorte estudado, publicações apenas em 1945, apenas dois anúncios do personagem foram encontrados, o que, porém, já surpreende, pois o jornal comunista era o maior inimigo da Central Brasileira, identificando-a com estrangeira e exploradora do consumidor. Mesmo assim, o “Seu” Kilowatt avisou que “Não haveria passe de mágica”, referindo-se à reconversão da indústria bélica para outras necessárias ao desenvolvimento industrial. Essa cena foi

Por fim, apresentamos a revista Vida Capixaba, magazine direcionada à classe média capixaba, que, assim como a revista Globo, do Rio Grande do Sul, era extremamente normativa com relação à mulher. Nela, o “Seu” Kilowatt também deu as caras, dizendo ser ele “sincero”, e, com uma lupa, destacou o que significa a palavra: “Sincero, *adj.* Que diz com franqueza o que sente. Verdadeiro. Simples. Franco. Em que não há disfarce *ou* dissimulação; em que não há malícia: *palavras sinceras.* (Lat. *sincerus*)” (C.C.B.F.E., 15/02/1945, p. 36).

A presença do “Seu” Kilowatt no Brasil foi verificada, portanto, em várias cidades. Com várias funções, o personagem usou a potencialidade da mascote para instruir o público, e domesticar grupos sociais e de gênero, assim como para participar ativamente da guerra. É necessário, portanto, delimitar o esforço da empresa em ter alcance com a sua mensagem publicitária, e as próximas sessões são dedicadas a esse esforço.

1.4. As convenções de imagem presentes no caso do “Seu” Kilowatt

No período em que o Reddy Kilowatt e o “Seu” Kilowatt passaram a atuar em seus países, existiam duas tradições publicitárias relevantes para destaque: o movimento Bauhaus e os *cartoons políticos*. O primeiro tem origem na Alemanha, fundada por Walter Gropius, professor da Faculdade de Weimar. O chamado “movimento Bauhaus” foi idealizado com o escopo de remover as barreiras entre as áreas criativas, conjugando as experiências da marcenaria, da arte, da arquitetura, sob uma perspectiva interdisciplinar.

A área publicitária recebeu influxos desse movimento, ocorrido nas décadas de 1920 e 1930, pois essa escola passou a fazer testes e experimentos com cores, traços e, de um ponto de vista minimalista, buscou a produção de obras com escopo social. Desse modo, baseada na filosofia do “menos é mais”, essa escola de design conteve trabalhos de formulação diversos, incluindo aqueles publicitários.

O estilo Bauhaus seguiu as seguintes premissas: as formas seguem a função; o rompimento com a distinção entre artista e artesão; o uso do minimalismo; a simplicidade e a efetividade do produto; a ênfase em novos materiais e em novas técnicas; o designer é parte de todo o processo de produção; o foco na tecnologia e o constante desenvolvimento da área. Munidos desses elementos, o estilo se caracterizou pelo uso de cores primárias nos trabalhos, pelo foco nas colagens, pelas experimentações com design

gráfico e layouts, pela grande importância das formas geométricas e pela ênfase na tecnologia para o desenvolvimento do produto (ZEKADESIGN, 2021).

O caso do “Seu” Kilowatt, contudo, segue outra tradição de vulgarização da imagem. Como foi indicado no início desse capítulo, o fato de ele ser uma mascote já continha o escopo de atingir um público amplo. Contudo, outro fator, ligado às convenções da imagem publicitária, deu ao personagem características de popularização das mensagens de suas representadas.

Desde a virada do século XIX para o XX, existia uma tradição de publicação de *cartoons políticos*, registrada nas páginas de jornal para a formação de opinião. Três livros contêm um compilado de imagens produzidas por cartunistas, pai e filho, Clifford e Jim Berryman. O primeiro produziu imagens diárias nos jornais que circulavam em Washington, o Washington Post e o Evening Star, de 1896 até 1949, enquanto o filho trabalhou no Evening Star, de 1939 até 1964.

Essas imagens estão disponíveis nos livros *A Visual History. 1940-1963: Political Cartoons by Clifford Berryman and Jim Berryman; Representing Congress: Clifford K. Berryman's Political Cartoons*, e *America and the World Foreign Affairs in political cartoons, 1898-1940*, todos publicados pelo *National Archives*, do governo dos EUA. Neles é possível notar, por meio da coleção de imagens apresentada nas obras, um conjunto de semelhanças que ligam o “Seu” Kilowatt às convenções de imagens dos *cartoons políticos* (BERRYMAN, 2021). Desse modo, é possível dizer que, além de a publicidade da AMFORP ter um personagem que atuava como comunicador das mensagens de suas subsidiárias, a forma e o estilo em que ele estava inserido eram altamente voltados para o convencimento do público.

O estilo dos *cartoons* publicados desde 1896 até 1964 pelos dois profissionais pode ser enumerado da seguinte forma: a) imagens feitas em preto e branco; b) desenhos que personificam países, eventos e crises; c) alternância entre o uso de balões explicativos e d) diálogos em quadrinhos; e) relato de situações da realidade sob a perspectiva do autor do *cartoon*; f) esforço em tornar as imagens didáticas por meio de alegorias; g) alternância do uso da sátira, da comédia e do drama, e h) uso de tipos móveis.

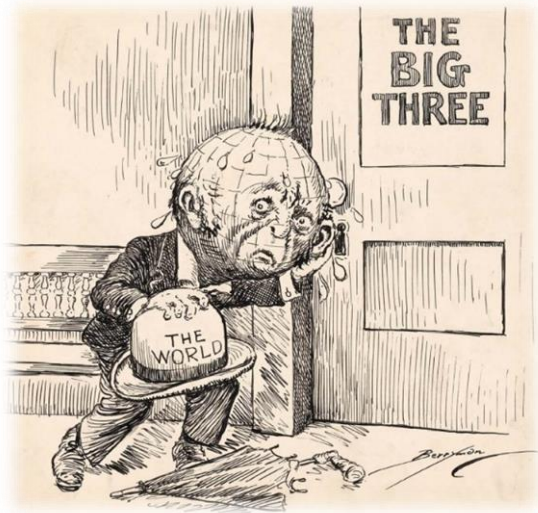


Figura 44 - BERRYMAN, 09/02/1945, p. 25



Figura 45 - BERRYMAN, 04/05/1941, p. 16



Figura 46 - C.F.L.P., 06/10/1945, p. 5

Nas Figuras 44 e 46, um homem com a cabeça em forma de um globo terrestre representa o mundo, sendo a imagem, produzida por Barryman, composta por um chapéu com o nome “THE WORLD”. Na imagem estadunidense, o mundo iria ao “Big Three”, no contexto da Conferência da Yalta, assustado e transpirando bastante. Na figura 46, o “Seu” Kilowatt ampara um homem com a cabeça disforme, também representando o mundo, que no após guerra estaria ferido e necessitando da “convalescença” para que ele voltasse a ter saúde.

Na figura 45, por sua vez, no período anterior à entrada dos EUA na Segunda Guerra Mundial, um homem deitado em sua cama, cuja base tem inscrito o nome “Taxpayer” (pagador de taxas), recebe um remédio com

aparência indigesta do presidente Roosevelt, que usa uma colher para retirar as grandes pílulas de um pote com a inscrição “novas taxas do Dr. Roosevelt”. Essa imagem tem

semelhança com a da Figura 33, da página 81, na qual o “Seu” Kilowatt aparece em um leito de hospital, “sub-alimentado”. As duas imagens que selecionamos, de proveniência estadunidense, indicam críticas feitas ao governo dos EUA, de um ponto de vista liberal, enquanto aquelas do “Seu” Kilowatt já estavam engajadas em se defender de críticas feitas às suas representadas.

No entanto, é patente a verificação de traços comuns para esse tipo de anúncio. Desse modo, o “Seu” Kilowatt estava em um campo de publicidade que se utilizava da tradição de *cartoons políticos* dos EUA, como verificado nos exemplos citados. Ou seja, o esforço da AMFORP para popularizar a sua mensagem foi grande, e o papel da mascote em um tipo de anúncio no estilo *cartoon político* indicam tal escopo.

1.5. Adaptando o malandro

Encerrando o capítulo dedicado ao *Instrumento* da AMFORP para a sua atuação no Brasil, e fortalecendo ainda mais a argumentação do escopo de vulgarização da mensagem da empresa, indicamos a adaptação que a empresa fez do malandro. Quem faz um debate sobre o tema da construção da imagem do malandro no Brasil é Lilia Schwarcz. O fato de o estado brasileiro ter delimitado o espaço do malandro ocorreu com a Revolução de 1930, momento no qual Getúlio Vargas ascendeu ao poder.

Com o intuito de responder à demanda secular de criar uma identidade genuinamente brasileira, o governo Vargas abriu espaço para intelectuais, poetas e compositores para agirem no campo cultural. No bojo desse projeto de criação de uma identidade nacional, houve o esforço de criar um sentido positivo para a mestiçagem, antes vista com um aspecto negativo do país. A influência no nacionalismo elencou o povo brasileiro e o solo nacional como valorosos, que apenas careciam da assistência do Estado para que dessem retornos ao país.

Desse modo, a questão racial, da miscigenação, antes vista como negativa, passou a ser vista como ponto de partida da singularidade do povo brasileiro. Nesse sentido, a figura do malandro foi ressignificada pelo governo Vargas, por meio das modificações produzidas no meio intelectual e expressos nos ensaios interpretativos sobre o Brasil, à exemplo do livro *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre. O mestiço, desse modo, fora do ambiente do trabalho, teria traços de malandragem, no sentido elencado pelos intérpretes da cultura do Estado.

Ao individualizar as características do “Seu” Kilowatt, como um personagem festeiro, animado, alegre e sempre em prontidão, como fizemos nesse capítulo, fica a forte impressão de que ele é um malandro, no sentido positivo para a época (SCHWARCZ, 2015). Assim como o malandro, “Seu” Kilowatt representava a diluição da questão racial e de todo o histórico de exclusão social, assim como o controle sobre a interpretação e a criação de uma identidade dos trabalhadores fora do trabalho.



Figura 47 - C.F.L.P., 01/03/1946, p. 7

Interessante é que o “Seu” Kilowatt sempre trajava roupas, vestindo personagens, como trabalhadores, ou utilizava símbolos elencados pelo governo Vargas como expressões da originalidade do povo brasileiro. Na figura 47, o personagem diz “aderir a fuzarca”, também “sendo do samba” nos dias carnavalescos. Essa interpretação sobre o jeito de ser brasileiro traz a figura do malandro, que tem uma contradição em si: a imagem negativa do malandro, que “era aquela que associava a malandragem, a falta de trabalho, à vagabundagem e à criminalidade potencial”; e a positiva, que era o malandro definido como “bem humorado, bom de

bola e de samba, carnavalesco zeloso”. Segundo Schwarcz, “o malandro parece personificar com perfeição a velha fábula das três raças, numa versão mais recente e exaltadora”, o que destaca a imagem positiva do malandro (SCHWARCZ, 2015, p. 378-383).

Importante para a análise do instrumento da AMFORP é a apropriação dessa imagem do malandro para atender ao que a empresa considerava as expectativas do público e das autoridades, usando o carisma do lado positivo do malandro. O “complexo de Zé Carioca” indica, no personagem criado por Walt Disney, a expressão dessa imagem vista por alguém de fora do país. Ao vir ao Rio de Janeiro, o desenhista teria se inspirado para produzir o personagem “nas intermináveis anedotas de papagaio ouvidas pela equipe de Disney durante a estadia no Rio de Janeiro [...] numa sala do Copacabana Palace” (SCHWARCZ; STERLING, 2015, p. 381).

Zé Carioca era uma espécie singular [...] capaz de combinar elementos culturais diversos, estetizar a figura do malandro, esvaziá-la de seu sentido

transgressor e extrair dessa mistura uma síntese de quem seríamos nós. Por todos os lados era possível reconhecer sinais dessa identidade nacional que o brasileiro ainda gosta de usar para se distinguir: mestiço, vivendo de biscates, sem dinheiro – na “prontidão”, como se dizia a gíria na época – e um tanto preguiçoso. Mas, como o próprio Zé Carioca, um sujeito irresistível: simpatíssimo, livre, feliz da vida, falante, caloroso, folgado, cheio de bossa, bom de bola, craque do samba, um tanto safado – e aprender tudo depressa, inclusive a melhor maneira de enrolar o estrangeiro” (SCHWARCZ; STERLING, 2015, p. 381).

Vale destacar a dificuldade de adaptação da imagem pela publicidade da AMFORP, pois apesar de o “Seu” Kilowatt ser apresentado sempre em “prontidão”, alegre, sambista e futebolista, as imagens utilizadas para representar o malandro festeiro não condiziam com o malandro carioca. A figura 47 indica o personagem fantasiado de palhaço de carnaval e, em outra situação, o “Seu” Kilowatt com um saxofone usando uma cartola na qual ele diz ajudar o rei momo no carnaval (C.F.L.P., 21/02/1941, p. 8). Existiu a dificuldade em adaptar o *layout* mesmo para os estereótipos que se tinha do Brasil.



Figura 48 - C.F.L.P., 06/02/1942, p. 7

O malandro, o Zé Carioca e o “Seu” Kilowatt foram receptáculos da noção de que o Brasil seria uma sociedade “misturada e pioneira em função da ausência de segregação e de uma miscigenação extremada e feliz, e foram criados no mesmo período, sendo contemporâneos (SCHWARCZ; STERLING, 2015, p. 382). Vale reiterar que a imagem positiva do malandro era destacada, algo na direção da felicidade e do jogo de cintura no campo das relações humanas e afetivas. Mas, o malandro “Kilowatt”, sem cor, um fanfarrão divertido, foi adaptado ao trabalho, e a palavra “prontidão”, gíria utilizada na época, foi aplicada aos anúncios da AMFORP, presente em grande volume nas publicações da empresa. Porém, o malandro estava escrito nos textos, e não em imagem.

Ao lado do malandro, a figura 48 indica outra adaptação feita da imagem do “Seu” Kilowatt para o Brasil, que é a representação da Carmem Miranda, importante cantora do período e envolvida nas trocas culturais entre o Brasil e os EUA. Em diversas apresentações nos EUA e no Brasil, a cantora marcou um estilo de vestimentas e músicas, mas não deixou de ser acusada de estar “americanizada” pelo público brasileiro, haja vista a sua grande movimentação nos teatros estadunidenses (TOTA, 2000). A personagem foi marcante para a criação de estereótipos do Brasil pelos EUA, e o “Seu” Kilowatt se vestiu à moda de Carmem Miranda, tentando gerar familiaridade.

A publicidade da AMFORP buscou, além de usar a imagem de uma mascote e do estilo dos *cartoons políticos*, uma leitura sobre como seria o jeito de ser do brasileiro, especialmente inspirado na figura do malandro carioca. Ficam óbvias as dificuldades desse modelo de um “jeito de ser do brasileiro” ter sido aplicável a todas as cidades e às formas de ser regionais, historicamente estabelecidas. No entanto, vale destacar o esforço da empresa em ter uma face pública eficiente, com aderência em um discurso cultural criado nas entranhas do governo Vargas.

O malandro carismático, no entanto, trabalhava e se sacrificava pelo público, e isso mostra a existência de uma concepção exógena associada à do fanfarrão. Ao lado do malandro, a imagem de Carmem Miranda, uma cantora que representava a imagem brasileira para o mundo pelos principais meios de comunicação. Vale destacar que esses traços de “identidade” foram mais fortes na primeira fase de atuação do personagem, o que foi sendo deixado de lado quando o personagem passou a se lamentar pelas deficiências dos serviços prestados pelas suas empresas. Entretanto, o personagem teve,

em sua essência, no Brasil, aplicada para todos os territórios, a face carismática do malandro carioca ou a imagem famosa de Carmem Miranda.

No próximo capítulo, ao analisar as *experiências* do processo de eletrificação dos EUA que vieram para o Brasil, indicaremos o discurso do serviço (*service*), que se somou à valorização do trabalho no país para reformar o malandro, que passou a se dedicar com “prontidão” às suas atividades de atendimento ao público. Além desse elemento cultural, outros foram utilizados pela empresa, e, quando as coisas não deram certo em seus negócios, o aspecto negativo do malandro apareceu.

Mas isso será visto quando os brasileiros se pronunciarem sobre a AMFORP. Importante é saber que, como um *instrumento* da empresa, dotado de potencialidades comunicativas expressivas, o “Seu” Kilowatt era uma frente institucional com vasto repertório narrativo, o que pode ser usado para quaisquer que fossem os interesses da empresa. Fato é que o personagem apresentou ter várias funções, o que vai ser mais bem explicado no próximo capítulo.

1.6. Considerações parciais sobre o “Seu” Kilowatt

Essa mascote, internacional, chegou ao Brasil em 1936, com o fito de humanizar os serviços de eletricidade nas cidades nas quais a AMFORP se instalou. Como foi percebido em outros estados, como Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, “Seu” Kilowatt estava presente, cumprindo funções para com seu público, estimulando condutas e se utilizando de elementos culturais para ser aceito pelas populações locais.

No Espírito Santo não foi diferente, tendo o personagem presença em todos os principais jornais e revistas de Vitória e de Cachoeiro de Itapemirim. Surpreendentemente, o “Seu” Kilowatt foi encontrado até no jornal comunista, Folha Capixaba, o maior opositor da empresa no Estado, tendo várias aparições nele, porém, com muita repetição e pouca variação. Em A Época, de Cachoeiro, ele aparecia duas vezes por mês, assim como ocorria em A Gazeta e A Tribuna, porém, com um número bem menor de situações únicas. Foram encontradas três, de 1945 a 1949, ou seja, em quatro anos, muitos anúncios do personagem foram repetidos.

A Gazeta foi a fonte mais relevante para demonstrar a variação de situações únicas do personagem, assim como as funções que ele exercia. Esse jornal permitiu notar as fases de atuação do “Seu” Kilowatt, na venda de serviços e produtos, na sua participação na

propaganda de guerra e na sua fase de defesa. Sua existência comprova o esforço da AMFORP / Central Brasileira em participar ativamente da realidade capixaba, marcando sua posição e tentando não ser odiada, o que, apesar de tão inteligente publicidade, não aconteceu. Destacamos o poder de convencimento da mascote; dos *cartoons políticos* e da apropriação de uma noção sobre o brasileiro que gerasse simpatia do público para com a AMFORP.

Foram encontradas as mais diversas funções sociais para o uso da publicidade, como: 1) criar afetividade com o público; 2) vender eletricidade e produtos elétricos; 3) educar a mulher; 4) instruir o público; 5) defender as empresas de críticas recebidas; 6) educar o trabalhador; 7) fazer referência à História do Brasil; 8) fazer referência a personagens estrangeiros; 9) apoiar as autoridades; e 10) apresentar o Kilowatt de guerra. O estudo aprofundado do caso capixaba nos propiciou a chance de elaborar e definir as categorias de análise sobre a publicidade da AMFORP aqui listadas.

Mesmo com tantas funções, o personagem contou com a dificuldade de adaptação cultural no Brasil, pois as famílias apresentadas nos anúncios da AMFORP eram brancas e elencadas em casas estadunidenses. A mulher, sempre branca e o trabalhador brasileiro batendo o ponto em um *layout* idêntico à uma imagem encontrada nos EUA. O malandro, por sua vez, foi expresso em palavras, nos textos que ancoraram a mensagem do “Seu” Kilowatt, mas em imagem ele não apareceu. Esse é um forte indicativo da dificuldade que a empresa encontrou em adaptar seus anúncios para o escopo cultural. Desse modo, é possível indicar que o esforço da companhia em criar uma narrativa e exercer funções educativas tinha limitações.

De posse das informações contidas nessa apresentação do personagem, desde os Estados Unidos, passando por estados e cidades brasileiras até o Espírito Santo, faz-se necessário ampliar o enfoque. Compreendendo que a interação cultural Brasil-Estados Unidos é polissêmica, fizemos a opção de ampliar o recorte cronológico por todo o período de atuação do Snr. / “Seu” Kilowatt no Brasil, que data de 1936 até meados de 1962, bem como estudar cinco outras cidades de outros estados, formando um *corpus documental* com seis amostras ao todo. As perguntas que guiaram essa ampliação de recorte foram as seguintes: 1) existia a repetição regular da mesma imagem nas diferentes cidades? 2) as cidades tinham autonomia na produção da mensagem para a sua região? 3) existiu alguma outra função para o personagem?

Felizmente, as amostras foram acessíveis e possibilitaram um estudo robusto sobre a publicidade da AMFORP, permitindo a montagem de uma coleção de imagens para o período que vai de 1936 a 1962, através dos seis jornais selecionados. E, para além do que a publicidade deu a ver em seu tempo, raízes mais profundas marcaram a essência do “Seu” Kilowatt, e esses traços avoengos de sua origem nos auxiliaram a mapear a publicidade da empresa em um sentido mais amplo, considerando as tendências de centralização e descentralização da mensagem da multinacional, assim como as tendências das funções do personagem, agora elencadas como categorias de análise.

Compreendido o *instrumento* em todo o seu potencial, vamos adentrar no campo das *experiências* trazidas dos EUA para o Brasil, de modo a compreender a matriz cultural da publicidade do “Seu” Kilowatt e o abandono de uma campanha de venda de produtos e serviços para a adoção de uma longa campanha de defesa de críticas feitas pelo público ao empreendimento. Ou seja, de fato existiu um esforço de transmissão de uma cultura material, social e simbólica sobre os usos da eletricidade. No entanto, conforme as situações do país e da empresa evoluíram no tempo, as divergências de interesses foram ficando mais fortes, o que gerou uma mudança de conduta publicitária por parte da empresa, que abandonou o que é delimitado como o exercício do *Soft Power* ou do *imperialismo sedutor*.

Nesse período de mudança, os *cartoons políticos* e o *Intrumento* da AMFORP atuaram no sentido de gerar o convencimento do público e das autoridades sobre as suas demandas frente ao desenvolvimento econômico brasileiro, o que obscureceu um pouco o discurso carismático do malandro que influenciou o “Seu” Kilowatt no Brasil.



Figura 49 – C.F.L.P., p. 03/03/1949, p. 4

Capítulo 2

As experiências

Os homens de negócios reformularam a sua imagem pública para tentar provar que eles estavam operando com os melhores interesses de todos.

William Leach

Prosperando com o povo ou soffrendo com elle, inteiramente identificado com o meio, sou, hoje, parte integrante e imprescindível desta cidade, como fui hontem e serei amanhã.

“Seu” Kilowatt

Até aqui, observamos o *instrumento* que a AMFORP utilizou para lidar com o público brasileiro através da atuação do "Seu" Kilowatt em cidades do Espírito Santo, da Bahia, de Minas Gerais e de Pernambuco. Essa presença em tantos lugares nos instigou a buscar coleções de jornais de outros estados da Federação, de modo a observar o grau de centralização e de regionalização da campanha publicitária da AMFORP para responder à seguinte questão: Cada empresa da AMFORP tinha sua campanha ou tudo vinha de maneira centralizada pela CAEEB? Essa pergunta nos ajudou a entender as fases descritas no primeiro capítulo, mensurando a sua validade em nível nacional. Além disso, nos permitiu marcar a entrada do personagem no Brasil, que se confirmou em 1936. A saída do personagem do Brasil, por fim, ocorreu em 1962, também para todas as cidades.

Na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional, encontramos jornais localizados no Nordeste, no Sudeste e no Sul com coleções mais completas, o que permitiu um nível mais agudo de verificação. Desse modo, optamos pelo número de um jornal por Estado e dois estados por Região. No caso de jornais que não estão preservados desde 1936 até 1962, buscamos outros matinais ou vespertinos que pudessem complementar as lacunas.

Desse modo, encontramos jornais longevos e preservados nas seguintes cidades: Recife, Pernambuco; Natal, Rio Grande do Norte; Vitória, Espírito Santo; Niterói, Rio de Janeiro; Curitiba, Paraná, e Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Nos casos de Vitória e Porto Alegre, as coleções estão guardadas e com acesso em acervo físico no Arquivo Público do Espírito Santo e Arquivo Municipal de Porto Alegre, respectivamente.

Tendo essa amplitude de dados, pudemos notar que existiu uma campanha unificada para todas essas cidades com um grau de regionalização para as imagens, o que indica a tendência à centralização na produção de mensagens pela CAEEB para as distintas

regiões do país. Isso demonstra que o *instrumento* da AMFORP teve atuação objetiva no Brasil, com forte presença cultural, política e social para regiões com configurações distintas.

Esses achados distam do que encontramos no Portal To The Texas History, no qual os jornais do estado norte-americano do Texas estão disponíveis para consultas online (THE PORTAL TO THE TEXAS HISTORY, 2016). O caso estadunidense de atuação do Reddy Kilowatt mostra uma variação quase total de cidade para cidade, pois as empresas de energia elétrica eram várias, cada uma com seus objetivos e área de atuação. Portanto, de um lugar para outro se notava um alto grau de regionalização, diferente do que aconteceu com a AMFORP no Brasil. Isso é um tanto óbvio pelo fato de as diversas empresas espalhadas pelo território brasileiro pertencerem à mesma matriz, mas foi necessário verificar, e adiante faremos a exposição dos resultados mais gerais.

A partir da análise desses dados, pudemos compreender a atuação do personagem dentro das funções descritas no capítulo anterior, e mensurar melhor as fases descritas, especialmente no recorte de tempo não alcançado pelo primeiro passo da pesquisa, relativa ao Espírito Santo, que é aquele de 1950 a 1962. A partir disso, podemos indicar as fases do personagem, e, por conseguinte, da empresa, e a característica de sua atuação por toda a sua estada no Brasil.

Tendo essas informações em conta, devemos avançar na análise do “Seu” Kilowatt como um representante dos interesses de uma multinacional com origem em um país desenvolvido atuando no Brasil subdesenvolvido. Por isso, vamos compreender quais *experiências* sociais dos EUA vieram subjacentes com esse personagem, haja vista que até aqui fizemos uma descrição e uma análise da mascote sem indicar, contudo, o arcabouço de noções que foram trazidas para o Brasil.

Essa parte do trabalho é importante por indicar o curioso fato de a AMFORP ter apresentado um otimismo em seus serviços por meio de sua publicidade, adensando o fluxo cultural por um período mais restrito do que a fase de defesa de críticas. Os fluxos culturais eram entendidos como importantes, mas insuficientes para o convencimento, gerando a necessidade de adaptação da empresa às críticas regionais feitas às suas associadas, fato previsto pela matriz estadunidense pela natureza das relações entre o capital proveniente dos EUA com os interesses dos países subdesenvolvidos atendidos por suas associadas. Destacar esse arcabouço cultural e compará-lo com um período em

que ele ficou em segundo plano permite o levantamento de questões importantes para essa pesquisa.

Essas experiências perpassam os campos do consumo de massas, da publicidade e da produção e consumo de eletricidade, todos unificados pelos seguintes tópicos: a noção de serviço; a separação do mundo da produção daquele do consumo; a modernidade. Como a escolha de eletrificação do Brasil foi pelo setor privado internacional, houve o transporte de experiências disponíveis no exterior, e também um conjunto de valores e técnicas que se tornaram presentes para os brasileiros. Tratou-se de trazer o modelo desenvolvido de fora para o Brasil, o que, veremos, convenceu no plano das ideias e frustrou na realidade.

2.1. Produção de sentidos?

Alguns autores estadunidenses analisaram o funcionamento da nova cultura capitalista construída desde 1880 até 1950 nos Estados Unidos, e esses trabalhos são de grande valia para essa tese. O Reddy Kilowatt nasceu em um país cujas publicidade, eletricidade e sociedade de consumo vinham sendo construídas há, pelo menos, 50 anos antes do recorte em questão, o que pudemos identificar em todos esses campos na atuação do “Seu” Kilowatt no Brasil.

É importante indicar o valioso debate feito na historiografia dos EUA no tocante à ação empresarial, à intencionalidade, e à produção e captação de valores culturais e sociais por círculos de poder restritos e voltados para a produção de lucro (*making-profit*). Essas leituras vão acompanhar toda a análise do “Seu” Kilowatt nesse segundo capítulo, mas desde já permitem abrir o debate sobre a produção de um modelo de sociedade por meios empresariais, intelectuais e comerciais em acordo com autoridades políticas.

Podemos realizar alguns questionamentos para instigar o pensamento sobre o tema: A mudança qualitativa no campo da produção, ocorrida no final do século XIX, nos EUA, produziria automaticamente consumo em escala por parte da população como um todo? A disponibilidade da eletricidade geraria automaticamente acesso irrestrito ao consumo de eletricidade, ou mesmo a necessidade desse tipo de energia? Caso não, por que seria necessária a ação da publicidade se as pessoas já consumiriam pelo simples fato de os produtos abundarem? Esses autores, estudando o seu país, dão uma resposta para essas questões e nos auxiliam a prosseguir com a pesquisa um pouco mais precavida.

Estudos já vêm apontando para a necessidade de se valorizar as elaborações dos indivíduos frente às novas estruturas de pensamento ou econômicas, para, então, captar as nuances de períodos históricos distantes do nosso. Jacques Revel e Simona Cerutti (1998) são autores que indicam que conceitos, como urbanização, industrialização ou termos muito amplos, não devem ser entendidos como máquinas reificadoras que retiram dos indivíduos o poder de interpretar mudanças amplas na cultura material de uma sociedade. É necessário compreender as suas estratégias, os cálculos e os recursos disponíveis para cada indivíduo em um dado momento. Adam Przeworski (1989) chama isso de "estrutura de possibilidades".

Portanto, nem possibilidades ilimitadas pela vontade do indivíduo nem o poder massacrante de uma estrutura de pensamento ou econômica irresistíveis. Estudos vêm buscando compreender as relações humanas em suas diversas temporalidades. Mesmo os comerciantes estadunidenses, dentro do tempo histórico, perceberam isso em sua realidade, pois, temendo uma super-produção de itens sem uma contrapartida do consumo, passaram a desenvolver técnicas juntamente a outras instituições para produzir uma sociedade que consumisse de maneira autônoma os objetos provenientes da nova capacidade industrial.

Era necessário criar uma sociedade de consumo. Willian Leach (1994), em seu livro *Land of Desire*, identificou a formação da sociedade capitalista de consumo nos Estados Unidos desde 1880 e demonstrou como nada disso ocorreu automaticamente, mas sim com um amplo esforço interessado em incentivar o consumo individual com a paralela destruição de empecilhos existentes na cultura estadunidense tradicional (LEACH, 1994).

Leach (1994) indica que, para produzir esse efeito, os grandes varejistas, como John Wanamaker, cercaram-se de artistas, vitrinistas, agentes, estilistas, para subverter aspectos culturais tradicionais, como: a parcimônia, a busca pela realização espiritual, a culpa e a frugalidade, fatores presentes no cotidiano popular, para constituir uma Terra do Desejo (*Land of Desire*). Com o intuito de criar uma atmosfera em que o *novo* seria atrelado às mercadorias, e não mais ao *novo* colonial dos *founding fathers*, o uso das cores, dos vidros e das luzes traria aos pretendentes a consumidores um universo de prazer, onde a privação seria algo inaudito (LEACH, 1994).

Assim, foi criada uma rede que incluiu museus, universidades, teatros, poder público e intelectuais na qual informações circularam e foram capturadas pelo escopo comercial,

que pretendia gerar uma atmosfera de prazer que saltasse aos olhos dos transeuntes e dos clientes. A ideia era mostrar às pessoas que elas precisavam consumir, e induzi-las a isso. Captando os anseios das classes mais abastadas, as ideias do prazer pelo consumo foram vendidas para a população, indistintamente, gerando o desejo nos que podiam e nos que não podiam adquirir. Era necessário criar a demanda e seduzir. Dessa maneira, o *novo* presente na antiga cultura protestante colonial foi utilizado contra ela, configurado e capturado pelo poder do Capital. Este faria do consumo algo desejável, com o prazer, o luxo e o gasto desnecessário, sem culpa ou pecado.

Para tanto, a noção de serviço (*service*) foi o argumento utilizado pelos grandes varejistas, como Filene, Wanamaker e os irmãos Straus, para manter a legitimidade de suas ofensivas na alteração da cultura estadunidense. Esse esforço, vale destacar, não passou ileso a críticas, o que gerou a antecipação desses negociantes. Os comerciantes criaram um argumento altruísta de que estariam prestando um serviço desinteressado ao país e aos consumidores, como se não visassem ao lucro, mas apenas ao bem comum. Desse modo, o comércio não seria pecaminoso, nem os donos dos negócios, nem os funcionários, os clientes ou os admiradores de mercadorias (LEACH, 1994).

O setor da publicidade foi marcante nesse aspecto, pois surgiu e buscou se afirmar na criação de demanda através do encantamento do público para o consumo. Roland Marchand (1986), em seu livro *Advertising the American Dream*, fez uma importante contribuição para o estudo do mercado publicitário desde 1910 até 1932. Foi naquele recorte que esse grupo de agentes se estabeleceu com certo nível de credibilidade pública. Vistos antes da Primeira Guerra como vigaristas, espertalhões ou enganadores, a colaboração dos publicitários no conflito teria gerado um ganho para a profissão, que passou a ser um pouco mais bem vista.

Marchand (1986) indica como um segmento composto majoritariamente por homens, brancos e de renda média para alta agiram com um intuito civilizador, autoproclamando-se modernos e se autodistinguindo das massas como racionais, frios, calculistas. Todas essas seriam boas características para esse grupo, contrárias ao antiquado, ao emocional e ao desregrado da população dita “incivilizada” (MARCHAND, 1986).

Ao gerar a demanda daqueles que não consumiam, os publicitários, de cima do seu autoentendido pedestal de superioridade, falariam para essa massa ignorante. As parábolas (*parables*) e a criação de todo um vocabulário imagético foram os instrumentos

utilizados pelos publicitários, que usaram da ansiedade das mudanças urbanas, populacionais e do trabalho para gerar necessidades de compras como um ato relaxante e confortante. Os próprios anúncios assumiriam esse papel terapêutico, ao oferecer as soluções dos problemas modernos das pessoas, não por acaso gerados pela modernidade e sublinhados por eles. O ramo publicitário ganhou centralidade nos negócios de qualquer setor por gerar demandas onde não existia, assim como os comerciantes buscavam legitimidade para as suas atividades. Esses profissionais desenvolveram uma concepção de que eles eram civilizadores e educadores da população (MARCHAND, 1986).

É interessante notar o debate que Marchand (1986) faz sobre a publicidade enquanto fonte histórica. Utilizando a fala de um publicitário da A. N. Ayer and Son, em 1926, o autor lança a seguinte questão: os anúncios seriam um espelho do social (*social mirror*)? Segundo o publicitário,

Historiadores do futuro não vão ter que confiar em magras coleções de museus, não vão olhar atentamente para documentos obscuros e inscrições antigas para construir imagens fidedignas de 1926. Dia a dia uma imagem do nosso tempo é registrada completa e vividamente em anúncios nas revistas e jornais americanos. Quando todas as outras formas de informação dos dias de hoje falharem, a publicidade vai reproduzir para os tempos futuros, como se fizesse por si mesmo, a ação, cor, variedade, dignidade e aspirações da Cena Americana (MARCHAND, 1986, p. XV. Tradução livre).

Para o Marchand (1986), não seria possível obter essa reflexão límpida da sociedade de uma época por meio da publicidade, pois ela seria distorcida por valores de um grupo estrito e com um modo de vida característico de uma classe social, não das massas (que já seriam estreitas em termos de números). Porém, através de refrações (*refractions*), seria possível captar as experiências da modernidade urbana nos meios publicitários, as experiências das novidades urbanas do povo citadino, assim como os preconceitos e as preconcepções inculcadas na produção de anúncios por esse grupo "civilizado".

As ansiedades seriam utilizadas para gerar um antídoto, no caso, a mercadoria, e, com isso, geraria a demanda para o consumo. Desse modo os anúncios são uma fonte valiosa, porém, não respondem instantaneamente às perguntas do historiador. Isso porque disponibilizam um escopo disciplinador que mescla realidade, preconceitos e fantasias, e é nesse ponto que os anúncios possibilitam análises sobre as relações estabelecidas pelas grandes corporações com a sociedade (MARCHAND, 1986).

David Nye (1992) escreveu a importante obra, *Electrifying America: the social meaning of a new technology*, e retoma questões semelhantes às dos autores supracitados. O autor,

em primeiro lugar, diz que o capitalismo de consumo de massas gerou uma separação entre o mundo da produção e o mundo do consumo, superpovoando a mente, os olhos e os ouvidos do consumidor com prazer, de modo a ocultar a faceta do sofrimento, da ausência e da escassez gerada pela sociedade capitalista de massas. A fantasia, as cores, a crença de que o prazer seria democrático e justo apartou as pessoas da ligação que o mundo da produção tinha com o mundo do consumo, mudança que já vinha se realizando com o êxodo rural e com a proletarização da sociedade (NYE, 1992). É como se as pessoas fossem convidadas e instadas a retirar os pés do chão para viver em um mundo de alegorias, fortemente estimulados por lojas fantásticas, produtos superestimados e desnecessários, mas não pecaminosos.

O processo de eletrificação, em segundo lugar, diferente do que se poderia pensar, não foi democrático nos Estados Unidos. Como os avanços tecnológicos não são herméticos, sem início ou fim em si, acaba havendo limitações inscritas na estruturação das sociedades em que são desenvolvidos. No caso estadunidense, as prioridades da eletricidade nem de perto foram democráticas, pois, sendo parte de escolhas empresariais privadas que mercantilizaram o uso do insumo, serviu principalmente ao escopo da produção de lucros por grandes corporações, os impérios de luz ou *Empires of Light*, termo utilizado por Jill Jones (JONNES, 2004).

De 1880 até 1891, a eletricidade foi apresentada como algo mágico e sobrenatural, demonstrada em feiras, como aquela de Chicago, com torres suntuosas, lagos iluminados e luzes em abundância. Ao lado desse mundo de fantasia, carros elétricos interligaram regiões interioranas aos centros, aumentando o fluxo de pessoas e bens. Porém, o consumo de eletricidade pelo povo comum ainda teria muito que esperar, pois apenas em 1900 é que as indústrias ganharam fluxos da nova tecnologia, seguidas pelo uso residencial somente entre 1910 e 1930.

O ambiente rural estadunidense só foi eletrificado no governo de Franklin Roosevelt (1933-1945), com investimentos federais no fortalecimento de cooperativas. Nesse período, as críticas regionais às grandes empresas monopolistas de energia elétrica, como a General Electric (G.E.) e a Westinghouse, fizeram com que novas iniciativas fossem feitas para vincular a essa indústria à fantasia e a eventos fantásticos, de modo a retomar a sensação de progresso e maravilhamento social com relação ao uso da energia elétrica, como uma tentativa de aplacar as críticas feitas aos grandes monopólios (NYE, 1992).

Dessas três leituras, importantes para entender a atuação de uma empresa privada estadunidense no Brasil, são de essenciais destaques alguns aspectos discursivos desenvolvidos nos Estados Unidos: 1) a apresentação de um modelo de sociedade de consumo na qual as empresas prestariam serviços aos consumidores, sem visar o lucro; 2) um núcleo publicitário "civilizador" em vias de qualificação e busca de legitimidade social; 3) a separação da experiência do trabalho e a sua superposição pela experiência do consumo. Esses três fatores seriam reforçados a cada conjunção entre cores, luzes e anúncios, a cada evento majestoso que demonstrasse que o progresso estava ocorrendo ou aconteceria em breve, e em cada alimento à esperança de que o futuro logo chegaria. O progresso seria criado e recriado, tomado e retomado, por pessoas, por instituições, por empresas.

Mesmo que os "Titans" da indústria e do comércio, como Thomas A. Edison, George Westinghouse ou John Wanamaker, e da publicidade, como A. N. Ayer and Son e a Bruce Barton Co., tivessem, em seu início, ainda algum ideal coletivo, ligado à antiga tradição do serviço e entrelaçada à uma noção republicana, aos poucos o capital financeiro foi devorando o comando dessas empresas, mesmo que a contragosto dos seus proprietários.

Como Jill Jones (2004) demonstrou em seu livro *Empires of Light*, foi com muito desgosto que Thomas Edison perdeu o controle de sua empresa ao tempo da fusão com a Thomsom Houston, assim como George Westinghouse, na primeira década de 1900. As duas empresas passaram a ser administradas pelo capital financeiro, que passou a gerir esses negócios sem a mínima preocupação social com o consumidor ou com os operários.

No após Guerra, as lojas de departamento passaram por uma onda de fusões patrocinadas pelo setor financeiro, chamada de *mergemanía* por Willian Leach (1994). E, para ter apenas uma noção dos efeitos desse processo, que demonstra o quanto os empreendimentos não tinham as inscrições da mistura dos valores tradicionais com o *novo* existente nos pioneiros da sociedade de consumo, citamos o caso de John Wanamaker.

O protestante pioneiro e mais influente das lojas de departamento apartou o mundo privado da religião daquele dos "serviços", ou seja, dos negócios. Wanamaker defendia a frugalidade em sua vida particular, e, nos seus negócios, estimulava o gasto, o desejo, o excesso, ou seja, tudo que seria considerado pecado ou digno de culpa antes da criação da *Land of Desire*. No entanto, seu filho Rodman Wanamaker pouco aprendeu com o

negócio no tocante às tradições particulares que o seu pai seguia, buscando uma vida de luxo e glamour, morando muito tempo em Paris.

O filho de Rodman Wanamaker, com muito menos contato com o avô, pouco pode aprender das velhas tradições do seu parente através dos negócios da família, e o que o seu patrimônio gerou foi uma vida de alcoolismo, em busca de prazeres sem limites, todos os que o dinheiro pudessem dar (LEACH, 1994). Ou seja, o deslocamento da vida privada gerado pelos pioneiros da sociedade de consumo foi bem-sucedido e nada deixou de tradicional inscrito nos negócios além dos valores capturados para a produção de lucros.

Toda a engenharia social produzida pelas lojas de departamento e empresas de eletricidade, em comunhão com organizadores de feiras, artistas e estilistas, modelou uma forma de viver ideal, e as condições em que as novidades foram colocadas geraram um estreitamento do papel social pretendido pelos capitalistas da virada do século.

Esse processo levou a uma mercantilização ainda maior dos produtos, uma monetarização da vida e dos valores espirituais, e feriu de maneira implacável a tradição protestante dos tempos coloniais. O prazer, o deslumbre, o desejo e o querer passaram a ser usados como terapêutica para as pessoas ansiosas, individualizadas e embrenhadas nas multidões. E as imagens e os vocabulários criados por estilistas, vitrinistas, publicitários, escritores, jornalistas e romancistas contratados por empresários dessas indústrias assumiram um papel “educativo” com relação à mulher e ao homem, criando também um mundo separado para as crianças, ocultando as desigualdades étnicas e as desigualdades de classe, anunciando o "sonho americano" (MARCHAND, 1986), "uma terra de desejo" (LEACH, 1994).

Essas abordagens acerca da construção de imagens e de um vocabulário próprio para esse modelo se aproximam do que André Ricardo Valle Vasco Pereira (2015) considerou em seu livro sobre teoria e metodologia da História. Existe um campo muito vago de valores, crenças e noções, numa temporalidade mais ampla, que é a longa duração, que pode tomar formatos intencionais ou não intencionais no campo dos fenômenos. Em um plano mais estreito, aquele da conjuntura, uma pessoa, grupo ou instituição reproduz ou produz artefatos a partir da apropriação de valores, crenças e noções pautados em um projeto e, no espaço dos fenômenos, efetua a propaganda daquilo que projetou ou expressa um pensamento estrutural.

Assim, como as leituras de Leach (1994), Marchand (1986) e Nye (1992), Pereira (2015) valoriza o estudo da apropriação de valores por parte dos indivíduos, grupos e instituições, dentro de um projeto e expresso em uma propaganda (busca pela conquista da opinião).

Desse modo, nesse capítulo, buscamos a produção de valores por parte do grupo AMFORP, que se expressou e se comunicou com o público brasileiro por meio do "Seu" Kilowatt. O interesse pela recepção da mensagem é existente nesse trabalho e será exposta nos capítulos 3, 4 e 5. Entretanto, nesse capítulo, perceberemos o esforço empreendido para a produção de sentidos, para a construção de imagens e a comunicação da empresa estadunidense com a sociedade brasileira, com recorte de 1936 a 1962, para, depois, esclarecer o porquê de ela ter relegado a segundo plano tal arcabouço de experiências. A AMFORP é o objeto privilegiado para esse esforço.

Para fins de organização, agrupamos as funções encontradas no primeiro capítulo, tornadas categorias de análise e de individualização das imagens. Por esse caminho, surgem duas frentes: uma empresarial e outra política. Dentro da frente empresarial, encontramos: 1) a criação de afetividade com o público; 2) a venda de produtos; 3) a persuasão da mulher; 4) a instrução pública e 5) a defesa de críticas feitas à empresa. Logo, a frente política se refere à publicidade que se torna política em sentido *stricto*. No caso, 6) a domesticação do trabalhador; 7) a referência à História do Brasil; 8) a referência a personagens estrangeiros; 9) o apoio a autoridades, e 10) o Kilowatt de guerra.

A partir desse ponto do trabalho, vamos expor essas categorias cronologicamente, notando os picos de atuação do personagem da AMFORP nas distintas conjunturas e indicando o fluxo sociopolítico e cultural vindo dos Estados Unidos até o momento em que isso foi relegado em segundo plano. Com isso, pretendemos compreender a ação política da AMFORP por meio das pegadas do "Seu" Kilowatt.

2.1.1. As vias de atuação do "Seu" Kilowatt³

O "Seu" Kilowatt, como indicamos no caso capixaba, estava presente em jornais de orientações políticas diversas, como o jornal A Época, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Folha Capixaba, do Partido Comunista do Brasil (PCB) e em A Tribuna e em A

³A seção *As vias de atuação do Snr. / "Seu" Kilowatt* foi publicada no capítulo *O Discurso do Serviço: Técnicas de enraizamento empresarial norte-americanas através da AMFORP no Brasil. 1936-1962*, do livro *América em Perspectiva*, 2020.

Gazeta, ambos os jornais que transitaram entre o Partido Social-Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN).

Os jornais que encontramos na Hemeroteca Digital e no Arquivo Municipal do Rio Grande do Sul indicam uma grande variedade de jornais em que o "Seu" Kilowatt atuou. Os veículos de comunicação visados pela AMFORP e com a maior diversificação de anúncios eram aqueles longevos e bem estabelecidos. No Espírito Santo, os jornais A Gazeta, criado em 1928, e A Tribuna, de 1938, contam com uma coleção densa do personagem, com uma média de duas imagens diferentes por mês.

Jornais menores tinham menor variação e mais repetições. Criado um pouco antes, no Paraná, o jornal O Dia foi fundado em 1923, por Caio Machado e Júlio César, marcando uma crítica constante ao poder público (PILOTTO, 1976). Na década de 1950, o diário assumiria posições ligadas ao trabalhismo e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que se desdobrariam até a década de 1960.

No Rio Grande do Norte, o Jornal A Ordem, criado em 14 de julho de 1935, era vinculado à Congregação Mariana dos Moços, com ligações com o Instituto Dom Vital, no Rio de Janeiro. Marcadamente anticomunista, o jornal teria sido criado para combater a esquerda após o trauma da Intentona Comunista (FALCÃO; REBOUÇAS, 2013). O veículo católico de comunicação, assim como os demais, conteve fortemente a presença do personagem da AMFORP.

Esses eram jornais tradicionais, mas, perto de outros, pareciam ainda muito novos. O Fluminense, de Niterói, era um jornal tradicional criado em 1878. Impresso três vezes por semana, passou à edição diária em 1892. Após um longo período sob o comando da família Miranda, em 1954, o jornal passou a ser comandado por Alberto Torres, da UDN. E isso mudou completamente o tom do jornal, que havia se mantido governista, e, a partir da venda, mudou para a oposição e para o antigetulismo (LEAL; COUTO, 2019).

Outro jornal existente desde o século XIX e ainda atuante é o Correio do Povo, fundado em 1895, no Rio Grande do Sul. Criado por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, tinha por escopo a defesa dos interesses das classes conservadoras, comumente lido pelos estancieiros gaúchos. A linha que o jornal buscava era a da neutralidade com relação à política nacional, mas era pendente para o PSD, que bem representava parte das elites agrárias brasileiras (LEAL; DILIENBURG, 2019).

O Jornal Pequeno, de Pernambuco, foi criado em 1898, com ligações com o integralismo (GOMES, 1981). E o Diário de Pernambuco, o mais antigo da América Latina, datando a sua fundação de 7 de novembro de 1825, foi comprado por Assis Chateaubriand em 1931 (JÚNIOR et al., 2019).

Portanto, as vias nas quais o “Seu” Kilowatt se estabeleceu e que continham o fluxo de anúncios mais constante eram aqueles jornais mais longevos e tradicionais, cuja propriedade era de alguma família ligada à política ou a um grupo, como no caso do jornal A Ordem. Jornais menores e revistas recebiam os anúncios em menor medida, e com muitas repetições, o que não desabona a presença do personagem e dos valores que ele representava.

A AMFORP adentrava mesmo em jornais comunistas, trabalhistas, marcadamente nacionalistas e críticos às empresas estrangeiras, o que indica serem as verbas de publicidade atrativas. Ou seja, o contato com o público brasileiro por parte da multinacional era algo relevante e caro à empresa. Nesse capítulo, a apresentação dessas vias visa apenas situar o leitor sobre os documentos relativos à imagem, mas o esforço de compreensão das relações entre os jornais e a AMFORP serão expostos nos capítulos 3, 4, 5 e 6. Na próxima seção, vamos nos ater às características gerais da ação publicitária da empresa.

2.1.2. Características gerais da campanha da AMFORP: os níveis de centralização e regionalização da mensagem publicitária do "Seu" Kilowatt⁴

Através do estudo dos jornais supracitados, pudemos reunir um *corpus* de imagens singulares de 671 anúncios distribuídos durante os 27 anos de atuação do personagem no Brasil, o que resulta numa média de duas imagens por mês. Essas saíam, em muitos casos, exatamente no mesmo dia ou em dias próximos nas cidades de atuação da AMFORP, sendo provável que possíveis ausências sejam configuradas pelas escolhas dos jornais amostra, que podem padecer de faltas de exemplares ou por efeito das dinâmicas regionais estabelecidas entre os ramos da AMFORP e os jornais.

⁴As seções *Características gerais da atuação do “Seu” Kilowatt* e *Criação de afetividade* foram publicados no capítulo *O Discurso do Serviço: Técnicas de enraizamento empresarial norte-americanas através da AMFORP no Brasil. 1936-1962*, do livro *América em Perspectiva*, 2020. Contém modificações de conteúdo e forma produzidas por revisões e avanços da pesquisa.

Tendo como base as seis cidades escolhidas, fizemos a contagem das imagens singulares que saíam apenas em uma, duas, três, quatro, cinco ou seis cidades. Esse *continuum* indica que uma imagem que saiu em apenas uma cidade tem grandes chances de ser uma publicidade regional, ou que ela saiu em outros jornais não contemplados por nossas amostras. Consideramos a mensagem centralizada a partir da ocorrência de imagens únicas repetidas em pelo menos três cidades. De três a seis cidades, o indício é de centralização da produção da mensagem dos anúncios. Pudemos constatar que a publicidade da AMFORP era unificada, mas com algum nível de regionalização, no qual os anúncios se dirigiam diretamente à cidade hospedeira e ao seu povo. Portanto, a predominância é a de mensagens distribuídas por todo território atendido pela empresa, sem mudanças textuais ou imagéticas.

De 1936 a 1939, momento inicial de atuação do “Seu” Kilowatt, das 132 imagens observadas nesse período, 37 apareceram apenas em uma cidade; 14, em duas; 41, em três; 35, em quatro cidades; e apenas cinco, em cinco cidades. Nenhuma imagem esteve presente em todas as cidades naquele período. Ou seja, 81 de 132 imagens apareceram, em, no mínimo, três cidades, o que demonstra que a publicidade era direcionada por um centro produtor.

No período que vai de 1940 a 1944, os números sofreram alterações drásticas por conta da Guerra. Das 134 imagens observadas para o período, apenas três foram vistas em uma cidade; seis, em duas; 25, em três; 53, em quatro; 37, em cinco; e 10, em seis cidades. Portanto, de 134 imagens, 125 estiveram presentes em mais de três cidades, um aumento substantivo de 61,36% do total de imagens do período anterior para 93,2 % no quinquênio 1940-1944. Dessas 125 imagens, 47 foram reproduzidas em cinco e seis cidades, constituindo 37,6%, que perdem apenas para as imagens repetidas em três e quatro cidades, que foram 62,4%.

Esses dados indicam que existia uma campanha publicitária centralizada e que esta foi intensificada em 1940, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial. De 1945 a 1949, encontramos 125 imagens únicas, tendo elas aparecido em uma cidade 13 vezes; em duas, 9; em três, 26; em quatro, 44; em cinco, 17; e em seis, apenas seis. Ou seja, 103 das 125 imagens estiveram presentes em pelo menos três cidades, simultaneamente, constituindo 82,4% do total para o período, dos quais 67,9% aparições em três e quatro cidades e 32% em cinco e seis.

Em 1950, contudo, houve uma redução dessa centralização, pois, pela primeira vez, as imagens únicas ou reproduzidas em apenas duas cidades superaram aquelas presentes em, no mínimo, três cidades. De 123 imagens, 66 estiveram em uma ou duas cidades; contra 57, de três a cinco. Aquelas de três a seis cidades caíram de 82,4% para 46,3% em relação ao quinquênio anterior. O período posterior, 1955-1959, manteve a tendência dessa década, aumentando as repetições em uma e duas cidades de 53,7% do período anterior para 62,5%, configurando aquelas imagens presentes em mais de três cidades em 37,5%. Vale destacar que, na década de 1950, não encontramos uma imagem singular repetida nas seis cidades.

De 1960 a 1962, com as empresas iniciando as negociações para a sua saída do Brasil e, em alguns casos, encampadas, os anúncios regionais aumentaram em número. Foram 33 imagens repetidas em uma e duas cidades; contra apenas quatro, de três a seis. Entretanto, isso não apaga a presença de imagens idênticas em cidades diferentes. Esses dados, vale reforçar, devem levar em conta as dinâmicas regionais, que contêm as questões de valor da publicidade e das relações da AMFORP com os matutinos e vespertinos, pois uma imagem pode ter saído em um jornal e não em outro, o que nessa pesquisa pode ter gerado vácuos, haja vista a possibilidade de uma imagem ausente em nosso jornal amostra ter existido no espaço físico da cidade, em outro jornal.

Outra variável é a ausência física dos vestígios, plausível para o ofício do historiador. Exemplo disso são as falhas em A Gazeta, notadas em alguns semestres da década de 1930; também em A Ordem e, no caso mais grave, no Correio do Povo, com ausências em 1939, em 1949 e com um desaparecimento das imagens do “Seu” Kilowatt de 1949 até 1956. Nesse caso, encontramos o acervo, mas o personagem raramente apareceu, provavelmente pela dinâmica estabelecida entre o jornal e a subsidiária da multinacional. É possível até imaginar que a coleção doada ao museu pode ter sido mutilada pelo antigo dono ou por quem teve acesso à documentação. Apesar dessas dificuldades, encontramos tendências fortes de centralização, que, sanadas as distorções acima citadas, apenas alterariam a quantidade de imagens com duas, três, quatro, cinco ou seis presenças em cidades distintas.

Resumidamente, conforme demonstrado no Gráfico 1, os números ficaram assim para as imagens repetidas de três cidades para cima em seus respectivos períodos: 1936-1939, 61,36%; 1940-1944, 93,25%; 1945-1949, 82,4%; 1950-1954, 46,3%; 1955-1959, 37,5%,

e 1960-1962, 10,8%. A tendência encontrada é a de centralização da produção da mensagem publicitária, o que foi descendendo conforme se esgarçou o ambiente para empresa.

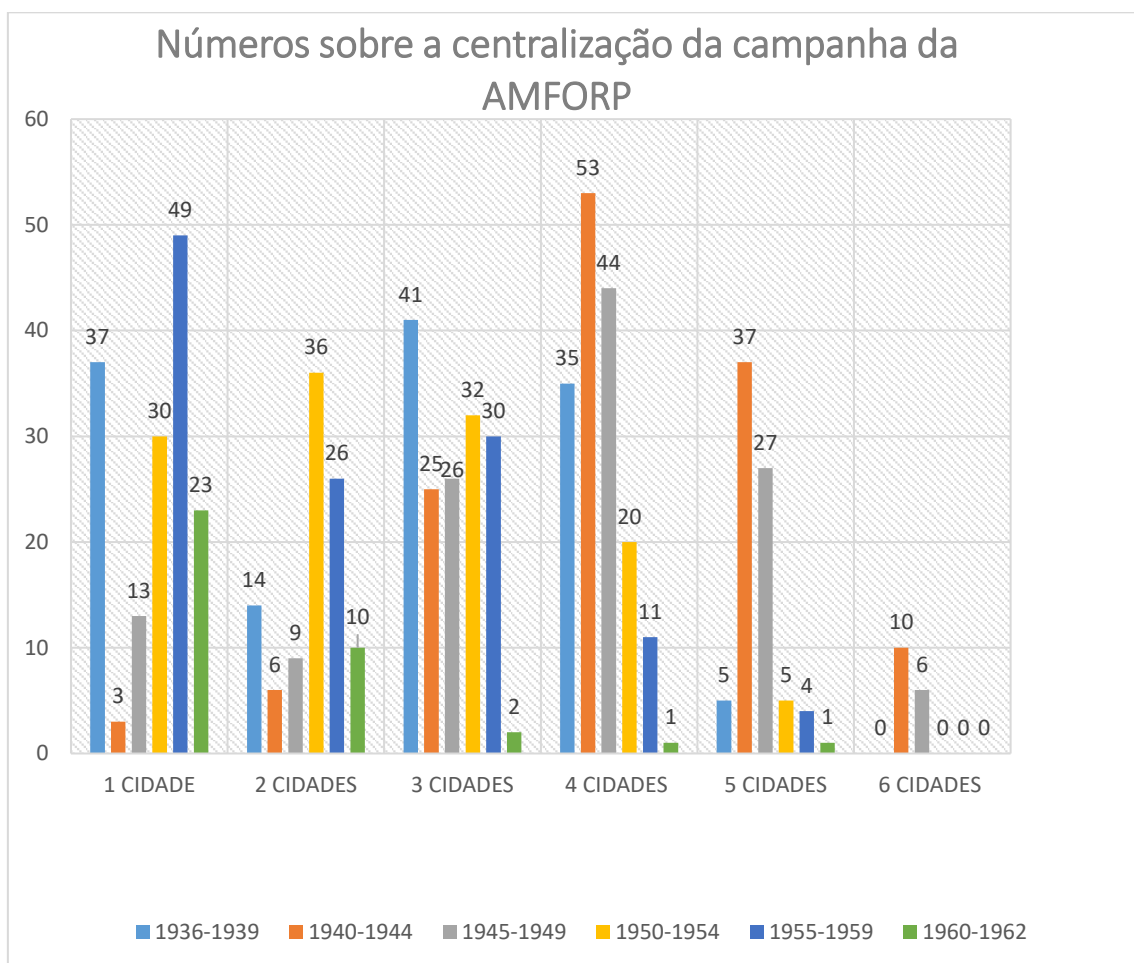


Gráfico 1: Produzido através das imagens extraídas dos jornais elencados como amostra. Ver apêndices, tabelas 4 e 8.

No Gráfico 2, é possível observar que a publicidade da AMFORP, segundo a categorização adotada, foi majoritariamente empresarial, tendo como desvio o período de 1940-1944, em que a publicidade política ultrapassou aquela comercial.

Também no gráfico 2, a seguir, podemos observar o panorama geral das duas frentes, com a especificação do momento em que a publicidade se tornou política, propaganda em sentido estrito.

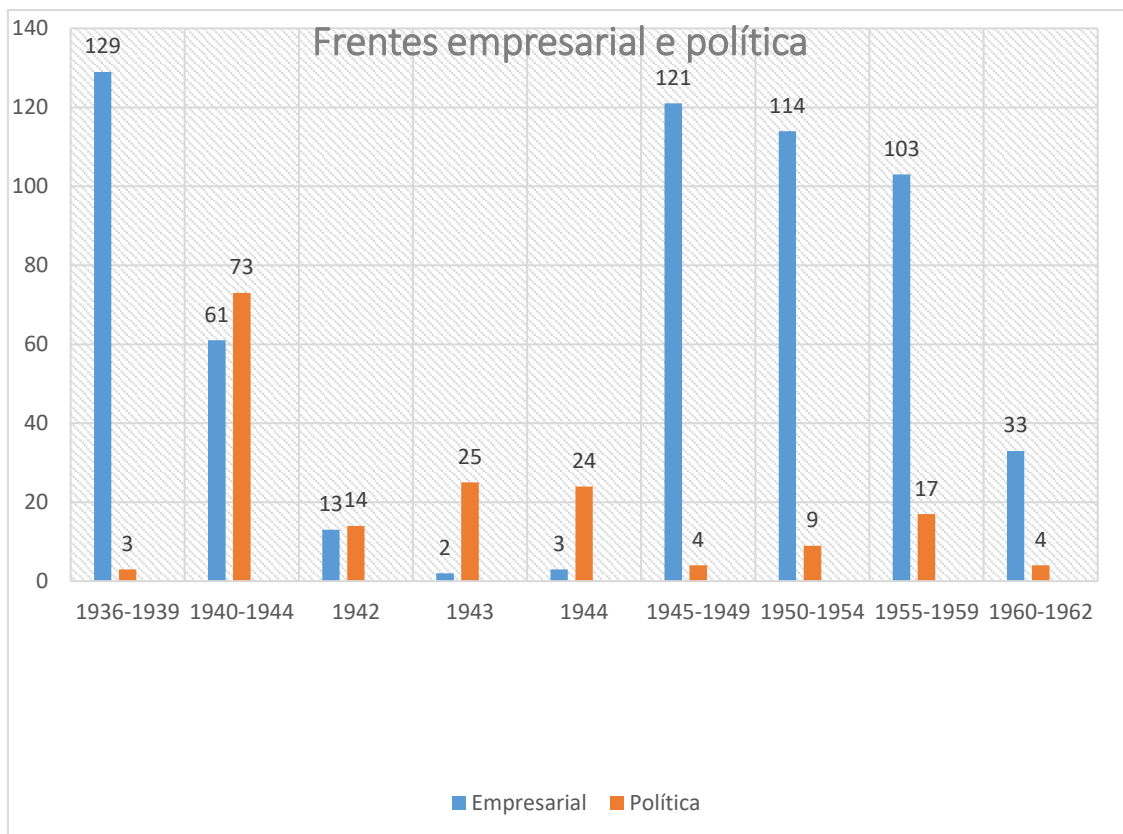


Gráfico 2: Medida de imagens empresariais e políticas: Ver apêndice, tabela 11.

No momento em que a publicidade ficou mais centralizada, ela se tornou política, isso por conta do evento de guerra. Entretanto, vale pontuar a seguinte questão: a publicidade empresarial não poderia ser aparentemente comercial e essencialmente política? E se sim, tanto em sentido *lato* quanto *estrito*? Compreendemos que mesmo a publicidade categorizada enquanto empresarial carrega consigo uma política sub-reptícia muito envolvente e sutil. E que mesmo com a menor tendência à centralização da década de 1950, os anúncios predominantes tiveram grande peso político em todas as regiões elencadas. Para responder a essas questões, vamos avançar para uma visão geral das categorias da análise construídas no primeiro capítulo.

Divididas em dez, cinco inclusas na frente empresarial e cinco naquela política, temos algumas informações panorâmicas. Para sintetizar, escolhemos apresentar as cinco categorias mais robustas das 10, destacadas no *ranking* organizado pela Tabela 1 (abaixo) e apresentadas pelo Gráfico 3.

Categoria de análise	Montante durante todo o período
1) Criação de afetividade com o público	194 imagens
2) Defesa de críticas feitas a empresa	188 imagens
3) Venda de eletricidade e produtos	72 imagens
4) Instrução pública	66 imagens
5) Kilowatt de guerra	61 imagens
6) Persuasão da mulher	41 imagens
7) Domesticação do trabalhador	21 imagens
8) Apoio a autoridades	19 imagens
9) Personagens estrangeiros	6 imagens
10) História do Brasil	3 imagens

Tabela 1 – Ranking de categorias. Produção do autor com base no compilado de imagens encontradas nos jornais pesquisados

Assim, observando o Gráfico 3, no campo empresarial, dentro da categoria criação de afetividade com o público e daquela da venda de produtos e serviços da eletricidade, notamos que o maior impulso nesse sentido ocorreu de 1936 até 1942. De 1936 até 1939, foram 45,45% de imagens que buscavam gerar afinidade e legitimidade com o público e 31,8% direcionadas à venda de produtos, como ferros elétricos, refrigeradores e lâmpadas especiais. Ou seja, uma atuação que buscava gerar demanda de serviços e produtos. Junto a essas categorias de análise, a venda de produtos, especificamente para a mulher, configurou nos primeiros anos de atuação do “Seu” Kilowatt 16,66%, engrossando a atuação empresarial de criação de demanda para os serviços e produtos.

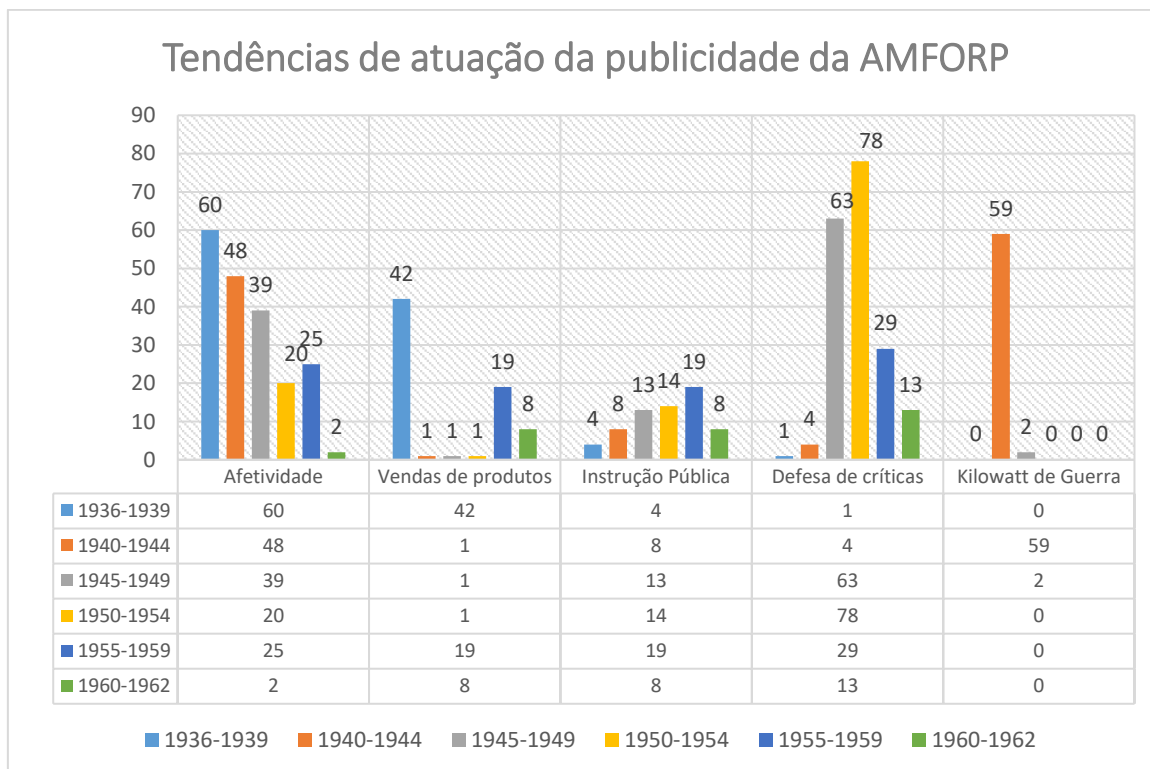


Gráfico 3: As categorias com maior volume de imagens. Ver apêndices, tabelas 7, 9 e 10

Após esse momento inicial, o quinquênio 1940-1944 contou com a redução dos anúncios direcionados à venda de produtos de 31,8 % para 0,74%, mantendo-se, contudo, o escopo de criação de afetividade com o público, com 35,8%. Porém, a economia de guerra entrou em cena acumulando 44% do total para o período.

Se os primeiros anos de atuação do “Seu” Kilowatt foram voltados para gerar demanda, o período de guerra foi marcado pela necessidade de economia, conserto dos produtos elétricos e escassez geral. O "Seu" Kilowatt havia se tornado um soldado de guerra, confirmando as indicações do primeiro capítulo. E, nesse momento, a categoria de guerra absorveu a educação da mulher e do trabalhador, especificamente a partir da metade de 1942. Por fim, o que mais marcou no após guerra foram os novos picos de atuação do personagem, que não deixou de tentar criar afetividade com o público, mas passou sistematicamente a se defender de críticas feitas à empresa.

Desde 1945 até 1962, ou seja, um recorte de 18 anos, o personagem se defendeu de reclamações e acusações do público, utilizando, para além da questão climática, os argumentos das dificuldades geradas pelo conflito mundial, das deficiências financeiras e da necessidade de majorar tarifas para prestar um bom serviço. De 1945 até 1949, foram 50,4% das imagens direcionadas a rebater reclamações do público.

De 1950 até 1954, as imagens saltaram para 63,4%, sucedidos de 24,1% de 1955-1959, e 35,1% de 1960-1962, todos os maiores índices em comparação às outras categorias da mesma época. É na defesa de críticas feitas à empresa, inseridas em um plano empresarial, que vamos indicar o escopo político dessa longa campanha publicitária no após guerra.

Esses são os pontos altos e que precisam ser analisados e explicados junto às categorias com menos ocorrências, mas não menos importantes. Seguindo esses picos de atuação, exporamos as três fases do "Seu" Kilowatt: 1) a fase de venda de serviços e produtos (1936-1942); 2) a fase de guerra (1942-1945); e a fase de defesa de críticas da empresa (1945-1962).

Com isso, pretendemos indicar as experiências estadunidenses trazidas para o Brasil através da publicidade da AMFORP, assim como identificar a política da empresa nesse setor tão caro ao desenvolvimentismo almejado pelas elites brasileiras no período democrático e de tantas turbulências no percurso de sua história no Brasil. A AMFORP

trouxe, por meio de seu instrumento, as experiências da modernização do seu país de origem, mas, após isso, relegou esse tipo de anúncio a segundo plano para se defender de críticas feitas a ela no Brasil.

2.2. A Criação de afetividade e o discurso do serviço

Essa categoria foi logo identificada nas análises do "Seu" Kilowatt, haja vista a já observada saliência dessa função nos primeiros anos de atuação da mascote. Ter os consumidores como amigos, ter a posse de capacidades maravilhosas e poderosas, atuar com altruísmo e prontidão, viver na comunidade e visar o bem comum foram motes do interlocutor público da AMFORP. Esse discurso, mais vago, afetivo e sedutor foi maior até do que o discurso para a venda de produtos movidos a energia elétrica, de força e luz. Como veremos, era escopo da empresa "criar raízes" na comunidade e gerar legitimidade com as populações locais.

O que inserimos enquanto categoria de criação de afetividade é pertencente à tradição de serviço burilada pelo setor atacadista dos EUA, na virada do século, e distribuída para outros setores, como o de energia elétrica. Com a intenção de criar uma nova cultura que desobstruísse os aspectos tradicionais da cultura estadunidense, os empresários se anteciparam às críticas que intitulariam as cores, as formas, as luzes e o culto à mercadoria como pecaminosas ou impuras. Além de separar o âmbito privado da vida religiosa dos negócios, o discurso do serviço seria uma forma de criar legitimidade pública.

Willian Leach (1994) indica duas raízes para a constituição do serviço verbalizado e desenhado nos discursos publicitários, que são a medieval e a republicana. A primeira seria ligada à tradição de hospitalidade e trabalho em benefício público, assentado em bases religiosas. A segunda teria seu significado atrelado ao veio liberal republicano, no qual o governo prestaria um serviço civil. O que os comerciantes fizeram foi tornar o serviço algo em si mesmo, algo secular, com um substrato cristão e republicano. Desse modo, o que foi salientado nas publicidades e nas falas de gerentes e dos donos de lojas, foi o serviço como um bem público (LEACH, 1994).

Segundo Leach, "Os homens de negócios reformularam a sua imagem pública para tentar provar que eles estavam operando com os melhores interesses de todos" (LEACH, 1994, p.177). O meio publicitário se esforçou em deslocar o domínio da democracia do campo da produção para o do consumo. Por sua vez, Roland Marchand indicou a Parábola da

Democracia dos Bens (*The parable of the democracy of goods*), que era utilizada pelos publicitários para criar uma imagem de que o consumo era algo inclusivo, desvinculando qualquer traço mercantil do processo produtivo (MARCHAND, 1986).

Houve, inclusive, uma preocupação em atender aos funcionários das lojas de departamento, através do assistencialismo. Leach indica que, no caso de Wanamaker, "Ele acreditava que tinha o 'dever' de pagar além dos "salários legais", mas também "cobrir o bem-estar e educação" dessas pessoas, e isso incluía "todas" essas pessoas - homens e mulheres, meninos e meninas, brancos e negros" (LEACH, 1994, p. 119). A preocupação era com a imagem pública da empresa, em criar um ambiente de fruição para os consumidores em que relações de exploração do trabalho não retirassem a aura de prazer pretendida pelos negociantes.

Todo esse esforço era pautado em um discurso altruísta, que se esforçou em deslocar do ambiente comercial seu aspecto empresarial e voltado para os lucros. As lojas seriam algo como um lugar social preocupado com o bem-estar dos consumidores e da comunidade de tal modo que isso era apresentado como um sacrifício moral, uma função social a qual os comerciantes atenderiam. A noção de serviço (*service*) utilizada de maneira consciente buscava induzir os consumidores a relacionarem o serviço à "promessa para a América". O serviço expressaria o que os economistas chamaram de "lado benevolente" do capitalismo, em que existiria a preocupação com as necessidades dos outros (LEACH, 1994).

Porém, essa construção, conforme indica Leach (1994), foi unilateral, pois a identidade do consumo produzida pelo serviço não era parte da vida social. Com isso, houve o que Roland, Nye e Leach indicam como separação do mundo da produção do mundo do consumo. As fantasias criadas pela publicidade e pelas novas formas de consumo tinham como substrato a noção de serviço e tentavam encobrir qualquer visibilidade para as contradições existentes no processo produtivo. Nas palavras de Leach:

O mundo separado da fantasia do consumo, em outras palavras, começou a impulsionar a ideia de que o homem e a mulher deveriam ser humanos satisfeitos não através de bens espirituais ou da busca pelo "eterno" [...] mas através da aquisição de bens [...] (LEACH, 1994, p.150).

O "Seu" Kilowatt, portanto, não estava alheio à cultura construída em seu país de origem, muito pelo contrário, foi parte de um setor que se tornou essencial na mente dos

estadunidenses e dos brasileiros, isso com um grande esforço investido no sentido de gerar credibilidade enquanto um prestador de serviços.

Assim, quando o personagem representava a AMFORP e fazia referência aos consumidores enquanto amigos, fazendo-se popular ou se inserindo como parte da comunidade, estava efetuando o discurso do serviço, altruísta e "benevolente", de um esforço desprendido de qualquer ambição material, mas apenas pautado em uma boa vontade em bem servir, como se pode observar nas figuras 50 e 51, em que "Seu" Kilowatt afirma a sua permanência entre os brasileiros "prosperando com o povo ou soffrendo com elle", criando aqui "raízes profundas".



*Para o bem de todos...!
AQUI FICAREI!*

— Tem-se gasto avultada somma de dinheiro em postes, fios, transformadores, medidores e outros equipamentos electricos, afim de que esta comunidade possa ter o bom serviço de electricidade de que precisa, — diz o Sr. Kilowatt, seu criado electrico.

— O dinheiro necessario para o fornecimento deste serviço, representa não só o maior emprego de capital aqui feito, todo elle de caracter constructivo, mas, constitue, tambem, um emprego de natureza definitiva. Outros poderão partir, porem, a propria especie dos meus serviços torna a minha presença permanente, quaesquer que sejam os factores que affectem a vida da nossa cidade.

— Prosperando com o povo ou soffrendo com elle, inteiramente identificado com o meio, sou, hoje, parte integrante e imprescindivel desta cidade, como fui hontem e serei amanhã.

CIA. FORÇA E LUZ DO PARANÁ
Telephone 400

Figura 50 - C.F.L.P., 17/12/1937, p. 7

1939 — Rio.

TAL COMO ESTA ARVORE,



CRIEI RAIZES PROFUNDAS!

— Minha Companhia aqui despendeu enormes sommas para servir ao publico. Criou amor a esta terra e os frutos dos seus empreendimentos ahi estão, resaltando aos olhos de todos!

Fazemos parte desta cidade, onde nos estabelecemos para sempre. As arvores florescem ou frutificam, de anno para anno: meus servicos, sem alarde, sem reclame, se vão expandindo, crescendo, como ramos que estendem sua fronde, para que, á sua sombra, haja uma vida suave. Assim são os meus servicos - diz o Sr. Kilowatt, seu criado electrico.

COMPANHIA FORÇA E LUZ
—: Fone 490 :—



Figura 51 - C.F.L.P., 04/05/1939, p. 7

O primeiro movimento, mais incisivo, foi esse de criar afetividade, legitimidade e de se interligar aos anseios daqueles que eram atendidos pelas empresas da AMFORP. No período que vai de 1936 a 1942, o "Seu" Kilowatt exibiu qualidades e habilidades maravilhosas, tendo como principais a força e a prontidão de seus serviços, acionados a qualquer hora e a qualquer momento.

Esses superpoderes demonstravam a capacidade da AMFORP de atender à demanda de serviços, de levar o serviço às casas dos consumidores, às fábricas e ao comércio. Com botas sete léguas, o "Seu" Kilowatt fazia seu trabalho com habilidade e atendia seus clientes, que seriam seus amigos, sempre obtendo deles uma relação de "confiança".

Um fator componente do serviço é a entrega do produto, e esse aspecto foi amplamente utilizado pelo "Seu" Kilowatt até a sua saída do país. Comparando a gasolina à eletricidade ou a produtos que se compram no mercado, no caso da eletricidade, o personagem contava vantagem de sua entrega em domicílio, uma facilidade para seus consumidores (ver capítulo 1).

É importante destacar que, para o enquadramento dos anúncios no campo da criação de afetividade, elencamos três chaves de inclusão, que foram a criação de afetividade através: 1) da prontidão e altruísmo combinados no serviço; 2) da prontidão e altruísmo da empresa a serviço do progresso da cidade; 3) da afetividade pura, que falava de amor, respeito, amizade e religião. Muitos anúncios mostraram as habilidades do "Seu" Kilowatt e o seu esforço em bem atender a todos, indistintamente, enquanto outros se referiram diretamente ao progresso que ele levava para a cidade onde estava instalado. Outros anúncios eram aqueles de Natal e Ano Novo, em que o personagem desejava os votos de boas festas à população da cidade.

O ano de 1939 foi marcante com relação ao discurso do serviço para o progresso da cidade, pois os anúncios que tinham sido majoritariamente referentes às maravilhas que o "Seu" Kilowatt podia fazer nos anos anteriores passaram a dividir espaço com a referência ao desenvolvimento local.

Em 1936, foram 15 imagens referentes à criação de afetividade, sendo 11 especificamente para a prontidão e o altruísmo dos serviços; três sobre os serviços e o progresso; e um anúncio de afetividade pura. Em 1937, foram 12 imagens da categoria de afetividade, com 10 de prontidão e serviços; para dois sobre o progresso; seguido, em 1938, por 10 imagens, sendo oito de prontidão e serviços; um sobre o progresso; e um de afetividade pura. Em 1939, entretanto, das 23 imagens criadas para aproximar a empresa do público, 12 foram para os serviços; e 11 para o progresso; seguidas do ano de 1940, com 16 imagens de afetividade, sendo sete sobre os serviços; seis sobre os serviços e o progresso; e três de afetividade pura.

1941, o ano que antecedeu a entrada do Brasil no conflito mundial, teve 20 imagens de afetividade; 11 sobre os serviços; seis sobre os serviços e o progresso; e três de afetividade pura. Ou seja, houve uma evolução da subcategoria serviço + progresso, que passou a acompanhar mais de perto a subcategoria de serviço + altruísmo.

As duas imagens destacadas anteriormente – Figuras 50 e 51 -, cujos títulos foram: *Criei raízes profundas!* e *Para o bem de todos... aqui ficarei!* são exemplos da criação de afetividade através do discurso de serviços junto àquele do progresso.



Figura 52 - C.F.L.P., 03/03/1949, p. 4

A promessa de futuro estadunidense reproduzida no Brasil significou o progresso pretendido pelas elites e trabalhadores brasileiros. O "Seu" Kilowatt se apresentava como indispensável para tornar o Brasil um país desenvolvido, rumo ao progresso, e isso porque ele e os seus serviços prestados de maneira altruísta e desinteressada eram bem feitos.

Como segue na imagem de 1949 (Figura 52), podemos notar a continuidade da narrativa do progresso e do desenvolvimento que visou criar legitimidade.

Quando nos referimos ao discurso do serviço, levamos em conta as imagens e os textos que se prendem ao serviço em si, de todas as incríveis habilidades que o personagem se atribui e de como ele faz isso porque gosta das pessoas. Portanto, são diferentes daquelas supracitadas por não utilizar a linguagem, imagética ou textual, do progresso. E nesse ponto é importante destacar outra marca da publicidade estadunidense que era a ambientação do tipo orientalista.

Segundo Leach (1994), os designers procuravam suprir um vazio que a nova cultura secularizada havia deixado, buscando o místico em povos orientais, com ornamentações e produções artísticas que usassem tais influências. E o "Seu" Kilowatt não esteve fora dessa tendência, apresentando-se como um ser tão poderoso como os seres místicos, comparando-se, por exemplo, com um gênio da lâmpada moderno. Segundo Leach,

A busca pelas cidades orientais nas exposições, desfiles e showrooms visavam algo além do *glamour* francês. O orientalismo simbolizou o sentimento de alguma coisa perdida pela cultura ocidental, um desejo por uma vida "sensual" mais satisfatória do que o cristianismo poderia endossar (LEACH, 1994, p.105. Tradução livre).

CURITIBA — SEXTA-FEIRA, 23 DE JANEIRO DE 1942



Contos das "Mil e uma Noites"

— Bastava a Aladin esfregar com as mãos a lâmpada maravilhosa para ter, humilde, a seus pés, um Ente extraordinário sempre pronto a realizar, com rapidez, todos os seus desejos.

— Em pleno século XX Aladin, do conto das "Mil e uma Noites", curva-se diante de mim, porque basta que se toque com o dedo um simples botão e comparecerei, imediatamente, para executar, onde quer que seja, os mais diversos serviços — diz "Seu" Kilowatt, o gênio elétrico.

CIA. FORÇA E LUZ DO PARANÁ
FONE 400

Figura 53 - C.F.L.P., 23/01/1942, p. 6

amigo íntimo de Heleno. exame médico e dentário, no



CINDARELA possuía uma "varinha de condão"...

— e ALADIN, uma lâmpada mágica.

Mas... "Seu" Kilowatt é o mágico de atualidade!

— A linda criatura que fazia transformações miraculosas com a "sua varinha de condão" e o genial dono da lâmpada mágica, eram na verdade, personagens encantadoras... mas, irreais.

Eu, porém, realizo milagres ao simples tocar de um botão. Sem atitudes místicas, transformo a escuridão em luz, proporciono, de muito longe, música e diversões variadas, convido salientar a boa vontade com que ajudo às donas de casa nos afazeres domésticos. Sim, hoje em dia, o mágico é real, não é um mito — diz "Seu" Kilowatt, o criado elétrico.

Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil
Av. Tavares de Lira 152 Natal

Figura 54 - C.F.L.N.B.08/04/1949, p. 3



Figura 55 - C.F.L.P., 20/02/1942, p. 8

Esse tipo de anúncio, que apelou para elementos mágicos, não estava simplesmente dizendo que o personagem gostava das pessoas ou que ele desejava à população um Feliz Natal, assim como não estava se referindo ao progresso que ele gerava. O recurso para esse caso era criar afetividade através dos incríveis serviços do “Seu” Kilowatt, um ser tão poderoso, mas tão benevolente afinal. Ele servia às pessoas a qualquer momento, com o autoproclamado dom da ubiquidade. Como segue no anúncio da Figura 55: “- Modéstia à parte, sou muito mais rápido que o gigante das encantadas ‘botas de sete léguas’”. - Para servir a todos com presteza e dedicação, venço vertiginosamente as distâncias - diz o ‘Seu’ Kilowatt, o criado elétrico”.

Em linhas gerais, o discurso do serviço presente nos EUA foi a base para todas as funções do personagem. Afinal, se o escopo era a aproximação com o público, a publicidade da AMFORP teve, nas declarações e bons desejos do “Seu” Kilowatt, em uma afetividade sentimental, na divulgação dos incríveis serviços do personagem, feitos de forma altruísta, e, por fim, na criação de afetividade através da conjugação dos serviços com o progresso, o que gerava um grande recurso para se legitimar. É nesse ponto que o malandro foi adaptado, com um carisma brasileiro e o discurso do serviço proveniente dos EUA.

A presença das duas primeiras chaves de inclusão é essencialmente parte de técnicas elaboradas e difundidas nos EUA, enquanto o apelo ao progresso nos dá o primeiro indicativo de que houve uma adaptação, um encaixe, uma afinidade entre a empresa que publicava e o governo que permitia.

O estreitamento das relações político econômicas entre o Brasil e os EUA ocorreu no governo desenvolvimentista e autoritário de Getúlio Vargas. Este aceitou, através do

Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a livre circulação dos anúncios da AMFORP, que, por sua vez, produziu uma publicidade dedicada ao país hospedeiro, ambientada aos anseios das elites brasileiras, como o uso da linguagem do progresso deixa visível. Gerando a comunhão com o povo a que servia, o “Seu” Kilowatt dizia, então, poder desenvolver os seus serviços, vender os seus produtos e atender a todos, sem hostilidades, sem críticas, sem decepções. Esse foi o escopo.

2.2.1. A venda de produtos e benefícios da eletricidade

Se a base de atuação da empresa foi construída com o "Seu" Kilowatt mostrando as suas incríveis habilidades ou recorrendo ao progresso / desenvolvimento, a oferta de eletricidade proporcionava diversas facilidades domésticas e de lazer, que iam do ferro de passar roupa às lâmpadas especiais (domésticas ou industriais), do refrigerador ao rádio. Anteriormente, porém, citamos que, segundo David Nye (1992), a eletrificação estadunidense não teve esses itens como prioridade.

Inicialmente, os carros elétricos e os bondes ligando os centros ao interior do país e levando eletricidade para algumas regiões em momentos de baixa demanda dos transportes, assim como alguns parques coloridos no final das linhas para o entretenimento, foram os primeiros usos da eletricidade, posteriores às grandes exposições ou às casas luxuosas, como a do financista John Piermont Morgan. Luxo e fantasia sucedidos de mudanças no campo da produção na virada do século, e, só em 1910 os eletrodomésticos e o atendimento doméstico ganharam alguma relevância (NYE, 1992). Porém, foi no após Primeira Guerra que uma publicidade voltada para a venda de produtos movidos a eletricidade passou a ser massificado, o que se verificou no Brasil através das empresas da AMFORP na década de 1930.

Os benefícios expostos na publicidade voltada para a venda de produtos e benefícios da eletricidade eram contrapostos às velas; às marcas de fumaça no teto; ao calor nos ambientes ou ao cheiro de queimado. A limpeza da luz elétrica, sem marcas ou cheiro, era o grande feito da eletricidade (JONNES, 2004; NYE, 1992). Os anúncios, desse modo, apelaram à saúde dos olhos, da família e das crianças, estimulando o uso da iluminação elétrica.

Na Figura 57, *História sem palavras*, o “Seu” Kilowatt aparece ajudando as pessoas que estavam com medo do escuro, iluminando o lugar e mostrando que os ruídos que geravam

medo eram de um gato se espreguiçando. Além da limpeza, a luz elétrica enfrentava e desmantelava o temor da escuridão. O personagem, portanto, trouxe para o Brasil os benefícios do uso da iluminação elétrica, em todas as suas qualidades.

O uso do ferro de passar roupa seguiu o mesmo argumento. Aquecido a carvão, o ferro antigo seria sujo e pouco eficiente. O descarte dos antigos ferros foi enorme e formavam-se pilhas nos EUA desses produtos (NYE, 1992). O "Seu" Kilowatt, por sua vez, mostrava o quanto as roupas eram limpinhas e bem passadas com o ferro elétrico, citando até a opinião pública acerca do produto, "cômodo, limpíssimo e facilita o trabalho" (C.F.L.P., 21/10/1938. p. 7). Os fogões e frigideiras elétricas foram vendidos como mais limpos, práticos, cômodos, baratos e saudáveis, em vários anúncios.



Figura 56 - C.F.L.P., 21/10/1938, p. 7

Figura 57 - C.F.L.P., 25/07/1941, p. 9

O uso do refrigerador, um produto mais caro, foi muito tarde um item com alcance popular nos EUA, assim como no Brasil. Segundo Nye (1992), em 1910, o produto era um bem de luxo, pouco acessível. Era muito mais econômico ter uma caixa de gelo em casa do que um refrigerador, com altos valores. Indústrias, como a General Electric,

notando essa característica, passaram a investir pesado em publicidade e na oferta de refrigeradores em parcelas. Em 1936, houve uma investida nesse sentido, de modo a criar a demanda para o consumo de refrigeradores, assim como o direcionamento do seu uso. Nye (1992) aponta para usos distintos que os estadunidenses faziam dos refrigeradores, guardando diversos itens, como bichos mortos. A publicidade modelou o uso do produto e ofertou facilidades para a sua aquisição. Não é à toa que no Brasil, durante os primeiros anos de atuação do "Seu" Kilowatt, tenha ocorrido a venda de refrigeradores herméticos, econômicos e com condições especiais. Nas imagens e textos de ancoragem, a referência era aos alimentos, à possibilidade de estocagem de produtos que geraria a economia doméstica, como exemplifica o anúncio da Figura 58.



Figura 58 - C.F.L.P., 06/11/1936, p. 7



Figura 59 - C.F.L.P., 07/05/1937, p. 7

Por fim, outro produto ofertado nos anúncios do "Seu" Kilowatt em sua fase de vendedor e criador de afetividade foi o rádio. Como indica Marchand (1986), o produto ganhou uma aura sagrada, com o fito cultural e civilizatório na década de 1920. Um debate foi realizado no tocante ao uso de anúncios feitos por essa via, pois existia a crença de que isso geraria o desvirtuamento do aparelho enquanto um bem social.

Novelas, contos, transmissões políticas, lições eram escutadas dentro do ambiente privado, e eram vistos como um produto social. Incluir anúncios nesses aparelhos seria

um processo delicado e foi efetivado de maneira sutil. Porém, a imagem do rádio enquanto irradiador de cultura se manteve, transmitindo notícias, jogos esportivos, aconselhamentos a donas de casa, falando no íntimo da vida privada das pessoas. Esse produto foi mais popular, com preços mais acessíveis (MARCHAND, 1986). E o "Seu" Kilowatt fez a sua parte na disseminação desse item, conforme apresenta a Figura 59.

Na década de 1950, podemos notar um compilado dessas prioridades através da série "Antigamente", na qual o criado elétrico indica os benefícios gerados pelo uso da eletricidade e dos produtos por ela alimentados, seguindo uma linha semelhante àquela vigente de 1936 a 1942. Na figura 60, são expostos os benefícios do refrigerador, e, na figura 61, os benefícios o uso do rádio.

Antigamente ...

tomar um refrêscico, sorvete ou um simples copo d'água gelada significava primeiro aguardar a chegada do gelo e parti-lo em pedacinhos. Depois era necessário dar tempo ao tempo e esperar que as coisas gelassem... caso o gelo antes não derretesse.

Hoje,

a refrigeração elétrica permite uma vida mais cômoda e independente. Os alimentos guardados num refrigerador não perdem a frescura e os sorvetes ou refrêscicos podem ser saboreados a qualquer hora do dia ou da noite.

Mas, os benefícios da eletricidade não se limitam apenas à preservação dos alimentos. Neste momento, por exemplo, pense nas várias tarefas que ela está desempenhando no seu lar e nas muitas outras que ela pode executar. Tanto pode ser uma lâmpada a iluminar, como um ferro de engomar a passar roupa... uma enceradeira a lustar o chão, rádio, eletrola ou máquina de costurar... E, sendo a eletricidade ainda muito barata nesta cidade, quem senão eu poderá prestar tantos serviços por tão pouco - pergunta "Seu" Kilowatt, o criado elétrico.

A ELETRICIDADE VALE MUITO E CUSTA POUCO

Companhia Força e Luz do Paraná

Figura 60 - C.F.L.P., 01/11/1957, p. 8

Antigamente ..

ouvir as grandes interpretações musicais era um privilégio destruído pelo reduzido número de pessoas que podiam frequentar o teatro ou a ópera. Por que ainda não tivesse sido inventado um meio de registro, aquelas execuções ficaram perdidas para sempre.

Hoje,

a eletricidade nos permite ouvir os grandes mestres, através dos modernos rádios ou eletrolas. O prazer da boa música, com a largueza das emissoras está ao alcance de todos. E as interpretações dos grandes artistas perduram através dos tempos em gravações que a dia mais aprimoradas.

Mas, os benefícios da eletricidade não se limitam apenas à boa música. Neste momento, por exemplo, pense nas várias tarefas que ela está desempenhando no seu lar e nas muitas outras que ela pode executar. Tanto pode ser uma lâmpada a iluminar, como um ferro de engomar a passar roupa... uma enceradeira a lustar o chão, um refrigerador ou máquina de costurar... E, sendo a eletricidade ainda muito barata nesta cidade, quem senão eu, poderá prestar tantos serviços por tão pouco - pergunta "Seu" Kilowatt, o criado elétrico.

A ELETRICIDADE VALE MUITO E CUSTA POUCO

Companhia Força e Luz do Paraná

Figura 61 - C.F.L.P., 11/07/1958, p. 11

O período de maior impulso para a venda de produtos eletrodomésticos ou da própria eletricidade através dos anúncios foi aquele de 1936 a 1939. Das 72 imagens referentes à coleção geral de imagens para a categoria vendas, 58% foram para o período inicial de

atuação do personagem, 1936-1939, tendo uma queda brusca no período de 1940 a 1955, com 1,4% para cada quinquênio. Apenas de 1955 a 1959 é que os anúncios de vendas tiveram um maior fôlego, com 26% do total para a categoria, tendo o período 1960-1962, 11%. De início, a categoria de vendas foi afetada pelo período de Guerra, que gerou a escassez de produtos e o racionamento de energia elétrica, depois acompanhado pela crise da empresa, que passou a se defender das críticas que recebeu dos públicos regionais. A venda de produtos elétricos ficou débil por cerca de 16 anos.

Sobre os anúncios de vendas em 1936, foram 13 imagens: três para a luz elétrica; três para lâmpadas elétricas; cinco para refrigeradores e dois para rádios. Em 1937, a venda de fogões e frigideiras elétricas apareceu nas imagens, sendo quatro das 16 imagens de vendas, $\frac{1}{4}$ da categoria para o período. O ferro elétrico, por sua vez, apareceu duas vezes em 1937, e três em 1938. Contudo, vale destacar que esses produtos foram anunciados sem referência explícita à mulher, o que demonstra parte desse estímulo. No estudo da próxima categoria, esses produtos também ganham visibilidade.

Nos anos de 1955-1962, como supracitado, os anúncios de vendas reapareceram, contudo, direcionados quase que exclusivamente para a venda de eletricidade e de lâmpadas. Durante esses sete anos, foram 27 imagens para a categoria, das quais: 13 para a venda de eletricidade; sete para a venda de lâmpadas; duas para a venda de refrigeradores; três para a venda de rádios; uma para a venda de fogões e uma para a venda de ferros elétricos.

A década de 1930 ainda inspirava os anseios da *Belle Époque*, e esses produtos eram vendidos à população, mas algo aconteceu e eles sumiram dos anúncios, reaparecendo na categoria defesa de críticas feitas à empresa, com a peculiaridade de ser um conforto para o consumidor e um fardo para a empresa. Ou seja, de elencar os poderes sobrenaturais de atendimento ao serviço e de incentivar a compra de produtos e o consumo de eletricidade, a empresa passou a reclamar. A modernidade se instalou no país, para uma parcela ainda limitada da sociedade, e isso gerou transtornos para a empresa, que não conseguia atender seus consumidores. Desse modo, vender produtos elétricos passou a ser um contrassenso, e eles quase sumiram dos anúncios até 1955.

Esse gosto pela modernidade foi adquirido pelos brasileiros com poder aquisitivo, incentivado pela afetividade e legitimidade do discurso do "Seu" Kilowatt. Isso fazia parte dos anseios do desenvolvimento, assim como uma empresa de energia elétrica com produtos elétricos faria parte desse esforço. Porém, algo não estava dando certo. Cabe-

nos observar melhor o campo das experiências trazidas ao Brasil, agora na subcategoria persuasão da mulher.

2.2.2. A persuasão da mulher por meio da venda de produtos⁵

A densa rede criada nos EUA para gerar o consumo e evitar o desequilíbrio entre produção e demanda através de uma nova cultura reorganizou os papéis da mulher, do homem e das crianças. Willian Leach descreveu, em seu livro *Land of Desire*, a forma como a mulher, em especial, foi interpelada a agir de determinadas formas no novo tipo de lar, aquele moderno. David Nye, por sua vez, indicou os pressupostos que guiaram o enquadramento da mulher no ambiente doméstico e quais seriam as suas atribuições, enquanto Roland Marchand analisou detidamente os anúncios publicitários. No interior da cultura de consumo, a mulher teria um papel especial (LEACH, 1994; NYE, 1992; MARCHAND, 1986).

Importante, nessa seção, é destacar as duas esferas em que a mulher atuaria, segundo essa rede de atores normatizadores comerciais e publicitários: o trabalho no mercado e aquele doméstico. Se, por um lado, os salários menores comparados aos dos homens atraíam comerciantes, como John Wanamaker, a defender a atuação das mulheres na área que elas quisessem, por outro, ocorria a normatização do papel desta no ambiente doméstico. O lar seria o domínio da mulher, e esta, por sua vez, deveria saber comprar. O poder de decisão de compras para o próprio consumo, do marido e dos filhos, caberia, então, à “dona do lar”. Ao homem caberia o trabalho externo, para suprir as demandas domésticas com dinheiro. Assim, Willian Leach (1994) deixa evidente a separação entre produção e consumo⁶, em um nível mais amplo da sociedade estadunidense, sendo o segundo item colocado sob a responsabilidade da mulher.

Fazendo uma análise sobre as mudanças ocorridas na estruturação dos lares, das cidades e das indústrias, Nye (1992) vai ao encontro da concepção de Leach (1994) quando identifica a separação entre a esfera da produção daquela do consumo, na sociedade dos EUA, na virada do século XIX para o XX.

⁵ A seção *A educação da mulher através da venda de produtos* foi publicada no capítulo *A mulher nas pegadas do Seu Kilowatt: afinidades eletivas entre Brasil e EUA (1936-1962)*, parte da obra *Governo Vargas: Questões regionais e relações interamericanas*, 2020.

⁶ O autor identifica na sociedade estadunidense pré-industrial a presença da produção conjunta ao consumo no ambiente rural, enquanto a modernização teria gerado a separação de ambas a partir do aumento da divisão do trabalho, da especialização do trabalho, da concentração de riquezas e da urbanização.

É, pois, essencial o estudo dessa categoria: o papel da mulher nesse processo. A redução dos lares para apartamentos compactos fez com que especialistas e intelectuais passassem a defender, em seus escritos de revistas e manuais, a maximização do uso dos espaços do ambiente doméstico, de modo que todas as atividades cotidianas pudessem ser praticadas com um lugar menor. Somado a isso, a noção científica implementada nas fábricas através do uso das tecnologias elétrica, química e termodinâmica passou a influenciar a mentalidade dos lares estadunidenses.

Se a casa era o “castelo do homem”, o lar seria a “fábrica da mulher”, e o tempo e as ciências figurariam como companheiros dela na tarefa de ofertar conforto à família. A mulher seria a “gerente” do lar. Nye faz uma longa exposição de revistas que deram instruções sobre como a mulher deveria usar eletrodomésticos para economizar tempo, para cuidar da educação dos filhos e para se manter bela para o marido. Portanto, as mudanças tecnológicas geraram alterações no ambiente doméstico, e a ciência seria a ferramenta para controlar o tempo de maneira eficiente. Vale a pena citar um trecho do texto de David Nye sobre as redefinições de espaço e funções familiares:

O apelo da nova ciência doméstica repousa na concepção da casa como um lugar de gerenciamento controlado pela mulher que, através da ciência aplicada, poderia se libertar do cansaço e aumentar a qualidade da vida familiar. [A casa seria semelhante a um] ambiente industrial, uma fábrica doméstica cuja produção seria a felicidade e alegria dos concidadãos (NYE, 1992, p. 252. Tradução livre).

Se a mulher se tornou a responsável pelo consumo com as mudanças mais gerais da organização da produção, o lar seria a sua responsabilidade; a ciência, a sua amiga; e o tempo, a sua preocupação. Com a possibilidade de armazenamento de alimentos e lavagem de roupas através de dispositivos elétricos, alguns serviços, como a venda ambulante de leite e de vegetais e os de lavanderia, foram “desaparecendo”, fazendo da casa estadunidense um lugar mais isolado do restante da sociedade, e, nesse processo, “a mulher ganhou um campo completamente novo de atividade econômica, que foi a do consumo (NYE, 1992, p. 258. Tradução livre).

Vale destacar que o consumo era debatido de maneira muito atenta por economistas, políticos e intelectuais de diversas matrizes. Desde a aplicação das novas tecnologias, na virada do século XIX para o XX na indústria, preocupações acaloradas surgiram em torno do tema da superprodução *versus* subconsumo, fazendo com que os comerciantes apelassem para os serviços de profissionais para gerar atratividade para os seus produtos,

com vista ao equacionamento desses dois polos (LEACH, 1994; NYE, 1992; MARCHAND, 1986).

Desse modo, é essencial abordar, mesmo que brevemente, a questão da publicidade nos EUA. Roland Marchand, em seu livro *Advertising the American Dream: Making way for modernity 1920-1940* (1986), expõe uma pesquisa robusta de anúncios de diversos setores de produtos e serviços presentes nos EUA, nas quatro primeiras décadas do século XX.

De início, Roland Marchand faz observações sobre os produtores das mensagens publicitárias: homens brancos de classe média. Através da análise dos anúncios, o autor notou que dificilmente aquelas publicidades seriam “refletores” da realidade norte-americana, mas apenas figuras distorcidas e parciais da realidade. A sociedade estadunidense foi retratada sempre com pessoas brancas, magras, e a mensagem exortada ao público foi o consumo de produtos nem sempre acessíveis a todos (MARCHAND, 1986).

Com o fito de produzir um consumo à altura da produção, os publicitários usaram das ansiedades criadas pela modernidade⁷ para gerar embaraços no público. Ser uma boa mãe seria alimentar os filhos com determinados produtos ou usar tais sabonetes ou shampoos. Estar em conformidade com a moda seria usar determinadas roupas ou sapatos. Ser uma mulher desejada seria possível apenas com formas físicas finas e elegantes. A repetição da referência ao gênero feminino se dá pelo fato de este ser o público-alvo das agências de publicidade.

Em sua pesquisa, Roland Marchand identificou parábolas através de padrões que encontrou nos anúncios, que são: a parábola da primeira impressão (*Parable of the first impression*); a parábola da democracia dos bens (*parable of the democracy of goods*); a parábola da civilização redentora (*parable of civilization redeemed*), e a parábola da criança cativada (*parable of captived child*). Todas essas permeadas por clichês visuais (*visual clichés*) que marcaram o sentido das mensagens dos anúncios (MARCHAND, 1986, p. 206-264).

⁷ A modernidade considerada por Roland Marchand são os efeitos da modernização econômica, no caso, o crescimento do ambiente urbano industrial, com a ampliação da escala de pessoas, veículos, movimentação de mercadorias, informações e o crescimento do individualismo. A partir disso, a indiferença, a impessoalidade e o isolamento sociais gerariam nas pessoas ansiedades novas, exploradas pelos publicitários. A modernidade seria, então, o uso de um *modus operandi* próprio dessas novas condições, o que foi estimulado e normatizado através do uso dos produtos elétricos, por exemplo.

Foi marcante, na atuação do “Seu” Kilowatt, a parábola da primeira impressão (*Parable of first impression*), que buscou, a partir das ansiedades presentes na modernidade, gerar uma preocupação no público-alvo da mensagem em não ser mal-vista socialmente, de sempre ter uma boa primeira impressão para os outros. O escopo desse tipo de anúncio era gerar um constrangimento na pessoa que não se enquadrasse na imagem, e, predominantemente, esse tipo de técnica foi direcionada para a figura da mulher.

Inclusive, as outras parábolas identificadas por Roland Marchand, apesar de lidar com outros objetivos, apresentaram o gênero feminino como central, a exemplo da *parable of captived child*, em que a criança é educada pela mãe através de bons produtos de higiene e de alimentação; da *parable of democracy of goods*, em que o consumo é apresentado como algo acessível a todos e todas, e, por fim, a *parable of civilization redeemed*, em que o atraso de uma mulher com relação à modernidade seria redimido pela modernidade dos objetos produzidos na indústria e vendidos no comércio (MARCHAND, 1986). Portanto, o autor identificou imagens que mostram situações constrangedoras, permeadas por um indivíduo considerado ignorante, receoso das opiniões alheias e estimulado a ser moderno.

Podemos fazer um breve balanço para, então, avançar. A mulher foi elencada pelos grandes varejistas estadunidenses e por seus agentes enquanto consumidora por excelência. O seu lugar foi delimitado na casa e as suas atividades, nos afazeres domésticos, agora medidos pelo tempo e auxiliados pela ciência. A mulher também foi anunciada dentro de uma divulgação massiva de publicidades produzidas por especialistas que sabiam explorar as ansiedades geradas pelas mudanças ocorridas no campo da produção, das cidades e dos transportes.

Cabem, neste momento, duas perguntas: esses valores seriam construídos por atores em conjunturas específicas da sociedade estaduniense aderentes àquela brasileira? Os atores brasileiros estariam interessados em estruturar uma sociedade semelhante àquela localizada ao norte das Américas?

A leitura do texto *Modernizando a desigualdade: Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)*, de Susan Besse (1999), ajudou-nos a compreender a afinidade existente entre o modelo de mulher existente nos EUA e aquele ansiado pela elite intelectual do Brasil. No após Primeira Guerra, ocorreram modificações substantivas no que diz respeito à ocupação das pessoas e seu ambiente de vida no espaço do país, o que

afetou, obviamente, as mulheres. Segundo a autora, o crescimento urbano industrial ocorrido no Brasil no Entre Guerras gerou mudanças ontológicas que alteraram a estrutura da família brasileira, com uma maior presença da mulher no mercado de trabalho, maior movimento desta nas ruas e um aumento das lutas por direitos civis e jurídicos (BESSE, 1999).

Avessos à elite tradicional brasileira, assim como aos ideais revolucionários importados junto aos imigrantes europeus, esguiavam-se os intelectuais, médicos, psiquiatras que buscavam dar respostas à preocupação da época: “A dissolução da família” e a “degeneração da mulher”. Com base na Eugenia⁸ e na ideia de aperfeiçoamento da “raça”, esses profissionais elencaram a mulher enquanto pilar principal dentro da instituição apresentada como célula básica de um país: a família. E o ator elencado a organizar o ambiente familiar, com cuidados dedicados ao marido e à criação das crianças, seria a mulher. Ou seja, o que Susan Besse (1999) indica é que existiu um escopo normativo por parte dessa elite intelectual, visível em uma densa quantidade de publicações em jornais e revistas do período. O país iria bem se a família estivesse bem, e o pré-requisito destacado para tal fim foi a presença da mulher no lar (BESSE, 1999).

O Primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), entre as suas várias fases (governo provisório, constitucional e ditatorial), centralizou o poder no governo federal, cujo projeto de modernização da economia e da sociedade ampliava a noção de interesse público, controlando áreas antes consideradas privadas. Portanto, a família em “dissolução”, na Primeira República, passou a ser a preocupação de um poder centralizado e com força para difundir uma imagem sobre essa instituição (BESSE, 1999).

Dessa forma, muitos profissionais especializados passaram, *pari passu* ao Estado, a definir qual seria o papel da mulher, os cuidados que ela tinha que ter com o lar, com o marido e com os filhos. Com isso, ambos davam então uma resposta à dupla frente: o controle da classe trabalhadora somada a sua reprodução e a retenção da emancipação feminina das classes médias ascendentes (BESSE, 1999).

⁸ A Eugenia foi uma pseudociência que buscava produzir uma seleção nas coletividades humanas, baseadas em leis genéticas. No Brasil das décadas de 1910 e 1920 a eugenia se preocupava em gerar o desenvolvimento nacional através da seleção do que seus pensadores consideravam serem indivíduos superiores geneticamente. Em sua interpretação o atraso do país, os eugenistas identificavam nas “raças” e na miscigenação o motivo para tal estado de coisas.

Assim, apesar de a realidade apresentar uma mulher cada vez mais presente fora do lar, os discursos masculinos passaram a normatizar a presença dela no ambiente doméstico, definindo o que seria bonito, feio, aceitável, inaceitável, admirável e reprovável para o gênero feminino. Mesmo que as mulheres tenham conquistado um espaço relevante para a comunicação através de colunistas mulheres, um discurso predominou, e foi aquele ligado ao projeto de modernização burilado pelo governo Vargas (BESSE, 1999).

A presença de imagens direcionadas à mulher foi forte início da atuação do personagem da AMFORP no Brasil. Antes de 1936, a empresa anunciava produtos da G.E. nos jornais espalhados pelo país, o que se alterou com a chegada do “Snr. Kilowatt, o seu criado elétrico” (FURNESS, 2017a). Uma diversidade de temas foi, então, aberta, como superavitado, tendo, a educação da mulher, 16,6% das imagens, de 1936-1939.

Na fase de estímulo do uso da eletricidade, os anúncios domesticavam através da venda de produtos, e a figura da mulher era o centro das imagens, em uma interpelação do papel que ela deveria ocupar na sociedade: o gerenciamento do lar. A mulher, apoiada pelo “serviçal elétrico”, poderia, então, realizar melhor as suas atividades domésticas, cuidando melhor do marido, dos filhos e de sua beleza. E isso através de dispositivos elétricos, como a torradeira, o chuveiro elétrico, o ferro de passar e o refrigerador. Abaixo, destacamos duas imagens do período inicial das atividades do “Seu” Kilowatt.

Na Figura 62, temos uma situação em que o noivo se declara à sua “deusa”, ofertando-lhe um “deus”, no caso, o personagem da AMFORP, que teria por função auxiliar a mulher nos afazeres domésticos. Esta, agradecida, fala da “soberba maravilha” de tal presença elétrica. Ao lado do casal e abaixo do “Seu” Kilowatt, vários dispositivos elétricos compõe o anúncio, sendo eles: um aspirador de pó, um ferro de passar, um refrigerador, um rádio e um fogão elétrico.

Na Figura 63, o personagem implora que “as senhoras” soltem as suas mãos. Com a ajuda do “criado elétrico”, portanto, são enumeradas as atividades a serem realizadas, com produtos elétricos, pelas “senhoras”, como: o uso da torradeira, o chuveiro aquecido, o fogão elétrico, o ventilador, a iluminação, a máquina de lavar etc. A utilidade seria acompanhada da economia de “horas de trabalho” semanais por um baixo custo, o que nos remete à utilização científica do tempo, contada nos ponteiros do relógio. E a protagonista dessa “fábrica doméstica” seria a mulher.

-- O DIA --

PARA VOCÊ...

O NOIVO

—Para você, que é deusa, um deus moderno
Deu todo este conforto e alegria,
Sem misérgas do Céu ou do Inferno,
E por pequena, minima quantia.

A NOIVA

—Das Fadas, julgo ser dilecta filha;
Deste lar ideal, feliz Princesa...
Meu amor! que soberba maravilha,
Delegra-se a vida e a de-belleza!

SR. KILOWATT

—De conforto e belleza, certamente,
E, mais outra justiça se me faça:
Maravilha de graça... duplamente,
Pois que é, graças a mim... quasi de graça!

CIA. FORÇA E LUZ DO PARANÁ Telephone 400

Figura 62 - C.F.L.P., 19/12/1936, p. 5

*Solte
minhas mãos!!*

Minhas Senhoras:

E realmente verdade que sou o criado mais barato que poderão contractar. Por algumas centenas de reis diarios, posso fazer tantas coisas em suas casas, que poupar-lhe-ei, semanalmente, horas de trabalho e do seu tempo, tornando suas casas um brinco e, mesmo, mais agradaveis.

- Aquecerei agua para o banho;
- Torrarei o pão;
- Ferverei e esquentarei o leite;
- Farei o café;
- Conservarei os alimentos;
- Lavarei a roupa;
- Passarei toda a roupa;
- Coinharei as refeições;
- Lavarei a louça;
- Aspirarei todo o pó;
- Encerarei os assatolhos;
- Farei funcionar o ventilador;
- Trair-lhe-ei distrações pelo radio;
- Iluminarei toda a casa;
- Embellzearei sua casa.

Não me deixem ficar de braços cruzados e sim façam uso de toda a actividade deste seu criado electrico, porque, chuva ou faça sol, no inverno ou no verão, durante o dia ou à noite, poderão contar comigo para servi-las bem. Não solicito férias, não esijo nenhum dia de salda e o que peço pelo meu serviço é, na verdade, muito pouco.

Sr. Kilowatt
SEU CRIADO ELECTICO

CIA. FORÇA E LUZ DO PARANÁ
Telephone 400

Figura 63 - C.F.L.P., 12/03/1937, p. 7

A Figura 64, por sua vez, é emblemática, pois nos permite identificar outro aspecto da literatura sobre a estruturação da família burguesa: O homem, identificado como aquele que sai de casa para “vencer na vida”, enquanto a mulher seria aquela que o “ajudou a vencer na vida”. Acompanhada do “Seu” Kilowatt, a mulher é apresentada na cozinha, arrumando a mesa, tendo ao seu dispor uma bandeja de aparelhos domésticos, alimentados pela mascote da AMFORP. O texto que ancora a mensagem indica o quanto o sucesso do homem seria dependente do esforço da mulher nos afazeres domésticos, como a lavagem e a passagem do terno, o preparo ágil dos alimentos e as facilidades da higiene masculina.

Mais do que vender aparelhos ou criar uma afetividade junto ao público com relação à empresa, esses anúncios são sobretudo domesticadores, delineando os lugares sociais do homem e da mulher no ambiente familiar. Essa experiência esteve presente nos EUA e também no Brasil, indicando que houve uma receptividade por parte do Governo Vargas do caldo cultural dos EUA movimentado pela AMFORP.

Por fim, é importante destacar o uso de parábolas indicado por Marchand. Na Figura 64, a menção efusiva do personagem à mulher, “Que esposa inteligente!”, tem como pré-condição o uso dos aparelhos elétricos, pois, afinal, o que seria, então, uma mulher que faz uso dos “penosos e enfadonhos trabalhos domésticos”?



Figura 64 - C.F.L.P., 26/03/1937, p. 7



Figura 65 - C.F.L.P., 14/08/1937, p. 2

Como indicou Clotilde Perez (2011), em sua análise sobre as mascotes publicitárias, uma das funções de um personagem é comunicar, a um dado público, as ideias do que é belo ou feio, aceitável ou inaceitável, positivo ou negativo. Nesse caso, dentro da Parábola da primeira impressão, a mulher seria bem vista, “inteligente”, como uma boa utilizadora dos aparelhos domésticos, realizando as tarefas do lar com agilidade e um mínimo de custo, físico e financeiro.

Três observações são importantes para a quantidade de ocorrências dessas imagens no recorte em questão. Primeiro, que, como ocorreu com a venda de produtos, a persuasão da mulher teve um grande impulso de 1936 a 1939, com 22 imagens, sendo 15 sobre economia doméstica, perdendo esse ímpeto de 1940 a 1955. Desse ano em diante, os

anúncios referentes diretamente à mulher ressurgem com maior vigor, especialmente nos anos de 1957 e 1958, com três e cinco imagens, respectivamente. Em segundo lugar, é necessário adiantar que, na fase de guerra, a categoria da educação da mulher é esvaziada pelo fato de ela ter sido absorvida pela categoria de guerra, como vamos explorar mais à frente. E, por último, das 41 imagens da categoria, no geral, 32 foram referentes à economia e ao melhor aproveitamento do tempo que a mulher teria ao utilizar os dispositivos elétricos, como o ferro de passar, o refrigerador, o fogão elétrico e a iluminação elétrica, o que confirma a normatização da casa enquanto a “fábrica da mulher” “inteligente”.

Com essa categoria, é possível, portanto, salientar que existiu a confluência entre os interesses da elite política brasileira com os valores estadunidenses relativos à modernidade e à constituição dos papéis da família. No governo de Franklin Roosevelt (1933-1945) e no Primeiro Governo Vargas (1930-1945), houve uma proximidade de interesses, políticos, econômicos e culturais, o que gerou uma troca de experiências assimétrica. Assim, os costumes e valores dos EUA tiveram a sua entrada no Brasil nesse período, marcada por um contexto geopolítico complexo, haja vista as disputas entre o nazismo, o capitalismo e o socialismo no mundo.

Até aqui, temos um discurso do serviço, criador de legitimidade, da venda de produtos modernos e da redefinição dos papéis de gênero, com a mulher sendo elencada como a gerente do lar. Agora, vamos analisar o campo da instrução pública expressa nos anúncios do "Seu" Kilowatt.

2.2.3. Instrução pública

A categoria instrução pública indica vários fatores envolvendo os usos, os perigos ou as questões operacionais do processo de uso de eletricidade. As experiências estadunidenses, sem dúvidas, geraram um lastro que foi basilar para as instruções que o "Seu" Kilowatt deu ao público brasileiro, assim como nos deixam indícios da cultura material proveniente da transição tecnológica gerada pelos usos dos insumos elétricos.

Nos primeiros momentos da eletricidade, já em condições comerciais nos EUA, várias batalhas foram travadas entre Thomas Edison e George Westinghouse, e isso envolveu o medo da eletricidade. Segundo Jill Jonnes (2004), os dois inventores e empresários tinham por característica dar praticidade e tornar seus inventos comercializáveis, sempre

buscando completar o percurso das invenções até o consumo. Isso pelo fato de seus estudos e inventos demandarem altos investimentos, e gerarem a necessidade de captação de recursos do setor financeiro. O convencimento deveria se dar em bases de lucratividade e de viabilidade, e essas eram as habilidades de Edison e Westinghouse (JONNES, 2004).

Essas duas personalidades colidiram em um evento chamado de Guerra das Correntes Elétricas (*War of Electric Currents*). Uma das grandes preocupações de Thomas Edison era criar sistemas de produção e transmissão elétrica que fossem seguros e não ofertassem riscos à vida das pessoas. Com o seu motor de corrente direta (*direct current*), o inventor insistia na alternativa de criar dutos subterrâneos para enterrar os fios transmissores de eletricidade. Essa vontade acabou encontrando entraves nos altos custos que tal forma de estruturação gerava. Porém, o inventor não renunciava ao seu motor de corrente direta, cuja força não seria letal em caso de contato humano. Mesmo tendo Nicola Tesla como seu funcionário, Edison não deu ouvidos ao "parisiense elegante" (*elegant parisiense*), o genial inventor sérvio que produziu a inovação da distribuição por corrente alternada.

George Westinghouse, famoso pela invenção do freio de trem a ar, tinha iniciativas em outras áreas, dentre as quais, a eletricidade. E, dando espaço para Nicola Tesla, o mentor do motor de corrente alternada (*alternating current*), conseguiu produzir motores mais rentáveis, com transmissões a longas distâncias em alta voltagem, diferente dos motores de Edison. Este, por sua vez, passou a investir na imprensa contra o motor de corrente alternada de Tesla e Westinghouse. Edison teve como seu "cruzado" Harrold Brown, um engenheiro novaiorquino e consultor de eletricidade. Acusando os eletricitistas que manuseavam a corrente alternada como traidores dos rumos do uso da eletricidade, Edison, por meio de Brown, passou a sua "Guerra Santa" (*Holy Wars*) contra o sistema de corrente alternada. O mote era demonstrar o quanto tal sistema seria letal em caso de contato com o homem.

Para comprovar o perigo do uso de eletricidade e tornar ilegal o uso da corrente alternada, Harold Brown convidou quatro membros do Escritório Controle de Eletricidade de Nova York (*New York City Board of Electrical Control*) e pares da fraternidade de eletricidade para uma palestra do professor Chandler's, no *Columbia College*. Nessa palestra, foram feitos experimentos utilizando animais vivos recebendo choques, para comparar qual corrente seria mais letal. Usando cachorros como cobaias, o evento, reportado em jornais, gerou revolta nos expectadores e nos leitores (JONNES, 2004, p. 173). Mesmo assim,

exibições públicas sobre o poder letal da corrente alternada foi o mote de Brown, que havia descoberto que 300 volts de corrente alternada era letal, enquanto, em corrente direta, a necessidade era de 1.000 volts. Se um cachorro grande morresse, o mesmo destino teria um homem ao entrar em contato com tal forma de eletricidade (JONNES, 2004).

De forma paralela a esses eventos e às publicações enfurecidas de Westinghouse, acidentes ocorriam, como o caso de um eletricista que, ao trabalhar num emaranhado de fios, morreu e ficou pendurado, à exposição de todos que passassem pelas ruas de Buffalo, gerando um clima de terror. Mas, o medo da eletricidade foi fomentado através da pena capital (JONNES, 2004).

Um caso de assassinado brutal na cidade de Buffalo gerou a pena capital ao criminoso, Willian Kemmler. A partir de então, os detratores da corrente alternada passaram a indicar esse tipo de descarga elétrica como limpa e fatal, fazendo a defesa da eletrocução de Kemmler. As autoridades de Buffalo procuraram uma morte limpa e rápida para o criminoso, e as propostas de Brown e Edison ganharam visibilidade na esfera pública. E a forma de matar o homem seria o uso de um dínamo de corrente alternada para a eletrocussão (JONNES, 2004).

Desse modo, os efeitos públicos para a imagem do motor de corrente alternada de Westinghouse não seriam bons, e, por esse fato, a ferramenta de execução foi comprada da empresa Thomsom Houston, haja vista a negação de Westinghouse em vender a máquina para esse fim. Após testes com cachorros e cavalos, a primeira morte pela cadeira elétrica foi realizada em Buffalo, em um "experimento horrível" (*Horrible experiment*). Kemmler foi colocado em uma pesada cadeira de madeira com cabos ligados ao corpo, e, recebendo a eletrocussão, manteve-se vivo, gerando terror nos expectadores na prisão. Logo, acionaram novamente o choque, executando o homem e deixando um forte odor de carne queimada (JONNES, 2004).

O fato ganhou muita visibilidade na mídia, e, mesmo que os objetivos de Edison e Brown em deslegitimar a corrente alternada não tenham tido êxito, o medo da eletricidade foi espetacularizado e reforçado pelos eventos ocorridos nos novos ambientes urbanos, com milhares de cabos esticados sobre as cabeças das pessoas. O resultado lógico seria: o contato com a eletricidade mata, e as pessoas deveriam ter cuidado com ela. Era essa a experiência existente com a expansão do uso dessa tecnologia nos EUA, da virada do

século XIX para o XX, algo midiaticizado pelos conflitos empresariais da *War of Electric Currents* entre os *titans* da indústria elétrica (JONNES, 2004).

Como indicaram Marchand e Nye, as mudanças urbanas geradas pelos bondes, pelos levadiços, pela fiação elétrica e pelos postes geraram um visual urbano distinto e trouxeram novidades com elas, como os perigos da modernidade. Logo, para não atrair uma má-fama, as empresas de energia elétrica teriam que se prevenir e agir como instrutores para tais riscos.

A força elétrica seria algo mágico, mas, sem cautela, perigosa. E a AMFORP se dedicou a instruir a população nesse sentido, adequando as experiências estadunidenses à realidade brasileira. E isso é verificável com os anúncios do "Seu" Kilowatt, que, nessa categoria, foi mais linear e obteve crescimento constante de 1936 a 1959: Foram 3,03% das imagens dedicadas a essa categoria de 1936 a 1939; 5,97% de 1940 a 1944; 10,4% de 1945 a 1949; 12,1% de 1950 a 1954; 15,8% de 1955 a 1959, e, por fim, 21,6% de 1960 a 1962.

O tema que muito preocupou o "Seu" Kilowatt foi, portanto, o contato das pessoas com fios elétricos, e isso foi direcionado para as crianças que soltavam "papagaios", "pandorgas" e "pipas", assim como para os balões de São João, festa típica do Brasil. Nas Figuras 66 e 69, podemos verificar essas advertências para o caso brasileiro, assim como, na Figura 67, temos a atuação do personagem nos EUA, instruindo as crianças estadunidenses.

Conforme a Figura 66, com referência à prática de soltar pipas, a advertência do "Seu" Kilowatt era para que se brincasse longe da fiação elétrica e para que não se usasse linhas de metal. No caso brasileiro, o personagem, inclusive, elenca passos para o uso da pipa, como: 1) soltar "papagaios em campos abertos, longe da fiação; 2) não usar fios metálicos; 3) verificar se o barbante está seco; 4) e, no caso de a pipa ficar presa nos fios, soltá-la, e nunca puxar.

Já para o costume das festas juninas no Brasil, conforme a Figura 69, a advertência era direcionada para os balões e fogos de artifício, assim como para as fogueiras e bombas. Advertiu o personagem: "Que todos brinquem para valer na data de São João – padrinho de Jesus Christo – mas com juízo e cautela, porque qualquer imprudência poderá acarretar perigosos acidentes" (C.F.L.P., 13/06/1941, p. 6).

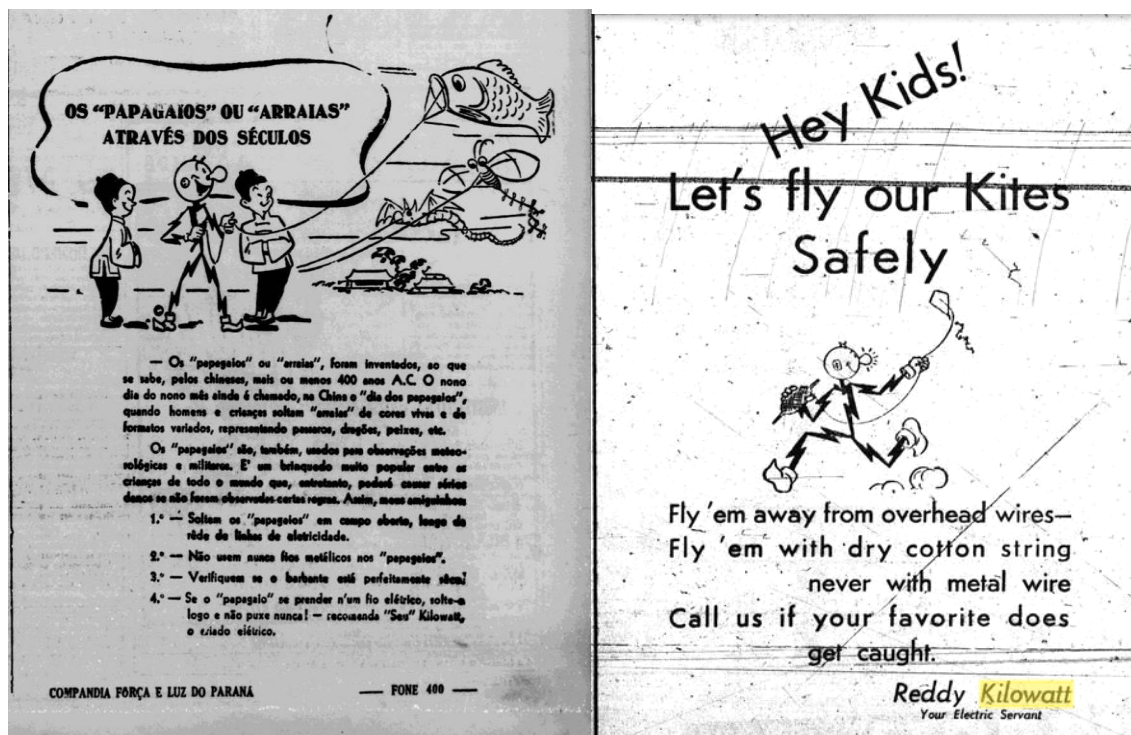


Figura 66 - C.F.L.P., 19/07/1946, p. 5 Figura 67 - THE ORANGE LEADER, 09/03/1944, p. 5

Porém, no campo da instrução pública, estão incluídos outros temas, que detalhavam o uso de alguns instrumentos. É o caso do fusível, um objeto que protegeria a casa de problemas em instalações elétricas ou aparelhos com defeitos. Ao observar publicidades nos EUA do mesmo período, notamos que o uso do fusível foi algo muito ensinado através da publicidade do Reddy Kilowatt e do seu gêmeo brasileiro, o "Seu" Kilowatt.

Instruções sobre como proceder ao construir uma casa, um comércio ou uma indústria foram citadas pela mascote, que indicava eficiência em instalações programadas, ou a economia em caso de mudanças residenciais. A iluminação foi vendida como um produto, mas, em muitas oportunidades, apareceu enquanto uma lista de procedimentos para melhorar a visibilidade do ambiente e proteger a visão, associando esses ensinamentos ao escopo comercial. Prometer mais lucros ao comércio e à indústria foram argumentos utilizados pelo "Seu" Kilowatt juntamente às instruções.

As advertências aos motoristas em época de retorno escolar também estiveram presentes nos anúncios do personagem da AMFORP, auxiliando as pessoas na lide com as novidades urbanas atinentes ao trânsito de veículos. Além disso, o aumento de anúncios instrutivos notado entre 1955 e 1962 incluiu orientações relativas ao pagamento das contas de electricidade em bancos autorizados pela empresa, conforme se vê na Figura 68. Nas regiões de atuação do personagem, houve a orientação de que os consumidores

poderiam tanto pagar as suas contas nos escritórios da empresa quanto em bancos credenciados.



Figura 68 - C.F.L.P., 31/03/1959, p. 11

Figura 69 - C.F.L.P., 13/06/1941, p. 6

Portanto, além de criar afetividade com o público, vender produtos modernos e domesticar a mulher, era necessário instruir o público para os riscos que a eletricidade gerava, indicando os perigos às crianças e aos que soltavam balões de São João, e educando motoristas de carros a respeitarem as regras de trânsito.

Também era necessário dar aos consumidores algum conhecimento sobre o uso do fusível, sobre instalações elétricas e procedimentos em caso de mudanças residenciais. E mais, em casos de procedimentos mais estreitos ao cotidiano da empresa, como o pagamento de contas, os anúncios do “Seu” Kilowatt também serviram como forma de comunicação com o público.

2.2.4. Apoio a autoridades



Figura 70 - C.F.L.P., 26/07/1940, p. 9

A instrução pública foi um campo de atuação empresarial, de contato com os seus consumidores em referência a assuntos de interesse mútuo. Mas outra categoria era informativa, porém, estritamente política. A função de dar apoio a autoridades serviu como modo da empresa cooperar com governos, através de campanhas nacionais, como de reflorestamento e de recenseamento, assim como prestar homenagens a autoridades, como um jornal e os bombeiros.

Diferente do esforço de guerra, que também foi uma forma de apoiar o governo, o apoio às autoridades lidou com eventos esparsos em nosso recorte, sem ligação com o conflito. A primeira imagem desse tipo foi a do recenseamento, no qual o personagem conclamava os cidadãos a cooperarem com as autoridades. Nessa imagem (Figura 70), o personagem incentiva a população à cooperação com as autoridades no recenseamento geral, que abrangeria estabelecimentos industriais, comerciais, das fazendas de gado, o que “representa penoso trabalho de grande envergadura”. “Cooperar com as autoridades, para com êxito desse empreendimento, é dever de todos que habitam nessa terra” (C.F.L.P., 26/07/1940, p. 9).

Esse tipo de esforço favorecia a empresa, que poderia mensurar melhor os mercados promissores e onde estender os seus fios, assim como ajudava o governo, mobilizando a

população a colaborar com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1936.



Figura 71 - C.F.L.P., 20/09/1958, p. 4

60% das reservas florestais haviam desaparecido, arriscando em 100 anos não ter o país mais florestas. Portanto, “Seja um bom brasileiro, plante a sua árvore”. (C.F.L.P., 20/09/1958, p. 4).

E, por fim, temos o campo de homenagens a autoridades, no caso os bombeiros, o que era, de certa forma, instrutivo. Em referência ao dia 2 de julho, a empresa fazia a sua homenagem aos bombeiros, importantes profissionais para os problemas ocorridos no âmbito das atividades das subsidiárias. Ao mesmo tempo que a empresa valorizava os

Outra campanha desenvolvida na década de 1950 foi a campanha do reflorestamento. Nela, o personagem da AMFORP apelava ao patriotismo dos brasileiros e conclamava que eles plantassem uma árvore pelo bem do país. Na Figura 71, temos um anúncio da CFLP, dita como uma “Contribuição das Companhias Associadas ao grupo da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras”, o personagem fala sobre o desmatamento das nossas florestas, apontando que, no Brasil, foram destruídas 500 milhões de árvores e que



Figura 72 - C.F.L.P., 01/07/1958, p. 14

profissionais, instruía o público a quem recorrer em caso de urgências: Conforme a Figura 72, “O dia 2 de julho é dedicado muito merecidamente ao Bombeiro Brasileiro – esse valoroso soldado que protege as nossas vidas e os nossos bens. Nesta ocasião, queremos também render a nossa homenagem e apresentar os nossos cumprimentos ao Bombeiro Brasileiro” (C.F.L.P., 01/07/1958, p. 14).

Sendo assim, o apoio a autoridades teve maior volume de ocorrências no quinquênio de 1955-1959, com as homenagens feitas aos bombeiros com os anúncios sobre a semana da árvore. Das 19 imagens de apoio às autoridades, 12 estiveram presentes no período de 1955 a 1959, especialmente nos anos de 1958 e 1959, com quatro imagens cada ano. Da categoria, em geral, foram 11 imagens referentes a homenagens feitas a autoridades, sendo: cinco para o reflorestamento e três imagens referentes ao recenseamento (1940, 1950 e 1960).

Agora, é importante destacar a amplitude dessa categoria. As autoridades são entendidas como iniciativas dos governos, membros da administração pública ou autoridades empresariais, como o jornal A Gazeta, que recebeu a seguinte homenagem da Central Brasileira:

O Seu” Kilowatt saúda “A GAZETA”, que vence, hoje, mais um marco de suas atividades em prol do engrandecimento moral, cultural e sócio econômico da gloriosa terra espírito santense, tem na Central Brasileira de Força Elétrica um dos auxiliares de seu magnífico trabalho. Por esta razão a CCB de Força Elétrica, por seus diretores e toda a sua equipe de funcionários e operários, tem a máxima satisfação de trazer aos que tem a responsabilidade de manutenção desse vibrante matutino, com os melhores votos de prosperidade, os seus parabéns. Que esse jornal, a que a Central Brasileira, com sua energia, serve com satisfação, continue, por longos anos, a trabalhar pela grandeza do E. Santo e para o progresso e independência econômica do Brasil. A imprensa é um dos mais poderosos instrumentos da felicidade dos povos e “A GAZETA”, pelos serviços que tem prestado ao Espírito Santo, merece a consideração de todos os que TRABALHAM E CONFIAM no valor da terra capixaba. Cia. Central Brasileira de Força Elétrica. Vitória, 11/09/1961 (C.C.B.F.E., 10/09/1961, p. 4).

Portanto, esse tipo de mensagem não tinha a centralidade de criar afetividade com o consumidor, mas homenagear e cooperar com autoridades públicas ou privadas, com o fito de estabelecer laços de solidariedade com elas.

2.2.5. Referências a personagens históricos do Brasil e dos EUA

Nessa seção, abordamos duas categorias menores, porém, não menos importantes. São as referências à História, a personagens brasileiros e a personagens estrangeiros. Para essas categorias, identificamos duas chaves de inclusão, que são as características da terra (físicas ou culturais) e o legado de alguns personagens.

No *ranking* dessa categoria do “Seu” Kilowatt, são nove imagens ao todo: seis para os personagens estrangeiros e três para os nacionais, sendo quatro anúncios do legado de personagens estrangeiros para o mundo, e dois sobre características culturais de sua terra de origem; enquanto, para o Brasil, são dois anúncios para as características da terra e uma para o legado. É importante observar que essas imagens são voltadas para o que os indivíduos deixaram para a posteridade: o seu legado histórico. E isso constitui a construção de uma memória sobre o passado, tanto do Brasil quanto dos EUA.

Relembrando a Figura 23, ilustrada no primeiro capítulo, o personagem faz referência à carta de Pero Vaz de Caminha à Dom Manuel, dizendo que “... a terra em si é de tal maneira graciosa, que querendo-se aproveitar, dar-se-á nella tudo”. Nesse anúncio, “Seu” Kilowatt diz que, como Pero Vaz de Caminha, ele reconhecia as possibilidades da terra e por isso havia instalado os seus serviços úteis e de caráter permanente, ajudando a terra a progredir e se desenvolver como merece (C.C.B.F.E., 03/05/1940, p. 4).

Outra imagem é emblemática das escolhas da publicidade da AMFORP com relação à história do Brasil: a Figura 73. No dia 15 de novembro de 1940, data de comemoração da Proclamação da República, o personagem apareceu batendo continência ao marechal Deodoro da Fonseca, dizendo prestar-lhe reverência “porque todos nós temos o dever de manter, bem viva, a imagem dos vultos insignes de nossa pátria”.

Essa seletividade de personagens e momentos históricos da história brasileira é semelhante ao que Bernard Bailyn (2003) identificou em seu estudo sobre as tradições revolucionárias nos EUA. O autor demonstrou como houve a construção de uma memória coletiva com pontos fixados no passado, nos pais fundadores da pátria (*founding fathers*), em seu livro *As origens ideológicas da Revolução Americana* (BAILYN, 2003). Ou seja,

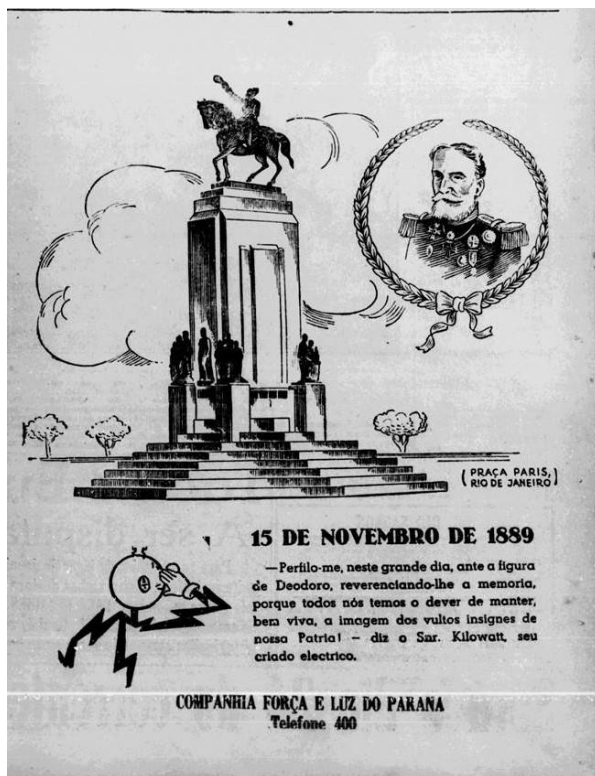


Figura 73 - C.F.L.P., 15/11/1940, p. 9



Figura 74 - C.F.L.N.B., 19/06/1936, p. 4

do tempo presente, indivíduos selecionaram e expuseram personagens históricos do passado para dar vigor aos projetos de seu período.

Com relação ao Brasil, temos uma menção à colonização e outra à Proclamação da República (Figuras 23 e 73). Mas vale perguntar: e Getúlio Vargas? Em meio a uma propaganda intensa de sua imagem, com a centralidade de sua figura como o chefe da nação, nenhuma publicidade se referiu a ele diretamente, muito menos no mesmo patamar em que podemos observar as duas imagens supracitadas.

Portanto, a terra valorosa e a República foram elencadas enquanto símbolos do passado brasileiro, e o presente ditatorial de uma imagem controlada e favorecedora do presidente da República não foi alvo de homenagem, ausência curiosa de se notar em um ambiente político tão personalista. As afinidades entre os dois países seriam limitadas?

Sobre a categoria de personagens estrangeiros, também podemos notar “presenças” nas ausências. Os anúncios se referiram exclusivamente à família do “Seu” Kilowatt ou a inventores importantes para as tecnologias em eletricidade. Inicialmente, conforme a

Figura 74, temos a homenagem a Marconi, o inventor do rádio, na qual o “Seu” Kilowatt tira o chapéu para o inventor, e assim discursa:

E presto assim, justa homenagem ao grande gênio italiano que, através de meus serviços, soube precipitar o desenvolvimento do Rádio – inexgotável fonte de irradiações musicas, informações oficiais, avisos transatlânticos, noticiário geral e esportivo e outros múltiplos serviços, tão variados, quão imprescindíveis ao trepidante progresso da Humanidade! (C.F.L.N.B., 19/06/1936, p. 4).



Figura 75 - C.F.L.P., 04/02/1944, p. 2

Outro anúncio é o da Figura 75, referente a Benjamin Franklin e Thomas Edison. Utilizando a frase de Churchill, “Nunca tantos deveram tanto a tão poucos”, sobre a aviação inglesa, Royal Air Force (RAF), na luta contra o nazismo, o “Seu” Kilowatt adaptou a mensagem para o seu álbum de família, dizendo que “Nunca tantos deveram tanto a dois homens”, referindo-se ao legado que Benjamin Franklin e Thomas Edison teriam deixado à humanidade, e que se encaixariam na menção do estadista.

Em outro anúncio, intitulado *Descendente de genial estirpe*, o personagem inclui, na sua linhagem, James Watt e Michael Faraday, explicando sobre o que eles contribuíram para a humanidade:

Eis aqui alguns de meus famosos antepassados: Benjamim Franklin, meu bisavô, trouxe-me das nuvens com o auxílio de uma chave, que enfiou na linha de um “papagaio” empinado. Depois, meu tio avô, Michael Faraday fez importantes descobertas a meu respeito. E, quando eu era ainda muito jovem, meu avô Watt muito concorreu para tornar-me o prestigioso criado que hoje sou. Mais tarde, meu tio Edison aperfeiçoou a lâmpada elétrica, o que me permitiu proporcionar maior conforto ainda, a todos.

Como homenagem aos meus antepassados poderia adotar muitos sobrenomes: prefiro, entretanto, sem simplesmente conhecido como “Seu” Kilowatt, o criado elétrico (C.F.L.P., 22/08/1945, p. 3).

A questão é que, tanto com relação à invenção do rádio quanto para a disseminação da energia elétrica, está ausente o nome de Nikola Tesla. Sobre o rádio, Tesla tinha a teoria

de que sons e imagens poderiam ser enviados de um ponto a outro, sem a necessidade de cabos, apenas usando ondas de ressonância da terra. Ele se dedicou durante anos na elaboração de uma máquina gigante que faria esse trabalho. Mas antes, ele desenvolveu o protótipo do rádio. Marconi se esforçou em tornar o item comercializável, mas entrou em uma briga de patentes na justiça contra o sérvio. O inventor não pôde ver a sua vitória, quando a Suprema Corte dos EUA decidiu que os registros da patente de Marconi infringiam aqueles de Tesla. Portanto, quem inventou o rádio foi Tesla, sendo Marconi um aperfeiçoador da tecnologia (JONNES, 2004, p. 366-367).

Mas, por que a referência a Marconi, e não a Tesla? Este, inclusive, trabalhou para o próprio Edison, em 1886. A questão é que Tesla era um inventor convicto e idealizador, enquanto Edison era um empresário inventor, que buscava a viabilidade dos seus inventos para o mercado. Tesla fez um enorme esforço para a elaboração do motor de Corrente Alternada, meio pelo qual a energia elétrica poderia ser transportada a longas distâncias através de altas voltagens. Edison, como vimos na seção da categoria de instrução pública, declarou guerra à Westinghouse, que havia empregado o uso da corrente alternada. E foi Tesla o elaborador da tecnologia efetivada pelo concorrente de Edison. O inventor sérvio ficou pouco menos de um ano trabalhando para Edison, porém considerava o método de Edison ineficiente, enquanto o empresário chamava o sérvio de um poeta da ciência (*Poet of Science*), “com ideias magníficas, mas inteiramente impraticáveis” (JONNES, 2004, p. 110).

Mesmo que Edison tenha sido afastado da liderança de seus negócios após a fusão da empresa com a *Thomsom Houston*, feita pela intervenção de John Piermont Morgan (JONNES, 2004), o empreendimento manteve uma memória sobre o seu fundador e excluiu aquela de um dos seus empregados mais famosos. Quando o “Seu” Kilowatt citou suas proezas na distribuição de energia elétrica, estava falando da concretização das pretensões de Tesla, afinal, foram os motores Tesla Westinghouse que movimentaram as turbinas da usina das cataratas do Niágara, um marco para a história da eletricidade, assim como foi o sistema de corrente alternada que se tornou mais viável comercialmente, expandindo-se por todo o mundo (NYE, 1992).

Desse modo, podemos observar que a AMFORP criava uma memória sobre a história da eletricidade e sobre o país em que se hospedava. Salientava nomes, excluía outros. A

publicidade da empresa era atenta aos detalhes, e citar adversários antigos ou atuais não foi uma atitude observada nos anúncios.

2.2.6. A domesticação do trabalhador

No primeiro capítulo, indicamos a interpretação que o "Seu" Kilowatt fez do trabalho e do trabalhador. Vestido de operário, sempre pronto, pau para toda obra. Esse tipo de imagem começou a aparecer em 1939, tendo 10 ocorrências até 1942, que falaram sobre a conduta do trabalhador, através de um retrato no qual o expectador via o personagem agir enquanto um modelo de ação. A mensagem era essencialmente normativa. Durante a Guerra, assim como ocorreu com a educação da mulher, a categoria domesticação do trabalhador foi absorvida pelo esforço de guerra. E o retorno às menções específicas ao trabalho e ao trabalhador ressurgiram na década de 1950, com especificidades bem interessantes. Mas, vamos nos deter mais no surgimento desse tipo de imagem publicitária da AMFORP, em pleno governo Vargas.

O governo de Franklin Roosevelt atuou de forma decidida em setores que ainda não estavam completamente desenvolvidos pelo setor privado, inserindo de forma mais decidida o Estado no papel de dinamizador da economia de seu país. David Nye expõe, por exemplo, que esse governo agiu como mobilizador e organizador da construção de hidroelétricas, e o atendimento elétrico ao ambiente rural estadunidense foi a última prioridade do capital financeiro. Nesse processo, uma iconografia voltada ao trabalho foi criada, elencando as possibilidades da terra estadunidense e do trabalhador, referindo-se aos empregos gerados pela dinamização da economia (NYE, 1992, p. 315).

O governo Roosevelt não tinha como filosofia o *laissez faire*, e deu uma resposta aos avanços da esquerda e da direita no tocante à participação do Estado na economia. Getúlio Vargas, por sua vez, havia implementado um autogolpe em 1937, instaurando uma ditadura que buscou evitar a esquerda e a extrema direita, mantendo uma posição de conciliação do setor agrário exportador com os setores industrial e militar. Mentor do nacional desenvolvimentismo, Vargas e sua equipe de propaganda e ministerial produziram, dentro da ditadura, um projeto de nação que se pautou no nacionalismo. Os princípios do nacionalismo seriam: a noção de que a terra brasileira seria boa, o povo seria bom e que, valorizados, gerariam progresso. A assessoria de Vargas se apropriou de debates ocorridos antes e durante o governo provisório e criou uma valorização do povo

brasileiro que o engajassem no processo produtivo nacional, especialmente através dos trabalhadores (GOMES, 2005).

Ângela de Castro Gomes (2005), em sua obra antológica *A Invenção do trabalhismo*, demonstrou como Vargas, na entrada para a Segunda Guerra Mundial, decidiu-se por apoiar os EUA, mas, produziu o que consideramos uma espécie de barreira social, que é o próprio trabalhismo (GOMES, 2005). Desde o ano de 1936, os governos Vargas e Roosevelt se aproximaram, através da *Política da boa vizinhança* implementada pelo governo estadunidense. As aproximações diplomáticas não foram simples, sendo instrumentalizadas pelo governo brasileiro.

Quando observamos a presença de uma publicidade no Brasil que se preocupava em construir uma imagem do trabalhador, com uma conduta ideal, podemos imaginar que se tratava de uma apropriação feita por uma empresa para vender mais produtos no país hospedeiro ou para se manter ileso a críticas. A professora Lara Campos Perez (20014), em seu texto *La seducción de La Nación*, fez um estudo no México sobre anúncios estadunidenses, indicando essa apropriação da história nacional por empresas estrangeiras, para obtenção de mais lucros (PEREZ, 2014).



Figura 76 - THE ORANGE LEADER, 17/03/1942, p. 3 Figura 77 - C.F.L.P., 19/06/1940, p. 9

Contudo, vale destacar que essa possibilidade é plausível, como podemos observar acima, em duas imagens idênticas (Figuras 76 e 77), produzidas nos EUA e no Brasil, que

demonstram que o escopo cultural da publicidade estadunidense era amplo e que, coincidentemente, concordava em alguns aspectos com os interesses do governo brasileiro. Em *Um bom funcionario...*, Figura 77, o “Seu” Kilowatt encarna o trabalhador, “aquelle que, chegando pontualmente a repartição onde trabalha, ali, com toda a dedicação e solicitude, dá o melhor do seu esforço para o cumprimento de suas obrigações” (C.F.L.P., 19/06/1940, p. 9).

O seu gêmeo estadunidense, por sua vez, na Figura 76, dizia “estar no trabalho todos os dias, nos lares, fábricas e fazendas, trabalhando igualmente por baixos salários”. E prossegue dizendo que, “Agora ele é o trabalhador de defesa número 1 da nação. A interligação de empresas de energia elétrica, uma iniciativa dos empresários norte-americanos fez o Tio Sam colocá-lo onde é necessário, quando ele é necessário e que isso significa muito para o esforço de defesa” (THE ORANGE LEADER, 17/03/1942, p. 3. Tradução livre).

Encontramos a imagem do Reddy, em 1942, e o do “Seu” Kilowatt, em 1940. Mas vale destacar a centralidade da figura do trabalhador em ambos. Existiu uma afinidade entre os dois governos supracitados, e o Reddy ou o “Seu” Kilowatt foram usados para domesticar os trabalhadores dos dois países através de seus anúncios. Dedicção, prontidão, sacrifício são as atitudes esperadas de um trabalhador, segundo os personagens. Portanto, até essas experiências relativas à centralidade do trabalhador vieram para o Brasil, o que demonstra que o “Seu” Kilowatt não era um trabalhista de primeira hora, mas que se identificava muito com um.

Neil Lochery (2015), em sua obra *Brasil: Os frutos da guerra*, demonstrou detalhadamente o quanto o governo dos EUA cortejaram o Brasil desde 1936, principalmente mantendo contatos com o Ministro das Relações Exteriores e o embaixador dos EUA. Porém, existia uma disputa interna deste com o Exército (simpático à Alemanha), que fazia com que Vargas usasse da posição estratégica do Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte, para conseguir armas dos alemães e empréstimos dos norte-americanos. Com isso, viriam os equipamentos para as forças armadas e as estatais estratégicas de metalurgia e mineração (LOCHERY, 2015).

O esforço decidido dos EUA efetivarem o seu “imperialismo sedutor” foi materializado com o Escritório do Coordenador das Relações Culturais Interamericanas (*Office of Coordinator*), chefiado por Nelson Rockefeller (TOTA, 2000). A partir de então, as trocas

culturais entre os dois países se intensificaram. Mas, no mesmo período, especialmente na Guerra, Getúlio Vargas criou uma cultura política através da propaganda o Estado Novo, gerando uma barreira social contra seus adversários internos e externos.

A partir da entrada do Brasil na Guerra e do alinhamento do Brasil com os EUA, Vargas dotou Marcondes Filho dos cargos de Ministro do Trabalho e Ministro da Justiça, de modo a produzir um projeto de manutenção do regime através do consentimento da classe trabalhadora. Com discursos semanais de Marcondes Filho em a Voz do Brasil, em defesa do legado de Vargas, foi produzido, de maneira sistemática, o trabalhismo, ou seja, uma concepção sobre o papel do trabalhador dentro de uma sociedade corporativa.

Com o movimento do trabalhismo, Vargas buscou o apoio da classe trabalhadora e a legitimidade, em caso de um avanço da oposição, criada em diversos momentos da década de 1930, e na primeira metade de 1940. A contradição de entrar na Guerra contra regimes totalitários, ao lado de democracias, poderia ser fatal para Vargas, como foi. Porém, a elaboração para combater a oposição possibilitou o surgimento de uma cultura do trabalho e da organização dos trabalhadores ligadas ao Estado (GOMES, 2005).

Com isso, o trabalhador assumiu um papel preponderante para o desenvolvimento nacional, e, por meio de uma engenharia de apropriação de pautas históricas da classe trabalhadora, existentes e em construção desde o início do século XX, Vargas colocou-se enquanto ponto forte de uma relação desigual marcada pela dinâmica dar-receber-retribuir, como observado por Ângela de Castro Gomes (2005). Já em 1940, percebemos que o "Seu" Kilowatt colocou-se, em seus anúncios, enquanto trabalhador, de uma forma educativa, o que se intensificou em 1942.

Entretanto, a Guerra foi, de fato, o catalizador não só da função educativa com relação ao trabalhador, mas amarrou todas aquelas acima citadas em um corpo de anúncios que transformaram o "Seu" Kilowatt em um soldado de guerra. E é nesse ponto que o trabalhador é dotado de centralidade política de forma mais decidida, atendendo tanto aos anseios estadunidenses, que buscavam manter o seu aliado em estreita cooperação com o esforço de guerra, quanto aos do governo Vargas, pois a publicidade foi perfeita para o reforço da “palavra operária”, então sob seu poder.

Vale salientar que o trabalhismo guardou uma afinidade com a campanha mobilizadora de Roosevelt com relação à produção, assim como aquela relativa à Guerra. Era palatável

para as elites brasileiras permitir esse tipo de propaganda proveniente dos EUA, e, por isso, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), comandado por Lourival Fontes, fez um acordo com o escritório de Nelson Rockefeller, o enviado de Roosevelt para estreitar as relações entre Brasil e EUA, em 1940 (TOTA, 2000). É na guerra que o “Seu” Kilowatt ganha os aspectos do trabalhismo de forma mais decidida.

2.2.7. Economia da guerra

Após um período de isolamento e neutralidade no conflito iniciado em 1939, os EUA e o Brasil entraram no conflito mundial. E esse conflito envolveu não somente o jogo de forças brutas, mas o convencimento e a conquista de zonas de influência. Lochery (2015) demonstrou como a Alemanha e os EUA disputaram o apoio brasileiro desde 1936, e Antônio Pedro Tota (2000) indicou o esforço estadunidense em conquistar um aliado de peso no continente sul-americano.

Nessa guerra, vale observar, foram explorados artifícios próprios de estados totalitários, e os EUA, apesar de se configurarem uma República, utilizaram uma campanha que pouco distoa da propaganda soviética ou nazi-fascista. Tem se tornado um costume indicar regimes elencados como extremos e ocultar as práticas do autoproclamado centro ou regimes defensores da democracia.

Jean Marie Domenach (2001), em seu livro *A propaganda política*, indicou as cinco leis da propaganda política, e essas estiveram presentes na atuação do "Seu" Kilowatt durante a Guerra. As leis são: 1) Lei da simplificação do inimigo: a propaganda política desfaz nuances entre os seus opositores, indicando características caricatas que facilitam ao povo comum identificar tais grupos enquanto inimigos e unificá-los como um inimigo comum; 2) Lei da amplificação ou desfiguração: criam-se traços grotescos e fictícios para gerar uma imagem de aberração do outro, ofensiva moralmente para um determinado público; 3) Lei da transfusão: buscam-se os mais profundos medos, preconceitos e ódios presentes no imaginário popular para gerar aderência da opinião pública, moldando, entretanto, esses valores aos objetivos particulares do governo totalitário; 4) Lei da orquestração: o governo utiliza as estruturas do Estado para orquestrar e organizar recursos privados com o fito de alcançar os objetivos anteriores; 5) Lei da unanimidade e do contágio: tais ódios e emoções são mobilizados para atrair a população para um determinado ato governamental, que vai se espalhando entre pequenos grupos, gerando a ideia de

unanimidade e inibindo possíveis posições alternativas ao regime autoritário (DOMENACH, 2001).

Tais leis são esclarecedoras sobre as práticas nazifascistas e soviéticas, mas o chamado Centro, ou países democráticos, deve ter em sua conta tais ferramentas de atuação. E, a partir do caso do "Seu" Kilowatt, podemos notar que foram adotadas as mesmas práticas, pois o personagem atuou de maneira semelhante aos regimes totalitários.

No período de Guerra, com a escassez de materiais gerada pela conversão industrial, empresas multinacionais instaladas no Brasil sequer tinham produtos para vender aos consumidores, mas, dentro do esforço de guerra, Rockefeller convenceu tais empresas a manter e a aumentar o número de publicidades, com o fito de engajar a população brasileira contra o nazifascismo (TOTA, 2000). Na publicidade de empresas estrangeiras no Brasil, é notável o engajamento durante todo o período de 1942 a 1945. Entretanto, a mais rica coleção publicitária encontrada nos jornais que nos serviram de amostra foi aquela da AMFORP.

As imagens do "Seu" Kilowatt captaram elementos do trabalhismo brasileiro, da educação da mulher, da instrução pública e foram amarradas à necessidade de economia de guerra, sempre em referência ao consumo (que deveria ser menor) e à produção (que deveria ser maior).

Portanto, a transfusão dos valores trabalhistas que estavam sendo construídos pelo governo Vargas foi utilizada na propaganda política de guerra, através de uma orquestração com o setor privado internacional, levada a cabo por Nelson Rockefeller, pretendendo mobilizar a população brasileira no esforço de guerra enquanto retaguarda, como “soldados anônimos” ou “soldados da produção”.

Se a mulher era domesticada a gerenciar melhor o lar em tempos normais, no período de conflito, ela seria apresentada como protagonista, a exemplo do exposto na Figura 78, em uma imagem que normatiza através do constrangimento. Nela, a mulher puxa um cabo elétrico da tomada violentamente, enquanto as roupas queimam com o ferro de passar ligado. E o “Seu” Kilowatt, atento à situação, diz que “Todo cuidado é pouco”. Um pouco de atenção e estaremos concorrendo, insensivelmente embora, para apressar a vitória” (C.F.L.P., 14/04/1944, p. 5).



Cia. Força e Luz do Paraná - Fone: 40

Figura 78 - C.F.L.P., 14/04/1944, p. 5



Figura 79 - C.F.L.P., 01/09/1944, p. 6

O trabalhador, por sua vez, sendo um soldado da retaguarda, teria papel essencial para apressar a vitória, produzindo mais. E a população em geral deveria consumir menos, consertar os seus aparelhos eletrodomésticos e concorrer para a vitória. A questão do consumo foi cara à propaganda de guerra, com um forte estímulo ao conserto dos eletrodomésticos, por exemplo, como segue na Figura 79.

Nela, o personagem aparece vestindo uma armadura medieval, com a propaganda de títulos de guerra em seu escudo, e conclama: “Sacrifiquemo-nos, também” ao instruir que a população conservasse materiais e aparelhos elétricos, o que revelaria “bom senso e cooperação da frente interna com os que, nos campos de batalha, nos ares e nos mares, se sacrificam por um mundo melhor” (C.F.L.P., 01/09/1944, p. 6). A sua arma é uma chave de fenda, o que inclui também os consumidores na guerra, através da economia de produtos.

E essas ações da publicidade remontam à experiência que os estadunidenses tiveram na Primeira Guerra Mundial. Os publicitários encontraram, no conflito, uma chance de obterem legitimidade pública, e começaram a elaborar anúncios que auxiliassem o governo a recrutar soldados, e reunir fundos financeiros. Então:

[...] os líderes de agências publicitárias montaram campanhas impressionantes para vender títulos de guerra, recrutar para a infantaria e para a marinha, desenvolver a moral do trabalhador e promover a conservação de comida e recursos (MARCHAND, 1986, p. 6).

O que é essencial destacar é a mobilização dos recursos dos EUA no Brasil, na Segunda Guerra Mundial, através da figura de Nelson Rockefeller, um multimilionário do setor petrolífero que tinha passagem entre os empresários de seu país, no exterior, como demonstrou Antônio Pedro Tota (2000).

Todo esse esforço se encaixa perfeitamente nas leis de Domenach (2001), especialmente naquela da orquestração, em que o Estado mobiliza atores privados para a produção de uma propaganda política. E isso só ocorreu no Brasil pela aliança feita com os EUA, por conta das afinidades e, em especial, dos interesses concretos que os dois países guardavam em comum no conflito mundial.

Do período estudado, o esforço de guerra teve sua existência entre 1942 e 1944, e, em apenas dois anos e meio, absorveu 59 imagens das 134 do quinquênio inteiro, o que demonstra um esforço intenso de propaganda política através dos anúncios da AMFORP. Foram 12 imagens de 27, em 1942, para essa categoria; 25 imagens de 27, em 1943; e 22 imagens de 27, em 1944. No último ano da guerra, duas imagens fecharam o tema, das quais destacamos aquela em que o “Seu” Kilowatt anunciou que “Terminou a guerra” (C.F.L.P., 08/05/1945. p. 2).

Contando com os anúncios de 1945, na categoria de guerra foram 41 imagens para a economia de guerra; 11 para o trabalhador; cinco imagens voltadas para a mulher; três para a venda de títulos de guerra e uma para a vigilância de inimigos internos.

Acabada a Guerra, a política cessaria? Vamos observar a última categoria do “Seu” Kilowatt, que é a defesa de críticas.

2.2.8. A fase de defesa de críticas: O "Seu" Kilowatt perde os superpoderes

Antes do período de guerra, o personagem se esquivava de críticas às interrupções de fornecimento de energia elétrica, ocorridas quando as intempéries da natureza provocavam estragos nos fios, nos postes e nos transformadores da Companhia, e das suas dificuldades em desvendar problemas na rede, espalhadas por toda a cidade. Entretanto, após o fim do conflito mundial, a empresa iniciou uma campanha que durou 18 anos, utilizando outros três argumentos defensivos: 1) a Guerra gerou uma crise mundial no setor de eletricidade; 2) os materiais e a mão de obra encareceram, gerando

dificuldades financeiras para a empresa; 3) existia a necessidade de majorar as tarifas para que se chegasse a um equilíbrio financeiro.

Roland Marchand (1986) indicou que campanhas empresariais, nos EUA, voltadas a se defender de críticas feitas pelos consumidores, existiram pelo menos desde 1910, com casos de açougues que rebatiam críticas feitas à qualidade de seus produtos. Esse tipo de campanha é empresarial, pelo fato de tentar isentar a empresa de críticas, mas é política, no sentido de estabelecer uma narrativa para o enfrentamento dos debates em torno de seus serviços, podendo culpar governos ou autoridades.

Consideramos propaganda política aquelas imagens voltadas à disseminação de ideias e à mobilização popular. Esse tipo de publicidade que faz uma política empresarial é considerado publicidade empresarial de defesa de críticas feitas à empresa. Porém, não descartamos a possibilidade de que a falta de uma política explícita dos reclamos empresariais esconda motivações políticas bem definidas. E, para isso, exporamos a análise de outros documentos que indiquem, não só os *interesses* da empresa, como os *embates e combates* ocorridos em torno de seus serviços. Entretanto, vamos nos ater aos dados dessa categoria.

A defesa de críticas figurou em segundo lugar no *ranking* da coleção produzida nessa pesquisa, com 188 imagens ao todo. De 1936 a 1944, foram apenas cinco imagens defensivas, sendo quatro sobre questões climáticas e uma sobre a Guerra. De 1945 a 1949, foram 63 imagens de defesa, sendo 43 referentes a dificuldades financeiras; 15 referentes a guerra; três sobre a necessidade de aumentar as tarifas, e duas referentes ao clima. De 1950 a 1954, foram 78 imagens defensivas, das quais 69 sobre dificuldades financeiras, sete sobre tarifas, e duas sobre dificuldades climáticas. De 1955 a 1959, foram 29 imagens da categoria, sendo 23 sobre dificuldades financeiras; quatro referentes a tarifas, uma sobre a guerra e uma referente ao clima. Por fim, de 1960 a 1962, foram 13 imagens de defesa, sete sobre dificuldades financeiras, e seis sobre a necessidade de aumento das tarifas.

Essa campanha empresarial tinha como pano de fundo duas intenções: 1) pleitear junto ao governo a majoração de tarifas; 2) impor uma pauta liberal sobre o funcionamento de uma empresa de serviços, com o fito de obter maiores rendimentos sobre o empreendimento.

Até mesmo a categoria sobre o trabalhador é conjugada a esse esforço, pois a empresa passou a usar da cultura do trabalhismo, de centralidade do trabalhador na sociedade, e a reforçar que esse trabalhador recebia salários, tinha uma família, vivia na comunidade dos consumidores. Assim, a empresa cobraria as tarifas adequadas para permitir que os trabalhadores ficassem empregados e bem-remunerados, pagando-as a sociedade, complacentemente. Vamos expor duas imagens que sintetizam esse esforço.

Este pode sei o seu vizinho!

Ele também mora aqui, gosta de viver no ambiente progressivo da nossa cidade. E de noite, no seu lar, junto à sua família, aprecia o conforto e a conveniência da eletricidade.

Para nós, a existência da eletricidade passa quase despercebida — já nos habituamos a tê-la há tanto tempo.

Mas para ele é uma fonte constante de atenção — e também de orgulho. Porque ele é diretamente responsável pelo bom andamento dos serviços elétricos. Faz parte de uma grande equipe de técnicos e especialistas que zelam pela luz na sua casa.

É um homem dedicado à sua família, ao seu trabalho — ao bem-estar da sua cidade.

Nada vale mais - nem custa menos - do que a eletricidade

CIA. FÔRÇA E LUZ DO PARANÁ
Ligada à vida da sua cidade.

Figura 80 - C.F.L.P., 08/11/1957, p. 8

TARIFAS DE ELETRICIDADE ADEQUADAS SIGNIFICAM PROGRESSO!

Sua companhia de eletricidade lhe quer dar os melhores serviços possíveis, pelo preço mais baixo que puder!

Para expandir e melhorar seus serviços, a companhia tem de obter dinheiro não só para financiar suas operações, como também para expandir seus serviços. Mas, o dinheiro somente poderá ser obtido se quem lh'o empresta tiver a certeza da estabilidade financeira da companhia e de uma justa remuneração para seu investimento. Isto somente se verifica quando são concedidas tarifas razoáveis à companhia, as quais, por sua vez, lhe permitem operar de maneira economicamente sólida ao proporcionar serviços elétricos tão essenciais à comunidade.

Tarifas remuneradoras significam serviço eficiente — mais progresso e, em abundância, tudo aquilo que a vida tem de bom para você e sua família.

Companhia Fôrça e Luz do Paraná
LIGADA À VIDA DA SUA CIDADE

Figura 81 - C.F.L.P., 05/02/1958, p. 8

Na Figura 80, da categoria educação do trabalhador ou referência ao trabalhador, o operário é apresentado em seu lar, com a sua família. No texto, ele fala diretamente ao leitor, dizendo que mora na cidade, que gosta do ambiente dela. Fala sobre o seu trabalho, que, mesmo vulgarizado, necessita de muita atenção. Ele se lembra da grande equipe que propiciava a chegada da energia elétrica às casas dos consumidores.

A Figura 81, por sua vez, é da categoria de defesa, e, nela, o “Seu” Kilowatt vai direto ao ponto: “Tarifas de eletricidade adequadas significam progresso!”. No texto, o personagem, vestido de trabalhador, diz que a Companhia quer proporcionar os “melhores serviços possíveis pelo preço mais baixo que puder!”. Entretanto, para

“melhorar” os serviços, precisa obter dinheiro para expandir os seus serviços, e esses recursos só são possíveis se os emprestadores tiverem certeza de que a empresa tem saúde financeira. E, continua, isso só é possível “quando são concedidas tarifas razoáveis a Companhia”, que, desse modo, poderá pagar os empréstimos e a sua remuneração. E finaliza dizendo que “Tarifas remuneradoras significam serviço eficiente”.


A AMFORP também criou uma extensa campanha falando sobre as suas dificuldades financeiras, apontado para o preço dos fios de cobre, dos postes, dos transformadores, e passou a culpar a distribuição de energia elétrica de encarecer a conta do consumidor. Ou seja, as grandes habilidades e a destreza do personagem, que eram ancoradas na prontidão e na velocidade do serviço, tornaram-se um problema, um custo para a empresa e para o consumidor. Muitas vezes, o próprio consumidor foi culpado pelos gastos de eletricidade, interpelado a economizar eletricidade para evitar o “Peak”, personagem criado para representar o terror do “Seu” Kilowatt.

Na chegada do inverno, o “Peak” ameaçava a vida do “Seu” Kilowatt, que ficava preocupado. Para tanto, dizia sobre os horários de consumo adequados e falava dos riscos de um racionamento de energia elétrica em pleno inverno.

mesmo na perna estreta. | | Leonardo da Policia Técnica.

CUIDADO COM O “PEAK”

O INVERNO VEM AÍ...



O ESTRANHO PERSONAGEM VOLTA A AMEAÇAR A VIDA DE “SEU” KILOWATT, O CRIADO ELÉTRICO

O perigoso Sr. “Peak”, esse famigerado glutão que só se alimenta de eletricidade nas horas mais críticas do dia, acaba de lançar nova ameaça à vida de “Seu” Kilowatt, o criado elétrico de Curitiba. O estranho personagem promete, com a chegada do inverno, sugar toda a energia produzida na usina que abastece Curitiba, esgotando sua capacidade geradora.



QUEM É O SR. “PEAK”?

“Peak”, o grande devorador de eletricidade e inimigo n.º 1 de “Seu” Kilowatt.

Figura 82 - C.F.L.P., 09/05/1950, p. 8

A AMFORP e as suas várias subsidiárias distribuíram essas mensagens nas vias de atuação do personagem, mostrando uma crise crônica dos serviços, ligando inicialmente à Guerra, e depois ao aumento dos custos dos materiais e da mão de obra, alcançando a demanda por aumento tarifário. As deficiências dos serviços apresentadas pela AMFORP estremeciam a promessa de progresso prometida pelo intercâmbio político-econômico-cultural entre o Brasil e EUA, tornando essas relações bem complexas.

Assim, algumas perguntas se firmam: se as empresas não podiam atender a demanda, por que as subsidiárias ficaram tanto tempo atuando no Brasil? Como elas conseguiram aplacar tantas críticas? E mais, quais eram essas críticas?

Após seguir as pegadas do “Seu” Kilowatt e levantar algumas questões, é importante atentar por quais caminhos e com quem ele lidou.

2.3. Considerações parciais

O que pretendemos demonstrar, nesse capítulo, foi o conjunto de experiências sociais trazidas pela AMFORP para o Brasil, desde a chegada de seu personagem, o “Seu” Kilowatt. No primeiro capítulo, analisamos o instrumento e identifiquei as suas funções, tornadas categorias de análise para o segundo capítulo. Neste, descobrimos que havia a produção centralizada da mensagem da empresa com algum nível de regionalização, e isso dentro das categorias cristalizadas através da análise de outras cidades amostra.

Tendo como guias as três fases do personagem, 1) fase de venda de eletricidade e produtos; 2) fase de guerra e 3) fase de defesa de críticas expusemos como as técnicas empresariais, de criação de afetividade e legitimidade com o público, de venda de produtos, de persuasão da mulher e de educação do trabalhador, foram possíveis através de afinidades existentes entre os governos Vargas e Roosevelt. A instrução pública, o apoio a autoridades e as referências a personagens estrangeiros e nacionais, contudo, foram meios de estabelecer uma comunicação com as autoridades e construir uma memória sobre a história do Brasil e sobre a história da eletricidade.

A guerra foi o exemplo de como esses recursos estadunidenses disponíveis foram mobilizados em um alinhamento direto entre os países, numa conjuntura específica. No governo Vargas, a AMFORP, estabelecida no país desde 1927, foi um recurso para o exercício do *Soft Power* estadunidense, que utilizou do nacionalismo e do trabalhismo para atuarem no Brasil com maior liberdade.

Entretanto, seguindo as pegadas do “Seu” Kilowatt, foi possível notar que todo esse arcabouço de experiências sociais e culturais relativas à indústria de energia elétrica e seus derivados ficou de lado desde o fim da Segunda Guerra Mundial, momento em que, no Brasil, as relações entre o governo ditatorial de Vargas e o Governo Roosevelt tiveram fim, fechando uma conjuntura histórica.

Sobre os *layouts*, foi possível notar que as imagens, apesar do esforço de adaptação, não condiziam com a realidade brasileira, como foi o caso daquelas ligadas à família; ao malandro e ao trabalhador. Em linhas gerais, a realidade estadunidense foi transposta para o Brasil com uma adaptação problemática das imagens. A própria eletricidade, símbolo de desconfiança e medo, recebeu um tratamento nos EUA para se tornar confiável, o que foi expresso pelo sorriso persistente do Reddy Kilowatt.

No Brasil, a persistência do mesmo sorriso no “Seu” Kilowatt deixa indícios da dificuldade de adaptação do personagem, que passou a encarar situações difíceis sempre com um sorriso, com um investimento tímico eufórico nas imagens que representaram situações de dificuldades. A figura 82, por exemplo, é uma das poucas em que o “Seu” Kilowatt aparece com um investimento tímico disfórico, mostrando angústia em relação ao “Peak”. Cerca de 90% das imagens expostas nesse trabalho indicam o investimento tímico eufórico, em detrimento de apenas 10% de imagens com investimento tímico disfórico. Isso apesar da predominância da fase de defesa de críticas. Desse modo, o personagem narrou as suas angústias sorrindo.

A publicidade da AMFORP, apesar do aporte de investimento e do esforço em captar as características culturais do Brasil encontrou dificuldades em criar uma mensagem adequada ao país, e isso se tornou mais dramático quando a política nacional mudou. A empresa teve que lançar mão de outros instrumentos para enfrentar as críticas do público no pós guerra, como a ação de seus gerentes nas zonas de concessão no país.

Foi dado início ao período democrático no país e à Guerra Fria para os EUA. A mudança do tipo de anúncio predominante publicado pela AMFORP para uma longa fase de defesa de críticas feitas à empresa é um indício poderoso sobre os seus interesses e estratégias de ação no Brasil, pois deixa visível uma persistência e consciência das pressões iminentes à prestação de serviços públicos em um país subdesenvolvido, cuja tensão básica era a conciliação entre os interesses de rendimento e acumulação do capital internacional *versus* os interesses públicos de desenvolvimento nacional.

Portanto, apesar do exercício do *Soft Power* dos EUA sobre o Brasil e de todo o fluxo de experiências sociais sobre a modernidade gerada pela energia elétrica, o período democrático no Brasil gerou, na AMFORP, a atitude de se defender de críticas feitas às suas associadas. Ou seja, o conceito de *Soft Power* é pertinente para avaliar o Primeiro Governo Vargas e as suas relações com o governo Roosevelt.

Com a redemocratização do país, contudo, a *rivalidade emergente* entre os dois países se fez no âmbito regional, com maior liberdade política para os mais diversos atores sociais agirem com relação aos serviços de eletricidade, transportes e telefonia. Desse modo, a tese de Luiz Alberto Moniz Bandeira guia essa pesquisa, que indica serem distintos os interesses internos de acumulação dos dois países em questão.

E, mais do que isso, a AMFORP é um meio privilegiado para compreender a natureza dessas relações, afinal, os seus interesses, como uma multinacional em busca de rendimentos para seus acionistas, iam de encontro àqueles dos brasileiros em busca de desenvolvimento econômico e social. Aos poucos, o *Soft Power* foi se convertendo em *Hard Power*. Vale se ater a esse conceito, segundo Joseph Nye:

Soft Power não é o mesmo que influência. Antes de qualquer coisa, a influência pode repousar no *Hard Power* de ameaças ou castigos. Ele é mais do que só a persuasão ou a habilidade de mover pessoas pelo argumento, que são partes importantes dele. Ele é também a habilidade de atrair, e a atração normalmente leva a aquiescência. Em termos de comportamento, o *Soft Power* é um poder atrativo (NYE, 2004, p. 6).

Assim, mais do que ameaça ou dinheiro, um apelo ao “senso de atração, amor ou dever na relação e um apelo aos valores compartilhados sobre a justiça de contribuir para esses valores e princípios compartilhados” (NYE, 2004, p.7). O poder de mudar o que os outros querem, de forma que os *modus operandi* do outro falhem em conseguir expressar suas preferências, tornando-as irrealistas.

Após a Guerra, o poder persuasivo dos EUA com relação ao Brasil arrefeceu, e as elites políticas, sociais e econômicas das regiões brasileiras reagiram ao empreendimento estrangeiro de maneiras distintas, muitas vezes se referindo diretamente ao “Seu” Kilowatt de forma negativa. A *rivalidade emergente* gerou tensões que criaram condições para o exercício do *Hard Power*.

Após analisar os capítulos *O instrumento* e *As experiências*, faz-se necessário dar um passo no caminho dos *embates* estabelecidos entre os interesses privados internacionais

com aqueles nacionais, que representaram as relações entre os interesses de um país do centro do capitalismo com um país subdesenvolvido da periferia capitalista.

Em linhas gerais, a análise da imagem publicitária permitiu compreender a cultura material do período no tocante à eletricidade, assim como os valores articulados pela empresa em sintonia com o governo Vargas. No entanto, na análise das imagens em série, a identificação do discurso do serviço e a do discurso de defesa de críticas feitas à empresa, enquanto categorias predominantes de 1945 a 1962, são fortes indícios da dissimulação dos agentes do capital e do seu esforço em obter maior rentabilidade, escudados na narrativa do altruísmo e do desinteresse comercial.

Essas categorias são a pedra de toque para compreender a dissimulação dos agentes do capital sobre impossibilidades ontológicas.

Com que roupa?

— Eis, meus amigos,
como o fim da guerra
me veio encontrar: pra-
ticamente sem nada, sem
material novo para substi-
tuir o velho...

E, parece, assim per-
manecerei por muito
tempo, até que, termi-
nada a guerra no Paci-
fico, voltem as indús-
trias às atividades nor-
mais — diz o "Seu"
Kilowatt, o criado elé-
trico.



Companhia Central Brasileira de Fôrça Eletrica

Figura 83 – C.F.L.P., 06/07/1945, p. 3

Capítulo 3

Os embates

Como se vê, o processo de contestação da Cia. deixa a perder de vista o poder ilimitado do "Fuehrer" ou do "Duce"... ele evidencia uma vontade incontestável, revela a Cia. como um Estado dentro do Estado. E atreve-se, ainda, a empresa a fazerem contestação "da fiscalização municipal" e dela própria. Ela que é Juiz em causa própria!

Ineditoriais do jornal O Dia

Seria, de fato, a Central Brasileira uma empresa tão desorganizada? Seria tão prejudicial ao Espírito Santo? Estaria ela agindo contra as determinações legais? Ou teria feito ela alguma coisa em nossa capital? A situação de seus empregados é tão calamitosa como se propala? As suas rendas são de fatos astronômicas?

Jornal A Gazeta

Nos dois primeiros capítulos, pudemos observar a ação da publicidade da AMFORP e o seu teor social, com a indicação de que houve o trânsito de experiências estadunidenses para o Brasil com adaptações culturais realizadas por meio do instrumento, o "Seu" Kilowatt.

A fase predominante da publicidade da empresa no Brasil, de 1936 a 1962, foi defensiva, ou seja, ativa no sentido de criar uma narrativa forte o suficiente para disputar opiniões na esfera pública, defendendo os interesses das subsidiárias da AMFORP. E isso se deu de forma centralizada, porém, com algum grau de regionalização dos anúncios, tendência verificada principalmente a partir de 1950. Ou seja, muitas imagens se repetiram nas amostras, mas o volume de imagens únicas ou repetidas em apenas duas cidades cresceu na década de 1950.

Portanto, duas indicações são guias para esse capítulo: as subsidiárias da AMFORP estavam em conflito nas regiões atendidas e, assim, cada associada passou a dar uma resposta publicitária específica, apesar de reproduzir os argumentos mais gerais da empresa.

Nesse capítulo, efetuamos uma transição entre a análise da publicidade com aquela dos campos discursivos gerados em torno da AMFORP, em que serão visíveis as reações do público ao personagem da empresa, e, paralelamente, às críticas feitas à empresa sem menção à sua publicidade. A partir disso, será possível, ao leitor, relacionar os aspectos

publicitários expostos nos capítulos 1 e 2 aos contextos de sua formulação, que se deu no decorrer de um grande momento histórico, que foi o da industrialização brasileira.

E, mais específica e determinantemente, na transição de um regime autoritário para outro democrático, o que definiu o campo de possibilidades para os embates. Sendo mais específico, o período ditatorial chamado de Estado Novo não teve agitações em torno das subsidiárias da AMFORP, o que se alterou num crescente após a redemocratização.

Para tanto, percorreremos o período em que a empresa era otimista e vendia seus serviços, observando o poderio de relacionamento social dos diretores e superintendentes da empresa durante o período ditatorial, isso *pari passu* às críticas feitas aos serviços de bondes, telefone, luz e força, já presentes nos noticiários locais. É importante salientar que a figura dos gerentes foi dissociada da parte negativa da empresa, relativa aos serviços, sobressaindo a imagem positiva de uma empresa filantrópica, fato que demonstra o vigor da estratégia da Companhia estrangeira.

Após isso, já na redemocratização, as críticas feitas às subsidiárias se avolumaram e os debates sobre a ação da empresa entrelaçaram as diversas correntes de opinião em torno dos seguintes temas: o não cumprimento dos contratos; a possibilidade de encampação total ou parcial dos serviços das subsidiárias; a idoneidade / inidoneidade da empresa; e a necessidade de ampliação das instalações geradoras hidráulicas em detrimento das termelétricas por parte da empresa.

Na evolução dos eventos, os serviços da AMFORP foram piorando cada vez mais e as críticas começaram a se alinhar ao ambiente nacionalista, preponderante no Brasil por todo o período estudado, mas crescente nas décadas de 50 e 60. Nesse ponto, o sentido das relações entre a empresa e os governos estaduais e municipais foi ditado pelas elites políticas, pela burguesia e classe trabalhadora locais, com a participação da justiça.

De um lado, a empresa defendeu os seus interesses através do poderio econômico expresso em publicações e publicidade, modo de mitigar uma resistência organizada e ampla ao seu poderio. Uma das reações locais a esse esforço foi uma ação conjunta que incluiu amplos setores sociais para a encampação da empresa, com o aval da justiça e dos ministérios federais competentes (da Agricultura e, depois, o de Minas e Energia). Outro tipo de reação, entretanto, atrelou o debate a personagens políticos que despolarizaram a luta contra a empresa.

Desse modo, ao percorrer vários campos políticos, pudemos notar as diferenças entre os estados atendidos pela empresa, em suas capitais, percebendo o quanto os líderes locais aderiram ou repeliram a organização social em torno da encampação da empresa ou os movimentos políticos para atingir esse fim.

Em linhas gerais, será possível ao leitor notar o padrão de ação da empresa e como os corpos sociais locais reagiram à sua longa e deficitária ação, assim como ao ativismo da empresa na esfera pública, na defesa dos seus interesses, indicando um embate de projetos e de propagandas.

Mas cabe, agora, uma pergunta, para iniciar esse capítulo: em qual Brasil estava instalada a AMFORP do "Seu" Kilowatt?

3.1. Debates sobre o desenvolvimento industrial brasileiro

A *debacle* do liberalismo, em 1929, repercutiu nos regimes políticos no mundo. Foi nesse momento que o controle da economia pelo Estado foi elencado como solução ou antídoto ao *Laissez Faire*, discurso predominante até a quebra da bolsa de Nova Iorque.

Três linhas político-econômicas predominantes tiveram endereço na Rússia, nos EUA e na Alemanha, respectivamente: o Socialismo soviético, o capitalismo e o nazismo. Com as suas diferenças, cada regime político lidou com fórmulas e soluções para resolver os impasses do sistema de acumulação capitalista, como: a luta capital / trabalho; as relações comerciais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; e a estrutura social interna de um país sob o capital (BIELSCHOWSKY, 2004).

O nacionalismo econômico foi o que deu a tônica para a nova grande conjuntura, que se estendeu de 1930 a 1970, momento em que o Estado foi transformado em instituição principal para o desenvolvimento nacional. Ou seja, cada país deveria se preocupar com o seu desenvolvimento econômico industrial por estímulo ou ação direta do Estado, envolvendo o planejamento como solução às demandas econômicas mais urgentes. Cada regime político fez as suas escolhas, guardando entre si semelhanças localizadas (BIELSCHOWSKY, 2004).

No Brasil, o Governo Vargas passou por fases políticas distintas, como o governo provisório, o governo constitucional e o Estado Novo. No seu novo arranjo de poder no

país, o político gaúcho lidou com interesses distintos, desde os constitucionalistas aos militares. Os constitucionalistas tinham o discurso da superação da corrupção da "República Velha", defendendo a necessidade de uma Constituição nova. Os militares estavam preocupados com o desenvolvimento econômico brasileiro e com o fortalecimento bélico, o que deveria ser realizado por uma via autoritária (SKIDMORE, 1982; LOCHERY, 2015).

A afinidade de Vargas, contudo, era com a via autoritária, pois a sua concepção era a de que a fragmentação dos interesses da burguesia nacional dificultou o desenvolvimento nacional, demandando um poder que se colocasse acima da sociedade, no caso, o Estado. O Estado Novo (1937-1945) foi o momento em que o presidente, apoiado nas Forças Armadas, levou adiante o seu escopo de diversificar a economia por meio da industrialização, vedando o campo de opiniões, tanto para os trabalhadores, quanto para as burguesias (MOURELLE, 2019).

Tensionando com o *Laissez Faire*, o Governo controlou as riquezas do subsolo e as quedas d'água, e impôs regras ao setor produtivo e às empresas de serviços públicos por meio de conselhos, como o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), o Conselho Nacional de Águas e Energia (CNAEE), e o Ministério da Agricultura (MIAG), que também congregava o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Divisão Nacional de Águas e Energia (DNAE) (COHEN, 1968; DIAS; QUAGLINO, 1993).

A criação do Código de Águas, por meio do decreto nº 24.643, de 10 de outubro de 1934, foi uma forma de controlar os recursos ainda não descobertos e explorados e protegê-los de investidas externas, através da consideração de que o petróleo, o minério e as quedas d'água eram essenciais para a política de Segurança Nacional, entendida como a defesa do território brasileiro.

Além disso, regulava os empreendimentos estrangeiros, como aqueles da Light and Traction e da AMFORP. Sobre o setor de energia elétrica, especificamente, houve a classificação das águas em geral; a regulamentação do uso das forças hidráulicas; e a incorporação ao patrimônio da União da propriedade das quedas d'água, separando-as da propriedade das terras em que estavam. Assim, o poder concedente ficou sob o governo federal; a fiscalização passou a ser exercida pelo poder concedente; houve a instituição

dos princípios do “preço pelo custo” e do “lucro limitado” e a restrição da concessão dos serviços a brasileiros (SEGER, 2012).

Seguindo a tônica da ditadura estadonovista, as relações entre as multinacionais e o governo brasileiro ficaram restritas ao alto escalão dessas instituições federais, passando pelas interventorias, e, apesar de uma regulação e um controle maior sobre o setor de energia elétrica, as relações entre os governos federal, estaduais e municipais, em geral, obtiveram várias conciliações.

Alexandre Saes (2010) demonstrou, em sua tese *Os Conflitos de Capital*, a forma como o setor de serviços em transportes, energia, iluminação e gás foi um grande atrativo para investimentos de capitais oriundos do tráfico negreiro, ainda vigente em fins do século XIX, na América Latina e no Brasil. O crescimento do setor urbano em países agrário-exportadores, para escoar as produções vindas do campo, gerou oportunidades de investimentos, que foram aproveitadas tanto pelos capitais europeus quanto por capitais locais. No caso do setor energético, uma empresa sediada no Canadá e com capitais de origem britânica e alemã, a Light, assumiu o fornecimento de energia elétrica no Rio de Janeiro e em São Paulo, com contratos de exploração de quedas d’água.

No Brasil, Alexandre Saes (2010) pesquisou os conflitos entre a multinacional e o grupo nacional Guinle. Nas disputas entre as concessões de exploração de quedas d’água e de distribuição de energia elétrica, a Light e o grupo Guinle travaram intensos debates e embates jurídicos em busca das melhores oportunidades de negócios no setor, no Brasil, o que teve como fim a vitória do capital multinacional.

Assim, em 1925, o grupo Guinle vendeu as suas concessões e serviços para a AMFORP, que teve como gerenciadora dos seus serviços no Brasil a Empresas Elétricas Brasileiras, posteriormente chamada de Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB). Dentre as empresas da CAEEB estava a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE). Logo a empresa se expandiu em regiões não atendidas pela Light (SAES, 2010). O governo Vargas herdou esses acordos e resolveu os problemas de regulação e de controle sobre as quedas “por cima”.

Após a redemocratização, essas empresas passaram a lidar não mais com um governo ditatorial, mas com vários governos estaduais e municipais, que estavam atentos aos problemas locais, tendo de calcular as ausências e as deficiências de serviços em uma

ótica eleitoral. Desse modo, a AMFORP, que contou com certa tranquilidade durante todo o Governo Vargas, desde 1930 até 1945, passou a enfrentar os *campos políticos regionais* no tocante à falta de investimento no setor, às deficiências dos serviços e ao não cumprimento dos contratos pelas suas subsidiárias (BIELSCHOWSKY, 2004).

Isso se intensificou ainda mais durante as décadas de 1940 e 1950, quando o Brasil passou a ter um debate consistente das teorias acerca do desenvolvimento econômico do país. Segundo Bielschowsky (2004), houve uma alteração qualitativa nas formulações, de ponta a ponta, sobre o espectro ideológico, sobre as configurações específicas da economia brasileira, sobre as condições que o *subdesenvolvimento* impunha para países periféricos, assim como sobre quais seriam as medidas a se adotar diante de um quadro problemático para o desenvolvimento nacional (BIELSCHOWSKY, 2004).

Análises de empresários, como Roberto Simonsen, Celso Furtado, Eugênio Gudin, Caio Prado Júnior e Roberto Campos, tornaram-se referências para o direcionamento de políticas públicas para a superação do subdesenvolvimento econômico do país. E esses debates se acirraram, conforme colocaram, na ordem do dia: a participação dos trabalhadores nas zonas decisórias do Estado; a participação do capital estrangeiro na economia nacional; e o papel que o Estado teria no processo de desenvolvimento econômico. Esses debates passaram a influenciar as políticas de Estado brasileiras, diferindo qualitativamente da política efetivada no Brasil do Entre Guerras (BIELSCHOWSKY, 2004).

Importante para essa pesquisa é entender esse ambiente político e intelectual acerca do desenvolvimento do país, que ficou mais intenso com a presença de multinacionais que passaram a não investir devidamente em seus serviços e a gerar entraves para o desenvolvimento do capital nacional, ofertando problemas para a estrutura corporativa criada no Estado Novo, estrutura essa em interação com a Democracia. Desse modo, efetuar racionamentos seria não só um prejuízo aos consumidores domésticos, mas aos industriais, comerciantes e aos empregados desses setores, ameaçados de desemprego a cada crise que se estabelecia.

Para lidar com essa pressão, a AMFORP contava com a presença dos seus gerentes, nos círculos sociais, assim como com a sua face pública, o “Seu” Kilowatt. No próximo

tópico, analisamos o papel dos gerentes para o enfrentamento das crises da empresa, por meio da sua inserção nos círculos sociais de 1936 a 1945.

3.2. A ação social dos gerentes e os problemas nos serviços

A pesquisa de Paula Joelsons (2014) sobre a AMFORP, intitulada *AMFORP em Porto Alegre (1928-1959): multinacional norte-americana de eletricidade e o papel do gerente geral J. E. L. Millender*, foi de grande valia para montarmos o *puzzle* das relações entre os EUA e o Brasil por meio do empreendimento. A autora faz um esforço de estudo em História Empresarial, levando em conta que esse campo de pesquisa vai além da empresa ou dos empresários, pois englobou filosofias empresariais junto à sociedade, que buscam influenciar e regular as ações do público-alvo (JOELSONS, 2014).

Se, por um lado, demonstramos a existência de uma grande campanha publicitária com várias funções e momentos, por outro, existiu, antes mesmo desse fator, a inserção social dos gerentes em suas zonas de concessão. Paula Joelsons cruzou a trajetória do gerente Joseph Millender e de sua administração com as relações sociais estabelecidas com as elites regionais e seus trabalhadores, com o fito de compreender as estratégias, as práticas e as influências que estes exerceram sobre as pessoas. Isso tendo importância pelo fato de tal gerente fazer parte de um grupo, que é a empresa, e se relacionar com outros grupos, presentes na sociedade atendida pela Concessionária (JOELSONS, 2014).

De posse de “fontes empíricas esparsas” e utilizando o paradigma indiciário, Paula Joelsons nos inspirou reflexões no início dessa pesquisa, e, ao abordar outras amostras, procuramos identificar as ações dos gerentes nas sociedades atendidas pelas suas comandadas, em atividades, como: a filantropia, a vida esportiva das cidades, e a participação em associações e em eventos sociais e culturais locais. Desse modo, indicamos “a figura de destaque” dos gerentes das amostras elencadas para nossa pesquisa, apontando para a estratégia de inserção social das subsidiárias da AMFORP por meio de colunas sociais e matérias jornalísticas.

A repercussão dos serviços prestados pela CFLP, em Curitiba, no final dos anos 1930, teve, como tema principal, a deficiência dos serviços de bondes. Ao se referirem a essa questão, os jornalistas e colunistas, assim como o público que escrevia para O Dia, lembravam do contrato feito entre a empresa e o Estado, indicando os maus serviços prestados por ela. *Pari Passu* a essa questão, é notável a participação da Empresa em

atividades filantrópicas, sociais ou mesmo de agrados à imprensa local. E, nesse aspecto, é necessário destacar que a gerência da empresa foi elogiada à revelia dos serviços prestados pela sua representada, o que indica a ação pessoal desses gerentes junto aos círculos sociais, fato gerador de uma separação da imagem do gerente daquela da empresa: uma positiva e a outra negativa.

O diretor da CFLP, Owen Bossemeyer, promoveu dois eventos relevantes pelo período de 1939 a 1940, que foram os cursos de Economia do Lar e as visitas à Usina da Chaminé, na região de Castelhanos, para a imprensa local. Com o apoio do Chefe do Departamento de Publicidade de sua empresa, Waldomiro Vasconcelos, o diretor noticiou os eventos fartamente pela imprensa local, aos quais se somaram à participação da Companhia no Concurso de Robustez Infantil; na doação de um refrigerador ao Hospital de Crianças; na produção de uma festa de Natal dos filhos dos funcionários da Cia. Força e Luz; e na oferta de um pinheirinho de Natal ao público paranaense (VISITOU O DIA, 25/04/1940, p. 1).

No ano de 1936, foi notável o aparecimento da Escola de Economia do Lar, com sede na Loja da CFLP, para senhoras e senhoritas, com uma aula por semana durante dois meses. No encerramento desse curso, em março, eram reunidas as famílias das alunas formadas em uma solenidade na Loja da empresa. Em 15/09/1936, uma nota anunciava o encerramento do 4º Curso de Economia do Lar, o que demonstra a continuidade do esforço da empresa em disciplinar as mulheres da região em que estava instalada (ECONOMIA DO LAR, 15/09/1936, p. 3).

A Excursão para Castelhanos foi uma especificidade da direção da CFLP, um regalo dado aos jornalistas e autoridades de Curitiba pela empresa, em um passeio feito às instalações da empresa em Castelhanos, na Usina da Chaminé. Segundo o anúncio, era ansiosamente esperada “Desde alguns dias [...] a excursão que a Companhia Força e Luz do Paraná vai oferecer, num gesto fidalgo, ao pessoal da imprensa Curitybana. Por certo será um delicioso passeio esse que a poderosa empresa proporcionará à Imprensa”. Esse evento era coordenado pelo Chefe do Departamento de Publicidade da CFLP, Waldomiro Vasconcelos (EXCURSÃO CASTELHANOS, 04/11/36, p. 7). Junto ao grupo, esteve o advogado da Companhia, Homero de Barros, que expressou, “em palavras de cordialidade, a gratidão das Empresas Elétricas Brasileiras à imprensa” (ECONOMIA

DO LAR, 15/09/1936, p. 3; EXCURSÃO CASTELHANOS, 04/11/36, p. 7; VISITA DA IMPRENSA, 11/11/36, p. 5).

Essas ações de aproximação com as autoridades e com a imprensa ocorriam em um quadro de crise nos transportes enfrentados pela população curitibana. Desde 1935, os contratos vinham sendo criticados, sendo a CFLP acusada de ter recebido, nesse acordo, “vantagens formidáveis por força das facilidades que tantos danos causavam ao povo”, padecendo esse de “verdadeiras extorsões” (SERVIÇO DE LUZ, 08/01/1935, p. 1).

O serviço de transportes de Curitiba era exclusividade da CFLP, por meio de bondes e ônibus. Durante a segunda metade da década de 1930, esse foi o principal tema de reclamações feitas à Companhia, ficando as deficiências do fornecimento de energia elétrica em segundo plano, perceptíveis nos trechos que dizem ter sido “O privilégio dos omnibus dado para servi-la [a empresa] e não ao público”, sendo que “Do [serviço] de força é bom nem falar”. Afinal, concluía, “as fábricas preferem queimar lenha a gastar eletricidade” (SERVIÇO DE LUZ, 08/01/35, p. 1).

Em 1937, o teor das críticas ao serviço de bondes se acentuou, sendo os automóveis e móveis da Companhia chamados de “trombolhos”, “ferro velho”, assim como o clamor pelo serviço público na fiscalização da empresa e na importação de carros “imprestáveis”. Os ônibus e bondes da CFLP eram considerados em O Dia como “Coisas emprestáveis”, tendo Curitiba recebido “muita coisa, móvel ou semovente, banidos de outras partes e que aqui encontraram boa acolhida”, bondes “recusados duas ou três vezes na América do Norte e aqui no Brasil, por imprestáveis”. “Temos aqui os omnibus da mesma Companhia, também desprezados como ferro velho em outras partes e que fazem parte do **privilégio** de uso exclusivo da felizarda Companhia...” (COISAS IMPRESTÁVEIS, 04/04/1937, p. 3, com grifos).

Em matéria, O Dia indicou que a CFLP seria gananciosa, fazendo-se de “lobo mistificado”, pensando que o curitibano era “ovelha indefesa”. A concessionária prezaria pelos seus próprios interesses e direitos, correndo o risco de “ser sepultada como a sua irmã gêmea, a Companhia Telefônica”. A empresa estaria efetuando truques ao ignorar a crise de serviços, ao visar somente a taxa de lucro, e, quando instada a agir na melhoria dos serviços, ao ameaçar “fechar as suas portas” (NÃO PERCA TEMPO, 09/03/1938, p. 1).

Em 1939, a crise dos transportes gerou uma intervenção da Prefeitura, que abriu concorrência no setor de transportes. A disputa por passageiros, entre motoristas de ônibus versus motoneiros, quase gerava acidentes. Portanto, no início do ano, já é possível notar que a situação dos transportes havia se tornado tão difícil que novos empresários apareceram, tendo, desse modo, o aval do prefeito Moreira Garcez. Em resposta à um ofício do Gerente Geral da CFLP, Owen Bossmeyer, o prefeito Moreira Garcez respondeu que o fato só poderia se atribuído “à deficiência do serviço que essa Companhia está obrigando [a prefeitura] a manter o interesse da coletividade”, não tendo ela violado o contrato ao permitir que outra empresa atendesse os munícipes (NÃO FOI VIOLADO O CONTRATO, 09/04/1939, p. 8).

No intuito de permitir a concorrência à CFLP, a prefeitura enfrentou a empresa. Porém, sem a devida regulamentação e fiscalização, o confronto entre a burguesia estrangeira e os pequenos burgueses locais gerou problemas para a cidade, a partir de “corridas por passageiros” entre as empresas. Segundo relatos, “quando parte um bonde, um ônibus se lhe atravessa à frente, para apanhar os passageiros, e, ainda mais, estaciona nos pontos de parada daquele com o visível intuito de abespilhar os funcionários da Cia. Força e Luz” (CONCORRÊNCIA, 22/12/39, p. 3). As disputas “ônibus versus bondes” se tornaram motivos de corridas, em que “os motoristas se mostram de uma imprudência tal que correm risco de vida os que se acham no interior dos veículos” (ONIBUS VERSUS BONDES, 30/12/39, p. 6).

Portanto, é de se destacar que os serviços da CFLP não condiziam com os poderes espetaculares anunciados pelo “Seu” Kilowatt. Apesar do serviço de bondes não ser o seu principal serviço, não exposto nos anúncios, era uma atribuição da empresa. Mesmo com a publicação constante dos anúncios da AMFORP em O Dia, as críticas povoaram as páginas no matutino. É interessante notar que, mesmo que a empresa fosse combatida e pressionada pela linha editorial do jornal, as falas referentes à diretoria da empresa eram geralmente pacíficas e generosas, como se a figura pessoal da direção da CFLP estivesse dissociada da gestão da empresa. Isso mostra o vigor da ação social da alta chefia da empresa junto aos círculos sociais, incluindo o corpo editorial de O Dia nesse grupo.

Além dos eventos para Castelhanos e da Escola de Economia do Lar, a criação de um grêmio esportivo e a participação em festas natalinas, carnavalescas e religiosas foram marcas da direção da Companhia, que também efetuou doações e disponibilizou transporte e iluminação para os eventos.

Além disso, a gerência da CFLP tinha lugar do Rotary Club. As falas afáveis de O Dia com relação aos dirigentes da empresa são distantes de todas as acusações feitas ao “desserviço”, à “indolência”, à “má vontade” e aos entraves que a própria empresa gerava para Curitiba e para o Paraná, sendo o indício para a força do poder pessoal desses indivíduos, ao ponto de serem referenciados como gerentes dispostos de uma empresa gananciosa.

Na nota *Nos Salões Aristocráticos da Sociedade*, a decoração do Automóvel Clube para uma festividade contou com a “boa vontade dos operosos e distintos mentores da nossa companhia de força e luz, aliás, nunca desmentida às iniciativas de relevo que vizam tão somente o engrandecimento do Paraná” (NOS SALÕES ARISTOCRÁTICOS, 16/09/1938, p. 2). Em uma reclamação de moradores de um arrabalde de Curitiba, sobre o serviço de ônibus para o local, o texto do jornal O Dia disse que “A Cia. Força e Luz, com boa vontade que sempre teve para com o público, há de, por certo, atender a essa solicitação, que é das mais justas [...]” (CIA. FORÇA E LUZ, 01/03/1939, p. 3).

E nos dias de chuva, quando o teto do bonde gotejava, o jornal registrava: “Uma pessoa solicitou-nos ontem que dirigíssemos à direção da Cia. Força e Luz, sempre disposta a atender o público”, atenção ao fato. Na conclusão, O Dia afirmou que “os dirigentes da Força e Luz” já “demonstraram, em numerosas ocasiões, o prazer que sentem em bem servir a coletividade.” (OS DIRIGENTES DA FORÇA, 02/03/1939, p. 8).

Portanto, é digno de destaque esse tratamento com relação aos dirigentes, haja vista que em um caso judicial envolvendo a empresa, termos extremamente fortes foram usados contra ela e destacados por O Dia: O contrato “draconiano”, “leonino”, celebrado entre o Estado e a empresa vinha dando benefícios à empresa, como a aplicação de multas aos consumidores. Além das regras do contrato favoráveis, a “Companhia fabricava cláusulas”. O caso em questão teria sido o de uma viúva que foi multada pela empresa e obrigada a pagar o valor em um prazo de três dias, com o risco de ter a sua luz cortada. No texto, o lema da Companhia foi comparado ao da Inquisição, “Crê ou morre”, com “Paga ou fica às escuras”, tendo sido a viúva obrigada a pagar uma multa em um valor duas vezes maior que o consumo por “pretensas irregularidades no consumo de luz”, não conseguindo fugir dos “tentáculos do polvo”. Como segue em trecho:

Como se vê, o processo de constatação da Cia. deixa a perder de vista o poder ilimitado do “Fuehrer” ou do “Duce”... ele evidencia uma vontade incontestável, revela a Cia. como um Estado dentro do Estado. E atrave-se,

ainda, a empresa a fazerem contestação “da fiscalização municipal” e dela própria. Ela que é Juiz em causa própria! (INEDITORIAIS, 07/05/39, p. 7).

Nesse ponto, é essencial destacar que as críticas de que a empresa agiria como um “Estado dentro do Estado”, com “o poder ilimitado do Fuehrer ou do Duce” só poderiam ter concretude se os dirigentes da empresa efetivassem tais políticas “discricionárias”. No entanto, a empresa foi tratada como apartada dos seus gestores, abordada como autoritária e gananciosa, enquanto os gerentes seriam “operosos”, “distintos”, “solícitos”. Isso indica, por outro caminho distinto do de Joelsons (2014), os efeitos da ação social dos dirigentes da CFLP, de intervenção junto aos jornalistas, aos meios sociais, personalizando as relações com o público, distanciando a sua imagem da sua comandada.

Nas trocas de gerentes ocorridas em 1940, é perceptível essa valorização das suas figuras, visível por meio dos termos, bem diferentes aos atribuídos à Concessionária. Se as disputas por passageiros travadas entre motoristas e motoneiros continuaram sendo uma “ameaça à segurança pública pela possibilidade de uma colisão, porque os ônibus põem adiante dos bondes”, era de se admirar que nenhum passageiro tivesse morrido “amassado ou asfixiado, tal a brutalidade e o aperto com que o povo quer apanhar aqueles veículos”. A falta de carros suficientes gerava “Gritos, empurrões, pisadelas”, “tudo permitido”, “para que se conseguisse um lugarzinho no bonde e no ônibus” (AS EMPRESAS DE TRANSPORTE, 01/06/40, p. 6; O POVO RECLAMA, 14/05/41, p. 3). Os gerentes, por sua vez, eram tratados com distinção. Por exemplo, a chegada de Pedro Américo Werneck, para substituir G.E. Sands, gerou considerações de O Dia, que reconheceu nele um homem “Extremamente culto, de uma inconfundível educação, amável e cortez” (VISITOU O DIA, 25/04/1940, p. 1).

A presença do novo gerente nos círculos sociais e intelectuais não demorou a ser percebida: na despedida de um intelectual paulista, Mariano Filho, que teria feito uma campanha cultural, Pedro Américo Werneck escreveu uma carta para O Dia e para o Correio do Paraná, congratulando-os pela “campanha cultural em que tão brilhante e patrioticamente se empenham” (REGRESSARÁ AMANHÃ, 09/03/1941, p. 1). E mais, a visita de Ivo Arruda, diretor do Bureau Interestadual de Imprensa e representante da Associação Brasileira de Imprensa e Associação Paulista de Imprensa, foi recepcionada por Américo Werneck, que ofereceu uma “suculenta churrascada” ao visitante, um “velho amigo” (COCKTAIL, 08/04/1941, p. 4).

De círculos intelectuais e de jornalistas para eventos políticos, Pedro Américo Werneck falou na Rádio PRB-2, sobre a “Semana do Estado Nacional”, na qual o “distinto diretor da Companhia Força e Luz do Paraná [...] produziu belíssima oração, emitindo conceitos profundos a respeito do papel que o Brasil desempenha na comunhão universal” (COMEMORA O PARANÁ, 14/11/1941, p. 3).

A substituição de Pedro Américo Werneck, do seu cargo, por Luiz Corcione, foi permeada de homenagens da imprensa local e de políticos importantes, como o interventor Manoel Ribas. O banquete marcado para a homenagem foi, a pedido do ex-diretor, transferido para outra data, haja vista a coincidência do dia com o festival em benefício da Cruz Vermelha (REALIZAR-SE-Á EM DATA OPORTUNA, 17/04/1941, p. 5), instituição para a qual a CFLP já havia contribuído, mostrando o “lato espírito filantropo dos seus Diretores” (CHÁ E COCKTAIL, 15/03/1942, p. 5). Mesmo após a sua saída da empresa de Curitiba, Werneck, então alto funcionário da Empresas Elétricas Brasileiras, visitava Curitiba periodicamente para “renovar o contacto com os sinceros amigos daqui” (VISITA O DIA, 14/02/1943, p. 3).

É perceptível a inserção desses gerentes na vida política das elites curitibanas, e a Guerra foi um catalizador para esse esforço, bem visto por O Dia. Como vimos, a empresa participou do esforço de guerra, até porque era estadunidense e estava convocada a colaborar. Uma das ações da empresa, vista como uma “patriótica iniciativa”, foi a inscrição, nos letreiros dos bondes da CFLP, da “propaganda dos bônus de guerra”. Segundo o texto de O Dia, “Assume valor maior esse empreendimento pelo fato de que foi espontâneo, porquanto os dirigentes da Cia. Força e Luz desejam colaborar no esforço bélico que atualmente se empenha nosso país”, afinal, o povo deveria “adquirir as obrigações” para o país se aparelhar para o conflito (PATRIÓTICA INICIATIVA, 12/10/1943, p. 3).

Em 1944, a empresa passou a ser dirigida por Maurício Legori, “simpática figura e cavalheiresca”. Segundo noticiou O dia, a empresa, apesar do momento de guerra, teria aceitado “patrioticamente os encargos advindos com a situação criada pela guerra”, aumentando o número de bondes, evitando com que Curitiba passasse por “restrição alguma”. Seria “o dr. Maurício Legori, operoso diretor da Cia. Força e Luz do Paraná e pessoa de largo prestígio na sociedade local”, como anunciado em uma de suas viagens ao Rio de Janeiro para tratar de assuntos administrativos (VISITANTES, 06/11/1944, p. 5).

É notável, para esse período e para o anterior, que a empresa era criticada pelo público, que constantemente solicitou a publicação de matérias e apelos às autoridades. A linha editorial de O Dia reverberava essas críticas, porém, apesar de algumas opiniões mais fortes, mantinha confiança na CFLP, que, ao menor sinal de esforço, era elogiada e creditada como capaz.

As figuras dos gerentes, especialmente a de Pedro Américo Werneck, tinham uma inserção nos meios intelectuais e políticos, pronunciando-se em eventos políticos referentes ao Estado Nacional. A separação da imagem da empresa, negativa para o público e, em boa parte, para o próprio jornal, com aquela dos diretores da CFLP, sempre solícitos, eficientes, altruístas, atentos e atenciosos, torna patente o esforço de inserção social desses agentes.

Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o jornal Correio do Povo reservou seus espaços para as *Queixas do Povo*, nas quais foram expressas as reclamações contra as deficiências dos serviços da CEERG e da Carris Urbanos, empresas interligadas e comandadas pela CAEEB. Diferente de Curitiba, o Correio do Povo não fez grandes elogios à diretoria da CEERG no final da década de 1930, o que é curioso, pois, como demonstrou Paula Joelsons (2014), em seu estudo sobre a CEERG, em Porto Alegre, a ação de Joseph Millender, diretor da concessionária, foi a mesma dos diretores da CFLP.

Então, é importante destacar que, do mesmo modo que em Curitiba, as críticas feitas à empresa, em meados e fins de 1930, foram parecidas, relativas aos serviços de bondes; aos problemas com a energia elétrica, e ao não cumprimento das cláusulas contratuais. Entretanto, a ação empresarial nos meios sociais, por meio do Correio do Povo, não foi relevante, indicando que esse jornal não era simpático à empresa, como O Dia, do Paraná, no período de 1936 a 1945.

As primeiras críticas aos serviços da CEERG foram relativas ao “asphyxiante problema da fuligem” em Porto Alegre, gerado pela produção de energia elétrica da usina do Gazômetro, localizada às margens do Rio Guaíba. Alimentada por carvão, a usina expelia “nuvens densas” de fuligem, apresentando-se “como uma cratera”. Na coluna *Queixas do Público*, moradores da região enviaram carta ao diretor do jornal Correio do Povo para reclamar do problema, relatando a situação, da qual se tinha “a impressão de que ninguém podia abrir uma janela, meter o nariz para fora da porta porque as cinzas se arrastavam

em ondas volumosas sobre as casas, envolvendo o vasto perímetro do Gazômetro” (QUEIXAS DO PÚBLICO, 02/09/1936, p. 5).

A empresa com a fuligem de sua usina teria “desmoralizado o valor dos prédios nas redondezas da usina”, constituindo “ameaça a saúde das crianças, que absorvem o ar pestilento daquela fumarada”. Além disso, a população sem “ânimo prevenido contra a empresa”, pagaria pelo preço do quilowatt “um preço pouco... amigo”. O assunto, que já teria aparecido na imprensa, teria se acalmado, revivendo, contudo, quando “as chaminés activaram as cinzas e a cratera começou a expelir de novo, desesperadamente, a fuligem assustadora” (QUEIXAS DO POVO, 12/02/1936, p. 5).

Além da fuligem, a Carris, empresa irmã da CEERG, teria “esburacado as ruas da cidade”, destruindo o calçamento que a municipalidade havia realizado. Relacionando o problema da CEERG com o da Carris, o Correio do Povo indicou que “o lema da Carris, ‘filhote’ da Energia, é ‘servimo-lo com prazer’”, o que seria irônico quando empregado por quem “tão abertamente descara dos interesses do povo e sobre elle derrama uma chuva negra de fuligem, já abrindo-lhe ao passo incauto a armadilha de um buraco que, a noite nem sequer uma pequena luz apresentam, para que se evitem desastres de autos e de pedestres” (EXCESSOS DE ENERGIA, 11/03/1936, p. 5).

Mas é interessante destacar que o problema mais aflitivo para a população, que se expressou nas *Queixas ao Público*, foi o dos bondes. Em uma carta ao redator do jornal, “um portoalegrense”, desse modo assinado, disse que “Porto Alegre se expande, cresce, a sua população, e os bondes da Carris, sem comboios, tornam-se cada vez mais insuficientes”. Sobre os horários de maior lotação, questionou o porquê de a empresa não colocar ônibus em circulação, como ocorreria nos grandes centros (QUEIXAS DO PÚBLICO, 19/06/1938, p. 17).

Uma das críticas feitas à empresa, assinada por “Y”, mostrou uma exaustão de um consumidor com relação ao serviço. Ele teria comprado uma bicicleta a prestações, mas, respondendo ao apelo de vários consumidores, no “interesse colectivo”, falou sobre a “crise dos transportes”, “que complica-se dia a dia, de maneira assustadora”. “Já é cacete dizer-se que os bondes andam superlotados, por que isso está no domínio de todo mundo”. Segundo “Y”, era “ridículo verberar o privilégio da Carris”. E a “Paciência”, esta não teria abandonado “o pobre mortal desta mui leal e alegre cidade. Si a paciência se for, teremos suicídio em massa!”. “Y” pediu paciência aos consumidores, pois previa o

encerramento do contrato da Carris em poucos anos, de modo que “antes que sejaes velhos, cansados e alquebrados, podereis, acredito, andar de bondes, sentados, comodamente”. E ia mais no aconselhamento de paciência:

Aguenta a mão! Supportae os encontrões, o contínuo vae e vem do Fiscal nos corredores a roçar-se em todos: as pretas com as trouxas de roupa; os attrictos entre passageiros malcriados e os cobradores, peores que eles; o atropete na plataforma pelos soldados e empregados da Cia., que disputam o melhor logar aos que pagam passagem; tudo isto acabará, apenas alguns annos mais de paciência, tudo se irá. É verdade que, até lá, muita gente acaba falando sozinho... mas não precisa de bonde (QUEIXAS DO PÚBLICO, 25/10/1938, p. 11).

Em Niterói, no Rio de Janeiro, entretanto, as relações entre os dirigentes da CBEE foram fortes com o longevo O Fluminense. Se, por um lado, a Companhia pecava por deficiências nos seus serviços, que eram os de eletricidade em Niterói, por outro lado, havia uma inserção decidida do diretor da empresa nas relações sociais da cidade, a partir de ações filantrópicas e homenagens mútuas com o jornal O Fluminense. E isso é perceptível em várias notas sociais publicadas no jornal. Contudo, vale destacar que os serviços da Companhia em Niterói não englobavam o serviço de transportes, como foi nas outras cidades.

Em 1936, foi publicado em O Fluminense um ofício enviado ao diretor da Companhia, João Noronha Santos, agradecendo a colaboração no programa traçado pela prefeitura para os “folgedos carnavalescos”, que “foi a mais perfeita e eficiente”. Desse modo, o jornal apresentou os agradecimentos da municipalidade “e o mais sincero louvor pelo brilhantismo com que se houve a Companhia, nada poupando para o êxito do empreendimento” (E’COS DO CARNAVAL, 04/03/1936, p. 1).

A CBEE, por meio de seu gerente, realizava ações filantrópicas, assim como disponibilizava o prédio da Companhia para a realização de eventos sociais de Niterói. Para uma comunidade literária recreativa, chamada “Minha embaixada”, a Companhia ofereceu refletores para o local da reunião, a sede da Sociedade dos Trabalhadores em Jardins (FEIRA DE ALEGRIAS, 05/11/1936, p. 1). A CBEE também ofereceu “vantagens” para a aquisição de um rádio para o “Asylo da Velhice Desamparada” e um “donativo de 300\$000 réis”, tendo recebido agradecimentos públicos do ex-secretário da Prefeitura Municipal, Stephane Vannier (RÁDIO PARA O ASYLO, 17/12/1936, p. 1).

No prédio da CBEE, foi feita “a exposição dos trabalhos escolares de Geografia e Cartographia”, dos alunos do Colégio Salesiano (ALUMNOS SALESIANOS.

05/09/1937, p. 1). Na vitrine da Companhia Brasileira, também foi exposto um “quadro de formatura dos Professores que terminaram, em 1937, o curso do Lyceu de Humanidades ‘Nilo Peçanha’ e Escola Normal” (QUADRO DE FORMATURA, 18/01/1938, p.1). Nas atividades religiosas, o diretor da concessionária de eletricidade teve relevância, sendo um dos paraninfos de Santa Edwiges, a “padroeira dos funcionários municipais” e “proctetora dos que luctam para salvar compromissos” (GRANDE FESTA DA PADROEIRA, 14/10/1938, p. 1).

No jornal, os aniversários do gerente não passavam sem homenagens, como aquele de 1939, em que o “operoso e estimado” aniversariante as recebeu com o reconhecimento de seus feitos. Segundo a nota, “O nataliciante que gosa de real prestígio em todas as camadas sociais, é muito estimado por todos os funcionários e empregados da empresa que com tanto brilhantismo vem dirigindo”. Teve ressaltado o “espírito filantropico, que é reconhecido por todos os dirigentes das instituições de caridade”, que estava criando “um grande círculos de amigos e admiradores, motivo porque o dia de hoje, será de intenso jubilo”, para ele e sua família, assim como para “todos aquelles que acompanha sua preciosa actuação, dedicada ao bem colectivo” (DR. JOÃO NORONHA SANTOS, 28/04/1939, p. 1).

Enquanto o jornal homenageava a pessoa de João Noronha, noticiava problemas em torno dos serviços da Companhia, especialmente sobre as deficiências do fornecimento de luz e força e sobre os aumentos de tarifas. Em uma nota, moradores de uma das ruas de Niterói reclamaram “contra a falta de força da iluminação”, que estaria fazendo com que os rádios não pudessem funcionar. À direção da Companhia foi endereçado um apelo de “providência imediata” (ILLUMINAÇÃO PÚBLICA FRACA, 15/03/1936, p. 1).

Uma outra matéria, intitulada de “Relaxamento”, reclamou das “irregularidades da opulenta Companhia Brasileira de Energia Elétrica”, que “são tamanhas que às vezes nos faltam até adjetivos para as qualificar”. Mas, o interessante foi a forma como a matéria separou o gerente da Companhia da imagem da própria empresa. O “relaxamento” seria de “subalternos” que, na ausência do diretor, que não morava na cidade, abusariam e procurariam “demoralizar a empresa” (RELAXAMENTO!, 10/09/1936, p. 1).

Por outro lado, um colunista repetiu várias matérias em torno dos aumentos de tarifas da empresa. Elias Cabral murmurava “nos bastidores que a política administrativa que a Companhia Brasileira está novamente tecendo os pausinhos para obter na reforma do

contracto um aumento no preço do kilowatt”. Segundo o colunista, “a pretensão” existia desde 1930, quando a “poderosa empresa” estava se apoderando de “todas as outras existentes no estado, fornecedoras e energia elétrica”. “O plano já se vê monumental, mas o sacrificado é o povo”. (PARA ONDE VAMOS?, 19/01/1937, p. 1).

Em 1939, a CBEE, apesar de pleitear um aumento de tarifas, João Noronha noticiou que a cidade sofreria um problema energético, pois a Light, que fornecia à Companhia Brasileira um reforço, deixou de fazê-lo, ameaçando a paralização das indústrias das regiões atendidas pela Concessionária: Niterói, Petrópolis, São Gonçalo e Magé (AMEAÇADOS DE PARALYZAÇÃO, 12/05/1939, p. 1). O diretor da Companhia reconheceu que a Light havia retirado o reforço que vinha emprestando à empresa, mas, complementou dizendo que não haveria suspensão do fornecimento de energia elétrica. “Porém, pela estiagem poderiam ocorrer irregularidades do fornecimento da energia de alta tensão para algumas indústrias” (AMEAÇADOS DE PARALYZAÇÃO, 13/05/1939, p. 1).

A participação social do diretor da empresa foi, porém, mais marcante nas páginas de O Fluminense. Sobre o Rotary Club, “pujante organização que reúne em seu seio os mais destacados elementos da nossa sociedade”, salientou o jornal, João Noronha faria “uma interessante conferência”, na sede da Associação Comercial de Niterói, na semana de comemoração da instituição. No dia 25 de fevereiro, o diretor da CBEE ofereceria uma “Feijoada Rotaryana”, que seria servida aos “camaradas às 13 horas no Restaurante Lido, no Sacco de São Francisco” (SEMANA DO ROTARY, 20/02/1940, p. 1).

Em seu aniversário, no ano de 1940, João Noronha foi adjetivado como uma pessoa de “boníssimo coração, pois incorre monetariamente para inúmeras instituições de caridade desta cidade e do município de São Gonçalo”, sendo um “cavalheiro muito estimado, não só pelos auxiliares da empresa, que há vários anos dirige, vem como em todas as camadas sociais” (DR. JOÃO NORONHA SANTOS, 28/04/1940, p. 1). Desde movimentos religiosos, estudantis, políticos, carnavalescos e sociais, a presença do diretor da CCEE e a deferência obtida junto aos mais distintos círculos sociais se mostraram um verdadeiro poder de inserção social do diretor da empresa de energia elétrica de Niterói, Petrópolis e São Gonçalo.

Em 1942, ano do falecimento do diretor da CBEE, o prefeito municipal, Brandão Júnior, quis mesmo “dar o seu nome a uma das praças da cidade”. “O dr. Noronha Santos, que

era diretor da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, prestou reais serviços à capital fluminense, tornando-se por isso merecedor da homenagem” (PRAÇA NORONHA SANTOS, 05/02/1942, p. 1). Em uma sessão das Câmaras Reunidas do Tribunal de Apelação, o desembargador Athayde Parreiras mandou consignar em ata um voto de “profundíssimo pesar pelo passamento do notável engenheiro Dr. João Noronha Santos”. Ele teria sido um “brasileiro digno sobre todos os títulos, cidadão presente e de elevado sentimento altruísta”. “As sociedades de Beneficência atestam de realce a sua ação sempre dedicada a minorar o sofrimento humano e outras sociedades de cultura e esporte, por sua vez, tiveram o concurso de sua atividade sempre proveitosa” (O FLUMINENSE, 06/02/1942, p. 1).

A Companhia Brasileira de Energia Elétrica, por toda a década de 1940, foi retratada como um centro de sociabilidade na cidade, pois a sua vitrine expunha vários eventos, como: a exposição de trabalhos gráficos referentes ao Estado Nacional, do Segundo Congresso de Brasilidade (SEGUNDO CONGRESSO, 30/10/1942, p.1); a Campanha de Solidariedade, de doação de livros infantis, organizada pela Biblioteca Infantil do educandário Vista Alegre e exposta nas vitrines da Companhia Brasileira (A PIRÂMIDE DO LIVRO INFANTIL, 11/10/1947, p. 1); e a Vitrine da Solidariedade, em que a vitrine da empresa se tornou local de exposição dos presentes e doações recebidos para a Sociedade Fluminense de Assistência aos Lázarus (A VITRINE DA SOLIDARIEDADE, 09/12/1949, p. 1). Isso demonstra o esforço da empresa em estar presente em eventos sociais que dessem relevância à sua imagem pública.

Em Vitória, no Espírito Santo, a CCBFE procurou participar ativamente das atividades sociais e culturais regionais, a exemplo do Carnaval, em que o “Mr. Kilowatt”, representante da Central Brasileira, teria aberto o “score” de prêmios para os desfiles de Carnaval com a doação de uma caneta Parker Gigante (C.C.B.F.E., 16/01/1940, p. 5).

No entanto, os problemas nos serviços de transportes e/ou eletricidade também já apareciam em Vitória, no período da Guerra, como ocorreu em Curitiba, em Porto Alegre e em Niterói. Junto à questão dos bondes, a deficiência de iluminação foi apresentada entre os anos 1940 e 1945. Em uma matéria, foi exposta uma situação em que a Companhia teria deixado os moradores de Vitória, “há cerca de um ano”, com faltas de energia elétrica das 18 às 22 horas, momento em que os consumidores podiam ouvir rádio ou acender lamparinas. Em resposta à crítica dos moradores de Santa Lúcia, A Gazeta respondia ter “certeza” de que seriam tomadas providências da empresa para a solução

do problema, indicando que “a direção da C.C.B.F.E. não poupa esforços quando se trata de bem servir à população” (FALTA LUZ EM SANTA LÚCIA, 04/01/1941, p. 7).

Já sobre o serviço de bondes, Arildo Soares, diretor da CCBFE, concedeu entrevista explicando “sobre a difícil situação do serviço de bondes”. Em 1944, o diretor da empresa apresentou o argumento de que a Guerra havia dificultado a compra de peças para reposição do material rodante e dos carros. Acompanhado da reportagem, numa oficina instalada na Rua 7, mostrou o “grande esforço feito para reparos”, pedindo à população compreensão para os “esforços e sacrifícios” empregados pela Companhia. Para tal apelo, o diretor utilizou uma frase de Vargas, de que os brasileiros deveriam agir “com paciência e espírito de renúncia as restrições, os sacrifícios e incômodos” impostos pela Guerra (OS BONDES, 11/01/1944, p. 2). Mas, se os serviços da empresa ficavam degradados, sua ação social de inserção em eventos culturais seguia estrategicamente.

Em Natal, Rio Grande do Norte, o jornal de matriz católica A Ordem foi a fonte de acesso às relações estabelecidas entre a gerência da CFLNB e a sociedade local, seguindo também a tendência de problemas nos serviços de bondes com o esforço empresarial de inserção social. No final do ano de 1936, por exemplo, o gerente J.W. Brown colocou à disposição da Escola dos Gazeteiros um ônibus da Força e Luz para que os estudantes visitassem autoridades e a imprensa local (COMO FOI ENCERRADO O PRIMEIRO ANO LETIVO, 22/12/1936, p. 1). Para o Orfanato João Maria, a concessionária dos serviços de transportes, luz e força “mandou fazer gratuitamente todas as instalações da festa, pondo ainda à disposição das creanças órfãs quatro bondes para um passeio na cidade” (ORPHANATO PE. JOÃO MARIA, 27/12/1936, p. 1). A “Paschoa dos pobres”, realizada pelo “Dispensário Symphronio Barreto” contou com a oferta da empresa de “dois bondes especiais”, presente ao qual as irmãs de caridade agradeceram por meio de A Ordem (PASCHOA DOS POBRES, 23/06/1937, p. 4).

Muitas vezes, a CFLNB forneceu transportes para eventos religiosos e sociais, como um regalo para a população natalense. Porém, os serviços do dia a dia encontravam problemas na necessidade da sua continuidade. Em uma nota sobre a falta de bondes para estudantes da Escola Normal, no bairro Tyrol, o fluxo de alunas pela manhã e tarde careceu de mais do que o único bonde disponível para tal clientela. Depois que o bonde passava pelo ponto, demorava “um tempo infundável para tornar a voltar”, “maior ainda do que nas outras horas [depois das 11], tirando a vontade de esperar a criatura mais paciente”. A solução, indicou a nota do jornal, era a colocação de mais bondes para os bairros de Natal,

que estava crescendo e se desenvolvendo. Desse modo, a “sua população reclama com justiça um melhor serviço de transportes” (BONDES PARA NORMALISTAS, 24/03/1937, p. 1).

Sobre isso, o chefe do tráfego da CFLNB declarou à imprensa que a Concessionária estava “cogitando de melhorar os serviços de bondes da capital, já tendo encomendado os trilhos necessários para a duplicação” de algumas linhas da cidade (OS SERVIÇOS DE BONDES DA CAPITAL, 28/03/1937, p. 1). Entretanto, um ano depois, as mesmas reclamações foram registradas na coluna *As Queixas do Povo*, especificando os problemas do Tyrol, local da Escola Normal (AS QUEIXAS DO POVO, 05/05/1938, p. 4).

Quanto a uma praia de veraneio, Praia de Areia Preta, as reclamações foram feitas por meio de A Ordem, sobre a falta de transportes para os turistas. A CFLNB não teria ônibus para o percurso que levava àquela praia, sendo que o único existente estava no conserto. Urgia, portanto, da gerência da empresa, uma providência, “pois os veranistas não podem ficar sem transportes” (ÔNIBUS PARA AREIA PRETA, 10/11/1938, p. 1). Desse modo, se os agrados dados à população por parte da empresa em eventos eram os transportes e a iluminação especial, os problemas do cotidiano eram relativos à falta de bondes e ônibus que deveriam ser disponibilizados pela Companhia.

A década de 1940 trouxe esses problemas, que foram se intensificando pouco a pouco, especialmente após o término da Guerra. Seguindo a tendência de outras amostras, é notável que, no quinquênio 1940-1944, as reclamações sobre energia elétrica apareceram com maior frequência, mais especificamente aquelas relativas à falta de expansão dos serviços para bairros da cidade.

Em uma matéria, publicada ainda no período de guerra, foi feito “um apelo à Cia. Força e Luz” no sentido de prover bairros com eletricidade. Isso porque as “dificuldades para a aquisição do querosene e o seu preço tornam dia a dia mais difícil a vida do pobre”, e, segundo a matéria, “estava provado que, hoje, está mais barato o consumo da energia elétrica do que o de querosene”. A morosidade das instalações elétricas nas casas dos mais pobres se daria pelo fato de os custos de instalação serem altos, tornando “por demais onerosa a iniciativa”. Para a resolução desse problema, foi reivindicada uma campanha para instalações elétricas, com redução de taxas e dispensa de outras (LUZ ELÉTRICA PARA OS POBRES, 20/01/1943, p. 1).

No serviço de transportes, a CFLNB chegou a entrar em entendimentos com o Governo do Estado para permitir “confiar a terceiros o desempenho de tal serviço, nos moldes que melhor atendam ao interesse público”. Isso feito após a Companhia ter se confessado “desaparelhada, no momento, para inaugurar um serviço de transportes por meio de ônibus”, renunciando, assim, ao privilégio do contrato do monopólio dos serviços de transportes (TRANSPORTES COLETIVOS EM NATAL, 08/11/1943, p. 1).

Curiosamente, essas deficiências de serviços já contratados contrastaram com o amplo anúncio de que, em 31 de agosto de 1943, a CFLNB teria investido no “serviço moderno de telefones automáticos, com capacidade eventual de 1.000 linhas, a fim de substituir o antiquado sistema de telefones manuais, cuja capacidade era apenas de 400 linhas”. Com o custo estimado em dois milhões de cruzeiros, e aporte da Cia. Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, a CFLNB justificou em relatório que os transportes teriam uma “situação financeira precária” por conta dos longos percursos sob um regime de baixas tarifas, que se somava ao aumento dos custos com pessoal e material (RELATÓRIO DA DIRETORIA, 14/07/1944, p. 11).

Essa atitude verificada em Natal, de a empresa renunciar à exclusividade do serviço de transportes por apresentá-lo como deficitário, ocorreu em outras cidades atendidas por suas empresas irmãs, com maior ou menor entusiasmo. Natal foi o primeiro caso em que isso ocorreu. Logo em seguida, Curitiba permitiu a abertura de concorrência à CFLP, mas a Companhia lutou contra a medida do governo, solicitando o monopólio ao mesmo tempo em que tentava passar o acervo da empresa para a prefeitura. No Rio Grande do Sul, a CEERG passou o seu serviço de bondes para a prefeitura em 1954, e, em Vitória, os serviços de bondes foram extintos quando a Central Brasileira não era mais propriedade da AMFORP. A diversidade de situações, contudo, indica uma tendência, que é o abandono do serviço de bondes antes daqueles de telefones e de eletricidade.

Por fim, o caso de Recife, em Pernambuco, demonstra a única reação negativa explícita à ação dos gerentes das seis amostras, no caso, os da Pernambuco Tramways. Diferente dos jornais das outras cidades elencadas nessa pesquisa, o Jornal Pequeno noticiou com um tom crítico contra a empresa, já em 1935, acusando as formas de inserção da diretoria da multinacional em assuntos regionais, como o Carnaval, para obter benefícios em seus serviços. Isso comprova as ações das subsidiárias da AMFORP de adentrar nos círculos sociais e culturais das regiões onde atuava. Mas a hostilidade já era forte contra a Companhia, acusada de não abrir a sua contabilidade ao público, para demonstrar os seus

números. O que aproximou Recife das outras amostras no período de 1936 a 1939 foram os problemas com o serviço de bondes, muito criticado pelos colunistas do diário.

Em 1935, a coluna *Ontem, Hoje e Amanhã*, escrita por Mário Melo, foi o primeiro indicativo dessa relação conturbada. Um leitor do Jornal Pequeno teria enviado à edição uma crítica ao jornalista, referente aos seus textos sobre a Pernambuco Tramways. Mário Melo reproduziu as críticas para rebatê-las. Segundo o leitor, o jornalista teria “se deixado embromar pelas lábias dos poderosos da Tramways, companhia estrangeira e que não mede despesas quando se trata de atrair sob seu rebanho as ovelhas tresmalhadas”. A concessionária dos serviços de bondes e eletricidade teria sondado o terreno, percebendo o quanto o povo “é dado as questões carnavalescas” e, “Eureka!”, “a Tramways descobriu o nosso fraco...”. Ao atuar na Federação Carnavalesca, segundo o missivista, a empresa ia, “de mansinho, cuidando do seu interesse imediato, horário de bondes, leis de privilégio, inovações do contrato, etc”, enquanto a imprensa estaria calada, em prejuízo dos interesses do povo (MELO, 15/01/1935, p. 1-4).

O leitor ainda advertiu o colunista sobre “as inovações da poderosa empresa”, questionando o porquê de ela gastar tanto dinheiro no Carnaval. “Todas as noites na sede da Federação a farra domina! Dá-se dinheiro, automóveis, jantares, etc, etc. Qual o fim de tudo isso?”. “Enquanto o pau vai e vem, a Tramways vae-se infiltrando, e você meu caro Mário (que pena!!), vai perdendo a confiança dos que lhe admiram – um leitor assíduo”. O colunista respondeu dizendo que não se via como “mercadoria de tão baixa qualidade”, afirmando combater a qualquer um que merecesse, mas sem fazer “campanha sistemática” contra a Tramways ou qualquer empresa (MELO, 15/01/1935, p. 1-4).

Outra pessoa enviou uma carta ao Jornal Pequeno, que foi publicada como *Carta Aberta* ao gerente da Pernambuco Tramways, também presidente da Federação Carnavalesca. Rememorando a passagem de outros gerentes pela empresa, J. Meneses escreveu ao então chefe da companhia, M. Fisch, criticando o fato de ele ter tomado um “rumo diversos dos seus antecessores, preferindo a ação aristocrática ao gesto democrático” (CARTA ABERTA, 21/02/1935, p. 3).

Além de monopolizar a direção da Federação Carnavalesca, o gerente teria cometido algum deslize, desconhecendo a cultura do Maracatú, o que não passou ileso à crítica do missivista, que afirmou que o Mr. Fisch, caso fosse levado à presidência honorária do Maracatú, deveria ele saber que era “uma dança que lembra costumes africanos, realizada

nos nossos arrabaldes”. Ocorreu algum evento que a carta não explica, no qual o gerente da Tramways foi perguntado sobre a dança e, sem saber o que era ou sabendo e não gostando, teria dito: “Oh! Não! Maracatú, não!” (CARTA ABERTA, 21/02/1935, p. 3).

Esses documentos mostram a insatisfação de algumas pessoas com a inserção estrangeira em assuntos regionais, através da atuação institucional do gerente da Tramways na Federação Carnavalesca. Fornecedora dos serviços de transportes, gás e eletricidade, a empresa ofertava ao público alguns motivos para críticas, do mesmo modo que ocorreu nas demais amostras dessa pesquisa. Segundo a opinião expressa pelo Jornal Pequeno,

O péssimo serviço da “Tramways – péssimo serviço em todos os seus departamentos – podem fornecer assumpto variado para o “fait divers” dos jornais. O serviço de tráfego é inqualificável: sem nenhum senso de direção, sem elementos capazes, com material completamente velho e imprestável. São comuns os desastres ocasionados pelos bonds e os maus serviços da “Tramways”. Isto devido à desorganização que reina nos diversos departamentos da poderosa empreza estrangeira (OS MAUS SERVIÇOS DA “PERNAMBUCO TRAMWAYS”, 13/05/1935, p. 3).

Assim, o Jornal Pequeno cobrou da direção da Tramways, para que ela compreendesse que “seria mais profícuo aos próprios interesses dos acionistas da Cia. cuidar de torná-la eficiente e sympathizada do público, que descurar os serviços a ponto de constituir uma terrível e perene ameaça à vida da população” (OS MAUS SERVIÇOS DA “PERNAMBUCO TRAMWAYS”, 13/05/1935, p. 3).

Para cobrar tarifas mais elevadas por um serviço criticado, a Tramways estaria, segundo o Jornal Pequeno, “jogando com o nome do seu honrado operariado”, pleiteando um aumento de tarifas, tendo como justificativa o aumento de salários dos seus empregados. Os trabalhadores dos transportes haviam feito uma greve em fevereiro, para majoração salarial, e estavam se preparando para enviar um memorial ao governo do Estado, pedindo o que a empresa queria: aumento de tarifas para o aumento de seus salários. Segundo o Jornal Pequeno, a Tramways, “não tendo coragem de pleitar de frente a medida odiosa, joga com o nome do seu honrado operariado, offerecendo-lhe mundos e fundos, caso o governo os attenda. É uma teia perigosa de intrigas o que a ‘Tramways’ quer fazer”, citando que, caso o governo negasse, a empresa teria a justificativa para não aumentar os salários e que, quando os operários se organizaram para reclamar o aumento, sofreram com uma demissão em massa (“PERNAMBUCO TRAMWAYS”, 21/05/1935, p. 1).

Em Pernambuco, o interventor Agamenon Magalhães ofertou alguma resistência às ações da Pernambuco Tramways, aplicando multas à Companhia para cada linha paralisada ou

prejuízo causado ao público consumidor, ameaçando mesmo de rescindir o contrato com a empresa (GOVERNO DO ESTADO INTIMOU, 04/01/1938, p. 3). A crítica se fortaleceu pelo fato de a Tramways não abrir a sua contabilidade. Atuando na mesma região, a Great Western teria publicado um balanço de suas contas, mostrando um “déficit vultuoso”, justificando, assim, a prestação, “em geral”, de um serviço “péssimo” e com imensas reclamações. A Great, segundo o Jornal Pequeno, pelo menos teria feito a “cortesia” de informar o povo pernambucano sobre as suas contas, servindo até com melhorias, como a redução do preço das passagens e a construção de estações (O EXEMPLO DA “GREAT WESTERN”, 29/07/1938, p. 1).

A Tramways, por sua vez, em nada seguiria esse exemplo, fazendo o contrário, pois “não há nada do mundo que faça os ‘gringos’ abrirem os seus escritórios – que diacho haverá lá dentro? – para uma verificação na escripta da Companhia”. “Dizem que estão pobres, que a Companhia não dá lucro. É uma choradeira vergonhosa de judeu, de ‘gringos’ da prestação”. Segundo a matéria, o gerente da empresa pleiteava “aumentos absurdos”, abusando da “paciência coletiva com um péssimo serviço de transportes”, tendo ainda, segundo o jornal, “a coragem de pagar para o seu retrato sahir nos jornaes como bem-feitor da Federação Carnavalesca” (O EXEMPLO DA “GREAT WESTERN”, 29/07/1938, p. 1).

Novamente, apareceu no discurso do Jornal Pequeno a figura do gerente da Tramways tentando se apresentar como “bem-feitor” da Federação Carnavalesca, recebendo, por isso, críticas. Mais do que isso, ele, “tentando tapear o operariado”, “gastaria dinheiro com coisas ‘inócuas’, como campos de football, balneários, piscinas”, e “acima de tudo” para “escorchar” mais ainda a população com aumentos nas contas de luz, passagens e telefones. Em detrimento ao que era feito no Brasil, nos EUA, “o Grande Roosevelt fez esbarrar, com pulso forte, o avanço dos tubarões da ‘Electric Bond and Share’, limitando preços, tarifas, reduzindo as horas de trabalho do operariado” (O EXEMPLO DA “GREAT WESTERN”, 29/07/1938, p. 1).

Esse discurso encontrado em Pernambuco dista dos demais da amostra, pois, já na década de 1930, em plena ditadura, acusava a Companhia de abusar da legislação, vinculando a imagem da empresa à Bond and Share, assim como reverenciando a intervenção estatal estadunidense na regulação do setor elétrico dos EUA. Além disso, foram destacadas as ações do gerente da empresa na localidade, indicando esforços para criar uma imagem pública de integração à cultura e à sociedade locais.

Mesmo assim, com as críticas do Jornal Pequeno e as multas aplicadas por Agamenon Magalhães, a Tramways continuava “a ser a ‘quota de sacrifício’ de Recife”, segundo o Jornal Pequeno, ninguém sabendo explicar “o porque dessa má vontade da alta administração da poderosa empresa para com os moradores da mais popular e concorrida praia de banhos da nossa capital”, Boa Viagem (OS PÉSSIMOS SERVIÇOS DA “TRAMWAYS”, 17/09/1938, p. 2; A FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, 07/10/1938, p. 2).

A situação não se alterou por anos, e, em 1943, foram publicadas matérias retratando a situação deficitária dos serviços de transportes da Tramways, assim como a aplicação de multas pela interventoria. Na coluna de Mário Melo, *Ontem, Hoje e Amanhã*, ele recebeu uma carta de outro leitor, que considerava o colunista “o remédio para os males sem remédio”. Nessa carta, o cidadão disse que era “cada vez mais angustiante a situação daqueles que não podem dispensar os serviços da Pernambuco Tramways. Ora a falta de energia, ora a falta de pessoal, ora a deficiência do material, finalmente, mil e uma dificuldades tramam contra os passageiros”. Além dos problemas citados, os “desarranjos” entre funcionários da empresa e passageiros geravam “uma sistemática e refinada estupidez” (MELO, 31/05/1943, p. 1-4).

Com relação às multas impostas à Companhia, a Diretoria dos Serviços Contratados à Tramways comunicou que, no mês de junho de 1943, “foram impostos, por irregularidades no tráfego e supressão de 760 viagens, além da tolerância contratual, multas no valor total de Cr\$ 229.900,00”, sendo as de iluminação “Cr\$ 994,70”, e de telefones “Cr\$ 300,00” (MULTAS IMPOSTAS À PERNAMBUCO TRAMWAYS, 12/07/1943, p. 4).

Assim, tanto os jornais que apoiaram e tiveram relações próximas com as diretorias da subsidiária local da AMFORP, quanto aqueles que eram críticos à Concessionária, deixam indícios do esforço empresarial de se inserir na sociedade local para criar vínculos e assegurar os investimentos dos seus acionistas. E isso passa pelo que Paula Joelsons (2014) indicou existir no Rio Grande do Sul: um Departamento Social da empresa, atento às notas sociais publicadas em jornais, desde natalícias até missas de sétimo dia, e com participação ativa nos eventos importantes das cidades atendidas pela empresa. Seguindo a indicação da autora, com a intensificação da crise dos serviços das subsidiárias, a imagem dos gerentes das concessionárias foi “caindo no esquecimento”, abrindo espaço

para outros anseios, como a fiscalização da empresa e o início dos debates sobre encampações.

Dessa forma, a publicidade do “Seu” Kilowatt passou a se defender de críticas feitas à suas subsidiárias em 1945, em uma atitude prevista, haja vista que os problemas em seus serviços vinham se intensificando e a empresa não tinha a pretensão de inverter grandes somas de recursos nos acervos das concessões.

Portanto, a fase de venda de produtos e serviços e a fase de guerra do “Seu” Kilowatt deram lugar à fase de defesa de críticas feitas à empresa pela sociedade e autoridades, inclusive gerando as primeiras respostas ao personagem, como representante das concessionárias.

3.3. A AMFORP na Democracia: Os contratos no Após Guerra

O ano de 1945 marcou o início da redemocratização do Brasil, com a realização de eleições presidenciais, a deposição de Vargas e o início da escrita de uma nova Constituinte. A abertura política liberou atores ladeados durante a ditadura, oposição e mesmo alguns políticos que participaram do governo a prestar opiniões mais claras, permitindo, desse modo, que temas suscitasse maior debate na imprensa.

Vale destacar a ponderação de Raphael Peixoto de Paula Marques sobre a transição da ditadura estadonovista para a democracia, sobre o quanto ela teria de mudança e de continuidade. No processo de deposição de Vargas, as eleições de 1945 foram pautadas pela Constituição de 1938 e, até que outra Carta fosse produzida, o presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra, governou com poder ilimitado, por meio de decretos lei (MARQUES, 2020).

Mas alguns dispositivos criados no governo de Vargas sobreviveram e tiveram importância para os debates sobre as ações das subsidiárias da AMFORP: O primeiro a ser destacado é o decreto nº 5.764, de 1º de agosto de 1943, em que a União assumiu o poder concedente dos contratos realizados entre as prefeituras e estados até aquele momento. O segundo é o decreto nº 7.524, de 5 de maio de 1945, em que o governo federal permitiu a majoração de tarifas de empresas de serviços públicos para o aumento vinculado de salários. E o terceiro, o decreto nº 21.936, de 12 de outubro de 1946, já no governo Dutra, que foi a permissão do governo federal para que a Companhia Luz e Força

Hulha Branca construiu um grupo gerador hidrelétrico, com a autorização da Divisão de Águas.

Entretanto, em comparação ao período anterior, marcado por críticas feitas à empresa pelos serviços deficitários e com algumas menções aos contratos, na democracia, o controle sobre os temas por parte do governo federal ou dos governadores estaduais se tornou menor, abrindo campo para diversas manifestações políticas.

Desse modo, as câmaras legislativas estaduais e municipais, os executivos estaduais e municipais, membros do judiciário, assim como o público e a imprensa, passaram a debater, em determinados momentos, o agravamento da crise dos transportes e da eletricidade, o que teve culminância nos anos de 1948 e 1949.

3.3.1. As tarifas, os salários e a deficiência dos serviços

No ano de 1945, em cumprimento à promessa de Vargas aos trabalhadores, feita no dia 1º de maio, foi assinado o decreto nº 7.524, de 5 de maio de 1945, em que foram autorizados os aumentos de tarifas em empresas de serviços públicos para o respectivo aumento de salários dos seus empregados. Esse foi o caminho encontrado pelas empresas, nos anos posteriores, para conseguir aumentos salariais, mesmo que não investissem nos serviços sob sua concessão. No momento de sua concessão, o aumento foi defendido tanto pela empresa quanto pelos trabalhadores e políticos regionais, à revelia dos problemas que os cidadãos vinham enfrentando com relação aos serviços das subsidiárias. Essa medida tinha a ver com a política estruturada por Vargas em sua ditadura.

A arquitetura do poder criada pelo governo Vargas, de constituir uma sociedade corporativa, visou, em linhas gerais, uma organização harmoniosa e sem conflitos, na qual o Estado assumiria a frente política, de conciliar os grupos sociais. Em maio de 1945, o pedido de aumento de vencimentos para os funcionários da CFLP foi um evento que pôs as engrenagens conciliatórias do Estado para funcionar, mas, também, abriu caminho para uma repetição da empresa, a ser realizada no tempo: condicionar o aumento de salários àquele de tarifas.

Desse modo, as subsidiárias da AMFORP passaram a atribuir as deficiências de seus serviços à Guerra e à necessidade de aumentar as tarifas de serviços, e encontraram, nos aumentos salariais de seus empregados, uma forma de aumentar tarifas sem investimentos. Esse foi o primeiro tema colocado para debate no Brasil de 1945.

A CFLP ficou no centro do debate público, marcado pela intensidade de publicações de O Dia. Nesse recorte, os debates sobre o aumento de tarifas para permitir majoração salarial e a transferência dos serviços de bondes da empresa para a prefeitura tomaram grande espaço na esfera pública, mobilizando as distintas correntes políticas e jurídicas a prestarem sua opinião sobre a empresa.

O Sindicato de Carris Urbanos de Curitiba buscou, após assembleia geral, contato com a direção da empresa, a fim de obter aumento salarial para o pessoal das oficinas, da via permanente, dos escritórios e do tráfego, “proposta que teve calorosa aprovação da assembleia” (AUMENTO DE VENCIMENTOS, 18/05/1945, p. 3). Os trabalhadores paranaenses estariam, como em todo o país estava a classe dos transviários, buscando a majoração dos salários, como permitido pelo decreto lei assinado por Vargas. Em entrevista prestada pelo chefe de Oficina, Zeferino de Carvalho, nem tudo dependeria da boa vontade “sempre demonstrada pelo sr. Crocker em todos os casos que lhe são encaminhados”, mas afirmou acreditar que, por ser um decreto federal, a pretensão dos trabalhadores seria aceita. Entretanto, seria necessário um aumento no preço das passagens (MELHORIA DE VIDA PARA OS EMPREGADOS, 22/05/1945, p. 3).

A repercussão em O Dia foi positiva para todos os envolvidos: Governo Federal, trabalhadores e empresa. A Força e Luz teria se apressado em executar a medida, “pois de há muito está preocupada com o aumento de salários dos seus empregados” (AUMENTO NAS PASSAGENS, 24/05/1945, p. 3), condicionando a majoração à prévia autorização dos poderes públicos ao aumento de tarifas, solicitação “a mais justa possível” (O AUMENTO DAS PASSAGENS NOS BONDES, 27/05/1945, p. 2).

Como o tema fugiu àquele dos serviços, atendo-se ao do aumento salarial, a Força e Luz foi tratada como empresa com “nobres objetivos humanitários, tal como o de aumentar os salários de seus empregados” (O AUMENTO DAS PASSAGENS NOS BONDES, 27/05/1945, p. 2). O Sindicato, por sua vez, fez um esforço de esclarecimento público defendendo os aumentos, sendo aquele salarial visto como “razoável”, demandando, “necessariamente uma majoração de preços que permitisse tal reajustamento, mas conciliando da melhor maneira os interesses da comunidade com os trabalhadores, de modo que a majoração não excedesse um limite mínimo e essencial” (SINDICATO DAS EMPRESAS, 05/06/1945, p. 3).

Para a efetivação do decreto federal, o interventor Manoel Ribas teria agido com o fito de tornar a medida realidade no estado do Paraná, ato que recebeu manifestação de gratidão dos trabalhadores por meio de comissão que visitou o palácio do governo (MANIFESTAÇÃO DE GRATIDÃO, 19/06/1945, p. 3). O clima criado por O Dia foi de harmonia para a aceitação pública da medida, assim como o Sindicato se esforçou em explicar a situação dos trabalhadores e a necessidade dos aumentos vinculados. Vale lembrar que a situação dos transportes em Curitiba era difícil há anos. Contudo, a medida se efetivou, com todo o esforço conciliatório.

Em Recife, os empregados da Pernambuco Tramways pediram publicamente aos consumidores que aceitassem a majoração das tarifas, que seriam revertidas à categoria, dentro “do mais perfeito espírito de solidariedade” (SINDICATO DOS TRABALHADORES DE CARRIS, 01/06/1945, p. 6). Ao ser entrevistado pelo Jornal do Comércio, o gerente da Tramways respondeu a algumas perguntas sobre o aumento das tarifas e a melhoria dos serviços. O Jornal Pequeno reproduziu a entrevista. Se “o serviço de bonde pelo menos será melhorado?”, o diretor D.W. Symser disse concordar “plenamente que o atual serviço de bondes deixa muito a desejar e naturalmente reconhecemos a necessidade, cada dia maior, de serem feitas reformas substanciais com reparações onerosas” (TRAMWAYS PEDE AO GOVERNO, 08/06/1945, p. 4).

O argumento utilizado para as dificuldades dos serviços da Tramways envolveu a Guerra, que gerou “dificuldades quase insuperáveis para a importação de materiais ou acessórios de procedência estrangeira”, obrigando a empresa a utilizar “materiais inadequados e consertos provisórios”. Mas mesmo a Guerra findada, a solução não viria, segundo D.W. Symser, pois o vulto das obras de reconstrução “importaria que não era fácil obter créditos ou suprimentos para um serviço de natureza deficitária como é o nosso sistema de bondes”. Com isso, o gerente reforçou a demanda da empresa de aumentar as tarifas, que não tinha mudanças “há alguns anos”. E era isso que a empresa de Pernambuco estava tentando efetivar junto ao governo estadual, com os aumentos previstos pelo decreto nº 7.524 (TRAMWAYS PEDE AO GOVERNO, 08/06/1945, p. 4).

Em Natal, o primeiro tema sobre a CFLNB na democracia seguiu o que ocorreu em todas as cidades atendidas por subsidiárias da AMFORP, que, através do decreto lei do governo federal, aumentou o preço das tarifas de serviços públicos para proporcionar aumentos salariais aos trabalhadores da companhia (AUMENTO NOS PREÇOS DAS PASSAGENS DE BONDES, 13/06/1945, p. 6).

Esse aumento, contudo, só ocorreu em 1946, com grande pressão dos trabalhadores e ameaça de greve. Em 30 de agosto de 1946, foi assinado um termo entre a CFLNB e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos de Natal, em que eram aumentados em 25% os salários dos trabalhadores, o que foi feito com “saldo de arrecadação do acréscimo das passagens de bondes e taxa de telefones, autorizado por decreto do Governo Federal” (SOLUCIONADA, AFINAL, A QUESTÃO DO AUMENTO, 30/08/1946, p. 4).

Em 1946, contudo, os serviços das subsidiárias da AMFORP ficaram ainda mais deficitários, sendo muito grave no setor de transportes e em agravamento no setor energético. Em todas as amostras, foram publicados, nos jornais, matérias e opiniões de colonistas e leitores sobre as deficiências das concessionárias de energia elétrica. Como contrapartida, a AMFORP lançou uma campanha de defesa de críticas feitas à empresa utilizando-se do argumento de que a Segunda Guerra Mundial havia gerado graves prejuízos à empresa, que teria passado a lidar com altos preços dos materiais e da mão de obra, assim como com obstáculos para a importação de materiais necessários aos seus serviços. Para tanto, pleiteou constantemente, por meio dos discursos de seus gerentes, os aumentos tarifários, e, para obtê-los, vinculou-os aos aumentos de salários dos trabalhadores. O caso do Paraná é emblemático nesse aspecto.

Em Curitiba, o jornal O Dia mudou a sua linha editorial após uma mudança de donos, o que ocorreu com vários jornais nesse período. O antigo proprietário, Abílio Monteiro, perdeu a concessão do jornal, de propriedade estadual, que passou a ser dirigido por Raul Vaz, tendo como redator chefe J. E. Erichsen Pereira, e como gerente Miguel Rosa. O jornal O Dia, então, assumiu uma linha lupionista, ou seja, de apoiador de Moysés Lupion (PSD). Raul Vaz era um dos juízes do Tribunal de Contas, o que demonstra as ligações do 33º governador do Paraná (O GOVERNO EM FACE DE UM CONTRATO, 27/12/1945, p. 1; PEREIRA, 2016).

A linha editorial do jornal O Dia mudou, então, a sua relação com a Concessionária da AMFORP. No ano de 1946, foram lançadas algumas notas de “Atividades do P.C.B.”, de reuniões das células comunistas, expondo, por exemplo, uma das pautas do partido, que era a das “companhias imperialistas estrangeiras”, a “Força e Luz, bomba sugadora do povo paranaense”. Assim, esse jornal passou a dar cobertura aos embates ocorridos entre o município e estado contra a concessionária de energia elétrica.

Os trabalhadores em Carris Urbanos de Curitiba solicitaram melhorias salariais no ano de 1947, o que ganhou repercussão na Assembleia Legislativa, e teve cobertura do jornal O Dia. Diferente do que havia ocorrido até então, com relação a uma dissociação da imagem dos gestores com a da empresa, a matéria de O Dia, em referência ao debate do plenário, definiu como “má vontade da direção da Companhia” em atender à reivindicação dos trabalhadores. Disse ainda que a Companhia, “convidada com insistência, recusou-se a enviar à assembleia dos empregados um representante para ouvi-los” (VEEMENTES PROTESTOS, 30/04/1947, p. 8).

E mais, o candidato do PSD, Pinheiro Júnior, disse em plenário que “a empresa deveria atender as aspirações daquela classe”, em “situação de penúria”, enquanto o deputado trabalhista, Júlio Rocha Xavier, fez um discurso veemente contra a “prepotência da empresa estrangeira”. Por sua vez, o deputado comunista, José Rodrigues Vieira Neto, falou em estudos de técnicos sobre a empresa, para demonstrar os “absurdos do contrato”, para que a Comissão de Constituição pudesse aparelhar o governo para combater a “prepotência da empresa”, “um polvo, um monstro que impede o nosso desenvolvimento econômico” (VEEMENTES PROTESTOS, 30/04/1947, p. 8).

Sem solução para o problema, os “pré-históricos e escassos bondes” da CFLP prosseguiram suas precárias atividades em Curitiba, e, no dia 3 de junho de 1947, numa reunião com o Governo Estadual, a empresa fez uma proposta inusitada: ofereceu à prefeitura pelo valor de um cruzeiro “todo o acervo dos serviços de bondes”, isso pelo fato de o serviço se apresentar deficitário para empresa. Com essa proposta, seriam canceladas “as obrigações da Companhia quanto os referidos transportes”, desistindo e renunciando “pura e simplesmente em favor da Prefeitura”. E, caso o contrato fosse assinado nesses termos, a empresa concederia o aumento de salários, entretanto, com a majoração tarifária de dez centavos vinculada. De início, a prefeitura aceitou a proposta da empresa, enviando um ofício ao Governo do Estado, comunicando a decisão (POR Cr\$ 1,00, 10/06/1947, p. 3). Por meio do decreto lei nº 678, o governador do Estado autorizou a recepção do acervo do serviço de bondes da empresa pela prefeitura (AUTORIZADA A COMPRAR, 11/07/1947, p. 3).

O debate, entretanto, não estava finalizado, mas iniciado. Em 31 de dezembro de 1947, na Câmara Municipal, o vereador Edwino Tempski, do PR, pediu informações à Força e Luz, por meio da Prefeitura Municipal, sobre “o não cumprimento dos quesitos

contratuais e, concomitantemente, a ineficiência dos seus serviços”, fato subscrito “pela quase totalidade das bancadas” (O CONTRATO, 31/12/1947, p. 4).

Somadas ao problema dos salários dos trabalhadores em energia elétrica e Carris, as deficiências dos serviços de bondes e dos serviços de energia elétrica entraram no debate, também verificado na Câmara de Vereadores, através da fala de Gastão Chaves, preocupado com a queda do potencial da usina de Castelhanos, “manifestando o temos pelo risco” de ter as “indústrias paralisadas por falta de energia elétrica”. Membro de uma Comissão Técnica da Câmara, Gastão Chaves indicou várias irregularidades da Companhia (APRESENTADO O RELATÓRIO, 30/05/1948, p. 4).

Nos 25 pontos irregulares destacados pela Comissão, constavam: a falta de levantamento topográfico da rede; linhas com emendas elétricas em quantidade abusiva e em desacordo com a segurança das pessoas; redes de baixa tensão sobrecarregadas e entrega de baixa voltagem; sobrecarga dos transformadores; falta de atenção às normas eletrotécnicas; falta de fiscalização da prefeitura; inclusão de material ao patrimônio da empresa pagos indevidamente pelos cidadãos; pequena potência dos geradores da Usina da Chaminé; imprevidência técnica e administrativa dos dirigentes da Cia. Força e Luz; e isenções fiscais concedidas à empresa sem contrapartida nos serviços (APRESENTADO O RELATÓRIO, 30/05/1948, p. 4).

Como conclusão, o relatório indicou que nem seria possível “sequer debater com os dirigentes da Cia. Força e Luz o cumprimento ou não cumprimento das cláusulas contratuais”, que “confirmam de forma irrefutável a seguinte verdade: A Cia. Força e Luz do Paraná esqueceu as determinações contratuais”, isso “em detrimento dos cidadãos desses municípios” (APRESENTADO O RELATÓRIO, 30/05/1948, p. 4). Para resolver os problemas, a Comissão propôs a criação de um Departamento Eletrotécnico Municipal anexo ao Departamento de Obras e Viação (D.O.V.), sendo a opção pela encampação da empresa no caso de não cumprimento das soluções das deficiências.

Sobre os transportes, apenas no final de 1948 é que a prefeitura se pronunciou definitivamente ao projeto de lei nº 144, apresentado em junho de 1947, no qual os serviços de transporte seriam transferidos à prefeitura e, por seguinte, para um novo concessionário. O prefeito Ney Lesprevot vetou o projeto, intitulando-o de “inaceitável” por “invadir atribuições do Executivo Municipal”, assim como declarou não se justificar o aumento de tarifas em transportes, lamentando o “Caso dos transportes coletivos”,

“lastimavelmente descurado pela concessionária”, empresa que se apoia em “não menos lastimável contrato assinado em 1928” (O PREFEITO NEY LESPREVOT VETOU, 23/12/1948, p. 8-3). No projeto de lei nº 144, constava: renovações contratuais feitas em minutas aprovadas pela Câmara; novos prazos para revisão de tarifa básica; e remuneração do capital feita de acordo com dispositivo constitucional. Após o recebimento do acervo, a empresa Aurélio Fressato seria a nova concessionária dos serviços de transportes.

Em matéria de esclarecimento sobre o caso, O Dia indicou que a mudança de prefeitos e de presidentes da Câmara gerou a alteração da conduta dos Executivo e Legislativo Municipal com relação ao tema. A transação entre a prefeitura, a CFLP e a Fressato estava transitando no governo do prefeito Ângelo Lopes. Foi quando o presidente da Câmara, Kracik Neto, do PTB, assumiu a prefeitura eventualmente e remeteu o caso novamente à Câmara. A posição da Câmara foi da opinião de manter a CFLP vinculada aos serviços concedidos como responsável direta. Ficou, então, acordado, “para resguardar a honorabilidade” da Casa contra uma “perniciosa Campanha de difamação”, indicar que o Prefeito abrisse concorrência para a transferência do contrato, que teria o fito de reajustamento salarial dos empregados, melhoria dos serviços e melhores condições tarifárias para a empresa (AO POVO DE CURITIBA, 23/12/1948, p. 4).

Em linhas gerais, a transferência do contrato da CFLP para a prefeitura, e desta para outra empresa, já caracterizaria o não cumprimento do contrato. Como a situação era grave, a Câmara buscou solucionar o tema aceitando a proposta da empresa, o que sofreu críticas externas, perceptíveis na justificativa de proteger a honorabilidade da Casa legislativa com a abertura de concorrência para o setor de transportes.

Quando o tema chegou à Assembleia Legislativa do Estado, com o debate já iniciado, o pessedista Alfredo Pinheiro Júnior alertou aos pares em plenário sobre o interesse da Cia. Força e Luz em “se ver livre do contrato que mantém com o município” para que as linhas de bondes fossem abolidas, poupando, assim, energia elétrica para o fornecimento residencial. Por outro lado, o candidato à concessão de transportes urbanos foi acusado de querer “escorchar o povo” com a “revisão anual de tarifas”. Em solidariedade ao deputado, o sr. Atílio Barbosa, do PSP, questionou o porquê da empresa não se preocupar “em transferir, também, o contrato de concessão de energia elétrica do município” (DISCUTIDA A QUESTÃO, 23/12/1948, p. 4).

Portanto, o debate levado a efeito nas casas legislativas interessadas indicava o não cumprimento do contrato da CFLP com o Estado, e a sobreposição dos interesses da empresa aos da coletividade. O serviço de transportes, deficitário, estava sendo abandonado pela empresa, à revelia do serviço de eletricidade. Portanto, as autoridades estavam debatendo o contrato e a fiscalização da empresa, acusando interesses egoístas da Concessionária.

Com o fito de dar uma solução imediata ao problema, o vereador Kracik Neto apresentou um projeto de lei autorizando que o executivo municipal criasse uma taxa adicional para os transportes urbanos unicamente com o fito de majorar os salários dos empregados da CFLP, sendo qualquer valor excedente a esse objetivo direcionado para a aquisição de novos veículos, não se estendendo, contudo, a taxa aos serviços de energia elétrica e luz (EM CAMINHO DA SOLUÇÃO, 26/02/1949, p. 8).

A exemplo do que aconteceu no ano de 1945, os trabalhadores, representados pelo Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário do Paraná, passaram a defender publicamente a necessidade não só do aumento dos salários, mas também das tarifas, utilizando argumentos das empresas de transportes, de que o custo dos materiais estava elevado e de que uma empresa não conseguia empréstimos de bancos sem mostrar a possibilidade de lucros. Portanto seria necessária, para o presidente do Sindicato, Mário Santos, a cobrança de “tarifas razoáveis” (EM PROL DO REAJUSTAMENTO, 08/03/1949, p. 8-3).

Assim, o Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos de Curitiba fez uma grande assembleia em sua sede, que contou com os funcionários da CFLP e com Willian Crocker, diretor da Companhia. O discurso seguiu aquele da empresa, de que os serviços de bondes seriam deficitários e que não seria possível majorar os salários sem o aumento de tarifas. Citou que o Juiz da Junta de Conciliação e Julgamento havia contratado perito contador, que tinha chegado à conclusão de que a empresa referida estaria em regime deficitário. O prefeito em exercício, Linneu do Amaral, manifestou-se dizendo que a solução “deverá ser encontrada numa fórmula justa, que atenda, ao mesmo tempo aos interesses dos trabalhadores, das empresas concessionárias e do povo” (EM PROL DO REAJUSTAMENTO, 08/03/1949, p. 8-3).

Novamente, como em 1945, a solução conciliatória entrou em vigor, contando com a chancela do sindicato, da prefeitura e da direção da CFLP, num apelo à situação dos

empregados da Companhia. Mas, para efetuar tal procedimento, as tarifas deveriam ser aumentadas. O Dia fez parte da “Campanha de Reajustamento”, explicando que existia uma “classe martirizada”, que era a dos “trabalhadores em transportes coletivos” (AMPLIA-SE A CAMPANHA, 10/03/1949, p. 8). A situação gerou críticas, como aquela do vereador Edwino Tempski ao juiz da J.C.J., acusando-o de favorecer a solução do dissídio coletivo empreendido pelos trabalhadores em termos da empresa. O juiz esclareceu o papel da J.C.J. no microfone da rádio PRB-2 (A JUSTIÇA DO TRABALHO É, 12/03/1949, p. 4).

Contudo, os trabalhadores foram acusados de “fazerem o jogo da companhia”, o que gerou a necessidade de o Sindicato contra-argumentar. O Secretário do Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos disse que “Gente que leva uma vida confortável e abundante está procurando deturpar as finalidades da nossa justa campanha, afirmando, em cada esquina, que nós estamos fazendo o jogo da Cia. Força e Luz”. O secretário disse repelir essas “insinuações pérfidas de gente rica” que pretendiam colocar o povo contra os trabalhadores. Explicou ainda que a concordância com o aumento das tarifas se baseia nas “reais necessidades e não como motivo de lucros para as empresas” (TRABALHADOR NÃO É INSTRUMENTO DA FORÇA E LUZ, 22/03/1949, p. 8).

A Campanha foi, então, ganhando corpo com a criação de uma Comissão Orientadora, pelos trabalhadores, que foi pressionada pelos mesmos ao sinal de demora nos entendimentos com as autoridades. Em um manifesto, os trabalhadores interpelaram a Comissão sobre os progressos dos “entendimentos havidos com os poderes competentes” (DECISÃO CLARA EM TORNO DO REAJUSTAMENTO, 25/03/1949, p. 8). Havia forças pressionando o debate, como os comunistas. Se o aumento de salários pleiteado era exclusivo aos transviários, assim como o aumento de tarifas ao setor de transportes, a militância comunista foi acusada de indicar a deficiência dos serviços de energia elétrica, como nos casos dos fogões elétricos, que tinham o seu uso desaconselhado pela empresa. Então, uma das lideranças da campanha pelo aumento disse que o problema do momento era dos “transportes e não da energia elétrica”, desvinculando as questões e afunilando o problema para um setor da empresa (APELAREMOS PARA TODOS, 26/03/1949, p. 8).

O vereador Kracik Neto, defensor da majoração salarial vinculada ao aumento tarifário, contudo, salientou esse fato, dizendo que:

Causa espécie o fato da Força e Luz possuir duas escritas, uma para transportes e outra para luz e força, quando a empresa é uma única, e, sendo lucrativa a

secção de energia elétrica, seria de estudar-se um modo dos lucros reverterem em benefícios dos trabalhadores de bondes, ônibus e da via permanente. Mas, essa altura, foi explicado que o Código de Águas em vigor no país determina que as empresas concessionárias do serviço de energia elétrica prestem conta rigorosa em seus balancetes semestrais ao Departamento de Águas e Energia elétrica do Ministério de Agricultura, da sua receita e da sua despesa, motivo pelo qual as escritas de energia e de transportes tem mesmo de ser separadas, praxe, aliás, adotada em todo o país, dentro de uma linha federal já estabelecida sobre a matéria (NÃO HAVERÁ GREVE, 08/04/1949, p. 8).

Contudo, a apresentação ao público seguiu a grande linha argumentativa que vinculou o aumento de salário ao de tarifas, como é visível no discurso do juiz Breno Arruda, da J.C.J., ao indicar que “o artigo 3º, do Decreto Lei 9.142, de 5 de abril de 1946” possibilitava “o aumento de tarifas para atender a concessão de aumento de salários” (NÃO HAVERÁ GREVE, 08/04/1949, p. 8).

Os trabalhadores, organizados pelo Sindicato, tinham, na figura de Dilo Oliveira Godoy, presidente da instituição, a referência na luta pelo aumento salarial. O Sindicato já havia entrado com um Dissídio Coletivo e criado uma Comissão Pró-Aumento de Salários, como o fito de pleitear junto à Justiça do Trabalho a majoração dos vencimentos (MARCHA-SE PARA A SOLUÇÃO, 15/05/1949, p. 4). É notável a ação decidida dos trabalhadores, que se organizaram em torno do sindicato para a obtenção da majoração. E a escolha foi a de seguir pelo rumo conciliatório das instituições externas à empresa.

Isso é notável, inclusive, pela rejeição que o movimento demonstrou a posições contrárias à majoração, sendo esses manifestantes chamados de “exóticos” e “demagogos”. Um vereador estaria se aproveitando da situação para “conseguir prestígio eleitoral”. Segundo o texto de O Dia, a linha desse vereador, que tentaria atrapalhar o andamento dos projetos conciliatórios, seria a “cor das vestes de Satanás. Vermelha. Linha eminentemente comunista” (O CASO DOS TRANSPORTES, 08/06/1949, p. 3).

Essa acusação estava sendo feita a vereadores da UDN aliados a uma vereadora comunista, acobertada pela legenda do PST, no caso, a edil Maria Olympio Carneiro Mochel. A situação teria sido a cobrança da UDN na Casa em fazer o Município assumir os serviços de transportes “às custas dos impostos do povo”. A cobrança de um cruzeiro único pelo material da Cia. seria uma “grande armadilha”, já que os terrenos custariam alguns milhões à prefeitura. Através da oposição à solução pautada nos aumentos salarial e tarifário, o texto acusou a trama de “conspiração udeno-comunista”, com a participação de um deputado do Partido Libertador (FIRMEMENTE DECIDIDA A SOLUCIONAR, 14/06/1949. p. 4).

Após muitos debates na Câmara dos Vereadores e vetos do prefeito, chegou-se à Lei nº 181, de 4 de julho de 1949, que autorizou o Executivo a concordar com a transferência do contrato de exploração dos serviços de transportes coletivos, existente entre o Município e a CFLP. Foram colocadas várias condições para a renovação contratual, desde o atendimento de zonas não supridas pela empresa até a devolução de valores em caso de comprovação de lucros excessivos por parte da empresa. Em parte, os artigos que demandavam revisão periódica de tarifas foram conciliados formalmente com aquelas que exigiam a melhoria dos serviços. E a transferência se daria no prazo até o fim da concessão (A QUESTÃO DOS TRANSPORTES COLETIVOS, 07/07/1949, p. 8).

Portanto, no tocante aos transportes, depois de muitas lutas jurídicas e políticas, as tarifas foram majoradas ao final do ano de 1949, com o fito de permitir o aumento de salários para os trabalhadores, reivindicação que durou cerca de três anos para ocorrer, enquanto foi permitida a transferência dos serviços de transportes através da Lei Municipal, até o fim do contrato. Assim, a CFLP alcançou, após intensos debates, o sucesso, e isso através do uso da questão trabalhista, que agitou a política curitibana. Se os salários e o custo de vida eram demandas imediatas, e a única forma apresentada pela empresa para solucionar a questão eram aumentos tarifários, nos embates legislativos, a pauta focalizada foi a necessidade de uma solução conciliatória.

Nesse ponto, é importante destacar que a deficiência dos serviços de transportes, os contratos e outros serviços perderam espaço para a questão da majoração salarial / tarifária. Assim como, em 1945, um decreto de Vargas havia subordinado o aumento de salários àquele de tarifas, e, em 1946, outro decreto havia permitido a continuidade dessa prática, em 1949, tendo a precariedade dos serviços como um pressuposto não dito, o tema permeou os debates nas diversas esferas políticas, sociais, jurídicas e institucionais, na qual prevaleceu a fórmula conciliatória entre capital, trabalho e o poder público. Entretanto, à revelia do público consumidor.

No final, a CFLP se manteve na promessa de fazer melhorias nos seus serviços, até que o serviço fosse de fato transferido para a Prefeitura, e com aumentos tarifários. Essa ação se repetiu em outras capitais, mas é importante destacar o caso de Curitiba, em que O Dia mostrou uma linha editorial alinhada ao PTB e em confronto com a aliança “udeno-comunista”, deixando visível a efetividade da fórmula conciliatória, utilizada pela empresa por anos.

3.3.2. As deficiências dos serviços e as soluções paliativas

Em outras cidades, contudo, os embates foram diferentes, e se referiram mais ao estado dos serviços das concessionárias, assim como ao não cumprimento dos contratos. Em Vitória, no Espírito Santo, o jornal A Gazeta também mudou de mãos, comprado por Elosippo Cunha, para servir de órgão de propaganda para o candidato à Presidência, Brigadeiro Eduardo Gomes. Tendo como linha editorial o liberalismo político da UDN de Eurico Rezende, A Gazeta passou a criticar de maneira ferrenha os serviços da “Central Brasileira” (FURNESS, 2017).

Nesse momento, aparece uma das figuras mais emblemáticas nos embates entre os capixabas e a CCBFE: o médico Américo de Oliveira começou a contribuir em A Gazeta, em 1946, escrevendo colunas críticas à concessionária de energia elétrica e dos serviços de transportes e telefonia. A partir de seus textos, é possível acessar parte dos problemas enfrentados pelos capixabas no dia a dia da modernidade. A sua maior série de artigos, a mais famosa, foi intitulada *Essa Central Brasileira*, que durou de 1948 até 1953.

Inicialmente, na coluna intitulada *Dois Males*, Américo de Oliveira acusou a CCBFE de ser “um verdadeiro Estado dentro do Estado”, “totalitária e absoluta”. Isso pelo fato da empresa “impedir o progresso” de Vitória. A empresa foi considerada pelo médico como “uma espécie de tumor” em que “as aderências dificultam ou impossibilitam a sua extirpação, pondo em risco o organismo que o mantém e o nutre”. A empresa, achando-se “superior a tudo e a todos”, transportava os passageiros de maneira “displicente” e “indiferente”, com carros “abarrotados de passageiros, que apinhados e agarrados uns aos outros dão o aspecto de verdadeiros enxames humanos” (OLIVEIRA, 20/07/1946, p. 3).

Na coluna *Repisando*, o médico ainda não tinha encontrado a fórmula da sua principal coluna, mas já dava os indícios de sua opinião sobre a CCBFE. Ainda em crítica ao serviço de bondes, Oliveira dizia que a Central não demonstrava “o menor interesses em servir ao povo, que lhe sustenta e tolera pachoramente os desmantelos”. Segundo ele, havia apenas o interesse de “fazer economias para não diminuir os dividendos anuais”. Os diretores, por sua vez, além dos altos salários, deveriam “receber gratificação proporcional ao rendimento”. E, por fim, esse problema seria gerado por um contrato da empresa com o Estado, que favoreceria o empreendimento privado (OLIVEIRA, 01/09/1946, p. 6).

Como resposta, o gerente da empresa, J. Willian Brown, argumentou, em entrevista concedida para A Gazeta, que a insuficiência de bondes em algumas linhas se dava pela falta de mão de obra. Conforme Brown, os trabalhadores fariam um revezamento de faltas para ganhar mais, prejudicando os serviços e as finanças da empresa. Um “trabalhador A” faltaria em um dia, permitindo que “um trabalhador B” recebesse horas suplementares na substituição do colega. Logo, no dia seguinte, o “trabalhador B” faltaria, dando a chance do “trabalhador A” receber mais com o ganho em horas suplementares previstas na CLT. Segundo o gerente, se os trabalhadores fossem pontuais, não ocorreria esse tipo de problema. Curioso é notar que, se sempre um trabalhador revezava com o outro, então os trabalhadores estariam presentes para a saída dos bondes. O gerente argumentou que quando faltavam os trabalhadores, eram dois ou três bondes que não saíam para o serviço (C.C.B.F.E., 20/10/1946, p. 1).

Mais consciente da “campanha” à qual havia aderido, Américo Oliveira foi taxativo no diagnóstico sobre a Central Brasileira em Vitória: “Não há nada que modifique sua atuação na cidade”. “A Companhia não veio aqui para contar os bezerros e sim tirar o leite”. Para resolver o problema, segue Oliveira, não adiantaria cruzar os braços “passivamente e de cócoras” suportar “extorsões”. “O contrato existente entre o Estado e a Companhia Central, praticamente não existe, porque nunca foi cumprido”. Oliveira questionou o argumento da diretoria da companhia de que a Guerra teria gerado a falta de materiais, citando a CVRD, que comprava e recebia materiais no Porto de Vitória. E cobrou: “O contrato foi assinado e deve ser cumprido”. Os serviços de transportes e a “energia elétrica”, “deficientíssima e caríssima” seriam um verdadeiro entrave para o progresso capixaba e eram esses problemas que deveriam ser resolvidos pelas autoridades (OLIVEIRA, 09/11/1946, p. 3).

As críticas contra a Central atingiram o “Seu” Kilowatt. Em uma publicação do dia 07 de dezembro, o personagem da AMFORP, por sequência, da Central Brasileira, apareceu em uma cama, tendo um “pesadelo” com as dificuldades que enfrentava: o custo dos materiais, como: isoladores, medidores, postes e fios de cobre. Sem poder comprar, o personagem não conseguiria “servir, como desejaria”, seus “amigos e consumidores”. Em resposta, Américo Oliveira escreveu, no dia 12, que teve um sonho. Em *Sonhei...*, Oliveira criou uma situação hipotética em que teria acordado em uma cidade sem a Central Brasileira. Falida, ela teria sido vendida a um empresário inglês, que teria nomeado a nova empresa como “Transportes Urbanos”, “T.U”. A Central, antes de sair de cena, teria

pagado, no sonho, os valores cobrados indevidamente dos consumidores por meio do aluguel de medidores. Porém, ele acordou do sonho com o barulho da oficina da Companhia, tão alto que “se dá a impressão de uma sucursal do inferno” (OLIVEIRA, 11/12/1946, p. 3).

O colunista Ciro Vieira da Cunha também respondeu ao “Seu” Kilowatt. Em duas colunas, Cunha disse que só ouvia falar dos problemas das barcas sem manutenção, dos bondes lotados, e dos telefones mudos. Mas teria sentido na pele os maus serviços da companhia pela falta de luz. “Mal chegava a noite, apagam-se as luzes das residências”. Sofriam os colégios, as pessoas que tinham que jantar a luz de velas, os jantares preparados pela metade, as novelas cortadas antes do fim. E com a falta de luz, “há quem tropece”, quem “meta o pé em buracos”. Mas a Central, essa responderia “publicitariamente”, com o “impagável ‘Suando a Camisa’”. “Como se a paciência do povo não estivesse cansada de suar...” (CUNHA, 11/08/1948, p. 3; 14/08/1948, p. 3). Cunha estava respondendo à publicidade lançada pela AMFORP no mês anterior, em que o “Seu” Kilowatt aparecia lutando no cabo de guerra com os salários, os materiais, os combustíveis e outras despesas, todas representadas por homens fortes disputando com o corpanzil Kilowatt. O título era exatamente “Suando a Camisa” (FURNESS, 2017, p. 142).

Em momento próximo a essas respostas, Américo Oliveira estreou sua coluna *Essa Central Brasileira...* No dia 11 de agosto de 1948, ele passou a escrever e a enumerar cada matéria, dedicada exclusivamente à Companhia concessionária dos serviços de eletricidade, transportes, barcas e telefonia em Vitória. A série foi composta por 25 artigos, publicados até 23 de janeiro de 1953. Nessa coluna, Américo Oliveira fazia acusações ao não cumprimento dos contratos e indicava os serviços deficitários no dia a dia. Uma particularidade desse autor é sempre apelar para o uso de adjetivos negativos do cristianismo, dando diversos nomes à empresa e às suas ações.

O erro inicial do Estado seria dar a “posse de um contrato amigo” para a concessionária, que teria ganho ainda um outro contrato, suplementar, “mas, apesar de toda a camaradagem, não satisfaz as respectivas cláusulas contratuais” (OLIVEIRA, 11/08/1948, p. 4). Não estender os trilhos de bondes, não aumentar o número de bondes, e não fazer a manutenção das linhas de transmissão eram as falhas da Central em cumprir as cláusulas contratuais. Além disso, a Companhia buscava empréstimos junto ao governo do Estado, “com o argumento de melhorar os seus serviços”, tentando “biscoitar” o

dinheiro do Estado, assim como roubaria os consumidores, com a cobrança de Cr\$ 0,20 centavos dos medidores (OLIVEIRA, 05/09/1948, p. 4).

A companhia, dizia Oliveira, para economizar dinheiro na área de telefonia, ao invés de comprar mais linhas, fazia comutações, sobrecarregando o sistema e as telefonistas que passaram a atender 1.200 ligações, e não as 200 iniciais, isso em linhas que já eram “material antigo, imprestável e gasto”. “E as pobres telefonistas, que, além de sobrecarregadas desumanamente de serviços, ouvem até o que o diabo enjeitou do inferno por parte dos assinantes impacientes” (OLIVEIRA, 25/09/1948, p. 3).

O Brasil, segundo Oliveira, seria um país com “80% de analfabetos e de mais ou menos 15% de pernósticos e presumidos” que “facilmente se iludiriam com as promessas de estrangeiros argutos, sabidos e espertalhões”. No Espírito Santo, “parcela desse todo que é a nossa pátria”, teria a Central Brasileira “saqueando os nossos bolsos”, “sem obedecer ao contrato, desrespeitando as assinaturas” e fazendo milhares de habitantes sofrerem. Oliveira, então, enumerou mais algumas irregularidades da empresa, além das cobranças de aluguel de medidores e das comutações de telefônicas, como: pagar o troco de passagens em passes, cobrar uma passagem inteira para percursos curtos, manter os estribos dos bondes altos para a entrada de passageiros, e reclamar a posse de estacas de pedras da estação de barcas, em prejuízo aos catraieiros, que ficavam com as de madeira (OLIVEIRA, 26/10/1948, p. 3-7).

Portanto, é possível ter um panorama das condições dos serviços da Central Brasileira por meio das colunas de Américo Oliveira: serviços de bondes deficientes, telefones sobrecarregados, serviços elétricos caros e deficientes, e tudo isso, segundo a opinião do médico, por existir um “contrato amigo” entre o Estado e uma “empresa gananciosa” (OLIVEIRA, 26/10/1948, p. 3-7).

O ano de 1948, em particular, marcou Vitória pela intensificação de um desses problemas, que foi o da eletricidade. Em uma matéria assinada por F. Eugênio de Assis, foi exposta a situação em que chegava Vitória, com a deficiência de energia elétrica. Assis citou que o problema era antigo e que a Concessionária havia assumido os serviços, sem resolvê-los. Os argumentos da empresa para aquele momento em específico seriam o da Guerra e da falta de materiais por um lado, e o da estiagem no Rio Jucu, por outro. Para tanto, a Companhia havia encomendado uma geradora diesel elétrica em Vitória, para resolver a

carência energética. “Até lá”, disse o autor, “soframos as consequências do longo tempo de espera!”. Para Assis,

Vitória cresce, Vitória progride. Vitória se estende e carece de luz por todos os lados e o “Seu” Kilowatt tem que estender suas pernas para bem servir o público e os bondes vão cada dia diminuindo a marcha, quer pela falta de força, quer pela força dos condutores em entravar a marcha, afim de dar os trocos aos recalcitrantes que dão sistematicamente cédulas de cinco cruzeiros para o pagamento de 0,30 centavos. Venha a luz... É uma doce esperança. (ASSIS, 05/11/1948, p. 3).

Mas nem todos gostaram da ideia de a Central Brasileira importar mais um motor Diesel elétrica para a Convertidora. Um documento assinado por 130 pessoas, moradores da Rua 7 de Setembro e Morro da Fonte Grande, no Centro de Vitória, foi enviado para a Câmara dos Vereadores e para a Concessionária. Os moradores reclamaram no documento de que as máquinas diesel elétricas, que deveriam funcionar apenas em caráter de emergência, tinham um “funcionamento ininterrupto”. Essas máquinas geravam “poluição sonora e ruídos”, além da “exalação de gases” e “trepidação incessante”. Desse modo, os moradores reclamaram às autoridades que não deixassem a Companhia instalar mais um motor, o que traria mais transtornos aos moradores (A GAZETA, 05/12/1948, p. 4).

No ano de 1949, completaram-se três anos desde que Américo Oliveira começou a escrever em A Gazeta sobre a Central Brasileira. No seu sétimo artigo da série *Essa Central Brasileira...*, ele resumiu a história, dizendo que três anos haviam se passado e estava “Tudo como dantes, a mesma negligência, dismantelo, desorganização e furto dos 0,20 centavos de alugueis dos contadores”. Com base em uma sentença judicial que obrigou a Companhia a pagar um aumento salarial aos seus funcionários, Américo Oliveira regozijou de “enfim aparecer um poder que contrariou os desafios e desmandos da nefasta Cia. que tanto atropela e dificulta, quando não impossibilita o progresso de Vitória e demais municípios”. Disse ainda que seria importante que prefeito e vereadores fizessem algo em prol da população “ordeira e pacífica, que tolera, sem protestos os malefícios que lhes são impostos pela C.C.B”. E indicou que sabia que “a Cia. confia bastante em seus protetores, porém”, afirmou, “que há padrinhos que também façam a desgraça de seus afilhados” (OLIVEIRA, 14/01/1949, p. 2).

A questão que se coloca é: quem eram esses padrinhos protetores da Cia.? E nesse cenário de grandes reclamações contra a Central, uma matéria, em especial, exibiu o “Seu” Kilowatt em uma situação diferente das apresentadas por alguns colunistas de A Gazeta, com outras indagações:

Seria, de fato, a Central Brasileira uma empresa tão desorganizada? Seria tão prejudicial ao Espírito Santo? Estaria ela agindo contra as determinações legais? Ou teria feito ela alguma coisa em nossa capital? A situação de seus empregados é tão calamitosa como se propala? As suas rendas são de fatos astronômicas? (A GAZETA, 23/01/1949, p. 10-5).

E, especificamente sobre o “Seu” Kilowatt, mascote da empresa, “Seria ele um símbolo de negligência ou seria, de fato, um criado em dificuldades? Os seus reclamos são justos ou não? Devemos encorajá-lo ou desprestigiá-lo quando nos garante: Preciso de sua compreensão e boa vontade” (A GAZETA, 23/01/1949, p. 10-5).

Nessa matéria, alguns indícios sobre a acusação de Américo Oliveira parecem ter respostas. A Gazeta havia passado para o domínio de Carlos Lindenberg, em 1948. O ritmo de críticas à Central não arrefeceu, apesar da mudança da linha editorial. Porém, quando a crise dos serviços alcançou maior repercussão, o próprio jornal, de uma maneira até nova, defendeu a Companhia. A resposta para todas as indagações acima foi dada pelo gerente da Companhia, J. Willian Brown. O argumento do gerente foi o de que o aumento salarial e o pagamento do descanso remunerado sem compensação nas tarifas geraram um desequilíbrio nas contas da empresa, culpando primeiro os “custos trabalhistas”. Desse modo, para melhorar os serviços, era necessário um aumento de tarifas, que, por sua vez, iria gerar uma atração de capital do mercado para a Companhia, pela sua rentabilidade. Caso não ocorresse a majoração tarifária, a situação seria desastrosa, levando ao desmonte dos serviços da empresa (A GAZETA, 23/01/1949, p. 10-5).

Após essa matéria privilegiada para a Central Brasileira, defendendo-se dos próprios colonistas que escreviam sobre os serviços da Concessionária, um fato chamou a atenção. Em uma das colunas de Américo Oliveira, ele acusou a Companhia de, quando interessada, recusar a fiscalização local por responder apenas ao Ministério da Viação, e, quando queria majorar tarifas, buscar as autoridades regionais para conseguir rapidamente o seu pleito. No final do texto, a redação de A Gazeta desautorizou a fala de Américo Oliveira, lançando uma nota em que esclarecia “não endossar conceitos de natureza alguma emitidos em trabalhos assinados por seus colaboradores” (OLIVEIRA, 12/04/1949, p. 3).

Vale destacar que o governador do Estado naquele período era Carlos Lindenberg, também proprietário de A Gazeta e a autoridade local à qual recorreu a Companhia para a obtenção de majoração salarial. O jornal A Gazeta manteve a sua linha crítica à Central, mas lançou matérias de opinião própria defendendo a Companhia, o que mostra uma

proximidade da Concessionária com o governador do Estado. Américo Oliveira, então, respondeu ao jornal A Gazeta que não havia solicitado “endosse algum” à direção, e que apenas havia pedido para que fossem publicados os seus artigos para informação da população (OLIVEIRA, 30/04/1949, p. 4; FURNESS, 2017, p. 149).

Em junho de 1949, foi anunciada, em A Gazeta, a compra da nova Diesel elétrica de 1.000 kw para produção de energia elétrica, com uma entrevista ao gerente da Companhia, J. Willian Brown. Em um texto defensivo, o gerente da Concessionária disse que “Atribuir todos os defeitos a vícios e má vontade, negligência, não nos parece nada judicioso. É preciso saber condenar”. O “operoso” gerente da Central informou que a máquina que aumentaria a produção de energia elétrica em Vitória estava a caminho dos Estados Unidos, advertindo, contudo, que o equipamento apenas iria “aliviar a situação, possibilitando sensíveis melhoras no serviço de iluminação e força”, indicando que o problema no fornecimento de energia elétrica era mundial. Brown ressaltou que o esforço de trazer a máquina diesel elétrica se fez com a “decidida cooperação prestada pelo Governo Estadual” (A GAZETA, 12/06/1949, p. 10; FURNESS, 2017, p. 150).

Posteriormente, o jornal A Gazeta manteve a sua opinião de que as empresas de serviços, por atenderem a um grande público, estariam sujeitas a “incompreensões e críticas”, e que o povo teria o direito de reclamar, exigir o fornecimento dos serviços de acordo com o que pagavam. Porém, alguns serviços seriam diferentes, por estarem sujeitos a imprevistos, “que desanimam, tanto os que oferecem quanto os que recebem”, e, levando em conta os “encargos” que a Central Brasileira vinha dispendendo em favor da coletividade, seria esta a prova de que ela “não estaria indiferente aos anseios do povo de Vitória” (A GAZETA, 30/06/1949, p. 8).

Esse pensamento, como se viu nas publicações de A Gazeta, era exceção, pois, na Assembleia Legislativa, havia sido feito um pedido de encampação da Companhia pelo deputado Fernando Duarte Rabelo, que apelava providências imediatas do governo estadual contra a “extorsão” sofrida pelo povo por parte “daquela exploradora de serviços de eletricidade” (ENCAMPAÇÃO, 13/05/1949, p. 1).

Os estudos já haviam sido feitos em 1948, à época no agravamento da crise dos serviços da Companhia. Uma Comissão especial foi formada pelos deputados Saturnino Mauro, Sebastião Marreco e Otaviano Santos, para apreciar o projeto de encampação, de nº

112/48, apresentado pelo deputado pessedista, Jefferson de Aguiar (A ENCAMPAÇÃO DA CENTRAL BRASILEIRA, 16/09/1949, p. 1).

Essa Comissão aprovou o parecer do deputado Nilton de Barros, que acusou a Companhia de não cumprir as cláusulas contratuais com “uma incorrigível obstinação”, e que “displícitemente e negligentemente” não considerava as solicitações do poder público. Como era inexistente “uma fiscalização eficiente preservadora dos interesses públicos, coletivos e particulares”, e pelo fato de a Companhia se arrogar de “privilégios estranhamente admitidos e que ensejam impunemente burlar, protelar e inatender”, o caminho indicado pelo relator para a resolução do problema era o da encampação. Naquele momento foi dada, pela Comissão Especial, autorização para a encampação da Central Brasileira pelo Executivo (A ENCAMPAÇÃO DA CENTRAL BRASILEIRA, 16/09/1949, p. 1). No entanto, o processo de encampação ficou engavetado.

A Gazeta chegou até a publicar os debates da Câmara dos Vereadores de Vitória, de 1949, em que o vereador comunista, Hermógenes Lima Fonseca, eleito pelo Partido Republicano (PR), identificou a Companhia em sua natureza multinacional, lendo os eventos ocorridos em Vitória como um procedimento comum da relação entre empresas de um país imperialista com um país colonizado. Hermógenes propôs requerimento à Casa, pedindo ao Executivo a cópia do contrato para estudo. Isso porque identificava, na natureza da crise energética capixaba, a estrutura da Central Brasileira, que seria parte do grupo financeiro estadunidense, J.P. Morgan. Esta teria criado a Electric Bond and Share, proprietária da CCBFE. Segundo o discurso de Hermógenes, na Câmara, as inversões de capital no Espírito Santo não teriam por fim o desenvolvimento regional, mas auferir lucros, persuadindo a administração pública para favorecer os interesses do empreendimento. Ao falar sobre o aumento de tarifas de bondes e energia elétrica, permitidos por autoridades condescendentes, o vereador indicou que os lucros da Central eram “intocáveis” (FONSECA, 17/07/1949, p. 6).

Em *Essa Central Brasileira XII*, Américo Oliveira indicava a evolução de suas críticas para um tom semelhante ao de Hermógenes, dizendo que “A nossa C.C.B. não se preocupa nem se interessa pela sorte de quem lhe paga e mantém. Ela só tem uma finalidade, ganhar e roubar o mais que puder e cambiar o nosso dinheiro para bem longe daqui”, acusando ainda que o óleo para as máquinas da Central vinha de “alguma das coirmãs” que formam a “pirâmide gigantesca” (OLIVEIRA, 25/08/1949, p. 4).

Enquanto colunistas e políticos identificavam, na natureza da Central Brasileira, um fator prejudicial ao progresso de Vitória, a linha do governo do Estado e do seu jornal foi a de favorecer as medidas pleiteadas pela Concessionária, absorvendo os seus argumentos da crise pós-guerra, dos encargos trabalhistas gerados pelo descanso remunerado, e da necessidade de majoração tarifária.

A questão da energia elétrica em Vitória, em 1949, foi resolvida através de um paliativo, que foi a chegada de um motor diesel elétrico, que aumentou em 1.000 kw a produção de energia elétrica na capital do Estado. Porém, a situação da energia em Vitória permaneceu crítica, sobrepondo-se, inclusive, aos outros problemas de serviços. Com isso, foi criado um grande volume de reclamações populares e usada muita tinta para os textos de colunistas, como Américo Oliveira.

No Rio Grande do Norte, os problemas dos serviços da CFLNB também eram grandes. No ano de 1946, uma *Nota do Dia* indicava a permanência do problema dos transportes: A “questão dos transportes urbanos, apesar de velha – não teve, infelizmente, a solução que o progresso da cidade e o aumento da população estão a reclamar”. Se, por um lado, as empresas privadas recém-adicionadas no serviço de transportes teriam melhorado os serviços, “a Cia. Força e Luz nada tem feito, até agora, de notável nos seus velhos bondes, que continuam circulando em número cada vez mais reduzido e em lamentável estado de conservação... e limpeza, diga-se de passagem”. A nota de A Ordem indicou, ainda, que a Guerra foi utilizada como “justificativa” para os problemas nos serviços prestados pela CFLNB, mas que, em 1946, a paz já reinava em todo o mundo, estando, contudo, os transportes em Natal de “mal a pior” (NOTA DO DIA, 14/02/1946, p. 4).

Pari passu ao problema da majoração das tarifas vinculada aos salários dos operários e às deficiências dos serviços de bondes, chegavam ao jornal A Ordem “reclamações de chefes de família” sobre pontos da cidade sem iluminação, “aproveitados para namoros pouco decorosos, quer sejam em ruas afastadas ou em pleno centro da cidade” (NOTA DO DIA, 13/09/1946, p. 4).

Além da moral e dos bons costumes, a falta de energia elétrica estava afetando também o suprimento de água da cidade de Natal, pois, dependente de bombas com acionamento elétrico, a água estava parada pelo fornecimento de energia insuficiente. A Repartição de Saneamento do Estado disse que as bombas estavam em perfeito funcionamento, mas esclareceu que não vinha sendo “fornecida a energia elétrica suficiente para movimentá-

las, em virtude de um sério desarranjo em uma das caldeiras da Companhia Força e Luz” (A POPULAÇÃO NATALENSE SOFREDO, 03/09/1947, p. 4).

Até A Ordem enfrentou problemas, acusando a falta de energia na rua em que era operada a impressão do jornal: “Sábado último, A ORDEM teve sua circulação atrasada por culpa exclusivamente da falta de energia elétrica, pois desde 13:30 até as 16 horas, ficou interrompida a energia, o que motivou esfriar o chumbo das nossas linotipos”, atrasando a composição da matéria (A CIA. FORÇA E LUZ, 07/10/1947, p. 4).

Em 1948, os serviços da CFLNB eram considerados da seguinte forma: “Ao mesmo tempo que temos satisfação de elogiar o perfeito serviço de telefones da capital, não podemos deixar de lamentar o péssimo serviço de bondes da Cia. Força e Luz, bem assim a inconstância no fornecimento de energia elétrica a determinadas zonas”. O serviço de bondes seria “um dos piores do Brasil, enquanto para os telefones da Cia. Força e Luz se esmera em cuidados”. O bonde do bairro do Tyrol, considerou a matéria, era “o mais velho e acabado que existe em condições de se movimentar em toda a Companhia. Quando em movimento, parece querer se desmanchar, tais os esteios e saltos que dá”. O que se falava sobre a falta de investimento seria que tal linha não dava lucros para a Companhia, pelo contrário, prejuízos, ficando, desse modo, o povo com dificuldades (OBRAS DA CIDADE, 08/06/1948, p. 2).

O serviço de iluminação passou a ser considerado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte. O deputado udenista José Gonçalves, “com apoio dos parlamentares presentes à sessão”, falou sobre os serviços da CFLNB, que não vinha, segundo ele, “correspondendo às suas obrigações estipuladas no contrato estabelecido no tocante ao fornecimento de eletricidade” à capital. Ainda mais, as lâmpadas da empresa pareceriam “pontas de charutos”, segundo o deputado Antônio Soares (GONÇALVES, 27/08/1948, p. 6). Dias depois, o deputado José Gonçalves pediu cópia do contrato firmado entre o Estado e a Companhia Força e Luz (GONÇALVES, 16/09/1948, p. 3).

A população de Natal recebia os argumentos da Companhia Força e Luz, mas a realidade cotidiana parecia desacreditá-la sobre tais explicações. Em *Coisas da Cidade*, o aviso de que o serviço de água ficaria comprometido pelas “falhas atualmente existentes no fornecimento da energia elétrica” gerou considerações sobre os serviços:

O fornecimento de energia elétrica, na cidade, entre determinadas horas da noite, é insuficiente para se ouvir, com perfeição, os rádios. Aqui e ali, vemos ruas às escuras, ou ao contrário, as ruas claras e as casas às escuras. Outra vez,

lá falta energia e a Rádio Poti não funciona ou sai do ar, inesperadamente. Ou senão, inesperadamente. Ou senão, os bondes para em plena marcha, e os passageiros saltam reclamando contra a Cia. Força e Luz. E assim, desde o tempo da guerra, que já vai bem distante, o natalense sofre com essa constante falta de energia elétrica (ENERGIA ELÉTRICA, 15/10/1948, p. 3).

O ano de 1949 foi marcado por instabilidades e por violência contra a empresa. Um movimento de soldados que utilizavam o serviço depredou os bondes da concessionária após terem suas passagens cobradas. Com o aumento de efetivos das tropas em Natal, seguiu em matéria, “os bondes passaram a circular com sua lotação completa” e os soldados não pagavam passagens. O próprio Destacamento Misto de Natal teria, por esse motivo, tomado medidas para que os soldados pagassem as passagens. Não se conformando com a situação, estes depredaram os bondes da Companhia, que foram recolhidos, fazendo a cidade amanhecer sem bondes em 11 de janeiro de 1949. Os soldados teriam ameaçado condutores e motorneiros e depredado os bondes (A CIDADE AMANHECEU SEM BONDES, 11/01/1949, p. 4).

No bojo desse evento, A Ordem noticiou com maior ênfase os problemas da eletricidade na cidade. Segundo o jornal, “De ontem para cá, a Cia. Força e Luz está com suas aparelhagens em péssimas condições, dada a ineficiência da energia que fornecem e a luz pública e particular”. Os jornais da cidade estariam reclamando “contra esse estado de coisas, e por sua vez”, completou, “famílias fazem coro tal a fraca voltagem que é fornecida para a iluminação de suas residências”. A empresa prometera melhorias, que estavam demorando, “e o povo não deixa de reclamar”, finalizou, “aliás com justa razão” (DEFICIÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NATAL, 12/01/1949, p. 4).

Mas o jornalista que desejasse a ““bucha” para seus assuntos de imprensa”, não teria, segundo A Ordem, “muita dificuldade em arranjar-las nesta graciosa cidade de Natal”. Os serviços da CFLNB fizeram mesmo parte do folclore natalense, como foi escrito por Moreira de Aguiar. O “bonde da 2ª feira” seria o assunto do dia. “Pesado de gente e de carga”, o bonde se arrastaria no dia de feira, andando os “ferruginosos superlotados com os cantos possíveis”. Para quem não viria da feira, a viagem seria “insuportável”, “tal o aperto dos bancos, com sacos debaixo dos mesmos, e o cheiro característico de peixe seco enchendo o ar do minúsculo elétrico que a Cia. Força e Luz colocou em circulação desde a descoberta da eletricidade” (DA RIBEIRA AO ALECRIM NUM BONDE DA 2ª FEIRA, 12/03/1949, p. 4).

Mas o bonde da segunda-feira seria “pitoresco”, não pelo fato de ser um bonde, mas pelo público frequentador. “Quem viaja num desses bondes vagarosos, repleto, parando aqui e não tendo mais vontade de prosseguir, lutando contra a falta de energia” ou presenciava todos os aspectos pitorescos da volta da feira mostrava a “filosofia do povo”, “sem artificialismo, sem maiores preocupações de “fazer folclore”. “Palavras que passamos anos e anos sem ouvir, tais como perluxia (luxo, conforto, moleza), ‘pelago’ (cabra ruim, mole, sem atividade) chegam aos nossos ouvidos, dando ao que pensar algum possível forasteiro”. Ou as piadas, como a de “certo preto, que ia dependurado, nos estribos dos bondes, [e que] fazia de tudo pra tirar o dinheiro da passagem, não o conseguindo, em virtude do apertado e do movimento dos bondes”. Então, veio o grito: “Cabra burro, parece que só tem cabeça para separar as ‘orea””. Tornando o ambiente “apertado” dos bondes aquele da viagem “pitoresca” e da “filosofia do povo”, Moreira de Aguiar nos dá um pouco da percepção de uma viagem em um bonde da CFLNB, em Natal (DA RIBEIRA AO ALECRIM NUM BONDE DA 2ª FEIRA, 12/03/1949, p. 4).

Em Recife, o Jornal Pequeno manteve a sua linha crítica aos serviços da Pernambuco Tramways, indicando os vários problemas em seus serviços. Em 1946, um caso curioso chamou a atenção, e aconteceu em outras cidades, como Vitória, no Espírito Santo: na falta de troco para os pagamentos das passagens, a Tramways passou a dar de troco os seus passes, que se tornaram “verdadeira moeda”. Segundo o Jornal Pequeno, os passes “invadiram o comércio e a indústria. Não faltava no bolso de ninguém”. “O bodegueiro, o logista, o cobrador, o ferreiro, todos atiravam a mesma pergunta à face do freguês à espera do troco – Aceita ‘passe’”? Isso teria, inclusive, gerado anedotas, como a “do sujeito que, assaltado à alta hora por um gatuno que lhe encostou o revólver ao peito, perguntou todo trêmulo ao salteador: - O ‘amigo’ aceita ‘passe’”? (UM PROBLEMA QUE FICARÁ NA HISTÓRIA, 09/01/1946, p. 6).

Apesar do excesso de passes, a ausência de melhorias nos serviços da Tramways ainda era constante em o Jornal Pequeno, que indicou as promessas não cumpridas pela empresa. Segundo uma matéria, a Tramways continuava a servir a população como bem entendessem os seus dirigentes, “sem olhar os interesses do público”. A população seria servida com carros, “na sua maioria, velhos trastes e semi imprestáveis”, colocando a vida dos passageiros em risco. A Concessionária, “tentando ludibriar a opinião pública”, argumentava que “terminada a guerra, logo tudo seria regularizado”, tendo a Guerra terminado, “e nada” (A PRAÇA DAS CINCO PONTAS, 12/01/1946, p. 6-4).

A população que mora nos subúrbios e trabalha na cidade, pela manhã, à noite e nas horas de almoço é constringida a tomar os veículos de qualquer maneira, formando filas duplas nas balaustradas, em ambos os lados do carro. Os desastres, em consequência disso, atingem cifras elevadíssimas. Quedas, ferimentos e até a morte tem surpreendido, muitas vezes, os pobres passageiros que se arriscam a uma viagem assim, para chegar a tempo ao serviço (A PRAÇA DAS CINCO PONTAS, 12/01/1946, p. 6-4).

Ao final do texto, o Jornal Pequeno culpou a Diretoria de Serviços Públicos Contratados, indicando que a Companhia, “livre e desenfreada”, mais se estende na prática de abusos”. “É um jogo, ao que parece, de paradas altas, cujos aproveitadores – que por certo existem – ninguém sabe quem são, mas cujos prejuízos cabe unicamente ao povo pagar” (A PRAÇA DAS CINCO PONTAS, 12/01/1946, p. 6-4).

Em reportagem especial ao Jornal Pequeno, Esdras Farias escreveu sobre a tradição do serviço de bondes em Recife, descrevendo a situação da empresa em 1946. Os bondes, diferente daqueles criados no século XIX,

[...] não corriam, como hoje, teimando contra a lei na inércia, mantendo-se, a muito custo, nas suas arruinadas engrenagens, sem aço nem ferro para reparar o acervo desgastado dos carros que a poderosa empresa teima em manter em circulação. E todos os dias são apresentados anteprojetos lamurientos de não há dinheiro para consertar os carros, reparar os trilhos, repor chaves e cortinas quando já nos ameaça a estação do inverno.

Seria melhor que nós, passageiros pernambucanos, nos cotizássemos, sem parcimônia e oferecêssemos então alguns recursos, a título de empréstimo à pobreza franciscana da *Pernambuco Tramways* para que ela se aquietasse, de vez, de tanto dizer: *tenham piedade! Não posso!* (A RUA NOVA QUE NUNCA SERÁ OUTRA NA SUA TRADIÇÃO ORAL, 16/01/1946, p. 5).

Novamente são citadas as promessas da Tramways em melhorar os serviços, não efetivadas, mantendo a Concessionária os carros “velhos e imprestáveis”. Além disso, os “projetos lamurientos” mostram a dificuldade que a empresa colocava ao público para o investimento em seus serviços.

Sobre o acordo feito entre a empresa e os governantes da “extinta ditadura”, o Jornal Pequeno se referiu às promessas não cumpridas pela empresa ao Estado Novo. Após inúmeras reuniões do Departamento Administrativo do Estado, ficou combinado, “em rolos enormes de papel manuscrito e datilografado, com cláusulas, vistos, assinaturas – um mundo de promessas”. Mas quem “pagou o pato” foi o povo, pagando o aumento de passagens, “bobagem de quase cem por cento”. A empresa usaria os valores do aumento para melhorar os serviços, o que não ocorreu, culpando a falta de materiais. O questionamento colocado é que o Brasil teria materiais nacionais para a reparação dos bondes e das linhas da empresa. E a Tramways, segundo a matéria, continuava a explorar

o povo, “com a vantagens que a ditadura lhe proporcionou”, já que não cobrava devidamente da empresa (LONA E VASSOURA HÁ EM TODA A PARTE, 25/01/1946, p. 6).

No setor de energia elétrica, os problemas começaram a se agudizar, gerando mais críticas à Tramways. Esta teria entrado “definitivamente numa fase de exaustão material e financeira, da qual se salvaria sozinha a não ser por milagre”, pois havia se tornado um caso de “calamidade pública”. Segundo uma matéria, “setores inteiros da rede de iluminação pública e particular permaneceram às escuras durante grande parte da noite”, e as indústrias atendidas pela Tramways “paralisam-se de vez em quando, somando consideráveis prejuízos para a produção e dados cada vez maiores para os trabalhadores das fábricas”. Mas a culpa ou a inocência da empresa não resolveria o problema, pois a responsabilidade seria dos governantes do Estado Novo, que deixaram a empresa chegar “a esse estado de coisas”. Segundo a opinião do jornal, o poder público abandonou a empresa “à própria sorte”, sendo “imprevidente” (O PROBLEMA DA TRAMWAYS, 14/02/1946, p. 1).

A crítica feita ao Estado era inevitável, segundo esses argumentos. Por um lado, o poder público era criticado por não fiscalizar a Tramways; por outro, o governo de Agamenon Magalhães passou a ser criticado por ter “abandonado a empresa a própria sorte”. O jornal criticava os abusos da empresa, e, ao mesmo tempo, as ações da interventoria para controlá-la. Essa ambiguidade é compreensível a partir do ponto em que o veículo de informação era crítico ao ex-interventor, Agamenon Magalhães, ao passo que também era em relação à empresa. Então, sem aliviar para a Tramways, o Jornal Pequeno pesava os argumentos sobre a administração anterior. Desse modo, o novo interventor teria que enfrentar o problema deixado para a cidade, lembrando o que o seu antecessor havia esquecido: “de que o interesses em jogo não é só da ‘Tramways’, mas, sobretudo, da coletividade. Como herança duma ‘administração eficiente e fecunda’, não está mal para o sr. José Domingues. O problema agora é seu. Resolva-o” (O PROBLEMA DA TRAMWAYS, 14/02/1946, p. 1).

Em outra matéria, é perceptível essa ambiguidade, ao se acusar o poder público de não ter “capacidade suficiente para coibir os abusos da Pernambuco Tramways, que diariamente se repetem, com sérios prejuízos para a nossa população”, não tendo a concessionária “o mínimo escrúpulos nem o mínimo respeito à massa que necessita dos seus serviços e aos próprios compromissos de serviço público contratado”. Isso porque a

empresa, “de vez em quando”, oferecia uma “desculpa qualquer, à maneira de paliativo, sendo o governo o único a aceitar essas desculpas, manso e humilde como um cordeiro” (OS BONDES DE DOIS IRMÃOS, 11/04/1946, p. 3).

Para aplacar as críticas feitas a ela, a Tramways anunciou a melhoria no setor de transportes, com a colocação de 40 bondes no tráfego de Recife. Seguindo a narrativa de que a empresa teria dificuldades com a importação de materiais, o Jornal Pequeno disse que a situação não dependia apenas da vontade da Companhia. No entanto, finalizou afirmando que “quantos bondes a mais é sempre alguma coisa. Ficaremos mais crentes nas providências da ‘Tramways’” (MAIS QUARENTA BONDES, 03/06/1946, p. 4).

Entretanto, três meses depois, uma nova matéria descrevia uma situação ainda mais crítica e aviltante ao público de Recife. O “Zé povinho, vítima de todos e de tudo – continua a esperar, com uma paciência bíblica, a solução do eterno problema da ‘Pernambuco Tramways’”. “De nada valeram as reclamações iniciais, os protestos que vieram depois, essa triste resignação em que afinal caiu o povo, cansado de esperar”, assim como, prosseguiu o texto, “de nada valeram as campanhas movidas pela imprensa, reportagens, sobre reportagens, focalizando a situação, expondo as dificuldades, apelando para a direção da empresa e para as autoridades”. E o povo pagando aumento de tarifas, sem a melhoria dos transportes, quanto tempo ficaria esperando como “Jeca Tatus acorados no terreiro da palhoça, que, um dia, os dirigentes da Pernambuco Tramways se resolvam a cumprir as obrigações assumidas pela companhia, decorrentes do contrato entre a empresa e o Estado?” (ATÉ QUANDO?, 26/09/1946, p. 6).

O ano de 1947 marcou a intensificação das crises dos serviços da Tramways. O risco de paralização dos bondes gerou reação do Jornal Pequeno, que avaliou a situação prejudicial à população. Isso porque os ônibus e “beliscadas” (caminhões transformados em ônibus) não eram suficientes para atender a numerosa população da cidade. E, mesmo que os “velhos elétricos da ‘Tramways’ estivessem quebrados, rebentados, parando aqui e ali, arrastando-se pelos trilhos como velhos reumáticos, são eles ainda que transportam diariamente milhares e milhares de pessoas, do centro para o subúrbio e vice-versa”. Desse modo, além de mais baratos, os bondes permitiriam o transporte de mais pessoas por Recife. Então, ainda tendo grande importância e utilidade, os bondes seriam “indispensáveis no momento e cuja falta acarretaria uma situação verdadeiramente catastrófica” (O PROBLEMA DOS TRANSPORTES, 23/07/1947, p. 6).

Foi, então, que surgiu um debate sobre as duas escritas da Tramways, uma da empresa de bondes e outra, da de eletricidade. Segundo a Fiscalização dos Serviços Públicos Contratados da Contadoria Geral do Estado, a empresa manteria duas escritas, uma para os seus acionistas e outra para o público, justificando os argumentos da Companhia com relação à falta de investimento e até para conseguir o abandono do serviço, uma escrita deficitária (FALÊNCIA MORAL, 24/07/1947, p. 1-3).

Em resposta à acusação de que a empresa, “com o intuito de lesar o fisco ou de apresentar resultados financeiros ficticiamente deficitários, mantém duas escrituras, uma para uso externo e outra para os seus acionistas”, a Tramways disse que tais afirmações seriam levianas, calcadas em “conjecturas ou suposições”. Segundo nota da empresa, tal acusação feriria mais os diretores dos órgãos fiscalizadores, como: José dos Prazeres Coelho, da Fiscalização dos Serviços Públicos Contratados; Mariano Teixeira, contador geral do Estado; Almir Fernandes Barros, engenheiro diretor do Instituto Tecnológico; e Antônio F. de Albuquerque Maranhão, gerente contador da Caixa de Acidentes dos Servidores do Estado, pois, se confirmada tal acusação, teriam sido cúmplices da duplicidade da escrita da Tramways. Dizendo não ser esse o caso, a Tramways indicou que os livros e balanços da Companhia eram examinados pelos auditores da firma Deloitte, Plender, Hasskins, Sells & Co., afirmando legalidade em seus atos (PERNAMBUCO TRAMWAYS AND POWER, 24/07/1947, p. 6).

Em setembro de 1947, foi colocado o debate sobre o abandono dos serviços de bondes pela Tramways. Duas seriam as maneiras a serem estudadas, segundo o parecer do deputado pessedista Elpídio Branco, membro da Comissão de Transportes da Assembleia Legislativa: 1) o governo encamparia todos os serviços operados pela empresa; 2) o governo encamparia apenas os serviços de tração elétrica. Segundo o Jornal Pequeno, a segunda forma seria exequível, pois o contrato dos serviços elétricos teria vencimento apenas em 1962, carecendo, segundo o contrato, de indenização igual à média dos lucros da empresa nos últimos cinco anos anteriores à encampação multiplicada pelos anos que faltavam para o fim do contrato. Ou seja, uma quantia vultuosa de cerca de Cr\$ 130.000.000,00 (BRANCO, 20/09/1947, p. 6-2).

No campo político de Recife, questões estavam movimentando administradores e políticos a entenderem o caso da Tramways. A Fiscalização dos Serviços Contratados havia indicado uma duplicidade da escrita da Companhia concessionária, uma para o público e outra para os seus acionistas. Na Assembleia Legislativa do Estado de

Pernambuco, alguns deputados também estavam buscando explicações para tamanhas dificuldades na capital.

O deputado Elpídio Branco teve mais do seu parecer publicado no *Jornal Pequeno*, e nele é exposto que a Tramways teria dois contratos, um exclusivo para os transportes e outro para os serviços de luz e força, constituindo, segundo ele, um erro cometido pelo Estado ao firmar os acordos com a Concessionária. Enquanto o serviço de transportes estaria deficitário, o de eletricidade estaria apresentando lucro, sendo que, ao todo, as duas apresentavam um saldo credor. O deputado atribuiu isso ao fato de a empresa ser sediada em Nova Iorque, com escritórios no Rio de Janeiro, tendo a possibilidade de fazer estudos técnicos e de comprar materiais em melhores condições. Mas o fato de terem feito dois contratos inviabilizaria uma cobrança formal à empresa, por não cobrir o déficit de um setor com o outro (BRANCO, 22/09/1947, p. 5).

Para solucionar o problema de forma imediata, o parecer do deputado Elpídio Branco indicou que o Estado deveria assumir a administração dos serviços de transportes da Tramways, que seria comandada por uma comissão nomeada pelo governo do Estado, executando os serviços a Tramways. Esta teria que cooperar com o governo, na substituição total ou parcial dos bondes, assim como investir, por outro lado, “no menor espaço de tempo possível, suas usinas e instalações de modo a que pudesse suprir as necessidades atuais e futuras da cidade quanto à força e luz”. Desse modo, ao assumir os serviços de bondes, além de manter responsabilidades para a Tramways, os deputados vincularam a retirada parcial de um setor com o incremento de outro, qual seja, o de força e luz “afim de que as indústrias da cidade não fossem obrigadas a dispensar operários por falta de força elétrica suficiente à sua total capacidade” (BRANCO, 22/09/1947, p. 5).

O deputado Lael Sampaio (UDN), membro da Comissão de Transportes, reconheceu que o crescimento do Recife refletia o “crescimento irregular da cidade, ao longo das vias de irradiação [...]”, e mais, por ter “uma população suburbana três vezes maior que a urbana, a exigir uma elevada quilometragem de linhas em comparação com cidades congêneres no país”. Para resolver o problema, Lael Sampaio indicou a necessidade de se criar uma “Comissão de Transportes Urbanos do Recife”, que supervisionaria e orientaria os diversos meios de transporte da cidade. Com relação ao caso específico da Pernambuco Tramways, a opinião era de que o Estado precisaria intervir nos serviços, para evitar um colapso nos transportes. Lael Sampaio citou também os dois contratos, que, separados, aprofundavam o déficit de uma empresa, o que seria piorado com o aumento salarial dos

empregados da concessionária. O impasse sobre encampar todos os serviços explorados pela Tramways foi o mesmo indicado por Elpídio Branco, que se referia à indenização devida à Companhia, o que não estava disponível aos cofres do Estado (INTERVENÇÃO IMEDIATA NA TRAMWAYS, 23/09/1947, p. 6).

Assim, a Tramways decidiu abandonar os serviços deficitários de bondes, e o Estado decidiu assumí-los, para evitar um problema mais grave na circulação de pessoas em Recife. Sem poder cobrar da empresa uma compensação dos lucros do setor de eletricidade com aqueles déficits de transportes, o Estado acabou atendendo, no fim, à pretensão da Pernambuco Tramways.

Em 1948 e 1949, os serviços de eletricidade, então, ganharam grande relevância no debate público. Em maio, “um farmacêutico quebrado”, enviou uma carta à redação do Jornal Pequeno reclamando dos serviços de força e luz da Tramways. Segundo ele, o “‘Seu’ Kilowatt lamenta-se, pelo rádio, todos os dias, de que a guerra o enfraqueceu e ele ainda não pode conseguir vitaminas para revigorar-se e fazer outras proesas”, mas, em outros estados, “os Kilowatts conseguiram vitaminas à vontade e tem-se bonde, telefone e luz... e até gás, sem eclipses nem carências...”. Na carta, o cliente da empresa disse que sempre tinha ela uma promessa, “Então vamos mudar”, logo após um problema, mas sempre culpando a Guerra. Citando os anúncios da empresa, “Sem vitaminas” e “No consultório médico” (ver capítulo 1), o cliente finalizou dizendo que: “Seu Kilowatt não consegue vitaminas. Nem de amostra, num consultório médico. E por isto, nada de bondes, nem de luz, nem de gás, nem de telefones. Tudo sem remédio” (SEM REMÉDIO, 10/05/1948, p. 3).

Quase um ano depois, outra carta chegou à redação do Jornal Pequeno, reclamando dos serviços do “Seu” Kilowatt. Sobre as interrupções dos serviços de energia elétrica depois das 17:30, chegariam várias reclamações de vários pontos da cidade, “indignadas pelo desleixo da companhia fornecedora de eletricidade”. Essas reclamações chegariam, segundo o Jornal Pequeno, aos escritórios da empresa, que faz “ouvidos de mercador” e não se digna a dar uma satisfação ao público, a não ser de vez em quando uma caricatura do “Seu” Kilowatt dizendo que está sobrecarregado. Em uma rua comercial das mais desenvolvidas da cidade, quando dos cortes de energia, “Os que ali são estabelecidos tem que interromper todos os seus serviços e esperar, durante horas, que a complacência de ‘Seu’ Kilowatt se digne atentar de que há pessoas à sua espera” (FALTA DE ENERGIA, 21/04/1949, p. 3).

A situação dos serviços de eletricidade ficou crítica, e mesmo o Jornal Pequeno reclamou por não poder fazer circular os seus exemplares. No dia 17 de junho de 1949, o diário não pôde publicar “por culpa exclusiva da ‘Pernambuco Tramways’”, como ficou claramente expresso na nota que o ‘Diário da Noite’ e o ‘Rádio Clube Pernambucano’ tiveram a gentileza de divulgar”. Com a interrupção dos serviços de energia elétrica às 8 horas e retorno às 11:25, o tempo para a impressão dos jornais ficou inviável, impossibilitando o término dos trabalhos. O veículo de informação disse que ia acionar a Tramways judicialmente (AS RESPONSABILIDADES, 18/06/1949, p. 1-2).

Definitivamente, a saída da empresa do setor de transportes não liberou mais recursos para o investimento no setor de eletricidade, e, logo após o acordo feito com o Estado, a situação dos serviços de força e luz pioraram bastante, gerando grande repercussão nos meios de comunicação e na população. A argumentação inicial da Tramways era a de que a Guerra havia impedido a empresa de importar materiais essenciais aos serviços de transportes e eletricidade. Em segundo lugar, mesmo que conseguisse os materiais, teria que aumentar as tarifas, para conseguir financiamento para a empresa. E, mesmo assim, teria que obter mais aumentos, pois os preços de todos os materiais e da mão de obra haviam aumentado, carecendo de mais uma majoração.

Uma matéria de Melchiades Júnior, publicada em outubro de 1949, fecha mais uma década de reclamações sobre os serviços da Pernambuco Tramways, criticando a narrativa da empresa. Mais do que isso, Melchiades Júnior indica que a Companhia, além de não atender aos serviços, deixando os pernambucanos às escuras e não demonstrar “nenhum respeito ao compromisso assumido com cada consumidor”, manteria a contagem do consumo, mesmo sem consumo. E os contadores seriam de acesso exclusivo aos funcionários da Companhia, que “marcam escandalosamente, muitas vezes, a luz que não consumimos” (MESA REDONDA, 20/10/1949, p. 3).

3.3.3. A diferença do caso gaúcho

Em Porto Alegre, os problemas dos serviços da CEERG e da Carris Porto Alegre geravam os mesmos tipos de embaraços para o público consumidor. No entanto, os embates entre os portoalegrenses e a Concessionaria tiveram contornos diferentes. No Rio Grande do Sul, duas questões se colocaram de forma substantiva para o debate público sobre a energia elétrica. Em primeiro lugar, o investimento do governo estadual, por meio da Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), na construção de usinas

hidrelétricas para produção de energia elétrica; e, com maior destaque, as relações entre a Companhia concessionária e o Estado, com o debate sobre os contratos e o não cumprimento das cláusulas por parte da CEERG.

A esfera pública foi se agitando cada vez mais, até que, no ano de 1948, um intenso debate foi travado em torno da CEERG, que ficou sob acusação de inidoneidade, assim como de imprevidência, haja vista os problemas de racionamento de energia elétrica existentes em Porto Alegre, desde 1948, com a quebra de peças na Usina do Gazômetro. Mas o aspecto principal desse momento é o envolvimento social nos debates políticos, pois os industriais, alarmados com o racionamento, passaram a pressionar o governo do Estado em busca de soluções para a crise energética.

Portanto, enquanto o governo estadual se adiantava em relação a outros entes federativos na construção de um plano de eletrificação para o Rio Grande do Sul, as elites políticas travaram um debate crucial para o porvir da Concessionária de serviços elétricos e transportes. Foi ali que começou a se definir o papel da subsidiária da AMFORP em Porto Alegre, que seria a de entrave ao progresso e de agente estrangeiro beneficiado por contratos malfeitos.

A densidade do debate salta aos olhos, com cerca de 200 páginas de matérias para os anos de 1948 e 1949, distante das publicações pontuais e dispersas de outros períodos dessa amostra. Foram publicadas, no *Correio do Povo*, matérias diárias, mais de uma matéria sobre a empresa por dia, em várias folhas do jornal, assim como os embates foram travados com respostas da CEERG às acusações da prefeitura, do governo, da imprensa e demais. O caso de Porto Alegre começa a se diferenciar dos demais a partir de 1947. O estofamento para tal iniciativa seriam as ações construtoras do potencial gerador de eletricidade por parte do governo estadual.

O Plano de Eletrificação, apresentado pelo Secretário de Obras Públicas, Walter Jobim, membro da interventoria do Cel. Cordeiro de Faria, concentrou engenheiros especializados na Comissão Estadual de Energia Elétrica, constituída para os estudos e para o aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Grande do Sul. Em 1944, o secretário apresentou uma exposição de motivos ao interventor, submetendo o Plano de Eletrificação que ficaria sob a responsabilidade do engenheiro Noé de Freitas. Este, por sua vez, tinha ganhado notoriedade na direção de serviços de eletricidade da Prefeitura de São Leopoldo, no aproveitamento do Rio Santa Cruz na usina do Salto. Com a

incorporação do aproveitamento do Salto ao plano estadual, foi criada, então, a comissão, que passou a ser chefiada por Noé de Freitas (PLANO DE ELETRIFICAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, 28/12/1946, p. 6).

O planejamento de obras de aproveitamento era construir cinco grandes centrais hidroelétricas nos rios Santa Cruz, Jacuí e Camaquã, “entrosados” com outros rios menores. Segundo Walter Jobim, “A estadização do serviço de eletricidade é hoje, por assim dizer, princípio universal”, isso pelo fato de a “eletricidade ter função decisiva na evolução econômica dos povos”. Esse escopo foi salientado “A semelhança do grande povo americano”, que preferiu “a evolução social à revolução social”. Para tanto, a civilização deveria avançar pelos esforços do Estado, com base do Código de Águas, “maior reivindicação social realizada entre nós” (PLANO DE ELETRIFICAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, 28/12/1946, p. 6).

O primeiro problema entre as autoridades gaúchas e a Concessionária no novo período democrático foi a questão dos aumentos salariais. Em 1946, a empresa foi acusada de não acatar o decreto nº 7.524, de 6 de maio de 1945, por não repassar o valor dos aumentos tarifários aos seus empregados. “Logo que foram postos a par dos acontecimentos os srs. Cilon Rosa, Interventor Federal, e Conrado Ferrari, prefeito municipal, iniciaram démarches entre os dirigentes da Carris e da Energia Elétrica e os representantes dos grevistas e de suas entidades de classe”. Após as negociações, a Companhia concedeu aumento salarial, porém, declarou que não podia dar aumentos com base em seus “recursos ordinários”, concedendo “um adiantamento a título de pagamento antecipado, dos dias feriados e descanso semanal”, estabelecidos no § VI do art. 157 da Constituição Federal de 1946 (GREVE NA CARRIS, 25/12/1946, p. 20).

No ano seguinte, a empresa pleiteou um novo aumento tarifário, gerando uma reação da prefeitura de Porto Alegre. O prefeito concedeu, a título precário, o aumento de tarifas a Carris, com o fito de permitir a majoração salarial. Contudo, efetivou o ato com protestos contra as subsidiárias, indicando que “O problema do transporte urbano e da iluminação” constituía “uma dolorosa herança das passadas administrações”. Porto Alegre teria sido entregue “à exploração de duas companhias alienígenas, pessoas jurídicas distintas, uma para colher lucros, outra para sofrer prejuízos e aumentar tarifas, e na realidade uma só pessoa verdadeira, através do capital financeiro que domina”. O prefeito prosseguiu, nas suas considerações sobre a natureza das empresas, dizendo que a empresa de energia elétrica vendia energia à de transportes, que, por sua vez, transportaria à CEERG “o

grosso de suas receitas, exibindo balanço deficitário a exigir reajustamento de tarifas pelo seu crescente aumento” (ATÉ QUE SEJA ULTIMADO, 04/05/1947, p. 24-4).

O prefeito ainda disse sobre a dificuldade em controlar a empresa, haja vista que os governos posteriores à Revolução de 1930 não o fizeram, e a nova Constituição não deixava campo para “uma solução drástica”. “O valoroso prefeito Loureiro da Silva, que rasgou, com sua energia, amplas avenidas de que se orgulha a nossa cidade, não conseguiu, entretanto, abrir sequer uma picada na fortaleza dos concessionários. Por que não o conseguiu em pleno regime discricionário?”. O conselheiro administrativo do prefeito Loureiro da Silva, Alberto Pasqualini, teria se esforçado no estudo das alegações sobre a situação financeira da Concessionária, mas os estudos foram interrompidos, segundo ele, “no seu ponto culminante e decisivo” (ATÉ QUE SEJA ULTIMADO, 04/05/1947, p. 24-4). E prosseguiu em sua exposição, dizendo:

Estamos exgotados de ser explorados e mal servidos. Queremos serviços bons e tarifas justas. Nessa grande batalha em que a Prefeitura ensarilhou armas, vamos fazer retinir, de novo, os clarins que anunciam uma política nova de estreita colaboração do Poder Público com o povo.

Na posição em que me encontro, a luta é um imperativo da vontade popular que represento, pois a forma mais legítima de representar o povo, é sentir as suas necessidades e solidarizar-se com ele no bom combate contra os “**tubarões da alta finança**” (ATÉ QUE SEJA ULTIMADO, 04/05/1947, p. 24-4).

O prefeito deu o aumento sob condição, a título precário, até que a prefeitura efetuasse estudos sobre as finanças das concessionárias. Esse documento é marcante, pois foi o pronunciamento de um prefeito que desfechou um ataque substantivo à própria natureza das subsidiárias da AMFORP, apontando, inclusive, para a presença de “astuciosos jogos contábeis” utilizados pela empresa para explorar o povo de Porto Alegre. Além disso, salientou a dificuldade das autoridades em examinar os problemas, haja vista que nem no regime ditatorial isso teria sido possível, com influências da empresa sobre as ações governamentais.

A empresa se pronunciou sobre a promessa de fiscalização por parte da prefeitura, alegando “ressalvar, como ressalvamos, os direitos que nos assistem” e afirmando que “a Companhia Carris jamais evitou como jamais recebeu, e jamais receberá a mais ampla investigação das suas atividades, desde que procedida com observância dos preceitos legais e contratuais”, recordando comissões que já teriam examinado a situação da escritura da empresa. Para a empresa, o problema dos seus serviços seria o não reconhecimento da sua operação deficitária, que, desse modo, não seria sanado por uma

“justa remuneração do capital nesses investido” (DIRIGE-SE A CIA. CARRIS AO PREFEITO, 11/05/1947, p. 10).

Se o ano de 1947 apresentou uma cena inicial para embates entre as autoridades públicas e as subsidiárias da AMFORP, nada mais foi que o prenúncio de dois anos muito intensos de debates sobre a CEERG. Já no início de 1948, na Câmara Municipal de Porto Alegre, vereadores acusaram a empresa de impor um racionamento de energia elétrica injusto e de explorar a população. Um acidente em uma caldeira menor da usina de Volta da Cadeia (Usina do Gazômetro) e a retirada de uma das caldeiras maiores de serviço para limpeza geraram um racionamento energético (MOMENTOSO PROBLEMA DA ENERGIA, 26/03/1948, p. 16-4).

O vereador Luiz Bastos, do PTB, teria acusado as irregularidades da empresa, seguido do vereador José Antônio Aranha, da UDN, que propôs que essas fossem encaminhadas à Comissão de Inquérito da Câmara dos Vereadores. Os vereadores comunistas, Eloy Martins e Marino R. dos Santos, fizeram críticas ao “capitalismo norte americano” e ao “capitalismo estrangeiro”, concluindo a sessão com o pedido de estudos para que, junto ao Poder Executivo Municipal, a Câmara pudesse tornar nulo o contrato que “dá ao governo federal o direito de controle da energia elétrica em Porto Alegre” (A COMPANHIA ENERGIA, 14/01/1948, p. 3).

A movimentação foi política e social, com o grupo de empresários do Centro de Industriais Fabris se reunindo com o então governador, Valter Jobim, para “tratar do problema do suprimento de energia à Porto Alegre”. Os empresários, representados por A.J. Renner, Hebert Bier e João Duque, expuseram o “ceticismo” que dominava em muitos círculos, pedindo ao governador informações para que eles dessem “plena notícia aos industriais interessados. O chefe da Comissão Estadual de Energia Elétrica, Noé de Freitas, presente à reunião, fez uma exposição sobre a situação do suprimento de energia elétrica. Os industriais, então, reclamaram da “falta de publicidade de muitas realizações do plano do sr. Valter Jobim”, referentes à eletrificação do Estado, mas Noé de Freitas disse que tal “trabalho silencioso” se dava pelo ceticismo e descrença de muitos no Plano de Eletrificação, para o qual a intenção era mostrar o trabalho já pronto. No entanto, o chefe da Comissão assegurou “o trabalho realizado firme e decididamente” para a resolução do problema energético (REUNIÃO EM PALÁCIO. APREENSIVOS OS INDUSTRIAIS, 06/02/1948, p. 6).

Algumas reuniões se sucederam no Palácio do Governo, com o prefeito, os diretores da empresa, os presidentes das casas legislativas estaduais e municipais e membros das entidades comerciais e industriais do Estado. Por convocação do governador substituto, Edgar Luiz Schneider, uma longa reunião debateu sobre os problemas imediatos da falta de energia elétrica, gerados pela limpeza das caldeiras da usina. Após Noé de Freitas ter dito que a CEERG não tinha buscado entrar em entendimentos com o governo do Estado, os industriais Renner e Bier disseram que a situação de Porto Alegre era verdadeiramente alarmante (ATINGE A CULMINÂNCIA A CRISE ELÉTRICA, 24/03/1948, p. 6).

A proposta apresentada pelo deputado Brochado da Rocha, PTB, foi de a Prefeitura de Porto Alegre notificar a CEERG, declarando maus os seus serviços, adiantando a não “prorrogação automática do prazo de vigência do contrato” e a encampação das instalações sob seu controle no prazo de dois anos. Ao par dessas medidas de médio prazo, aquelas de ação imediata para minorar os prejuízos dos industriais seriam: assegurar das 7 às 18 horas energia elétrica, “sem qualquer ônus” para aquele grupo; assegurar o fornecimento de energia elétrica para os serviços de esgoto; paralisar o fornecimento de energia em todas as fábricas às 18 horas; garantir reserva diária do tráfego de bondes e fixar o dia de entrega da “tão famosa” caldeira. As soluções definitivas debatidas na reunião estavam relacionadas ao plano de eletrificação do governo estadual (ATINGE A CULMINÂNCIA A CRISE ELÉTRICA, 24/03/1948, p. 6).

É importante destacar o ativismo da classe industrial nos diálogos para a solução definitiva do problema. Segundo matéria informativa, o Correio do Povo disse que “a precariedade dos serviços de força e luz de Porto Alegre” estava “perigosamente” sujeita “a uma interrupção em caso de anormalidade, por falta absoluta de qualquer equipamento reserva”. Desse modo, “elementos das classes produtoras tomaram a iniciativa de promover um entendimento junto ao governo e à Companhia Energia Elétrica Rio Grandense a fim de ser encontrada uma solução imediata para a crise” (MOMENTOSO PROBLEMA DA ENERGIA, 26/03/1948, p. 16-4).

O problema foi exposto pelo Correio do Povo também como jurídico, isso pelo fato de o Governo Federal, em 19 de agosto de 1943, assim como a Constituição de 1946, centralizar na União “o direito de legislar sobre a produção de energia elétrica”, contradizendo a Constituição do Rio Grande do Sul, que dispôs sobre a atribuição do estado e dos municípios sobre a exploração de energia elétrica (MOMENTOSO PROBLEMA DA ENERGIA, 26/03/1948, p. 16-4).

Por sua vez, a CEERG, concessionária dos serviços, informou às autoridades que a usina de que dispunha não poderia mais atender às necessidades de Porto Alegre. Desse modo, de maneira imediata, os governos estadual e municipal buscaram um maior controle sobre as ações da concessionária, além das iniciativas de grande vulto de obras, buscando solucionar o problema energético. O argumento da empresa seria a necessidade da obtenção de autorizações do Conselho Nacional de Águas, que, pela demora de autorizar importações por conta da Guerra, obstaculizaria a celeridade das ações. Argumento esse que não foi aceito, apesar da crítica regional feita à centralização federal (MOMENTOSO PROBLEMA DA ENERGIA, 26/03/1948, p. 16-4).

Portanto, o debate sobre a questão energética teve muitas questões jurídicas a serem resolvidas para uma intervenção pública efetiva no setor. Então, uma questão se colocou em nível regional com grande intensidade de holofotes: o contrato com a empresa concessionária iria expirar em maio de 1948, e, para retirá-la das atribuições, seria necessária uma notificação da prefeitura à Cia. para que o contrato não fosse automaticamente prorrogado (MOMENTOSO PROBLEMA DA ENERGIA, 26/03/1948, p. 16-4). Depreende-se que a empresa não se encaixava nos planos municipais e estaduais.

Defendendo-se, a CEERG publicou artigos explicativos para que o público tivesse “perfeito conhecimento da atual situação da Usina da Companhia Energia Elétrica”. Em *Aviso ao Público*, a diretoria da empresa relatou sobre a ocorrência de acidentes em um dos geradores, o que provocou bobinas e cabo subterrâneo queimados e uma turbina danificada. Isso teria sido exposto à uma comissão de representantes do governo da cidade, com a presença do prefeito Gabriel Moacir e de membros da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. A Concessionária disse que já haviam sido “tomadas as providências necessárias” e submeteu ao público, “com o conhecimento desses fatos, os motivos de força maior que levaram a Cia. Energia a submeter as cidades de Porto Alegre e Canoas a um novo e maior racionamento de energia elétrica” (C.E.E.R.G., 24/04/1948, p. 6).

1948 foi um ano de proposições para a resolução imediata do problema, reverberando nas casas legislativas do Estado e da cidade, e esses são indicativos de que houve uma movimentação regional para resolver a crise energética à revelia da centralização de decisões pela União. Na Assembleia Legislativa, Fernando Ferrari, PTB, requereu à mesa a formação de uma CPI para efetuar um estudo completo, visando a encampação do

material da empresa com base no custo histórico e o lançamento de empréstimo à nova empresa, com fundo em ações nominativas distribuídas ao público gaúcho da indústria, comércio e o povo em geral para a formação de uma empresa de economia mista dirigida pelo poder público e representantes da população gaúcha (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 27/04/1948, p. 4).

Na Câmara de Vereadores, o edil trabalhista, Luiz Bastos, apresentou um projeto de lei de denúncia aos contratos de concessão da CEERG e da Carris, com a proposição de uma intervenção imediata do poder público na administração das companhias, “para assegurar a melhoria dos serviços e os direitos e interesses das partes do povo”. Aprovado em primeira discussão, a Câmara reconheceu no requerimento que a confusão sobre o poder concedente estaria gerando a morosidade da ação, exigindo daqueles representantes a necessidade de um “remédio legal”. Teria sido “pensamento unânime da Casa que a Câmara deverá declarar maus os serviços das Companhias Energia e Carris” (CÂMARA MUNICIPAL, 28/04/1946, p. 5).

Dois debates se colocaram, então, a respeito da CEERG: 1) Qual seria o poder concedente autorizado a intervir na empresa? 2) Era necessário declarar maus os serviços da empresa? A intenção dos governos ia ficando mais clara no decorrer das reuniões e dos pronunciamentos de políticos e industriais. A CEERG e a Carris Urbanos não teriam cumprido os contratos e os governos municipal e estadual deveriam intervir, trazendo para si o poder concedente. Feito isso, os serviços da empresa deveriam ser declarados maus, impedindo a renovação contratual automática e abrindo caminho para uma futura encampação da empresa.

Em outros estados, existiram iniciativas das casas legislativas de encampação das empresas concessionárias de serviços vinculadas à AMFORP. Contudo, é essencial destacar que, no Rio Grande do Sul, a experiência foi diferenciada, com a repercussão e a ação política mais decidida de resolver o problema. Conforme os debates foram caminhando, as soluções foram sendo delineadas pelo poder público, com uma concordância entre setores amplos da sociedade e da classe política.

Na Câmara de Vereadores, o edil Luiz Bastos novamente se pronunciou sobre o assunto, empreendendo o debate sobre o poder concedente. Em críticas ao decreto lei n. 5.764, de 1º de agosto de 1943, evocador da autoridade à União na fiscalização das concessionárias, e ao decreto federal nº 21.936, de 12 de outubro de 1946, que cessou a fiscalização da

prefeitura sobre a empresa, Luiz Bastos indicou os aspectos jurídicos das atribuições e do poder concedente, revelando que a fiscalização ficou a cargo do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. Em resposta à Procuradoria Municipal, que prestou informações sobre a atribuição do governo municipal para o setor, o edil indicou que a Constituição Estadual permitiria, à revelia dos decretos lei, a fiscalização municipal, contrapondo-se à legislação da União (DISCURSO E INDICAÇÃO DO VEREADOR, 29/04/1948, p. 6).

O presidente da Casa legislativa municipal, por sua vez, indicou em reunião que a proposição de Luiz Bastos de declarar maus os serviços da empresa “parecia o caminho certo”, com a “denúncia do contrato”. Porém, questionou se o Poder Público estaria preparado para assumir de imediato a exploração do serviço de energia elétrica. Assim, o presidente não desfez a iniciativa de o poder municipal fiscalizar a empresa, reconhecendo o parecer contrário da Procuradoria Municipal sobre esse tema, mas disse que continuaria a se interessar sobre o assunto. Contudo, a decisão ficou dependendo do retorno do Chefe da Comissão Estadual de Energia Elétrica, Noé de Freitas, que havia viajado ao Rio de Janeiro para verificar a possibilidade de uma denúncia por maus serviços (DECLARA O PREFEITO À CÂMARA DOS VEREADORES, 29/04/1948, p. 12-3).

A resposta logo veio, em publicação de O Correio do Povo. Em matéria, o jornal disse que não seria “mais possível se admitirem medidas prejudiciais e desastrosas” à economia gaúcha, como a falta de energia elétrica e a ameaça de demissão de mais de 30.000 mil operários por conta da crise energética. A falta de energia estaria prejudicando a indústria, e, por consequência, os empregados. A matéria relatou que a capacidade da usina do Gazômetro, que seria de 27.500 kws, estaria operando com uma carga máxima atual de 21 a 22 mil kws. Com duas máquinas fora de serviço, a capacidade teria caído para 18.900 kws, gerando um déficit de 3.000 kilowatts. O racionamento, desse modo, estaria sendo mais rigoroso, exigindo explicações sobre as razões, não encontradas propriamente na usina (ANUNCIA O GOVERNADOR, 29/04/1948, p. 12-4).

Ao entrevistar o governador do Estado acerca do problema, a reportagem encontrou respostas após uma conferência entre Valter Jobim, o prefeito Gabriel Moacir, o secretário da fazenda Gaston Engert e o engenheiro Noé de Freitas. Depois dessa reunião, as declarações prestadas pelo governo foram as de que a ação dele seria “coordenadora, visando defender os interesses da indústria, do comércio e da população em geral”. O

governo considerou a encampação, mas não como uma ação imediatamente sanadora, indicando que ainda não estava suficientemente preparado. Com “o interesse fundamental de aumentar a produção de energia”, no entanto, não eliminou, naquele momento, “a ideia da encampação” (ANUNCIA O GOVERNADOR, 29/04/1948, p. 12-4). A cautela do governo ao adentrar no assunto não excluiu a encampação, de imediato, prevendo um ponto no futuro em que o Estado estaria preparado para tal ato.

No âmbito dos debates específicos sobre a CEERG, a questão do poder concedente ia ganhando corpo, sendo ele o ato anterior à prorrogação ou não do contrato com a empresa. Em parecer da Comissão Parlamentar nomeada para analisar o caso dos contratos, o deputado Francisco Brochado da Rocha expôs que o poder concedente sobre a CEERG seria a prefeitura municipal, o que faria, desse modo, necessária a aprovação do decreto lei do prefeito e pela câmara, de uma autodeclaração do município enquanto poder concedente. A partir dessa decisão “poder-se-á tomar uma atitude”, esclareceu Brochado da Rocha (SOLUÇÃO FINAL DO CASO DO FORNECIMENTO, 26/05/1948, p. 10).

O parecer de Noé de Freitas, da CEEE, ao governo do Estado, no entanto, indicou que era favorável à renovação contratual com a CEERG por 10 anos. Contudo, como mentor do Plano de Eletrificação, Noé de Freitas limitou as atribuições da empresa concessionária. O engenheiro buscou solucionar o problema imediato do racionamento de energia, indicando a necessidade da instalação de grupos geradores diesel pela cidade, com a capacidade de 6.000 H.P., em reforço à Usina do Gazômetro. Com essa atitude, resguardou ao Estado a exploração hidrelétrica de Gravataí, reduzindo a responsabilidade da Concessionária e a dependência do Rio Grande do Sul com relação a ela (SOLUÇÃO FINAL DO CASO DO FORNECIMENTO, 26/05/1948, p. 10).

Portanto, enquanto planejador, Noé de Freitas deu a tônica para o debate pós-poder concedente: renovação contratual com cláusulas aditivas, exploração termoelétrica pela Concessionária e andamento do Plano de Eletrificação pelo Estado. Além disso, a questão da indenização que deveria ser paga à empresa em caso de encampação fazia dela “desaconselhável” (SOLUÇÃO FINAL DO CASO DO FORNECIMENTO, 26/05/1948, p. 10).

Essas ações tiravam a CEERG do jogo em médio prazo, enquanto as iniciativas governamentais buscavam efeito com a exploração do potencial hidrelétrico. Encampar com indenização a empresa seria prejudicial e desaconselhável, sendo necessário usar a

energia termelétrica como paliativo para a crise. E como essa forma de produção seria responsabilidade da municipalidade, portanto, a CEERG teria a sua fiscalização bem próxima. Desse modo, a empresa estaria cercada por todos os lados: pelo serviço que tinha, de natureza termelétrica, portanto, fiscalizada pela prefeitura; e pelas ações do governo do Estado por meio da CEEE e do Plano de Eletrificação.

A iniciativa de deixar sob poder municipal a fiscalização da empresa, utilizando um artigo da constituição estadual, foi um ponto essencial para manter a Concessionária sob controle e seguir trabalhando no plano estrutural de eletrificar o Estado com energia hidrelétrica. Note-se que foi um esforço jurídico da Comissão Parlamentar da Assembleia Legislativa assegurar o poder concedente ao município, e que esse esforço foi debatido entre os executivos estadual e municipal, assim como pelas casas legislativas estadual e municipal, todas com a consultoria da CEEE.

Entretanto, a Concessionária ofertou resistência a esse movimento, indicando que não aceitaria a Prefeitura enquanto poder concedente. Na Câmara Municipal, o vereador Manoel Braga Gastal, do PL, fez duras críticas ao governo, que deveria ter tomado a iniciativa relativa ao contrato da CEERG “há muito tempo”, além de criticar o prefeito Gabriel Moacir, que teria dito que a concessionária haveria aceitado o poder municipal enquanto poder concedente. “No entanto”, disse o edil, “passadas apenas 48 horas, a concessionária dos serviços de luz e força vinha a público para declarar que não aceitava, de maneira alguma, a Prefeitura como poder concedente”. O edil Ildo Menechetti, do PSD, afirmou que ficou surpreso com o pronunciamento do gerente da CEERG, J. Millender, de que a Energia Elétrica não aceitava a Prefeitura como poder concedente (IMPASSE ÀS VÉSPERAS DO PRAZO FATAL, 29/05/1948, p. 10).

A Bancada trabalhista, por sua vez, defendeu a encampação da empresa, após a declaração de que seriam maus os seus serviços. Então, sob a pressão do tempo, que caminhava sem uma solução sobre o caso e indicava uma renovação automática do contrato entre a Prefeitura e a CEERG, a Câmara se absteve de examinar o caso até que o prefeito provasse à Casa de que o município estava reconhecido como poder concedente (IMPASSE ÀS VÉSPERAS DO PRAZO FATAL, 29/05/1948, p. 10).

Na metade de 1948, no entanto, o presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, respondendo a um pedido do governador Valter Jobim, autorizou o governo estadual a “realizar um ajuste” no assunto da CEERG, impedindo a renovação automática do

contrato de concessão, por serem os serviços da empresa considerados maus. O caso gaúcho repercutiu nas esferas federais, e, atendendo aos reclamos de Valter Jobim, o assunto passou a ser analisado na esfera regional (ÚLTIMA HORA, 03/06/1948, p. 12).

Nesse sentido, o governo estadual recebeu, mesmo que temporariamente, a atribuição de poder concedente, e o prefeito denunciou os serviços da CEERG e da Carris como maus, impedindo a renovação automática dos contratos. O clima entre o diretor da empresa concessionária e prefeito ficou ruim. Em uma “inamistosa visita” ao prefeito da capital pelo gerente da empresa, Owen Bossmeyer, foi feita a declaração de que “a Cia. Energia Elétrica não ligará mais nenhum foco de iluminação pública, nem fará a ligação nos grandes edifícios prestes a serem concluídos, enquanto não fossem saldadas as contas do Município” (INAMISTOSA VISITA AO PREFEITO, 20/06/1948, p. 24).

O Prefeito, “após a pouco cordial palestra”, convocou a imprensa para falar sobre as ações de seu governo sobre o assunto. Segundo disse, foi procurado “por um cidadão de estatura e corpulência, impressionante, que falou comigo em tom estranho. Lamentei ter recebido a visita do gerente da Cia. Energia Elétrica nas condições em que a mesma se realizou”. Sob a acusação de dever dinheiro à empresa, o prefeito justificou, após a “visita inamistosa”, que a sua administração estava apenas aguardando um pronunciamento da Cia. para que fossem feitos os abatimentos relativos aos sucessivos racionamentos, “mal já crônico de que o Município vem sofrendo” (INAMISTOSA VISITA AO PREFEITO, 20/06/1948, p. 24).

Essa postura teria se dado pelo fato de que a empresa perdeu, mesmo para as esferas federais, que deram aval ao governo estadual e municipal, o poder de renovar automaticamente o contrato, o que deu força às autoridades regionais de ajustar o contrato diretamente, sem a necessidade de autorizações federais. A CEERG considerou, desse modo, a atitudes da autoridade local como “juridicamente intempestiva e inoperante”, apelando ao Juízo arbitral (A QUESTÃO DO CONTRATO, 27/06/1948, p. 24). Ao lado dessa atitude defensiva, a empresa anunciou que, sob autorização do CNAEE, aumentaria as tarifas de eletricidade (A CIA. ENERGIA, 04/07/1948, p. 24).

Então, o diretor presidente da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), Grant O. Hylander, visitou Porto Alegre para “reforçar” a equipe da Cia. Energia Elétrica que estava empenhada na disputa pelo poder concedente. Segundo matéria de O Correio do Povo, “Ambas as partes se mostram a esta altura, bastante

reservadas, como que escondendo ‘armas secretas’ decisivas” (A QUESTÃO DA ENERGIA ELÉTRICA, 07/07/1948, p. 12).

Já nos primeiros momentos, junto ao gerente da CEERG, Joseph Millender, ao advogado José Luiz Martins Costa, e ao engenheiro Alexandre Rosa, a Concessionária apresentou um memorial enviado ao governador Valter Jobim sobre a questão da energia elétrica em Porto Alegre. A empresa conseguiu consolidar o aumento tarifário sobre o custo do kilowatt, cedido pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, o que foi considerado, pelo Correio do Povo, “imerecida cobrança”, que trouxe “mais sacrifício à população” (PROBLEMA DA ENERGIA ELÉTRICA, 10/07/1948, p. 14).

Mas foi em reunião com o prefeito de Porto Alegre, Gabriel Peixoto Moacir, que a CEERG amenizou a sua reação com relação ao poder concedente, afirmando que “só tem uma orientação, a de respeitar e cumprir a legislação em vigor no país, tanto federal como a estadual e municipal”. A empresa desejava, mesmo, “cooperar com esses poderes para bem servir o público, que esse é o lema da empresa que representa”. Nesse momento, disseram os representantes da concessionária, o símbolo desse esforço estaria representado na pretendida construção da usina do Gravataí (O FORNECIMENTO DE LUZ E FORÇA, 13/07/1948, p. 18).

Assim, o movimento da empresa foi o de tentar, além de assegurar as majorações tarifárias, assegurar o domínio sobre a usina do Gravataí. Isso porque, se a CEEE restringisse a solução do problema imediato de energia elétrica à compra de termelétricas e, desse modo, reduzisse a importância da CEERG na geração de energia elétrica, seria mais fácil, em médio prazo, tornar dispensáveis os serviços da Concessionária.

Desse modo, o debate passou a ser travado em torno das soluções apresentadas por Noé de Freitas e pelo engenheiro da CEERG, Alexandre Rosa. O primeiro defendeu a compra de uma máquina diesel elétrica para Porto Alegre, enquanto o segundo defendeu a instalação, pela Cia. Energia Elétrica, de uma termelétrica na usina do Gravataí. A posição do governo foi reconhecida como de “gradativa estatização da eletricidade”, ao negar à Concessionária de serviços a autorização para construir uma usina termelétrica em Gravataí, “tomando o Poder Público a iniciativa de instalar, dentro de Porto Alegre, seis unidades geradoras Diesel”, fechando a oportunidade da empresa de ampliar a sua produção de energia, “como o próprio Estado já se prepara para lhe vender quilovates”. No final do texto, a consideração de que a orientação magna da CEEE era usar a energia

de origem hidráulica o mais rápido possível, e, para isso, estaria estudando o aproveitamento dos rios das Antas e Jacuí e outros potenciais (PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA, 18/07/1948, p. 24).

Mas a questão do poder concedente, por sua vez, foi para o Juízo Arbitral, que foi instalado em 25 de julho de 1948, composto por três membros. A prefeitura indicou Arthur Heinz para representá-la, enquanto a empresa demorou a fazê-lo. Antes de constituído o Juízo, a Companhia tentou desviar o assunto do ponto de vista técnico para o jurídico, defendendo a tese de que, em primeiro lugar, deveria ser analisado se o “contrato estava prorrogado por força de lei” e, apenas depois, se os serviços eram bons ou maus. Aceita essa tese, teria ficado “nula a importância da indagação sobre a qualidade dos serviços” (A C.E.E.R.G. PERDE O PRIMEIRO EMBATE, 27/07/1948, p. 16-12).

Contudo, a resposta da Prefeitura ao documento emitido pela CEERG foi o de que “o único objeto possível do Juízo Arbitral” era o de se “manifestar sobre se são maus ou não os serviços prestados pela Energia Elétrica”. Sendo assim, perderia todo o interesse “a questão de saber se o serviço público concedido pertence à União, ao Estado ou ao Município”, pois, todos esses poderes reputariam como maus os serviços da Cia. Foi, então, instituído o Juízo, por Arthur Heinz, representante da Prefeitura e pelo engenheiro Fernando Martins Pereira e Souza, pela CEERG. O terceiro árbitro seria escolhido pelos dois primeiros (A C.E.E.R.G. PERDE O PRIMEIRO EMBATE, 27/07/1948, p. 16-12).

O debate, então, arrefeceu de julho de 1948 até janeiro de 1949. Enquanto o Juízo Arbitral trabalhava no assunto dos “maus serviços”, Porto Alegre iniciou o ano com um novo racionamento de energia. Mesmo com as inaugurações da primeira Usina Hidro-Elétrica do Passo do Inferno e de termelétricas em São Leopoldo e Novo Hamburgo (PRIMEIRO MARCO, 01/01/1949, p. 28-3), o governo do Estado encontrou dificuldades na capital para a manutenção dos problemas energéticos (PERSISTE RACIONAMENTO DE LUZ, 04/01/1949, p. 16).

Segundo o Correio do Povo, “Sem qualquer aviso prévio, nem às autoridades nem à população, a empresa concessionária dos serviços de energia elétrica” infringiu um “severo ‘blackout’, justamente quando maior era a necessidade de luz e força elétrica”. Os prejuízos teriam se verificado nos arrabaldes e no centro da cidade, quando os efeitos da “infeliz determinação da Cia. Energia Elétrica se fizeram sentir, com a paralização dos

elevadores e das máquinas dos reservatórios hidráulicos” (PERSISTE RACIONAMENTO DE LUZ, 04/01/1949, p. 16).

Solicitando a “boa vontade da população de Porto Alegre”, a empresa pediu a compreensão, pois teria ocorrido um acidente em três caldeiras da usina, tendo “os arcos de matéria refratária internos desmoronado” (C.E.E.R.G., 05/01/1949, p. 5). O jornal Correio do Povo transcreveu uma matéria do Folha da Tarde, com críticas feitas à empresa, isso pelo fato ocorrido em Porto Alegre ser “tão ilógico e acabrunhante que não é mais possível silenciar e aguardar”. Seguiu dizendo que “Já há mais de três anos que nos defrontamos com uma grave crise no serviço de fornecimento de luz e força elétricas e, não obstante esse largo período de tempo decorrido, não se vislumbra qualquer indício de solução imediata e definitiva”. A CEERG teria prometido a instalação de uma caldeira na usina do Gazômetro, que resolveria o problema do racionamento, o que, entretanto, não foi feito (SEM LUZ E ÁGUA, 06/01/1949, p. 9).

Aparentemente, a crise de energia elétrica tinha mais motivos do que a simples deficiência das caldeiras. Ao ser cobrada pelo público, a Prefeitura, representada pelo novo prefeito, Ildo Meneghetti, esclareceu que, desde que o contrato celebrado entre a prefeitura e a CEERG foi denunciado pelos “maus serviços prestados à população”, não teria sido mais possível “exercer sobre ela uma fiscalização à altura da irregularidade dos seus serviços”. A administração estaria “com a sua ação fiscalizadora dificultada”, dependendo da decisão do Juízo Arbitral. Contudo, a CEERG se comprometeu a dar ao conhecimento público das horas de racionamento e das zonas que seriam atingidas pela restrição (PROLONGAR-SE-Á ATÉ SÁBADO O RACIONAMENTO, 06/01/1949, p. 14).

A CEERG convidou a imprensa para visitar as instalações da usina do Gazômetro, para observar “*in loco*” o acidente e a imprevisibilidade dos eventos ocorridos. No final da matéria, em entrevista, o gerente Owen Bossmeyer esclareceu que, ao contrário do que se estava dizendo, de que a Companhia estaria disposta a “boicotar” a usina de emergência da capital, a sua empresa estaria, na verdade, comprometida em colaborar com o Plano de Eletrificação (C.E.E.R.G., 06/01/1949, p. 3).

A crise energética pôs a olhos vistos uma situação: a empresa não foi previdente com relação aos seus serviços, operando a produção de energia elétrica no limite de sua capacidade. As limpezas de caldeiras, desde 1947, sucedidas de racionamentos, já eram indícios da falta de investimento por parte da empresa, que se interessou, contudo, com

Gravataí. Barrada de executar aquele investimento, aparentemente, a companhia operou com uma usina limitada e no limite da carga, propiciando alguns acidentes que afetaram a cidade inteira. Isso fica claro quando o chefe da CEEE, Noé de Freitas, alertou para o risco de a usina acidentada continuar operado com as caldeiras restantes. O engenheiro lembrou das advertências que fez à Companhia, sobre a necessidade de instalação imediata de mais uma caldeira, para conservar as já existentes. Não sendo isso feito, indicou que:

[...] mais uma vez seria a cidade sujeita a grandes riscos, porque já se fazendo normalmente atrasada a limpeza referida, a sobrecarga das caldeiras, por qualquer acidente em uma delas, acarretaria o serviço mais severo das que ficassem em funcionamento, aumentando-se, por conseguinte, os riscos” (FREITAS, 07/01/1949, p. 12-4).

As relações com a Companhia estavam rarefeitas. Em reunião na casa do engenheiro Noé de Freitas, os gerentes da Companhia, Joseph Millender e Dário Gastal, expuseram a situação da empresa. “A princípio”, relatou Noé de Freitas, “Millender disse que sua Companhia não investiria mais recursos em Porto Alegre, em vista de terem sido considerados maus os seus serviços”. Teria o chefe da CEEE ponderado que “a Cia. não se havia conformado com a declaração de ‘maus serviços’”. Porém, pouco tempo depois de ter deixado a casa de Noé, o gerente da CEERG retornou ao local para dizer que tinha ocorrido um “mau entendido, pois sua Companhia estava disposta a cooperar com o governo em todas as medidas que este julgasse conveniente para atenuar a crise de energia”. Noé de Freitas, após dar seus relatos, buscou ensinamentos da situação para as soluções futuras do problema, “que mais deve prevalecer do interesse público do que qualquer considerações de ordem comercial ou privada. Agora e sempre, em matéria de serviços existenciais da sociedade, o intento do lucro não pode predominar” (FREITAS, 07/01/1949, p. 12-4).

A serenidade e a calma apresentada pelo engenheiro chefe da CEEE e o nervosismo da gerência da empresa, com opiniões cambiantes, indicam um cenário desconfortável para o empreendimento da AMFORP em Porto Alegre. O interregno para as análises do Juízo Arbitral deixou o debate em aberto para a empresa, que tinha os seus serviços declarados maus, assim como estava para entrar definitivamente no âmbito de fiscalização da prefeitura. Além disso, a Comissão Estadual de Energia Elétrica expandia os seus serviços, inclusive dentro da Capital, controlando os interesses da empresa, especialmente aqueles referentes à exploração de Gravataí (FORNECIMENTO DE LUZ E FORÇA, 13/04/1949, p. 14-3).

Com o funcionamento das seis termelétricas da Usina de Emergência da Capital, Noé de Freitas fez uma exposição ao governador Valter Jobim, analisando o problema de energia elétrica em Porto Alegre, salientando o empreendimento da CEEE. Segundo o texto, a Companhia teria que instalar uma caldeira nova na usina do Gazômetro, o que não fez “de modo a protelar” essa providência “mais simples e imprescindível”. Na exposição, Freitas indicou que a empresa que não investiu na caldeira do Gazômetro pediu autorização para instalar uma no Gravataí, o que foi “embaraçado” pela CEEE, pelos seguintes motivos: por não atenuar o novo empreendimento os racionamentos, por não constituir reserva suficiente para o inverno, por tornar a indústria de Porto Alegre dependente do uso do combustível líquido, e pela demora da obra (FORNECIMENTO DE LUZ E FORÇA, 13/04/1949, p. 14-3).

Contradizendo o discurso que desqualificava a intervenção pública, “Hoje”, reiterou Noé de Freitas, “todos clamam pela intervenção, para melhorar e, se a Companhia continuar com sua política de protelação, não haverá outra alternativa”. A empresa, só no momento de crise, teria acatado a sugestão da CEEE de usar a caldeira destinada para o Gravataí no Gazômetro, o que, em suma, era um problema pelo fato de não haver tempo para que ela fosse convertida para o uso do carvão nacional. O engenheiro citou uma “insistência” da Companhia no emprego exclusivo de óleo combustível”. Sugeriu, desse modo, que a empresa fosse notificada por não adotar as medidas necessárias para o reestabelecimento do serviço de energia elétrica (FORNECIMENTO DE LUZ E FORÇA, 13/04/1949, p. 14-3).

O discurso autorizado de Noé de Freitas foi verbalizado pela Prefeitura, que deu outro *Ultimatum* à CEERG. Segundo ofício enviado pelo prefeito Ildo Meneghetti ao gerente Joseph Millender, ficou explicitado que se a concessionária não efetivasse as providências sugeridas em sete dias, a própria prefeitura o faria, com “a encomenda da caldeira indispensável à normalização dos serviços de luz e força”. Reiterou que a Prefeitura não levaria “mais em consideração respostas protelatórias, pois a coletividade não pode ficar aguardando indefinidamente as soluções de questões que digam respeito a normalização de serviços públicos”. Além disso, a prefeitura ameaçou a suspensão dos pagamentos de iluminação pública à concessionária. A CEERG, por sua vez, se comprometeu, após o *ultimatum*, a fornecer a caldeira sugestionada pela CEEE, com adaptações para o uso do carvão, para o ano de 1950 (ULTIMATUM DA PREFEITURA, 19/04/1949, p. 20).

No discurso de inauguração da Usina de Emergência em Porto Alegre, iniciativa da CEEE, fica patente a importância atribuída pelo Governo à instituição, especialmente às figuras de Valter Jobim e Noé de Freitas. O poder atribuído ao engenheiro chefe da CEEE foi reconhecido no discurso de Naio Lopes (PSD), quando da inauguração da usina de Emergência, da seguinte forma:

Decorre daí a significação, a expressão e a grandiosidade mesmo, do plano de eletrificação do Estado, cujas bases estão assentadas e cujo trabalho se vai levando a cabo, por ora e em reduzidas proporções, mas sob o mais direto cuidado do eminente Governador Valter Jobim e sob a assistência, controle e supervisão da Comissão Estadual de Energia Elétrica, que tem a sua frente o dedicado e brilhante engenheiro Noé de Freitas, doublé de técnico idealista (SOLENEMENTE INAUGURADA, 03/05/1949, p. 18-6-7).

Com base nesse poderio de decisão e influência, a CEEE teve força para enfrentar a CEERG e seus gerentes, e assim atenuar a crise energética para, além do mais, defender uma narrativa positiva sobre a intervenção pública no setor de energia elétrica, que teria sobreposto o interesse público ao interesse privado. Desse modo as câmaras estadual e municipal, os executivos estadual e municipal e a imprensa regional encontraram respaldo na voz tecnicamente autorizada de Noé de Freitas, o chefe da Comissão Estadual de Energia Elétrica (SOLENEMENTE INAUGURADA, 03/05/1949, p. 18-6-7).

Por sua vez, a fala de Valter Jobim sobre o empreendimento ressaltou os “deveres da social democracia”, presentes no nome da agremiação em que ele estava inserido, o PSD. Segundo o governador, um desses deveres era se colocar acima das vantagens particulares, não conferindo “privilégios à ninguém”, nem permitindo o enriquecimento em troca do empobrecimento coletivo” (SOLENEMENTE INAUGURADA, 03/05/1949, p. 18-6-7).

O final da década de 1940, em Porto Alegre, indicou um ambiente hostil à empresa concessionária de serviços elétricos. Esta teve os seus serviços declarados “maus” pela prefeitura, com a participação solidária do Estado e do Governo Dutra, perdendo, assim, a chance de obter uma renovação automática do contrato, que venceu em 2 de junho de 1948.

Após isso, o Juízo Arbitral ficou com a tarefa de estudar a qualidade dos serviços da Concessionária da AMFORP, o que, entretanto, não foi a frente. A situação ficou em suspenso, pois, apesar de a empresa não ter renovado o contrato como queria, ficou como concessionária dos serviços, e, ainda mais, recebendo a energia elétrica produzida pela usina de emergência e distribuindo à população de Porto Alegre.

3.4. Considerações parciais

São necessários alguns apontamentos sobre os embates entre as subsidiárias da AMFORP e as autoridades de suas zonas de concessão. É essencial destacar que, em um ambiente democrático, as concessionárias tiveram que despender um maior trabalho argumentativo para lidar com os interesses estaduais e municipais, principalmente estando a empresa com seus serviços defasados.

Se, em um primeiro momento, o poder dos gerentes foi uma forma de manter os interesses das subsidiárias protegidos em relações de filantropia com o público e de confraternização com as autoridades, a imagem dos gerentes foi “caindo no esquecimento”, mas sem deixar de ter relevância nos bastidores.

Em segundo lugar, o decreto nº 7.524, de 5 de maio de 1945, permitiu às concessionárias de serviços públicos aumentarem os preços de suas tarifas, com a justificativa de assim poderem conceder aumento salarial aos seus empregados. Essa autorização serviu de mote para outros pedidos feitos pela empresa, sistematicamente, nos anos posteriores.

Um terceiro padrão nas ações da empresa foi o grau de deficiência dos serviços em todas as amostras elencadas, indicando que a AMFORP não estava investindo no setor de transportes, eletricidade e telefones, mas, pelo contrário, já estava abandonando algumas atividades, como os serviços de bondes em Recife e Curitiba. Os investimentos feitos pela empresa foram do tipo paliativo, com a compra de motores diesel elétricos para a produção de energia elétrica. Essas medidas não acompanharam os desenvolvimentos regionais, dando pequenos momentos de desafogo para a crescente demanda por força e luz nas capitais brasileiras atendidas pela AMFORP.

A partir disso, é compreensível o esforço publicitário da empresa, indicado nos dois primeiros capítulos, no sentido expor a narrativa da empresa de que a Guerra teria prejudicado os seus serviços, de que os preços dos materiais e da mão de obra estavam caros, e de que eram necessárias tarifas adequadas para a atração de capitais e investimentos nas subsidiárias.

Contudo, as reações regionais foram distintas do esforço unificado pela CAEEB, em nome da AMFORP e da Electric Bond and Share no Brasil. No Espírito Santo, no Paraná e no Rio Grande do Norte, várias críticas foram feitas às concessionárias, demonstrando

as dificuldades enfrentadas pela população no novo ambiente urbano moderno. Nos meios legislativos, houve a criação de projetos de encampação, mas que não saíram do papel.

No Paraná, foi notável a presença da conciliação de interesses da empresa e dos trabalhadores, à revelia dos consumidores, por meio dos aumentos tarifários justificados por aumentos salariais. O jornal O Dia, com uma linha trabalhista, reforçou a medida estabelecida pelo decreto de 1945, deixando visível a estratégia da empresa.

No Espírito Santo, é de se destacar as críticas de cunho moralista realizados contra a Central Brasileira, desautorizadas pelo veículo em que elas eram publicadas, A Gazeta. Nesse caso, o jornal pretencente ao líder político Carlos Lindenberg dava mostras de proximidade com a empresa.

Em Niterói, os serviços da CBEE eram restritos à eletricidade e gás, não tendo noticiadas graves crises no período de 1945-1949, contudo, apresentando o reforço da presença dos gerentes na vida social da cidade.

Em Pernambuco, o estado vinha desde o período ditatorial impingindo multas à Companhia, intensificando as suas críticas aos serviços de bondes e ao fornecimento de eletricidade, no entanto, sem uma movimentação social e política com a que aconteceu no Rio Grande do Sul.

No Estado gaúcho, após a constatação de que os serviços da concessionária não atendiam às demandas de Porto Alegre e, por sequência, do Rio Grande do Sul, foi primeiro criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em 1944, que, comandada pelo engenheiro Noé de Freitas, teria o objetivo de produzir energia elétrica através do potencial hidrelétrico estadual.

Em 1946, as autoridades municipais gaúchas se movimentaram no sentido de contrariar os interesses da CEERG em aumentar os preços de suas tarifas de serviços, o que foi se intensificando em 1947. Em 1948, os embates atingiram as esferas estadual e federal, quando os gaúchos procuraram obter o poder concedente de fiscalização sobre a concessionária. Com a movimentação do governador do PSD, Valter Jobim, o estado obteve a autorização do governo federal para realizar “ajustes” no contrato da companhia, a ser renovado em 1948. A partir daí, a prefeitura de Porto Alegre declarou “maus” os serviços da empresa, impedindo uma renovação automática dos contratos. Apesar disso,

a empresa não foi encampada, porém perdeu espaço nas decisões e no planejamento de expansão dos serviços para a CEEE.

A diferença do Rio Grande do Sul para as outras amostras foi a existência de um conjunto de ações dos poderes municipal e estadual no sentido de conter o poder de influência das subsidiárias da AMFORP, pavimentando o caminho jurídico para uma possível encampação, haja vista que o contrato renovado até 1958 teria mais dez anos de existência, talvez o tempo suficiente para o Estado aumentar o seu lastro na produção de energia elétrica e poder tomar medidas mais decisivas a respeito da Concessionária de serviços públicos.

Até aqui, mostramos o esforço da multinacional do setor de serviços elétricos em criar narrativas que favorecessem os seus negócios, por meio da publicidade e da ação social dos gerentes da empresa, mas, com a novidade de indicar os embates entre as subsidiárias do empreendimento com os diversos *campus políticos* em que estavam inseridas.

No próximo capítulo, vamos contextualizar os empreendimentos estatais da década de 1950, em níveis federal e estadual, e a forma como a AMFORP reagiu, encaminhando o texto dos embates para os primeiros combates, ou seja, os primeiros conflitos abertos entre as concessionárias e as autoridades locais das amostras elencadas.

CUIDADO COM O "PEAK"

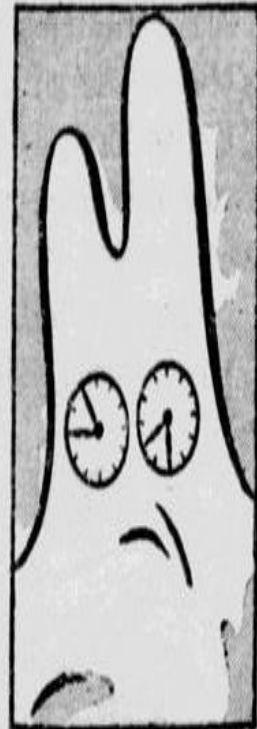
O INVERNO VEM AÍ...



Seu "Kilowatt", o criado elétrico, preocupada com a nova ameaça do "Peak".

O ESTRANHO PERSONAGEM VOLTA A AMEAÇAR A VIDA DE "SEU" KILOWATT, O CRIADO ELÉTRICO

O perigoso Sr. "Peak", esse famigerado glutão que só se alimenta de eletricidade nas horas mais críticas do dia, acaba de lançar nova ameaça à vida de "Seu" Kilowatt, o criado elétrico de Curitiba. O estranho personagem promete, com a chegada do inverno, sugar toda a energia produzida na usina que abastece Curitiba, esgotando sua capacidade geradora.



"Peak", o grande devorador de eletricidade e inimigo n.º 1 de "Seu" Kilowatt.

QUEM É O SR. "PEAK"?

Figura 84 – C.F.L.P., 21/05/1950, p. 8

Capítulo 4

Os primeiros combates

AMIGO DA ONÇA. E depois “Seu” Kilowatt vem com aquela cínica, procurando emgambelar o povo, dizendo de suas dificuldades, enumeradas com muita arte e gosto intelectual. Propaganda inteligente, bem dosada, e que se não for logo desprezada acabará por envenenar o cérebro de muita gente.

Espelho da Cidade, A Gazeta

Ora, quem viu a Força e Luz tão logo se aboletou nesta adolescente Cidade Sorriso, tão ingênua e acolhedora; quem a viu transvestido em pele de cordeiro, aparentando propósitos honestos, deve ter ainda bem gravado na retina aquele boneco de engodo – o “Kilowatt, seu criado elétrico”, retraçado em postura de bem servir aos consumidores. Mas atrás daquela subserviência, dizendo maravilhas do bem-estar e do conforto proporcionado pela eletricidade, dos cuidados para a preservação da boa visão, havia o interesse de impingir-nos, a nós botocudos, as suas bugingangas.

Jornal O Dia

Após enfrentar os primeiros embates contra as autoridades locais, a AMFORP também teve que lidar com as mudanças ocorridas no setor de eletricidade em nível federal. Segundo Bielschowsky (2010), os debates iniciais sobre o desenvolvimento econômico brasileiro teriam cedido espaço para diversas elaborações sobre o subdesenvolvimento, que, no Brasil, teve a influência da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). A partir de então, os estudos sobre a realidade econômica brasileira geraram formulações de políticas de governo para a superação de características próprias a países agrário-exportadores e com uma estrutura econômica subdesenvolvida (BIELSCHOWSKY, 2004).

Neil Lochery (2015) indicou que, no primeiro governo Vargas, a política econômica foi amparada na geopolítica internacional, com a culminância em “frutos da guerra” para o Brasil, como a C.S.N., a C.V.R.D. e a F.N.M., por meio de acordos feitos entre o governo brasileiro e o estadunidense, na busca de apoio no conflito mundial (LOCHERY, 2015).

A década de 1950, contudo, marcou uma alteração substantiva para o desenvolvimento econômico nacional brasileiro, com a intervenção do Estado em setores estratégicos, tanto na elaboração de fontes de recursos para investimentos em infraestrutura, indústrias de bases e serviços, quanto para a ação direta do Estado na economia por meio de empresas estatais (RIBEIRO, 2013).

No segundo governo Vargas, houve a criação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras); do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), assim como do projeto de criação da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras). Desse modo, o segundo governo Vargas aplicou novas formas de planejamento por meio da captação de recursos

pelo Estado. Esses esforços foram aproveitados pelos governos estaduais, que tiveram a possibilidade de se utilizar de decretos federais para viabilizar seus empreendimentos em eletricidade (RIBEIRO, 2013).

Luiz Cláudio Ribeiro (2013) indicou as legislações federais criadas nesse momento para favorecer os investimentos estatais em serviços públicos. Inicialmente, por meio da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, foi criado o Fundo de Reparcelamento Econômico, para a captação de recursos administrados pelo governo federal (RIBEIRO, 2013, p. 83).

Em seguida, foi criada a Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, à qual criava o BNDE e os títulos da dívida pública, formando assim “o sistema de captação de recursos”, sendo o Banco o “agente do Governo nas operações financeiras que se referissem ao reparcelamento e ao fomento da economia nacional” (RIBEIRO, 2013, p. 83).

A Lei nº 1.807, de 7 de janeiro de 1953, por sua vez, criou taxas a serem concedidas pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) “para operações de câmbio” destinadas aos “serviços governamentais, inclusive os relativos às sociedades de economia mista em que a maioria do capital votante pertença ao Poder Público” (RIBEIRO, 2013, p. 83).

Essas leis criaram não só a disponibilidade de recursos para os empreendimentos de grande vulto, mas “a estrutura jurídica necessária” para os estados promoverem os seus planos de eletrificação estaduais, alguns criados antes dessa estruturação jurídico econômica do estado (RIBEIRO, 2013).

Nesse momento, alguns estados fortaleceram as suas autarquias de produção de energia elétrica, antigas ou recém-criadas, ou se interligaram aos investimentos federais. No Espírito Santo, foi criada a Escelsa S.A., em 1956; no Rio Grande do Sul, a CEEE já atuava na eletrificação do Estado desde 1944; em Recife e Natal, o empreendimento federal da Companhia Hidrelétrica São Francisco (CHESF), por meio da usina de Paulo Afonso, seria o desafogo para a demanda de eletricidade nesses estados, com a atuação regional dos departamentos de Águas e Energia e de Viação e Obras na regulamentação dos serviços do setor.

No caso de Niterói e de Curitiba, somente na década de 1960, foram criadas autarquias próprias para operar os serviços de produção e distribuição de energia elétrica, no entanto,

a disponibilidade financeira da nova estrutura jurídico-financeira federal serviu para o desenvolvimento do setor nessas regiões.

Nesse contexto, a já bastante questionada AMFORP passou a ter, como principal função, a distribuição de energia elétrica, modificando o teor da sua publicidade, que começou a salientar o alto custo dos fios, dos postes, dos transformadores e dos serviços de distribuição, o que se somava aos custos da mão de obra.

O Governo de Juscelino Kubistchek (1955-1959) intensificou o desenvolvimento nacional, ao passo que os investimentos do início da década de 1950 começaram a surtir efeitos nas realidades estaduais, transformando os embates entre as autoridades locais com as subsidiárias da AMFORP em combates, nos quais as concessionárias se utilizaram de publicações agressivas feitas nas imprensas locais, desafiando e desacatando as autoridades políticas, que, por sua vez, utilizaram os seus veículos de informação e as justiças locais para derrotar as pretensões da AMFORP.

Nesse sentido, os governos estaduais eleitos em 1958 tiveram, como demanda, lidar com as deficiências das concessionárias de energia elétrica e com os constantes aumentos de tarifas, mesmo com a produção hidrelétrica estatal alimentando as empresas, assim como lidar com as pressões sociais e as críticas à existência da empresa posteriormente à concretização dos investimentos estatais estaduais ou federais.

O final do processo, ocorrido em 1965, contudo, não foi igual para as amostras elencadas. Após o esgarçamento das relações entre as empresas e as autoridades locais, o que definiu a prevalência dos interesses públicos contra os interesses privados internacionais foi a forma como cada *campus político* se organizou para enfrentar as associadas da multinacional.

Portanto, as décadas de 1950 e 1960 foram momentos de combate entre os poderes públicos brasileiros contra as pretensões das subsidiárias da AMFORP, identificados nos jornais elencados como amostras para essa pesquisa.

Na próxima seção, serão delineados os combates entre as subsidiárias da AMFORP com as autoridades locais, no início da década de 1950, com passagens em que o “Seu” Kilowatt foi diretamente criticado por políticos, colunistas e populares.

4.1. “Seu” Kilowatt, amigo da onça: a AMFORP no segundo governo Vargas

Em Curitiba, no início da década de 1950, os serviços de eletricidade começaram a entrar em uma profunda crise, o que acionou diversos setores sociais e políticos a debaterem os seguintes temas: os contratos com a Concessionária, os aumentos tarifários, a forma de produção de energia elétrica e os prejuízos causados pelo racionamento da energia à coletividade.

O ano de 1951 foi o ápice desse debate, durando cerca de 6 meses, em que os governos municipal e estadual, as casas legislativas, os estudantes e a imprensa debateram o tema, com séria hostilidade à AMFORP. A linha editorial de O Dia, apesar de ter se mostrado agressiva em 1951, abrandou-se com as novas promessas da empresa para o setor, e, de 1952 até 1954, é notável um recuo da linha editorial para um ambiente conciliatório, o que indica oscilações para a amostra.

Já em 1950, o risco de um racionamento de energia elétrica gerou impasses entre a empresa e os consumidores. A CFLP, que já havia estimulado o consumo do insumo, passou a criticar o “esbanjamento de energia elétrica”. O argumento da empresa era de que o preço da energia era “irrisório”, o que teria estimulado os consumidores a usarem os serviços, que, como consta em aviso, teriam gerado um “extraordinário aumento verificado nas ligações de fogões elétricos”. Desse modo, a crise da energia elétrica seria causada pelo excesso de consumo (C.F.L.P., 06/04/1950, p. 8). Esse foi apenas um dos indicativos de uma crise que iria se avolumar de maneira não vista com relação a esse serviço.

A ameaça de racionamento de energia, diferente do argumento de secas ou de reservatórios de hidrelétricas em baixa, foi diretamente vinculado ao consumo excessivo, gerado pela “extraordinária e crescente utilização que vem tendo a eletricidade em todos os setores”. Desse modo, “uma das medidas que se impõe, pela urgência da situação, é o gasto parcimonioso de energia”, apelando a empresa para o comércio, que deveria “abolir ou pelo menos reduzir consideravelmente” o consumo da iluminação das 6 às 8 horas. Com essa colaboração, teria a empresa “o mesmo êxito do ano passado” em evitar o racionamento de eletricidade (C.F.L.P., 04/05/1950, p. 8).

Em meados de julho de 1950, os relatos eram de que a falta de energia elétrica, “bem mais do que a iluminação pública, vem causando sério prejuízo à indústria e ao comércio curitibano”, “afetando a vida coletiva e nos lares, gerando um desajuste completo na vida cotidiana” (SÓ SÁBADO, SERÁ RESTABELECIDO, 14/07/1950, p. 8). Além da vida

dos consumidores domésticos, “O problema da falta de força, em determinadas horas, em nossa Capital, está criando geral descontentamento, uma vez que são múltiplas as indústrias que vivem em função da energia elétrica” (A FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA, 16/07/1950, p. 1).

Diante de tal situação, as classes conservadoras enviaram um telegrama ao Ministro da Agricultura pedindo providências para o caso. Nesse documento, houve referência à forma como foram feitos os contratos entre os administradores públicos e a AMFORP, nos quais “faltaram cláusulas que obrigassem as concessionárias a ampliar as suas instalações a medida do necessário, ou em algum caso, a cumprir rigorosamente essas cláusulas”. A partir disso, “As classes produtoras”, “reunidas as expressões máximas da economia regional”, pediram uma “solução urgente do problema” na capacitação da CFLP com “condições razoáveis para se proporcionar energia elétrica exigida pela prosperidade coletiva” (O PROBLEMA DO FORNECIMENTO, 21/07/1950, p. 8).

No entanto, tais apelos não encontraram efeitos práticos. No ano de 1951, houve um duro racionamento de energia elétrica para a região. É curioso notar que capacidade da usina de Chaminé, que tinha promessas de ampliação desde fins da década de 1940, ainda não tinha passado de 12.000 KW de potência para os 16.000 KW prometidos. A empresa, por sua vez, lançou ações no mercado regional para captar recursos e conseguir a instalação de um grupo Diesel de 3.000 KW para remediar a situação existente (COMPANHIA FORÇA E LUZ AUMENTA SEU CAPITAL, 18/01/1951, p. 8).

Em entrevista ao jornal O Dia, o diretor da CAEEB, Pedro Américo Werneck, explicou que a ação se tratava de uma iniciativa da DELTEC S.A., “empresa especializada em subscrição de capital, investimentos mobiliários e outras operações financeiras conexas”. Esta é que faria a operação de venda de ações “de norte-americanos para brasileiros”, sem serem essas novas, mas aquelas pertencentes à CFLP. O escopo era arrecadar fundos para ampliações nas usinas da empresa, iniciativas nas quais deveriam se empenhar “Todo o bom brasileiro”, para o “desenvolvimento de nossos centros urbanos” (CAPITAIS PARANAENSES NA COMPANHIA, 10/04/1951, p. 8).

Já em abril, a empresa anunciou o racionamento de energia elétrica, “em certas horas do dia”, gerado “por motivos de força maior”, “nos períodos de 9 às 11 e das 6 às 8, afim de evitar o escurecimento em certas zonas da cidade” (RACIONAMENTO DE ENERGIA, 21/04/1951, p. 8). Mas é no mês de maio que fica patente uma linha crítica de O Dia à

situação que se estabeleceu na cidade, com referências duras ao governador do Estado, Bento Munhoz, e à empresa. O desenrolar dos eventos geraram, inclusive, grande animosidade entre o jornal O Dia e a CFLP.

Comentando em matéria uma palestra do governador, de 9 de maio, O Dia criticou o discurso de Bento Munhoz, que indicou a “possibilidade de financiamento para aquisição de geradores” “estudada pelo governo”. Para O Dia, essa consideração poderia ser vista como uma “BLAGUE”, haja vista a “invejável situação financeira da Cia. Força e Luz do Paraná, longe de ser mendiga ou necessitada de auxílio dos Poderes Públicos”, pelo fato de ela auferir “lucros extraordinários à custa do sacrifício do povo” (O QUE NOS FALTA EXCLUSIVAMENTE É ENERGIA, 10/05/1951, p. 8).

O Dia afirmou também que ninguém ignorava que “a Força e Luz descumpriu o contrato firmado com o Estado”. O argumento geral exposto é de que seria um absurdo um “financiamento com erário público”, pago pelos contribuintes que seriam, mais a frente, “escorchados com aumento de taxas pela mesma Cia.”. Mas isso não seria tudo, “Se atentarmos para outro golpe de que lança mão a famigerada Força e Luz”: “a venda de ações que presentemente anda a impingir à indústria e a particulares, com o suposto fim de melhoria de fornecimento de energia e luz” (O QUE NOS FALTA EXCLUSIVAMENTE É ENERGIA, 10/05/1951, p. 8).

A partir de então, a linha editorial de O Dia passou a acusar a CFLP de boicotar o fornecimento de energia elétrica para forçar um aumento tarifário, tendo, para isso, utilizado, como justificativa para o não atendimento dos serviços em eletricidade, dois argumentos: o de que o governo federal teria restringido as tarifas de energia elétrica a preços baixos; e o de que isso teria gerado um exagero de consumo supérfluo por parte dos consumidores, limitando a capacidade de fornecimento por parte da empresa (FAMIGERADA FORÇA E LUZ, 24/05/1951, p. 1).

No início de sua empreitada contra a CFLP, houve o uso de uma narrativa nacionalista, quando esta “Companhia eminentemente estrangeira”, instalada no Brasil, “estaria extendendo seus tentáculos e ampliando as suas fontes de obtenção do bom dinheiro com o mínimo de aplicação”. Seria um “polvo que suga o sangue brasileiro, cordato e ordeiro” (FAMIGERADA FORÇA E LUZ, 24/05/1951, p. 1).

Segundo os relatos jornalísticos de O Dia, após a posse de Bento Munhoz, “As residências permanecem em trevas; os chefes de família improvisam soluções; as senhoras reclamam,

protestam e amaldiçoam as dificuldades surgidas com a intolerável situação”, assim como “bairros inteiros ficam às escuras, durante longas horas”. E a pergunta consequente de tais situações seria: “quem concedeu à Companhia Força e Luz o famigerado contrato?” (O PARANÁ ESTÁ VIVENDO, 26/05/1951, p. 1).

As indústrias também estariam insatisfeitas, como constou em matéria sobre uma fábrica de beneficiamento de talco, que não estaria conseguindo acionar um “tambor de 8 metros de comprimento, que executa um movimento giratório sobre uma fornalha aquecida até a temperatura de 600 graus centígrados” e o “exaustor, também elétrico”. A culpa, além da presença de um capital explorador e de um governo estadual displicente, seria de um contrato firmado à “época em que o P.R. mandava no Paraná, para infelicidade dos paranaenses” (INDÚSTRIA PREJUDICADA, 29/05/1951, p. 1).

Em referência direta à publicidade da CFLP, o Dia questionou o fato de a empresa ter estimulado o consumo de eletricidade para depois cobrar economia de energia elétrica. Segundo o texto, “O ‘Seu’ Quilowatt aparecia pedindo consumo e recomendando a instalação de fogões, fogareiros, matéria higiênica, enfim, tudo o que modernamente dá conforto e consome eletricidade”. Não teriam sido poucos os que acreditaram no “conto da luz”, que recomendava aplicativos domésticos “para conforto e a vida o lar” (FAMIGERADAS COMPANHIAS, 30/05/1951, p. 8).

A Guerra teria gerado uma interrupção no progresso da cidade, mas O Dia indicou que, depois do conflito, a AMFORP deveria ter se preparado para suprir as “necessidades do povo e do progresso da cidade”. Contudo, a empresa teria se utilizado da Guerra para, “ensaaiando escurecimentos”, justificar “o seu interesse pela majoração de tarifas” (AS FAMIGERADAS COMPANHIAS, 30/05/1951, p. 8).

Em alguns momentos, O Dia chegou a pedir que a Prefeitura Municipal promovesse “a rescisão do famigerado contrato, com a consequente encampação da mesma Cia.”, levando em conta que “o silêncio do governo [estadual] é de estarrecer”. Ao noticiar os problemas gerados pela falta de luz, o jornal acusou a Companhia de promover represálias contra ela, quando, “durante o dia, propositadamente, falha o seu fornecimento de força às nossas oficinas, paralisando o serviço do jornal” (DESMANDA-SE A CIA. FORÇA E LUZ, 31/05/1951, p. 8). O grau de animosidade entre a linha editorial do jornal e a CFLP foi tal que a Concessionária foi acusada de métodos totalitários.

A famigerada Força e Luz, usando de métodos que lembram o império do nazismo na Alemanha Hitlerista, procura sufocar nossa palavra de revolta na batalha pelo bem-estar popular. Inicialmente foram nossas oficinas visadas pela companhia fornecedora de energia, com cortes sucessivos naquele fornecimento, paralisando nosso trabalho e calçando o andamento dos serviços de elaboração do jornal (A FORÇA E LUZ É CONTRA O POVO, 02/06/1951, p. 8).

Mesmo assim, finalizou O Dia, “Nossa batalha prosseguirá, queiram ou não aqueles detentores do vergonhoso ‘trust’ da energia e luz, sejam os sacrifícios de que ordem forem” (A FORÇA E LUZ É CONTRA O POVO, 02/06/1951, p. 8).

Em uma situação crítica, Curitiba estaria em “trevas impenetráveis que sobrem sobre toda a cidade, abandonada à mercê do monopólio estrangeiro, malsinado e pernicioso”, é “público e notório que houve notável substituição com a saída, absurda e desnecessária, de Mr. Kilowatt, nosso antigo serviçal, para assumir aquele cargo de ‘eficiente’ ‘Mr. Peack’?”, personagem criado para representar os picos de consumo de energia elétrica, apresentado como vilão para “Seu” Kilowatt. Portanto, a ameaça do “Mr. Peack” ao “Seu” Kilowatt entrou no debate, como algo absurdo para O Dia, que voltou a acusar a empresa por suas origens estrangeiras, “perniciosas”. Com tal situação, lâmpadas, fogões, aquecedores, estufas, rádios, geladeiras e tocadiscos estariam colocados em situação de “inércia lamentável” (OS VAGALUMES E A FORÇA E LUZ, 06/06/1951, p. 8).

Já passando do racionamento para a ameaça de um “blackout”, o Dia utilizou o ditado popular “Quem te viu e quem te vê” para questionar a AMFORP:

Ora, quem viu a Força e Luz tão logo se aboletou nesta adolescente Cidade Sorriso, tão ingênua e acolhedora; quem a viu transvestido em pele de cordeiro, aparentando propósitos honestos, deve ter ainda bem gravado na retina aquele boneco de engodo – o “Kilowatt, seu criado elétrico”, retraçado em postura de bem servir aos consumidores. Mas atrás daquela subserviência, dizendo maravilhas do bem-estar e do conforto proporcionado pela eletricidade, dos cuidados para a preservação da boa visão, havia o interesse de impingir-nos, a nós botocudos, as suas bugingangas (BLACKOUT, 25/07/1951, p. 4).

“O boneco do engodo”, “o odioso ‘Kilowatt’, que de tanto desservir já de há muito havia caído no descrédito, foi substituído por outra figura não menos odiosa e ridícula: Mr. Peack”. Se antes a empresa anunciava a “boa iluminação”, “a preservação dos órgãos da visão”, o “conforto”, passou a apregoar “o ‘peeck’”, ou seja, o racionamento gerado pelos picos de consumo (BLACKOUT, 25/07/1951, p. 4).

Nesse momento, é importante apresentar ao leitor o personagem das charges de O Dia, chamado de *Fumaça*, assinadas por Eloy de Montalvão, que era colunista do jornal. Esse

personagem comentava brevemente os problemas de todas as ordens que ocorriam em Curitiba. Nos momentos de racionamento de energia, Fumaça se dedicou várias vezes a falar sobre a questão elétrica. Na escuridão, a mulher perguntou ao Fumaça: “Onde estais que não te vejo?” E Fumaça respondeu: “Em Curitiba, Capital do Paraná...” (A ESCURIDÃO, 29/08/1951, p. 1).

Na Figura 85, ao ser avisado sobre o risco de ficar na rua às escuras, Fumaça disse que não adiantava apressar o passo, pois “O regime da Fôrça é contrário ao de viver às claras” (LUZ SEM FORÇA, 01/08/1951, p. 1). Já conforme a Figura 86, sobre a ameaça de aumento das tarifas, Fumaça disse que “É uma necessidade. O sr. Kilowate, seu criado elétrico, precisa de um salário mínimo, maior” (VAE SUBIR”, 02/08/1951, p. 1).



Figura 85 - O DIA, 01/08/1951, p. 1

Figura 86 - O DIA, 02/08/1951, p. 1

O debate passou a se avolumar na imprensa, nos órgãos das classes produtoras e nas casas legislativas em torno dos argumentos apresentados pela empresa sobre a situação em que a cidade se encontrava. O presidente da CFLP, em entrevista concedida por seu presidente, alegou que o caos energético teria sido causado pela escassez de água e pelo uso de fogões elétricos pelos consumidores. “Com essa simples alegação, dá-se por desculpada, e, em consequência, inocente pelo que está sucedendo à nossa cidade” (É ABSURDA A DEFESA DA COMPANHIA, 02/08/1951, p. 8).

Entretanto, a resposta foi debatida em reunião da Associação Comercial, da Federação das Indústrias e da Federação do Comércio. O Dr. Gastão Chaves, “conhecedor profundo

da matéria”, indicou que os fogões entravam em ação entre 10 e 12 e entre 16 e 18 horas, horários em que o “consumo é, na realidade, pequeno”. O problema seria causado, como consta em matéria, pelo fato de a empresa não ter ampliado a capacidade da usina geradora, e ter trabalhado com duas unidades geradoras desde 1928 até 1947. Somente em 1947, instalou mais uma, e conseguiu ver suspensa a ordem de instalação da quarta unidade por tempo indeterminado (É ABSURDA A DEFESA DA COMPANHIA, 02/08/1951, p. 8).

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná aprovou o envio ao governo federal de telegramas expondo a situação “criada pelo descaso da Companhia concessionária daqueles serviços face ao interesse público”. Sob “ameaça total de paralização decorrente da estiagem,” a Companhia não estaria, contudo, cumprindo seu contrato com o Estado, “demonstrando absoluto desinteresse” em dotar Curitiba de energia elétrica. Com o apoio da Associação Comercial do Paraná e da Federação do Comercio, a instituição apelou para uma “medida salvadora”, a “expropriação do patrimônio e serviços da Companhia Força e Luz pelo Estado vg incorporando os mesmos ao plano Hidro-Elétrico Paranaense” sob a orientação do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado” (A PEDIDO DO SESI, 05/08/1951, p. 3).

Na Assembleia Legislativa, por sua vez, o deputado do PSD, Accioly Filho, oposição ao governo, indicou a alegação da empresa de que a crise energética teria se dado pela “teimosia do governo em não permitir o aumento de taxa”, o que teria, por seqüência, obrigado a Força e Luz a não tomar providências em tempo, para evitar o racionamento. Segundo o deputado, tal declaração seria motivo para que o governo “encampasse imediatamente” a empresa, dado o seu interesse em “extorquir o dinheiro público e não lhe dar serviço correspondente” (FILHO, 03/08/1951, p. 1).

Os estudos da Comissão Estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB) ganharam espaço nas folhas de O Dia, tratando do tema. Essa Comissão teria chegado a conclusões idênticas àquela Comissão nomeada pelo Interventor Federal do Estado do Paraná, em 1932, para estudar os contratos entre as Empresas Elétricas e o governo do Estado. Com isso, a indicação da agremiação seria a de encampação da empresa, haja vista que uma revisão contratual não seria plausível, visto que a Companhia dava provas de inidoneidade que não podiam “deixar a esperança de que, de futuro, possa corrigir-se” (A LUZ E FORÇA E SEU RACIONAMENTO, 05/08/1951, p. 3).

As conclusões se referiam à falta de previdência da empresa, que não ampliou o seu potencial de fornecimento, de 1932 até 1951. A CFLP não teria se esforçado para aproveitar o potencial hidrelétrico de Curitiba, conforme cláusulas previstas no contrato, e, desse modo, não poderia justificar o não cumprimento pela estiagem, haja vista o conhecimento de sua possibilidade há pelo menos 18 anos. Sendo assim, “Há 18 anos que a inidoneidade da Cia. foi comprovada” (A LUZ E FORÇA E SEU RACIONAMENTO, 05/08/1951, p. 3).

Os estudos da Comissão também citaram que a AMFORP estimulou o consumo, quando “Ia de casa em casa pedindo que instalasse fogões elétricos, fazendo demonstrações, por seus empregados, sobre as vantagens do uso da eletricidade”, e, em 1951, passou a considerar “privilegiados os que os possuem”. E lembraram o slogan da Companhia, que era “Eletrifique o seu lar”. Com a crise, segundo a Comissão, a empresa teria transferido a culpa para os consumidores e para o transporte de bondes. Além disso, “para cobrir a sua inidoneidade, a Companhia lança uma subscrição pública de ações, para cumpliciar os brasileiros nos seus desmandos” (A LUZ E FORÇA E SEU RACIONAMENTO, 05/08/1951, p. 3).

O socialista Carlos Amorety Osório, por sua vez, indicou a necessidade da declaração de inidoneidade da empresa; da ocupação imediata de suas instalações; e da rescisão judicial do contrato com as Empresas Elétricas Brasileiras S.A. (RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, 12/08/1951, p. 4).

Para executar o racionamento de energia elétrica, foi nomeada uma Comissão de Racionamento, pelo governo do Estado, para coordená-lo. Em matérias de O Dia, foram indicadas situações em que algumas regiões estariam tendo mais prejuízos do que outras com a falta de energia elétrica (RACIONAMENTO NÃO É IGUAL PARA TODOS, 12/08/1951, p. 8). Ou seja, a concessionária se sentiria “perfeitamente bem e à vontade para agir a seu bel talento. O racionamento faz-se do modo mais arbitrário e irracional, obedecendo pura e simplesmente aos caprichos de Mr. Cook” (A COMPANHIA FORÇA E LUZ MANDA E NÃO PEDE, 18/08/1951, p. 8). O deputado do PSD, Iracy Viana, indicou que a “famigerada Comissão de Racionamento, que publica editais para martirizar ainda mais o povo sofredor de nossa capital”, instituiu um racionamento injusto e “atentatório contra os direitos dos cidadãos” (VIANA, 18/08/1951, p. 8).

Além da falta de energia nos horários de maior uso de aplicativos domésticos, industriais e do comércio, mesmo sem fornecer os serviços, a AMFORP foi acusada de manter a cobrança da taxa mínima, o que gerou a sugestão de uma “vítima” da Companhia de que os consumidores utilizassem a energia das 1 às 5 horas da manhã, já que “usemos ou não a luz, a Cia. cobre além da taxa mínima” (INTERESSANTE SUGESTÃO DE UMA VÍTIMA, 21/08/1951, p. 4).

Em linhas gerais, a empresa foi tratada pela imprensa, pelas instituições patronais, pelos partidos políticos e pelos deputados como unicamente interessada na majoração de tarifas. Para tanto, utilizaria os argumentos da escassez de água e do superconsumo, somados aos obstáculos que o Estado teria composto para a majoração de tarifas, necessária para a ampliação da capacidade da Usina de Chaminé.

O fato é que os serviços de energia elétrica estavam seriamente comprometidos. AMFORP não havia se precavido ou investido para evitar a situação, e o corpo sociopolítico de Curitiba e do Estado do Paraná começou a reagir fortemente à Concessionária, com várias sugestões de encampação. Esses eventos foram narrados pelo jornal O Dia, de linha crítica ao governo de Bento Munhoz, o que adensou, no matutino, as críticas feitas não só a ele, mas também à Comissão de Racionamento criada para administrar a crise. O governador do Estado trocou telegramas com a empresa, cobrando a solução do problema, mas a postura da CFLP foi defensiva, utilizando argumentos que apenas justificavam a situação.

As disputas locais, desse modo, utilizaram o problema de energia elétrica como tema, e acirraram os debates. Em fins de agosto de 1951, a acusação de O Dia foi referente à aceitação do governo na solução apresentada pela CFLP. A questão exposta é a da forma de produção de energia elétrica, que, pelas vias do contrato, deveriam ser hidráulicas, e que a Concessionária burlava ao instalar mais diesel-elétricas em Curitiba. E essa escolha empresarial seria um ônus a mais para a economia regional, haja vista que uma usina desse tipo consumia dinheiro local com destinatários no exterior.

Nesse ponto, tendo o Estado planejamento de exploração hidrelétrica por iniciativas estatais, a cobrança com relação à Concessionária era o cumprimento contratual, de explorar ela também os potenciais que lhe foram permitidos, afinal, “A Cia. contratou dar força e luz não por meio de motores, mas pela energia hidráulica” (O SR. MUNHOZ NÃO SOLUCIONOU A CRISE, 26/08/1951, p. 1).

O Dia criticou as classes produtoras, dizendo que “calar é consentir”. Buscando adensar as críticas feitas à empresa, assim como o fortalecimento do questionamento ao contrato, o jornal registrou que uma reunião realizada pela Indústria e Comércio, patrocinada pela Associação Comercial e Federação das Indústrias do Paraná, teve quórum reduzido, com “pouco mais de uma dezena de homens representantes de nossas fontes de produção e comércio”. Essa “INDIFERENÇA” e “DESINTERESE”, escritos em caixa alta, “demonstravam a falta de espírito patriótico e a prevalência do espírito de derrotismo” (CALAR É CONSENTIR, 29/08/1951, p. 3).

A classe dos estudantes, contudo, apresentou grande movimentação contra a CFLP, conduzindo manifestações públicas de oposição à Concessionária, a exemplo da “Noite da Vela”. A União Paranaense dos Estudantes e a União Paranaense dos Estudantes Secundaristas foram retratados pelo jornal em tom elogioso, sendo o seu movimento “ordeiro e pacífico”. Munidos de velas, o desfile partiria da Praça Osório, às 21 horas, cruzando a cidade pela Avenida João Pessoa até a Praça Tiradentes, local onde seria feito “um enterro simbólico da Companhia Força e Luz do Paraná” (NOITE DA VELA, 29/08/1951, p. 8).

Os cartazes e faixas do movimento estudantil tinham dizeres, como: “Chega de escuridão – Queremos Luz!”; “Os estudantes exigem a normalização imediata da energia elétrica”; “A Cia. Força e Luz, a morta viva”; “Aqui jaz a Cia. Força e Luz por não poder dar a luz”; “A Cia. Força e Luz tem um lucro líquido anual de 18.000.00,00”; “Os ferroviários querem luz”; e “Os gráficos querem luz”. O movimento foi até a casa do governador, onde o povo, “num vozeiro indomável, prosseguiu gritando: “Queremos luz!”, sem mesmo dar ouvidos às falazes promessas do Chefe do Executivo” (NOITE DA VELA, 29/08/1951, p. 8).

Em outra deliberação, os estudantes oficiaram ao governador uma carta pedindo ações, como: a declaração de inidoneidade da Cia. Força e Luz; a rescisão do contrato de fornecimento de energia elétrica; e o ressarcimento dos prejuízos causados pela CFLP (OS ESTUDANTES TOMAM POSIÇÃO DEFINIDA, 04/09/1951, p. 10).

O Fumaça, por sua vez, mostrava o teor da crítica à solução da empresa. Ao observar a conversa entre um “Homem ‘Estado’” e um “Homem rico ‘Empresa’”, comenta em tom irônico sobre os ‘Altos Negócios’. A crítica seria para o investimento estatal que seria aproveitado pela empresa concessionária, que não teria investido.

Homem “Estado”: “- Mas eu comprei um “Diesel”, aproveitei uma pequena queda d’água, mandei buscar dois geradores e agora tenho que lhe ceder toda a energia elétrica para depois comprar da sua Companhia?

Homem rico “Empresa”: “- Negócio é negócio. Você entra com os cobres, o trabalho e o mecanismo e eu com o contrato e o câmbio negro!...”. (ALTOS NEGÓCIOS, 01/09/1951, p. 1).

Em outra charge, “O Povo é contra o racionamento, e a Companhia Força e Luz?”, perguntou um homem ao Fumaça, e ele respondeu, ironicamente, que ela “Também é. Vai acabar com a luz e fornecer escuridão pela taxa mínima” (CONTRA O RACIONAMENTO, 06/09/1951, p. 1).

Um comentário que circulou em Curitiba foi o de que a normalização dos serviços do “Seu” Kilowatt, o criado elétrico, “com motores de óleo cru” se daria até o dia 15 de setembro. Fumaça ficou observando um diálogo de populares, de que a energia elétrica seria motorizada, e de que talvez as pessoas tivessem que fazer fila para conseguir luz! (COMENTÁRIO, 07/09/1951, p. 1).

Portanto, as críticas contra as Concessionárias da AMFORP não se davam mais apenas no tocante ao fornecimento de energia, mas para o tipo de produção de eletricidade, sendo aquele diesel elétrico pior e mais caro do que o uso hidroelétrico, como segue em texto publicado em O Dia.

[...] a “vergonha é tamanha, pela primeira vez, talvez na história do mundo” uma empresa oriunda de potencial hidráulico explorando energia gerada por óleo. E os motores, “monstregos”, “aumentaram o sofrimento do curitibano”. “Quando a noite desce, e o descanso se impõe, inicia-se o pandemônio patrocinado pela Companhia Força e Luz, por intermédio de seus motores. Ninguém mais dorme. Nem no escuro...” (MANANCIAL INESGOTÁVEL DE POUCA VERGONHA, 14/09/1951, p. 2).

Enquanto a “zelosa dona do ‘Seu’ Kilowatt, o criado elétrico”, apagava “as luzes de todo o bairro [do Bigorriho], sem aviso, sem dar satisfações e sem a menor atenção aqueles que tão caro pagam energia e luz elétricas” (LUZ! LUZ! MAIS LUZ!, 16/09/1951, p. 2), a União Paranaense dos Estudantes (UPE) enviava um memorial ao governador do Estado, indicando a inidoneidade da Concessionária, pelo fato do contrato selado com ela se referir ao aproveitamento hidroelétrico. Essa obrigação não teria sido cumprida, pois apenas uma usina teria sido instalada, e não ampliada (MEMORIAL DA UPE, 18/09/1951, p. 10).

O governador do Estado instaurou um inquérito policial contra a CFLP, nomeando uma comissão para avaliar a situação da empresa. Um dos nomeados foi o militante contra a Concessionária, Gastão Chaves, sendo um nome desagradável à direção da empresa, que

tentou impugnar a nomeação. Segundo o comentário do colunista Carlos Amorety Osório, a CFLP estaria “ainda vivendo no saudoso regime ditatorial” ao agir daquela maneira. Em seu texto, a ditadura criou o CNAEE, com a “constituição do ditador Mirim de Águas e Energia Elétrica”, o que teria sido rompido com a redemocratização do país, em 1945. Desse modo, para Amorety, o CNAEE não estaria sendo um obstáculo para a empresa, como ela mesmo alegava, mas um meio de resolver as situações “por cima”, em acordos com o alto escalão governamental (INQUÉRITO POLICIAL E A CIA, 30/09/1951, p. 4).

Assim, a linha editorial de O Dia fornece mais um indício de que a CFLP teria sido favorecida pelo regime ditatorial, datando esse evento em 1933, quando as conclusões da Comissão indicaram a inidoneidade da empresa e o processo foi arquivado pelo então governador Manoel Ribas. “Começa daí em diante a Cia. Força e Luz a explorar eficientemente o Paraná. Age livremente e prepara-se no período ditatorial, sob o manto protetor do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica” (ESCLARECIMENTOS AO POVO, 11/10/1951, p. 11).

Foi, então, criada uma Comissão Central do Movimento Popular pela normalização dos serviços de energia elétrica, de iniciativa da UPE, que pediu a rescisão imediata do contrato com a Companhia Força e Luz, utilizando os argumentos da inidoneidade da empresa e da necessidade de ocupação imediata da Companhia pelo governo. O governo, segundo o argumento do Movimento, teria aberto inquérito policial, o que não permitiria a rescisão do contrato ou a intervenção nos serviços de luz e energia, medidas pouco práticas para a resolução do problema, com fins protelatórios (MANIFESTO AO POVO, 16/10/1951, p. 7).

O Dia, concordando com tal visão dos fatos, indicou que “A Companhia não tem luz, mas em compensação tem muita ‘força’ junto aos atuais dirigentes”, e disse que o povo curitibano estava sendo submetido a um “assalto” com a diminuição da voltagem (A COMPANHIA NÃO TEM “LUZ MAS TEM MUITA FORÇA, 08/12/1951, p. 3).

Após tal ímpeto de críticas feitas pela sociedade, pela imprensa e pela classe política, houve uma curiosa pacificação do debate, tendo alguns eventos, aparentemente, aplacado a força da discussão sobre os serviços em eletricidade fornecidos pela empresa. O Dia, de uma postura firme e intransigente contra a CFLP, voltou a citar a Concessionária com tom afável, indicando que o problema da eletricidade seria o mesmo para todo o Brasil,

reproduzindo argumentos da AMFORP, por meio de um relatório produzido pela diretoria, em Nova Iorque (A IMPRESSIONANTE PROCURA, 15/06/1952, p. 8).

E mais, a instalação da 4ª unidade geradora na Usina da Fumaça teve seus trabalhos concluídos em maio de 1952, o que teria aplacado a demanda urgente de energia elétrica, tão noticiada por todo o ano de 1951 (C.F.L.P., 24/05/1952, p. 8).

Depois disso, em publicidade da empresa, exposta em O Dia, a CFLP apareceu com novos ares, comemorando o seu aniversário de 25 anos em Curitiba, regozijando a sua ação progressista:

A Cia. Força e Luz do Paraná, nessa oportunidade poderia ter vindo a público, contando suas razões e motivos. Limitou-se, entretanto, a recomendar que os consumidores economizassem. E arregaçou as mangas, pondo mãos a obra. Terminou a seca, foi suspenso o racionamento, normalizou-se a situação, todo mundo esqueceu o problema. – Inclusive os poderes públicos (C.F.L.P., 10/07/1953, p. 4).

É notável a virada de opinião de O Dia quanto aos argumentos da CFLP, à época de 1951. Curitiba, ao contrário de outras cidades do Brasil, estaria vivendo um momento tranquilo com relação ao fornecimento de eletricidade, “não apenas para a indústria, mas para os usos domésticos”, contrastando com “São Paulo e Rio de Janeiro, as duas grandes capitais, onde a luta, nesse setor, vem sendo das mais árduas, com gravíssimos prejuízos para as suas populações” (A NOSSA OPINIÃO, 24/12/1953, p. 4).

E, surpreendentemente, para quem lê o noticiário do jornal O Dia em médio prazo, a direção da CFLP voltou a ser elogiada, pelas “oportunas e eficazes providências” com “inteligência, aquela dolorosa lição, tomando medidas adequadas” com relação à seca. Sendo assim, o jornal disse parecer justo “enaltecer a eficiente atuação da Companhia Força e Luz, pela mesma razão que nos levou, invariavelmente, a criticá-la todas as vezes que deixou de ser integralmente útil, como está sendo nesse momento”. Curitiba, por sua vez, poderia “orgulhar-se” da situação de “cidade privilegiada” graças ao “bom senso e responsabilidade” da empresa concessionária (A NOSSA OPINIÃO, 24/12/1953, p. 4).

A situação dos debates em torno da CFLP se modificou de tal maneira, que o então deputado Edwino Tempski, ex-vereador de Curitiba, teria mudado a sua posição de organizador da população contra a empresa para apoiador de financiamentos à mesma, fato salientado pelo deputado Júlio Xavier. Em resposta, o deputado disse que “sempre se interessou pela boa solução do problema da energia elétrica no Estado. É que por isso sabe bem que a Cia. Força e Luz não tem hoje os recursos suficientes para dar essa

solução” (NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 01/04/1954, p. 4). O poder de persuasão da empresa na esfera política e pública curitibana mostrou-se eficaz para reverter o grande fluxo de críticas que ela recebeu no início da década de 1950.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, teve os primeiros anos da década de 1950 marcados por um arrefecimento nas críticas feitas à empresa em O Correio do Povo. Todos os anos foram marcados por pequenos racionamentos, comumente gerados por acidentes nas caldeiras da usina da Gazômetro. No entanto, aparentemente, as medidas imediatas da CEEE deram fôlego momentâneo para que ela procedesse às obras mais amplas promovidas pelo Estado do Rio Grande do Sul.

No final do ano de 1950, começou a ser aventada, por outro lado, a intervenção na Companhia Carris Porto Alegre. Ocorreu uma greve no final do mesmo ano, em que os trabalhadores pediram a majoração salarial. A concessionária, por sua vez, manteve um “discreto silêncio”, rejeitando a proposta oficial de conciliação que lhe foi apresentada. A empresa foi acusada de nunca cuidar “de evitar greve”, até criando ambiente para tal. Seguindo o padrão de ação, condicionou o aumento salarial à majoração tarifária (JULGADA ADMISSÍVEL A INTERVENÇÃO, 20/12/1950, p. 14).

Contudo, foi no ano de 1954 que ocorreu a mudança dos serviços de transportes em Porto Alegre. A Prefeitura adquiriu 58% das ações, obtendo o direito de eleger o presidente da nova organização, fazendo cessar o regime de intervenção (PASSOU AO CONTROLE DIRETO DA PREFEITURA, 24/02/1954, p.14). Com isso, seguiu o mesmo caminho que Curitiba, em que a CFLP basicamente abandonou o contrato de exploração de transportes. A diferença é que no Paraná a empresa passou a concorrer com empresas particulares, enquanto no Sul o serviço passou para o domínio da prefeitura.

Desse modo, o problema de serviços públicos sob responsabilidade da CEERG ficou restrito aos serviços de eletricidade. Contudo, por menos que as atenções da imprensa estivessem voltadas para a Companhia naquele momento, é possível observar que ela continuava a não encontrar um ambiente favorável aos seus interesses.

Em março de 1954, logo após passar os serviços de bondes para a prefeitura, a CEERG pleiteou um aumento de tarifas ao Conselho Nacional de Águas. Porém, era necessária a autorização da Comissão Federal de Abastecimento de Preços (COFAP), que determinou uma consulta ao prefeito para fins de majoração. Em declaração, o prefeito Ildo Meneghetti, que já havia declarado como “maus” os serviços da empresa”, esclareceu ao

órgão público federal que a Companhia estava recebendo energia do Estado e que a diferença na distribuição permitia o pagamento de aumento salarial aos funcionários (PLEITEAM A ENERGIA ELÉTRICA, 04/03/1954, p. 14). Os combates com a associada gaúcha da AMFORP estavam sendo preparados, e isso será abordado no próximo capítulo.

No Espírito Santo, no entanto, o assunto da eletricidade teve grande repercussão em A Gazeta. Ao passo em que Américo Oliveira publicava suas colunas no jornal, mesmo tendo sido desautorizado pelos editores, outras colunas passaram a expor a situação crítica dos serviços dos bondes, dos telefones e, principalmente, da eletricidade. Junto a *Essa Central Brasileira...*, que teve 25 textos publicados, a coluna *Espelho da Cidade*, assinada por Darli Santos, teve 51 notas sobre a empresa impressas; a coluna *Diversas* contou com 109 notícias específicas à Central. *Tópicos e Notícias*, 11; *Queixas e Reclamações*, cinco; e *Cidade Presépio*, oito. Tais colunas e charges, como se verá, falaram de problemas gerais da cidade de Vitória, totalizando o número expressivo de mais de 200 matérias dedicadas com continuidade à Central Brasileira e aos seus serviços durante o período de 1946 a 1959.

Mesmo que o jornal A Gazeta fosse propriedade de Carlos Lindenberg e este tenha se mostrado condescendente com as atitudes da companhia, as críticas populares ganharam espaço no periódico, mostrando uma espécie de estratégia de controle da empresa baseada na pressão pública, na repetição das reclamações da população com relação à concessionária para pressioná-la a agir.

Seguindo em sua saga contra a companhia, Américo Oliveira publicou, no primeiro dia da década de 1950, dizendo que era “sempre para pior a marcha dessa maldita Companhia que explora, em nosso meio, os serviços de eletricidade”. Teriam se passado “dias, semanas, meses, anos, decênios sem que tenhamos o menor melhoramento”, e continuava a população “agachados, de cócoras, suportando o tacão dessa empresa desonesta”, que “só deseja saber onde “está o dinheiro” para lhe arrancar a última moeda dos seus bolsos exauridos” (OLIVEIRA, 01/01/1950, p. 3).

Segundo Oliveira, não cumprindo o contrato complementar de 1941, para extensão de linhas de bondes, a empresa estaria segura por “ter seus lucros garantidos e certos, sem ter a necessidade de aumento de despesas e sem empate de maior capital”. A empresa continuava, prosseguiu Oliveira, ganhando a partir do “aumento roubado do aluguel dos

medidores domiciliares”, dos “trocós de passagens feitos com passes clandestinos”, das “taxas de centenas de telefones comutados”, do “aumento de passagens”, do “aumento de taxas de luz e mais ainda o pagamento de óleo combustível feito precisamente pelos contribuintes, para o motor recém chegado, produzir muito ruído, queimar lâmpadas, rádios e demais utensílios”. O motor fazia tanto barulho, que não havia quem suportasse “o ruído infernal e a trepidação forte do tal motor diabólico”. Segundo ele, teria “um verdadeiro clamor contra esta anormalidade nociva e profundamente prejudicial à saúde e à vida da população” (OLIVEIRA, 01/01/1950, p. 3).

A Companhia teria prometido uma “capa” para esse motor, para diminuir o barulho. Perguntou o colunista: “Dará certo este disfarce? E a trepidação?”. A empresa afirmaria que sim, mas, Oliveira advertiu: “Não ouçam o canto da ‘sereia’ da praça Costa Pereira. Não confiem da ‘tal’ capa ‘silenciosa’, que é coisa problemática ainda”. Terminou o texto dizendo sobre a necessidade de exploração hidrelétrica pelo Espírito Santo, pois, o “ponto principal da ‘novela’, o ‘X do problema’, o óleo vem de lá... e a água é nossa, não nos custa coisa alguma, é uma dádiva da natureza” (OLIVEIRA, 01/01/1950, p. 3).

Enquanto isso, na coluna *Espelho da Cidade*, o “Seu” Kilowatt era chamado de “amigo da onça”:

AMIGO DA ONÇA. E depois “Seu” Kilowatt vem com aquela cínica, procurando emgambelar o povo, dizendo de suas dificuldades, enumeradas com muita arte e gosto intelectual. Propaganda inteligente, bem dosada, e que se não for logo desprezada acabará por envenenar o cérebro de muita gente. No fim das contas quem está devendo favores à Central somos nós! Não temos nada, absolutamente, com suas dificuldades. O povo paga o bonde, para a luz, paga o telefone, para isso, paga aquilo, e o povo quer transporte e tudo o mais a que tem direito. Outro ditado: “Quem não tem competência, não se estabelece (AMIGO DA ONÇA, 14/01/1950, p. 8).

E então, A Gazeta, contrariando seus colunistas, explicou o porquê defenderia a Central Brasileira. Justificou que, como jornal, não deixou de “ser um órgão de opinião, fundado e mantido para defender as ideias de seus proprietários ou de seus redatores”, mas disse que, naquele momento, essa ideia tinha avançado. Contudo, era preciso fazer “um jornal preocupado com o serviço a verdade, um jornal que não deturpe os fatos, não os invente, não os falsifique, não os envenene, que valha assim, por uma coluna de liberdade” (ACONTECEU EM 1949, 24/01/1950, p. 8).

E, continuou, seria por isso que A Gazeta estaria defendendo “bastante a empresa de Força e Luz de Vitória, toda vez em que é preciso fazê-lo”, pois a questão da eletricidade, “não só em nosso país, como em todo o mundo, está sujeita a fatores imponderáveis,

independentes do nosso querer”. Portanto, “Aproveitar-se de situações que nem sempre são criadas pelas pessoas para desorientá-las, perturbar-lhes a serenidade, é sempre desaconselhável” (ACONTECEU EM 1949, 24/01/1950, p. 8).

A Gazeta demonstrou contrariedade ao investimento estatal em energia elétrica, “antidemocráticos”, por não darem a chance de os consumidores reclamarem a ninguém, já que as autoridades seriam produtoras e fiscalizadoras ao mesmo tempo. Por outro lado, enalteceu o investimento da Central Brasileira, dando espaço para o discurso de J. W. Brown, gerente da companhia, falando sobre a instalação da Diesel elétrica de 1.000 kw, que teria aumentado em 30% a capacidade de produção, evitando o racionamento (ACONTECEU EM 1949, 24/01/1950, p. 8).

Além disso, o gerente ainda reforçou o discurso da companhia de que, “não obstante as ampliações levadas a termo pela referida empresa”, ainda era necessária a economia de energia, que, “barata”, passou a ser amplamente utilizada pela indústria, pelo comércio e pelo ambiente doméstico, e, tendo “altos custos”, fez com que as empresas tivessem que “ampliar urgentemente suas instalações, o que implicava em vultuosas inversões de capital”, tarefa difícil. Para permitir a ampliação dos serviços da empresa, finalizou o gerente, eram necessárias tarifas adequadas (ACONTECEU EM 1949, 24/01/1950, p. 8).

Assim, enquanto a situação da cidade se mostrava crítica, com serviços defasados e muitas reclamações populares, o jornal de Lindenberg defendia “bastante” a concessionária, inclusive das “colunas de liberdade” de seu órgão de imprensa, por concordar com os argumentos prestados pelo gerente da Central.

Sobre o barulho dos motores Diesel da Convertedora, foi anunciada a chegada de um silenciador, uma “câmara acústica de painéis de alumínio, convenientemente revestidos de material para isolamento acústico, o que assegura uma redução de cerca de 60% no ruído resultante das pulsações de ar de combustão no interior da máquina geradora”. Encomendada da General Motors e adquirida nos EUA, a cabine seria a primeira instalada no Brasil, apesar de em Porto Alegre terem seis máquinas instaladas na “própria área urbana” (VEM AÍ O SILENCIADOR, 12/02/1950, p. 10).

Américo Oliveira foi aumentando o tom do discurso contra a Central, vinculando cada vez mais a Concessionária à sua origem no exterior. Nesse escopo, Oliveira indicou a opção do uso da energia termelétrica, pela Companhia, em detrimento da manutenção das usinas hidrelétricas operadas pela empresa. Segundo ele, “Se agora apareceu um motor

incômodo e nocivo, foi tão somente para consumir óleo, exportado por uma das suas “congêneres”, parcela da grande “pirâmide”, pois, se houvesse “boa vontade” com o povo capixaba, “já deveriam ser consertados os vazamentos das nossas represas, alguns desses tapados à estopa” (OLIVEIRA, 22/04/1950, p. 3).

Oliveira acusou a empresa de, para aumentar as suas rendas, publicar em jornais “entrevistas pomposas, longas”, que “deslumbram”, anunciando “melhoramentos suntuosos mas irrealizáveis”. Isso feito, a Companhia já pediria “um pequeno aumento dos preços de duas inutilidades elétricas que tanto nos atrasaram e nos infelicitaram”. Informou ainda que, “devido ao clamor público e ao medo do poder judiciário”, a CCB adquiriu uma “camisa”, “capa” ou câmara silenciosa que, realmente, diminuiu bastante “o ensurdecido barulho do motor”, mas a trepidação continuou gerando avarias nas casas próximas à Convertidora. Junto aos problemas elétricos, disse Oliveira, “o serviço de lanchas está horrível”, com veículos quebrados, bondes mal projetados e o serviço telefônico prestado “miseravelmente”, com “material imprestável” (OLIVEIRA, 22/04/1950, p. 3).

O reflexo apresentado na coluna *Espelho da Cidade* indicava “um período ingrato quanto ao fornecimento de energia elétrica”, uma fase ingrata”, quando estavam os “Bairros às escuras, indústrias paradas” e com a população se vendo “à braços com um problema seríssimo, dos mais angustiosos, mesmo, destes últimos tempos. Quando Vitória poderá contar com uma fonte de energia elétrica capacitada a satisfazer suas necessidades?” (LUZ!, 17/05/1950, p. 8; LUZ!, 26/05/1950, p. 8).

Ironicamente, perguntou o colunista, numa simulação de diálogo: “Você reparou como está boa a iluminação elétrica da cidade!”, respondendo: “Isso naturalmente deve ser consequência do ‘motor’, você não acha?” (INGENUIDADE, 07/06/1950, p. 8). Mas, se “A Central Brasileira não dá folga”, “Nós”, escreveu o colunista, “em compensação, também folga não lhe damos. Elas por elas!...”. Isso dito para criticar o fato de a Companhia cobrar passagem de bondes de crianças de três anos. “Contudo, achamos muito ‘forte’ essa determinação da ‘poderosa’” (ATÉ TRÊS ANOS?, 14/06/1950, p. 8).

É notável a vinculação da Companhia ao poder local. Por meio de termos, como “força”, “poder”, “poderosa”, os colunistas de *A Gazeta* tomavam cuidado para não atingir diretamente o dono do jornal em que publicavam, mas mantinham a vinculação da

concessionária com facilidades de um poder vagamente citado, mas que era demonstrado nas defesas que A Gazeta, oficialmente, fazia à Central Brasileira.

Em apoio a Américo de Oliveira, a coluna *Espelho da Cidade* disse ser ele um “brilhante colaborador”, em sua “série de artigos de maior repercussão”, um “intérprete do pensamento da coletividade capixaba”. Isso porque a Companhia, que teria “verdadeira ojeriza pelo progresso, muito embora seja ‘simpaticamente’ favorável a lucros contínuos”, era conhecida pelo público e questionada sobre o não cumprimento de “suas obrigações contratuais”. “Sem dúvida”, finalizou, “que é de irritar o mais sereno cidadão o procedimento dessa Empresa, que há tantos anos faz tão pouco por tanto!” (REPERCUSSÃO, 16/06/1950, p. 8).

A Central, ao ter majoradas as tarifas de energia elétrica pela Portaria nº 100, de 8 de fevereiro de 1950, do Ministério da Agricultura, teria ganho, segundo Américo, “mais um saquinho de bombons”, um aumento de “Cr\$ 15,4%, só por um ano (que zelo), nos preços das múltiplas ‘utilidades’ que, ‘prazerosamente’ gozamos”. Américo disse, aos capixabas, que estariam eles “humilhados pela Companhia Central Brasileira, sendo o aumento “mais uma cusparada atirada às faces de todos nós”, “mais um pontapé que recebemos pelo nosso extremo agachamento há longos anos. Os serviços pioram diariamente e ainda somos obrigados ao acréscimo de Cr\$ 15,4%”. O médico chegou a conclamar os capixabas a “sabotar” os serviços da Companhia, não consumindo ou comprando o mínimo (OLIVEIRA, 15/06/1950, p. 3).

Se as “Lanchas do tempo de Vasco Fernandes Coutinho” estavam paralisadas (NOVIDADE..., 20/07/1950, p. 8), o legislativo municipal debatia o aumento e os serviços da Central. O vereador de Vitória, Wolgano Neto, questionava sobre o aumento e até quando a Companhia usaria “potentados golpes, como o pretendido, contra a nossa indefesa população”. O vereador Hermógenes Fonseca, por sua vez, não se disse surpreso pela atitude da empresa, mas não julgou que ela conseguiria “com tanta facilidade” a majoração, pois, não teria “nem um ano que conseguiu majoração de tarifas de luz e nos preços das passagens de bondes” (CÂMARA MUNICIPAL, 10/08/1950, p. 4).

Identificando a Central à sua matriz estadunidense, Hermógenes acusou o grupo internacional de conseguir “com a maior facilidade tudo que querem” e, no caso capixaba, indicou que a empresa “envez de aumentar suas usinas hidráulicas, colocaram um motor que consome óleo que vem de uma sua concessionária. O óleo que está sendo queimado

aí vem, como sabemos, do próprio Grupo Morgan”, segundo ele, “a Standard Oil” (FONSECA, 11/08/1950, p. 4).

Ao fazer essas considerações, Hermógenes disse não temer, “absolutamente, que o Sr. Carlos Lindenberg me mande outra vez chamar a polícia, porque irei lançar boletins, mostrando ao povo, outra vez, a situação econômica e financeira da Cia. Central Brasileira”, mostrando, prosseguiu, “que está sendo roubado com a complacência do Sr. Governador”. Hermógenes ainda acusou o governador de mandar a polícia prendê-lo, mesmo que passasse por cima da lei de imunidade parlamentar. Ao ser aparteado pelo vereador José de Paula, de que ele deveria respeitar as autoridades, disse o edil que a autoridade, nesse caso, não merecia respeito (FONSECA, 11/08/1950, p. 4).

O edil comunista não escrevia em A Gazeta, não tinha espaço nas colunas do jornal, mas tinha suas falas na Câmara reproduzidas pelo jornal. Portanto, livre de compromissos e adversário ferrenho de Lindenberg, Hermógenes o acusou de favorecer a Central Brasileira, o que os colunistas de A Gazeta faziam de forma bem geral, sem dar nomes aos favorecedores da concessionária. Mais ainda, Hermógenes mostrou em seu discurso que o governador era ativo ao perseguir aqueles que falavam mal da empresa e da sua gestão. Aspecto interessante foi que Hermógenes, assim como Américo Oliveira, citou a produção de energia elétrica termelétrica como uma forma da Concessionária remeter lucros para o exterior, para uma empresa coirmã no setor petrolífero.

Sobre o pedido de encampação que foi feito na Assembleia, o edil criticou o fato daquela Casa legislativa não ter levantado “uma única palavra a respeito do aumento, quando outra vez, havia os Srs. Deputados apresentado projeto de encampação, que até hoje permanece dormindo esquecidamente...”. Além disso, o aumento das tarifas que teria sido feito para o aumento dos salários dos trabalhadores da empresa não havia se verificado até aquele momento (FONSECA, 25/08/1950, p. 4).

Seguindo o drama da falta de eletricidade em Vitória, algumas “Perguntas inocentes” foram feitas na coluna *Espelho da Cidade*. Em uma primeira, foi perguntado: “Quando a Central vai desconfiar que ‘não dá mais no couro’?”. Outra pergunta foi: “É fato que com a chegada do ‘motor’ a energia elétrica de Vitória melhorou consideravelmente?... Por que é, então, que todo dia continua faltando energia?... E que tal se a Central comprar outro ‘motor’?”. (PERGUNTA INOCENTE, 19/08/1950, p. 8).

E foi o que a empresa fez. Américo Oliveira escreveu: a “‘honestas Companhia’ acaba de adquirir mais um motor para atordoar os moradores das proximidades da Convertedora”, isso, segundo ele, “com o fim de consumir mais óleo da ‘congênere Pirâmide’ e deixar que as nossas represas estraguem mais e então termos motores em profusão” (OLIVEIRA, 19/11/1950, p. 3).

A situação dos serviços da Central Brasileira era descrita como algo insuportável, que esgotava os limites da paciência. Darlí Santos, na coluna *Espelho da Cidade*, disse que “A ‘Crônica’ da Central Brasileira” era uma “Verdadeira calamidade, um absurdo, uma situação cuja irregularidade está ultrapassando os limites do tolerável”, e exclamava: “Até quando, Deus do céu”, suportaremos essa situação!” (ENERGIA, 06/03/1951, p. 8).

Em outro texto, o colunista Alvino Gatti disse que, enquanto a planejada eletrificação do Estado era aguardada, era necessária a intervenção do Governo junto à Central, “no sentido de fazê-la compreender a angustiante situação a que nos relega”, cobrando o cumprimento das cláusulas contratuais. Isso, porque, “Não se pode, absolutamente, em nome da paciência e da tolerância permitir-se o alongamento assim extremado de um abuso que já alcança as raias do absurdamente tolerável e do absurdamente admissível” (GATTI, 13/03/1951, p. 8).



Figura 87 - CIDADE PRESÉPIO, 02/03/1951, p. 1

Nas ilustrações da coluna *Cidade Presépio?*, assinada por Hendicas, eram exemplificadas as deficiências de todas as frentes de serviços da Central Brasileira. Na charge da Figura 87, sobre a lentidão dos serviços telefônicos, um homem ligou desesperado para a telefonista, pedindo atendimento para a esposa, que estava em trabalho de parto. Na cena

seguinte, o filho avisava ao pai, por telefone, que já havia nascido (CIDADE PRESÉPIO?, 02/03/1951, p.1).

Em outra publicação da charge crítica, conforme a Figura 88, um homem aguardava o bonde e torcia para que ele chegasse logo, pois estava atrasado. Na outra cena, um menino avisou ao mesmo homem, já idoso, que o bonde da praia já havia passado, obtendo como resposta: “Continuo esperando, menino”. Os bondes seriam tão lentos que demorariam uma vida, mas quando passavam, ninguém via (CIDADE PRESÉPIO?, 21/03/1951, p. 1).



Figura 88 - CIDADE PRESÉPIO?, 21/03/1951, p. 1

Sobre o serviço de lanchas, a imagem da Figura 89 descreveu lanchas superlotadas de pessoas, com outras em manutenção, velhas e quebradas, e uma pessoa indo a nado para Paul. Enquanto isso, numa “Lancha nova”, vazia, um homem gritava “Lotação esgotada”. Ou seja, a imagem ironizou o serviço das lanchas, que, para a população, não tinha limite de passageiros, fazendo algumas pessoas se arriscarem mesmo a atravessarem a nado de Vitória para Vila Velha. Enquanto isso, a “Lancha Nova”, vazia, não teria mais lugar para passageiros, mesmo estando vazia. Ou seja, porque não existiam (CIDADE PRESÉPIO?, 21/02/1951, p. 1).



Figura 89 - CIDADE PRESEPIO?, 21/02/1951, p. 1

E ainda, conforme a Figura 90, a charge questionou: quando os passageiros tinham que usar dois serviços da empresa? A imagem apresentou um casal que decidiu ir à Praia da Costa. Para isso, teriam que pegar uma lancha (se ela estivesse funcionando) e, depois, um “calhambeque” (chamado de bonde). Tendo esperado desde 9 horas, o casal chegou ao destino às 18 horas (CIDADE PRESEPIO?, 28/01/1951, p. 1).



Figura 90 - CIDADE PRESEPIO?, 28/01/1951, p. 1

Essas charges, voltadas para questionar o título de “Cidade Presépio”, atribuída à Vitória e a sua modernidade, tão cara às elites capixabas, tiveram registros do cotidiano da cidade, com ironia e crítica.

Em *Tópicos e Notícias*, uma crítica foi feita à majoração de tarifas de energia elétrica da Central Brasileira. A Companhia lançou uma nota anunciando uma redução tarifária em relação a um aumento anterior, o que foi abalizado pelo Ministério da Agricultura. Mas, segundo a coluna de A Gazeta, após prometer uma redução de 6% “sobre o terceiro aumento que já conseguiu do Ministério da Agricultura, sob o pretexto de melhoria de salários aos seus servidores”, teria comunicado aos consumidores de fogões elétricos que eles iriam pagar o seu consumo de aparelho doméstico com 100% de aumento sobre a tarifa então em vigor. A coluna, além de mostrar a diferenciação da cobrança de tarifas pela empresa, indicou que as majorações conseguidas pela Companhia concessionária teriam se dado pelo fato de ela usar a energia termelétrica do motor diesel instalado em Vitória. Contudo, segundo a nota, a energia utilizada pelos fogões elétricos viria da usina hidrelétrica do Jucu, sendo injustificado aumentar as tarifas para esses consumidores (MAIS UM AUMENTO, 01/07/1951, p. 10).

Esse estado de coisas gerou reações nas casas legislativas estadual e municipal. A primeira retomou os debates em torno do projeto nº 112, de 9 de setembro de 1948, feito por Jeferson de Aguiar. Por requerimento do deputado Octaviano Santos, Presidente da Comissão de Finanças da Casa, o projeto deveria retornar ao debate. Segundo relatou o deputado Luiz de Lima Freitas, após ter sido aprovado pela comissão especial o pedido de encampação, teria ficado decidido ser feita a consulta ao governador sobre as condições financeiras do Estado para fazer face às despesas da encampação. Contudo, somente em 23 de fevereiro de 1950, teria chegado à ALES o pedido de informações, “que de nada adiantou”, explicou, “porque o pedido não foi revestido de formalidades indispensáveis quanto ao montante das despesas que o Estado teria de fazer para a encampação” (NAS COMISSÕES TÉCNICAS. A DANSA DA ENCAMPAÇÃO, 11/07/1951, p. 1-2).

Porém, além dos problemas cotidianos enfrentados pelos capixabas na Capital, ocorreu um combate direto entre a Companhia concessionária e uma empresa estatal capixaba que acirrou os ânimos da Assembleia Legislativa, um assunto que iria “arrepiar os cabelos daqueles que desconhecem”. A Fábrica de Cimento Barbará & Cia. Ltda., pertencente ao Estado, havia figurado uma cláusula contratual com a empresa associada à AMFORP, quando o Estado concedeu os serviços de energia elétrica para a General Electric. Essa, posteriormente, passou os serviços para a Central Brasileira, e uma das condições

contratuais era cobrar uma taxa fixa de força elétrica para a fábrica de cimentos ao valor de Cr\$ 2.500 contos (TREMENDO LÍBELO, 26/07/1951, p. 1-8).

Segundo o discurso do deputado Clóvis Stenzel, com base em documentos fornecidos pelo fiscal do Governo, Hermínio Duarte, a Central Brasileira teria aumentado o valor da energia elétrica em 200%, alegando a desvalorização da moeda. Mas, em contrapartida, segundo Stenzel, teria a Central adquirido as instalações do Jucu e Fruteiras por preços irrisórios, também por conta da desvalorização da moeda. Essa parte do contrato, verbal e moral, foi esquecida pela empresa (TREMENDO LÍBELO, 26/07/1951, p. 1-8).

A fábrica de cimentos parou de pagar as faturas pelo preço cobrado pela Central, que, por sua vez, passou a cortar o fornecimento de força para ela. Em 1949, a Concessionária apresentou uma fatura no valor de 950 mil cruzeiros para a fábrica de cimentos, de débitos anteriores. O embate, então, chegou às acusações de que o “trust americano”, ao cortar a energia elétrica da empresa de cimentos e ao cobrar uma fatura absurda, estaria prejudicando a construção de “hospitais, colégios e outros edifícios públicos de interesse vital para o povo do Espírito Santo”, haja vista que o cimento da Barbará era direcionado para as obras públicas do Estado. Então, a Central foi acusada de “fazer represálias vergonhosas, indecentes, ignomiosas contra uma fábrica local, contra uma fábrica nacional, uma fábrica que é um orgulho da indústria capixaba”, causando um prejuízo de 20 milhões de cruzeiros (TREMENDO LÍBELO, 26/07/1951, p. 1-8).

A Central Brasileira respondeu a Clovis Stenzel, por meio de nota em A Tribuna, um jornal hostil tanto para a Companhia Central quanto para A Gazeta (TREMENDO LÍBELO, 26/07/1951, p. 1-8).

Mas o deputado Clóvis Stenzel relatou que utilizou como provas os termos de ocorrências do fiscal do governo, Hermínio Duarte, e, além disso, no terreno jurídico, apontou que a empresa já havia sido julgada pelo Juiz Mauro Araújo Braga, que deu ganho de causa à Barbará. Além disso, Stenzel confrontou o fato de a empresa utilizar uma portaria ministerial de aumento de tarifas contra o contrato estabelecido pela empresa com o Estado, ou seja, indicou que não poderia haver confusão entre a expressão “lei” e a expressão “portaria”. Os pedidos de aumento feitos pela empresa ao Ministério da Agricultura vieram, então, ao debate, pois tanto Stenzel como Jeferson de Aguiar alegaram ter a empresa renda reserva e distribuição de lucros para os seus acionistas. A empresa, pertencente “[...] à um truste, e, portanto, sendo uma companhia capitalista,

riquíssima, não tem absolutamente empregado parte de seu capital no aperfeiçoamento dos seus serviços nesta cidade”. Além disso, finalizou Stenzel, estaria ela prejudicando uma empresa regional (A CENTRAL BRASILEIRA, 31/07/1951, p. 1-7-8).

No momento de intensificação da crise dos serviços da Central Brasileira, o debate sobre o projeto de encampação foi retomado na Assembleia Legislativa, um problema entre a Central Brasileira e a Cimento Barbará foi levantado na imprensa e as falas se acirraram em torno da natureza da concessionária. Jeferson de Aguiar, autor do projeto de encampação em discussão, fez as considerações de que, “através de estatísticas e balanços da empresa” era possível identificar “o verdadeiro canalizamento de dinheiro nacional para os Estados Unidos, porquanto a Companhia Central Brasileira é parte integrante do truste internacional explorador de energia elétrica”. Esta, não estando disposta a “cumprir as mínimas exigências que lhe devem ser cobradas em relação ao contrato”, estaria, desse modo, sendo um “verdadeiro empecilho” para o Espírito Santo (AGUIAR, 30/08/1951, p. 1).

No final de agosto, contudo, o projeto de encampação da Central Brasileira foi rejeitado na Assembleia Legislativa por 18 votos a 12. Jeferson de Aguiar, criador do projeto, foi o único deputado da bancada do PSD a votar favoravelmente ao projeto que autorizava o executivo a promover a encampação. Junto a ele, votaram a UDN, o PRP, a Coligação Democrática e alguns membros do PTB, Sebastião da Rosa Machado e Domício Mendes. Por outro lado, contra o projeto, votaram a bancada do PSD e membros da bancada do PTB, como Argilano Dário, Ely Junqueira, Lauro Calmon e Floriano Lopes Rubim. É notável que mesmo as bancadas partidárias se dividiram em torno do assunto (REJEITADO O PROJETO DE ENCAMPAÇÃO, 31/08/1951, p. 1).

Aparentemente, o discurso que venceu se baseou no argumento do deputado Dirceu Cardoso, de que a encampação não se revestia das qualidades que pretendia atribuir Jeferson de Aguiar, pois, com o Estado do Espírito Santo dispondo de um “amplo programa de eletrificação estadual”, não seria conveniente encampar a Central Brasileira, resolvendo o planejamento do governo o problema da energia elétrica (AGUIAR, 30/08/1951, p. 1).

O governador do Espírito Santo era Jones dos Santos Neves, do PSD. Aliado de Carlos Lindenberg, Santos Neves diferia sua gestão pela proximidade que tinha do governo federal, naquele momento, comandado por Getúlio Vargas. Esse político buscou recursos

para o estado para promover o Plano de Eletrificação do Espírito Santo, isso por meio de investimentos estatais e na criação de uma empresa capixaba de energia elétrica (RIBEIRO, 2010). Baseado nessas condições, o governo do Estado não achou produtivo encampar a Central Brasileira.

Pouco tempo depois, em outubro de 1951, os debates sobre o aumento nas tarifas dos fogões tiveram resultado. Após vários debates da Câmara dos Vereadores de Vitória e comoção dos consumidores, foi impetrado um mandado de segurança contra a Concessionária, movido por “vários clientes da Central Brasileira”. O juiz José Cupertino Leite de Castro aceitou o mandado, determinando que a tarifa fosse reduzida ao valor anterior à majoração (O CASO DOS FOGÕES, 11/10/1951, p.7). Segundo a coluna de Américo Oliveira, em A Gazeta, os consumidores de energia elétrica para fogões, que pagavam 300 mil réis mensais, “alarmaram-se com a conta apresentada no primeiro mês após a publicação do aviso elevando o consumo a setecentos mil réis”. E completou: “Que Companhia ordinária! Não perde a oportunidade para exercer a sua finalidade – explorar os capixabas” (OLIVEIRA, 18/10/1951, p. 3).

Começou o ano de 1952 e o colunista Américo Oliveira comentava mais um pedido de aumento de tarifas pela Central Brasileira. A empresa, que possuía “artimanhas verdadeiramente diabólicas”, dificultava os serviços quando pretendia conseguir um aumento de tarifas junto ao governo do Estado ao Ministério da Agricultura. “A mesma história se repete, a mesma cantiga, o mesmo lero lero de sempre, que os conheço há longos cinco anos”. A Companhia, “alegando déficit”, pediu ao governo do Estado a nomeação de uma comissão para estudar e dar parecer sobre suas finanças. Segundo o autor da coluna, a “imoralidade da fábula é outra”, pois a Central, sabendo dos investimentos estatais em eletricidade, estaria se antecipando à perda de demanda pelo “óleo Diesel importado das congêneres da célebre pirâmide” e dos “motores nocivos e barulhentos”, tentando vender os seus bondes ao Estado. Ou seja, a empresa pleiteou aumentos e justificou que sem eles não poderia prosseguir com o serviço definido no contrato (OLIVEIRA, 09/01/1952, p. 3).

A partir do ano de 1952, surgiu nas notas *Diversas* um título público para Central, que era “Inimiga nº 1 de Vitória”. Na coluna de 27 de junho, foi noticiado que “a atual gerência da Central Brasileira está justificando o título que lhe dá o povo, de Inimiga nº 1 de Vitória, pois já conseguiu do Conselho de Águas e Energia Elétrica quatro aumentos de tarifas” (A ATUAL GERÊNCIA DA CENTRAL..., 27/06/1952, p. 8).

Na coluna *Diversas*, foi exposta a redução de tarifas de um proprietário de fogão. No regime de tarifas imposto pela empresa, o recibo para o consumo de 492 Kw foi de Cr\$ 331,90, enquanto, após o mandado de segurança, caiu para Cr\$ 237,40 referentes a 482 Kw. E completou-se a nota, dizendo que “a Central Brasileira não está interessada em ter clientes para consumo de energia elétrica para fogões: que a Central Brasileira quer somente ver aumentando sua receita, pouco ligando ao consumo” (A NOVA TARIFA DO FOGÃO, 06/06/1952, p. 8).

Mas a Central Brasileira teve que lidar com uma nova instituição para pleitear seus aumentos de tarifas. O governo Vargas, por meio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio criou a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), institucionalizada pela lei nº 1.522, de 26 de dezembro de 1951. Os órgãos auxiliares estaduais eram a Comissão de Abastecimento e Preços (COAP) e a Comissão Municipal de Abastecimento e Preços (COMAP). No Espírito Santo, composta por representantes da indústria, do comércio, da lavoura, da imprensa, da pecuária, das cooperativas e das forças armadas, passou a analisar os pedidos de aumentos da Central Brasileira (EM SESSÃO ORDINÁRIA, 26/07/1952, p. 8). O major José Parente Frota, representante das Forças Armadas, foi relator do processo de pedido de aumento de tarifas dos bondes da Central e subordinou todo o aumento tarifário a um aumento salarial para os trabalhadores da Concessionária, com a aprovação dos demais conselheiros (ORDEM DO DIA, 13/07/1952, p. 12).

A Central Brasileira, ao receber o documento do Sindicato, declarou que não poderia “aceitar o que determinou a COAP”, argumentando que, “além da situação deficitária em que se encontra o nosso sistema de bondes”, a empresa não tinha sido “compensada com o reajustamento de tarifas para fazer face ao aumento de salários que por força do último dissídio coletivo concedeu aos seus empregados do Tráfego”. Desse modo, até que houvesse novos entendimentos com a COAP, estaria “em suspenso o assunto majoração” (EM SESSÃO ORDINÁRIA, 26/07/1952, p. 8). No entanto, “Não recuou a COAP”, que manteve a Portaria que havia sido lavrada dentro do parecer do Conselheiro Parente Frota”, enviando o “volumoso processo da Central Brasileira” à COFAP, que decidiria o assunto (REUNIU-SE ANTE-ONTEM, 06/08/1952, p. 8).

Pari passu ao aumento tarifário dos bondes, a empresa pleiteou, junto ao Ministério da Agricultura, um novo aumento para os serviços de eletricidade, aceito por meio da Portaria nº 784, de 24 de julho de 1952, e anunciado em notas de aviso ao público

(C.C.B.F.E., 30/08/1952, p. 8). Contudo, na Assembleia Legislativa, foram manifestados protestos, como o do deputado Custódio Tristão, que cobrou da casa “providências cabíveis para que se ponha paradeiro a esta medida verdadeiramente asfíxiante” (CONTRA O AUMENTO DA CENTRAL, 02/09/1952, p. 1-2).

Então, a Gazeta, pronunciando-se em nome do governo estadual, falou sobre o caso, indicando o porquê de Jones dos Santos Neves ter autorizado o aumento de tarifas. Inicialmente, o texto criticou os “pretensos defensores da coletividade e dos postulados legitimamente trabalhistas”, que teriam “extrovertido os fatos, doando-lhes nuances inteiramente ilógicas e, acima de tudo, demagógicas, conseqüentemente falsas e insinceras”. E declarou, então:

Nós, que a esta altura jogamos um jogo confucionista em apoio à Central Brasileira, preferimos nos manter e nos manteremos nesta atitude que nos parece a racional e legitimamente capaz de atender aos reclamos e às necessidades de uma determinada classe, suficientemente explorada e malbaratada (O AUMENTO DA CENTRAL, 06/09/1952, p. 6).

Ou seja, Jones dos Santos Neves se voltou, em primeiro lugar, para a Justiça do Trabalho, que teria reconhecido a necessidade dos aumentos dos trabalhadores, cabendo ao governo do Estado autorizar o aumento de tarifas e, em segundo, para o Ministério da Agricultura, que teria aceitado, por meio do conhecimento da escrita da empresa, que fossem majoradas as tarifas de bondes para o aumento salarial. Além disso, citou a aceitação da COAP para o referido aumento (O AUMENTO DA CENTRAL, 06/09/1952, p. 6).

Tendo sido criticado pelo jornal do PTB em Vitória, Folha do Povo, A Gazeta, representando o governo, publicou a resposta. Ao ser acusado de “uma compactuação com os exploradores do povo”, o governo disse que “o Poder Estadual limitou-se a homologar, como de praxe, aquilo que fora decidido pelos poderes competentes”. O jornal trabalhista teria acusado a Divisão de Águas e Energia Elétrica de “ser facilmente engabelado sub-repticiamente pelas manobras do setor da ‘public relations’ da Central Brasileira”, mas, A Gazeta, por sua vez, disse que, se fosse esse o raciocínio, “nenhuma culpa cabe à Central Brasileira”, porque, se esta tivesse agido desonestamente, “não deveria ter visto a sua desonestidade encampada, abençoada, apadrinhada e autorizada pelo Governo Federal através de seus órgãos competentes”. No fim, disse que era público e notório que A Gazeta era “um órgão de centro, sem extremismos e partidarismos exagerados” (AFIRMA A “FOLHA DO POVO”, 07/09/1952, p. 1).

É notável que a Central Brasileira buscou aumentos tarifários em um cenário de agudização da crise dos seus serviços. Na Assembleia Legislativa, foi levantada a questão da encampação, derrotada. Na Câmara dos Vereadores, notas de repúdio aos aumentos das tarifas de fogões foram registradas. A COAP buscou vincular o aumento de tarifas ao de salários, tendo, ao final, endossado os interesses da Central. Por fim, com aval da Divisão de Águas e do Governo Estadual, a Companhia conseguiu majorar as tarifas dos serviços de eletricidade e bondes da Central Brasileira, mesmo citada nas várias colunas de A Gazeta como “inimiga” do povo capixaba. Dessa forma, conclui-se que havia uma distância entre as necessidades populares, expostas constantemente no noticiário, e as ações governamentais. A Concessionária dos serviços de energia elétrica tinha amparo no “centro” político representado por Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves.

Pouco tempo depois dessa acomodação entre os poderes locais e a Central Brasileira, foi anunciado um racionamento de energia elétrica, justificado pela direção da Companhia pela “escassez de águas no rio Jucú e defeitos no Diesel”. O deputado Jeferson de Aguiar dirigiu um documento ao governador substituto, Francisco Alves Athayde, informando sobre os “cortes programados pela Central Brasileira” e sobre a “extensão que a opinião pública vem reagindo através de comentários acrimoniosos a este procedimento legitimamente lesivo aos interesses coletivos” (O LEGISLATIVO E OS “CORTES”, 25/10/1952, p. 1).

Então, o colunista Américo Oliveira interrompeu a “trégua”, “quase um armistício” de meses em “silêncio”, sem citar a Central Brasileira: Oliveira falou do contrato de 1927, assinado entre o Estado e a empresa, dizendo que o povo capixaba tinha que suportar a Central por ter o contrato duração de meio século. E exclamou: “Que tortura meu Deus, para nós capixabas!”. Isso porque o povo continuava “às escuras”, “faltando energia em quase toda cidade, prejudicando fábricas, oficinas, etc.; os telefones não prestam, as comutações crescem dia a dia e o transporte de passageiros feito pelos bondes, deficiente e caro”. O povo teria, em sua “alta sabedoria”, chamado a Companhia de “Central Caveira de Burro” (OLIVEIRA, 04/11/1952, p. 3).

A Companhia, por sua vez, na opinião de Oliveira, trataria Vitória como um “burgo podre, terra de ninguém”, despedindo funcionários próximos à estabilidade, entoando “a mesma cantiga de sempre, quando quer adquirir mais motores a óleo. Suspende o fornecimento da luz, dificulta o trânsito dos bondes, enfim, lança mão de todas as misérias, e pelos jornais declara que não há água”, “pouca energia para a luz e bondes, “acho-te uma

graça”. Assim, Américo Oliveira “repisou” a questão dos motores a óleo, que serviriam para alimentar uma “Pirâmide que [se] espalha pelo mundo as suas filiais como a CCB”. Mas, o governo Jones estaria prestes a livrar Vitória da empresa, com o investimento hidrelétrico da construção da Usina de Rio Bonito. E se a empresa tentasse “assenhorar-se da nova usina sob valorosas promessas não realizáveis”, exclamou: “Vade Retro” (OLIVEIRA, 04/11/1952, p. 3). Em outro artigo, novamente sobre as redondezas das instalações da empresa na rua 7 de setembro, Américo disse que era “triste a situação daquela gente que habita a zona da Convertidora, agora convertida em ‘infernolândia’ ou ‘infernópolis’” (OLIVEIRA, 23/01/1953, p. 3).

A falta de energia constante passou a gerar outros incômodos para os consumidores. Em 1954, surgiram reclamações de que, mesmo sem ter energia em seus eletrodomésticos, os consumidores estariam pagando contas mais altas. Uma senhora foi ao jornal A Gazeta de posse de duas contas de energia elétrica, tendo, a do mês corrente, um aumento de Cr\$ 8,80 cruzeiros. A consumidora disse não entender a razão do aumento se “tem noites que a luz desaparece às 18 horas para voltar depois das 22”. Ao ser aconselhada, pela edição do jornal, a solicitar um exame do relógio, ela respondeu: “Não adianta, a Cia. manda fazer o exame, chega sempre à mesma conclusão de que o Contador está perfeito e ainda cobra uma taxa pelo tal exame” (O PREÇO DA LUZ, 26/06/1954, p. 4).

A Gazeta dava espaço para as reclamações populares, apesar de defender a empresa nos impasses de aumentos tarifários ou das crises dos serviços. Outra senhora, residente no Morro da Santa Clara, pediu ao jornal que fizesse “uma nota muito forte contra a Cia. Central Brasileira de Força Elétrica”, que relatou o seguinte:

Em quase todas as casas do bairro existe ferro elétrico que também fica encostado por falta de energia. No bairro existem várias casas com enceradeiras elétricas que também não funcionam por causa da falta de energia. Adiantou que na tarde de ante-onde sua casa ficou toda a tarde e até depois das 23 horas sem luz. Foi forçada a preparar alguma coisa para o jantar em fogareiro a álcool e a noite, como sempre acontece, queimou velas e mais velas. Ontem, até 13 horas, que foi quando nos telefonou, ainda sua casa estava sem energia (A FALTA DE LUZ, 01/07/1954, p. 4).

O incidente em um dos motores da Convertidora teria gerado um problema da Vitória por conta da “estiagem [...] que se prolonga há mais de ano e que reduziu a vazão normal do rio Jucú de 6 a 7 metros cúbicos por segundo para 3 metros em média, caindo a produção da usina de 2.240 kilowatts para 300” (C.C.B.F.E., 02/07/1954, p. 4).

Os bairros estariam, segundo nota, “de fato, sem luz desde o dia 29 de junho findo”. A Companhia, que declarou a falta de luz durar por três ou quatro dias, não atendia aos consumidores já há oito dias. No Centro de Vitória “tudo corre bem”, explicou o texto, “as ruas e as casas são iluminadas e até mesmo os cinemas funcionam... e aos bairros? Que tristeza! Quanto sofre o morador de bairro!”. Aparentemente, havia uma seletividade nos cortes de energia, desfavorecendo os bairros da periferia de Vitória (LUZ NOS BAIROS, 07/07/1954, p. 4).

Outros relatos do jornal A Gazeta mostram as estratégias populares para fugir dos cortes de energia elétrica e usarem seus eletrodomésticos:

Ontem uma senhora nos telefonou pedindo repetíssemos sugestões que achou ótimas. Queria apenas dizer que era, também, pela luz entre 23 horas e a manhã seguinte e isto porque muitas donas de casa estão trocando o dia pela noite, para o aproveitamento da energia. Quem nos telefonou disse que está preparando, durante a madrugada, o almoço e o jantar do dia como está cuidando da passagem da roupa e de alguma costura mais urgente. Mora, ela, num bairro e possui fogão e ferro elétricos, como possui motor para a máquina de costura. Dessa forma para poder ter a comida e roupa passada aproveita a energia durante toda a noite (SUGESTÕES, 10/07/1954, p. 4).

Érico Neves, um dos colunistas de A Gazeta e organizador da coluna *Diversas*, escreveu para a coluna *A Propósito*, contrapondo-se aos argumentos de que a Central Brasileira estaria em condição de “fornecimento anormal de energia”. Para o colunista, a situação seria de um “*lockout*” de energia”, afinal, disse, a falta do serviço não se daria por “fatores imprevisíveis”, mas por “responsabilidade da empresa”. Neves enumerou algumas medidas que não foram tomadas pela concessionária e que geraram aquela situação dramática na cidade de Vitória: Primeiro, que a Central sabia que o desgaste dos motores era alto; segundo, que a Companhia teria abandonado um projeto de construção de uma nova barragem, chamada “Jucu 2”, que iria alimentar cinco turbinas de 5 mil KWH cada. Terceiro, que o horário de fornecimento de energia das 23 horas às 6 da manhã não estava sendo respeitado. Além disso, a empresa estava culpando o governo por dificultar a importação de materiais necessários. Érico Neves clamou por uma solução contra a empresa, cuja responsabilidade na crise energética era “flagrante”, constituindo-a em um “entrave ao progresso da nossa terra” (NEVES, 10/07/1954, p. 8).

A Central Brasileira logo respondeu ao colunista, dizendo que o problema teria sido causado pela estiagem, o que teria prejudicado a Usina Jucu, reduzindo a sua vazão. A usina que enviaria 2.300 quilowatts para a capital estaria enviando apenas 700, “com 3 de seus dínamos paralisados por falta de água”. A usina necessitava, seguiu a nota

explicativa, de 6,500 m³ / seg. de água para a vazão normal, e, naquele momento, estaria contando com 3,000 m³ / seg. E o problema não seria isolado, pois, outras capitais estariam passando pelo mesmo problema, como o “Distrito Federal, que vem de há muito tempo tendo a sua energia rigorosamente racionada, até a presente data” (C.C.B.F.E., 16/07/1954, p. 8).

Em uma matéria especial, autointitulada “Sem encomenda”, por José Luiz Holzmeister, foi entrevistado o gerente da Central, Mr. Brown, que reforçou o argumento da nota anterior. O colunista, antes de dar voz à Central Elétrica, fez uma explanação mais ampla, englobando a falta de energia em uma série de fatores estruturais. Segundo Holzmeister, o crescimento populacional de Vitória, “de um dia para o outro”, essa “ascensão rápida e inesperada” teria gerado o crescimento dos bairros, dos prédios, de modo que “não mais dão para o povo os seus reservatórios de água, as suas casas de habitação e até a luz elétrica”. “Tudo por causa do progresso momentâneo que envolveu a cidade”. Mas, Holzmeister prosseguiu, “a vida ia sendo vivida com alguma felicidade. Apesar da falta de água. Apesar dos serviços já antiquados de telefones, e a falta de luz em algumas horas”. Até que, “de um momento para o outro, como se a própria natureza contra o capixaba, faltou chuva. A conhecida época chegou com o inverno, e as chuvas começaram a faltar”. Com esse problema, “o único jeito, para a companhia fornecedora de luz, a Central Brasileira, era a colocação dos seus motores Diesel em funcionamento”. Com o excesso de trabalho dos motores, seguiu o colunista, dois pararam, gerando um déficit energético de 2.000 kw, somando-se a esses o terceiro, totalizando menos 1.000 kw de geração. Com isso, a empresa ficou com apenas 600 quilowatts do “velho Diesel suíço e os 500 que vinham do Jucu, e 1.000 de M.G., isto é, com 2.100 kilowatts e mais 800 à noite, vindo de Fruteiras” (A VERDADE EM TORNO DA FALTA DE LUZ, 17/07/1954, p. 1-3).

Ao visitar a Convertedora, a reportagem entrevistou o gerente, Mr. Brown, descrito com “cabelos mais brancos que há 15 dias”, e, “como sempre, apesar dos pesares, com aquele sorriso de homem que não teme o presente e confia no futuro”. O representante da empresa começou dizendo que era preciso, “antes de tudo, responder a algumas perguntas que o povo faz nas esquinas, nas ruas, nas praças em todos os lugares. É o chamado descuido da Companhia que devia estar aparelhada”. Segundo Mr. Brown, não houve descuido da Companhia, mas sim “dificuldades oriundas das leis que regem a importação”. Também respondeu à acusação de que as máquinas da empresa seriam

“velhas e com vida limitada. Não é isto verdade”, explicou, pois a empresa estaria utilizando cilindros emprestados da CVRD, o que provava que as máquinas da empresa, assim como as da mineradora, eram as “mais modernas”, sofrendo, contudo, com o trabalho excessivo. Enquanto os trabalhos nas máquinas eram feitos, o gerente esclareceu que era necessária a cooperação do comércio, “evitando letreiros luminosos e vitrines abertas, também, a Companhia restringindo o maior número possível de bondes”. O gerente finalizou dizendo que nunca tinha visto “gente tão educada e tão paciente como a do Brasil. E o povo do Espírito Santo é uma prova dessa educação e dessa paciência”. “Sou grato ao povo capixaba que soube sofrer com resignação estes momentos custosos que também foram de sofrimentos para mim” (A VERDADE EM TORNO DA FALTA DE LUZ, 17/07/1954, p. 1-3).

Meses depois, na coluna *Diversas*, foi escrito que “A Cia., na ocasião [do início da crise], publicou uma nota dizendo que dentro de quatro dias a situação estaria melhorada e com mais alguns dias ficaria definitivamente solucionado o problema”. Porém, eram “decorridos quase dois meses e continuamos na mesmíssima situação, principalmente em determinados bairros de Vitória”. E, mesmo sem energia, “o contribuinte continua pagando à Cia. luz que não consumiu, energia que não gastou” (E A LUZ?, 09/08/1954, p. 4).

90 dias depois do início da crise energética, as reclamações continuaram. Para isso é interessante reproduzir um trecho da coluna *Diversas*, que relata a situação em que a cidade ficou:

Com essa constante falta de luz [...] a Central Brasileira está prejudicando grandemente o povo. Nas casas onde existiam fogão elétrico os proprietários ou inquilinos foram obrigados a colocar fogão a querosene ou fogareiro à álcool. Nas casas onde existem ferros elétricos usam ferro a carvão. E o carvão é difícil de ser encontrado e quando encontrado é vendido por preço elevadíssimo. Nos bairros sem luz o povo é obrigado a adquirir querosene à razão de Cr\$ 3,00 o litro ou vela a Cr\$ 1,50 cada, vela de menos de palmo, vela de péssima qualidade, vela que é consumida com rapidez. E a Central Brasileira nenhuma providência tomou até o momento para que a situação melhore. No dia 30 de junho os motores da Cia. apresentaram defeito e no dia seguinte era publicada uma nota segundo a qual a energia elétrica seria racionada por quatro ou cinco dias para conserto de um dos motores; e com mais pouquinhos dias o outro motor estaria em condições de funcionar e então teríamos restabelecido o serviço de distribuição de energia. Mais de três meses são decorridos e continuamos com a energia racionada, e bem racionada. [...] E se o pagamento não for feito no prazo: lá vem a multa de dez por cento... Esses dez por cento correspondem a juros pela falta de pagamento dentro do prazo. E se vencido o prazo de dez dias de condescendência e o consumidor não pagar a conta, que acontece? A Cia. desliga o contador. Para ligá-lo de novo exige a taxa de ligação. **Não é uma grande inimiga do povo essa Central Brasileira?** (E A LUZ?, 09/10/1954, p. 4, com grifos).

Somente no final de 1954 é que os serviços de energia elétrica “melhoraram sensivelmente”, findando a situação crítica que enfrentou a população de Vitória durante cinco meses (MELHOROU O SERVIÇO, 05/12/1954, p. 4). Mas, em contrapartida à paciência do povo, a Central Brasileira manteve a vida dos moradores das redondezas da Convertedora “um verdadeiro inferno” pelo nível de barulho ocasionado pelos geradores elétricos (QUE HORROR!, 07/12/1954, p. 4).

Em Niterói, o jornal O Fluminense passou a ser dirigido pelo udenista Alberto Torres, em 1954, que no ano seguinte passou a ter a maioria acionária do jornal. A partir de então, o deputado passou a fazer críticas à CBEE, Concessionária da AMFORP, por meio de O Fluminense. Porém, é necessário destacar que as críticas se restringiam aos abusos da Companhia com a complacência governamental, mas se distanciava da tese de encampação.

Assim, sem colunistas fazendo longas campanhas de críticas à CBEE ou uma ampla movimentação social pela encampação da empresa, o que ocorreu foi a prevalência dos interesses da subsidiária da AMFORP até o limite da paciência dos consumidores. Até a chegada da energia elétrica da Centrais Hidroelétricas do Vale do Paraíba (CHEVAP) e a encampação da CBEE pela Eletrobras, os clientes sofreram com os racionamentos e com a Usina Flutuante, Piraquê, que, antiga, passou a fazer coro com os defeitos das instalações da subsidiária.

Já em 1952, foi declarado um racionamento de energia elétrica pelo fato da Companhia Carris do Rio de Janeiro ter reduzido o envio de energia elétrica para a CBEE em 50%. As duas empresas tinham os seus sistemas interligados há 20 anos, e, quando a Carris reduzia o fornecimento de energia para a zona de concessão da subsidiária da AMFORP, os seus serviços ficavam deficitários. Então, quando ocorriam fatos desse tipo, o racionamento era declarado para os consumidores domésticos, industriais e comerciais, com cotas de energia diárias a serem consumidas. Em caso de não cumprimento das medidas, os consumidores inicialmente recebiam uma advertência, seguida de suspensão do fornecimento por 8 dias em caso de reincidência, por 30 dias em caso de uma terceira ocorrência, e por tempo indeterminado em caso de uma quarta ocorrência (RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, 29/08/1952, p. 5).

Em 1953, foi novamente anunciado o racionamento de energia elétrica, e o argumento utilizado foi o mesmo: a “estiagem sem precedentes, pela sua severidade e duração”, teria

reduzido “consideravelmente os mananciais que abastecem as usinas hidrelétricas a ponto de ameaçar seriamente a manutenção regular do fornecimento de energia à população”. Desse modo, o Conselho Nacional de Águas, por meio da Resolução nº 880, teria determinado a redução em 50% da transmissão de energia elétrica da Cia. de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda. para outras empresas concessionárias. A Companhia Brasileira, por sua vez, já estaria passando por um regime de escassez de água em suas usinas de Areal, de Piabanha e de Fagundes, o que, somado ao problema da Carris, tornaram “imperiosas as medidas restritivas” (C.B.E.E., 10/06/1953, p. 5).

Na Assembleia Legislativa, Magalhães Castro criticou a Companhia Brasileira “relativamente ao péssimo serviço de fornecimento de energia aos municípios de Niterói e São Gonçalo, estendendo suas críticas à Light” (CASTRO, 03/07/1953, p. 1). O deputado Alberto Torres também criticou a empresa pelo “péssimo serviço que vem executando no Estado do Rio de Janeiro, solicitando providências do chefe do Governo” (TORRES, 04/07/1953, p.1).

O deputado udenista e chefe editorial de O Fluminense, Alberto Torres, enviou requerimento à Casa Legislativa, solicitando informações acerca do racionamento de energia elétrica efetuado pela CBEE, questionando: qual era o programa de expansão da capacidade de exploração hidrelétrica da empresa em suas usinas; quais eram os motivos para a paralização do programa; quais eram os termos da autorização que permitiu à Carris fornecer energia à concessionária fluminense; quando a empresa iria instalar uma termelétrica em Niterói, já aprovada pelo CNAEE; e se essa termelétrica substituiria a expansão das usinas hidrelétricas (TORRES, 08/07/1953, p. 1).

Os questionamentos de Alberto Torres chamam a atenção para o fato de a CBEE ter usinas hidrelétricas sob seu controle e necessitar do fornecimento de energia elétrica de outra empresa. Além disso, havia uma promessa por parte da empresa, com uma aprovação do CNAEE, para a instalação de uma termelétrica que foi questionada em sua execução, além da sua própria existência, em detrimento à expansão hidrelétrica.

Enquanto a situação dos racionamentos preocupava a população fluminense, duas outras questões apareceram durante a crise: a atitude da CBEE com relação aos consumidores e a renovação do contrato da Concessionária. Na Assembleia Legislativa, Alberto Torres fez duras críticas à Companhia que, por sua vez, estaria cobrando do niteroiense o que este não consumia. Segundo Torres, “não contente em racionar o fornecimento de energia,

cobra, essa companhia, tarifas correspondentes à cota por ela fixada, mesmo que o cliente gaste muito menos do que teria direito de consumir”. Seria esse um “abuso” que estava “enervando a população de Niterói, porque não é concebível”, prosseguiu, “que alguém pague alguma coisa que não consumiu” (TORRES, 02/10/1953, p. 1). Na Câmara Municipal, o vereador Affonso Celso havia indicado que a CBEE estava “envidando esforços no sentido de conseguir uma renovatória do contrato, e desta vez, muito mais lucrativa” (O FLUMINENSE. 24/07/1953, p. 1).

No ano de 1954, houve o retorno do racionamento e do debate indicado por Affonso Celso, agora na Assembleia Legislativa. Surgiu uma movimentação sobre a proposta do governo estadual, que pretendia renunciar ao patrimônio sob controle da CBEE, revigorando o contrato por mais 50 anos. O deputado Magalhães Castro declarou a medida como “um verdadeiro escândalo”, que precisava ser analisado antes da sua aprovação (CASTRO, 12/03/1953, p. 1). Esse mesmo deputado anunciou que havia emprestado a documentação relativa ao projeto nº 436, do governo estadual, ao jornalista Carlos Lacerda, que poderia ter perdido o processo. Essa atitude foi considerada “obstrucionista”, pelo fato de o documento ser necessário para o debate da medida (CASTRO, 03/04/1953, p. 1). O processo, no entanto, reapareceu, sendo devolvido de Carlos Lacerda para Magalhães Castro, e deste para a Casa (CASTRO, 20/05/1954, p. 1).

De modo performático, “causou sensação” o desaparecimento dessa documentação nas mãos de um deputado opositor do projeto favorável à Companhia Brasileira (RESENHA POLÍTICA, 23/05/1954, p. 1-8). No entanto, a empresa povoou o debate após anos seguidos de racionamento. As questões eram o próprio racionamento, a renovação dos contratos em termos favoráveis à Cia., e a falta de investimento em sua zona de concessão.

Sobre a renovação do contrato, foi transcrita do jornal Correio da Manhã uma resposta do diretor aos entendimentos encaminhados entre a CBEE e o Estado. Segundo o diretor, se o governo fluminense não desejava explorar os serviços, “nada mais certo, obedecidos os preceitos legais, que deixá-los a cargo da empresa que já os vem executando e que para tal fim, tem feito investimentos necessários”. Para ele, seria uma “questão de equidade, além de bom senso” (REVERSÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, 25/05/1954, p. 6).

O centro desse debate, sobre o projeto do governo estadual que renunciava ao acervo controlado pela CBEE, além da desistência da propriedade das usinas que foram

concedidas para a empresa concessionária, seria a indenização que a multinacional queria pagar. O deputado Benigno Fernandes considerou a proposta do governo como “o maior escândalo dos últimos tempos”, pois o patrimônio estava avaliado em 100 milhões de cruzeiros e o projeto previa a indenização ao governo de apenas 12 milhões de cruzeiros. Segundo Benigno Fernandes, esse projeto teria se originado “da advocacia administrativa dos amigos da Companhia infiltrados no Governo, como meio de reduzir ao máximo a indenização”. Conforme o deputado, a empresa estaria querendo pagar a indenização segundo custo histórico, ou seja, o custo inicial das instalações à época do contrato. Se os valores fossem atualizados, indicou o deputado, o valor seria quase 10 vezes maior (FERNANDES, 26/05/1954, p. 1).

Esse debate ocorreu paralelamente “à grave situação no Estado do Rio – Niterói, Petrópolis, São Gonçalo e outros municípios – no que diz respeito ao suprimento de energia elétrica”. Segundo noticiou O Fluminense, “Pelo que está ocorrendo, ao permanecer a estiagem, a situação da Companhia Brasileira de Energia Elétrica é gravíssima, como o seu acanhado sistema gerador”. “A maioria dos bairros de Niterói”, desse modo, estava “praticamente, sem eletricidade, paralisando quase todas as atividades”. No momento de crise, as críticas aos parques de diversões, “feericamente iluminados”, ganhou repercussão quando os bairros ficavam às escuras (PARALIZADA A VIDA DE NITERÓI, 15/07/1954, p. 1).

Necessidade e diversão foram contrapostas quando a energia fornecida pela Companhia Brasileira faltou. Surgiram apelos pela iluminação da Maternidade do “SESC”, que teria vivenciado o risco de morte de um recém-nascido, em trabalho de parto (CÂMARA MUNICIPAL, 16/07/1954, p. 1), ou pela iluminação de alguns bairros cujos moradores utilizavam velas durante a noite. Essas necessidades foram contrapostas, dentro do campo da moral, ao entretenimento dos parques, com “orgia de luz, com os ‘divertimentos’, inteiramente vazios”, funcionamento (gastando energia) como chamariz para o vício que impera nas suas barracas” (ESCÁRNIO E ACINTE À PACIÊNCIA DO POVO, 16/07/1954, p. 1).

Nesse sentido, os consumidores foram instados a colaborar com a situação, sendo o problema tornado uma questão de colaboração ou não desses para com a situação. Em aviso ao público, o presidente da Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Abelardo do Carmo Reis, jogou a responsabilidade da situação para os consumidores ao dizer que “[...] É importante, absolutamente imprescindível que os senhores

consumidores compreendam a gravidade da situação, submetendo-se, com boa vontade e espírito público, às medidas consubstanciadas no programa acima elaborado” (C.E.E.E., 16/07/1954, p. 6).

Mas logo que os pré-requisitos para a solução da crise eram satisfeitos, a situação ainda não era solucionada. Esse movimento da empresa será notado ao longo do tempo. Se a escassez era repetidamente alegada enquanto impedidor do fornecimento normal de energia elétrica, as chuvas não resolveriam o problema, em 1954. Foi noticiado em O Fluminense que “o niteroiense e o carioca amanheceram ontem alegres e satisfeitos com os fortes aguaceiros que, desde a madrugada, caíram sobre as duas capitais”, “verdadeira tromba d’água, que encheu as ruas, interrompendo o trânsito”. Entretanto, o superintendente da CBEE considerou o evento enganoso, pois, em primeiro lugar, as chuvas demorariam até dois dias para chegar à represa do Areal; e em segundo lugar, para a solução da crise, seria necessário um regime de “chuvas prolongadas”, sendo aquelas de “curta duração” problemáticas, pois a população “teria a impressão de desafogamento da crise e o racionamento seria observado com menor rigor” (AS CHUVAS CHEGARAM. INSUFICIENTES, 20/07/1954, p. 1).

O ano de 1955 seguiu o fluxo dos eventos próprios da CBEE em Niterói. Inicialmente, o debate do projeto nº 436, de 1953, que fazia o Estado desistir da reversão dos bens da Concessionária para sua posse, renovando o contrato com a empresa. Por 25 votos a 11, venceu a aprovação do projeto em que a companhia permanecia com a concessão dos serviços. O deputado Alberto Torres protestou, dizendo que a medida “não atendia ao interesse do povo fluminense”, pois todos os bens da Concessionária seriam reversíveis, e que os mesmos deveriam ser avaliados “pelo critério do justo valor atual”. Além disso, teria o deputado informado que a empresa não cumpriu a lei que impunha a restauração das redes de distribuição de energia na zona de concessão da Companhia Brasileira. Mesmo assim, levando em conta apenas a rede de distribuição, a empresa teria um valor comercial estimado em 116 milhões de cruzeiros, quando, no projeto, aceitaria 12 milhões de cruzeiros (TORRES, 21/01/1955, p. 1).

O poder persuasivo da CBEE diante da realidade fluminense se mostrava vigoroso, haja vista que, apesar do regime de racionamentos, da falta de investimentos e de incômodos para a população, a Companhia Brasileira conseguiu que o seu contrato fosse renovado e ainda os bens reversíveis ao Estado se tornassem seus por um preço cerca de 10 vezes menor do que aquele atualizado. É notável que, em outras cidades, a empresa defendeu

sempre a indenização dos bens sob seu poder, baseada em valores atualizados, sendo diferente no caso em que ela queria adquirir o acervo dos bens do Estado, pagando uma indenização menor. No caso de Niterói, a empresa conseguiu pagar o custo histórico, ou seja, o valor desatualizado, vigente à data da assinatura do contrato com o Estado.

Em Natal, por sua vez, foram expostas, na coluna *Casos & Coisas*, as deficiências dos serviços de transportes e energia elétrica. Em um crescente, acentuou-se o esforço da Companhia em abandonar o serviço de bondes, assim como os investimentos em instalações de usinas termelétricas, o que culminou, na década de 1940, em sérios problemas para a capital do Rio Grande do Norte, fato percebido também em outros jornais de Natal.

Na coluna *Casos & Coisas*, foi relatado que a arborização da cidade, em certos trechos, representante do progresso da cidade, estaria aumentando a ineficiência da iluminação pública, pelo fato dos focos serem poucos. “E quando a energia decai, a escuridão é total. A Cia. Força e Luz precisa estudar um meio para acompanhar o progresso da cidade” (CASOS & COISAS, 13/01/1950, p. 2).

Em outra nota, os defeitos das lâmpadas geraram “comentários nada lisonjeiros à administração da empresa”, e isso pelo fato de ela, “que na verdade tem muita força” com as autoridades, demorar para resolver os problemas e ainda conseguir manter um contrato com o Estado “como dantes...”. Os consumidores diziam, segundo a coluna do jornal, que a empresa só era pontual para receber as contas (CASOS & COISAS, 28/02/1950, p. 2).

Mas, mesmo pagar as contas era uma atividade complicada em Natal. Existiam “longas filas em frente ao guichê do escritório central daquela Companhia”. Conforme publicado na coluna do jornal, não era justo que “uma cidade que cresce a cada dia, com seus habitantes se espalhando por todos os bairros, fique à mercê de caprichos de organização mal compreendida, como é esta de somente se pagar uma conta no balcão da empresa” (CASOS & COISAS, 01/06/1950, p. 2).

Sobre os bondes, apesar dos maus serviços, foi expresso, na coluna *Casos & Coisas*, um apego popular a esse meio de transporte, que seria também mais barato. Segundo a matéria, a cidade “vai ficar sem bondes!”. O colunista anunciou que a Cia. Força e Luz estava no propósito de “recolher os últimos elétricos” de alguns bairros de Natal. O jornalista, ao relatar uma conversa que teve com um condutor, “modesto funcionário da empresa”, extraiu dele que a empresa tinha bondes, mas não estava colocando-os para

circular, porque “a empresa vai acabar com eles”. Já teriam sido dispensados mais de quarenta operários, segundo o condutor (CASOS & COISAS, 05/06/1950, p. 2).

O colunista, então, lamentou-se para o público, pois a população natalense ficaria privada dos “barulhentos elétricos”, “que tanto auxiliam no transporte dos natalenses, principalmente, dos pobres”. E questionou se, no “contrato” existente entre a empresa e o Estado, obriga-se aquela a manter o serviço regular de transporte, ou se apenas de fornecimento de energia elétrica. Se existisse a obrigação, finalizou, “poder-se-á alimentar a esperança da Cia. Força e Luz substituir os bondes por ônibus”. Mas o fato seria, segundo ele, que a cidade iria perder seus bondes, “velhos, vagarosos, dando choque a torto e a direito, mas sempre lotados, sempre preferidos pelo povo” (CASOS & COISAS, 05/06/1950, p. 2).

Essa “preferência” do povo pelos bondes se mostra em outra nota da Coluna. Mesmo com a concorrência dos ônibus, os bondes transitavam “lotados, acontecendo que em algumas horas ninguém distingue nada do elétrico, tal o número de pingentes que se agarram de todo o jeito no barulhento bondezinho, que dia a dia se envergonha dos seus velozes e modernos concorrentes...” (CASOS & COISAS, 13/09/1951, p. 2).

Assim, a linha argumentativa expressa em *Casos & Coisas* demonstrava uma nostalgia em torno do serviço de bondes, um apego popular ao serviço e à utilidade que este tinha para os mais pobres. Mesmo antiquados e velhos, os bondes serviam à população, e, além disso, eram populares. Esse saudosismo precoce, de algo que ainda não se tinha perdido, era uma crítica à política da empresa de extinguir tais veículos de transporte.

Desse modo, é perceptível que a empresa estava concretizando o abandono dos serviços de bondes por parte da CFLNB. Sobre a eletricidade, o investimento se circunscreveu às instalações termelétricas. No final de outubro de 1950, foi instalado um novo grupo turbo gerador de 900 Kw para reforçar o suprimento de energia elétrica, que teria potencial para ampliação de até 2.700 Kw (INAUGURAÇÃO DE NOVO GRUPO GERADOR, 25/10/1950, p. 4).

Após esse feito, o jornal *A Ordem*, que vinha abrindo espaço para críticas à empresa, recuou e parabenizou a iniciativa da CFLNB, citando, inclusive, o “Seu” Kilowatt: “A atual administração da Cia. Força e Luz lavrou um tento em favor da cidade, que somente aplausos merece de toda a população natalense”. A companhia teria recebido várias críticas em torno dos seus serviços antes da iniciativa. Acabava a água, “e a culpa era

jogada sobre o ‘Seu’ Quilowate”; “a iluminação pública e particular sofria grandes decaídas e a responsável era a ‘cansada’ usina do Oitizeiro”; “os bondes paravam no meio das ruas, e mais uma vez se apontava a Cia. Força e Luz como causadora desse transtorno”. E reconheceu a matéria, “naturalmente ela era a culpada, ou melhor, os seus dirigentes e técnicos”. Mas em um trabalho “silencioso”, a empresa concessionária teria melhorado os seus serviços de eletricidade, com “novas e possantes turbinas geradoras”. “Mas o povo, apesar de gostar do ‘seu criado elétrico’, também é, às vezes, ‘amigo da onça’ do ‘Seu’ Quilowate””. “E os comentários que por aí vão”, disse, era de “pessimistas com seus receios de que haverá novo aumento das taxas de luz e do telefone, e quem sabe? No preço das passagens dos bondes...” (CASOS & COISAS, 06/11/1950, p. 2).

Mas a situação não foi resolvida, apesar da confiança depositada pelo escritor da coluna *Casos & Coisas*. Em fevereiro de 1951, foi registrado na coluna *Noticiário Natalense* que “vários trechos da cidade permanecem, à noite, submetidos ao mais rigoroso ‘blackout’”, e que isso ocorria “por culpa única e exclusiva da Cia. Força e Luz, que não sabemos por que deixa certos pontos da iluminação da sua já deficiente rede, sem as indispensáveis lâmpadas”. Ou seja, se a produção melhorou, a distribuição, não (NOTICIÁRIO NATALENSE, 10/02/1951, p. 4).

Para continuar no rastro dos serviços da subsidiária da AMFORP e poder avaliar o quanto a empresa estava negligenciando ou investindo em seus serviços, ou mantendo um padrão de ação empresarial voltada para interesses acionários em detrimento do interesse coletivo, procuramos outras publicações de outros jornais, haja vista a limitação física da coleção de *A Ordem*, restrita a partir do ano de 1953. Dessa forma, encontramos dois jornais de Natal com outras matrizes filosóficas: *O Diário de Natal* e *O Poti*.

O Diário de Natal e *O Poti* eram jornais vinculados aos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Diferente de *A Ordem*, que era um noticiário com matriz religiosa, *O Poti* e o *Diário de Natal* eram jornais de viés liberal. Especificamente com relação à CFLNB, as falas nesses jornais eram elogiosas e de defesa da empresa, como se, para os jornais, escrevessem os gerentes da concessionária. Porém, mesmo com um viés defensivo do jornal com relação à CFLNB, é possível acompanhar os problemas urbanos de Natal, os imbróglios e as discussões ocorridos durante as décadas de 1950 e 1960.

Segundo uma nota em *O Diário de Natal*, a CFLNB teria instalado, no lugar de postes, para a cabeaçaõ da rede elétrica, trilhos no sentido vertical. Esses foram descritos como

“grossos pedaços de pau fincados no chão, alguns extremamente tortos, outros de espessura variada”. A coisa “aberrava tanto”, que o jornal estaria chegando à convicção de “que houve engano na compra”, pois o interesse da empresa na melhoria da rede elétrica “contrastava” com “esses novos monstregos que estão sendo colocados em ruas e avenidas já pavimentadas” (VAMOS DAR JEITO NISSO?, 11/03/1952, p. 6).

Outra matéria elogiou o gerente e criticou a empresa que ele dirigia. Segundo *O Prato do Dia*, o gerente Guimarães Pinheiro teria “mão orientadora e sábia” ao gerir a CFLNB, sendo um “Homem realizador, dinâmico, hábil, enfim, com todos os atributos exigidos para fazer da Cia. Força e Luz, em Natal, uma empresa modelar”. Porém, completou, este não estaria tendo a competência para resolver o problema das “filas imensas dos sofedores” pagantes de contas à Concessionária, em filas que ultrapassavam as calçadas da Companhia. Segundo a matéria, o gerente teria organizado a empresa por dentro, com um edifício luxuoso, e não por fora, no atendimento aos seus clientes. O colunista exclamou que o sonho dele era dizer que esse gerente era “o maior gerente vivo” da Companhia concessionária (O MAIOR GERENTE VIVO, 02/04/1952, p. 6).

Mas os bondes voltaram à cena, exatamente no processo de sua retirada de circulação. Foi estabelecido um debate, por parte da CFLNB, de que os bondes estariam atrapalhando as finanças dos serviços de eletricidade e telefones, e que, retirando essa obrigação da empresa, seriam liberados mais recursos para os outros setores. Como já foi visto, mesmo que os bondes fossem considerados “velhos calhambeques”, ainda tinham popularidade e atendiam à população mais pobre, portanto, sua manutenção na cidade era defendida pelo jornal *A Ordem*.

No entanto, a outra posição, aquela da empresa, é que foi defendida pelo jornal *O Diário de Natal*. Após ser levado ao público um projeto de autoria do vereador Jessé Freire, que previa a retirada “desses três ou quatro calhambeques da Força e Luz que se arrastam por aí, saltando dos trilhos, escangalhados, fazendo um barulho infernal, travancando o trânsito e o que é pior: sem passageiros”, o texto da coluna *A Cidade* disse que só o “simples sentimentalismo” poderia advogar a “existência desses bondes velhíssimos, trastes fora do seu tempo, transporte já condenado em toda parte e que não é mais preferido nem desejado por ninguém” (A CIDADE, 12/04/1952, p. 4).

A coluna *A Cidade*, de *O Diário de Natal*, foi porta-voz dos interesses da CFLNB. Seguindo a linha argumentativa da gerência da empresa, o colunista disse que os bondes

de Natal pertenciam a uma empresa particular que também explorava os serviços de energia elétrica, luz e telefones, e que precisava garantir “um juro normal para o capital que aqui emprega”. Desse modo, os lucros com os serviços telefônicos e de eletricidade seriam mitigados pelos prejuízos gerados pelo serviço de bondes, o que diminuiria a taxa de investimento da empresa na cidade. Desse modo, para poder inverter novos capitais em Natal, seria necessária a extinção da obrigação da empresa em ofertar o serviço de bondes (A CIDADE, 21/05/1952, p. 6).

Os funcionários da CFLNB pediam aumentos salariais e esse assunto foi entrelaçado com a retirada dos bondes de circulação. A Companhia alegou novamente o déficit desse serviço e condicionou o aumento de salários para os seus trabalhadores à concordância da administração pública com a finalização do transporte dos bondes (A CIDADE, 05/06/1952, p. 6). O Governo do Estado, contudo, interveio. Inicialmente, deixou de lado a retirada dos bondes de circulação. Depois, desconsiderou um aumento nas tarifas de bondes e de eletricidade para um aumento de salários e, por fim, ofereceu um aumento na taxa paga pelos serviços de Saneamento à CFLNB, dando condições de a empresa pagar o aumento salarial (INTERVÉM O GOVERNO, 06/06/1952, p. 6-4).

O colunista de *A Cidade* escreveu uma matéria agressiva direcionada à ação do delegado da Delegacia Regional do Trabalho, que teria agido de forma parcial, tomando “atitude pouco feliz”, favorecendo a agitação dos empregados, tornando-se, na opinião do colunista que assinava por “Y”, “um juiz suspeito para decidir” (A CIDADE, 06/06/1952, p. 3). Em resposta à acusação feita, o delegado enviou uma carta ao jornal, que aceitou publicá-la, apesar de o missivista “não estar à altura de dar-nos conselhos e orientação” (CARTAS À REDAÇÃO, 09/06/1952, p. 2).

A hostilidade da edição de O Diário de Natal com relação ao delegado da Regional do Trabalho estava bem explícita. Mas o delegado se defendeu em sua carta dizendo que agiu com imparcialidade, e que o “articulista” teria feito acordo com os “vermelhos”, quando o acusou de ter tido “explosões demagógicas”. O delegado citou a campanha que “Y” fazia em prol da Cia. Força e Luz, “apoiando a retirada dos bondes e, conseqüentemente, a dispensa de muitos pobres operários, visto que a retirada dos bondes constitui o ‘pivot’ da atual situação. O próprio Governo não aprova tal medida”. Ao final da carta, usou do discurso conciliatório, de “ajudar a Cia. Força e Luz e o Sindicato dos Carris Urbanos”, tranquilizando Natal (CARTAS À REDAÇÃO, 09/06/1952, p. 2).

A solução encontrada pelo governador, portanto, contrariou as pretensões da CFLNB, de extinguir o serviço de bondes, por um lado, mas, por outro, concedeu um benefício que foi o das taxas de saneamento majoradas para a concessão de aumentos salariais para os empregados da empresa. O governador foi homenageado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos (HOMENAGEM AO GOVERNADOR, 16/08/1952, p. 6).

No ano de 1953, o colunista de A Cidade prosseguiu a campanha pró-CFLNB. Dizendo-se estar “plenamente de acordo com os interesses da Companhia Força e Luz”, no tocante à retirada dos “dois últimos calhambeques que ainda circulam na linha do Alecrim e da Lagoa Seca, obsoletos, caindo aos pedaços e circulando com uma irregularidade de pascar”, o colunista cobrou, contudo, que a empresa prestasse outros serviços corretamente, como a colocação de postes adequados nas cidades, diferente dos “monstrenhos” usados pela empresa (A CIDADE, 13/01/1953, p. 5).

Na coluna *Crônica Social*, o colunista Danilo também destacou esse problema histórico, que seria o da posteação da cidade. Essa coluna mostra bem o quanto o jornal Diário de Natal, à maneira de outros veículos de informação que estava sob a influência das subsidiárias da AMFORP, separou as imagens do gerente da empresa e da própria Companhia. A crítica foi feita aos postes de trilho espalhados pela capital. Esses aspectos eram ligados à estética da cidade e à preocupação com a imagem de Natal para os turistas. O gerente da empresa, Guimarães Pinheiro, “incontestavelmente amigo da cidade e desejoso de vê-la livre daquelas malformações”, estaria preocupado com a situação, segundo o Diário, que reproduziu o discurso da empresa, de que a Guerra gerou problemas de importação de materiais (DANILO, 14/01/1953, p. 5).

A matéria salientou que os postes rústicos de trilhos até eram aceitos quando a cidade tinha “poucos milionários”, “na era em que todas classes disputavam um lugar no bonde, hoje sentenciado a morte”. Mas que a cidade havia progredido, não cabendo mais tais aspectos estéticos. Então, “apezar da reconhecida atuação em contrário do ilustre dr. Pinheiro os diretores da Força e Luz estão convencidos de que postes modernos para Natal ainda não são necessários”. E, então, mandavam para a cidade “aqueles imensos ‘postes’ de madeira, lembrando homens grandes e robustos que morrem cedo do coração. Não tem durabilidade e atentam francamente contra os novos aspectos urbanos” (DANILO, 14/01/1953, p. 5).

Portanto, o gerente da empresa estaria com as mesmas preocupações da cidade, mas a empresa não, ficando visível a defesa de imagem da gerência em relação à da empresa, sendo o primeiro atuante em ações filantrópicas, pela sua inserção social. Dessa forma, os problemas da cidade seriam relativos à empresa, e não aos executores de sua política administrativa.

Se os bondes estavam em extinção e os postes pecavam na estética, os serviços de eletricidade, em Natal, do final de 1953, estavam em crise. No mês de dezembro, foram anunciadas quedas do fornecimento de energia. Segundo uma matéria, “Muitas famílias tem jantado à luz de candeeiros ou de velas de cera, mercadoria que vem assim saindo das prateleiras das mercearias em grandes quantidades”. Além disso, o abastecimento de água estava comprometido por conta do “colapso da energia elétrica”. Então, veio à tona a questão de que a empresa teria investido, “há cerca de dois anos” em uma nova usina, “à óleo, em substituição à obsoleta, alimentada a lenha”. Teria sido anunciada a resolução do problema dos colapsos constantes do fornecimento de energia à cidade, “que anteriormente se verificava quase diariamente. No entanto parece que as novas instalações não constituem equipamento assim tão suficiente como então se acreditou” (FALTA DE ENERGIA, 12/03/1953, p. 8).

E, novamente, foi anunciado como “uma iniciativa proveitosa” o investimento da CFLNB em um novo grupo gerador, com uma nova termelétrica, de capacidade de 1.000 quilowatts, que iria aumentar “substancialmente a capacidade de sua Usina geradora, assim como o Governo do Estado” (NOVO GRUPO GERADOR, 30/04/1953, p. 4).

No entanto, quatro meses depois, os serviços não foram melhorados. Em *A Cidade*, uma “velha tecla” voltou a ser batida, que era a dos abalroamentos noturnos gerados pela insuficiência de iluminação pública. A resolução dos “problemas de luz, de telefones e de transportes nem sempre são solucionados como manda o bom senso”. E a culpa não era da empresa, exclusivamente, mas da concepção de um “grupelho demagógico [de] que o capital não deve ter rentabilidade para a melhoria dos serviços”, impedindo “qualquer pretensão mesmo justa da Companhia concessionária, com o objetivo de ampliação dos serviços”. Ou seja, novamente o problema dos bondes foi referido como obstáculo para a melhoria das demais atividades da Concessionária: “Houve há mais de 6 meses uma reunião para estudar o problema. Muitos apartes, muita oposição, muita acusação à Força e Luz, por causa de dois bondecos e no final continuamos mesmo é sem os telefones” (A CIDADE, 31/08/1953, p. 8).

Por meio dos jornais A Ordem e O Diário de Natal, de matrizes políticas e ideológicas diferentes, é possível notar os problemas existentes na cidade, e, mesmo que as narrativas tenham sido distintas, é possível observar as dificuldades encontradas pela população atendida pela CFLNB, bem como o poder persuasivo da subsidiária da AMFORP, expresso na imagem positiva do seu gerente, em detrimento à imagem da própria empresa por ele comandada.

Em Recife, as relações entre a Tramways e o público de Pernambuco permaneceram ruins em 1950, assim como eram áridas nos meios políticos e de imprensa. Mesmo apelidar alguém como “Seu” Kilowatt não era algo bem visto. Conforme a Figura 91, em uma nota publicada no Jornal Pequeno, sobre a festa de aniversário de um rapaz de 15 anos, o “broto” Hamilton, o orador pede “que não o chamem diante das moças, de ‘seu kilowatt’”, apelido que, provavelmente, recebeu por suas feições físicas (HAMILTON JOSÉ ARAÚJO, 17/03/1950, p. 2).

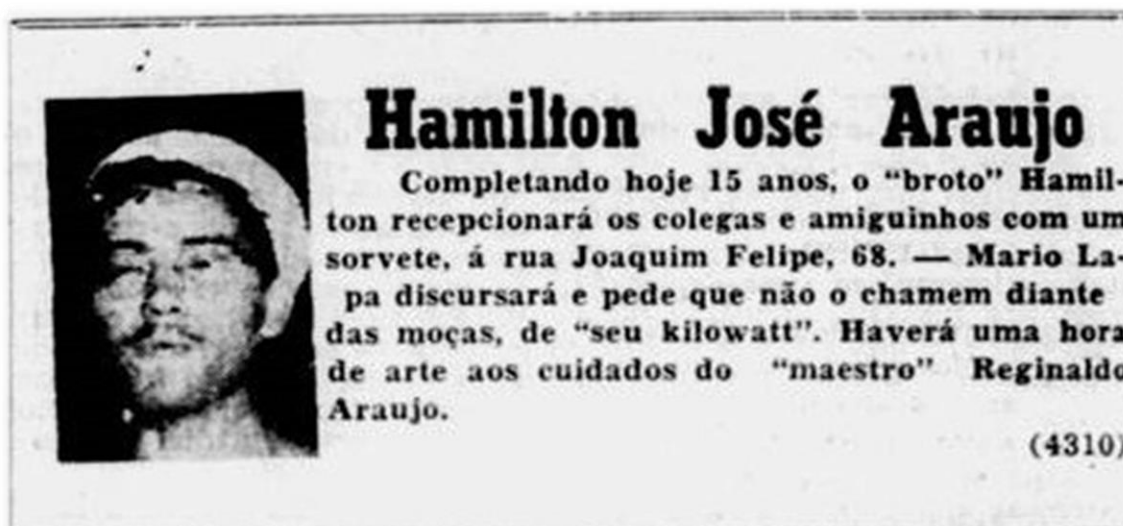


Figura 91 - HAMILTON JOSÉ DE ARAÚJO, 17/03/1950, p. 2

O personagem da publicidade da Pernambuco Tramways esteve presente em lugares visíveis e foi, diversas vezes, referenciado em críticas à empresa. Na coluna *Dois Palavras*, de Gilberto Osório de Andrade, o aniversário do superintendente da concessionária, Anthony James, ganhou espaço no jornal, que destacou que o evento conseguia “fomentar no convívio dos seus auxiliares imediatos na direção da empresa”. No “pitoresco dancing”, no alto do edifício da rua Aurora, tinha “um único retrato, impessoal e amável: o de Sr. Kilowatt, com o seu nariz elétrico e vermelho” (OSÓRIO, 18/07/1951, p. 1).

A precariedade dos serviços da Tramways fazia do “Seu” Kilowatt alvo para críticas. Em novembro de 1951, começaram a suceder quedas de energia e até *blackouts*, ocasionando um pedido de informações, na Assembleia Legislativa, por parte do deputado Adalberto Guerra, à Secretaria de Viação, sobre a permissão da Tramways para desligar a energia elétrica em arrabaldes da cidade, bem como sobre as datas em que esses cortes ocorreram e se o Departamento de Serviços Públicos vinha aplicando multas à empresa (ASSEMBLEIA EM REVISTA, 10/11/1951, p. 1).

A cidade teria ficado às escuras numa “série de interrupções constantes no serviço de iluminação da cidade”, para que uma caldeira da usina elétrica fosse reparada. A população vivia sem ser informada dos *blackouts*, ao sabor dos boatos, “porque a Pernambuco Tramways não se tem dado o trabalho de oficialmente inteirar o público dos motivos porque o expõe aos vexames das horas de escuridão”. Segundo apuração de um repórter, uma palheta de uma possante turbina teria sido avariada, sendo o tempo para o conserto de cerca de seis meses. O texto questiona o não cumprimento do contrato pela empresa, que não receberia sanções por parte do governo estadual por não precaver a cidade de tais inconvenientes (A CIDADE ÀS ESCURAS, 24/11/1951, p. 3).

Então, numa matéria, o “Seu” Kilowatt foi questionado. “Que há com o ‘Seu’ Kilowatt?” A pergunta foi feita por ter faltado, “de duas até três horas, todos os dias”, a energia elétrica em Recife. Além disso, a Tramways estaria cobrando as chamadas telefônicas “da maneira que acha conveniente”. “Urge, portanto”, finalizou o jornal, “uma providência dos poderes competentes no sentido de livrar a população dos castigos inflingidos pelo “criado elétrico” (ALGUMAS PALAVRAS, 01/12/1951, p. 3).

Em um arrabalde de Recife, faltou energia, e os contadores “estariam loucos” por continuarem contando o consumo. “O sr. Kilowatt (o criado mais relapso que conhecemos) anda fazendo das suas, quase que diariamente” (VIVE ÀS ESCURAS, 18/04/1952, p. 1). E mais,

Pessoas que começam a jantar, interrompem suas refeições, bruscamente, porque o “amigo da onça” do sr. Kilowatt resolve fazer “forfait”... Ninguém vive seguro de que se há, ou não, luz. Se a pessoa pensa que o homenzinho fascinante vive presente a todas as suas atividades, ele foge. Quando se está resignado, crente de que o caso não tem jeito, “ei-lo que surge”, para colocar água na boca de todos... (VIVE ÀS ESCURAS, 18/04/1952, p. 1).

Quer dizer, a dita prontidão do personagem e os seus poderes fantásticos iludiriam as pessoas, que, ao ficarem sem energia, sofriam. E, estas, ao sofrerem e se resignarem, de

repente, recebiam o fornecimento de luz. As respostas ao “Seu” Kilowatt parecem até uma fruição das pessoas atingidas pelos serviços da Companhia, uma forma de amenizar o estresse vivido com as faltas de energia. E, em boa medida, mostram a força da criação da afetividade da publicidade, ao deslocar problemas tão concretos e reais para o campo da fantasia, em que as pessoas reclamavam de um “homenzinho” “amigo da onça”, o “sr. Kilowatt”.

Na Assembleia Legislativa, o deputado trabalhista, Adalberto Guerra, fazia “Quase que diariamente” críticas à Pernambuco Tramways, lançando “impropérios e termos depreciativos contra a Tramways”. Segundo o Jornal Pequeno, Adalberto Guerra estaria “obcecado” pela empresa. Essa crítica é importante para, novamente, compreender a narrativa do Jornal Pequeno contra a Pernambuco Tramways. Eram inúmeros os textos de opinião falando sobre os “abusos” da empresa, mas, algo mais relevante sempre despontava, que era a crítica a Agamenon Magalhães. Nessa matéria, por exemplo, Adalberto Guerra não estava fazendo nada diferente do que o veículo de informação fazia há anos, ao falar constantemente sobre os maus serviços da concessionária de energia elétrica. (MOMENTO POLÍTICO, 10/05/1952, p. 3; NO JOAQUIM NABUCO, 08/09/1952, p. 3).

Contudo, Adalberto Guerra seria um “trabalhista só de nome”, pois ele andava “caído pelo sr. Agamenon Magalhães”. Desse modo, a crítica de Adalberto Guerra foi desqualificada, sendo ele chamado de “boquirroto”, sempre “com discursos gritados” e acusando “as manobras imperialistas e colonizadoras da Pernambuco Tramways” (MOMENTO POLÍTICO, 10/05/1952, p. 3; NO JOAQUIM NABUCO, 08/09/1952, p. 3). Inclusive, ainda em 1952, o discurso de que o serviço de bondes de Recife teria chegado a um estado degradante ainda era atribuído pelo Jornal Pequeno ao ex-interventor (TRANSPORTE. 19/04/1952, p. 1-4).

Os anos de 1953 e 1954 marcaram, para o Recife e para Pernambuco, como um todo, a expectativa da chegada de energia elétrica da Companhia Hidroelétrica São Francisco (CHESF), agitando as casas legislativas sobre a forma de distribuição desse potencial. A Câmara dos Vereadores de Recife e a Assembleia Legislativa foram palco de pronunciamentos contrários à entrega da energia da usina de Paulo Afonso à Pernambuco Tramways, assim como aos novos aumentos tarifários pleiteados pela Concessionária.

Dival Luna, diretor do Departamento de Obras e Fiscalização dos Serviços Públicos, por exemplo, teve que responder às acusações dos deputados Adalberto Guerra e Fernando Lacerda, sobre a falta de investimento da Tramways. Segundo o diretor, o problema do fornecimento de energia elétrica era algo que se enfrentava em várias grandes cidades do mundo, como Chicago, Nova York, Londres, São Paulo e Rio de Janeiro. A Pernambuco Tramways estaria “com essa disponibilidade de 22.000 KW em regime de racionamento permanente e dele não poderá sair enquanto não se definir a situação do advento de Paulo Afonso” (DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS, 06/07/1953, p. 2).

Desse modo, Dival Luna questionou se seria plausível “impor-se à Concessionária uma inversão de mais de Cr\$ 50.000.000,00 para instalar uma turbina que servisse, apenas, por um ano ou pouco mais, até a chegada de Paulo Afonso?”. E rebateu a acusação de que a sua repartição fiscal seria uma “extensão dos escritórios da Tramways”, expondo as multas aplicadas à Concessionária de 1930 a 1953, que foram sete. Segundo o diretor, as multas seriam 60 vezes maiores do que as de 1930, por exemplo, o que, segundo ele, mitigava o argumento de que a sua repartição agiria em nome da Tramways (DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS, 06/07/1953, p. 2).

Mantendo a linha de ataque ao grupo de Agamenon Magalhães, outra matéria trouxe uma argumentação nova, justificando, em certa medida, a decadência dos serviços da Tramways. Durante o Estado Novo, a empresa teria começado “O maior movimento de resistência passiva de que se tem notícia nestes últimos tempos, como protesto à imposição do governo, unificando a tarifa dos bondes”, o que tornou o serviço de força e luz deficiente. A empresa, “Sempre a reclamar, falta isto, falta aquilo, ser deficitária a sua situação e outros argumentos pouco convenientes [...] foi relaxando o fornecimento de energia elétrica, até chegar aos dias da guerra”, quando, então, “obrigou a população a um longo período de *blackout*”. No entanto, havia passado a Guerra e ainda prosseguia o regime de *blackout*, “racionando-se a energia nos subúrbios, em determinadas horas” (RECIFE – CIDADE SEM LUZ!, 08/07/1953, p. 3-5).

É essencial destacar que, no debate político, em Recife, no ano de 1947, foi lamentado o fato de existirem dois contratos, o que impedia o poder público de cobrar da empresa a cobertura do déficit de um setor com outro. Na matéria acima, o argumento foi de que medida do governo de Agamenon Magalhães, unificando as tarifas de bondes, teria prejudicado os serviços de eletricidade, fazendo com que a empresa, em “resistência passiva”, fosse “relaxando” na prestação de seus serviços. Ou seja, a Tramways

confrontou o poder público “relaxando” os seus serviços e deixando-os se desgastar, propositalmente, culpando as medidas do governo pelo seu fracasso.

Desse modo, fica patente que a Tramways lançava narrativas conforme os momentos. Se, de duas empresas distintas, uma tinha lucro e outra déficit, não era obrigatória a cobertura dos prejuízos de uma pela outra. Quando a empresa deixou os serviços de eletricidade se degradar, passou a dizer que isso era culpa da manutenção nos serviços de transportes deficitários sob sua tutela.

O que se dizia, entretanto, era que a cidade de Recife padecia do mau atendimento em transportes, pois os bondes estavam escasseando, não sendo substituídos suficientemente por táxi e ônibus. E mais, que o serviço de telefones era, segundo o Secretário de Viação e Obras, Armando Monteiro, “obsoleto em qualidade e ridículo em quantidade”. E, por fim, que a eletricidade era oferecida em condições muito precárias (RECIFE – CIDADE SEM TRANSPORTES, 09/07/1953, p. 1-5; RESCISÃO DO CONTRATO COM A TELEPHONE, 29/07/1953, p. 1).

Quando a Tramways pretendeu distribuir a energia elétrica de Paulo Afonso para Recife, houve até um abrandamento das críticas feitas a Adalberto Guerra. Em uma matéria de Múcio Borges da Fonseca, foi reconhecido que o Legislativo, “apesar dos pesares”, vinha cumprindo, “na medida do possível, seu dever”. Deputados, como Fernando Lacerda, Paulo Cavalcanti e Adalberto Guerra, estavam “combatendo tenazmente a ‘Pernambuco Tramways’, insurgindo-se contra as manobras evolventes do grande polvo que, desde 1913, domina Pernambuco com os seus tentáculos poderosos”. Com a pretensão da Tramways em assumir a distribuição de energia elétrica da CHESF, “um grupo de deputados se prepara para debater a questão e evitar de todas as formas possíveis que a nossa energia – a energia de Paulo Afonso – vá para as mãos da Pernambuco Tramways” (APESAR DOS PESARES, 19/08/1953, p. 1-4).

Na Câmara dos Vereadores de Recife, uma reportagem indicou que, apesar de os edis hesitarem em responder se a energia de Paulo Afonso devia ser distribuída pela Tramways, “a grande maioria da Câmara dos Vereadores já se pronunciou contrariamente a distribuição de energia de Paulo Afonso pela Pernambuco Tramways, uma empresa que não está capacitada para arcar com essa responsabilidade”. Cinco vereadores foram contrários à pretensão da Concessionária: Luiz Porto, da UDN; Pedro Ramos Pedrosa, do

PRT; Clóvis Correia, do PSD; José Guimarães Sobrinho, do PSP e Rubem Gamboa (CINCO VEREADORES AO REPÓRTER, 22/08/1953, p. 1-4).

Segundo o vereador Rubem Gamboa, a “‘Pernambuco Tramways’ já falhou diversas vezes com o monopólio de energia elétrica aqui no Recife”, considerando um “crime deixar que uma companhia estrangeira que, através de seus serviços de telefone e energia vem desatentando, explore esse negócio”. Para o vereador José Guimarães Sobrinho, “qualquer governo que tomasse uma iniciativa dessa ordem, entregando a energia de Paulo Afonso a “Pernambuco Tramways, ficaria estigmatizada pela opinião pública”, pois sendo a distribuição a parte mais rendosa, ao governo caberia explorá-la (CINCO VEREADORES AO REPÓRTER, 22/08/1953, p. 1-4).

No ano de 1954, a Associação Comercial de Recife passou a criticar o governo por sua “legislação jacobina” contra as empresas de eletricidade, defendendo o ponto de vista da Tramways. Segundo o diretor da instituição, Modestino Martins, “As empresas de energia elétrica vem de ser acusadas de sabotagem do Governo, quando já demonstramos, em discurso proferido há dois meses, que o contrário é que se verifica”, sendo a “legislação jacobina” de 1931 a causa dos problemas dos serviços de força e luz. O diretor terminou por criticar e ironizar empreendimentos estatais, como a Petrobras e a Eletrobras, propondo, para acabar com a corrupção e a sabotagem do Estado, a “CORRUPTOBRÁS” e a “SABOTABRÁS” (ACUSA O COMÉRCIO. SABOTADOR É PRÓPRIO GOVERNO, 02/01/1954, p. 4).

O governador do Estado, Etelvino Lins, político ligado a Agamenon Magalhães, foi tratado sem hostilidade no momento do debate sobre a distribuição de energia de Paulo Afonso. Em entrevista, Lins disse que a Tramways havia perdido a “confiança pública”, devendo, para recuperá-la, reduzir as tarifas. No entanto, disse também que o governo estava preparado para agir com o “necessário rigor” em “defesa do interesse coletivo”, podendo assumir, caso continuassem os “descasos” da Tramways, com os serviços. Como recursos, o governador anunciou a redistribuição do fundo de energia elétrica, por meio da lei federal nº 2.308, de agosto de 1954, assim como 0,2 por cento sobre o imposto de vendas e consignações, que seriam direcionados para o melhoramento dos serviços de saneamento, luz e telefones da capital (FALA ETELVINO, 22/11/1954, p. 2).

No final do ano de 1954, foi anunciada a melhoria dos serviços de eletricidade, sentindo o Recife “os primeiros influxos de uma grande obra levada a efeito pela engenharia

nacional”. A energia que a capital estava consumindo era parte de Paulo Afonso e parte da Pernambuco Tramways, “pois no momento nenhuma das duas [estava] capacitada a fornecer a energia que se faz necessária ao consumo total da cidade”. Com essa chegada, tão esperada, o discurso do jornal se distanciou da crítica à Tramways, indicando que a empresa não poderia cumprir os seus contratos porque existia uma dívida do Estado, municípios e autarquias no valor de trinta milhões de cruzeiros. O jornal se antecipou às prováveis críticas, dizendo não serem “advogados da Pernambuco Tramways”, também nada devendo a ela, mas que se viam os editores do jornal, assim como o “Jornal do Comércio”, a “emitir opiniões com franqueza e sinceridade”. Ainda mais, o texto foi finalizado dizendo que a energia de Paulo Afonso iria custar “os olhos da cara” (ENERGIA DE PAULO AFONSO, 04/12/1954, p. 3).

4.2. Considerações parciais

A primeira metade da década de 1950 foi marcada por combates entre as autoridades e as subsidiárias da AMFORP, em que a qualidade dos serviços foi criticada pelos públicos locais e pelos políticos. No entanto, o poder persuasivo da empresa, de cooptar lideranças políticas locais e de contratar colunas de jornais, somou-se ao seu investimento publicitário para manter a estrutura de acumulação da Companhia.

Além disso, a empresa abandonou serviços que não considerava rentáveis, sendo os bondes os primeiros. Em algumas cidades, a companhia tentou criar outra empresa de telefones, com capitais locais, para melhorar os serviços, o que não teve efetividade. O que é patente, nesse compilado de combates entre as localidades e as subsidiárias da AMFORP, é o seguinte escopo da empresa: manter aumentos tarifários regulares; não investir nos serviços; convencer o público de que os interesses das companhias eram justos; e abandonar dos serviços menos rentáveis.

Em Curitiba, Vitória, Niterói, Natal e Recife, as autoridades e a população se movimentaram no sentido de conter as pretensões da AMFORP, questionando os contratos, criando comissões populares de pressão, cobrando a ação das classes produtoras (caso de Curitiba), acusando relações de poder entre a empresa e membros dos governos locais e federais, e mesmo denunciando o boicote da empresa aos serviços para a obtenção de aumentos tarifários. Até greves foram identificadas como estimuladas pela empresa para a obtenção de aumentos de tarifas.

O pano de fundo para esses combates eram racionamentos e *blackouts* de energia elétrica, bondes degradados e serviços telefônicos deficientes. Tanto o capítulo 3 quanto o capítulo 4 trazem os dramas da nova cultura material trazida pelo uso da energia elétrica no Brasil, assim como pelos serviços prestados pelas subsidiárias da AMFORP. O jogo de crítica à empresa e de formulação da narrativa empresarial para enfrentar as autoridades locais foi constante em todas as amostras, o que indica o esforço efetuado pela empresa para assegurar os interesses de acumulação do capital no país.

Os investimentos estatais da CHESF estariam dando retorno para os estados do Nordeste, e geraram um quadro de questionamento sobre a continuidade das associadas à AMFORP no monopólio do serviço de distribuição. Entretanto, as insatisfações esbarravam no poder persuasivo da empresa. Mesmo assim, a “inimiga nº 1 de Vitória” continuou atuando no Espírito Santo e obteve aumentos tarifários regulares. Em Niterói, a companhia comprou o acervo do Estado pelo custo histórico, vencendo nas esferas legislativas. Em Natal, a imagem dos gerentes, como indicada no capítulo 3, mostrou vigor. Em Recife, foi identificado o “movimento de resistência passiva” da Tramways, que deixou os serviços ficarem degradados para ter rentabilidade. Em Curitiba, a empresa deu indícios de melhorias com o investimento na usina do Gravataí. Enquanto isso, em Porto Alegre, o “trabalho silencioso” da CEEE dava lastro para atitudes mais drásticas. O exemplo gaúcho foi diretamente transferido para Recife, o que marcou o diferencial desses casos em relação aos demais, caracterizando-os como os locais dos grandes combates.

Êste pode sei o seu vizinho!



Ele também mora aqui, gosta de viver no ambiente progressivo da nossa cidade. E de noite, no seu lar, junto à sua família, aprecia o conforto e a conveniência da eletricidade

Para nós, a existência da eletricidade passa quase despercebida—já nos habituamos a tê-la há tanto tempo

Mas para êle é uma fonte constante de atenção—é também de orgulho. Porque êle é diretamente responsável pelo bom andamento dos serviços elétricos. Faz parte de uma grande equipe de técnicos e especialistas que zelam pela luz na sua casa.

É um homem dedicado à sua família, ao seu trabalho—ao bem-estar da sua cidade

Nada vale mais - nem custa menos - do que a eletricidade

CIA. FÔRÇA E LUZ DO PARANÁ
Ligada à vida da sua cidade.



Figura 92 – C.F.L.P., 14/08/1959, p.4

Capítulo 5

Os grandes combates

Pelo silêncio das grotas, pelas pedrentas encostas despejadas e pelo cumo das montanhas agrestes, caminham homens ignorados. Sondam a terra e consultam os céus, medem florestas e faíscam vertentes – são caçadores de quilowatts, magos garimpeiros de “negrinhos”. [...] E lhe saúdo, só a você, porque sei que os seus “negrinhos” libertam e sei que há outros que escravizam.

E. Graeff

“O Jarbas é muito vivo, apesar de viver dormindo. O Jarbas deitou-se na rede da Tramways, e pendurado em seus fios quer convencer ao povo que tem energia. Mas com energia cívica, o povo repudiará o candidato do Sr. Kilowatt, o criado elétrico do “trust”, porque o povo está vendo que nos fios da Tramways só tem pendurado cartaz de Jarbas.

Jornal Diário de Pernambuco

Das seis amostras elencadas, aquelas do Rio Grande do Sul e de Pernambuco apresentam diferenças das demais, exatamente pelo esforço empreendido pelos corpos sociais e políticos para pressionar e controlar as companhias concessionárias de energia elétrica. A densidade dos combates e a repercussão na mídia dos discursos da empresa e das autoridades exigem um capítulo exclusivo para esses dois casos.

5.1. O escravinho Kilowatt: o processo de encampação no Rio Grande do Sul

O Governo de Juscelino Kubstichek (1956-1960) teve duas fases: uma, em que ele tentou equilibrar a tensão do orçamento público entre o desenvolvimento econômico e o ajuste das contas. Ou seja, foi colocada em cena a continuidade da industrialização e urbanização do país de maneira planejada ou a contenção de gastos do governo federal, independentemente de quais fossem esses gastos. Contudo, numa segunda fase, a partir de 1958, o governo JK optou pelo risco do desequilíbrio de contas para o aprofundamento da industrialização nacional, efetivando o Plano de Metas. Desse modo, a conjuntura desse governo teve um forte estímulo para o desenvolvimento regional, movimentando bastante a política nos estados (SKIDMORE, 1982).

Essa informação é especialmente importante pelo fato de alguns planos estaduais de eletrificação já terem dado resultados concretos, assim como construções efetuadas pelo governo federal. Isso deixou as subsidiárias da AMFORP na linha de fogo dos governos estaduais, que passaram a controlar a maior parte da produção de energia elétrica por meio de autarquias estaduais.

Naturalmente, esse cenário gerou uma enorme pressão sobre as associadas da AMFORP, que foram relegadas ao papel secundário em produção e serviços, tendo como principal função a distribuição de energia elétrica, o que, como já foi visto, era deficitário. A *práxis* da Companhia em obter aumentos tarifários com a justificativa de majorar os salários de seus empregados passou a não ser mais aceita com facilidade e começou a gerar grandes atritos entre as subsidiárias da AMFORP e as autoridades locais.

Os governos estaduais eleitos em 1958 foram marcantes para as políticas de encampação das subsidiárias da AMFORP, pelo fato de terem que responder a uma ampla movimentação política e social voltada para que os serviços em energia elétrica fossem assumidos pelo Estado. Porém, o sucesso de tais interesses dependeu do grau de coesão obtida pelas autoridades regionais em torno do tema.

Nesse sentido, como pudemos observar no capítulo anterior, apesar do alto grau de insatisfação presente nas cidades atendidas pelas subsidiárias da AMFORP, o poder de persuasão na opinião pública e na política locais fazia da multinacional um adversário difícil de liquidar. Nesse tópico, apresentamos o auge dessas batalhas entre as empresas e as autoridades locais: *Os grandes combates*.

Existe um *continuum* que indica os casos de maior efetividade no combate à empresa, e os de menor proporção, constando, na ponta de maior poderio de resistência, as cidades de Porto Alegre e Recife. No meio termo, teríamos a cidade de Vitória. E as cidades com menor potencial de resistência foram Curitiba, Niterói e Natal. Portanto, nesta seção, trazemos as peculiaridades dos combates nas regiões que elencaram a pauta da energia elétrica como prioridade.

No Rio Grande do Sul, personalidades, como: Ildo Meneghetti, ex-prefeito de Porto Alegre e governador do Estado; Noé de Freitas, mentor e chefe da Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), de 1944 a 1955; Arno Schilling, consultor jurídico da CEEE; Wilson Vargas, secretário de Comunicações e Energia do Governo Brizola; Leonel Brizola, prefeito de Porto Alegre e governador do Estado; além de deputados, como Cândido Norberto, empreenderam uma luta contínua contra a concessionária, que teve o seu auge a partir de 1957. Esses grandes combates, no entanto, faziam parte de um acúmulo político e jurídico sobre o assunto, promovido pelos governos estadual e municipal junto às casas legislativas.

Por três anos seguidos, o Correio do Povo publicou notas de defesa da Companhia, com justificativas e esclarecimentos de diversos órgãos públicos, trechos de debates da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal, além de notícias do Rio de Janeiro sobre os acontecimentos gaúchos. São quase 500 páginas de matérias somente para esse período de três anos, de 1957 a 1959, com disputas jurídicas, políticas e ideológicas que culminaram com a encampação da Concessionária.

Como em outras regiões do Brasil, a CEERG, Concessionária de energia elétrica, passou a receber energia das empresas estaduais, atuando, então, como distribuidora de energia elétrica. Assim, os esforços da CEEE em construir a usina de emergência beneficiaram a CEERG, que passou a comprar a energia e revender.

Em maio de 1957, entretanto, a situação entre as duas instituições se tornou tensa. A CEEE entrou com uma ação judicial contra a CEERG. Segundo noticiou o Correio do povo, a subsidiária da AMFORP ficou devendo 65 milhões de cruzeiros à autarquia estadual, que, por sua vez, entrou com uma ação de penhora de bens por meio da 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. O processo foi deferido pelo dr. Camerino Teixeira de Oliveira (AÇÃO JUDICIAL DA CEEE CONTRA A CIA, 24/05/1957, p. 20).

A CEERG parou de pagar a energia elétrica recebida pela CEEE, usando o argumento de que a Prefeitura de Porto Alegre não havia pagado o acervo da Carris Urbanos Porto Alegrense, encampada no governo de Ildo Meneguetti. Desse modo, a Companhia tocava em um ponto de sensibilidade para o Estado, que era o não pagamento para um empreendimento público e de difícil edificação por uma empresa que não investiu na produção de energia elétrica. Além disso, o argumento era uma cobrança feita à prefeitura sobre uma dívida gerada pelo abandono de um dos seus serviços, que era o de bondes (CITADA JUDICIALMENTE A CIA, 26/05/1957, p. 64).

A partir desse ponto, a CEEE endureceu o trato com a subsidiária da AMFORP. A CEERG propôs pagar o débito com notas promissórias emitidas pela Prefeitura na encampação da Carris, o que faria a CEEE cobrar do governo municipal, atingindo em cheio a administração do então prefeito Leonel Brizola. Este, por sua vez, acusou a “Companhia Americana” de fazer a capital gaúcha sofrer por longos anos, “pela falta de extensão da rede de distribuição”. A falta de ação do Estado em assumir os serviços da empresa teria, para ele, “objetivos políticos”, porque a oferta de pagamento da dívida pela

empresa com títulos do poder público poderia prejudicar as finanças municipais (DECLARAÇÕES DO PREFEITO, 28/05/1957, p. 22-15).

A reação do governo estadual foi imediata: apresentou a “impugnação à nomeação de bens, para efeito de penhora”, cabendo à CEEE “indicar os bens da concessionária que devam ser penhorados”. Portanto, a empresa tentou uma manobra que colocou os poderes públicos em conflito, usando o fato de a prefeitura ter uma dívida com ela para empurrá-la à CEEE (IMPUGNOU A CEEE, 29/05/1957, p. 16).

Apesar de o advogado da CEERG, José Luiz Martins, ter nomeado a penhora como “violenta ação”, expôs algumas possibilidades de pagamento, como o parcelamento em 24 vezes da dívida. No entanto, a CEEE não aceitou, pelo fato de o contrato com a concessionária se encerrar e menos de dois anos, não sendo viável a empresa parcelar uma dívida sem que ela tivesse tempo para saldá-la (DECLARAÇÕES DO ADVOGADO DA CEERG, 28/05/1957, p. 15; PROPÕE-SE A COMPANHIA, 30/05/1957, p. 24-15).

A situação foi se agravando, e a penhora de bens da CEERG foi tratada com firmeza, sem concessões. A Companhia impetrou um mandado de segurança contra a CEEE, por meio de seu procurador, Camilo Martins Costa, na 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. Noé de Freitas, chefe da Comissão, recebeu a solidariedade de técnicos e professores universitários, na luta contra as pretensões da concessionária (IMPETROU MANDADO DE SEGURANÇA A CIA. 12/06/1957, p. 16-11).

José Luiz Martins, advogado da CEERG, então, travou um debate público com o chefe da CEEE, dizendo que “suprindo eletricidade à empresa concessionária dos serviços de serviços elétricos em Porto Alegre a autarquia estadual, ao contrário do que talvez suponha, não está fazendo nenhum favor”, mas apenas cumprindo um dever que “voluntariamente assumiu” ao negar à Concessionária a construção de uma nova usina elétrica. Retoma-se, entretanto, o debate fora dessa esfera, remetendo novamente o motivo do débito à dívida da prefeitura com a Carris. José Luiz Martins acusou Noé de Freitas de perder “de vista o caráter governamental da entidade a seu cargo” (C.E.E.R.G., 13/06/1957, p. 18-12).

Inicialmente, Noé de Freitas disse que a CEEE não podia demorar para receber pelo vulto do débito, que poderia chegar ao valor de 90 milhões de cruzeiros. Levando em conta que a CEERG vinha “esplanando seus pontos de vista”, o engenheiro fez esclarecimentos de

ordem “não jurídica”: defendeu o legado da CEEE ao dizer que a CEERG previa um aumento energético de 23.300 kw, em 1948, para 28.000 kw, em 1954, e para 31.500 kw, em 1958. Com a ação da CEEE a potência prevista iria subir, no mínimo, para 45.000 kw, bem acima do que pretendia a Concessionária (FREITAS, 14/06/1957, p. 18-9).

Continuando, Noé de Freitas disse que, se a empresa alegou déficits para o não pagamento da dívida, a situação estaria pior sem a energia e os lucros proporcionados pela autarquia sob seu comando. Segundo o engenheiro da CEEE, a CEERG estaria inflando as suas taxas e recebendo lucros consideráveis, que somariam 10 milhões mensais. A diferença entre o quilowatt comprado à Comissão pela Concessionária seria de 1 cruzeiro por quilowatt hora. Com base em dados da CEEE, concluiu Noé, a empresa poderia amortizar a sua dívida em prazo menor que 24 meses (FREITAS, 14/06/1957, p. 18-9).

Em texto mais incisivo, Noé de Freitas disse que “Não seria de se estranhar que a CEERG, para esconder os lucros, tenha inflado suas despesas e aguçado seu capital”. Segundo o engenheiro, “Tem sido técnica da CEERG resolver nos bastidores os casos pequenos para deprimir, pouco a pouco, pelo isolamento, os órgãos auxiliares executivos fiscais e informáticos que, em seus esclarecimentos, pudesse contrariá-la”. Freitas salientou o esforço da empresa em desqualificar os “juízes”, “os defensores dos interesses público”, sendo que esses deveriam ser mesmo “agressivos, como o dirigente da TVA estadunidense, Lilienthal”. As “sucessivas investidas” têm levado os poderes públicos ao “constrangimento”, por meio das “campanhas mais recentes, de maior profundidade e ação negativista daqueles que vão sofrendo a influência malévola do mesmo organismo tentacular” (FREITAS, 09/07/1957, p. 24-16).

Freitas ainda acusou as companhias concessionárias de constituírem um “verdadeiro sistema, que se infiltra em todos os lugares, de cada localidade aos da mais alta relevância administrativa”. Após um “cerco tendencioso”, procederia a empresa em um “complexo aparelhamento de penetrações e influência social, onde se envolvem os detentores do poder e seus auxiliares mais diretos numa teia de homenagens, de solicitude”, que coibiriam “psicologicamente, as restrições que possam opor aos desígnios dessa organização tentacular” (FREITAS, 09/07/1957, p. 24-16).

Noé de Freitas acusou a empresa de ter mesmo um departamento “Social e Político”, que teria, “com todas as minúcias”, as homenagens, o aniversário dos mais afastados parentes, a chegada e partida dos políticos de maior evidência, “os banquetes aos homens de

responsabilidade do governo ou as sentidas condolências dos mortos mais distanciados de suas famílias”. Quando esse método falhava, a empresa lançava mão de “uma onda de boatos de direitismo, onde os menos fortes podem fraquejar” (FREITAS, 09/07/1957, p. 24-16).

E mais, segundo o engenheiro da CEEE, teria a Companhia “muita força junto às mais altas autoridades do país”, conseguindo intervenções diplomáticas do seu país de origem quando se vê ameaçada. Freitas citou a necessidade de se fazer, como no Governo de Franklin Roosevelt, por meio da *Federal Trade Commission*, que identificou por parte das empresas de serviços estadunidenses, “uma campanha sutil, sistemática, deliberada e pouco escrupulosa, de falsa informação, de contra-propaganda, e, se me permitem a palavra – mentiras e falsidades”. Essa rede de informações penetrava nas escolas, nas colunas editoriais dos periódicos, nas atividades dos partidos políticos e na literatura impressa, com uma falsa política desde o “inocente mestre escola até outros menos inocentes” (FREITAS, 09/07/1957, p. 24-16).

Essas empresas, esclareceu Freitas, seriam subordinadas a “*holdings* poderosas”, “em cujo passado se registram procedimentos contábeis, a nosso ver, indecentes”. Desse modo, a insistência da Companhia em não quitar seus débitos junto à CEEE e a tentativa de influenciar o governo do Estado, de apelar à justiça e de propalar informações críticas às autoridades públicas, faria parte da estratégia dessas organizações capitalistas estrangeiras. A decisão de Noé de Freitas, portanto, foi de levar até o fim a cobrança da dívida da CEERG com relação à CEEE (FREITAS, 09/07/1957, p. 24-16).

Em sua exposição, o chefe da Comissão Estadual de Energia Elétrica demonstrou conhecimentos profundos sobre a estrutura e os meios de convencimento criados no exterior e vigentes no Brasil por meio das concessionárias de serviços públicos. Noé de Freitas indicou, inclusive, uma rede de notícias falsas, de influência de autoridades e de ataques aos poderes públicos quando as concessionárias não eram atendidas em seus interesses.

Dias depois, o mandado de segurança impetrado pela CEERG foi denegado por unanimidade pela 3ª Câmara Cível, presidida pelo desembargador Décio Pelegri. O advogado da empresa concessionária argumentou que as faturas apresentadas pela autarquia não seriam “instrumento público administrativo”, desviando o debate para o processo jurídico e desqualificando a prova de que a concessionária teria aceitado a dívida

e não pago. O advogado da CEEE, Arno Schilling, por sua vez, defendeu que as faturas seriam “instrumentos públicos administrativos perfeitos”, permitindo, desse modo, a penhora de bens da Companhia para o pagamento das dívidas existentes. Ao final ficou decidida a intervenção judicial na CEERG (INTERVENÇÃO JUDICIAL NA CEERG, 19/07/1957, p. 18-5).

Após a decisão, a CEERG pagou integralmente o valor de Cr\$ 68.462.638,90 cruzeiros à CEEE, de modo a evitar, em suas palavras, “o eminente vexame de uma penhora de seus bens”, contraindo empréstimo externo que já vinha negociando. De posse dessa situação, a Companhia finalizou o “Esclarecimento ao público” dizendo que teria de “adotar medidas drásticas de economia e todas as demais providências” para alcançar o “equilíbrio financeiro” e preservar “os interesses dos consumidores e do público em geral” (C.E.E.R.G., 26/06/1957, p. 7).

Após essa celeuma com vitória da CEEE, o assunto do poder concedente voltou à cena, naquele momento, com uma maior definição. No final da década de 1940, o debate havia sido encerrado de maneira confusa, pois a União havia delegado ao Estado o poder de intervir junto à Concessionária e a municipalidade. A prefeitura, que teria o direito de fiscalizar as empresas com exploração termelétrica, declarou maus os serviços da Companhia, mas depois indicou que o seu poder de fiscalização ficou comprometido após esse evento. Aparentemente, o poder concedente ficou em aberto, sob controle de vários órgãos.

Em 1957, o ministro Mario Meneghetti publicou a Portaria 1.172, de 16/11/1957, atendendo ao pedido do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo com que o Estado fiscalizasse e concessionária. A CEEE seria a autarquia fiscalizadora, haja vista que, pelo decreto lei nº 21.938, foi declarada órgão auxiliar do CNAEE. Portanto, “em caráter excepcional” e em colaboração com a Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral, o Estado poderia “fiscalizar o rigoroso cumprimento” dos serviços de produção e distribuição de energia elétrica (DELEGOU A UNIÃO AO ESTADO OS PODERES, 17/11/1957, p. 64).

Logo em seguida, a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura cancelou a majoração de tarifas da CEERG, mantendo aquelas contratadas em 1928 com “adicionais autorizados, subsequentemente, por atos do poder concedente federal”. O pedido de devolução das cobranças consideradas excessivas já havia sido reclamado por meio de

mandado de segurança impetrado pelos advogados Angelilto Aiquel e Jamil Aiquel, na 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública. A resolução, entretanto, teve o poder de tornar as tarifas ilegais, ficando em aberto se as tarifas seriam menores das que as já cobradas e se haveria devolução (CANCELADO O AUMENTO, 26/11/1957, p. 24-16).

Em resposta, a CEERG publicou informações, a fim de “desfazer a pérfida invectiva” contra ela. A empresa teria enviado a documentação à Divisão de Águas, com pedido de aprovação do regime tarifário. Sem resposta após 90 dias dessa entrega, “a Concessionária deu por tacitamente aprovadas as tarifas, nos termos do § 2º do ato 190 do Decreto 41.019, de 26 de fevereiro de 1957”. A empresa disse ter, mesmo assim, consultado a Divisão de Águas, que não discordou. Desse modo, a companhia teria, “a título precário”, posto em vigor o novo regime tarifário (C.E.E.R.G., 27/11/1957, p. 5).

No entanto, o governador do Estado, Ildo Meneghetti, dirigiu ofício ao ministro da Agricultura pedindo providências para obrigar a Companhia a “restituir à coletividade consumidora (de Porto Alegre e Canoas) os excessos ilegalmente cobrados, durante o período de 1º de agosto a 25 de novembro de 1957” (PEDE O GOVERNO DO ESTADO A DEVOLUÇÃO DOS EXCESSOS COBRADOS, 01/12/1957, p. 72-44).

É perceptível, desse modo, que a CEERG vinha sofrendo constantes derrotas no pleito de seus interesses, e que, desde a esfera municipal até os órgãos do governo federal, as decisões não agradavam à Companhia, que respondia com alguma agressividade às autoridades. Uma greve mostrou, contudo, que até mesmo a classe trabalhadora mudou a sua postura diante dos aumentos.

As majorações tarifárias vinculadas aos vencimentos foram defendidas pelos trabalhadores em vários momentos. Porém, o Sindicato dos Trabalhadores em Energia Termo Elétrica se posicionou contrariamente à majoração de tarifas: “Uma das condições para a aceitação do aumento pela classe é a de que o mesmo não dê ensejo a que sejam majoradas as tarifas de luz e gás”. Em nota oficial, o Sindicato disse que a “greve é contra a Companhia Energia Elétrica e não contra a população. Desautorizamos qualquer exploração nesse sentido. Nosso movimento é por reajustamento de salários, sem elevação nos preços de energia” (SINDICATO, 27/11/1957, p. 18-13).

A Concessionária, por sua vez, lançou nota dizendo “palavras incisivas a VERDADE”. Explicou que o Sindicato havia pedido um aumento de 50%, “reivindicações absurdas”, repelidas “por não terem nenhuma base”, por estarem seus empregados “entre os mais

bem pagos de P. Alegre” (C.E.E.R.G., 28/11/1957, p. 2). A Delegacia Regional do Trabalho fez a intermediação da situação por meio do delegado Clay Araújo. Esse conseguiu suspender a greve, e tentou intervir junto à empresa para que não houvesse a punição dos trabalhadores (SUSPENSA A GREVE, 29/11/1957, p. 20-12). Contudo, houve resistência dos trabalhadores, que ameaçaram seguir com a greve à revelia das determinações do delegado (GREVE NA ENERGIA ELÉTRICA, 08/12/1957, p. 72-47). O desfecho do movimento paredista ocorreu no dia 17 de dezembro, quando os trabalhadores aceitaram um reajustamento de 20% em seus vencimentos (NÃO HAVERÁ GREVE, 18/12/1957, p. 18).

Enquanto esses eventos se desdobravam, já havia sido instaurada a Comissão de Tombamento Contábil dos bens da CEERG, pelo Ministério da Agricultura, por meio da Portaria nº 949, de 10 de setembro de 1957, a pedido do governador do Estado, Ildo Meneguetti. As descobertas dessa Comissão fizeram a esfera pública gaúcha fervilhar no ano seguinte (AINDA NÃO FOI FEITA A CITAÇÃO JUDICIAL, 25/05/1957, p. 18).

Mas, antes de adentrar no grande combate entre a CEERG e as autoridades locais e federais, é importante destacar a atuação de Noé de Freitas no ano de sua aposentadoria. Chefe da Comissão Estadual de Energia Elétrica desde a sua fundação, o engenheiro esteve ativamente presente em todas as casas políticas para assessorar os políticos sobre o tema da energia elétrica. A relevância de Noé de Freitas foi decisiva para o sucesso da sua missão na CEEE, como é perceptível na carta que enviou ao presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), Lucas Lopes, dizendo da sua saída da CEEE e lamentando que “nada tinha que agradecer ao BNDE, no referente à esperada colaboração ao Plano de Eletrificação” (FREITAS, 29/11/1957, p. 20-12).

O ex-chefe da CEEE recebeu resposta de Lucas Lopes, justificando-se por “não ter tido a oportunidade de ver decidida a colaboração do Banco ao Plano de Eletrificação do Estado”, dizendo que o engenheiro não teria compreendido a técnica de financiamentos. Lucas Lopes relatou que a estrutura financeira administrativa da CEEE era deficiente, e que ele teria insistido “várias vezes” para que Noé solicitasse financiamentos, enquanto este teria “insistido” em manter a estrutura da Comissão. Posteriormente, Noé escreveu carta em resposta, defendendo a estrutura da CEEE (FREITAS, 29/11/1957, p. 20-12).

Os efeitos dessa última correspondência foram quase imediatos, pois, no dia 19 de dezembro, foi votado, na Assembleia Legislativa, o projeto de lei nº 393-57, autorizando

a CEEE a contrair empréstimos com o BNDE no valor de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros, para serem investidos nas obras dos sistemas Jacuí e Candiota, dentro do Plano de Eletrificação do Estado (AMANHÃ A VOTAÇÃO NA ASSEMBLEIA, 18/02/1957, p. 18-13).

Engenheiro inspirado na contraposição do interesse público ao privado, na administração de Franklin Roosevelt e Woodrow Wilson no que toca ao controle das empresas de serviços, assim como na figura de Lilienthal, mentor da TVA estadunidense, Noé de Freitas foi um técnico influente nos círculos políticos gaúchos e nacionais. E no escopo de fazer o novo, participou de um encontro inusitado, mas bem característico dos ventos que sopravam no Rio Grande do Sul.

Em texto assinado por E. Graeff, este citou o personagem publicitário da CEERG, “SEU CRIADO ELÉTRICO, O KILOWATT”. E o engenheiro Noé de Freitas foi descrito como um “caçador de Kilowatts”. Tendo recebido “a saudação das máquinas, das lojas e dos músculos operários”, Noé de Freitas seria um “mágico fabricante de negrinhos”. É ele indagado, retoricamente, no texto: “É possível, mago, que você, obrigado a cuidar de turbinas, fios, torres e muralhas, de tabelas, números, fórmulas e políticos, é possível que os seus ‘negrinhos’ fazem na outra ponta dos fios”. Assim, o “Seu” Kilowatt foi apresentado, no texto de Graeff, como o “negrinho” que mantinha a casa em tempos coloniais e do império. Nesses tempos, “Havia negro para tudo”. “O negro era esgoto; era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campanha; o negro tapava poeira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador” (GRAEFF, 15/12/1957, p. 39).

E continuou Graeff: Com Castro Alves, a cozinha “tremeu e o negro virou gente: adeus interruptores de luz, adeus botões de campanhas, telefones, descascadores de batatas, ventiladores; adeus cantos dolentes no terreiro, ‘causos’ no galpão; adeus espremedores de suco de laranja – adeus negrinhos”. Porém, as demandas domésticas prosseguiram existindo, o “drama das donas de casa”. Então, os “negrinhos” seriam os “Kilowatts, criados pelo silêncio das grotas, pelas pedrentas encostas despejadas e pelo cumo das montanhas agrestes”. Nesses terrenos, sondavam a terra, consultavam os céus e mediam florestas, os “caçadores de quilowatts, magos garimpeiros de ‘negrinhos’”. Levantando “muralhas e domando as águas”, estenderiam esses caçadores fios por caminhos impossíveis, levando às casas dos homens “esses modernos criados invisíveis”, que faziam funcionar campanhas, enceradeiras, batedeiras, fogões, torradeiras, lavadeiras,

geladeiras, ventiladores, liquidificadores, máquinas de costura. Ao fim, saudou o escritor a figura de Noé de Freitas, “que caça negrinhos nas matas e fabrica tempo”, “negrinhos” esses que libertam, enquanto outros ‘escravizam’” (GRAEFF, 15/12/1957, p. 39).

A publicidade da CEERG, o “Seu” Kilowatt, apresentado pela empresa como moderno, solícito, um criado da população e das donas de casa foi apresentado no texto literário como um daqueles “negrinhos” que “escravizam”, enquanto o “Seu” Kilowatt, tornado uma força da natureza e não o personagem da AMFORP e quando produzido pelos “caçadores de quilowatts”, se converteriam e libertadores do povo, das demandas domésticas e do esforço físico. Noé de Freitas, um desses caçadores, foi saudado, junto aos seus “negrinhos” que libertam (GRAEFF, 15/12/1957, p. 39).

O ano de 1958 explicitou de qual liberdade se tratava a luta entre esses “negrinhos” Kilowatts, um escravizador e outro libertador. No último ano de mandato do governador Ildo Meneghetti, foi pavimentado o caminho para a encampação da CEERG. A CEEE obteve um aporte de recursos de um bilhão de cruzeiros, o que ampliava o seu potencial, tornando-a preparada para assumir também a distribuição de energia elétrica. E o ano de 1958 marcava, então, o fim do contrato com a Concessionária estrangeira. Se antes o rompimento ficou em suspenso, com a empresa operando no Estado por mais 10 anos, esse tempo teria sido suficiente para as autoridades do Rio Grande do Sul se organizarem para operarem os serviços de energia elétrica.

Já no início do ano, a CEEE solicitou ao CNAEE a encampação da Concessionária CEERG, com base nos dados concluídos no tombamento contábil feito por comissão designada pelo Ministério da Agricultura. Os excessos de tarifas debatidos no ano anterior se tornaram o caminho para indicar irregularidades cometidas pela empresa e, mais do que isso, descontar esses valores numa possível indenização de encampação (PRIMEIRO PASSO PARA A ENCAMPAÇÃO DOS SERVIÇOS, 13/01/1958, p. 16).

No campo da opinião, Renato Costa passou a defender a necessidade de um “sistema de conjunto” em eletricidade, não dependendo o país de “pequenas usinas isoladas a servir cidades isoladas”. O Rio Grande do Sul, por sua produção gadeira e cerealística, sofria, por sua vez, a “escassez de força elétrica” e os “contínuos racionamentos da empresa”, sendo esse um “problema crônico” e de difícil solução, mesmo pelo poder público, que se sentiria impotente pelo “impasse criado por uma companhia que não acompanhou o progresso da cidade”. A CEEE, por sua vez, estaria fazendo um grande esforço para

minorar os prejuízos e para “resolver o angustioso problema de energia elétrica no Estado” (PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, 08/03/1958, p. 4).

Enquanto isso, a cidade passava por outra crise energética. Na matéria “Progresso Luminoso numa cidade sem luz”, foi citado o “problema velho” enfrentado por Porto Alegre. A Concessionária, por sua vez, não estaria encontrando “motivos para melhorar os seus serviços, deseja de que sua cliente [a prefeitura] entre com ela em acordo, numa fase final de um contrato a expirar”. A CEEE forneceria energia elétrica a preço de custo à CEERG, que vinha “ensejando maiores lucros” sem ofertar ao povo a menor “boa vontade” ou “sacrifício”. A Concessionária, de “braços cruzados”, deixaria o “pobre às escuras, à espera de que a empresa, premida pelas reclamações dos moradores”, resolvesse os problemas da falta de iluminação em Porto Alegre. A questão estaria no não pagamento das contas da Prefeitura à CEERG, por ter a empresa seus serviços considerados “maus”. O impasse ocorreria, no entanto, enquanto se formava “uma frente única em favor da encampação da companhia que explora os serviços nesta Capital e em Canoas” (PROGRESSO LUMINOSO NUMA CIDADE SEM LUZ, 11/05/1958, p. 15-33).

Maiores movimentações sobre o processo de encampação da CEERG começaram a surgir, tanto na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre como na Assembleia Legislativa. O vereador Landell de Moura solicitou o apoio do plenário da Câmara Municipal para que fosse enviado à Assembleia Legislativa do Estado um projeto de lei estadual encampando os bens e serviços da Cia. Energia Elétrica Rio Grandense, que seriam administrados pelo Estado por meio da CEEE (VEREADOR PROPORÁ, 28/03/1958, p. 20). O edil também pediu ao antigo diretor da CEEE, Noé de Freitas, a elaboração de um anteprojeto de encampação da CEERG, que foi feito e enviado ao governador, que deveria, então, encaminhar o documento à Assembleia Legislativa (NAS MÃOS DO GOVERNADOR, 11/05/1958, p. 68).

O deputado Cândido Norberto, do PSB, passou a ter uma atuação importante na Assembleia, no sentido de viabilizar o projeto de encampação. Em primeiro lugar, apresentou à Assembleia um projeto de lei autorizando uma “operação de crédito para encampação dos serviços de eletricidade de Porto Alegre e Canoas”, no valor de até 200 milhões de cruzeiros. Nesse projeto, estavam criadas as formas de captação de recurso para o caso de “pagamento e recebimento” dos bens “mantidos” pela CEERG, além da

administração dos recursos advindos da transação, que seriam efetuadas pela CEEE (CRÉDITO DE 200 MILHÕES, 13/05/1958, p. 28-24).

Enquanto o Tombamento Contábil não era publicado, o pedido de encampação era debatido e avaliado pelo governador e pela assembleia que, por sua vez, criava os meios para adiantar o trabalho. Os componentes da CEEE, órgão deliberativo, aprovou, por unanimidade, “a encampação total dos serviços de eletricidade em Porto Alegre e Canoas”, apresentado-se como apta para assumir os serviços. O processo nº 432, de 1957, apresentado por Noé de Freitas, pleiteou, junto ao CNAEE, o direito de distribuição direta e exclusiva de energia elétrica pela CEEE, logo após o pedido de Tombamento Contábil realizado por Ildo Meneguetti, em 1957 (CONSELHO DE ENERGIA ELÉTRICA, 18/05/1958, p. 64-20).

O governador do Estado, então, enviou ofício à Assembleia Legislativa pedindo a aprovação do projeto de lei que autorizava a abertura de créditos especiais para contrair empréstimos destinados à cobertura de despesas com a encampação da CEERG. O prefeito de Porto Alegre, Leonel Brizola, tornou pública a sua manifestação a favor do ato, que teria unanimidade na Assembleia Legislativa. Segundo o Correio do Povo, confirmava-se, desse modo, “o generalizado conceito em que são tidos os serviços prestados pela concessionária de fornecimento de luz e força na capital”, que, “comprovadamente maus, deficientes e irregulares”, vinha há muitos anos “dando motivos a toda sorte de protestos e reclamações” (ENCAMPAÇÃO DA CIA, 24/05/1958, p. 4).

O histórico de serviços da CEERG gerou o debate na Assembleia sobre o pagamento de uma possível indenização. O deputado petebista, Temperani Pereira, criticou a possibilidade de pagar alguma indenização à Concessionária, pois afirmou que era a CEERG quem devia “vultuosas indenizações ao governo do Estado”. Afirmou ainda que iria provar isso por meio do tombamento contábil da empresa. O deputado, inclusive, propôs a substituição dos termos “pagamentos de indenizações devidas” e “encampação” por, respectivamente, “abertura de numerário pelo governo a fim de acorrer às despesas que se fizerem necessárias” e “retomada dos serviços”. Isso para isentar o Estado de qualquer pagamento ou ideia de que o Rio Grande do Sul deveria algo à concessionária (A ASSEMBLEIA ALTERA, 29/05/1958, p. 20-15).

E mais, o deputado Temperani Pereira acusou a empresa de cobrar, nas taxas adicionais para aumento salarial, valores que superavam e muito o próprio valor de toda a folha salarial da Companhia. Desse modo, indenizar a empresa seria “espoliar o dinheiro do povo”. O deputado Lima Beck, do PL, em concordância com seu colega, declarou que “o tombamento que se espera não só vai ser interessante ao Rio Grande do Sul, mas vai ter uma significação para todo o país”. Temperani completou dizendo que iria “esclarecer o Brasil” (A ASSEMBLEIA ALTERA, 29/05/1958, p. 20-15).

Os vários atores desse campo político eram cientes de que o movimento pela encampação estava delineado, e que o documento produzido pela Comissão de Tombamento iria dar o suporte jurídico para que o Estado encampasse os serviços da CEERG, passando os serviços para a CEEE. Além disso, previam um impacto para todo o país, por meio de um evento esclarecedor acerca do *modus operandi* da Companhia. Em adiantamento de defesa, a Companhia publicou nota, dizendo sobre a “notória campanha de descrédito que lhe vem sendo movida”, e indicando que o Estado tem o direito de encampar a companhia, porém, que a diretoria iria se opor ao pagamento por preço irrisório e injusto do patrimônio da Cia. (ENCAMPAÇÃO DA CIA, 30/05/1958, p. 30).

O projeto de lei nº 65, de 1958, foi alterado pela Comissão de Constituição e Justiça, fazendo valer o pensamento do deputado Temperani Pereira, sendo, depois, enviado ao executivo e sancionado pelo governador Ildo Meneghetti. Nos debates, Candido Norberto avaliou positivamente a “unanimidade em torno do tema”, observando que “Há alguns anos atrás talvez fosse senão impossível ao menos difícil obter-se uma unanimidade assim” (EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, 30/05/1958, p. 30-12).

A Assembleia Legislativa enviou ao Rio de Janeiro uma comissão com um líder de cada bancada da Casa para se reunir com o presidente da República e autoridades federais, sendo seguidos pela Câmara dos Vereadores (O TEXTO DA LEI, 30/05/1958, p. 30-12). Os deputados gaúchos foram recebidos no Rio de Janeiro, pelo presidente do CNAEE, general Pio Borges, em reunião que teve a presença de deputados federais. Nessa reunião, o deputado Cândido Norberto expressou que a decisão de encampar os serviços da CEERG não era partidária, mas sim o “pensamento do governador, do executivo e do legislativo estadual e porto alegreense. Era o pensamento da população, que, sacrificada há tantos anos, só tem assegurado o direito de reclamar contra as deficiências nos fornecimentos de energia elétrica”. Tendo rumado o povo a um “ponto de saturação”,

“chegava-se”, naquele momento, a “uma encruzilhada decisiva” sendo a “maior urgência para resolver em definitivo a questão” (INICIOU ONTEM, 31/05/1958, p. 18-13).

Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, a Companhia lançava notas sobre o que considerava “múltiplos boatos falsos”, “espalhados maliciosamente, com o fim preconcebido de levantar a opinião pública contra esta Companhia”, contra os “lucros excessivos”. Disse, porém, que haviam sido computadas como lucros as contas devidas, mas “não pagas” pela Carris Porto Alegrense, pondo em dúvida o que se vinha falando nas casas legislativas e executivas estadual e municipal (C.E.E.R.G., 31/05/1958, p. 18).

Em outra nota, a CEERG, levando em conta os números aventados no projeto de lei para a “retomada dos serviços”, com o possível pagamento de bens e serviços no valor de 200 milhões de cruzeiros, rebateu o valor. Segundo a Companhia, assim como uma casa de Cr\$ 20.000 cruzeiros não valeria a mesma coisa 30 anos depois, a Companhia não valeria Cr\$ 200 milhões de cruzeiros 30 anos após o contrato de concessão. Valeria a empresa “várias vezes essa quantia”, por conta de vários fatores, como: a flutuação do dólar, o contrato reazar como seria pago o valor “intrínseco”, ou atual, no caso de encampação, a avaliação dos bens, e outros termos com os quais a empresa não concordou (C.E.E.R.G., 01/06/1958, p. 64).

Em resposta, o deputado Temperani Pereira disse que esclareceu que o valor de 200 milhões de cruzeiros não era destinado à encampação, mas sim à “finalidade genérica” de resolver o problema. A Companhia já tomou o valor como baixo, sendo que ele nem era destinado à encampação. Porém, a CEERG se antecipou em sua nota de modo a pressionar o poder público por um valor maior. Entretanto, como é possível prever, as autoridades estavam esperando as conclusões da Comissão de Tombamento para avaliar o pagamento da indenização, sendo o valor de 200 milhões “genérico”, a ser usado em caso de necessidade. O deputado ainda discursou sobre os valores de tarifas cobrados indevidamente pela CEERG e disse que o valor aprovado em lei seria para um possível ajuste de contas, pois a previsão era que a empresa ficaria devendo à Porto Alegre e ao Rio Grande do Sul, após o balanço das tarifas cobradas ilegalmente (PEREIRA, 03/06/1958, p. 7).

Junto às notas da CEERG, artigos escritos no jornal Folha da Tarde e mesmo matérias *A pedido* publicadas no Correio do Povo começaram a ser presentes no debate mais geral e específico sobre a ação do Estado na economia e no setor energético. O vereador udenista

Adel Carvalho escreveu diversas notas desqualificando a ação estatal em setores econômicos e defendeu a CEERG. A energia elétrica em Porto Alegre, para ele, seria deficiente pelo fato de os governos, “ao invés de cooperarem com a concessionária”, sabotarem-na por “todos os meios”. Carvalho citou os preços deficitários a que ela era “obrigada a fornecer luz para a cidade e para os bondes e pelo fato do empreendimento nem receber essas contas”, finalizando o seu texto culpando a “má orientação administrativa e política” do país, que rumava para “os monopólios estatais, para as nacionalizações do tipo soviético” (CARVALHO, 03/06/1958, p. 28).

A previsão da Concessionária estava correta. O movimento pela sua encampação estava se avolumando e ganhando visibilidade na alta esfera federal. O presidente Juscelino Kubsticheck, ao se reunir com a comissão de deputados gaúchos, reconheceu como “justa” a pretensão de encampar a Concessionária, assemelhando o caso de Porto Alegre ao de Belo Horizonte. O presidente afirmou que não acreditava que as companhias conseguissem se pôr em dia, principalmente nas maiores cidades. “É justa, pois, a aspiração do seu Estado, que como o seu, está preparado para enfrentar a situação. Além do mais, Porto Alegre não pode parar um minuto” (EXPOSTO AO SR. JUSCELINO O PROBLEMA, 04/06/1958, p. 16-11).

Em nota, a CEERG disse reconhecer, “sem restrições”, o direito que tem o Governo Federal de encampar os serviços de energia elétrica, mas, antecipou, oporia resistência ao “confisco da sua propriedade sob pretexto totalmente infundado de haver lesado os seus consumidores” (C.E.E.R.G., 04/06/1958, p. 16). Uma matéria paga na coluna *A pedido*, por sua vez, Adel Carvalho acusou o projeto de lei de encampação como uma exploração do contribuinte, pois criaria “maiores dificuldades dos que as já existentes, além de fabulosos gastos para os depauperados cofres públicos” (CARVALHO, 04/06/1958, p. 16).

A prefeitura municipal de Porto Alegre respondeu às “reiteradas publicações pela imprensa” feitas pela CEERG, especificamente àquela acusação de que a municipalidade deveria dinheiro à Concessionária. Sem muitas delongas, o documento publicado no *Correio do Povo* disse que a Administração Municipal tinha, sim, um débito com a Companhia, cuja maior parte vinha da compra da Carris e do serviço de bondes, dívida da qual se livrou a empresa ao vender a concessionária dos serviços de transportes. A municipalidade, então, esclareceu que estava esperando o término do contrato para saldá-

la, levando em conta “os imensos prejuízos” causados pela concessionária à cidade de Porto Alegre (PREFEITURA MUNICIPAL, 04/06/1958, p. 16).

Os deputados gaúchos, então, retornaram do Rio de Janeiro e fizeram um relatório, que foi apresentado à Assembleia. Nesse documento, a comissão: reconheceu a CEERG como co-irmã de empresas instaladas em Recife, Bahia, Natal, Niterói, Curitiba, Belo Horizonte, Campinas, etc.; afirmou que, no Rio Grande do Sul, a CEEE era protagonista na produção e distribuição de energia elétrica; indicou que o contrato com a Concessionária se encerrou no dia 2 de junho de 1958; confirmou que o tombamento revelaria o quanto deveria a CEERG receber pela transferência dos serviços; adiantou que a CEEE seria interpelada pelo CNAEE a receber os serviços; e esclareceu que as casas legislativas e os executivos municipal e estadual desejavam a encampação, constituindo uma unanimidade, sendo a encampação apresentada como um ato administrativo unilateral, tendo, contudo, a Concessionária chance de defender seus interesses (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 05/06/1958, p. 7).

Dessa forma, os deputados gaúchos voltaram com a legitimidade delegada pelo governo federal e pelo CNAEE para encampar os serviços da CEERG, dependendo, então, apenas das conclusões da Comissão de Tombamento para prosseguir nos trâmites legais da encampação. Antes do clímax, a Companhia intensificou o lançamento de notas nos jornais portoalegrenses, fazendo com que a Assembleia, por meio do deputado Cândido Norberto, respondesse a cada matéria em várias sessões da Casa.

Um dos registros feitos pelo deputado Cândido Norberto foi sobre a “campanha que a Companhia Energia Elétrica vem movendo através da imprensa, sem que até agora tivéssemos podido atinar com as razões que justificam a maneira como ela vem se dirigindo à opinião pública”. O deputado disse mesmo que a CEERG estava sendo “descortês para com o poder público estadual e para com a administração estadual”. Indicou também os textos do vereador Adel Carvalho, aconselhando o edil a não fazer “o jogo da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense”. O líder udenista, Arthur Bachini, defendeu seu correligionário, dizendo que ele era um “homem honrado”, mas que “a orientação dele estava errada”. Salientou que Adel teria “a mesma boa fé e sinceridade” que o deputado Norberto. O líder do PSD, Hipólito Ribeiro, fez um aparte pedindo que “todas as partes interessadas” cessassem esse “movimento publicitário”, dado o convencimento da execução da transação e de que tais debates públicos não trariam

“nenhum mérito, nenhuma vantagem em que se procure acender a opinião pública num assunto de tal transcendência” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 07/06/1958, p. 7-13).

Apesar dos apelos, a CEERG continuou a fazer uma campanha pautada nas críticas à administração pública, em ataques aos empreendimentos do Plano de Eletrificação, e na crítica aos argumentos políticos a seu respeito. Em um de seus textos, Adel Carvalho teria dito que a “encampação será uma tolice muito grande”, isso pelo fato de o Estado não ter condições de administrar o serviço. Segundo Carvalho, se o Estado não conseguiu fiscalizar a empresa, não conseguiria administrá-la, intitulado o empreendimento de “a nossa criticada e combatida Cia. de Energia Elétrica”. Finalizou o artigo, dizendo que o “Plano de Eletrificação estava muito atrasado”, sendo um erro dispendioso dinheiro na encampação ao invés de injetar dinheiro nas obras da usina de Candiota”. Em seu ver, efetuar a encampação seria uma “bandeira demagógica” (CARVALHO, 05/06/1958, p. 26).

Em junho de 1958, as conclusões do Tombamento Contábil sobre a CEERG foram anunciadas na Assembleia Legislativa, por meio do deputado Norberto Cândido. Aos poucos, o deputado fez a exposição dos mecanismos utilizados pela empresa para remeter lucros “ilegais” para o exterior. A leitura que a Comissão de Tombamento fez dos papéis da empresa levou em conta a qualidade dos itens que compunham uma fatura de energia elétrica, que podiam ter inseridos meios sub-reptícios de burlar a legislação que limitava os lucros. Conforme o deputado Cândido Norberto foi expondo dados do documento, a Companhia seguiu em uma campanha ferrenha de repostas, configurando o momento mais agudo do combate entre a Concessionária e as autoridades públicas (Comissão de Tombamento do Min. da Agricultura; Governo Estadual; Assembleia Legislativa; Prefeitura; Câmara dos Vereadores).

O deputado Cândido Norberto anunciou que as conclusões iriam estarrecer o país, pelas graves informações que iriam revelar. O deputado disse que o teor do documento iria convidar os cidadãos do país inteiro a “uma união sólida e indestrutível”, ampliando os trabalhos desse tipo “para todo o país”. Indicou também o esforço empreendido pela CEERG, em notas que vinha divulgando pela imprensa, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Para combater essas “notas, notas por sinal descorteses, que atingem até as raiais da agressão”, Cândido Norberto recomendou, que “é imperioso orientar esta campanha de esclarecimento e mobilização com serenidade”. Salientou, contudo, que as autoridades

não queriam lutar “no terreno para o qual ela [a CEERG] deseja levar a discussão” (NORBERTO, 10/06/1958, p. 28-32).

A primeira conclusão da Comissão foi a de que a CEERG teria inflado o investimento com recursos cobrados dos consumidores, favorecendo-se duplamente da cobrança de uma taxa adicional e dos juros que correram em cima desses valores. Os dados fornecidos pela empresa e considerados como excesso de lucro pela Comissão alcançaram as cifras de Cr\$ 372.197.510,90 milhões de cruzeiros. Esse valor seria decorrente da soma de valores excedentes do que foi apresentado como investimento, que, em realidade, seria de Cr\$ 291.413.726,40. Portanto, Cr\$ 372.197.510,90, até 31 de dezembro de 1957, foram indevidamente remetidos ao exterior como remuneração ao investimento, segundo a Comissão de Tombamento (NORBERTO, 10/06/1958, p. 28-32).

Esse valor, considerado pela empresa como investimento, seria, na verdade, composto por cobranças indevidas aos consumidores e transformadas em investimento na contabilidade. A Companhia cobrava, por exemplo, taxas aos consumidores para extensão de rede, que foram consideradas como “contribuições ou doações” e incorporadas como investimento da Companhia, inflando os seus números para a obtenção de juros em cima dos valores cobrados dos consumidores (NORBERTO, 10/06/1958, p. 28-32).

Uma segunda operação contábil utilizada pela Companhia seria a da obtenção dos empréstimos. Segundo o parecer da Comissão, “os dólares remetidos ao exterior a título de juros [...] excedem aproximadamente 200% o montante de dólares recebidos a título de empréstimos”. Verificou-se que, “para a média do empréstimo à ordem de US\$ 8.041.173,96, houve remessas de juros no montante de US\$ 15.845.578,11”. Mas, o que foi considerado mais importante pela Comissão e salientado pelo deputado é que, fora um empréstimo obtido em 1950, do Export and Import Bank (EXIMBANK), no valor de US\$ 386.629,26, todos os demais foram contraídos da AMFORP, “subsidiária da ‘Bond and Share’”, configurando-se “a simples transferência de recursos entre companhias pertencentes aos mesmos acionistas” (NORBERTO, 10/06/1958, p. 32-28).

O documento, utilizando dados da SUMOC, esclareceu que a CAEEB representava o grupo Electric Bond and Share, e que as empresas AMFORP e EBASCO eram “entidades subordinadas ao mesmo sujeito econômico, as quais só se diversificam formal e juridicamente, para efeito de contornar, nos Estados Unidos, a aplicação da legislação

antitruste”, e, no Brasil, para “escapar à limitação de lucros à 10%”. Além dos empréstimos serem pagos aos mesmos acionistas, às empresas do mesmo grupo, segundo a Comissão de Tombamento, esses juros estariam acima daquelas cobrados dos EUA. Se, no Brasil, a Cia. pagava 6,6%, nos EUA, o valor dos empréstimos era de 4,0% (NORBERTO, 10/06/1958, p. 32-28).

A terceira operação contábil apresentada pela Comissão de Tombamento teve como material de apoio e comparação a experiência da Comissão Estadual de Energia Elétrica. Cândido Norberto apresentou a conclusão da Comissão de Tombamento, que encontrou consultorias da Ebasco International Corporation, pertencente ao mesmo grupo da AMFORP, prestadas à CEERG: foram pagas “consideráveis somas a título de remuneração de serviços relativos a consultas” (NORBERTO, 11/06/1958, p. 20-14).

Cândido Norberto fez uma pausa para o que seria revelado, “um dos aspectos mais graves, em nosso entender, de toda essa história que tem como personagem central a Cia. Energia Elétrica Rio Grandense”. É que, independentemente das disposições contratuais, a CAEEB teria contratado consultorias à EBASCO para a subsidiária gaúcha. Os valores das consultorias, cuja taxação foi permanente sobre a receita, seriam altos. Comparando com as consultas que a Comissão Estadual de Energia Elétrica havia contratado à EBASCO, “esporádicas e de baixa repercussão financeira”, para a construção de obras de “alta técnica, como barragens, linhas de alta tensão, subestações principais, etc.”, Norberto indicou que a CEERG, além de não comunicar ao poder concedente as consultorias, inflou o seu investimento e despesas com consultorias caras sem construir “absolutamente nada de novo”, nenhuma obra no Rio Grande do Sul “para ampliar, para melhorar suas instalações”. “Mas”, concluiu, “apesar disso, ela paga sempre à EBASCO! Com os valores pagos à sua coirmã, a CEERG teria que ter feito um planejamento que implicasse na produção e venda de 1 milhão de quilowatts” (NORBERTO, 11/06/1958, p. 20-14).

Vale a pena transcrever a consideração de Cândido Norberto, sobre a forma como a Comissão de Tombamento descobriu essa artimanha contábil subterrânea:

O que serviu como ponto de referência aos técnicos que fizeram esse tombamento? Serviu a obra do Poder Público! Serviram os trabalhos contratados pela Comissão Estadual de Energia Elétrica com empresas semelhantes à EBASCO, italianas, europeias! Segundo os contratos feitos pela Comissão Estadual de Energia Elétrica com outras empresas chega-se à conclusão de que não poderia deixar de ser que este contrato da Companhia Energia Elétrica com a EBASCO é apenas simplesmente uma manobra a mais

para desviar dólares obtidos do povo de Porto Alegre e Canoas para os Estados Unidos (NORBERTO, 11/06/1958, p. 20-14).

A quarta operação contábil descoberta era a de inflar as despesas da Companhia para fins de obtenção de dedução do imposto de renda. A partir de 1951, a Concessionária passou a incluir as parcelas de imposto de renda, junto em “operações estranhas à exploração”, para eximir-se da taxação de impostos de operação de serviços. Para crescer a receita de despesas, para obter dedução favorável, incluiu na despesa anual “uma provisão para possíveis prejuízos com a realização de créditos provenientes do fornecimento de energia”. Ou seja, para prover a inadimplência dos clientes, a Companhia acresceu às despesas tais valores (NORBERTO, 12/06/1958, p. 20-17).

No entanto, a Comissão de Tombamento questionou tal situação pelo fato de a Concessionária proceder de maneira rígida e imediata ao não pagamento de contas, com os cortes de energia e, além disso, por dispor de uma caução dos consumidores para cobrir débitos não pagos. Desse modo, o consumidor, quando não pagava a conta, já tinha um valor a ser resgatado pela empresa que, imediatamente, cortava o fornecimento. Desse modo, nas operações, a companhia buscava se esquivar do imposto de renda, incluindo esses valores nas “operações estranhas à exploração”, assim como buscava dedução com as chamadas “contas incobráveis” (NORBERTO, 12/06/1958, p. 20-17).

É interessante destacar que a Companhia apresentava, nas tarifas, as cobranças por empréstimos, por consultorias e por valores incobráveis. Uma pequena porcentagem de todos esses valores somados geraria o valor total da tarifa entregue ao consumidor. Contudo, esses valores eram calculados pela empresa e apresentados de forma genérica, o que, ao passar pelo filtro de uma comissão especializada, foi percebido, sendo apurada a qualidade dos valores, identificando distorções.

A Companhia, por sua vez, manteve o lançamento de notas e textos contra a Comissão de Tombamento e, especialmente, ao deputado Cândido Norberto, acusando o movimento das autoridades como socialista, usando o fato deste último ser do PSB.

A primeira nota da CEERG após as exposições de Cândido Norberto foi acompanhada do desenho de um cruzeiro dividido em despesas. A maior parte seria a energia comprada da CEEE, que configuraria 54% da tarifa; depois, o valor de distribuição, 20%; os impostos, 9%; juros de empréstimos, 8%; depreciação e amortização, 4%; e dividendos e lucros, 5%. Esses, por sua vez, seriam os “lucros exorbitantes” da empresa, “proveniente de tarifas inadmissivelmente altas?”, indagou o texto (C.E.E.R.G., 10/06/1958, p. 32).

Cândido Norberto, em resposta, ironizou os dados da CEERG em um dos seus pronunciamentos, dizendo que o Estado iria “prestar-lhes um auxílio, dispensando-os desse sacrifício”, além de não entender “porque eles estão defendendo tão arduamente esta posição tão ruim que é a de investirem cerca de 400 milhões para, afinal, como dizem, retirarem como lucro apenas 5%” (NORBERTO, 11/06/1958, p. 20-14).

Em nota, a CEERG se referiu ao “inflamado discurso” do “deputado do Partido Socialista Brasileiro”, que, “argumentando com as conclusões da Comissão de Tombamento, às quais atribui valor de veredito definitivo e inapelável”, estaria expondo a Companhia “à pública execração, ao mesmo passo em que conclama todas as classes do Rio Grande a lutar em prol da encampação”. Disse a empresa não questionar o direito do governo em promover a encampação, mas indicou que por “maior que seja a idoneidade moral e profissional de cada um dos distintos membros da Comissão de Tombamento”, estes não estariam imunes a erros. Mas, especificamente sobre o que foi apresentado, desqualificou o trabalho por ter “uma orientação contábil e econômica inteiramente inaceitável”. E, tendo a empresa espontaneamente apresentado todos os documentos e esclarecimentos, teria dado, ali, uma prova cabal da “absoluta honestidade de sua escrita” (C.E.E.R.G., 11/06/1958, p. 20).

O deputado Cândido Norberto, em resposta a esse argumento da empresa, disse que “ninguém afirmou que a companhia tivesse consignado abertamente em suas escritas os lucros excessivos que auferiu”, mas, estaria afirmando, a partir o parecer da Comissão de Tombamento, que a empresa consignou “clandestinamente os lucros excessivos que auferiu na exploração dos serviços de energia elétrica em Porto Alegre e Canoas”, utilizando-se de “artifícios contábeis”, em “operações sucessivas, que foram realizadas ao longo de muitos e muitos anos”, escondendo a empresa “os seus lucros como o tombamento demonstra fartamente” (NORBERTO, 13/06/1958, p. 20-12).

Outras formas apuradas de recolher mais dinheiro do que o devido foram as multas que a CEERG devia por atrasos à CEEE, que foram repassadas aos consumidores, por meio da inserção dessas multas nas “despesas de exploração”; bem como a inserção de donativos no custeio de serviço. Ou seja, repassando aos consumidores os atrasos de pagamento próprios e inserindo donativos filantrópicos no custeio da empresa, a CEERG aumentava o investimento da companhia para obtenção de deduções fiscais (NORBERTO, 13/06/1958, p. 20-12).

A CEERG, em resposta, culpou os poderes públicos em caso de irregularidades, elencando as várias comissões que apuraram possíveis irregularidades da companhia, especificamente oito, desde 1933 até 1957, com um amplo arco de agentes investigadores. Com essa nota, tentou imputar à Comissão de Tombamento um grau de erro, haja vista que, se tantas comissões haviam feito a análise das contas da empresa e não haviam encontrado nada, por que a atual comissão teria encontrado? A Concessionária tentou colocar, desse modo, o poder público em xeque (C.E.E.R.G., 16/06/1958, p. 64).

Em outra nota, a CEERG reclamou que não tinha recebido uma cópia do relatório da Comissão de Tombamento para estudar o resultado das investigações. Sobre o fato apresentado contra ela, de que teria obtido empréstimos elevados, questionou a acusação ao indicar que a CEEE teria obtido empréstimos do BNDE por 10% de juros. Reclamou, no fim da nota, que, se a Companhia fosse beneficiária do “Imposto Estadual de Energia Elétrica”, já teriam resolvido os problemas de ordem técnica que requeriam os seus serviços (C.E.E.R.G., 21/06/1958, p. 18).

Em matéria paga, na coluna *A Pedido*, Fernando Worm escreveu sobre a “tendência socializante” da encampação da CEERG, que tinha por fito “a incentivação do empreguismo e da orgia de cargos”, taxando a atitude do Estado de eleitoreira (WORM, 24/06/1958, p. 23). Em nota, a CEERG declarou que estava pronta para transferir os serviços para o Estado, mas com a devida indenização, prometendo inverter todos os valores no país em outras empresas congêneres. No entanto, salientou que a empresa não pretendia abandonar “toda a nossa inversão, imobilizada aqui, sem indenização, ao primeiro arreganho da demagogia socialista” (C.E.E.R.G., 25/06/1958, p. 20).

O documento da Comissão de Tombamento foi lido na Câmara dos Vereadores de Porto Alegre pelo edil Pedro Alvarez, citando a relação entre as empresas *Bond and Share*, AMFORP, CAEEB, EBASCO e CEERG, reforçando os argumentos apresentados por Cândido Norberto, na Assembleia Legislativa (CÂMARA MUNICIPAL, 26/06/1958, p. 10).

A CEERG, por mais que acusasse as conclusões da Comissão de Tombamento, parecia não obter êxito, e, mesmo ao tentar colar a imagem do socialismo nos movimentos das autoridades locais, viu sempre rebatidas as suas afirmações, como foi constantemente visível por meio das falas de Cândido Norberto. Em umas delas, o deputado rebateu as acusações de que a “encampação” é “socializante”, salientando que o movimento contava

com a participação do governador do Estado, Ildo Meneguetti, do PSD, assim como de diversos partidos, como PTB, PRP, PSP (NORBERTO, 26/06/1958, p. 16).

No final do ano de 1957, o Tombamento Contábil foi aprovado pelo Ministério da Agricultura, e o caminho pavimentado pelo governo de Ildo Meneguetti para a encampação estava pronto. Desde quando o pessedista foi prefeito de Porto Alegre, em 1948, com a declaração dos “maus serviços” da CEERG, deu início à preparação de uma argumentação jurídica e política para o enfrentamento à empresa. Com o lastro criado pela CEEE, o Estado se fortaleceu, desde a interventoria de Valter Jobim, e, com a atuação de Noé de Freitas, antes e depois de sua aposentadoria na assessoria dos políticos, deputados e vereadores.

Os anos de 1957 e 1958 foram de intensos combates entre a multinacional e as autoridades públicas, tendo o deputado Cândido Norberto atuação especial, culminando com a produção de um documento final, que foi instrumentalizado para a encampação da CEERG pelo Estado. Após esses intensos trabalhos, o deputado Cândido Norberto fez um apelo ao recém-eleito governo do Estado, Leonel Brizola, como alguém que fazia a entrega de um trabalho feito, com a necessidade de concretização:

É, portanto, chegado o momento de se fazer um teste com o sr. Leonel Brizola relativamente ao problema de encampação da C.E.E.R.G., que poderia solicitar do Governo da República, agora, autorização para que o Estado encampe, de direito e de fato, a Cia. Energia Elétrica Rio grandense. Vejam bem os srs. deputados e, aqui, eu chamo especialmente a atenção dos srs. deputados trabalhistas para o fato de que o sr. Leonel Brizola tem em suas mãos, neste momento, bem facilitada a solução para o problema da encampação da Cia. Energia Elétrica Rio Grandense. O sr. Ildo Meneguetti já fez tudo que estava ao seu alcance. Já esgotou todos os recursos que estavam à sua disposição no exercício, no qual ainda se encontra, da Governança do Estado do Rio Grande do Sul (NORBERTO, 03/12/1958, p. 7-21).

Assim, faltaria, segundo Cândido Norberto, que o novo governador fizesse com que “o Governo da República entregasse ao Rio Grande do Sul a encampação da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense, pertencente a um dos mais poderosos trustes de energia elétrica que operam no mundo” (NORBERTO, 03/12/1958, p. 7-21).

No Rio Grande do Sul, os grandes combates chegavam ao seu ponto final, sendo decisivos todos os anos de formulação e debates jurídicos e políticos, expressos na imprensa regional. Nesse momento, surgem outros atores, com disposição igual àquela apresentada por Walter Jobim, Noé de Freitas, Arno Schilling, Ildo Meneguetti, Cândido Norberto, Pedro Alvarez etc. É chegada a hora de Leonel Brizola e Wilson Vargas darem continuidade a essa luta histórica.

Ao tomar posse de seu governo, Leonel Brizola nomeou, para Ministro das Comunicações e Energia, Wilson Vargas. Esse, por sua vez, convidou o antigo assessor jurídico da CEEE, Arno Schilling, para ser assessor administrativo da sua secretaria (ORGANIZA-SE O GOVERNO ESTADUAL, 06/02/1959, p. 1).

Nos primeiros dias de trabalho, o secretário Wilson Vargas entrou em contato com a CEEE para examinar as metas principais da autarquia, para debatê-las e submetê-las ao governador do Estado. Um dos assuntos debatidos em primeira hora foi a encampação da CEERG, que seria uma “meta definitiva” do governo (AFIRMA O SECRETÁRIO, 07/02/1959, p. 16).

Para a chefia da Comissão Estadual de Energia Elétrica, Wilson Vargas nomeou uma indicação de confiança de Noé de Freitas e de Mário Lannes da Cunha, antigos chefes da CEEE: Albano Mirândola havia se formado pela Escola de Engenharia da capital gaúcha e, na autarquia, atuou como assistente comercial de Noé de Freitas e substituto dos chefes por impedimentos eventuais (NOVO DIRETOR GERAL DA CEEE, 22/02/1959, p. 18).

Na Assembleia Legislativa, assumiu a presidência Domingos Spolidório, que, desde logo, assumiu o governo do Estado, interinamente, para que Leonel Brizola viajasse ao Rio de Janeiro para resolver problemas do estado gaúcho. Domingos Spolidório tinha uma leitura favorável à encampação da CEERG, demonstrada em seu mandato anterior. Além disso, era correligionário partidário de Brizola, filiado ao PTB (ASSUMIU ONTEM O GOVERNO, 25/02/1959, p. 18).

No Rio de Janeiro, Leonel Brizola colocou na ordem de suas prioridades a “encampação da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense, subsidiária da Bond and Share”. Para isso, pediu à imprensa que registrasse ter o assunto recebido grande receptividade das esferas do governo federal. O governador disse que a Companhia já havia prestado serviços ao Estado, mas que, pelas circunstâncias daquele momento, teria se tornado “um fator de perturbação no nosso processo de desenvolvimento”. Desse modo, relatou que, primeiro, o governo fez um levantamento e, em segundo lugar, “uma notificação aos altos dirigentes da empresa”. Isso pela vontade de o governo estadual fazer “naturalmente, tudo dentro da lei” (BRIZOLA ANUNCIA NO RIO, 27/02/1959, p. 1).

Na Assembleia Legislativa, o líder do PTB na casa, Justino Quintana, declarou ser “firme a disposição do Governo de efetivar a encampação, medida, aliás, que já foi comunicada à própria empresa”. Justino Quintana avisou aos deputados, e, em especial, a Cândido

Norberto que já havia o governo tomado todas as medidas necessárias para a encampação da CEERG, mas salientou que o Executivo e o Legislativo estavam tomando cautela, “já que lidamos exatamente com organizações poderosas e trustes internacionais”. Quintana anunciou também que o Governo entendia como “certo e exato” o tombamento realizado pelos órgãos técnicos. O deputado Cândido Norberto era um defensor de Ildo Meneghetti, tendo hipotecado apoio ao prefeito e ao governador em seus atos. (JÁ TOMOU O GOVERNO TODAS AS MEDIDAS, 06/03/1959, p. 14-10).

Na Assembleia Legislativa, Cândido Norberto atuou como um porta-voz do governo estadual e, no caso da CEERG, fez questão de frisar o trabalho dos governos anteriores, indicando que a Brizola caberia dar um desfecho ao caso, respeitando “uma política nacionalista, patriótica e previdente do ilustre engenheiro Ildo Meneghetti”. Em outro campo, Norberto disse que Juscelino Kubitschek não estaria dando autorização alguma para a encampação dos serviços da Concessionária, mas apenas deixando de impedir a encampação. De maneira nova, o deputado citou que a autorização teria sido dada por um decreto de Getúlio Vargas, assinado no dia 29 de outubro de 1945, para a encampação de empresas de serviços. Esse decreto não havia sido mencionado em momento algum dos debates anteriores, e surgiu como um fator legitimador de todo o esforço feito pelos políticos gaúchos para encampar a Companhia. Desse modo, Kubitschek não estaria dando “permissão ao Estado”, mas apenas deixando de “prejudicar o Rio Grande, de atrapalhar o Rio Grande, de entrar o Rio Grande” (JÁ TOMOU O GOVERNO TODAS AS MEDIDAS, 06/03/1959, p. 14-10).

O problema da encampação da CEERG tem uma explicação que não se limita ao desejo que todos nós temos, no Brasil, de que tudo seja realizado tão cedo quanto possível com os nossos recursos e pelos nossos próprios patrícios. Antes de ser uma causa nacionalista é um problema de ordem econômica, é um problema de relevância pública, é um problema do mais alto interesse para a coletividade rio-grandense (JÁ TOMOU O GOVERNO TODAS AS MEDIDAS, 06/03/1959, p. 14-10).

Como se pode perceber, a pressão para a execução correta da encampação e concretização da vontade da “coletividade rio-grandense” era firme na Assembleia Legislativa, com destaque especial para a atuação do deputado Cândido Norberto.

Feitas as notificações ao presidente da República, ao Ministro da Agricultura, às autoridades federais e à CEERG, o Governo, por meio de Wilson Vargas, pediu 40 dias à Assembleia Legislativa para prestar esclarecimentos sobre “as démarches da encampação da CEERG” (ENCAMPAÇÃO DA CEERG, 18/03/1959, p. 18).

Enquanto esse assunto era encaminhado, JK enviou ao Congresso o veto a um projeto de lei, de nº 3.740, que alterava e regulava o Imposto de Renda, o que, com mudanças, daria às empresas concessionárias de serviços públicos a possibilidade de reavaliar os seus ativos. Essa alteração permitiria às empresas aumentarem o valor de seus ativos e, por seguinte, os lucros. Esse evento gerou grande movimentação no Rio Grande do Sul, pela perspectiva de a CEERG aumentar as suas tarifas. A animosidade entre as autoridades e a Concessionária era grande, e uma lei federal iria impingir sobre as lutas políticas um ganho sutil para a multinacional. Da parte do Estado, Wilson Vargas fez contatos com a bancada federal para impedir o veto, assim como, por outro lado, o vice-presidente da Companhia no Rio Grande do Sul defendeu a medida, que permitiria “nova base sobre a qual” se pagaria o imposto. O debate, em geral, era a inclusão ou não das empresas de serviços públicos nessa lei. JK teria vetado a exclusão dessas empresas (NÃO SERÁ SUPERIOR A 20 OU 30%, 08/04/1959, p. 18).

Imediatamente, o vereador Roberto Landell anunciou que a concessionária de Porto Alegre não poderia reajustar o seu ativo imobiliário mesmo com a nova lei, pois “A C.E.E.R.G. não possui mais ativo imobilizado ou investimento, cujo valor original pudesse ser objeto do reajustamento agora permitido pela lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958”. Para destacar isso publicamente, disse ser necessário “alertar o povo com o fito de organizar um poderoso movimento de opinião pública que previna e obste a elevação de tarifas, que a CEERG certamente e em estilo de golpe está a estas horas tramando nos bastidores”. Wilson Vargas disse que tentou de tudo para evitar “o desastre”, mas que acreditava que a encampação permitiria a manutenção das tarifas sem majoração (NÃO PODERÁ HAVER AUMENTO, 12/04/1959, p. 60-34).

Em maio, porém, o governador do Estado do Rio Grande do Sul decretou a encampação da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense. Sob palmas da Assembleia Legislativa, o anúncio, lido pelo presidente da casa, Domingos Spolidório, desfechou formalmente o último ato da longa história entre a CEERG e as autoridades gaúchas. No discurso de Cândido Norberto, foram lembrados Valter Jobim, Noé de Freitas, Ildo Meneghetti e Getúlio Vargas, ou seja, todos que, de algum modo, ele considerava terem participado do processo de lutas contra a concessionária (APLAUDIDO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA O ATO DO GOVERNADOR, 12/05/1959, p. 7-20).

O deputado Justino Quintana contestou não ser exata a fala de que o decreto de encampação já estaria há tempos assinado no Palácio governamental, salientando que o

governo de Brizola havia debatido pela manhã detalhes da redação. Cândido Norberto esclareceu não querer “tirar o mérito de ninguém”, mas apenas marcar a atuação do ex-prefeito e ex-governador Ildo Meneghetti, pelo conjunto de medidas que viabilizaram a encampação da companhia (APLAUDIDO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA O ATO DO GOVERNADOR, 12/05/1959, p. 7-20).

Hélio Carlomagno felicitou o deputado Wilson Vargas, secretário de governo, pelo “desfecho deste caso que há cerca de 14 anos preocupou os círculos políticos e administrativos do Rio Grande do Sul”. Cândido Norberto salientou que “nenhum governo fez menos do que este, até porque lhe faltou oportunidade para tanto em matéria de encampação. Mas também nenhum governo teve tanta sorte e por isso mesmo merece ser festejado” (APLAUDIDO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA O ATO DO GOVERNADOR, 12/05/1959, p. 7-20).

A fala de Hélio Carlomagno ratifica o entendimento de quais governos teriam mobilizado todo o caminho do decreto, mantendo viva a memória legislativa e a narrativa sobre o feito das figuras anteriores ao ato:

[...] coube indiscutivelmente ao eminente engenheiro Ildo Meneghetti um duplo papel histórico: o de, quando Prefeito de Porto Alegre, ter declarado maus os serviços da Cia. Energia Elétrica Riograndense, numa época em que ainda não estava definitivamente formada a consciência da necessidade de encampação da Cia. Energia Elétrica Riograndense e nem sequer a consciência popular das necessidades de nos interessarmos pela política da estatização de energia elétrica em nosso Estado, não havia descido às camadas dirigentes, Sr. Presidente, Srs. deputados, ainda não havia atingido aos capilares da opinião pública (APLAUDIDO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA O ATO DO GOVERNADOR, 12/05/1959, p. 7-20).

O processo de publicação do decreto de encampação foi feito de forma silenciosa, e, ao receber a autorização do governo federal, os representantes do Estado gaúcho providenciaram a sua imediata publicação do Diário Oficial:

Para expressar o sigilo com que foram tomadas todas as providências, basta que se diga que o sr. Arno Schilling, em telegrama endereçado ao secretário de Energia, sr. Wilson Vargas, e ao eng. Albano Miranda, diretor geral da CEEE, mencionava apenas o seguinte: “Casamento realizado. Sigo amanhã Constellation Varig” (ESTADO ENCAMPOU A CIA. ENERGIA ELÉTRICA, 12/05/1959, p. 24-19).

O ato foi formalizado no decreto nº 10.466, de 5 de maio de 1959, em que encampava o Estado os serviços da CEERG. Após isso, a CEEE se dirigiu à Vara dos Feitos da Fazenda para imissão de posse dos bens da Concessionária, tendo aceito o pedido o juiz Paulo Beck Machado, que pediu um depósito prévio de 20 milhões de cruzeiros para fins

indenizatórios. A sentença do juiz foi baseada no tombamento contábil, em que a Companhia foi acusada de obter lucros excessivos acima da margem de 10% permitidos por lei. A administração da empresa ficaria a cargo da CEEE, cujo assistente administrativo era Dietrich Kulmann, e o chefe de serviços, Renato Steigleder (DEPOIS DE 30 ANOS DE CONCESSÃO, 13/05/1959, p. 16-13).

Os presidentes da CAEEB e o vice-presidente da CEERG procuraram o governador do Estado, Leonel Brizola, que estava em São Borja. Eles se deslocaram para lá, mas quando chegaram, o governador já havia voltado para Porto Alegre. Aparentemente, Brizola se esquivou de contatos com a direção da empresa, que, por sua vez, não compareceu à sede da companhia para passar a posse dos bens aos representantes da CEEE. Paralela à ausência e à procura do governador, a ex-concessionária entrou, então, com um mandado de segurança contra o Estado, aceito pelo desembargador Ciro Pestana (ENERGIA ELÉTRICA ENTROU ONTEM COM UM MANDADO, 14/05/1959, p. 20-16).

Contudo, o governo manteve a tranquilidade, e, em declarações, Brizola, “otimista e, mesmo eufórico” com os resultados mantidos com o governo federal, disse que o mandado de segurança era um direito que assistia à empresa, que respeitava a liminar, mas que a CEERG teria “ganho uma batalha”, porém, afirmou, “tenho certeza de que vão perder a guerra (RIO GRANDE VAI FICAR LIVRE DA BOND & SHARE, 15/05/1959, p. 16-11).

Após essa liminar, o secretário de Comunicações e Energia do Estado foi convocado à Assembleia para prestar esclarecimentos sobre o processo de encampação. O tom dos deputados foi de cobrança ao governador. O deputado oposicionista ao governo, Eraga Gastal, disse que a Casa estava “perplexa ao ‘primeiro round’ perdido na batalha que o povo desejava ver vitoriosa”. Gastal ameaçou imputar ao governo do Estado todas as responsabilidades “pelo que possa acontecer”, haja vista que “desde o momento que foi conhecida essa sua decisão, começou a buscar para si, para elementos seus, todas as glórias do acontecimento” (ENCAMPAÇÃO DA CEERG, 16/05/1959, p. 18-15).

Essa reação da CEERG mobilizou o movimento estudantil e o movimento sindical. O Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos declarou que os alunos do “Julinho” estariam em frente ao Tribunal de Justiça, onde se processaria o julgamento do mandado de segurança. O movimento sindical ameaçou uma paralisação, à qual Brizola pediu que arrefecesse

por confiar ele plenamente da decisão da justiça (LIMINAR FAVORÁVEL À CEERG SERÁ APRECIADA AMANHÃ, 17/05/1959, p. 60-35).

Paralelamente às manifestações pró-encampação, as casas legislativas estadual e municipal passaram a rebater as manifestações contrárias à medida, ocorridas na capital da República. A Assembleia Legislativa escreveria, ao Presidente da República, documento assinado por todas as bancadas, expressando

sua estranheza pelo telegrama endereçado a Vossa Excelência pelo presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, sr. Zulfo Mallmann, deplorando seus termos, que revelam completo desconhecimento da situação dos serviços de energia elétrica nessa capital (ENCAMPAÇÃO DA CEERG, PROTESTO, 19/05/1959, p. 7-25).

Assim, por meio dos deputados Hélio Carlomagno, Candido Norberto, Braga Gastal e Sinval Guazzelli, a Assembleia Legislativa endereçou um telegrama ao presidente da República reiterando o “integral apoio” ao governo do Estado do Rio Grande do Sul sobre a encampação. Nesse telegrama, rebateram as considerações do jurista brasileiro, Sobral Pinto, que teria considerado a encampação a abertura de um caminho, “no Brasil cristão, a vitória funesta da ideologia comunista”. No documento foi prestada deferência ao jurista, mas também foi considerado que ele estaria “se deixando envolver pelas manobras que vem sendo feitas no Rio de Janeiro, a soldo do truste Electric Bond and Share” (EM TELEGRAMA AO PRESIDENTE, 21/05/1959, p. 7-14).

Os vereadores de Porto Alegre enviaram um telegrama ao Rio de Janeiro, para Eugênio Gudin, que teria escrito, em O Globo, um artigo intitulado “Socialismo de Rapina”, em referência aos eventos ocorridos no sul do país, repelindo suas falas e “ignorância deste problema do Rio Grande do Sul”, que revela, segundo o documento, a “figura dum entreguista despudorado” (ENERGIA ELÉTRICA PRETENDE, 02/06/1959, p. 22-18).

A preocupação das casas legislativas era tão grande com a repercussão nacional do que estava ocorrendo em Porto Alegre, que a Assembleia Legislativa concordou em telegrafar a uma Câmara municipal do interior de Pernambuco que teria negado a aprovação de um voto de louvor ao ato do governo rio-grandense (APRESENTADO UM PROJETO, 05/06/1959, p. 16-11).

Portanto, é possível notar uma robusta rede de influência e comentários sobre a encampação no Rio de Janeiro e em outros lugares, mas, por outro lado, uma coesão política ampla, envolvendo as casas legislativas estadual e municipal, assim como os executivos estadual e municipal.

No dia 20 de janeiro, o governador Brizola visitou o Congresso Nacional, expondo a situação gaúcha. Explicou que havia convocado os dirigentes da CEERG logo quando assumiu o governo, ficando três meses “sem resposta ou satisfação”. Considerando essa “uma velha técnica de certos grupos estrangeiros: ganhar tempo”, o governo tomou o silêncio por “desinteresse”. Brizola explicou que para “esses grupos nossas leis não tem valor, a não ser quando são contra nós. Dizem em tom de ironia que são “leis sul-americanas”. O governador também disse que, ao falarem que o Estado praticou o confisco depois de depositar 20 milhões, “mistificam”, pois o que ele pretendia depositar era “um cruzeiro. Entretanto, acatando a decisão da justiça, depositou a quantia maior. Brizola recebeu o pedido de JK para levar o assunto a um Juízo Arbitral, ao que ele disse não poder ignorar o pedido. Entretanto, as pressões gaúchas não eram favoráveis a essa solução (RIO GRANDE NÃO QUER NADA DE GRAÇA, 21/05/1959, p. 18-13).

Em âmbito mais amplo, algumas ameaças começaram a ser feitas ao Brasil, como uma carta do presidente da *American Chamber of Commerce for Brazil*, em que foi demonstrada a “apreensão” quanto à maneira com que se efetuou a citada medida, isso pela “repercussão que a medida poderá ter no conceito internacional sobre o tratamento justo e equitativo dispensado pelo Brasil à iniciativa privada”. Enquanto corria o prazo até o julgamento no Tribunal de Justiça, a CEEE se mantinha no comando da CEERG, tendo o engenheiro Albano Mirândola enviado um ofício a Lotário Pabst, avisando que ele e seus funcionários não poderiam ingressar nos escritórios da Companhia (IMPEDIDOS DE ENTRAR NOS ESCRITÓRIOS, 21/05/1959, p. 18-14).

Além disso, a presença do presidente da *Bond and Share*, Henry Sargent, no Brasil, e as conferências que este teve com JK incomodaram os políticos gaúchos. O estadunidense teria mesmo afirmado que JK lhe havia prometido assegurar a indenização à empresa pertencente ao seu grupo. Contudo, o governador Brizola endereçou uma carta diretamente ao presidente da *Bond and Share*, esclarecendo sobre as “declarações de V. s., afrontosas às instituições brasileiras”. Brizola disse que o presidente da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense foi pleiteada e deferida pelo Poder Judiciário, rigorosamente nos termos da Constituição e das leis em vigor”. E, segundo, disse o governador, “Suas declarações evidenciam, de modo muito significativo, o conceito em que certos potentados e certos grupos econômicos estrangeiros tem as leis e instituições latino americanas” (BRIZOLA, 04/06/1959, p. 16).

Henry Sargent respondeu à carta de Brizola dizendo que “recebeu com surpresa o telegrama urgente”, e que não teria feito “declarações que possam ser consideradas afrontosas ao povo e às instituições brasileiras”, mas disse que “o governo de Brizola é que estava em conflito com as instituições brasileiras”. Finalizou, repetindo a promessa de JK de assegurar à empresa a “justa remuneração” pelos investimentos (SARGENT, 05/06/1959, p. 16).

Os deputados do Rio Grande do Sul manifestaram contrariedade às falas do subsecretário de estado dos EUA, John Dillon, acerca do caso da encampação da CEERG, acusando a tentativa de coação (ENCAMPAÇÃO DA CEERG, 06/06/1959, p. 16). Também as considerações feitas pelo FMI sobre a concessão de empréstimos ao Brasil foram mal vistas e criticadas pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Segundo notícia, um senador democrata teria apresentado um projeto de lei procurando impedir que países que tenham expropriado empresas americanas ficassem privados de quaisquer empréstimos ou auxílios (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 13/06/1959, p. 7).

Portanto, o engajamento político gaúcho, enraizado em grupos sociais sindicais e estudantis, rebateu as críticas feitas ao processo que estava ocorrendo em Porto Alegre, desde o que era veiculado na imprensa até o que era dito diretamente por autoridades monetárias e empresariais. A Companhia chegou a pedir uma indenização de dois bilhões de cruzeiros pela encampação. No ano anterior, antes de a Comissão de Tombamento lançar suas conclusões, a Assembleia Legislativa havia previsto a possibilidade de ajustes em torno de 200 milhões. A CEERG, naquele momento, já demonstrou contrariedade e, no fim, quase recebeu um cruzeiro. Por ordem judicial, recebeu 20 milhões de cruzeiros, bem distante do que pretendia como justo.

Porém, no dia 15 de junho, veio a decisão judicial do Tribunal de Justiça gaúcho sobre o mandado de segurança que ainda mantinha a *Bond and Share* no jogo pela posse dos bens da CEERG. A primeira votação foi para reconhecer o Estado enquanto Poder concedente. Por 11 votos a nove, o Estado foi declarado o Poder concedente. Posteriormente, foi votado o mandado de segurança impetrado pela Companhia contra o Estado. Por 18 votos a dois, foi denegado o mandado de segurança aceito pelo desembargador Ciro Pestana (MANTIDA A ENCAMPAÇÃO. 16/06/1959, p. 22-16).

A votação em unanimidade pela manutenção da encampação da empresa concessionária dos serviços de energia elétrica em Porto Alegre indicou um movimento amplo. Desde

1948, à época dos primeiros racionamentos, as classes produtoras se reuniram com o governador do Estado, Walter Jobim, assim como com o chefe da Comissão Estadual de Energia Elétrica, Noé de Freitas. Este, com o auxílio jurídico de Arno Shilling, trabalhou nas questões técnicas e de planejamento, enquanto auxiliava os políticos dos executivos estadual e municipal e legislativos estadual e municipal a controlar a CEERG, subsidiária da AMFORP. O poder atribuído por esses empresários aos políticos foi grande, tanto que, depois das primeiras reuniões, o assunto ficou restrito à CEEE, ao Estado, à Prefeitura e às casas legislativas.

O lastro que permitiu ao Rio Grande do Sul se desligar dos serviços da AMFORP estava no Plano de Eletrificação e no aproveitamento hidrelétrico empreendido por meio da CEEE e dos recursos dos impostos estadual e federal de eletrificação. Quando a CEEE se viu pronta para assumir, para além da produção, todo o serviço de distribuição, o campo político se viu capaz de enfrentar o agente externo dentro de seu território. Então, o sucesso da iniciativa ampla, que congregou setores sociais, políticos e que obteve o aval da justiça gaúcha, esteve na manutenção da coesão em torno de um objetivo: encampar a CEERG.

A legitimidade de um amplo arco de grupos permitiu ao Rio Grande do Sul, representado por Porto Alegre, combater a AMFORP / CAEEB e a sua proprietária, a *Bond and Share*, assim como travar embates acirrados no campo da opinião, espaço bem trabalhado pela CEERG. Em dez anos, uma ação decidida gerou esses resultados, vindos do planejamento e da discricção de Noé de Freitas, da assessoria de Arno Schilling, da combatividade de Ildo Meneguetti e de Brizola, das lutas dos deputados e vereadores, como Cândido Norberto, Justino Quintana e Roberto Landell etc., e da sanção da justiça gaúcha ao relatório de Tombamento Contábil da CEERG, realizado pela Divisão de Águas do Ministério da Agricultura. Esse esforço, de sempre buscar o amparo legal e político, pode ser observado na pressão que se desfechou sobre JK, que foi dando respostas dúbias, em reuniões com os políticos gaúchos e os empresários estadunidenses.

A experiência gaúcha, no entanto, como disseram vários deputados antes mesmo do relatório da Comissão de Tombamento se concluir, seria um exemplo “esclarecedor” para todo o país. Seguindo esse escopo, as experiências gaúchas foram levadas para o segundo Estado a encampar os serviços de uma subsidiária da AMFORP, no caso, Pernambuco.

Com a CEEE no comando dos serviços de eletricidade, o aumento de tarifas previsto pela lei do imposto de renda foi cancelado para Porto Alegre, assim como houve a redução em 42 centavos por quilowatt hora na distribuição de energia elétrica. Assim, o setor de serviços elétricos foi apropriado pelo governo estadual, o primeiro caso no Brasil daquele momento.

5.2. “O senador Kilowatt”: os combates entre a Tramways e Pernambuco

O evento gaúcho teve repercussão nacional, e influenciou a elite política de Recife para unir as suas insatisfações contra a coirmã da CEERG, a Pernambuco Tramways. O jornal Diário de Pernambuco defendia a linha do grupo de Cid Sampaio (UDN), adversário do grupo de Etelvino Lins e Jarbas Maranhão (PSD). Portanto, a cobertura que o jornal deu aos eventos ocorridos no Rio Grande do Sul teve duas características: de um lado, a crítica à encampação, como uma intrusão do Estado em um setor econômico; e, de outro, a aceitação das atitudes do governo de Cid Sampaio como medidas necessárias. Portanto, o jornal liberal não era favorável às encampações, mas a Concessionária teria feito a situação chegar a um ponto que a medida se tornou aceitável e mesmo necessária.

Um fato de destaque foi que Recife passou a receber energia hidrelétrica do empreendimento estatal federal da CHESF, por meio da usina de Paulo Afonso, em 1954. Portanto, antes mesmo do Rio Grande do Sul, em Recife, a Concessionária local passou a ser predominantemente distribuidora e revendedora da energia proveniente de um empreendimento estatal, o que deixou em plano secundário a sua face de produção.

No governo de Osvaldo Cordeiro Farias (1955-1958), o Secretário de Viação e Obras Públicas, Lael Sampaio, tomou medidas, como a redução das tarifas de força e luz cobradas pela Pernambuco Tramways, utilizando a Portaria Ministerial nº 1.103, de 28 de dezembro de 1955, que permitia a redução de 30% nos preços das tarifas de eletricidade de origem hidrelétrica. No caso das concessionárias que utilizassem, a título de emergência, a energia termelétrica, seriam elas autorizadas a cobrar “a diferença entre o custo da energia termicamente gerada” e aquela da CHESF (NOVAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA, 06/01/1956, p. 16-12).

Em resposta, o diretor da Tramways, Anthony James Arute, anunciou que a redução das tarifas teria “um efeito desastroso sobre a situação econômica e financeira da companhia, já deficitária, não só destruindo os nossos planos e expansão, como até mesmo pondo em risco a própria existência dos serviços”. Segundo o gerente, a interligação com a CHESF,

no início de 1955, já tinha gerado uma economia para os consumidores na ordem de Cr\$ 31.000.000,00 anuais, sendo que a empresa continuou tendo uma “receita líquida insuficiente para cobrir o serviço de juros das obrigações financeiras da empresa, que há mais de um quarto de século não consegue distribuir dividendos aos seus acionistas” (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 15/01/1956, p. 3).

Mantendo a narrativa de que a conta de luz era a menor despesa de uma família, e que, por isso, ela poderia ser aumentada, Anthony James Arute reclamou sobre a limitação dos lucros em 10% no Brasil, o que impedia que houvesse expansão dos serviços e um melhor fornecimento dos serviços de força e luz. Sem tarifas consideradas adequadas, a empresa não conseguiria atrair recursos para o financiamento de suas instalações (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 15/01/1956, p. 3).

A questão das tarifas era um ponto de conflito grave em Recife. Foi então que a Tramways passou a argumentar publicamente sobre a necessidade do aumento de tarifas de energia elétrica. Em sete textos publicados entre 27 de dezembro de 1956 até 17 de janeiro de 1957, foram listados os pontos centrais da narrativa da empresa, expostos no *Esclarecimento ao Público*, entendidos pela empresa em “linguagem simples, porém franca e objetiva”. Essa série objetivava “esclarecer o público sobre os problemas básicos que necessitam de solução para que a cidade do Recife possa desfrutar das vantagens e benefícios do serviço público adequado e eficiente” (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 27/12/1956, p. 2).

Nesses textos, foram reforçados os seguintes argumentos da empresa: 1) ela precisava de financiadores para o seu empreendimento; 2) o que seria feito por meio do lançamento de ações ou títulos no mercado; 3) que eram comprados por pessoas que buscavam uma remuneração para os seus investimentos. Desse modo, para que esse procedimento desse certo, 4) a empresa teria que ser rentável e ofertar “lucros razoáveis para recompensar o elemento essencial que é o capital invertido”. Como a Tramways era uma empresa de serviços públicos, passava, essencialmente, pelo controle do poder concedente, que deveria evitar abusos, garantindo tarifas adequadas e obrigando a Concessionária a prestar bons serviços (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 27/12/1956, p. 2).

Desse modo, a empresa expôs a sua compreensão sobre a base da relação entre as concessionárias de serviços públicos e as instituições governamentais. Dali em diante, a

Tramways foi demonstrando o seu ponto de vista sobre essa relação, indicando que os seus interesses não estavam sendo contemplados.

A segunda matéria também inseriu a demanda da Telephone Company of Pernambuco, companhia ligada “do ponto de vista físico e financeiro”, por esta carecer, como a Pernambuco Tramways, de um “equilíbrio econômico e financeiro, para poderem se apoiar mutuamente na obtenção dos empréstimos essenciais à sua expansão”. Porém, no texto, a direção das companhias citou que circulavam “comentários e considerações nem sempre justas a respeito do problema das tarifas elétricas no Recife”, defendendo-se de não quererem as empresas cobrar “tarifas excessivas” ou tomar “quaisquer providências secretas ou sub-reptícias para elevar suas tarifas” (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 30/12/1956, p. 7).

A partir disso, a empresa alegou que operava em regime deficitário, não pagando dividendos aos seus acionistas desde o ano de 1930, e afirmou que, “no fim das contas o público só pode mesmo receber aquilo que se paga. Se se paga insuficientemente, acabará recebendo serviço insuficiente”. Portanto, a empresa pleitear tarifas maiores para cobrir os custos dos materiais e da mão de obra não teria “nada de sub-reptício ou imoral” (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 30/12/1956, p. 7).

Desse modo, o “poder concedente”, destacado nos textos, teria um papel importante na regulação dos preços das tarifas para a manutenção dos serviços e a sua expansão. Em referência aos serviços de bondes, que “em certa época, a um grau de perfeição tal, que servia de paradigma para outras cidades brasileiras”, argumentou sobre uma política tarifária errada executada “há cerca de 15 anos”, qual seja, o período o Estado Novo, que se recusou a outorgar os reajustamentos tarifários. Como isso não ocorreu, o serviço de transportes caiu em dificuldades, assim como os serviços de telefones e eletricidade só poderiam ser eficientes com “tarifas remuneradoras” (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 10/01/1957, p. 7).

O contrato, tão criticado pelos políticos de todas as partes do Brasil atendidas pelas coirmãs da Tramways, inclusive em Recife, foi pontualmente criticado pela empresa, exatamente na cláusula que garantia a reversão, em parte sem indenização, das instalações da iluminação pública da cidade de Recife. Com a “evolução das ideias aceitas no tocante a essa matéria”, e a “relutância” de financiamento de um empreendimento que não “proteja a integridade do capital empregado”, a empresa defendeu o cancelamento ou a

modificação de tal cláusula, de modo a “eliminar receios justificados dos financiadores de novas obras” (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 13/01/1957, p. 11).

Além disso, a direção da Tramways criticou as “elevadas multas” de que ela foi notificada durante anos, “por motivo de alegadas infrações do contrato de concessão”, que teriam sido o não cumprimento dos horários dos bondes, à época em que a empresa controlava tal serviço. Defendendo-se da acusação, pediu o cancelamento das multas, assim como, por outro lado, acusou os poderes públicos de não pagarem os seus débitos à empresa, piorando ainda mais a situação da Concessionária e dos seus investimentos (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 13/01/1957, p. 11).

Na última matéria, foram pontuados todos os assuntos anteriores e as suas principais conclusões, assim como foi informado que a Pernambuco Tramways teve que negociar com a AMFORP, credora da amortização, o pagamento de juros, que ficou “privada do recebimento de juros dos seus empresários, sem falar na amortização”. A publicação dos sete textos foi oferecida ao público em folhetos, que seriam remetidos “gratuitamente” aos que os solicitassem por meio de cupom preenchido e remetido à empresa (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 17/01/1957, p. 7).

Desse modo, a Tramways se colocou frente ao público e ao campo político, expondo o seu ponto de vista sobre a relação entre o poder concedente e ela, assim como indicou o que pensava ser a solução para a melhoria dos seus serviços, jogando toda a responsabilidade de suas deficiências nas medidas governamentais relativas ao preço das tarifas. E isso não era sem motivos, pois o poder público estava fechando o cerco contra a Concessionária.

A Pernambuco Tramways passou a cobrar uma dívida de Olinda, cidade também atendida pela empresa, pelos serviços de iluminação. O prefeito Nivaldo Machado respondeu à cobrança, que não teria sido enviada em tom de *ultimatum*, afirmando ter encontrado uma dívida da prefeitura já em 1955, originária do ano de 1951. O prefeito afirmou que a sua administração estava pagando o débito, mas que, quando ele ficou licenciado por motivos de doença, em maio de 1955, as amortizações foram interrompidas, até o mês de outubro, quando retornou. Mesmo assim, no ano de 1957, o prefeito teria sido “forçado a suspender o pagamento regular à Pernambuco Tramways, em virtude da necessidade de proceder reparos urgentes na rede de distribuição, dado o seu precaríssimo estado” (MACHADO, 20/07/1957, p. 18-14).

Mas é a resposta do vice-prefeito de Olinda, Ubiratan de Castro, que é interessante sobre o que estava acontecendo nas relações entre o Estado de Pernambuco e a Pernambuco Tramways. Sentindo-se atingido pelas declarações do prefeito de Olinda, Ubiratan de Castro relatou que encontrou o débito do livro de contas correntes, quando assumiu a administração, e que foi “aconselhado pelo secretário de Viação, Lael Sampaio, a suspender os pagamentos à Tramways, haja vista que ele havia solicitado uma redução do valor das tarifas ao Ministério da Agricultura, pelo fato da energia de Paulo Afonso baratear o serviço”. O vice-prefeito teria, então, recolhido o valor do débito ao banco, “para oportuno pagamento à Tramways”, o que deveria ter sido feito pelo prefeito, que não o fez. Mas reconheceu que as tarifas foram minoradas em Cr\$ 0,20 centavos, “atingindo a exortação de Lael Sampaio” (CASTRO, 25/07/1957, p. 8).

Este é um indicativo de que o governo estadual estava disposto a controlar os lucros da Pernambuco Tramways, que estava comprando energia elétrica de Paulo Afonso para distribuir em Recife e Olinda. Como os estudos para a mensuração dos lucros da empresa concessionária estavam sendo realizados, o secretário de Viação e Obras Públicas solicitou a suspensão do pagamento da dívida da prefeitura de Olinda para efeito de minoração nos preços e posterior ajuste de contas com a empresa.

A Pernambuco Tramways, por sua vez, respondeu com uma nova campanha contra as autoridades públicas, indicando o estado crítico de seus serviços e culpando as autoridades governamentais por isso. Em *Falando com Franqueza*, a direção da empresa lembrou, à campanha de esclarecimento ao público, que não teria gerado resoluções imediatas, isto “apesar da compreensão e boa vontade que vem demonstrando ultimamente os homens responsáveis pela solução destes problemas”. No entanto, era “inegável que, à falta de uma breve solução prática para estes problemas”, prosseguiu, “iremos inexoravelmente ao encontro de uma séria crise de energia” (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 04/08/1957, p. 2).

Segundo a Tramways, eram necessários reparos na rede de distribuição, o que passava, inevitavelmente, pelo aumento do preço das tarifas que, à revelia de serem tratadas como excessivas, tinham um “preço vil que lhe foi posto”, não permitindo, desse modo, o “financiamento das custosas redes”. Retificou, antecipadamente, que não se tratava “de uma ameaça, mas sim de uma advertência para que, no futuro, não se ignorem as verdadeiras razões das eventuais deficiências. Para prevenir tal carência no futuro, urge agir agora” (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 04/08/1957, p. 2).

Defendendo o direito ao lucro, a Tramways disse, no texto *Remuneração Justa*, sobre o “tabu” criado em torno do assunto, tratado como “ominoso e reprovável, sinônimo de exploração”. Diferente do que se poderia dizer, a empresa não estaria à “cata de lucros mirabolantes e extraordinários. Pede apenas que lhe permitam ganhar aquilo que a própria lei básica do País lhe assegura: UMA REMUNERAÇÃO JUSTA”. Caso contrário, finalizou, a tendência da empresa seria a decadência, por conta de uma “economia ilusória e insignificante de alguns cruzeiros” (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 07/08/1957, p. 7).

Indicando um futuro caótico para a cidade, com “deficiências de voltagem, as queimas repetidas de transformadores, os apagamentos da iluminação pública, as interrupções de alimentadores e, afinal, o racionamento por zonas, devido à sobrecarga excessiva”, a Tramways disse que todos acabavam sofrendo e, no fim, “xinga-se a concessionária”. Reforçou, novamente: “E não se diga que isto é uma ameaça. Nenhuma empresa desejaria voluntariamente tal situação – seria cortar na própria carne”. Também completou dizendo que não era “exagero para assustar”, encaminhando a solução para o problema com o pagamento de uma “REMUNERAÇÃO JUSTA do serviço, por meio de uma TARIFA ADEQUADA” (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 09/08/1957, p. 7).

Os desgastes com a Pernambuco Tramways eram grandes, e ser vinculado à Companhia concessionária gerava problemas entre as pessoas. Na Assembleia Legislativa, por exemplo, foi ao plenário o debate sobre a renovação dos contratos da empresa, tendo o deputado Elpídio Branco “tentado defender aquela companhia”. Foi quando o deputado Souza de Andrade perguntou se aquele era “deputado ou advogado da Tramways”, o que gerou aspereza na resposta e troca de empurrões, quase chegando às vias da violência física de fato (S- INCIDENTE, 26/09/1957, p. 6).

Havia, inclusive, uma preocupação com a saída de Lael Sampaio da pasta de Viação e Obras Públicas, o que poderia gerar um avanço dos interesses da Pernambuco Tramways sobre o governo do Estado. Segundo uma publicação feita no Diário da Noite, reproduzida no Diário, a situação foi acusada como se o ex-secretário fosse retirado da secretaria para que ocorresse a renovação do contrato com a Tramways, em “condições lesivas para Pernambuco”. Entretanto, Arnaldo Barbalho, o então secretário, indicou que foi um erro do jornal fazer tal afirmação, haja vista que “os problemas de luz e força e de telefones estão sendo debatidos na Federação das Indústrias, onde já houve cinco reuniões”. Mesmo fora do cargo de secretário, comentou o secretário, Lael Sampaio estaria “contribuindo

indiretamente para a solução dos problemas de Luz e Força e Telefones visando os altos interesses de Pernambuco” (RESPOSTA AO JORNALISTA, 16/10/1957, p. 3).

Informações importantes para essa pesquisa são que a Federação das Indústrias entrou no debate sobre o problema energético, tendo realizado cinco reuniões até outubro de 1957, assim como a renovação dos contratos com a Pernambuco Tramways gerou uma movimentação da burguesia local, com enfoque para as figuras de Cid Sampaio, presidente do Centro das Indústrias, e Lael Sampaio, ex-secretário de Viação e Obras Públicas.

Em 1958, ano eleitoral que colocaria um novo governador à frente de Pernambuco, o caso da Concessionária de energia elétrica mobilizou o debate político, sendo a principal peça de campanha do grupo comandado por Cid Sampaio e Miguel Arraes. A aliança em torno de Cid Sampaio, formalizada pelas Oposições Unidas, com a adesão dos partidos UDN, PTN, PTB, PSP e com o apoio dos comunistas, confrontou o grupo político de Etelvino Lins (PSD), que lançou como candidato ao governo Jarbas Maranhão.

O Diário de Pernambuco tinha em comum com o Jornal Pequeno o fato de criticar a Pernambuco Tramways, mas, como diferença, tinham os seus adversários. Com relação à Assembleia Legislativa, o Diário manteve tom crítico à atuação do “nacionalismo ufanista”, que teria se espalhado “no fim da Legislatura com a questão do contrato da Pernambuco Tramways”. Os portadores desse nacionalismo foram “o acarajé Clodomir Moraes, o nervoso Carlos Daniel, o tranquilo Miguel Arraes e o pau para toda obra Adalberto Guerra. Com a Tramways não tem salvação” (OS “MAIS E OS “MENOS” DO LEGISLATIVO, 01/01/1958, p. 14). Mas é por meio desse jornal que, no período eleitoral, apoiou-se a chapa de Cid Sampaio, aliado de Miguel Arraes, em que veremos os rumos do debate sobre os serviços de eletricidade e telefones em Recife.

Como expusemos, a empresa publicava, para além da publicidade do “Seu” Kilowatt, textos se defendendo de críticas aos seus serviços, além de elencar culpados e indicar as suas pretensões. No ano de 1958, foi realizado um evento importante do campo da contabilidade de empresas de serviços públicos, especialmente para aquelas pertencentes à AMFORP no Brasil. Promovido pela CAEEB e patrocinado pela AMFORP, o evento recebeu cinquenta representantes provenientes da Argentina, do Chile, dos Estados Unidos e de várias associadas brasileiras, como a Pernambuco Tramways, para participarem de um seminário de contabilidade, que teve por fito “estudos e troca de

opiniões sobre métodos e processos de contabilidade aplicados ao campo das empresas de utilidade pública visando a servir com mais eficiência aos consumidores das diversas companhias”. O principal discurso de abertura, segundo o anúncio, seria a “Regulamentação Contábil do Código de Águas” (1º SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE DAS COMPANHIAS ASSOCIADAS, 23/01/1958, p. 16).

Portanto, se, por um lado, vários campos políticos brasileiros estavam tentando se organizar para encampar os serviços de eletricidade ou para coibir os abusos das companhias concessionárias, estas, por sua vez, prepararam-se para várias batalhas contábeis, organizando esse evento em um ano de turbulências para as subsidiárias da AMFORP.

Mais do que isso, o discurso proferido por alguns gerentes das concessionárias comandadas pela CAEEB, de que as suas subsidiárias não eram contrárias à encampação desde que houvesse indenizações, contraditava com a informação de que as empresas eram propagandeadas no exterior, para a atração de investidores, o que demonstra que o interesse em se manter no país era real, mesmo com tantas forças se unindo para assumir a operação dos serviços das subsidiárias da AMFORP.

Brazil has Just begun to grow (O Brasil apenas começou a crescer) foi o anúncio estampado em “importantes jornais e revistas dos Estados Unidos e da América Latina, pela Pernambuco Tramways and Power e outras companhias do grupo Empresas Elétricas Associadas”. Curiosamente, o anúncio disse sobre um país que concedia estímulos para o capital estrangeiro, com “inúmeras oportunidades que se oferecem aos empreendimentos para se expandir nesse grande país em franco progresso”. As empresas da CAEEB, em “paralelo” com o progresso do Brasil, esperavam “dobrar a sua produção de energia elétrica nos próximos 5 anos” (COMPANHIA DE ELETRICIDADE, 08/05/1958, p. 16).

A realidade, contudo, seria diferente se fossem lidas as notas explicativas da Tramways em o Diário de Pernambuco. Primeiro, porque as concessionárias reclamavam da legislação do país, e, segundo, porque respondia às críticas sobre as suas deficiências nos serviços.

Em março de 1958, a movimentação dos industriais de Recife contra mais uma majoração das tarifas de eletricidade culminou na impetração de um mandado de segurança junto ao juiz dos feitos da Fazenda Nacional, dr. Rodrigues Porto, para a anulação da medida. A

empresa teria aumentado as tarifas sem a autorização da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, que, segundo acordo estabelecido pelo decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, não permitia novas majorações até o ano de 1959. “Segundo apurou a nossa reportagem, em fontes ligadas ao Centro das Indústrias, a opinião dominante daquele órgão de estudos é de que Pernambuco Tramways exorbitou da autorização que lhe conferiu o decreto 41.019” (SERÁ MOVIDA TAMBÉM AÇÃO POPULAR, 19/03/1958, p. 3-10).

No processo de enfrentamento contra a Pernambuco Tramways, ela obteve algumas vitórias junto ao governo estadual: primeiro, um aumento de 30% nas tarifas de telefones comerciais e residenciais; segundo, por concessão do secretário de Viação e Obras Públicas, o aumento das tarifas de gás (CONCEDIDO O AUMENTO, 30/04/1958, p. 20; GOVERNADOR AUTORIZOU O AUMENTO, 02/07/1958, p. 3).

Em setembro de 1958, contudo, o debate eleitoral agitou a política do Recife, contrapondo o grupo de Cid Sampaio, que há anos vinha confrontando o poder da Tramways, e o grupo de Etelvino Lins. O Diário de Pernambuco apoiou o candidato do Centro das Indústrias, fazendo a propaganda política em suas páginas. E a narrativa criada pelo grupo das Oposições Unidas foi a de que o candidato Jarbas Maranhão, apoiado por Etelvino Lins, seria o “candidato da Pernambuco Tramways”, o “candidato Kilowatt”, “o candidato do dinheiro”.

O uso político dos serviços das subsidiárias da AMFORP foi comum em outros estados, colocando em xeque administrações que não conseguiram melhorar o panorama dos serviços públicos fornecidos pelas concessionárias multinacionais. Porém, o que se desenrolou em Pernambuco teve efeitos concretos na realidade, pois, o grupo de Cid Sampaio estava decidido a enfrentar a Companhia. Alguns eventos deram força aos anseios dos industriais pernambucanos, principalmente no ano de 1959.

Mas, nas eleições de 1958, a propaganda política das Oposições Unidas ficou em torno das acusações à subserviência de políticos à Tramways, o que gerou um desgaste muito grande para a empresa, já há tantos anos com problemas de atendimento aos seus consumidores. Segundo matéria de O Diário de Pernambuco, estariam ocorrendo perseguições aos funcionários que não se curvavam “diante da prepotência de Etelvino Lins ou de um general Cordeiro”, e que, mais do que isso, fraudes eleitorais estariam sendo tramadas pelos etelvinistas. Estes teriam tentado impor o “candidato da Tramways”

(CANDIDATO DA TRAMWAYS, 04/09/1958, p. 11). Defendendo-se, Jarbas Maranhão disse ser essa propaganda de “evidente irresponsabilidade”, “pura calúnia”, “miséria moral”, pois, segundo ele, não tinha relação com grupos econômicos nacionais ou estrangeiros e lutava ele contra a “ambição de grupos econômicos que pensam conquistar o poder político em Pernambuco” (MARANHÃO, 07/09/1958, p. 1).

Vários grupos sociais, como os industriais e os trabalhadores em Carris Urbanos e os políticos, vide a Câmara dos Vereadores e a Assembleia Legislativa, manifestaram-se contrariamente à renovação do contrato entre o Estado e a Pernambuco Tramways, gerando um movimento contra a Concessionária, então vinculada ao poder econômico instalado na máquina pública.

No Congresso dos Trabalhadores, foi assinado o Pacto de Unidade Inter Sindical, e o presidente do Sindicato de Carris Urbanos, Ramiro Justino, anunciou um movimento amplo contra a renovação do contrato com a Tramways, que só traria desvantagens para o povo do Recife (CAMPANHA CONTRA A TRAMWAYS, 04/09/1958, p. 11).

Na Câmara Municipal, o edil trabalhista, José Guimarães Sobrinho solicitou dos dois candidatos ao governo um pronunciamento contrário à renovação do contrato com a Pernambuco Tramways, o que levou à tribuna vários oradores, “todos para afirmar que a distribuição de energia elétrica por aquela concessionária estava sendo deficitária” (NA CÂMARA MUNICIPAL, 11/09/1958, p. 22).

Durante toda a campanha, contudo, as Oposições Unidas criaram todo o tipo de adjetivo que vinculasse Jarbas Maranhão à Pernambuco Tramways, inclusive utilizando a publicidade da empresa. Este seria, além de “candidato da Tramways”, o “Sr. Kilowatt Maranhão”, “Senador Kilowatt”, “Candidato elétrico”, “sr. Jarbas Kilowatt Maranhão”, que usaria o “dinheiro da Pernambuco Tramways para trair o seu povo e a sua terra” (O SR. JARBAS, 20/09/1958, p. 3; ETELVINISMO EM DESESPERO, 21/09/1958, p. 3; JARBAS – CANDIDATO DO DINHEIRO, 23/09/1958, p. 3; IMPOSSÍVEL EXPLICAR, 25/09/1958, p. 9).

Jarbas Maranhão se penduraria “nos fios da Pernambuco Tramways”, “sendo a menina dos olhos” da Concessionária, recorrendo ao “bolso dos magnatas quando se sente acuado”, o “Kilowatt Maranhão”. Segundo a propaganda, era “indiscutível”, “Jarbas deitou-se na rede da Tramways, e pendurado em seus fios quer convencer ao povo que tem energia, o que não enganaria o povo, que repudiaria o ‘candidato do Sr. Kilowatt’, o

criado elétrico do ‘trust’”. Essa menção aos fios de eletricidade era uma referência à proibição da empresa do uso dos fios de sua rede para propaganda política, o que a oposição acusou de parcialidade, haja vista que havia cartazes de Jarbas Maranhão pendurados nos fios (NÃO VALE ATESTADO DE FAVOR, 22/09/1958, p. 3; INDISCUTÍVEL, 01/10/1958, p.5).

E essa vinculação tocava exatamente na questão da renovação dos contratos. Se Jarbas Maranhão era o “candidato da Tramways”, renovaria os contratos por estar comprometido com a empresa. Na campanha pró-Cid Sampaio, Jarbas foi enquadrado como “entreguista” em luta contra os nacionalistas. Mesmo se apresentando como um nacionalista, o candidato de Etelvino foi desqualificado, questionado como podia ser um nacionalista “que trai o seu povo, para entrar em conchavos com uma empresa que tanto tem prejudicado os mais elevados interesses do progresso do nosso Estado?” (COTEJO ENTRE OS DOIS CANDIDATOS, 01/10/1958, p. 6).

A propaganda política se mostrou efetiva. Afinal, Cid Sampaio venceu as eleições e seu aliado, Miguel Arraes, viu-se obrigado a solicitar do governador do Estado, o general Cordeiro de Farias, providências contra as ameaças que foram feitas ao técnico de publicidade da campanha de Cid Sampaio, J. Albano (NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 07/10/1958, p. 24). De fato, a articulação da imagem da empresa ao candidato Jarbas Maranhão por meio da publicidade do “Seu” Kilowatt, assim como com o serviço da empresa foram elaborações distintas do que encontramos nas outras amostras, e, aparentemente, geraram revolta em seus adversários.

Na Câmara dos Vereadores de Recife, as Oposições Unidas foram congratuladas, tendo o edil Rubem Gamboa aproveitado o momento para acusar a Pernambuco Tramways de “constante e permanentemente” servir mal à população do Recife, “com falta de energia quase diária nos vários bairros da cidade, o que provoca enormes prejuízos tanto à indústria e comércio, como a particulares”. Com base nisso, apelou aos deputados para que não votassem a renovação do contrato com a Concessionária (NA CÂMARA MUNICIPAL, 14/10/1958, p. 24).

Portanto, um governo eleito sob a derrota do “candidato da Tramways” assumiu o governo em 1959, com um ambiente desfavorável à Concessionária, que utilizava o seu poder econômico para influir na opinião pública por meio de sua campanha publicitária e de seus textos defensivos. Mas um evento, definitivamente, foi marcante para o Brasil

e teve as suas influências em Pernambuco, que foi a encampação da coirmã gaúcha da Tramways, a CEERG.

No dia 15 de maio de 1959, o edil de Recife, Wilson de Barros Leal, requereu que fosse enviado ao governo do Rio Grande do Sul, de Leonel Brizola, um telegrama de aplausos e congratulações com a “oportuna iniciativa” daquele governante e do povo daquele Estado, solicitando ao governador de Pernambuco, Cid Sampaio, para que tomasse “atitude idêntica, fazendo a encampação da Pernambuco Tramways” (NA CÂMARA MUNICIPAL, 15/05/1959, p. 18).

No dia seguinte foi publicado um texto do presidente do Sindicato dos Transviários, Ramiro Justino, também presidente do Pacto Unidade Intersindical, salientando “o precedente auspicioso aberto, em Porto Alegre, pelo governador Leonel Brizola”, que seria propício para resolver problemas semelhantes aos dos recifenses com relação aos serviços de sua concessionária. Para tanto, foi cogitado o envio de um memorial das entidades sugerindo ao governador de Pernambuco que tomasse medidas contra as “várias denúncias contra a Pernambuco Tramways” (SINDICATOS VÃO PEDIR, 16/05/1959, p. 3).

O impacto do evento no Rio Grande do Sul foi imediato em Pernambuco, agitando entidades que já vinham se manifestando contra os serviços e contra a renovação do contrato com a Pernambuco Tramways. O Pacto de Unidade Intersindical chegou a criar uma comissão de dirigentes sindicais com assessores jurídicos e técnicos para estudar a situação das contas da Pernambuco Tramways. Porém, o que defendeu para aquele ano foi a encampação do setor de serviços de transportes, não o de energia elétrica, que iria expirar em 1962 (COMISSÃO INTERSINDICAL, 05/06/1959, p. 6).

Mas, quem agitou a cena pernambucana foram os próprios gaúchos, que, em sua intenção de espalhar a sua experiência “esclarecedora” com relação à subsidiária da AMFORP pelo Brasil, deram informações e mantiveram conferências com os políticos de Recife. A Comissão de Tombamento Contábil que pavimentou o caminho da encampação da CEERG no Rio Grande do Sul se propôs a enviar uma “espécie de roteiro do seu levantamento ao governo de Pernambuco e ao deputado Osvaldo Lima Filho”, documento este que provava estar a multinacional remetendo lucros acima dos 10% permitidos pelo Código de Águas (SUBSÍDIO À ENCAMPAÇÃO DA TRAMWAYS, 19/06/1959, p. 1).

Nessa movimentação, o governo de Cid Sampaio preparou um projeto que foi enviado à Assembleia Legislativa, transformando o Departamento de Águas e Energia (DAE), da Secretaria de Viação e Obras Públicas (SVOP), em autarquia capaz de administrar a distribuição de energia elétrica. Essa medida ganhava grande interesse, “sobretudo”, seguiu, “agora quando se debate, com intensidade, a tese da rescisão de contrato do Estado com a Tramways” (MENSAGEM À ASSEMBLEIA, 11/06/1959, p. 3).

Se o debate sobre a empresa ficava sério, piadas sarcásticas sobre o “Seu” Kilowatt ainda eram feitas, como em *Melokisses*. Segundo a anedota, um oftalmologista teria declarado que a “luz elétrica não faz mal aos olhos”. O contador da história, no entanto, quis ouvir “a opinião de um cardiologista sobre o choque que recebemos na leitura das contas...”. Além do choque do preço das contas, o “Seu” Kilowatt tinha, como forma de tratamento, “o criado elétrico”. Porém, recebeu um novo, que seria “Meu ‘caro’ Kilowatt” (MELOKISSES, 13/08/1959, p. 18).

Na Assembleia Legislativa, o deputado Luiz França considerou que o “desserviço da Tramways era de tal ordem que o governador Cid Sampaio devia imitar o governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, que encampou a concessionária ali da “Bond and Share”. Segundo o deputado, o Cid tinha “a faca e o queijo na mão para seguir o exemplo”, sendo o seu secretário de Viação, Lael Sampaio, favorável à encampação, bastando que “se entendessem” (FRANÇA, 11/09/1959, p. 18).

Foi quando o próprio Brizola enviou, por meio de seu secretário, Hélio Fontoura, ao vice-prefeito de Recife, Artur Lima Cavalcanti, a documentação relativa à desapropriação da CEERG. Tendo sido este credenciado na convenção do PTB para representar o partido nos estudos que foram feitos sobre a Tramways, recebeu o dossiê do governador gaúcho (POLÍTICA, 16/09/1959, p. 15).

Enquanto era debatida a renovação do contrato com a Tramways, ou a sua encampação, aconteceu um *Blackout* que deixou Pernambuco sem energia elétrica. O problema foi gerado por um acidente no sistema de distribuição da CHESF. A Pernambuco Tramways, responsável pela usina de emergência, foi indagada pelo governador sobre o porquê de não ter colocado a usina em funcionamento quando a CHESF deixou de fornecer energia para o Estado (GOVERNADOR PEDE ESCLARECIMENTOS, 01/10/1959, p. 10).

E os acontecimentos foram se desdobrando e se atropelando. O CNAEE aprovou um “plano de expansão distribuidora” proposto pela Pernambuco Tramways, o que ocorreu

“sem anuência do governo pernambucano”, que se ressentiu pelo fato por estar “o contrato com a concessionária já referida em vésperas de chegar ao seu termo final”. “O governo do Estado se mostrou surpreso com a aprovação da expansão da rede distribuidora da Tramways e solicitou do DAE que o Estado fosse ouvido” (SEVEROS REPAROS DE CID AO CNAEE, 01/10/1959, p. 10).

Enquanto Lael Sampaio, secretário de Viação, viajou ao Rio de Janeiro para pedir esclarecimentos sobre a autorização de expansão dada à Tramways, em um momento de debates sobre a rescisão contratual e a encampação, o consultor jurídico da CEEE gaúcha chegou de viagem para conferenciar com os políticos pernambucanos. Arno Schilling, “advogado do governo Leonel Brizola no processo de encampação da ‘Companhia Energia Elétrica Rio Grandense’ teve reunião marcada na Assembleia Legislativa do Estado para conferenciar sobre a situação dos serviços de eletricidade”, “tal como são explorados pelas empresas de capital estrangeiro”. Além de manter contatos com políticos, foram anunciados encontros com técnicos locais acerca do problema da encampação (SCHILLING, 03/10/1959, p. 3).

Arno Schilling, em palavras iniciais aos pernambucanos, afirmou que o processo de encampação de empresas de capitais estrangeiros tinha que ser feito na esfera judicial, pois elas não se opunham à encampação, porém, exigiam “uma indenização que dizem justa, mas é da ordem de 600 dólares por kilowatt instalado, o que constitui um absurdo”. No caso gaúcho, o Tribunal de Justiça do Estado, “por unanimidade”, julgou a encampação legal e instituiu uma indenização por depósito prévio de 20 milhões de cruzeiros, “realizado pelo poder público em juízo, para garantir a indenização orçada pela empresa concessionária em 2 bilhões e 10 milhões de cruzeiros” (SCHILLING, 03/10/1959, p. 3).

Na Assembleia Legislativa, o assessor jurídico da CEEE comentou que, no caso da Tramways, o contrato era “um dos melhores para facilitar a encampação”, dizendo que dependeria do Tombamento Contábil a tomada de decisão de encampar imediatamente ou ao término do contrato, em 1962. Se fossem comprovados “os mesmos escândalos ocorridos do Rio Grande do Sul”, seria o caso de “promover imediatamente a rescisão do contrato”. Indo ao centro do problema da relação entre as subsidiárias da AMFORP e as cidades atendidas, Schilling apontou para o fato de todas as “empresas estrangeiras do grupo ‘Bond and Share’” carregarem “seus lucros para o estrangeiro, em dólares investidos através da Ebasco e da ‘American Foreign Power’”, por meio de lançamentos ilegais de

investimentos em sua contabilidade, alteração dos investimentos em função da alta do dólar, e lançamento de valores investidos por particulares e poder público como seus (SCHILLING, 06/10/1959, p. 3-8).

Assim, Arno Schilling afirmou que “essas empresas fazem uma contabilidade *“sui generis”*, na qual inflacionam a despesa e deflacionam a receita”. O advogado também informou, sobre o caso da CEERG, que a Concessionária pagou à EBASCO, “pelas consultas técnicas especializadas”, “12 milhões de cruzeiros” e que esses serviços especializados não foram prestados, sendo, além disso, o contrato entre as concessionárias estrangeiras e a EBASCO ilegais. À AMFORP, por sua vez, a CEERG concedia empréstimos “que jamais se liquidaram”, constituindo, segundo o advogado da CEEE, “um meio de burla a lei Osvaldo Aranha, continuando assim as concessionárias a operar na base do dólar” (SCHILLING, 06/10/1959, p. 3-8).

Os deputados ficaram curiosos com detalhes mais práticos, como: quem assumiria os serviços encampados, se uma autarquia ou se uma sociedade mista; quem era o poder concedente, e sobre o pagamento da indenização. Às perguntas, o conferencista disse que cabia ao Estado definir se seria uma autarquia ou sociedade de economia mista, sendo a opção do Rio Grande do Sul uma autarquia. Sobre o poder concedente, disse que tinham quatro correntes de interpretação: uma, de que seria o município; outro, de que seria o Estado; a terceira, que definia a união; e a quarta; que indicava o Estado e o município. Sobre o pagamento da indenização, quando findo o contrato, quem deveria pagar seria a empresa encampada, não justificando a reavaliação de bens pleiteada pela concessionária (SCHILLING, 06/10/1959, p. 3-8).

O Diário de Pernambuco, em sua cobertura sobre as conferências de Schilling e sobre os problemas energéticos de Recife, foi acusado, em uma “nota de um anônimo”, que teria dito que o jornal servia a interesses subterrâneos ao elogiar a postura da CHESF na resolução de um acidente ocorrido na sua linha de transmissão. Então, esclareceu que, apesar de não “acreditarmos na encampação como remédio para as deficiências hoje apontadas na maioria das empresas que exploram a distribuição de energia elétrica”, teria sido do jornal a iniciativa de “mandar buscar no Rio Grande do Sul o relatório em que se baseou o governador Leonel Brizola para incorporar ao patrimônio do Estado os bens pertencentes à subsidiária da Bond and Share” (NOTA DE UM ANÔNIMO, 03/10/1959, p. 4).

O Diário de Pernambuco, desse modo, contrário à encampação, indicou que estava dando a cobertura ao evento, permitindo aos leitores tirarem as suas próprias conclusões. Na verdade, o movimento teve, além das iniciativas do governo, que recebeu apoio do jornal, adesão no Centro das Indústrias e no Pacto Intersindical, apresentando uma base social forte e decidida a lidar com a questão da Pernambuco Tramways.

Ao jornal cabia noticiar os eventos, dragado pelo movimento ocorrido em Recife. A opinião editorial sustentava como sendo três os problemas relativos às empresas estrangeiras: “1) O serviço é deficiente; 2) o serviço é caro; 3) há consumo de divisas provocado pelos dividendos e juros periodicamente remetidos para o exterior”. No entanto, a culpa por tais problemas seria do legislador brasileiro, que produziu o Código de Águas de modo que “nenhuma empresa capitalista, fosse qual fosse a sua nacionalidade, poderia operar satisfatoriamente, auferindo o lucro permitido pelo referido Código” (O PROBLEMA DA ENCAMPAÇÃO, 06/10/1959, p. 4).

Desse modo, ou as empresas faliriam ou criariam fraudes contábeis “tendentes a escamotear o verdadeiro lucro, que assim deixaria de sofrer qualquer limitação”. Portanto, o Estado teria feito uma lei equivocada, o que gerou uma reação da empresa não só de “escamotear lucros”, mas também de subornar as autoridades para continuar na ilegalidade, prejudicando, na ponta, os consumidores mal atendidos (O PROBLEMA DA ENCAMPAÇÃO, 06/10/1959, p. 4). Em conclusão, estava se tornando consensual que a Tramways, assim como a CEERG e outras concessionárias de serviços públicos, estaria burlando a lei e subornando autoridades.

De volta do Rio de Janeiro, Lael Sampaio conferenciou com seu irmão, o governador Cid Sampaio, sobre a missão que cumpriu na capital federal. Em entrevista, o secretário de Viação e Obras Públicas declarou que solicitou à Divisão de Águas e Energia Elétrica do Ministério da Agricultura o tombamento dos bens da Pernambuco Tramways, declarada como medida “acauteladora”. Sobre a concessão de autorização de expansão dos serviços da Concessionária, em reunião com o general Pio Borges, conseguiu que o caso seguisse para um reexame (LAEL SAMPAIO PEDIU NO RIO, 04/10/1959, p. 3).

Seguindo o exemplo gaúcho, em que a Assembleia Legislativa contou com um esforço de obtenção de “unanimidade” em torno do assunto da rescisão contratual e da encampação da Concessionária, o governador Cid Sampaio, após a conferência com Lael Sampaio, disse, em entrevista, que já havia solicitado o levantamento do patrimônio físico

e contábil da Pernambuco Tramways, aguardando a nomeação pelo Ministério da Agricultura. Paralelamente a isso, autorizou o Secretário de Viação “a convidar aos líderes de todos os partidos na Assembleia Legislativa para uma reunião no Palácio do Governo, com o objetivo de debater o problema” e obter o “apoio unânime dos pernambucanos”, integrantes do Governo e de todos os partidos, “na defesa do bem geral” (FALA CID SOBRE A REUNIÃO DE HOJE, 06/10/1959, p. 9).

Esse esforço foi feito, sendo anunciado em o Diário de Pernambuco que o Legislativo e Executivo estaduais estavam “sincronizados”, “no mesmo compasso”, assim como estavam afinados com o deputado federal Barbosa Lima Sobrinho, que era assessor da CPI sobre as companhias concessionárias de energia elétrica, na Câmara Federal. Nesse sentido, o deputado trabalhista, Murilo Costa Rego, sugeriu que fosse convidado para assessorar o governo no assunto da encampação o advogado Arno Schilling (LEGISLATIVO E EXECUTIVO SINCRONIZADOS, 06/10/1959, p. 18).

Naquele ponto, era patente o interesse dos pernambucanos em aprender com a experiência gaúcha, reunindo Schilling com o secretário de Viação e Obras, Lael Sampaio, antes de conferenciar com a Assembleia Legislativa. Surgiu nessa matéria um título para esse combate entre poder público e concessionária multinacional, que é a “batalha de energia” (LEGISLATIVO E EXECUTIVO SINCRONIZADOS, 06/10/1959, p. 18).

Portanto, os gaúchos deram informações aos pernambucanos e que foram seguidas, como: 1) pedir o tombamento contábil da empresa ao MIAG; 2) buscar a obtenção da unanimidade no Legislativo; e 3) pavimentar um caminho jurídico seguro para proceder à rescisão do contrato e a encampação da Pernambuco Tramways. Tanto foi assim, que a programação do governo estadual era de antecipar os trâmites para 1962, por meio de medidas tomadas em 1959.

E foi assim que começou o segundo caso de sucesso no enfrentamento de um campo político a uma das subsidiárias da AMFORP. Em 1958, a burguesia pernambucana, reunida em torno de Cid Sampaio, presidente do Centro das Indústrias, assumiu o governo e, em 1959, com três anos de antecedência ao fim do contrato com a Pernambuco Tramways, começou a pavimentar o caminho para rescindir o contrato e assumir o serviço de eletricidade, previsto para 1962. Para isso, as insatisfações manifestadas por tanto tempo encontraram as experiências jurídico-políticas que vieram do Rio Grande do Sul, com envios de documentos e do próprio advogado da CEEE, Arno Schilling, que

conferenciando na Assembleia Legislativa de Pernambuco, favoreceu a união da casa em torno do problema.

Segundo matéria do Diário de Pernambuco, o governo “indicou os preparativos indispensáveis à encampação da empresa concessionária dos serviços de distribuição de energia elétrica no Recife”, buscando em reunião com os líderes partidários “a mesma unanimidade de vistas que o sr. Leonel Brizola obteve dos parlamentares gaúchos. Ali todos os 55 deputados apoiaram a encampação, ao término do contrato de concessão” com a CEERG. “Essa unanimidade, o sr. Cid Sampaio considera de grande importância, da mesma importância julgada pela administração gaúcha”, que obteve o reconhecimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Segundo Lael Sampaio, em entrevista, o DAE, órgão da SVOP, assumiria o controle dos serviços de distribuição de eletricidade no caso da encampação (REUNE-SE HOJE, 06/10/1959, p. 24).

Na reunião da Assembleia Legislativa, o governador Cid Sampaio expôs aos deputados, ao diretor do DAE, Rildo Marques, e ao professor Arno Schilling os memoriais apresentados pela Pernambuco Tramways ao seu governo, solicitando a renovação dos contratos em 1962, com a extinção da cláusula de reversão, assim como outro, apresentando “dados de sua contabilidade pelos quais pretende provar que, funcionou em regime deficitário e que, somente agora, com as novas tarifas, está auferindo lucros razoáveis”. Segundo o governador, “nas entrelinhas, a empresa ameaça o governo com racionamento de energia em 1960”, “caso não seja resolvido o problema do novo contrato sem a cláusula de reversão” (PEDIRÁ AO MIN. DA AGRICULTURA, 07/10/1959, p. 3).

Desse modo, o governador demonstrou “a necessidade inadiável de ser realizado o tombamento contábil, a fim de que fique provado qual a situação real da Tramways, pois, segundo a experiência do Rio Grande do Sul”, os lucros seriam auferidos de maneira ilegal, sendo excessivos. Mais ainda, sobre a ameaça da CHESF em racionar energia, Cid Sampaio disse aos deputados que alertou o diretor comercial da empresa, general Berenhauser, de que se, a companhia não tomasse uma providência para evitar o racionamento, iria ele mesmo denunciar publicamente a CHESF de estar “unida a Pernambuco Tramways, em conluio para prejudicar o Estado” (PEDIRÁ AO MIN. DA AGRICULTURA, 07/10/1959, p. 3).

Em âmbito municipal, fortalecendo a noção de “unanimidade”, o governo vigente e o eleito, Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, respectivamente, apresentaram “pontos de vista semelhantes sobre o problema da concessão dos serviços de distribuição da energia elétrica no Estado”. Ambos julgavam que o município de Recife tinha que ser ouvido sobre as medidas do governo sobre o setor, assim como opinaram sobre a constituição de uma sociedade de economia mista, da qual participariam “o Estado, o Município e classes produtoras”. Enquanto Pelópidas argumentou que o município era o verdadeiro poder concedente dos serviços de eletricidade, Miguel Arraes se afezrou à fórmula de empresa de economia mista, haja vista que esse tipo de formação evitaria o “empreguismo” que uma autarquia estatal poderia produzir (ARRAES E PELÓPIDAS NUM SÓ PONTO DE VISTA, 08/10/1959, p. 3).

Na formatação do documento a ser enviado ao Ministério da Agricultura, pedindo urgência para a indicação à comissão de tombamento, no entanto, não houve a unanimidade pretendida, pois alguns deputados se colocaram mesmo contra as suas bancadas para o envio do documento. Murilo Costa Rego havia produzido um telegrama citando a “unanimidade” em torno da urgência da constituição da comissão de tombamento, entretanto, teve que alterar o texto pedindo apenas urgência, pois os deputados Elpídio Branco (PSD) e Constâncio Maranhão, respectivamente, não assinaram e mesmo anunciaram um combate à encampação. Diante dessa situação, o líder da bancada do PSD, Eudes Costa, comprometeu-se com a unanimidade pessedista quanto à necessidade de se fazer o urgente tombamento da Tramways. O deputado Paulo Viana “foi mais longe”, dizendo que a Casa devia patrocinar “um amplo movimento de opinião”, haja vista que a Tramways pertencia “a um ‘trust’ poderoso do mundo” (NÃO HOUVE UNANIMIDADE, 08/10/1959, p. 18-17).

As reações da Pernambuco Tramways e dos setores contrários à encampação, contudo, foram diversas, inclusive com piadas sarcásticas. Em combate ao nacionalismo, que foi a base dos debates pró-encampação, uma piada publicada em O Diário de Pernambuco afirmava, em referência à campanha nacionalista, “O Petróleo é Nosso”: “Sim, devemos encampar a Tramways para que amanhã possamos gritar como autênticos nacionalistas: ‘A FALTA DE ENERGIA É NOSSA!’”. Em outra piada crítica, um chefe de família foi apagando as lâmpadas da casa, sendo indagado pela esposa por tal atitude. Ele então explicou: “Vamos nos acostumando com a escuridão”. “Vão encampar a Tramways” (SOBRE A ENCAMPAÇÃO, 11/10/1959, p. 8, com grifos).

Enquanto isso, outros movimentos eram acusados pelo Pacto da Unidade Sindical, que passou a dizer que a Pernambuco Tramways estava negociando e embarcando bens reversíveis ao Estado, “transferindo-os para empresas distribuidoras de energia localizadas em outras unidades da Federação”. Além disso, a Comissão Sindical afirmou que estava preparando um dossiê “a fim de provar que cabe à Pernambuco Tramways a culpa pelo não funcionamento da usina termo elétrica, por ocasião do último blackout” (PACTO DA UNIDADE SINDICAL, 12/10/1959, p. 3). Em resposta, a Tramways respondeu que a primeira denúncia não procedia, pois seria o compressor a ar, vendido à Companhia Força e Luz de Minas Gerais, desvinculado dos serviços de bondes e do de iluminação pública, portanto, excluídos da cláusula de reversão (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 23/10/1959, p. 3).

A Comissão de Tombamento encontrava, por sua vez, dificuldades de ser constituída, pois o DNAE alegou que, “em virtude da falta de pessoal, somente poderia ser nomeada dentro de três ou quatro meses”. Cid Sampaio, por sua vez, ofereceu o custeio das despesas decorrentes do tombamento, assim como ofertou contadores do Estado para a realização do serviço, o que teria sido negado pelo DNAE (TOMBAMENTO DOS BENS, 12/11/1959, p. 3).

O Contador Geral do Estado e ex-secretário da fazenda, Mariano Teixeira, rebateu o argumento do DNAE de que não haveria contadores em Pernambuco aptos a proceder à comissão de tombamento, acusando, inclusive o órgão de não ter “despertado para as irregularidades existentes nas operações das empresas congêneres no Brasil”, irregularidades já percebidas em Pernambuco anteriormente às identificadas no Rio Grande do Sul, como as remessas de lucros ilegais para o exterior e os lucros extraordinários (TÉCNICOS DA TERRA, 13/11/1959, p. 3).

Percebendo o acirramento dos debates em torno das suas operações contábeis, foram publicados, com o título de “Companhia Energia Elétrica Rio Grandense”, nove artigos de *Esclarecimentos à Opinião Pública Nacional*, de 29 de novembro de 1959 a 10 de dezembro de 1959, atacando de forma violenta as autoridades envolvidas na Comissão de Tombamento da CEERG, acusando de parcialidade os membros da comissão indicados pelo Estado do Rio Grande do Sul, e usando adjetivos desqualificadores.

É notável o quanto a encampação da congênere gaúcha da Tramways interferiu nos rumos das relações entre o Estado de Pernambuco e a sua concessionária de energia elétrica. A

Assembleia Legislativa, junto ao governo do Estado, apoiado pela Câmara dos Vereadores e pelo Pacto de Unidade Sindical, e amparada pela Contadoria Geral do Estado, buscaram direcionar, desde 1959, a decisão a ser tomada em 1962, qual seja, o fim da exploração dos serviços de eletricidade pela subsidiária da AMFORP.

Mesmo o Diário de Pernambuco, que se pronunciou francamente contra a encampação, fez a cobertura dos trâmites e debates sobre o tema, e deu espaço às informações que chegavam do Rio Grande do Sul, especialmente as conferências de Arno Schilling à Assembleia Legislativa e a sua aproximação com o governo de Cid Sampaio. Desse modo, a Pernambuco Tramways precisou de reforços, que foram as declarações da CEERG sobre a sua compreensão do processo de encampação do qual foi alvo no sul do país. Vale destacar que a Comissão de Tombamento da Pernambuco Tramways foi instituída no mesmo dia em que começou a série de artigos da Companhia.

Em seu texto introdutório, a “Diretoria da Companhia Energia Elétrica Rio Grandense julga chegado o momento de expor à consciência livre do País, em linguagem simples e acessível, os principais antecedentes dessa rumorosa questão”, expondo os “supostos argumentos invocados pelo Governo do Estado para justificar o seu procedimento”. Segundo a CEERG, o Estado do Rio Grande do Sul “pretende fazer a creditar” que um “grupo de negociastas de âmbito internacional [...] fraudou impunemente balanços, aguçou capitais, inflacionou ativos, desviou receitas e inventou despesas” para auferir lucros ilícitos e excessivos. Tudo isso, contudo, teria sido feito com o fim de “permitir ao Estado o apossamento dos bens da Companhia” (C.E.E.R.G., 29/11/1959, p. 2).

Segundo a opinião da CEERG, o Estado já queria encampar a empresa, e, por meio da CEEE, requereu ao CNAEE a encampação total dos bens da Concessionária. Mas questionou o fato de a Comissão criada para efetuar estudos sobre a contabilidade da multinacional ter quatro representantes estaduais e apenas dois federais, acusando uma parcialidade do julgamento. Desse modo, acusou de “vício de suspeição [...] todos aqueles que tem interesse numa questão, pois que a ninguém é lícito postular ao mesmo tempo com parte e juiz. Era evidente, portanto, essa suspeição” (C.E.E.R.G., 29/11/1959, p. 2).

Acertadamente, o segundo texto reconheceu que, no Rio Grande do Sul, os planos de encampação da CEERG remontavam 15 anos antes do evento, sendo o plano, “desde o início, inexorável e de calculada execução”. Expressou o texto que a empresa teria investido no Estado até 1945, quando a CEEE assumiu os projetos de exploração de todos

os aproveitamentos hidroelétricos, “muitos deles já estudados pela Companhia”, fechando, “assim, em torno de sua área de operação, um regime de verdadeiro cerco”. A CEERG citou o seu projeto de construção de uma usina térmica em Gravataí, proibida pela CEEE, além dos débitos do Estado, da Prefeitura e da Companhia Carris Porto Alegre como fatores que atrapalharam o desenvolvimento da empresa. Jogando a responsabilidade dos racionamentos de energia elétrica para a autarquia estadual gaúcha, a CEEE, a CEERG disse que estes problemas geraram, perante a opinião pública, a “impressão de que a Companhia não estava habilitada a atender devidamente à sua obrigação de suprir a carga sempre crescente da cidade, quando na realidade a Comissão Estadual de Energia Elétrica havia tomado a si a responsabilidade” (C.E.E.R.G., 01/12/1959, p. 2).

De fato, Noé de Freitas, à frente da CEEE, após delegação de poder do Estado, assumiu o planejamento estadual e municipal de Porto Alegre e restringiu a ação da Concessionária, o que, entretanto, não retirou a concessão e nem as responsabilidades da CEERG. A CEEE construiu uma usina de emergência, impedindo que a CEERG construísse a usina térmica do Gravataí. O Estado gaúcho, desde a redemocratização, encaminhou os rumos do setor energético, principalmente a partir do ano de 1947, quando Ildo Meneguetti, à frente da prefeitura de Porto Alegre, e Walter Jobim, no Governo estadual, criaram o caminho jurídico, político e técnico para a resolução do problema no médio prazo.

Sobre a Comissão de Tombamento, narrou a CEERG, era suspeita porque ela teria criado “à força” os métodos para encontrar “lucros excessivos e fabulosos”, quando não os verificou com dados. A Comissão teria “remanejado os dados disponíveis”, deixando de lado a escrita da empresa “feita dia a dia, mês a mês, ano a ano”, construindo uma “nova escrita, adotando-a então como única e verdadeira”. A Comissão teria aceitado e rejeitado “o que lhe convinha, fiada em poderes ilimitados, podando, amputando, acrescentando, diminuindo e recompondo a vida inteira da Companhia”, chegando à conclusão de que a empresa deveria com “lucros excessivos, 192 milhões de cruzeiros!” (C.E.E.R.G., 02/12/1959, p. 2).

A Comissão, segundo os textos da CEERG, teria procedido em uma “expedição punitiva” da empresa, por meio de recursos de “cirurgia”. Quando atingidos os “mirabolantes resultados”, a Comissão encontrou-se à vontade: “Abandonou, de então em diante os

recursos da cirurgia e passou-se para os domínios da alquimia, manipulando com o maior desembaraço essas imaginosas conclusões” (C.E.E.R.G., 03/12/1959, p. 2).

Sobre os lucros extraordinários, “último ato do grande espetáculo”, a Comissão de Tombamento se propôs “a evidenciar que no período de 1941-1957 a Companhia auferiu 372 milhões de cruzeiros de lucros extraordinários”. Por meio de “condenáveis métodos de malabarismo”, a Comissão atribuiu à Companhia lucros que não existiram. “Não, jamais existiram lucros!”. Isso porque, no valor atribuído como lucros, foram colocadas as dívidas da Prefeitura e do Estado, que não teriam sido pagas, portanto, não tendo a empresa lucrado (C.E.E.R.G., 6. 05/12/1959, p.13).

Segundo a linha argumentativa da CEERG, o que mais teria preocupado a Comissão

[...] foi o lucro fabuloso, que mediante a métodos sub-reptícios extraíram da Companhia os seus acionistas e credores de empréstimos, drenando para fora do país milhões de dólares para fora do País milhões de dólares para enriquecimento ilícito do imperialismo estrangeiro às custas das minguadas poupanças nacionais (C.E.E.R.G., 07/12/1959, p. 2).

Então, destacou que foram arroladas a CAEEB, representante da AMFORP, a EBASCO e a *Electric Bond and Share*, “tentáculos poderosos de sinistras ‘holdings’ internacionais, organizadas para o fim expresso de sugar nossas riquezas”. Segundo o texto da CEERG, essas “afirmativas vagas e tendenciosas” não foram colocadas “preto no branco”, com a demonstração dos “lucros portentosos que realmente saíram de Porto Alegre”. Presenciando o “parto da montanha!”, reduzia-se à “luz da razão”, por meio de demonstrativos e tabelas publicadas pela Companhia, “o inominável escândalo em que os arautos da Comissão procuraram em vão envolver, perante a opinião pública do País, a Companhia e as suas “holdings” internacionais”. Os acionistas teriam lucrado, segundo a tabela da Companhia, a “ridícula percentagem” de 5,87% sobre o saldo médio anual do investimento, de 1928 a 1957. E, após “abandonarem a proteção de suas leis, incorporaram indissolúvelmente seus haveres ao patrimônio de um País amigo, para aí sofrerem violenta perseguição e sujeitarem-se, afinal ao vexame de um confisco” (C.E.E.R.G., 07/12/1959, p. 2).

Portanto, essa série de textos demonstra duas situações: o esforço da Companhia em disputar, na esfera pública, a legitimidade dos seus interesses, quais sejam: os interesses de seus acionistas estrangeiros. Portanto, em antecipação ao que estava para acontecer em Recife com relação à Pernambuco Tramways, com o fluxo de informações advindas de Porto Alegre e mesmo um intercâmbio de experiências, a AMFORP inseriu publicações

rebatendo as conclusões da Comissão de Tombamento que apurou a contabilidade da CEERG, no Rio Grande do Sul, em uma ação de tentativa de desqualificação dos agentes públicos que preparava a retórica de combate contra a encampação da Tramways, ou, a defesa de sua “justa indenização”.

Apesar dessas reações da CEERG, subsidiária da AMFORP, o campo político pernambucano havia se organizado e decidido assumir os serviços de eletricidade e, ainda mais, apurar as possíveis irregularidades cometidas pela Pernambuco Tramways, para descontá-las em uma possível indenização.

No início de fevereiro de 1960, os trabalhos da Comissão de Tombamento dos bens da Tramways tiveram início, no auditório do DAE, com a presença do diretor da instituição, do assessor do governo no assunto da Tramways, do superintendente e do contador da Tramways. A Comissão foi composta por três membros da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura: Ivo de Oliveira, Rômulo Galvão e o contador Wilson Goldschmidt, além de dois membros de instituições do Estado de Pernambuco: José dos Prazeres Coelho, do DAE, e Mariano Pontes Teixeira, contador geral do Estado. Apresentando moderação, o presidente da Comissão, Ivo de Oliveira, disse à reportagem que não se tratavam os estudos de uma tentativa de coagir a Tramways, mas da efetivação do decreto lei nº 3.128, de 19 de março de 1941, que determinava à Divisão de Águas a realização do tombamento de uma empresa a qualquer tempo. Lael Sampaio, Secretário de Viação e Obras Públicas, evitou fazer “julgamentos antecipados”, dizendo esperar pelos resultados do trabalho da Comissão (COMISSÃO DE TOMBAMENTO, 02/02/1960, p. 10).

Vinte dias depois, a Comissão de Tombamento telegrafou à Divisão de Águas sustando um acréscimo de 9,64 por cento sobre a taxa de energia elétrica aos consumidores, o que vinha sendo feito desde 1957, por conta da constatação de que o adicional era ilegal. O governador do Estado, Cid Sampaio, lembrou da época em que dirigiu o Centro das Indústrias e que acusou, em 1957, a ilegalidade do aumento das tarifas, tendo impetrado um mandado de segurança contra a Companhia, o que não teve êxito. “E, agora, com vinte dias de funcionamento”, destacou, a Comissão telegrafou à Divisão de Águas proibindo a Tramways de continuar cobrando aquela taxa. E finalizou dizendo que não lhe havia sido possível “como mero presidente do Centro das Indústrias, lograr êxito da defesa dos interesses coletivos”, mas que, como governador, poderia assegurar ao Estado as condições para a industrialização (SUSTAÇÃO DA COBRANÇA, 21/02/1960, p. 9).

A reação da Tramways foi imediata, publicando mais um texto de *Esclarecimento ao Público*, dizendo que a sustação do adicional não tinha justificativa, haja vista que a cobrança visava “unicamente garantir a estabilidade financeira da concessionária”, tendo o aumento passado pelo crivo da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, assim como esse valor não permitiu à empresa atingir a “remuneração legal de 10% sobre o seu investimento no serviço de eletricidade”. A Concessionário também lembrou do mandado de segurança impetrado contra o aumento, que teria sido denegado à época (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 24/02/1960, p. 2).

Mas a ação do Estado continuou firme e em várias direções. Com relação ao serviço de bondes, uma ação judicial do Estado contra a Tramways pleiteou a rescisão do contrato e o recebimento de uma indenização no valor de 600 milhões de cruzeiros, “a pretexto de inadimplência do mesmo contrato por parte da concessionária”. Em resposta, a empresa procurou “fazer saber ao público que, a despeito dos reiterados apelos da Concessionária, sucessivos governos do Estado de Pernambuco se negaram a conceder oportuno e adequado reajustamento de preços de passagens, tornados obsoletos pela inflação”, culpando, desse modo, a decadência dos serviços ao próprio Estado, por sua “inação” (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 01/07/1960, p. 2).

No dia 21 de julho de 1960, contudo, o juiz da 16ª Vara Cível, Pedro Martiniano Lins, concedeu ao Estado de Pernambuco o direito ao sequestro dos bens do extinto serviço de bondes da Pernambuco Tramways, fazendo dele o depositário dos bens. Isso porque a empresa, segundo a petição do Estado, estaria alienando bens do seu patrimônio, como a venda de motores retirados dos bondes, o que feria o direito do Estado de Pernambuco de reversão ao patrimônio do Estado. Foi nomeado para a administração dos bens o engenheiro Rodolfo Paiva, diretor de Fiscalização dos Serviços Públicos (JUIZ GARANTE AO ESTADO, 22/07/1960, p. 5).

O assessor do governo para assuntos de eletricidade, Ivan Macedo, teve que tranquilizar a Pernambuco Tramways “quanto ao uso de certos equipamentos que, fazendo parte do acervo do serviço de bondes, estão servindo para o serviço de distribuição de energia elétrica”. Após o levantamento das máquinas incluídas no sequestro de bens do serviço de bondes da concessionária, seria permitida a Tramways a continuação de seu uso (ONTEM, NO PALÁCIO, 24/07/1960, p. 5).

É interessante destacar uma matéria publicada no Diário de Pernambuco, que citou as empresas acusadas de explorar e expatriar capitais do Brasil enquanto forneciam serviços ruins e de utilizar materiais de uma empresa que por anos foi identificada por ter maquinário obsoleto e de péssima qualidade (o serviço de bondes da Tramways). Enquanto a associada da AMFORP estava preocupada com a indenização de uma anunciada encampação e com o uso de motores do serviço de bondes, encampados pelo Estado, foi anunciado, nos EUA, um “Navio Atômico”, de nome Savannah, com 22.000 toneladas. A pedido da Comissão de Energia Atômica dos EUA, a EBASCO, “importante empresa de engenharia, construção e consultoria técnica e administrativa”, ligada à CAEEB e à Tramways, tinha produzido esse empreendimento, além de participar da reforma de 10 quilômetros do cais do porto de Nova Iorque, da reconstrução de uma usina atômica de 150.000 kw na Itália e das instalações de força nuclear em um destroyer norte-americano (NAVIO ATÔMICO, 28/07/1960, p. 2).

A discrepância do nível dos empreendimentos de empresas do mesmo grupo e, ainda mais, da EBASCO, acusada de receber por consultorias superfaturadas da CEERG e da Tramways é um dado relevante para entender a importância das preocupações brasileiras com o desenvolvimento econômico do país, o que foi destacado pelo Diário de Pernambuco. Enquanto o setor de transportes e energético nacional se encontrava erguido pelo Estado e em disputas com o capital privado internacional, nos EUA, essas empresas, como a EBASCO, estariam atuando em projetos estratégicos e de grande porte em energia nuclear e transportes. E isso serviu como informação para mitigar a narrativa da Tramways por parte do jornal dos Diários Associados.

Voltando às dificuldades nacionais e aos grandes combates com as subsidiárias da AMFORP, apesar de algumas oposições à encampação dos serviços de eletricidade, existia uma amplitude do anseio de encampar a Tramways. Mesmo um adversário do governo, Andrade Lima Filho, declarou-se integralmente solidário com a atitude do governador com relação à encampação dos serviços de energia elétrica, aplaudindo o “seu corajoso ato”, “a exemplo do que fez o governador Leonel Brizola, em Porto Alegre”, de “cortar mais um tentáculo do todo poderoso grupo monopolista das empresas concessionárias de energia elétrica em nosso país”. Divergindo da opinião de que a medida seria uma “simples manobra tática de vésperas de eleição”, Andrade Lima Filho disse não querer crer nisto, solicitando do governador que não ficasse no meio do caminho (ATO DE CORAGEM DE CID, 19/07/1960, p. 1).

No ano de 1961, seguindo o planejamento que o Estado pernambucano tinha feito de encampar os serviços da Pernambuco Tramways, o governador Cid Sampaio manteve entendimentos com o Ministro de Minas e Energia, João Agripino, tendo este se mostrado contrário à renovação do contrato do Estado com a Concessionária de energia elétrica do Recife. Enquanto isso, a Tramways era acusada de estar carregando caminhões e retirando materiais do seu depósito que poderiam ser reversíveis ao Estado (ONTEM, NO PALÁCIO, 23/07/1961, p. 5).

De posse de algumas das conclusões da Comissão de Tombamento da Pernambuco Tramways, o deputado Federal Clélio Lemos “fez revelações impressionantes sobre esse assunto”, o que foi destacado pelo deputado estadual Sérgio Murilo, indicando o “excesso de lucro da Pernambuco Tramways, que teria ascendido ao valor de Cr\$ 473.977.705,90”. Clélio Lemos teria feito “revelações de estarrecer a respeito da contabilidade da Pernambuco Tramways”, destacando a remessa de juros para o exterior, em 1957, no valor de 440 mil dólares, “acrescidos de 54 mil sob a designação de ‘consultas’, num total de 494 mil dólares, seguidos de 600 mil dólares em 1958 e 699 mil dólares em 1959, ambas também com ‘consultas’ de 54 mil dólares”. A empresa receberia, além disso, a energia da CHESF pelo valor de Cr\$ 0,63 centavos e venderia por Cr\$ 2,00 cruzeiros (PERISCÓPIO. 23/07/1961, p. 24).

Logo em seguida, o Executivo Estadual enviou ofício ao Ministério de Minas e Energia, no dia 28 de junho de 1961, do pedido para concessão de distribuição de energia elétrica, a partir do término do contrato da Pernambuco Tramways, previsto para o dia 17 de junho de 1962. No dia 17 de julho, a Tramways foi notificada de que o Estado pretendia explorar os serviços de força e luz em Recife (“TRAMWAYS” NOTIFICADA, 25/07/1961, p. 3). Assim, o secretário Lael Sampaio afirmou que o governo estava cumprindo o seu dever, desde que iniciou a tomada de medidas para a encampação, como o pedido do tombamento contábil da Tramways. Lael Sampaio não deixou de citar a iniciativa de convocar “todas as correntes políticas” à época, o que permitiu o andamento das providências necessárias. No dia 17 de agosto, o Estado recebeu a concessão para distribuir energia elétrica em Recife do MME (CID GANHA CONCESSÃO, 18/08/1961, p. 3-2).

O caso da Tramways foi entendido, como disse Sérgio Murilo, como daqueles que “devem ser colocados em plano bem mais elevado, situando-se mesmo na área dos que reclamam e exigem a união de todos em defesa da própria economia nacional”. Aos

críticos do movimento, como os deputados Elpídio Branco e Constâncio Maranhão, chamou-os de “advogados da Tramways”, gerando incômodos aos acusados (PERISCÓPIO, 26/07/1961, p. 16).

No Rotary Club, o gerente da Pernambuco Tramways, Lothário Pabst, proferiu uma palestra em que disse estar a sua empresa trabalhando “sob aviso prévio”, uma vez que, em 17 de julho de 1962, iria terminar o prazo de sua concessão, notificada que foi pelo MME de que o contrato não seria prorrogado. Mas, Lothário Pabst rebateu a ideia de que as empresas de energia elétrica seriam “sugadoras de dinheiros do povo”, pois os “lucros não são tão grandes como se pensa e apregoa”. O gerente salientou as dificuldades de manter as redes de distribuição intactas, tendo que ser vigiadas “dia e noite contra os papagaios empinados pelas crianças, as árvores da rua, as brincadeiras de mau gosto dos adultos que jogam fios sobre a rede somente para ver os efeitos dos curtos circuitos”. O gerente disse ainda que teria sido aconselhado a fazer uma campanha falando sobre as excelências administrativas privadas nas empresas de energia elétrica, mas que teria se negado pelo fato de tal iniciativa ser entendida como “desejo de continuar a empresa a defender, com unhas e dentes, aquilo que certos nacionalistas proclamam como fator de espoliação do país” (PABST, 14/09/1961, p. 16).

Em 1962, o prefeito de Recife, Miguel Arraes, indicou que o caso do término do contrato da Pernambuco Tramways, em julho daquele ano, e a substituição daquela empresa por uma outra, de economia mista, seria um evento da “maior importância” (ARRAES, 27/01/1962, p. 3). Isso porque, mesmo avisada, a Pernambuco Tramways não teria desistido da renovação dos contratos, ofertando alguma resistência. A empresa entrou com uma ação ordinária contra a União Federal e o Estado de Pernambuco, contra o decreto nº 201, de 23 de novembro de 1961, que deu a concessão de energia elétrica ao governo estadual quando do término do contrato com a concessionária multinacional.

No entanto, essa primeira abordagem jurídica da Companhia foi rejeitada pelo procurador da República em Pernambuco, José Albuquerque Alencar, que afirmou não ter errado a União, “que não rescindiu o contrato, nem promoveu desapropriações, mas apenas concedeu serviços, a contar da expiração do prazo assinado ao concessionário anterior”. Além disso, o procurador afirmou que a empresa auferiu “lucros fabulosos”, caso contrário, não se aferraria tanto a negócio, abandonando-o. Nesse sentido, disse que o caso servia para “mostrar a intempestividade, temeridade, mesmo, e o descabimento das

razões da ‘Tramways’, quando pretende falar em equilíbrio financeiro” (PROCURADOR DA REPÚBLICA, 10/02/1962, p. 14-8).

Da aprovação do pedido de tombamento contábil pelo governador estadual e pela Assembleia, passando pela aprovação moral da prefeitura e da Casa legislativa municipal, até as conclusões da Comissão de Tombamento, o campo político pernambucano alcançou a legitimidade jurídica dada ao processo iniciado mesmo em 1958, com a eleição de Cid Sampaio ao governo, mas também aos esforços políticos para pavimentar o caminho da rescisão do contrato com a concessionária multinacional e a encampação dos serviços pelo Estado. As reações da subsidiária da AMFORP foram, cada vez mais, agressivas e se adentrando ao âmbito jurídico, justificando a advertência do advogado Arno Schilling, da CEEE gaúcha.

No dia 11 de julho de 1962, por meio do ato nº 1.987, o governo nomeou uma comissão para, em nome do Estado, receber da Pernambuco Tramways, no dia 17 de julho de 1962, todo o acervo do serviço público de energia elétrica, dia do término da concessão da empresa (CID COMUNICA À TRAMWAYS, 11/07/1962, p. 18).

Antes mesmo de entregar o acervo da empresa ao Estado, em mais um texto de *Esclarecimento ao Público*, a Pernambuco Tramways indicou as conclusões da Comissão de Tombamento como “facciosas e absurdas”, assentando-se sobre os “mais precários fundamentos”. Os bens tombados teriam sido avaliados em 217 milhões de cruzeiros, sendo os “supostos lucros extraordinários percebidos pela Companhia nos últimos 20 anos” avultados em 473 milhões de cruzeiros, fazendo a Companhia dever ao Estado, no fim das contas, 256 milhões de cruzeiros, isentando o Estado de indenização (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 14/07/1962, p. 2).

Vale destacar a defesa da empresa, semelhante àquela publicada sobre a CEERG, indicando “mutilações” na escrita da empresa para o Estado não pagar a indenização à concessionária:

Violou-se, abertamente, a Constituição Federal, foram atiradas à cesta as leis que no passado regulavam as atividades das empresas de eletricidade; recusou-se acatamento a decisões administrativas anteriormente proferidas pela Divisão de Águas, único órgão federal competente para fiscalizar empresas de eletricidade; converteram-se prejuízos cambiais em lucros extraordinários; reduziu-se abusivamente o valor do patrimônio da Companhia; inflacionou-se a receita, dando como recebidas importâncias de vulto que não foram recebidas; e comprimiu-se arbitrariamente a despesa, dela se glosando verbas legitimamente incluídas; tudo para o fim de organizar uma escrita inteiramente mutilada em que se refletiram nos últimos 20 anos, os mais variados e

inconsistentes critérios, em obediência ao obcecado propósito de concluir pela existência de supostos lucros extraordinários que fizessem desaparecer o investimento da Companhia (PCO. TRAMWAYS AND POWER, 14/07/1962, p. 2).

A empresa, então, entrou com um mandado de segurança contra o Estado, na Secretaria do Tribunal de Justiça, para impedir de ser “arbitrariamente despojada dos referidos bens, enquanto não for indenizada do valor no seu investimento, de seus bens”, alegando o advogado da empresa, Eraldo Gueiros Leite, que era “incontestável o propósito do Governo de, abusando do seu poder, coagir a impetrante à entrega dos bens vinculados à concessão, sem aviso prévio, pagamento ou sequer acerto da indenização devida” (“TRAMWAYS” VAI À JUSTIÇA, 14/07/1962, p. 3).

Além disso, a Tramways se negou a entregar o acervo dos serviços de eletricidade ao Estado no término da concessão. Em ofício encaminhado ao governador do Estado, a Concessionária disse que não alimentava a “pretensão de continuar no gozo da concessão de que somos titulares, desde que o poder concedente entenda que o exercício dessa concessão deva ser transferido a outrem”. Porém, “em homenagem à Justiça”, disse, “temos a obrigação de defender o nosso direito, que nos autoriza a permanecer na posse de todo o acerto ligado aos serviços públicos de eletricidade desta cidade, até que sejamos devidamente indenizados” (RESPOSTA NEGATIVA, 14/07/1962, p. 3-8).

A Prefeitura de Recife pediu absolvição da ação movida pela Tramways, que seria apenas “mais uma manobra da autora, no sentido de reforçar a criação de condições favoráveis à renovação do contrato de concessão a terminar no próximo dia 17 do corrente”. A empresa, “depois de desservir, durante dezenas de anos, a população do Recife e a economia nacional, entravando o progresso da cidade e carreando para o exterior lucros extraordinários e ilegais”, prestando serviços com as mais “clamorosas deficiências, falhas e defeitos”, “pretende agora, já ao fim da concessão, subverter as posições reais e verdadeiras, surgindo perante a opinião pública como suposta credora dessas mesmas entidades” (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 15/07/1962, p. 12).

Utilizando os dados da Comissão de Tombamento, a Prefeitura de Recife disse que a empresa,

Agindo em parceria com a “Ebasco International Corporation”, a “American Foreign Power”, e, no país, com a Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras – todas integrantes do grupo internacional da “Bond and Share”, - usava a autora, na sua contabilidade e nas suas transações, de artifícios os mais variados para burlar a taxa legal de lucros. Assim, por exemplo, o pagamento a “Ebasco” a título de honorários por consultas técnicas, no período de 1941 a

1959, de mais de 63 milhões de cruzeiros, a despeito de o contrato com essa empresa do grupo não haver sido aprovado pelo governo (art. 184 do Código de Águas) [...]. O excesso de lucros que a Comissão encontrou foi da ordem de Cr\$ 473.977.705,90, “dos quais, mesmo subtraído o valor do investimento, calculado da forma legal, e os créditos alegados pela concessionária”, ela deveria ao país o valor de Cr\$ 256.017.172,70 (PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE, 15/07/1962, p. 12).

No exterior, o uso da palavra “expropriação”, no caso da Tramways, pela imprensa estadunidense, foi “impugnado” pela embaixada do Brasil naquele país, que explicou ter o contrato da concessionária expirado, assumindo os serviços o governo estadual de Pernambuco (EMBAIXADA DO BRASIL, 18/09/1962, p. 1).

A liminar da Tramways, no entanto, foi negada pelo desembargador Cláudio Vasconcelos, que deu ao Estado a imissão de posse dos bens dos serviços de eletricidade. A empresa estaria, segundo o governo, usando o “argumento protelatório” (NEGADA LIMINAR À TRAMWAYS, 18/09/1962, p. 3-9).

Após os ataques da Tramways à Comissão de Tombamento e ao Governo de Pernambuco, as ações de Cid Sampaio e de Lael Sampaio foram no sentido de indicar que o governo agiu dentro da legislação, respeitando a Constituição. A empresa teria acusado a participação do engenheiro Prazeres Coelho e do contador geral do Estado, Mariano Flores Pontes Teixeira, por serem de Pernambuco e terem interesses vinculados aos do Estado, o que foi rebatido por Lael Sampaio, que afirmou terem eles apenas aplicado a legislação que disciplinava a matéria (INTERVENÇÃO FEDERAL, 18/09/1962, p. 3).

Então, seguindo a recomendação inicial de Arno Schilling, sobre o caso gaúcho, o governador do Estado indicou que “O problema da indenização está afeto ao Poder Judiciário, por iniciativa da própria Pernambuco Tramways”, não querendo o Estado de Pernambuco, “recebendo o acervo por força da extinção do contrato [...] se eximir do pagamento da indenização a que por ventura faça jus a antiga concessionária”. Sobre a possibilidade de uma intervenção federal no caso, o governador afirmou que “Faz-se mister que em torno do caso da ‘Pernambuco Tramways’, não se explore, arguindo a prática de expropriação espoliativa, sem prévia indenização” (O PROPÓSITO DE CID, 18/07/1962, p. 3).

No dia 18 de julho de 1962, os bens da Pernambuco Tramways passaram à tutela da Justiça pernambucana, por efeito de despacho proferido pelo juiz Manuel Rodrigues Porto Filho, nos autos do sequestro proposto pelo Estado de Pernambuco. Foi nomeado um administrador para os bens da empresa, o engenheiro Arnaldo Rodrigues Barbalho, ex-

secretário da viação no governo Cordeiro de Farias, que assumiria um órgão administrativo da 18ª Vara, com responsabilidades de um “*Curator Bonorum*” (BENS DA TRAMWAYS, 19/07/1962, p. 3).

Sobre isso, o gerente da multinacional, Lothário Pabst, disse ter deixado “os bens e serviços da Pernambuco Tramways à guarda da justiça, não ao Estado, pois os teria entregue ao Estado se este tivesse cumprido a sua parte no acordo do contrato, que era o pagamento antecipado da justa indenização” (PABST, 19/07/1962, p. 3-8).

Mas o ato de imissão de posse ganhou legitimidade jurídica, tendo o Procurador Regional da República, José Albuquerque de Alencar, feito um parecer em que esclareceu ter sido a Pernambuco Tramways notificada, com antecedência de um ano, pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado, de que o seu contrato não seria mais renovado, pois teria sido deferido o pedido do próprio Estado de Pernambuco para a obtenção da concessão. Mais ainda, a empresa teria confessado saber dos fatos indicados, haja vista não ter feito nenhum protesto prévio judicial contra os fatos apontados. “Sabem, também, que apenas trata de caducidade do contrato bilateral de concessão de poderes à empresa para exploração daqueles serviços”. Mas a empresa teria tentado “fazer justiça com as próprias mãos, como se estivéssemos em terra de ninguém, e aqui qualquer um pudesse se apoderar do que bem lhe apetecesse, pela força, tentando moralizar as nossas autoridades” (PROCURADOR DA REPÚBLICA, 19/07/1962, p. 3).

O jornal Diário de Pernambuco se pronunciou oficialmente, dizendo não partilhar “desta euforia generalizada que saúda o término do contrato da Tramways e entrada do Estado, como distribuidor de energia à capital como uma aurora de dias risonhos para a comunidade”. Isso pelo exemplo de Porto Alegre, que, segundo o seu relato, teria serviços ruins e caros. No entanto, criticou a postura da empresa e da “celeuma que está criando artificialmente em torno da medida do sr. Cid. Sampaio, conseguindo do Judiciário a imissão de posse, no acervo da Tramways e consequente ingerência da administração nos serviços elétricos do Recife”, sendo essa atitude contestatória “ignorância supina ou de má fé”, pois “tudo se processou dentro dos preceitos legais e éticos, de firmeza incontestável”. Segundo o Diário de Pernambuco, as agências estrangeiras, “de modo particular, estadunidenses, tomaram a si tumultuar os fatos, gerando lá fora a impressão [...] de que se tratou de mais uma atitude atrabiliária da administração, expropriando a concessionária canadense, ao arrepio dos princípios legais” (A “TRAMWAYS” E O ESTADO, 20/07/1962, p. 4).

Mas estava feito. Na assembleia Legislativa foi votada, por proposta do deputado Sérgio Murilo, uma moção de aplausos ao governador Cid Sampaio e à Justiça Pernambucana, a qual obteve aprovação unânime. Segundo o deputado Felipe Coelho, o governador merecia “o apreço dos pernambucanos, sem distinção de cor partidária”, processando a reversão dos bens daquela empresa para o Estado “normalmente sem atritos, nem violência”. Na Câmara dos Vereadores de Recife, também foi proposto um voto de aplausos ao governador do Estado, por “sua firme determinação de entrar na posse do acervo da Pernambuco Tramways” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 20/07/1962, p. 14; CÂMARA MUNICIPAL, 03/08/1962, p. 5).

A Pernambuco Tramways ainda contestou a imissão de posse, através de seu advogado, Murilo Guimarães, em que reclamava sobre a “condenação da mesma Cia. à entrega de todo o serviço público de energia elétrica que explora, no Município de Recife e adjacentes, há mais de 50 anos, bem como a reparação das perdas e danos que se apurarem em execução da sentença”. Mas a empresa desistiu do mandado de segurança junto às Câmaras conjuntas do Tribunal de Justiça, pelo desaparecimento do “receio de ser despojada arbitrariamente dos seus bens, agora entregues a administração judicial” (“PERNAMBUCO TRAMWAYS, 31/07/1962, p. 5).

Em dezembro de 1962, seis meses após a culminância de um processo de cinco anos, foi completado o sequestro dos bens da Pernambuco Tramways and Power Company Limited, com a entrega oficial dos mesmos ao administrador judicial nomeado pelo juiz Manoel Rodrigues Porto Filho, o engenheiro Arnaldo Barbalho. O acervo de todo o material encontrado pelos realizadores do sequestro nos depósitos da empresa era de “quantidade enorme de peças e objetos impossível de se detalhar numa reportagem” (CONCLUÍDO O SEQUESTRO, 30/12/1962, p. 3).

5.3. Considerações parciais

Os casos gaúcho e pernambucano são próximos e singulares e se entrelaçaram na história. No Rio Grande do Sul, existia um pensamento de que os estudos sobre a contabilidade da CEERG iriam “estardecer” a opinião pública nacional sobre a atuação das *holdings* do grupo AMFORP no Brasil. Esse esforço de confronto à multinacional demandou uma união social entre os industriais e as autoridades do Rio Grande do Sul, de Sindicatos e de partidos políticos diversos. Desde a década de 1940, foi se construindo uma noção de

unanimidade, a qual daria a legitimidade à encampação e a definição, pela justiça, da indenização a ser paga à concessionária.

Porém, o assunto só chegou a esses termos a partir de 1957, no governo de Ildo Meneghetti. Em 1959, Leonel Brizola finalizou um longo processo efetivado por muitas mãos e vozes. Isso pôde ser feito por meio do lastro criado pela CEEE, na produção de energia elétrica, planejamento efetivado por Noé de Freitas e continuado pelo seu sucessor, Alberto Mirândola. Arno Schilling, advogado da CEEE, teve importância tanto para a encampação no Rio Grande do Sul quanto em Pernambuco, pois ele levou a experiências e conhecimentos obtidos para o caso nordestino.

Em Pernambuco, por sua vez, as autoridades políticas seguiram o exemplo gaúcho, buscando: a unanimidade política em torno da rescisão contratual; a atuação junto ao MME para a constituição de uma Comissão de Tombamento; o envolvimento da Justiça no tema da indenização; e a concretização da imissão de posse dos bens do acervo da concessão. Para tanto, as Oposições Unidas; o poder do Centro das Indústrias e o trabalhismo de Miguel Arraes foram importantes para dar legitimidade aos trabalhos de Lael Sampaio, Secretário de Viação e Obras Públicas de Pernambuco.

Como reação das concessionárias, foram notáveis as campanhas acusatórias às autoridades públicas, que estariam agindo à revelia da lei, buscando tomar o patrimônio das multinacionais sem pagar-lhes a “justa indenização”. Isto feito a par do esforço de convencimento público para desqualificar as autoridades federais, estaduais e municipais, em que a empresa contou com o ativismo de seus advogados, que entraram com diversos mandados de segurança contra as medidas governamentais. A empresa rebateu os argumentos de que remetia lucros ilegais para o exterior; de que faria a transferência de recursos para empresas irmãs, como a EBASCO e a AMFORP; e de que tomaria empréstimos de empresas associadas, como burla a legislação nacional. Mas, ao criticar a própria legislação do Brasil, em sua campanha de textos combativos às autoridades, suscitou nelas mais um estímulo para o combate aos interesses internacionais.

Os casos gaúcho e pernambucano constituem pontos singulares das experiências elencadas nesta pesquisa, pois, mesmo que nos outros estados existissem reclamações, insatisfações e mesmo a identificação de métodos escusos de obtenção de lucro por parte das concessionárias, o poder persuasivo, político e jurídico parece ter gerado maiores

dificuldades de reação ao poder da AMFORP em estados com menor capacidade de congregar posições distintas em torno de um tema.

Esse foi o fiel da balança para que os interesses da AMFORP se colocassem acima daqueles das coletividades regionais. No próximo capítulo, após compreender a estruturação da AMFORP / CAEEB, de seus interesses e estratégias, vamos observar o rumo que tomaram as cidades que não conseguiram ofertar a mesma resistência às associadas da AMFORP conforme ocorreu no Rio Grande do Sul e em Pernambuco.

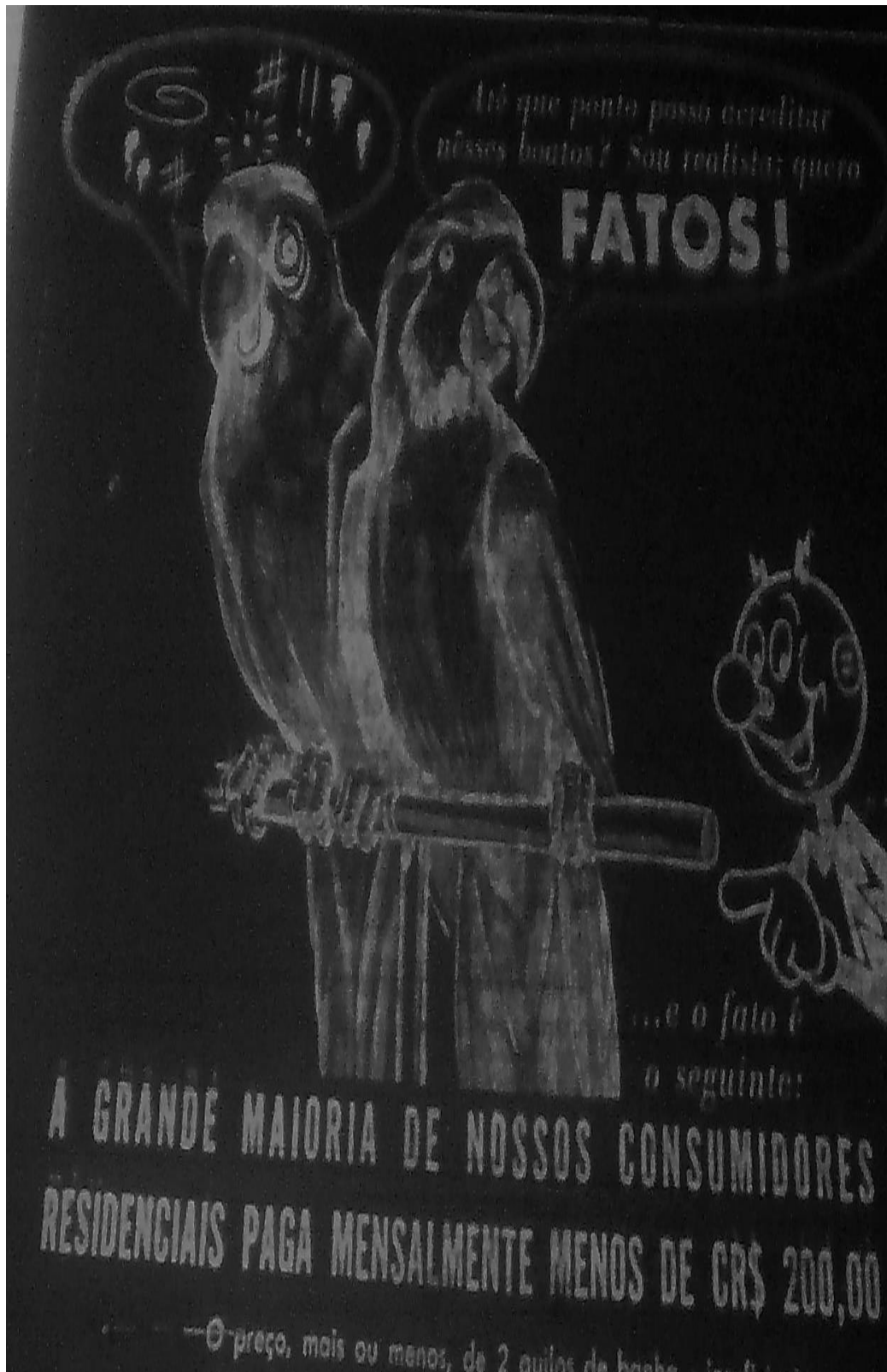


Figura 93 – C.C.B.F.E., 08/01/1960, p.2

⁹Anúncio publicado em A Gazeta, em 8 de janeiro de 1960, p. 2, referindo-se a consumidores.

Capítulo 6

Os interesses e estratégias

[Alguns] ignoram a natureza fundamental das relações interamericanas. Os países da América Latina são um dos reservatórios não somente de produtos primários, mas de amizade; e nós tivemos sorte em ambos no tempo das necessidades.

Henry B. Sargent, presidente da AMFORP

A disseminação de tantas informações menos verdadeiras a respeito das atividades das empresas de serviços públicos, principalmente as do nosso grupo, exige redobrado esforço para fornecer aos seus clientes os fatos verdadeiros no concernente a tais atividades. Nesse sentido temos prestado toda a colaboração de que somos capazes às empresas associadas.

Relatório anual da CAEEB de 1948

Os autores Willian Hausman, Peter Hertner e Mira Wilkins (2008) abordaram o processo global de eletrificação, de 1878 a 1978, e algumas informações são importantes para compreender a atuação da AMFORP no Brasil. Portanto, antes de comparar os desfechos do Rio Grande do Sul e de Pernambuco com aqueles de Natal, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Paraná, é necessário indicar a natureza do empreendimento que foi a AMFORP, historicamente, no processo de eletrificação global, além de identificar a estrutura criada no país pela CAEEB para representar esses interesses.

As informações prestadas por Hausman, Hertner e Wilkins (2008), apesar de absorverem em muito a argumentação política das próprias companhias de eletricidade, trazem para análise a descrição de momentos importantes, assim como buscam uma precisão conceitual para historicizar o processo de eletrificação. Desse modo, esse capítulo quebra um pouco a sequência dos discursos brasileiros sobre a AMFORP e se atém, inicialmente, aos relatórios da multinacional, indicando os seus interesses.

Após isso, vamos expor os dramas dos estados que não conseguiram confrontar o poderio publicitário, propagandístico e jurídico da AMFORP / CAEEB, sofrendo, portanto, as consequências da prevalência dos interesses da multinacional sobre os estados e municipalidades brasileiras, finalizando o capítulo com a exposição das estratégias não ditas nos relatórios da AMFORP e da CAEEB para a sua atuação no Brasil e para a proteção dos seus investimentos.

6.1. Entre os interesses públicos e privados

Em *Global Electrification* (2008), os autores Hausman, Hertner e Wilkins fizeram um trabalho de escopo global, historicizando o processo de eletrificação de vários países do

mundo, identificando a natureza dos investimentos do setor de serviços públicos. Indo direto aos marcos conceituais dos autores, o processo de eletrificação mundial coincidiu com a expansão do capital financeiro pelo mundo, no final do século XIX. Desse modo, a união entre as multinacionais em serviços públicos com o capital financeiro gerou o processo de disseminação do uso de eletricidade, o que trouxe, segundo os autores, conflitos entre os objetivos privados e as necessidades públicas nos países que foram atendidos por esses tipos de empreendimentos. Em busca de uma visão global, os autores focalizaram os atores envolvidos nesse processo, o que permitiu conclusões bem sólidas acerca do tipo de relações que foram criadas em torno dos serviços elétricos (HAUSMAN et al., 2008).

Primeiro, que o processo de eletrificação teve início em países do centro do capitalismo, expandindo-se para países periféricos. O uso desse insumo demandou um padrão de desenvolvimento, caracterizado: 1) pela eletrificação urbana; 2) pelo uso de hidroeletricidade; 3) pela interligação das redes para a transmissão em longas distâncias; e 4) pelo uso de capital intensivo. Essas características geraram formas de atração do capital, haja vista o “risco” de tais apostas, e elas foram a formação de monopólios para a obtenção de “superlucros”, com maior cooperação do que competição entre os agentes envolvidos (HAUSMAN et al., 2008).

No processo de identificação da ampla gama de atores que levaram capitais e tecnologia para além das barreiras dos países de origem, tanto do capital quanto da tecnologia, Hausman, Hertner e Wilkins (2008) buscaram depurar o conceito de *controle* e de *multinacional*. As perguntas que direcionaram as reflexões dos autores foram: uma empresa que se instala em outro país, é controlada por quem, pelo capital dos acionistas ou pelos técnicos ou criadores do empreendimento? O que define uma multinacional? (HAUSMAN et al., 2008).

Para responder às indagações, os autores, de posse dos resultados de suas pesquisas sobre as maiores empresas no setor, do período de 1878 a 1978, nomearam a “multinacional clássica” com aquela em que um tipo de atividade é produzido em um país e estendido para outro, com uma identificação formal da companhia, que opera tanto do país originário quanto no país hospedeiro do investimento. No entanto, no processo de disseminação da eletrificação, foram diversos os tipos de investimentos internacionais em energia elétrica, distando desse tipo clássico (HAUSMAN et al., 2008).

Inicialmente, os donos do capital produtivo de aplicativos elétricos foram atores que levaram os investimentos em produção de eletricidade para o exterior, um esforço inicial relegado a segundo plano após a instalação das indústrias. Outros agentes foram os bancos e intermediários, que ofertavam ações para as poupanças de diversos países, prometendo rendimentos a partir dos lucros dos empreendimentos. Em terceiro lugar, o mercado de seguros, que investiu em empresas de serviços, seguidas de empresas de energia criadas exclusivamente para atender outras indústrias, os enclaves. Em quinto lugar, as *holdings companies*, seguidas das empresas independentes, conhecidas por *Free Standing companies* (HAUSMAN et al., 2008).

Outras formas de investimento foram as companhias operadoras em franquias e concessões e, por fim, os conglomerados e grupos de negócios. Mas o tipo mais comum de multinacional existente durante esse longo período foi a *unternehmergeschäft*, uma empresa elaborada para atrair investimentos, sem vínculos de operação com o país de origem do capital, pensada e moldada para atuar no exterior, em busca de oportunidades. Não sendo apenas estruturas financeiras, foram empreendimentos, porém, de natureza cosmopolita e voltada para a valorização do capital de acionistas (HAUSMAN et al., 2008).

O que os autores identificaram, apesar dessa diversidade, foi uma rede de investimentos que não carecia, necessariamente, de um controle direto dos empreendimentos por parte dos detentores do dinheiro, mas de uma supervisão de intermediários. Portanto, existiam capitais acumulados em alguns países do centro do capitalismo e que foram atraídos por empreendimentos em busca de rentabilidade. Para assegurar esses investimentos, os acionistas, que eram grandes bancos, agências de seguros e conglomerados de investidores, foi criada a governança corporativa, ou “*corporate governance*”. Nesse tipo de organização, a diretoria das empresas multinacionais foi composta por representantes dos acionistas, dos investidores da produção, dos presidentes das companhias, das empresas de engenharia e de advogados especializados nas leis dos países alvo (HAUSMAN et al., 2008).

Portanto, a natureza da expansão inicial da eletrificação foi puramente pautada nos interesses de rendimento do capital e de uma ampla gama de agentes interessados, desde empresas de engenharia até escritórios de advocacia, todos buscando novos nichos para investimentos do capital. Desse modo, o que os autores ressaltam é que esse tipo de investimento não teve ligação com o país de origem do capital ou da tecnologia. Uma

empresa podia ser instalada no Canadá, ter capitais ingleses e alemães e ter a tecnologia estadunidense. Uma empresa podia ser instalada na Bélgica, ter capitais alemães e atuar na Itália. O que esses grupos de investimento buscavam era a rentabilidade de seu capital, portanto, buscavam países com uma legislação favorável e liberal à circulação de grandes capitais e à formação de monopólios, assim como países alvo com facilidades para a exploração dos superlucros (HAUSMAN et al., 2008).

Nesse sentido, a identificação dos donos do poder de controle é difusa é complexa, assim como foi na época, e os autores encontraram uma vasta rede de relações nas diretorias de diversas empresas de serviços em energia elétrica, indicando que existia um “controle” sobre os investimentos, que nem sempre era da empresa operadora, mas sim do capital. No entanto, esse controle era feito de maneira específica a cada negócio, mas respeitando um princípio máximo: a rentabilidade dos negócios para os investidores. Desse modo, ter membros das partes interessadas nas diretorias das empresas era essencial para assegurar os interesses do capital, por meios diretos ou indiretos (HAUSMAN et al., 2008).

Após essa pontuação conceitual, os autores inserem esses tipos de investimentos nos contextos, gerando um grande quadro da eletrificação global. Foram três grandes momentos desse esforço: 1) a difusão da eletrificação por meio desses tipos diversos de investimento e empreendimento, de 1878 a 1914; 2) o início do processo de domesticação da indústria, de 1914 a 1929; 3) a segunda onda de domesticação da indústria, de 1945 a 1970 (HAUSMAN et al., 2008).

Além disso, os eventos históricos foram dando novos contornos e destinos para o capital, assim como colocaram e tiraram o protagonismo de alguns países. As duas guerras mundiais e a crise de 1929 geraram mudanças geográficas, políticas e econômicas que fizeram os governos dos países alvo dos investimentos intervirem no setor de eletricidade, nos âmbitos municipal, estadual e nacional (HAUSMAN et al., 2008).

Já na Primeira Guerra mundial, países abalados pelo conflito se incomodaram com a presença desses empreendimentos, e passaram a regular, controlar e até a assumir os serviços em energia elétrica. No caso máximo, temos a Revolução na Rússia, que expropriou empresas de origem alemã. Por sua vez, a crise de 1929 intensificou a intervenção do Estado no setor, e a Segunda Guerra Mundial deu origem à segunda onda de domesticação do setor em nível global. Isso quer dizer que países, cada vez mais,

começaram a assumir o setor por receios com relação à díade capital e empreendimentos estrangeiros (HAUSMAN et al., 2008).

A AMFORP surgiu em meio à primeira onda de domesticação, após a Primeira Guerra Mundial, uma multinacional do tipo *unternehmergeschäft*, ou seja, um empreendimento que captou recursos para operar em países que ofertassem oportunidades. A sua ligação com o capital financeiro foi com o grupo Morgan, banco detentor de parte das ações da *Electric Bond and Share*, por sequência, acionista e parte de sua diretoria (HAUSMAN et al., 2008).

No Brasil, a AMFORP investiu na compra de concessões em operação pelos municípios, estados ou particulares, enquadrando-se dentro da situação em que a mediação do governo entre o investimento estrangeiro e os consumidores foi maior. Portanto, a empresa se expandiu para a América Latina, para a China e para a Índia, em um momento em que ocorria a primeira onda de nacionalizações e intervenções da *domesticação* do setor em nível mundial. E, para assegurar os investimentos de seus acionistas, a empresa adotou como medidas envolver clientes, empregados e o público em geral em seus negócios, a partir de venda de ações minoritárias, criando barreiras às críticas feitas à empresa nos países hospedeiros dos seus investimentos (HAUSMAN et al., 2008).

Portanto, temos a situação salientada pelos autores Hauman, Hertner e Wilkins (2008), em que um empreendimento é, ao mesmo tempo, um investimento de portfólio em seu país de origem, e um investimento direto no país hospedeiro. Para lidar com as “ansiedades” dos governos atendidos pelos empreendimentos e evitar expropriações, a empresa buscou assegurar os seus investimentos envolvendo a população “nativa”, o que constituiu uma “política fixa” da AMFORP: “cooperar” e “vincular os nativos” por meio de empregos e investimentos (HAUSMAN et al., 2008, p. 199).

Em um momento em que os fundos de ações para investimentos se popularizaram nos EUA, como o *American Depository Shares (ADS)* e o *American Depository Receipts (ADR)*, e quando o após guerra havia indicado para os investidores os riscos de expropriação por parte dos países hospedeiros, a AMFORP já teve como ponto de partida assegurar a rentabilidade dos seus recursos no exterior (HAUSMAN et al., 2008, p. 199).

Na próxima sessão, vamos observar os discursos da multinacional para seus acionistas, salientando as questões: dos investimentos; da rentabilidade do negócio; dos empecilhos

para os lucros; e do ambiente de negócios do Brasil, assim como observar o poder persuasivo do discurso empresarial, inclusive com literatura sobre o tema.

6.1.1. A dissimulação dos agentes do capital

Os relatórios da AMFORP direcionados para os seus acionistas nos EUA tinham algumas características gerais que dão unidade para o *corpus documental* de 1928 a 1965. Os seus objetivos eram: apresentar os resultados de operação e de rendimentos para os seus acionistas; explicar as regras contábeis utilizadas para a transferência de recursos dos países hospedeiros para os EUA; esclarecer as situações específicas de cada país atendido; para, então, indicar os motivos para as perdas e ganhos. Tendo por interesse imediato a obtenção da legitimidade por meio de uma boa imagem frente aos seus acionistas, as diretorias da Companhia buscavam atrair novos investimentos com bons números e argumentos, com promessas de futuros rendimentos, prometidos como cada vez maiores.

É importante destacar a importância dessa documentação da AMFORP quando comparada àquela brasileira, pois, diferente das constantes lamúrias reproduzidas na imprensa brasileira, para os seus acionistas, por boa parte da existência da empresa no país, os relatos eram positivos e, se não eram, um futuro era prometido através da intervenção da empresa. Portanto, o contraste é marcante entre os relatos negativos no Brasil e o discurso positivo dos relatórios da AMFORP para os seus acionistas no exterior.

A AMFORP destacava, em seus relatórios, as diferenças entre o dólar americano e as moedas dos países atendidos por suas subsidiárias, indicando, de forma bem clara, uma compreensão do funcionamento da produção econômica nesses países, que se processava com a produção de divisas advindas de exportações agrícolas e com as dificuldades deles em se desenvolver economicamente. Nesse aspecto, a multinacional esteve preocupada, por todos os anos em que atendeu países da América Latina, Índia e China, com a liberdade de câmbio para as remessas de lucros para os EUA.

Em seus relatórios, a diretoria explicava dificuldades localizadas de moedas depreciadas e a conseqüente dificuldade desses países em equacionar desequilíbrios da balança comercial. Para isso, foram relatadas as medidas tomadas pela AMFORP junto aos governos ou dos EUA junto aos países atendidos para a obtenção de condições mais favoráveis para as remessas de lucros para a empresa e para os seus acionistas. Principalmente da década de 1950 em diante, esse discurso se tornou mais forte, com a soma de um elemento que perdurou até os últimos dias da atuação da empresa no Brasil:

o aumento de tarifas para a garantia da justa remuneração do capital investido. Quando essas medidas não eram efetivadas, o argumento pesava para as “legislações restritivas” a culpa sobre a redução dos ganhos e rendimentos de seus acionistas.

Esse tipo de documentação expõe a natureza dos empreendimentos da AMFORP, que eram voltados para a obtenção de altos rendimentos de capital em países agrário-exportadores e em industrialização, com dificuldades de desenvolvimento econômico. Para lidar com esse fato previamente conhecido, a empresa, de posse dos números de exportações dos países atendidos e de suas situações fiscal e cambial, indicou como as suas diretorias locais buscavam pressionar os governos para a aprovação de medidas favoráveis aos ganhos da companhia.

Na década de 1960, contudo, já com dificuldades de conseguir persuadir esses governos, a AMFORP adotou, em nível global, um programa de diversificação econômica, buscando deslocar os capitais investidos no setor de serviços na área industrial, com melhores rendimentos. Esse capital seria aquele obtido pelas indenizações pleiteadas pelas subsidiárias da AMFORP localmente, deixando clara a estratégia da empresa em abandonar os seus serviços deficitários e investir em outros ramos, com maiores rendimentos para os seus acionistas.

Após indicar os momentos da empresa segundo os seus relatórios, aplicamos o conceito de “dissimulação”, utilizado por Reinhart Koselleck (1999), dando a ele validade no caso dos agentes do capital da AMFORP no seguinte sentido: esses agentes sabiam das dificuldades econômicas que os países alvo, agroexportadores e subdesenvolvidos, teriam em atender as expectativas de lucros e rendimentos para os EUA, e, mesmo assim, andaram no limite, ano a ano, da tensão entre interesses privados e públicos, utilizando sistematicamente explicações e cooptações, aos seus acionistas e às autoridades dos países alvo, sobre câmbio e depreciação cambial e as tarifas justas, investindo de forma insuficiente em seus serviços e, após chegar à um nível crítico, empreendendo a busca pela indenização pelo seus acervos em toda a América Latina e países asiáticos.

O conceito de “dissimulação”, aplicado por Koselleck (1999) aos iluministas da França e da Alemanha, indicou a plena compreensão que esses intelectuais tinham do teor de suas atividades de pensamento e de seus impactos para a política de seus países. Com o fito de expandir suas ideias sem serem perseguidos pelos monarcas, indicou Koselleck (1999), os iluministas mantiveram as suas formulações teóricas em um plano do conhecimento

puro, mostrando-se imparciais e alheios à realidade e aos impactos de seus pensamentos para a sua transformação (KOSELLECK, 1999).

Para essa tese, após a leitura dos relatórios da AMFORP e da CAEEB, o *insight* inicial da aplicabilidade do conceito de “dissimulação” verificou-se e entrelaçou-se aos resultados da fatia publicitária e dos combates travados entre a empresa e os brasileiros, pois, permitiu a compreensão de que os agentes do capital, desde os EUA até as gerências das associadas no Brasil, tinham a plena percepção do tipo de investimento entre um país desenvolvido e outro em desenvolvimento.

Desse modo, dissimulando a possibilidade de harmonia entre os interesses privados internacionais com aqueles públicos nacionais, os interesses de suas associadas com os das localidades atendidas no Brasil e em outros países emergentes e subdesenvolvidos, os agentes do capital da AMFORP utilizaram uma estrutura de poder empresarial para enfrentar as iniciativas avessas aos seus interesses, utilizando uma narrativa que indicava a imparcialidade da empresa na busca pelos seus rendimentos, que eram apresentados como conciliáveis com aqueles nacionais, ignorando alguns temas de conflito inevitável, como: as remessas de lucros, as taxas de câmbio, as taxas de importação, e a rentabilidade do investimento e dos valores tarifários.

Com isso, mesmo obtendo o aval das autoridades para muitas de suas pretensões, a AMFORP utilizou uma estrutura empresarial para aplicar estratégias de dissuasão dos agentes nacionais, indicando que os problemas gerados pelos impasses de interesses seriam culpa exclusiva do Estado e de seus agentes, obnubilando o conflito natural entre interesses de um país central do capitalismo com outros emergentes, subdesenvolvidos.

A rivalidade emergente entre Brasil e EUA, indicada por Alberto Moniz Bandeira (2011), foi plenamente observável nesse trabalho, nas entranhas do processo de desenvolvimento nacional e com a presença de um agente estrangeiro, que gerou efeitos na realidade brasileira dissimulados pelo empreendimento da AMFORP, que tinha plena compreensão da fragilidade de harmonia entre os distintos interesses, privados internacionais com aqueles nacionais.

Uma leitura axiomática sobre a realidade e pautada na noção de que uma empresa em liberdade geraria ganhos sociais inevitáveis para o conjunto das sociedades operou nessa dissimulação, que colocou uma empresa ao mesmo tempo interessada e desinteressada

em um plano altruísta, escondendo as suas vontades e omissões, como aqueles presentes no Brasil pela falta de investimentos.

Portanto, para compreender o porquê de a empresa investir tanto em uma publicidade defensiva e os porquês da falta de investimento e dos combates com os poderes locais, é necessário observar os interesses e as estratégias da AMFORP.

6.1.2. Do início promissor às moedas depreciadas na América Latina e no Brasil

De 1928 a 1929, início das operações da empresa em países da América Latina, os relatórios indicavam para os seus acionistas um crescimento “satisfatório”, em que propriedades recentemente adquiridas estavam em territórios com boas perspectivas de crescimento devido a “diversidade geográfica, industrial, comercial, política e econômica” para os empreendimentos da sua Companhia (ANNUAL REPORT, 1929, p. 8).

No ano de 1929, a diretoria da AMFORP chamou a atenção para os novos métodos utilizados por suas subsidiárias para aumentar a demanda por energia elétrica, com a “mais moderna técnica comercial”, através da “introdução de novos usos para a energia elétrica e a venda de mercadorias de primeira classe em lojas bem iluminadas e chamativas”, que tinham por fito aumentar o número de consumidores. Além disso, salientou o aumento do investimento global da empresa de \$ 285,363,840 para 378,553,813 milhões de dólares, com a aquisição de propriedades na China, na Índia, em Cuba, assim como com a construção de barragens e usinas no Brasil (ANNUAL REPORT, 1930, p. 7-8).

Em 1930, entretanto, o impacto da Crise de 1929 se mostrou na fala do presidente da empresa, que indicou as adversidades que atingiram os rendimentos e a expansão das subsidiárias da AMFORP. Ainda sem saber muito sobre o futuro da crise econômica, a explicação para os acionistas foi dada da seguinte forma:

A queda dos negócios pode ser atribuída, inicialmente, a grande depressão, que provocou [...] uma pesada depreciação das taxas de câmbio, quando expressa em moeda americana, o que só é um prolongamento do tempo normal necessário para assegurar e conectar novos negócios o suficiente para obter os ganhos dos grandes aumentos na geração, transmissão e outras facilidades colocadas em serviço durante os dois últimos anos” (ANNUAL REPORT, 1931, p. 3)

As maiores variações de câmbio teriam atingido países com grande recepção de investimentos por parte da multinacional, como foi nos casos do Brasil, da Argentina e da China, o que teria impactado nos rendimentos da AMFORP. A empresa indicava que suas subsidiárias precisariam de um tempo para obter os retornos dos investimentos iniciais em seus serviços, apontando para um panorama positivo após a crise. O relatório fez ainda considerações sobre o consumo, dizendo que as populações “sempre precisam de um tempo considerável para se tornarem eletricamente conscientes e então usarem os aparelhos e motores” (ANNUAL REPORT, 1931, p. 5).

Portanto, o estabelecimento recente da empresa em novos mercados ainda indicava a necessidade de as tecnologias movidas à eletricidade serem aprendidas pelas populações dos países atendidos pelas subsidiárias da AMFORP, e o câmbio ainda não era apresentado como um empecilho para as remessas de lucros. Durante da década de 1930, porém, os relatórios da empresa passaram a indicar o problema cambial.

Em 1931, a direção da AMFORP indicou uma queda de rendimentos em 17% com relação ao ano anterior, e o argumento utilizado para explicar a situação foi o de que essa baixa não teria representado uma queda dos negócios da empresa, mas sim “pequenas perdas” tendo em vista que “somente uma parte dessas receitas de operação das companhias subsidiárias são normalmente convertidas em câmbio norte-americano, desde que os gastos com operação e capital das operações estejam amplamente pagos em moeda local” (ANNUAL REPORT, 1932, p. 3).

E a direção ainda indicou um espírito de cooperação para algumas medidas dos governos atendidos pela AMFORP, salientando que algumas restrições haviam sido feitas para as operações de câmbio, o que obteve adesão da Companhia, que cooperou “com os oficiais de governo dos países interessados em levar a cabo o espírito das regulações, restringindo operações em moedas estrangeiras”. No entanto, foi destacado no texto que todo esforço estava sendo feito para transferir fundos avaliáveis para a moeda estadunidense (ANNUAL REPORT, 1932, p. 4-5).

Aos poucos, mesmo os países se recuperando da crise econômica de 1929, os relatórios passaram a salientar o problema com o câmbio e para os rendimentos de seus acionistas, o que mostra a preocupação da AMFORP, já estabelecida e em expansão na América Latina, China e Índia, em remeter os rendimentos para os EUA com o mínimo de restrições cambiais.

Em 1933, a empresa relatou um quadro positivo para as remessas de lucros, pois, “Depois do desarranjo do câmbio das moedas dos países nos quais as subsidiárias operam flutuaram normalmente em pequeno grau e a conversão dessas moedas em dólares dos EUA as remissões para o exterior puderam ser feitas mais facilmente” (ANNUAL REPORT, 1933, p. 4).

A diretoria, então, informou que estava utilizando um método contábil para lidar com “variações substantivas” das moedas dos países em que as subsidiárias operavam, adotando uma “Declaração de Rendimentos Consolidados da Sua Ccompanhia” (Statement of Consolidated Income of Your Company), que era a computação dos ganhos mensais na média diária das taxas de câmbio de Nova Iorque para cada um desses países, isso pelo fato de alguns desses países criarem meios “oficiais” para limitar operações de câmbio, restringindo a quantidade de dinheiro que poderia ser remetida direta ou indiretamente em dólares. Assim, a empresa buscava declarar os rendimentos das subsidiárias em dólares, indicando a distância entre os rendimentos em sua moeda e como eles eram apresentados em moeda estrangeira (ANNUAL REPORT, 1933, p. 4).

A conformidade das remessas de lucros das subsidiárias da AMFORP para os EUA dependeria, portanto, de um conjunto de fatores internos aos países atendidos, como a sua capacidade de produzir excedentes na exportação de seus produtos para gerar divisas, de modo que os lucros obtidos pela empresa fluíssem para o país de origem do capital. Ter moedas estrangeiras valorizadas em relação ao dólar, segundo a direção da empresa, seria positivo para os resultados da AMFORP, assim como para as remessas de lucros para os EUA.

Nos relatórios da AMFORP, como se verá, por várias vezes foi feita referência à produção principal dos países que eram atendidos pelas subsidiárias da multinacional, e sobre o quanto isso influenciava a depreciação da moeda, a limitação do câmbio para remessas de lucros e os rendimentos dos acionistas da empresa. A grande questão é que a AMFORP atendia países subdesenvolvidos, muitos dos quais optantes por uma política de substituição de importações que gerava uma alta demanda por divisas. Nesse ponto, o conflito iminente de interesses se fez, com conciliações pontuais.

O caso brasileiro indica a ocorrência de muitas conciliações entre os interesses da multinacional e os do país, sempre em condições favoráveis aos interesses privados. Ainda no governo provisório de Getúlio Vargas, foi feito um acordo envolvendo o Banco

do Brasil e a AMFORP, no qual valores bloqueados na quantia de \$ 25,000,000 milhões de dólares seriam remetidos para os EUA em parcelas, por meio da compra de notas emitidas pelo BB e adquiridas pela multinacional, com prazo de seis anos para o seu pagamento. Com isso, os rendimentos da empresa, bloqueados pelo governo federal brasileiro, encontraram um caminho para escoar para o seu país de origem (ANNUAL REPORT, 1933, p. 10-11).

No ano seguinte, 1934, contudo, o governo federal brasileiro teria abolido cláusulas de ajuste de câmbio que teriam sido incorporadas aos contratos de concessões e franquias negociadas no Brasil. “Essas cláusulas de câmbio foram feitas com o interesse de proteger o retorno em ouro de investimentos feitos pelas subsidiárias em melhoramentos físicos em suas propriedades”. Além disso, estariam acontecendo negociações com muitas cidades atendidas, após o governo federal “ter colocado um peso sobre as suas subsidiárias ao barganhar por novas taxas contratuais com as autoridades locais”, e os representantes das subsidiárias estariam, segundo o relatório, “fazendo vigorosas representações para as autoridades sobre os graves efeitos das ações governamentais sobre eles” (ANNUAL REPORT, 1934, p. 4).

No ano de 1935, segundo o Relatório da AMFORO, a situação permanecia complicada, pois,

[...] o problema da conversão do milréis para o dólar dos EUA e das remessas de lucros produzidos no país se tornaram mais difíceis desde o final do ano de 1934, e o milréis em comparação ao dólar foi recentemente depreciado em valor para uma taxa de 5.5 centavos por milréis para uma média de 6.5 centavos para os três primeiros meses de 1935. Como resultado para a inabilidade de remeter fundos do Brasil, as receitas líquidas de operações nas subsidiárias brasileiras no primeiro quarto de 1935 ainda estavam largamente realizadas no país, [o que reduziu os rendimentos da empresa] (ANNUAL REPORT, 1935, p. 4).

O Brasil distou, no relatório desse ano, do quadro delineado pela AMFORP aos seus acionistas, que foram informados de que “As restrições de operações em câmbio estrangeiro aos poucos se tornaram menos severos e taxas confiáveis de livre mercado se tornaram disponíveis” (ANNUAL REPORT, 1935, p. 18-19). E um evento teria gerado a “confiança renovada no futuro do país e incrementou a atividade de negócios”, que foi a eleição de Getúlio Vargas e a adoção de uma nova Constituição para o Brasil. Além disso, o Banco do Brasil teria mantido 46% do total do Câmbio para os interesses dos EUA, assim como o país teria aumentado o número de suas exportações, com o incremento das atividades da produção algodoeira e cacaueteira, que estariam auxiliando o país a se

recuperar da queda do consumo do café e gerando a possibilidade de cobertura cambial para a efetivação das remessas de lucros (ANNUAL REPORT, 1935, p. 23).

De fato, os relatórios de 1935 e 1936 apresentaram melhoras da situação cambial dos países atendidos pelas subsidiárias da AMFORP, com uma “estabilização razoável no câmbio estrangeiro no mundo” e um “melhoramento das condições econômicas em vários países da América do Sul”, com um “crescimento do câmbio nos termos do dólar dos EUA em comparação às moedas desses países”. No ano de 1936, o dinheiro bloqueado nos países atendidos pela AMFORP era “pequeno e em quantidade comparativamente sem importância” (ANNUAL REPORT, 1936, p. 3; 1937, p. 3).

No Brasil, contudo, as relações com a AMFORP oscilavam entre restrição e liberação. A Guerra Sino Japonesa teria gerado “condições de incerteza”, “e a redução do preço das *commodities* pelo mundo geraram problemas de câmbio para os países atendidos pela AMFORP, tornando difícil para a empresa converter os seus ganhos em dólar”. No caso do Brasil, a manutenção da tensão entre os interesses empresariais e os do país gerou a inauguração de “uma política de estrita regulação de câmbio que chegou a fazer, com o resultado de que ali houve restrição na alocação do câmbio” (ANNUAL REPORT, 1938, p. 2-6).

Já sob a ditadura do Estado Novo no Brasil, foi feito um acordo financeiro com os EUA. Os agentes estadunidenses teriam relatado que, durante 18 meses, as restrições de câmbio teriam gerado um bloqueio de \$ 5,200,000 milhões de dólares, e que o acordo entre os países teria como promessa a extensão de créditos pelo EXIMBANK ao Brasil, para a manutenção de \$19,200,000 milhões de dólares em câmbio livre para as futuras exportações dos EUA, que teria como retribuição a garantia de que o Brasil daria “um tratamento igualitário para os acordos atuais ou pósteros em seu próprio território em face de uma legislação ultranacionalista pendente no país que podem ter efeitos adversos sobre os interesses dos EUA” (ANNUAL REPORT, 1939, p. 4-5).

A preocupação da AMFORP exposta aos seus acionistas, novamente, era de que a depreciação cambial gerava dificuldades para converter as moedas locais em dólares americanos, gerava o declínio do valor do câmbio em relação aos dólares dos EUA, afetando adversamente os rendimentos da empresa (ANNUAL REPORT, 1939, p. 6-7).

No Brasil, contudo, a tensão permaneceu e a saída para o impasse foi a efetivação de mais um parcelamento. Em 1939, os rendimentos de estadunidenses bloqueados no Brasil

chegaram ao valor de \$ 6,300,000 milhões, sendo efetivado um novo acordo com o Banco do Brasil para o pagamento em prestações mensais, em dólar, durante o período de 48 meses. Em janeiro de 1940, já teria sido pago o valor de \$ 1,000,000 milhão de dólares. A consideração da direção da empresa era de que, por duas vezes, foram feitos acordos similares para o “lançamento de balanços acumulados”, afirmando que “as obrigações foram prontamente pagas” (ANNUAL REPORT, 1940, p. 5-6).

Fechando os 12 primeiros anos de atividades da AMFORP, a consideração da diretoria sobre o futuro dos países latino-americanos indica a compreensão que eles tinham sobre os seus clientes. Segundo trecho do relatório,

Os países da América do Sul, aonde estão as principais subsidiárias da sua companhia operam principalmente para a produção de bens agrícolas ou da mineração. Se a experiência do passado foi usada como critério, muito das exportações desses países sul americanos não seriam afetados durante o período de guerra porque os combatentes iriam precisar e indubitavelmente conseguir seus produtos. Deveria ser lembrado, contudo, que esses países também necessitam de importações de manufaturados e que os custos de tais importações vão provavelmente aumentar devido em grande parte ao aumento das taxas e de fretes marítimos. Porquanto é impossível profetizar o que vai acontecer depois da guerra, pelo menos é razoável presumir que os países cujos produtos primários são da terra vão ser menos seriamente afetados durante qualquer ajustamento do que seriam os países altamente industrializados (ANNUAL REPORT, 1940, p. 9).

Com essas considerações, que eram sobretudo positivas em torno dos investimentos na América Latina, a diretoria da AMFORP expressou que

[...] os melhores interesses da Companhia continuam a requerer certas quantias de capital de modo a servir o público e manter a posição das subsidiárias de modo que elas possam obter vantagem em qualquer oportunidade para crescer e desenvolver quando o mundo ofertar condições de câmbio mais estáveis (ANNUAL REPORT, 1940, p. 9).

Portanto, era de pleno domínio da diretoria as condições econômicas dos países latino-americanos, de uma economia dependente de bens agrários e de produtos manufaturados. Em outras passagens documentais, ficará mais objetiva a compreensão dos estadunidenses sobre a natureza econômica do Brasil e dos impactos dessa estrutura sobre fatores, como a depreciação e as taxas cambiais.

6.1.3. Pressionando governos por câmbio e tarifas

O equilíbrio agradável à AMFORP era instável e as condições econômicas de cada país atendido geravam desdobramentos nos rendimentos, o que é perceptível pela quantidade de justificativas que a diretoria em Nova Iorque dava aos seus acionistas. A Segunda

Guerra Mundial gerou modificações na narrativa da empresa, que manteve a sua postura de se referir ao câmbio e incluiu, desde o início da década de 1940, a necessidade da obtenção de majorações tarifárias, argumentos que foram reproduzidos até o processo de retirada dos capitais da AMFORP do setor de serviços em todos os países atendidos.

No relatório de 1940, foi indicado que a depreciação das moedas na maioria dos países atendidos pela empresa teria causado um aumento dos preços dos combustíveis, dos salários, dos materiais e dos impostos, o que representaria um aumento dos custos da subsidiária. De posse dessas condições e para as subsidiárias operarem um serviço satisfatório, “os governos deveriam permitir um aumento tarifário para assegurar novos capitais para o aumento das instalações existentes” (ANNUAL REPORT, 1941, p. 8-9).

Sobre o Brasil, o relatório da AMFORP fez referência ao Código de Águas do Brasil, que teria sido promulgado em julho de 1934, para controlar os rendimentos dos capitais investidos em serviços elétricos e em gastos operativos, e para regular a reserva e a justa remuneração do capital com base em aumento de tarifas, o que, no entanto, não teria sido feito, com a proibição de qualquer incremento nas tarifas de serviços (ANNUAL REPORT, 1942, p. 5). Além disso, no ano de 1943, o relatório citou o decreto lei nº 5.764, transferindo para o controle do governo todos os contratos de concessão firmados por municipalidades e estados brasileiros. Todos estariam, desse modo, sujeitos às disposições do Código de Águas, o qual mantinha as tarifas congeladas desde 1934 (ANNUAL REPORT, 1944, p. 3).

É interessante notar que, até o ano de 1941, o Código de Águas teve pelo menos oito anos de existência, sendo pouco mencionado para os acionistas da empresa. As relações da AMFORP com o Brasil indicaram para um período de muita negociação com o governo federal, sempre culminando em atitudes permissivas por parte do Brasil. Desde 1940, entretanto, foi marcante a mudança do tom do discurso, que passou a fazer referência aos custos de operação, e, no caso brasileiro, indicando algo até então inaudito, que foi a questão das tarifas.

Durante a segunda metade da década de 1930, a principal demanda da da AMFORP foi a remessa de lucros para os EUA, o que contou com a compreensão do governo brasileiro. A década de 1940 e o período de Guerra, definitivamente, fizeram com que as diretorias da AMFORP mudassem a sua postura com relação aos países da América Latina, até

porque, como foi indicado nos relatórios, esta passou a ser basicamente o continente com a totalidade do capital investido pela empresa. Os câmbios brasileiro e argentino tiveram um alívio, segundo o relatório, pela quantidade em ouro acumulado pelos países, 1 bilhão de dólares na Argentina e 200 milhões de dólares no Brasil. Com isso, as preocupações da empresa se direcionaram para a regulação e as tarifas nos países.

E essas preocupações surtiram efeitos na realidade brasileira, pois, nos relatórios de 1944 e 1945, após citar o Código de Águas e o congelamento das tarifas nos anos anteriores, o Brasil foi relatado com um país sem problemas regulatórios expressivos, assim como, em 1945, foi citado um decreto do governo federal autorizando o aumento de salários com o respectivo aumento de tarifas no valor de 10%. Esse foi o decreto nº 7.524, de 5 de maio de 1945. Após isso, foi exposto, em 1946, que os aumentos de tarifas estavam apenas sendo autorizados para cobrir os aumentos de salários. Essa situação esclarece, mais uma vez, que o governo Vargas teve que ceder muitas vezes aos EUA e aos interesses de suas empresas (ANNUAL REPORT, 1946).

No período democrático, a situação da AMFORP, contudo, deixou de ser exclusividade do governo federal, e as suas subsidiárias passaram a sofrer pressões políticas em âmbito municipal e estadual (ver capítulo 3). Os relatórios, entretanto, apenas indicaram as inversões que estavam sendo feitas no país, que figurou como aquele que obteve o maior aumento de capacidade de produção, com 94.595 kw adicionais, seguido do México, que obteve 37.575 kw, e Cuba, Colômbia e Chile, cada um com 25.000 kw (ANNUAL REPORT, 1950, p. 7-8).

Essa resposta às pressões políticas brasileiras ocorreu paralelamente às expropriações de propriedades na China e na Argentina, e a AMFORP fez investimentos no Brasil em um momento que os estados estavam se movimentando para constituir seus próprios sistemas de produção de energia elétrica. Na década de 1950, com o segundo governo Vargas e a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, a empresa encontrou uma fonte de financiamento para as suas obras, o que se somou aos empréstimos do EXIMBANK feitos à AMFORP e suas subsidiárias (ver capítulo 4).

Desse modo, o aumento de tarifas justificado pelo aumento de salários e para a atração de investimentos e as fontes de financiamento público, estadunidense e brasileiro se tornaram os meios da AMFORP aumentar os seus rendimentos sem maiores gastos de

capital. Aos poucos, quando os empreendimentos estatais começaram a ter efeitos sobre a realidade brasileira, as subsidiárias também passaram a se beneficiar ao comprar a energia elétrica das novas empresas e revendê-las aos consumidores.

É notável que, por algum tempo da década de 1950, os interesses da AMFORP em obter maiores rendimentos com taxas de câmbio favoráveis e aumentos tarifários constantes foram efetivados. A situação teria chegado ao ponto de a AMFORP incluir o Brasil, o Chile e o México no campo de países que teriam legislações e outros programas designados para colocar a indústria da eletricidade em uma base econômica sólida, podendo, desse modo, atrair grandes quantidades de capital requeridas para a expansão da demanda por eletricidade nesses países com rápido e progressivo crescimento. Isso sem perder de vista o elogio às agências de financiamento nacionais nesses países, que teriam mostrado interesse nos programas de expansão das subsidiárias da AMFORP, auxiliando as empresas com financiamento em moeda local, enquanto, por outro lado, o Eximbank vinha auxiliando as subsidiárias com “incalculável assistência” (ANNUAL REPORT, 1957, p. 3).

No relatório de 1956, alguns entendimentos sobre os países da América Latina são interessantes para a compreensão da forma de atuação da empresa. Após relatar os maiores ganhos em 20 anos com promessas de pagamento de dividendos mais altos, boas perspectivas eram anunciadas para o ano de 1957, com a indicação de que as instabilidades em países da América Latina deveriam ser tomadas individualmente, pois cada um deles deveria ser entendido como uma “entidade separada, com suas próprias oportunidades e problemas, assim como a sua própria forma de negociação” (ANNUAL REPORT, 1957, p. 6).

Além disso, era salientada a crença da AMFORP de que os países da América Latina, com seus níveis incríveis, com a diversidade de recursos e uma crescente demanda por capital e bens de consumo, poderiam ampliar o seu entendimento sobre a necessidade da criação de um ambiente favorável para os investimentos estrangeiros, assim como “a sua crença nos mesmos princípios da liberdade, da iniciativa individual e da responsabilidade espiritual que todos nós prezamos [que] indicam um grande futuro para o povo e para as nações dessa área” (ANNUAL REPORT, 1957, p. 6).

Mas, mesmo o quadro favorável à AMFORP ainda carecia de reparos, segundo o relatório, que expôs a situação da empresa no país desde 1953:

No Brasil, nosso problema se tornou agudo desde 1953, por conta do declínio do valor do cruzeiro e pelo fato de que a taxa de retorno é limitada ao custo original em cruzeiros. Algum melhoramento ocorreu em 1956 por razão de autorizações de sobretaxas para compensar o custo aumentado da remissão de lucros em dólar e ações resultantes do declínio do cruzeiro. Apesar do tratamento simpático por parte do Governo, que providenciou todo alívio possível frente as leis existentes, a legislação básica deve ser revisada se quiser atrair capitais. Isso foi reconhecido pelo governo brasileiro, que submeteu um Projeto de Lei ao Congresso Nacional, designado a permitir um justo retorno para as companhias de eletricidade (ANNUAL REPORT, 1957, p. 13).

A AMFORP demonstrou, novamente, uma insatisfação com a legislação que permitia que ela tivesse rendimentos com base no custo original da empresa e de seu acervo, sem uma atualização desses valores segundo as mudanças dos custos dos equipamentos. Apesar de todos os auxílios financeiros de agências estatais; de todas as autorizações para aumentos tarifários obtidos pela empresa, a AMFORP criticou a legislação estabelecida no Código de Águas, “que baseou a taxa de retorno das empresas de eletricidade no custo histórico expresso em moeda local” (ANNUAL REPORT, 1957, p. 21).

É importante destacar que o primeiro problema atribuído pela AMFORP para as suas operações nos países atendidos e no Brasil foi o câmbio e a depreciação da moeda. Em momentos em que o câmbio alcançou certa estabilidade, o problema das tarifas foi levantado pelos agentes da empresa. Quando esse problema foi “aliviado”, apareceu a questão dos rendimentos da empresa baseados em seu custo histórico, o que atrapalharia o rendimento da empresa e, por sequência, a atração de novos capitais. A empresa seguiu a lógica da maximização dos seus ganhos, e isso nada tinha a ver com os efeitos econômicos deletérios que poderiam ter para o Brasil.

Na verdade, os interesses privados encontravam pontos de impasses com os interesses coletivos do país, e os agentes do capital, para convencer tanto os seus acionistas quanto as autoridades dos países atendidos pela multinacional, dissimulavam a impossibilidade de existir um desenvolvimento equilibrado entre o capital estrangeiro e as necessidades nacionais. Para que isso ocorresse, sempre existia um empecilho, uma lei, uma medida, uma barreira “restritiva” a ser derrubada. E quando isso ocorria, surgia outra, e outra. Esses agentes sabiam que os países atendidos pela AMFORP, como era o caso do Brasil, tinham projetos de desenvolvimento econômico que previam a substituição de importações e que, para isso, precisavam de divisas, das quais as remessas de lucros

utilizavam boa parte. E a mistura de uma estrutura econômica que vendia mercadorias de baixo valor agregado e que utilizava as divisas dessas vendas para a compra de máquinas e instrumentos de alto valor agregado tinha incongruências ontológicas que dificultavam a harmonia entre o capital privado internacional e as necessidades de desenvolvimento econômico industrial nacional.

Vale destacar, pelos relatórios da AMFORP, que ela conseguiu, no Brasil, atingir seus objetivos, mas, sempre colocava mais metas para alcançar as condições do “livre mercado”, com câmbio favorável; “taxas justas de retorno”; “tarifas adequadas” para a atração de novos capitais. Entendendo o Brasil enquanto “entidade separada” das demais, a empresa foi mitigando as legislações criadas para a defesa dos interesses públicos e coletivos nacionais em detrimento das suas necessidades de acumulação de capital e dos interesses de seus acionistas. E, quando teve dificuldades, abandonou a busca pela solidariedade das autoridades aos seus desígnios para uma animosidade, impondo a sua propaganda.

A diretoria também relatava os trâmites legislativos em torno de alterações favoráveis à AMFORP. Teria sido submetido um projeto de lei no Congresso Nacional Brasileiro “designado para prover um clima de investimento apropriado para as empresas de utilidades públicas”, que alteraria os seguintes aspectos da legislação vigente: 1) a reavaliação das usinas das subsidiárias no valor atual e a permissão do rendimento com base nesse valor; 2) a subsequente reavaliação para manter o valor corrente com os custos de construção e outros índices adequados; 3) ajustes automáticos em taxas para compensação por aumentos dos custos, tais como os de combustíveis, mão de obra e compra de energia (ANNUAL REPORT, 1957, p. 22).

A indicação feita aos acionistas foi a de que, mesmo que tal projeto ainda estivesse em debate no Congresso Nacional, o presidente brasileiro já tinha tomado algumas medidas para aliviar as companhias de eletricidade, com a promulgação de um decreto que permitiu às empresas de energia elétrica terem quotas adicionais para cobrir a depreciação cambial, assim como permitiu um prêmio sobre as taxas oficiais que incorriam sobre a amortização de débitos estrangeiros e o pagamento de juros.

O relatório de 1957 deixou mais clara a opção da AMFORP em atuar em quatro frentes com relação aos países atendidos por suas subsidiárias, o que foi percebido no caso

brasileiro: 1) obter financiamentos de empresas estatais dos países alvo; 2) aumentar os valores das tarifas dos consumidores para melhorar a atração de capitais; 3) manter quotas de câmbio para remessas de lucros; 4) pressionar as autoridades por leis menos “restritivas”.

Numa carta do presidente da AMFORP aos acionistas, ele se referiu ao auxílio do Eximbank, do BNDE brasileiro, da Nacional Financeira do México e da Nacional Financeira de Cuba, todos “solícitos no provimento de créditos para cobrir parte dos gastos em construções em moedas nacionais para a compra de materiais nacionais, equipamento e contratação de mão de obra”. Além disso, considerou que, em países, como o Brasil, o México e o Chile, era “urgentemente necessário um aumento das tarifas que ajudariam a minorar os efeitos da inflação em seus custos de operação”.

Especificamente sobre o Brasil, na parte do relatório dedicada ao país, foi exposto que os “programas de construção estavam dependentes de uma revisão do regime de regulação existente naquele país que relata uma taxa de retorno para uma taxa de custo original em moeda local”. Apesar dessas indicações, o relatório indicou que “as subsidiárias brasileiras continuaram a fazer remissões periódicas de juros e dividendos em 1957, mas o total de remissões foi menor do que 1956” (ANNUAL REPORT, 1958, p. 4-5; 12; 29).

Mas, uma fala do presidente da AMFORP, Henry B. Sargent, foi de singular importância. Em carta aos seus acionistas, seu discurso saiu do âmbito empresarial e alcançou o discurso político quando criticou seus conterrâneos que apregoavam restrições aos vizinhos latino-americanos, reconhecendo que, da crise que alguns desses países enfrentavam, “muitos desses problemas derivaram de sua tradicional dependência da produção e exportação de bens primários e alimentícios que, de tempos em tempos, ficam sujeitos a sérias flutuações em seus preços” (ANNUAL REPORT, 1958, p. 5).

Além disso, Sargent conclamou a compreensão de que “os produtos latino americanos eram quase tão importantes para o povo dos EUA quanto para os seus amigos latino americanos”. “Tal visão”, em sua opinião,

[...] ignora a natureza fundamental das relações interamericanas. Os países da América Latina são um reservatório não somente de produtos primários, mas de amizade; e nós tivemos sorte em ambos no tempo das necessidades (ANNUAL REPORT, 1958, p. 5).

Além de o relatório indicar as necessidades da AMFORP para obter maiores rendimentos no país, indicou ainda as características estruturais de países que dependiam da “produção e exportação de bens primários [...] sujeitos a sérias flutuações em seus preços”, assim como conclamou seus concidadãos a não restringir a compra das mercadorias dos amigos “latino americanos”, que não seriam apenas “um reservatórios de produtos primários, mas de amizade”.

Esses trechos corroboram o conceito de dissimulação dos agentes do capital, pois, indicam o conhecimento desses sobre as condições adversas que atingiam as relações entre os dois países, ao mesmo tempo em que procurava explorar mais ainda condições favoráveis para o rendimento do capital, apelando para a necessidade de manter a “amizade” dos países latino-americanos, o que significava manter os investimentos em capitais e a compra dos produtos desses países. Existia o conhecimento de que as condições desses países, no melhor dos casos, tendiam a um desequilíbrio, e que, para manter as relações internacionais com aqueles países saudáveis, os investidores e políticos dos EUA deveriam entender que esse intercâmbio era importante politicamente.

Mas os reais interesses da AMFORP permaneciam na maximização dos seus ganhos. Enquanto nos diversos campos políticos de estados brasileiros a empresa alegava não remeter lucros para o exterior, nos relatórios de seus acionistas, as falas foram diferentes, e indicavam uma vontade de obter maior rentabilidade nesses países. No relatório de 1958, foi citado o “mais sério impedimento no Brasil”, que teria sido a “restrição para que as companhias de eletricidade obtivessem uma taxa de retorno baseada no custo histórico de suas propriedades, expressas em moedas locais”. Essa situação estaria sendo remediada “por uma lei que autoriza às companhias a re-expressar as contas de suas usinas tanto como estabelecer taxas mais próximas dos valores atuais” (ANNUAL REPORT, 1959, p. 5-6).

E mais uma vez, é possível notar a dissimulação de que um equilíbrio seria possível entre países com campos produtivos distintos e com interesses econômicos conflitantes. Indicando a proximidade de interesses dos países que faziam regulações para o setor de utilidades e as empresas que buscavam as suas alterações, o Relatório da AMFORP disse que

Esses objetivos estão inter-relacionados, e, em última análise, dependem da realização de um retorno razoável do investimento: pois sem ganhos, a

expansão se torna impossível; sem expansão, o serviço se torna inadequado; e ambos, expansão e bons serviços dependem da habilidade em reunir novos capitais. Se o sistema regulatório não permite um retorno apropriado para o capital investido, e não aplica uma proteção adequada para o investimento contra a erosão inflacionária e riscos políticos, os novos capitais não podem ser obtidos. Entre as medidas necessárias para realizar [o encorajamento do capital], em adição às taxas apropriadas de retorno, estão a habilidade de reexaminar as contas de capital e bases tarifárias, que são expressas em moeda local, tanto como evitar a erosão do capital pela provisão de ajuste de taxas por uma pronta compensação nas mudanças com gastos de operação (ANNUAL REPORT, 1959, p. 14).

Os interesses dos países e da AMFORP se harmonizariam caso os primeiros alterassem as suas leis favoravelmente à segunda, permitindo assim o seu desenvolvimento. Desse modo, seriam os próprios estados latino-americanos que estariam se prejudicando ao restringir o campo de ação dessas empresas. No entanto, vale destacar que, reiteradas vezes, a AMFORP obteve os seus objetivos nesses países, e no Brasil em específico, e, na lógica maximizadora, buscou o rendimento constante e crescente para os seus acionistas, assim como uma maior mobilidade desses rendimentos para os EUA. Após soluções, surgiam preocupações.

Um dado do relatório de 1959 corrobora essa tese, pois, ao indicar a capacidade de geração de energia e a efetiva produção daquele ano em Cuba e no Brasil, a diretoria deixa indícios de que, no segundo, a exploração de energia elétrica foi levada a níveis perigosos do uso da capacidade instalada. Do total da população atendida pela AMFORP, que era de 20.623.000 milhões de pessoas, 7.464.800 eram do Brasil, sendo do total de 2.832.849 consumidores, 841.929 atendidos no país. A capacidade instalada para produção de energia elétrica figurava em segundo lugar, com 399.924 kw, atrás apenas de Cuba, que tinha 479.646 kw de capacidade instalada. No entanto, a produção efetiva brasileira era quase o dobro em relação à cubana, com 2.776.360 kw em comparação aos 1.880.592 kw de Cuba.

Ou seja, com uma menor capacidade instalada, o Brasil gerava mais energia elétrica, explorando bem mais a sua capacidade instalada, o que explica o fato de a AMFORP ter os seus serviços criticados por excesso de carga. O caso brasileiro foi dramático, pois, aos poucos, a estrutura de serviços da AMFORP foi se tornando deficitária e simplesmente deixou de atender as necessidades básicas da vida urbana do país (ANNUAL REPORT, 1960, p. 2).

Mantendo a narrativa sobre os entraves aos investimentos, o relatório da AMFORP indicou que “o declínio dos rendimentos das companhias brasileiras, quando expressas em dólar, é atribuível para a maior depreciação no valor da moeda e ao fato de que a taxa de retorno é calculada em uma taxa base em cruzeiros históricos”. Não estando aptas a remeter lucros de débitos registrados por uma taxa de câmbio preferencial e obter por meio de taxas de serviços a diferença entre a taxa oficial e a preferencial, a perda do valor do cruzeiro teria causado a queda dos rendimentos das concessionárias. Uma lei teria sido aprovada no Congresso Nacional permitindo a reavaliação dos valores das companhias, mas não havia sido instituída a regulamentação da nova regra (ANNUAL REPORT, 1960, p. 13).

6.1.4. Dos serviços públicos ao Programa de Diversificação dos Investimentos

Após ter suas propriedades nacionalizadas em Cuba e no estado de Porto Alegre, no ano de 1959, a AMFORP criou uma alternativa para seus investimentos, o que se tornou, em seguida, um novo programa da empresa. O escopo passou a ser obter as indenizações pelos acervos da empresa para investir em setores “mais rentáveis”, e os exemplos para tal caminho foram os da Argentina, do México e da Venezuela, nos quais a empresa havia conseguido negociar com os governos a nacionalização das subsidiárias com o pagamento de indenização. Em 1960, 11% dos investimentos da empresa já estavam sendo aplicados em setores alternativos ao de utilidades públicas.

Um trecho da carta do presidente da AMFORP aos acionistas, contido no relatório da empresa, indica a plena compreensão que um agente do capital tinha sobre a natureza das relações entre as suas comandadas e os países nos quais elas atuavam:

Eu já apontei em outra ocasião que um dos grandes obstáculos dos negócios privados em serviços públicos na América Latina foi a instabilidade econômica com as quais alguns países sofreram, combinadas com a inabilidade das subsidiárias em obter aumentos nas tarifas de serviços para compensar os custos adicionais dos serviços. É significativo que, nos mesmos países, os negócios distintos dos de utilidades foram capazes de aumentar os preços de seus produtos em resposta às alterações dos níveis de preços e em geral deram bons retornos para os seus acionistas. Essa é a crença gerencial de que o futuro da Foreign Power se assenta na conversão dos seus investimentos de negócios de utilidades para os negócios internacionais diversificados. Isso, acreditamos nós, vai produzir estabilidade tão bem como um crescimento aumentado dos rendimentos, enquanto, ao mesmo tempo, prestando um mais progressivo e construtivo papel nos países atendidos. Deve ser claramente entendido que onde as subsidiárias da companhia estão autorizadas a obter um justo retorno

em suas propriedades de utilidades, as subsidiárias vão continuar a cumprir as suas obrigações e providenciar serviços de utilidades de alta qualidade e expandir os seus serviços para manter o ritmo que o crescimento demanda. Onde isso não for permitido, não existe outra alternativa que não seja a venda dessas propriedades (ANNUAL REPORT, 1961, p. 4-5).

Assim, ao relatar a impossibilidade de a AMFORP alcançar seus objetivos de rendimentos, o presidente afirmou categoricamente que a opção seria a venda dessas propriedades para o investimento alternativo ao setor de serviços em um novo programa de investimentos, o Programa de Diversificação dos Investimentos (*Diversified Program System*).

No México, a AMFORP havia investido em uma fábrica de tubos de aço; na Argentina, em uma fábrica de touros mecânicos e em outras de impressão; na Venezuela, foram investidos debentures em uma fábrica de Carbono, a *United Carbon*. Portanto, quando países atendidos pela AMFORP não ofertaram um “justo retorno” para os seus investimentos, a empresa simplesmente se retirou do setor, que já estava depauperado e com fortes pressões em vários países da América Latina.

As expropriações das propriedades de suas subsidiárias se tornaram o mote para a AMFORP tomar essa iniciativa, apesar de ter continuado a operar em países que ainda ofertavam um “justo retorno” (ANNUAL REPORT, 1961, p. 4-5). O Brasil foi um desses países, só sendo inserido no novo programa de investimentos a partir de 1962, quando o governo federal estabeleceu conversas claras sobre a encampação das subsidiárias da AMFORP.

Portanto, a dissimulação dos agentes da AMFORP era patente com relação à América Latina, pois, existia o conhecimento, para além do discurso da possibilidade, de que um equilíbrio desse tipo de investimentos era muito difícil e que, após verificar obstáculos para os investimentos de seus acionistas, que seriam atribuídos aos governos, a empresa passou a assegurar indenizações para investir em setores mais rentáveis, com maior flexibilidade para obtenção de majoração de preços e menor regulação.

Enquanto o Brasil não foi inserido no novo programa de diversificação de investimentos, a narrativa da AMFORP se manteve intacta. Tendo a consciência da situação da balança de pagamentos do país, indicou que o presidente Jânio Quadros tinha realizado um programa positivo de austeridade para eliminar as fontes de inflação para alcançar a estabilidade econômica, mas, mesmo assim, salientava que a empresa ainda não havia se

beneficiado da legislação de 1958, que dava “providência à reavaliação de ativos fixos de todas as companhias e o uso dessas quantidades reavaliadas na determinação da taxa base”. A compensação estaria sendo feita por meio da possibilidade dada às empresas em remeter juros para o pagamento de débitos registrados no exterior (ANNUAL REPORT, 1961, p. 13).

Foi no relatório de 1962 em que o Brasil entrou no campo de expectativas do *Diversified Program System*, após o então presidente, João Goulart, ter iniciado negociações para a compra do acervo das subsidiárias da AMFORP no Brasil. Os entendimentos teriam sido o “mais importante acontecimento do ano”, e teriam tido como referência os acordos realizados no México, na Argentina e na Colômbia, isso desde que “os rendimentos da Foreign and Power erodiram pela inflação e pela inabilidade em obter tarifas compensatórias por meio de aumentos”. A perspectiva com a diversificação era um fortalecimento do poder econômico da empresa (ANNUAL REPORT, 1963, p. 3).

O acordo foi estabelecido após a visita do presidente estadunidense, John Kennedy, ao presidente brasileiro, João Goulart, e a empresa previa que os seus 50.000 mil acionistas com ações diretas e indiretas, com a “reabilitação de rendimentos significativos no Brasil” iriam obter um melhor rendimento. Além disso, os casos de empresas encampadas pelas unidades federativas do país, como Porto Alegre, Pernambuco e Espírito Santo, também entrariam nos entendimentos entre o governo federal, o governo estadunidense e a AMFORP.

No Brasil, as subsidiárias da AMFORP foram encampadas no ano de 1965, após um acordo fechado com a ação do governo federal, e a indenização foi transferida para a BEPCO e EBASCO, esta, a mesma empresa que foi acusada de prestar assessorias superfaturadas pelas comissões de tombamento estabelecidas para o Rio Grande do Sul e para Pernambuco (HAUSMAN et al., 2008). Sendo inserido no novo programa de investimento da multinacional, o Brasil teria os seus serviços de eletricidade confiados à companhia estatal, Eletrobras, enquanto a indenização paga à AMFORP foi direcionada pela BEPCO e pela EBASCO para outros setores da economia brasileira, mais rentáveis aos acionistas da empresa.

Na próxima sessão, vamos indicar a forma como a AMFORP operou os seus interesses no Brasil, através da análise dos relatórios da CAEEB, de 1934 a 1965, o que permite

compreender a lógica organizativa da empresa no país e esclarecer o entendimento da ação social e política da empresa expressa em sua publicidade, representada não só pelo “Seu” Kilowatt, como em suas notas de esclarecimento lançadas ao público nos diversos combates ocorridos no Brasil.

De uma publicidade que buscava a cooperação e a solidariedade das autoridades, a AMFORP lançou mão de uma propaganda midiática organizada pela CAEEB de defesa e de ataque quando seus interesses foram confrontados.

6.1.5. A efetividade da estrutura multidivisional descentralizada no Brasil: a atuação da CAEEB na dissimulação do capital no Brasil

Efetivar a política da AMFORP no Brasil foi uma tarefa da CAEEB, empresa formada para dar assessoria às empresas associadas no grupo no país. O Centro de Memória da Eletricidade disponibilizou, para esta pesquisa, tanto alguns relatórios da AMFORP quanto a coleção da CAEEB, e é esclarecedor ler os documentos da empresa sediada no Rio de Janeiro sobre sua ação.

Vale lembrar que seguimos, nessa tese, o caminho proposto por Peter Burke (2017) para a análise de imagens, da possibilidade de começar a análise documental dos anúncios da empresa, tratados como indícios, para, então, levantar questões relevantes para a análise das relações entre Brasil e Estados Unidos por meio da AMFORP.

Neste trabalho, é bom recapitular, indicamos a publicidade da AMFORP como *instrumento* e canalizador de *experiências* estadunidenses no Brasil, mas também indicamos as narrativas da empresa aos públicos (acionistas, consumidores e autoridades), que, por sua vez, não isentaram as Companhias Concessionárias de *embates* e *combates* em torno da sua atuação. Mais do que isso, existiram *grandes combates* que colocaram frente a frente os interesses públicos nacionais e os interesses privados internacionais. Portanto, a análise das imagens serviu para levantar questões relevantes sobre as relações entre o Brasil e os EUA por meio da AMFORP.

Nesse capítulo, dedicado aos *interesses* e *estratégias* da AMFORP, analisar os relatórios da CAEEB significa empreender um esforço de compreensão sobre a prática da multinacional, haja vista que a subsidiária agiu como formuladora das políticas mais gerais da Companhia e prestou esses serviços para todas as empresas associadas. Desse

modo, é relevante se referir à *Business History*, ramo do campo historiográfico com o qual essa pesquisa dialoga.

Segundo Alexandre Saes e Caroline Gonçalves (2017), Alfred Chandler se tornou a referência dos estudos sobre as empresas, sendo a sua obra dividida em dois trabalhos: a obra *Strategy and structure* e a obra *Scale and scope*. Na primeira, Alfred Chandler teria se dedicado a um esforço de identificação compreensiva e comparativa acerca do funcionamento das empresas do tipo fordista, e na segunda, o autor teria se aproximado da teoria organizativa, que, por sua vez, serviria mais às necessidades de outras áreas e não àquela da *Business History* (SAES; GONÇALVES, 2017).

Importante para a compreensão da atuação da AMFORP / CAEEB e das suas subsidiárias de operação no Brasil é o entendimento de como a estrutura da empresa é definida em torno de uma estratégia global do empreendimento. E a análise que o autor empreendeu sobre empresas estadunidenses engloba perfeitamente o período de atuação da multinacional do grupo *Bond and Share* no Brasil, o que nos permite utilizar esse aparato de informações para cercar o objeto desse estudo.

No livro *strategy and structure*, Chandler empreendeu um estudo comparado de quatro empresas, no qual ele percebeu a adoção de uma *estrutura multidivisional descentralizada*, adotada para atender às estratégias dos agentes da capital. Essa experiência histórica pode ser perfeitamente percebida com relação à AMFORP / CAEEB no Brasil. Segundo Chandler, a empresa multidivisional descentralizada funcionou da seguinte maneira:

[...] O escritório geral planeja, coordena e avalia o trabalho de várias divisões operacionais e distribui entre elas o pessoal, o equipamento, as verbas e outros recursos necessários. Os executivos encarregados dessas divisões, por sua vez, tem sob seu comando a maioria das funções necessárias para lidar com uma linha de produtos ou um conjunto de serviços numa ampla área geográfica, sendo cada qual responsável pelos resultados financeiros de sua divisão e por seu sucesso de mercado (CHANDLER, 1998, p. 122, APUD BELLINGIERI, 2012, p. 33).

A estrutura da AMFORP é um indicativo da proporção do empreendimento, pois, só para atuar no Brasil, a Companhia tinha uma estrutura montada na CAEEB para proteger os interesses das suas associadas. A empresa planejava as ações das associadas no país por meio de várias divisões especializadas, que atendiam às diretrizes gerais da AMFORP. Eram divisões para lidar com a publicidade da empresa no exterior, com questões

jurídicas em nível estadual e federal, com departamentos especializados em tarifas, e muitos outros descritos nessa seção. A questão é que uma empresa multidivisional tem a sua estrutura criada para atender à estratégia da empresa, cujos principais objetivos são definidos pela demanda, pela concorrência e pelas fontes de suprimento.

A AMFORP e suas associadas, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, contaram com problemas cambiais para remeter lucros ao exterior, assim como com a animosidade do público e das autoridades presentes nos países desse continente. Para intensificar ainda mais os problemas, a empresa estava em um contexto de domesticação da indústria de serviços públicos, e, para isso, adotou estratégias incisivas para a manutenção dos seus lucros nos países atendidos por seus investimentos. Portanto, o escopo da empresa era maximizar os rendimentos de seus acionistas em um contexto desfavorável à legitimidade dos ganhos privados em setores públicos, o que é verificável no Brasil. Para dar conta dessas demandas, a CAEEB foi uma frente especializada que prestou serviços e assessoria às empresas associadas, dentre as quais aquelas elencadas como amostras para esse trabalho.

Os relatórios da CAEEB, de 1934 em diante, indicam a estrutura formada para prestar esses serviços. No alto escalão, era escolhido um presidente e três diretores vice-presidentes, assim como um diretor tesoureiro, um diretor procurador, um diretor comercial e um diretor secretário. Abaixo, estavam diversos departamentos especializados, como: Publicidade, Transviário, Engenharia, Contabilidade, Comercial Legal (assuntos jurídicos); Médico; de Tarifas; da Secretaria; Departamento de Desenvolvimento Comercial (substituiu o Comercial, em 1956); Departamento de Desenvolvimento Econômico (que substituiu o anterior, em 1958).

Esses departamentos prestavam serviços especializados para as empresas associadas, como: a apresentação de problemas e soluções jurídicas, o contato com autoridades, a aplicação de soluções de engenharia, o controle das publicações sobre a empresa em todas as áreas de atuação, a promoção da empresa no exterior para possíveis acionistas, a disseminação de notas explicativas ao público sobre as críticas que ela recebia, e a participação em campanhas de autoridades brasileiras, como a Semana de Prevenção a Acidentes e a Semana da Árvore.

Desse modo, é possível compreender a forma como a empresa se estabeleceu nas suas regiões de atuação e o quanto a sua estrutura estava preparada para lidar com críticas intensas aos seus serviços. Na Tabela 2, abaixo, expomos as atribuições de cada departamento da CAEEB, funções identificadas a partir dos seus relatórios de 1934 até 1961.

Departamentos desde 1934 (e surgidos depois)	Função	Mudanças
Departamento Transviário	Prestar assessoria para as companhias de serviços de bondes e transportes públicos.	
Departamento de Engenharia e Construções	Aconselhar e auxiliar as Companhias Associadas nos seus problemas técnicos relativos à operação de serviços.	
Departamento de Contabilidade	Realizar estudos de contabilidade das diversas companhias no tocante aos métodos contábeis; Acompanhar as medidas do governo federal no tocante aos interesses das associadas quanto a cobranças e recebimento de contas, serviço de reclamações, e informações estatísticas; Orientar sobre Caixas de Pensões e Aposentadoria.	
Departamento Comercial	Promover a venda de aplicativos elétricos por meio da atração de novos consumidores; Promover de cursos para senhoras e cozinheiras sobre o uso econômico de eletricidade no lar; Promover conferências no comércio e nas fábricas.	(1958) Transformação em Departamento de Desenvolvimento Econômico: Fornecer dados precisos e atualizados aos clientes; Aprimorar a relação com os consumidores através da distribuição de panfletos e campanhas utilizando o “Seu” Kilowatt; Criar folhetos para fazer publicidade da empresa no exterior.
Departamento Legal	Prestar assistência jurídica às associadas sobre as mudanças da legislação federal.	
Departamento de Publicidade	Disseminar informações no exterior sobre as possibilidades de negócios no Brasil; Assistir às associadas na promoção do desenvolvimento das indústrias e do comércio locais.	(1946) Aconselhar a publicação de correspondências com o poder público para o esclarecimento dos consumidores e clientes contra acusações; (1951) Acompanhar e examinar o que se publicava nas imprensas locais sobre a empresa, respondendo as queixas e as reclamações formuladas contra a empresa; (1952) Promover a publicação de folhetos dos relatórios anuais das

		diretorias das companhias associadas aos acionistas e pessoas interessadas.
Departamento Médico	Cooperar com as Caixas de Pensões e Aposentadoria; Cooperar com instituições médicas dos estados; Cooperar com visitas e inspeções para a prevenção de acidentes.	
Departamento de tarifas (1937)	Prestar auxílio na solução de problemas “normais dessa natureza”; Elaborar o preparo de petições e memoriais justificativos de aumentos.	
Departamento Financeiro (1937)	Obter câmbio; Auxiliar as empresas em suas transações com estabelecimentos bancários; Fazer a contabilidade de assuntos especiais; Preparar relatórios financeiros e contábeis.	
Departamento de Secretaria (1938)	Fornecer às companhias clientes serviços de preparo de relatórios de assembleias gerais e reuniões de diretorias.	
Desenvolvimento Comercial (1956)	Superintender todas as atividades concernentes à expansão econômica das áreas servidas.	

Tabela 2 – A estrutura da CAEEB. Produção do autor com base nos relatórios CAEEB de 1934 até 1961

Com o passar do tempo, alguns departamentos foram sendo transformados e assumindo tarefas impostas pelo momento, assim efetivando os interesses da AMFORP. Os temas do câmbio, das tarifas, da relação com as autoridades e com os seus acionistas nos permitem indicar o funcionamento dessa estrutura, bem como afirmar que ela era poderosa e foi raramente combatida à altura pelas autoridades regionais brasileiras.

Assim, as diretrizes gerais da AMFORP, expostas no tópico anterior, eram efetivadas pelos departamentos da CAEEB, prestadora de serviços às suas subsidiárias, e esta, com uma estrutura departamental diversificada e especializada, fornecia os materiais para as subsidiárias, que tinham a sua divisão departamental espelhada à da sua matriz. Desse modo, será possível, mais uma vez, indicarmos a produção e os efeitos da dissimulação do capital no Brasil, pois, algumas questões, como: câmbio, tarifas, assuntos jurídicos, e relação com autoridades públicas, são patentes nos relatórios.

Ao final desta seção, contudo, outra informação salta aos olhos, que é a discrepância entre os investimentos efetivados em São Paulo e Curitiba com relação ao restante das cidades

atendidas, o que demonstra que a AMFORP, para além de buscar caminhos para remeter lucros para o exterior e para aumentar a sua rentabilidade, direcionou a maior parte dos seus investimentos para as regiões mais rentáveis, apenas adotando paliativos para as cidades consideradas menos rentáveis.

Novamente, fica evidente que os interesses públicos do país eram de difícil conciliação com aqueles da AMFORP, e a CAEEB executou a política da empresa por meio de sua estrutura. Vamos, então, pontuar as questões do câmbio, das tarifas e dos assuntos jurídicos, que dão uma unidade ao *corpus documental* da empresa, que data de 1934 até 1965.

Uma informação a ser destacada dos relatórios da CAEEB, é a sua ligação com a EBASCO, indicada nas comissões de tombamento contábil do MIAG e CNAEE. A EBASCO comprou ações da *Bond and Share* (Figura 94) e passou a prestar serviços para a CAEEB em 1936 (VENDA DE AÇÕES, 1936, p. 19). Portanto, a acusação de que as assessorias da EBASCO feitas à CAEEB, como forma de remeter ilegalmente lucros para o exterior, encontrou amparo por parte dos investigadores na ligação entre as empresas, que era muito próxima, afinal, a EBASCO prestava serviços à empresa da qual tinha adquirido ações.

Form 7007

For Value Received, WE ELECTRIC BOND AND SHARE COMPANY
 hereby sell, assign and transfer unto EBASCO SERVICES INCORPORATED
 2 RECTOR STREET, NEW YORK, N.Y.

NINE THOUSAND EIGHT HUNDRED — (~~9800~~) Shares of the
 Capital Stock of the EMPREZAS ELECTRICAS BRASILEIRAS S. A.

standing in OUR name on the books of said EMPREZAS ELECTRICAS
 BRASILEIRAS S. A. represented by Certificate No. 42 herewith
 and do hereby irrevocably constitute and appoint _____
 _____ attorney to transfer the said stock on the books of the within named
 Company with full power of substitution in the premises.

Dated NOV. 23. 1935 ELECTRIC BOND AND SHARE COMPANY
 _____ VICE PRESIDENT

IN PRESENCE OF _____
 _____ TREASURER Signature guaranteed

Figura 94 - VENDA DE 9.800 AÇÕES, 1936, p. 6

Em um ofício confidencial, enviado da empresa nos EUA para a CAEEB, foi informado que a EBASCO havia sido organizada sob as leis do Estado de Nova Iorque e que iria operar serviços juntamente à Bond and Share, nos EUA e no exterior. O Pessoal da EBASCO SERVICES INCORPORATED seria “praticamente idêntico ao pessoal até o momento mantido pela Electric Bond and Share”, recebendo “os mesmos serviços da EBASCO SERVICE CORPORATED como no passado e sob o mesmo contrato” (VENDA DE AÇÕES, 1936, p. 19).

Na década de 1930, a CAEEB se dedicou ao estímulo do consumo, por meio do seu Departamento Comercial, que criou o curso de Economia do Lar, voltado para senhoras e cozinheiras, sobre “o uso econômico da eletricidade no lar”, curso que distribuía diplomas às concluintes. O Departamento de Publicidade, por sua vez, dedicava-se a “disseminar informações, especialmente nos Estados Unidos e na Europa sobre o Brasil e a riqueza dos seus recursos naturais, salientando os recursos e produtos próprios dos districtos servidos pelas Companhias Associadas” (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1935, p. 2-3).

No relatório do ano seguinte, o Departamento Comercial estaria preparando “um programa de vendas” para as companhias clientes, “tendo por objetivo incrementar o consumo de eletricidade nos estabelecimentos comerciais”. Além disso, funcionárias desse departamento encarregadas pelo curso de Economia do Lar organizaram uma série de conferências para ministrar ao público instruções para o “uso econômico de aparelhos electricos e a gas, e para a iluminação apropriada do lar” (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1936, p. 2-3).

Essas atividades indicam, novamente, a importância destacada por Peter Burke em utilizar a análise da imagem como indício que permite o levantamento de hipóteses e de questões de pesquisa, não sendo tratadas como ilustrações. Essas informações, contidas nos relatórios, apenas confirmam informações já indicadas nos capítulos 1, 2 e 3 dessa tese, nos quais indicamos o uso da publicidade da AMFORP como forma de disciplinar o seu público-alvo, assim como promover a face pública da ação da empresa no âmbito das relações sociais, de forma a se inserir nos corpos de sociabilidade. Na fase de venda de produtos e serviços elétricos, o “Seu” Kilowatt atuou efetivando as diretrizes da empresa para aquele momento, e os textos da CAEEB apenas ilustram o que a análise das imagens já permitiu inferir.

As principais questões para a CAEEB, contudo, foram se restringindo cada vez mais ao câmbio e às tarifas, especialmente nas fases identificadas como fase de guerra do “Seu” Kilowatt e de defesa de críticas. De 1940 em diante, a tendência dos departamentos financeiro, de contabilidade e de tarifas da CAEEB foi de pleitear medidas de obtenção de câmbio e de tarifas. A empresa explicou qual seria a sua atribuição nesse sentido, pois agiria como uma organização que visava a “conciliação entre o interesse público com o interesse financeiro das suas associadas”, aconselhando-as sobre “a aplicação mais racional das tarifas vigentes e à apresentação de propostas para a sua revisão, quando esta se torna indispensável e é permitida pela legitimação em vigor” (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1944, p. 3-4).

Após anos da promulgação do Código de Águas, apenas em 1943 a CAEEB fez uma referência negativa ao documento em seus relatórios, indicando que havia proibido “qualquer aumento nos preços dos serviços públicos fornecidos enquanto não se procedesse a revisão dos contratos existentes”, mas, confirmando a atuação da Companhia junto ao governo federal, que houve a conciliação dos interesses quando o

governo Vargas, por meio do artigo 5º do Decreto Lei nº 5.764, de 19 de agosto de 1943, permitiu o aumento das tarifas (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1944, p. 6). Aos poucos, o tom de crítica ao Código de Águas foi se avolumando, apesar dos relatórios sempre prestarem muita deferência às autoridades públicas, sempre destacando a forma solícita como o governo federal tratava a empresa.

A situação da Segunda Guerra Mundial e suas repercussões na indústria, tantas vezes repetidas pelo “criado elétrico” nos anúncios da AMFORP, eram elencadas como problemas nos relatórios da CAEEB, que acusava a falta de combustível, o aumento do custo dos materiais e o aumento salarial de seus empregados como geradores de problemas para as suas associadas. A situação seria piorada pelas estiagens ocorridas em algumas regiões do Brasil. Mesmo que o governo federal tenha feito uma intervenção na situação, seguiu o relatório, a folha salarial - 40% das despesas de custeio - estaria desequilibrada com as tarifas que a empresa cobrava, afetando a sua rentabilidade. As tarifas seriam baixas e “altamente deficitárias”, não podendo “proporcionar aos seus servidores os altos salários com que as indústrias em geral atraem trabalhadores neste período de intensificação das atividades industriais e de escassez de mão de obra” (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1945, p. 3-5).

Outros departamentos, como o de Engenharia, começavam a indicar que a execução de projetos de usinas para a produção de energia elétrica dependia “de um reajustamento de tarifas, sem o qual a concessionária não poderia financiar”, citando o caso do aproveitamento hidrelétrico do rio Jucu, no Espírito Santo (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1946, p. 4).

Cabia, portanto, à CAEEB solucionar os problemas que afetavam às suas associadas, como ela mesma descreveu em seu relatório, ao se referir ao aumento de tarifas permitido pelo Decreto Lei nº 7.524, de 5 de maio de 1945:

RELAÇÕES COM OS PODERES PÚBLICOS. Esta Companhia se incumbe dos entendimentos com os poderes públicos federais necessários ao normal desempenho das atividades das companhias associadas, notadamente com o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e com a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura. Não raro os poderes públicos se dirigem a esta empresa, por seu intermédio, notificar as empresas associadas, principalmente quando se trata de assuntos de natureza geral e de providências a serem tomadas por todas elas (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1946, p. 5-6).

Assim, a empresa teria se acertado com o governo federal após “frequentes entendimentos com as autoridades federais no concernente ao reajustamento de salários do pessoal e aplicação de taxas adicionais sobre diversos serviços criados pelo Decreto Lei nº 7.524, de 5 de maio de 1945” (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB. 1946, p. 5-6).

No ano seguinte, as relações com os poderes públicos foram descritas da mesma forma, constituindo um padrão em todos os relatórios. Segundo a CAEEB, “por nosso intermédio se realizam os entendimentos com as autoridades federais, principalmente os Ministérios da Agricultura e do Trabalho, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e Divisão de Águas”. A essas autoridades, o relatório prestou deferência, “muito gratos pela boa acolhida que sempre deram aos nossos representantes, facilitando-lhes a ação e atendendo, destarte, ao interesse público”. Mas, não deixou de ressaltar a sua crítica à obrigação legal do pagamento de remuneração aos empregados doentes “ou aos que se dizem tais”, pois havia ocorrido uma redução da eficiência do pessoal por conta do “absenteísmo”. Quanto a isso, pedia a empresa que as autoridades tomassem medidas legislativas para “coibir os abusos, tão prejudiciais à produção nacional” (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB. 1947, p. 6).

Gradualmente, o clima piorava para as concessionárias da AMFORP, conforme seus serviços se deterioravam, e ela passou a receber críticas mais incisivas nas regiões em que as suas associadas atuavam. Ao passo em que a CAEEB indicava os problemas das tarifas de eletricidade para a rentabilidade dos seus negócios, a AMFORP ia abandonando aos poucos os serviços de transportes, indicando ser esse problema de “difícil solução, por que as tarifas não acompanharam a diminuição do poder aquisitivo da moeda nacional e enorme aumento de despesas de pessoal e material”.

Mas o setor de publicidade adotou, como resposta às críticas feitas às associadas em todos os seus setores, “manter o público em geral informado dos problemas de interesse para as empresas associadas”, aconselhando a “publicação de correspondência trocada com os poderes públicos, suficientes para esclarecer os consumidores e clientes”. Para tanto, disse ser

[...] desaconselhável, em tais assuntos, manter polêmicas na imprensa com quem quer que seja, mas, ao mesmo tempo, torna-se mister desfazer acusações menos verdadeiras, decorrentes, em muitos casos, do desconhecimento ou conhecimento incompleto de fatos e circunstâncias (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1948, p. 9)

Desse modo, a empresa se dedicou a responder às críticas feitas a ela nos *embates* e *combates* com as autoridades regionais, nas zonas de atuação das suas associadas, indicando que existiam “acusações menos verdadeiras” ou “incompletas”. Enquanto isso, o seu departamento de assuntos jurídicos e seus advogados “estavam atentos às modificações constitucionais, assim como à Reforma do Código de Águas a fim de adaptá-lo ao novo texto constitucional”. A empresa estava ciosa da regulamentação da revisão de tarifas para empresas concessionárias para assegurar os seus rendimentos (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1948, p. 10).

Mais do que isso, a AMFORP / CAEEB defendeu-se, em seu relatório, de ideias atribuídas aos déficits de seus serviços e às formas sugeridas por agentes externos para a sua resolução, que a empresa investisse os lucros obtidos em eletricidade para sanar os problemas em transportes públicos. Segundo o relatório, era necessário abandonar a “velha ideia de que os serviços elétricos devem, com seus saldos, atender aos déficits do transporte transviário”. Afinal, ela pressupunha que “aqueles lucros acima dos normais, o que não ocorre na imensa generalidade dos casos”, pois as empresas concessionárias de ambas as utilidades se encontravam em “graves embaraços para o financiamento de obras destinadas à melhoria e ampliação das instalações elétricas, por falta de rendimento adequado que sirva de base a novos investimentos” (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1949, p. 10).

Duas soluções seriam possíveis: ou a supressão dos serviços de bondes em localidades com serviços de auto-ônibus ou a concessão de aumento de tarifas para as Concessionárias. No caso da ausência de qualquer uma das soluções “e mantida a resistência ao aumento de tarifas”, indicou o relatório:

[...] outro recurso não restará às empresas senão procurar diminuir o mais possível seus déficits, reduzindo, muito a contragosto, a eficiência dos serviços, diminuindo o pessoal neles empregado, e, em último caso, economizando na respectiva conservação, o que levará fatalmente o serviço transviário a uma situação de ruína, que em nada corresponde ao interesse da coletividade (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1949, p. 9).

Então, a CAEEB vinha “aconselhando reiteradamente” às suas associadas que pusessem a situação às autoridades locais, “com a mais absoluta franqueza e com toda a insistência, diante dos olhos dos poderes concedentes, para que estes assumam a plena responsabilidade, que lhes compete, por uma situação cujo o remédio deles pode vir”. A CAEEB considerou lamentável o fato de as autoridades negarem um aumento que, em

alguns casos, chegava a 10 centavos, que seriam “suficientes para restabelecer o equilíbrio entre receita e despesa de operação” (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1949, p. 9).

O relatório do ano de 1948 é de especial relevância, pois é, em grande parte, elaborado para rebater as acusações que as associadas da CAEEB recebiam nas localidades atendidas pelos seus serviços, o que indica o *modus operandi* da estrutura da empresa e a atuação dos seus departamentos para fornecer uma narrativa unificada sobre os acontecimentos. Vale destacar integralmente um trecho que aborda exatamente a reação da empresa aos combates em que suas associadas estavam envolvidas.

A disseminação de tantas informações menos verdadeiras a respeito das atividades das empresas de serviços públicos, principalmente as do nosso grupo, exige redobrado esforço para fornecer aos seus clientes os fatos verdadeiros no concernente a tais atividades. Nesse sentido temos prestado toda a colaboração de que somos capazes às empresas associadas. No setor da publicidade, merece especial destaque o volumoso material informativo que remetemos para os Estados Unidos acerca dos serviços explorados pelas companhias do grupo, descrevendo minuciosamente as condições em que tais serviços são fornecidos e as grandes possibilidades das principais zonas de operação (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1949, p. 10).

O Departamento de Publicidade assumiu um papel importante na disseminação de informações aos públicos estrangeiro e nacional sobre as possibilidades de investimento e sobre os “óbices” para o desenvolvimento de seus negócios. Além de “pôr o público em geral e as autoridades a par dos óbices que se anteponham a esse desenvolvimento [da indústria da eletricidade], em 1950, “de maneira específica”, a CAEEB disse ter preparado, para as associadas, “um retrospecto das respectivas atividades no ano de 1949”, além de fornecer, às associadas, “modelos de gráficos e publicações, por elas empregados” para a divulgação do senso daquele ano (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1951, p. 11-12).

Mas a defesa de críticas foi se tornando o seu principal interesse, indicando a forma como a CAEEB assessorava as suas associadas. O Departamento de Publicidade continuou a “desempenhar suas funções normais conducentes a pôr o público consumidor a par dos problemas com que se defrontam as empresas associadas nos lugares onde operam”. Além disso, o departamento acompanhava “as queixas e reclamações formuladas, chamando para elas à atenção de quem de direito, a fim de atendê-las na medida do possível, justo e razoável” (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1952, p. 12).

Sendo uma peça importante na estrutura da CAEEB e muito útil para as suas associadas, o Departamento de Publicidade foi se tornando cada vez mais robusto em sua ação de recolher informações sobre as críticas feitas a qualquer uma de suas associadas. Teria ele continuado a “informar as empresas associadas, com toda a regularidade, acerca dos assuntos debatidos ou noticiados na imprensa, que lhes possam interessar direta ou indiretamente”. Para isso, mantinha “um serviço diário de recortes”, assim como recebia das associadas “informações sobre o que a seu respeito ou a respeito de seus problemas se publicava da imprensa local”. Além dessa ação, o departamento teria preparado “uma série de anúncios elucidativos, redigidos em linguagem acessível, com o objetivo de familiarizar o público com certos problemas das empresas associadas, procurando obter o máximo de colaboração para solvê-los” (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1957, p. 12).

Desse modo, torna-se compreensível a presença de tantas séries de artigos publicados nos jornais locais pelas associadas da CAEEB, meios pelos quais a empresa rebatia os argumentos contrários à forma como elas vinham atuando no Brasil. Tratava-se de um “serviço diário de remessa de recortes”, no qual o Departamento de Publicidade mantinha as companhias associadas “a par de todos os assuntos ventilados pela imprensa, inclusive a estrangeira, que direta ou indiretamente, sejam do seu interesse”. Isso visando, segundo o texto, “o esclarecimento do público”, com a elaboração de “uma série de artigos a serem divulgados nas zonas de concessão, equacionando os problemas das empresas do grupo e indicando as providências adequadas para solucioná-las” (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1959, p. 15).

Paralelamente ao Departamento de Publicidade, o Departamento de Desenvolvimento Comercial (antigo Departamento Comercial), além de fazer campanhas de estímulo ao consumo de lâmpadas, como: “MELHOR LUZ, MELHOR VISÃO”; “SEU Kilowatt aconselha”; “Fatos que até agora eu ignorava”; e “Fiação adequada”, voltadas para o público doméstico, comercial e industrial, e para o incremento da venda de produtos elétricos, também distribuía folhetos, “distribuídos no Brasil e no exterior”, chamados “THIS IS BRAZIL”, que foi unido ao folheto da AMFORP intitulado “INVESTING IN BRAZIL” (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1959, p. 9-10).

Portanto, é possível notar que, no ambiente interno, a CAEEB captava todas as informações veiculadas contra ou a favor de suas associadas, defendendo-as de críticas

feitas à sua atuação nas cidades atendidas. Por outro lado, fazia publicidade da empresa no exterior, de modo a atrair capitais para o Brasil. A dissimulação da impossibilidade de harmonia entre os lucros provenientes da indústria e o bom desenvolvimento do setor no Brasil se dava tanto com relação às autoridades e população doméstica quanto com os investidores no exterior. Para manter os negócios em atividade e maximizar os ganhos do grupo AMFORP, era necessário manter a legitimidade pública interna e atrair recursos externos.

Em muitos momentos, os relatórios da CAEEB indicaram a colaboração do EXIMBANK e do BNDE, que eram instituições detentoras de dinheiro público para o investimento industrial. Ao buscar a legitimidade para seus negócios, o grupo também conseguiu a íntima colaboração do capital público, tanto dos EUA quanto do Brasil, captando recursos de diversos locais e envolvendo cada vez mais interessados em suas atividades.

Então, é importante ressaltar as duas pautas de maior interesse das associadas da CAEEB, e, portanto, da AMFORP: o aumento de tarifas dos serviços de eletricidade, transportes e telefones e a obtenção de câmbio para remeter lucros para o exterior. Mas, outras pautas foram sendo pleiteadas pela empresa, como a atualização da legislação brasileira em torno dos rendimentos da empresa, sendo o patrimônio por ela administrado atualizado para o incremento dos juros sobre o investimento, e, com a encampação da CEERG no Rio Grande do Sul, a indenização nos moldes pretendidos por ela.

Os Departamentos de assuntos jurídicos e de contabilidade trabalharam em conjunto para elaborar a narrativa da empresa e então rebater as iniciativas locais contra as suas associadas. O primeiro atuava “no controle sobre o andamento de todos os casos judiciais em que esta Companhia ou quaisquer das associadas sejam parte”, da mesma forma que acompanhava os trabalhos legislativos que pudessem afetar os seus negócios. E, já em 1959, foi feita uma sondagem a mando da AMFORP, pelo Departamento de Desenvolvimento Comercial, sobre a exploração de fibra Kenaf em São Paulo, deixando indícios do escopo da empresa em direcionar as indenizações para outros setores economicamente rentáveis, uma diretriz da AMFORP, como demonstramos na seção anterior (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1960, p. 12-18).

Cada Departamento da CAEEB era especializado em dar respostas ao ambiente político, jurídico e público no Brasil, assim como em atrair investimentos no exterior a serem

controlados pela AMFORP. Desse modo, torna-se compreensível como cada associada teve tanto poder de persuasão em suas áreas de concessão, gerando dificuldades às autoridades regionais na lide com os problemas em torno dos serviços públicos de eletricidade, transportes e telefonia.

Foi possível observar, no capítulo 3 e 4, que a empresa investiu fortemente na publicidade e na inserção social de seus diretores nas zonas de concessão da AMFORP. E, conforme as relações se esgarçaram pelo conflito de interesses privados versus públicos, cada departamento foi modificado para responder aos ataques sofridos pelas autoridades locais, grupos sociais e partidos políticos. Foram muito relevantes para a empresa os departamentos de publicidade e de desenvolvimento comercial, no que toca mobilizar argumentos, tanto no Brasil quando no exterior, favoráveis à empresa.

Os departamentos de assuntos jurídicos e de contabilidade, por sua vez, serviram para a lide com questões técnicas e políticas, de pressão às autoridades públicas de todos os níveis e especialmente em âmbito federal. Desde os comandos da AMFORP, passando pela efetivação da sua política pela CAEEB e a visibilidade na ação das associadas, é possível notar o grau de influência, organização e ativismo da Companhia em assegurar os seus investimentos, culpabilizando os poderes públicos pela sua ruína e apelando à esfera legal quando repelida.

Para enfrentar uma estrutura tão organizada, era necessária uma organização social que fechasse questão em torno de uma solução, como foi visto nos casos do Rio Grande do Sul e de Pernambuco. As cidades que não atingiram tal feito, contudo, tiveram outras repercussões, vale destacar, muito negativas, em seu desenvolvimento econômico. O que esta seção indica é como a estrutura da AMFORP / CAEEB foi conformada aos interesses de lidar com um ambiente desfavorável à harmonia entre os interesses privados e os públicos, visando sempre os ganhos empresariais.

E algo até então não indicado em todo o debate que encontramos, em todas as documentações, é de absoluta importância para a compreensão do tema. Nos relatórios da CAEEB, é gritante a discrepância entre os investimentos feitos em São Paulo e no Paraná, em detrimento às demais cidades. Em diversos relatórios, foram indicados os investimentos nas cidades brasileiras atendidas por Concessionárias, enumerando as capacidades de produção e as pretensões de incremento.

Tanto nos relatórios da AMFORP quanto naqueles da CAEEB, o destaque especial foi dado para o aproveitamento hidrelétrico da usina do Peixoto, no rio Grande, feito pela Companhia Paulista de Força e Luz. Em 1953, por exemplo, enquanto estava previsto um aumento de produção de 125 mil kw em São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro contavam, respectivamente, com a expectativa de 9 e 10 mil kw previstos para construção. Abaixo desses, Espírito Santo e Rio Grande do Norte teriam um aumento de 1 mil kw, e Bahia e Pernambuco contariam com a interligação do sistema da CHESF com as empresas associadas (RELATÓRIO ANUAL DA CAEEB, 1959, p. 4-6).

No relatório da CAEEB de 1965, já sob o poder da Eletrobras, é possível notar o abismo que existia entre o investimento realizado em São Paulo e as demais localidades atendidas pela AMFORP. Enquanto a CPFL contava com 270 mil kw de capacidade de produção hidrelétrica, a CBEE do Rio de Janeiro tinha 68.300 entre energia hidrelétrica e termelétrica. Atrás do Rio de Janeiro, Paraná tinha a capacidade de 38.500 kw, seguido por Minas Gerais, que contava com 21.200 kw.

Das amostras elencadas por essa pesquisa, apenas Paraná e Rio de Janeiro tiveram um investimento em produção de energia elétrica mais substancial, ficando as demais muito abaixo no *ranking* de capacidade de produção. Entre produção hidrelétrica e termelétrica, a CEERG contou com 24.600 kw; a Pernambuco Tramways, com 20.500 kw; a CCBFE, com 10.912 kw; e a CFLNB, com 8.340 kw (REPORT OF THE EXPANSION OF ELEVEN POWER DISTRIBUTIONS SYSTEMS IN BRAZIL, 1965, p. 157).

Ou seja, a empresa investiu nos setores que considerou mais rentáveis, procurou remeter os seus lucros para o exterior e para as outras cidades, manteve um regime de serviços deficitário e aumentou os seus rendimentos a partir dos aumentos tarifários e das assessorias prestadas pelas suas empresas irmãs, sediadas nos EUA, como a EBASCO. São Paulo, de longe, foi a região que mais recebeu atenção dos capitais da AMFORP, o que não assegurou a legitimidade pública naquela localidade. Nas outras cidades e estados a situação foi mais grave, pois a forma de rentabilidade implementada pela empresa levou-as a uma situação degradante de seus serviços.

Portanto, além de não transferir recursos entre as empresas de serviços elétricos e de transportes, o que atenderia aos interesses públicos, a empresa não efetivou uma transferência de recursos entre as associadas, de modo a sanar déficits regionais de

desenvolvimento. O investimento cruzado, que compensaria os problemas operacionais de uma região deficitária com os lucros de uma região mais desenvolvida, favorecendo o interesse público, decididamente, não figurou nos interesses da AMFORP.

No próximo tópico, serão visíveis os efeitos mais agudos da dissimulação do capital no Brasil, em que as situações extremas de depreciação dos serviços da AMFORP, fruto de anos de investimentos paliativos e de sobreposição dos interesses públicos por aqueles privados internacionais, fizeram algumas cidades ficarem às escuras. Assim, após conhecermos a AMFORP e a CAEEB, é necessário observar as suas vitórias sobre os brasileiros nas regiões secundárias aos seus investimentos.

6.2. As vitórias da AMFORP no Brasil

Conhecidos os relatórios da CAEEB, e mais bem mensurados os interesses da AMFORP no Brasil, foi possível identificar de maneira mais clara a tensão dos interesses privados internacionais contrapostos aos interesses públicos nacionais. Voltando à esfera dos desdobramentos das ações das subsidiárias da AMFORP, com as respectivas movimentações sociais e políticas regionais, vamos indicar os casos em que os interesses privados venceram os interesses públicos, com a manutenção dos empreendimentos da multinacional até o último momento de sua operação no país, com uma solução conciliatória para a sua saída, com a indenização tão almejada pelo grupo *Bond And Share*.

O Brasil foi o último país do *ranking* criado por Hausman, Hertner e Wilkins (2008) a efetuar o processo de domesticação da eletricidade. No entanto, vimos, no capítulo anterior, os *Grandes Combates* que abreviaram a presença da AMFORP no Rio Grande do Sul e em Pernambuco. Agora, é chegado o momento de observarmos as amostras nas quais que a empresa teve sucesso na representação de seus acionistas, para, depois, enumerar as estratégias não ditas da empresa, aquelas que não constam nos relatórios, mas sim nos *Embates*, nos *Combates* e nos *Grandes Combates* entre a AMFORP e os brasileiros.

Seguindo o *continuum* das regiões que ofertaram maior resistência com relação às subsidiárias da AMFORP, depois de conhecidos os casos do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, vamos expor a experiência do Espírito Santo, seguida dos casos em que a AMFORP venceu com maior facilidade: Curitiba, Natal e Niterói. Mas, antes de iniciar

esse percurso, destacamos a fala de um dirigente de uma subsidiária não contida no campo de amostras escolhidas nesta tese, mas que reitera um dos grandes interesses da AMFORP no Brasil, quando o assunto era a encampação.

Anísio Massora, diretor da Companhia Energia Elétrica da Bahia (CEEB), teve um de seus discursos publicado em A Gazeta, em fevereiro de 1955, expondo o seu ponto de vista sobre um pedido de encampação feito pela União dos Estudantes da Bahia. Massora, sobre uma possível encampação da empresa que dirigia, afirmou “que nenhuma outra providência legal causaria maior agrado, nem beneficiaria mais os nossos acionistas e credores do que a vitória final do movimento encetado pelos jovens estudantes bahianos”. Sob “a surpresa incontida do repórter”, o entrevistado disse que a empresa estava sendo injustiçada, mas que os acionistas e credores da Companhia ficariam “satisfeitíssimos” com a encampação, pois retirariam “o capital comprometido e fossilizado na CEEB, podendo aplicá-lo em outras regiões, em empreendimentos que lhes concedesse remuneração justa e assegurada, detalhe, até hoje, desconhecido para eles”. “Assim”, prosseguiu, “salvo de ordem legal, nenhuma restrição oporíamos à feliz iniciativa de encampação dos nossos serviços de fornecimento de energia”. Segundo ele, o “capital recuperado” seria investido em São Paulo, sendo este valor o da indenização que a empresa receberia no processo de encampação (ENCAMPAÇÃO DA C.E.E.B., 08/02/1955, p. 8).

Portanto, uma subsidiária não se incomodaria em se retirar da exploração dos serviços, mas queria a indenização pelos seus negócios. Nos próximos casos, vamos observar as situações em que os interesses da AMFORP prevaleceram, exatamente no campo indenizatório.

Em Vitória, no Espírito Santo, os anos de 1955 e 1956, para além dos problemas crônicos dos serviços prestados, confirmam a postura repetitiva da Central Brasileira, Concessionária da AMFORP, em majorar tarifas, o que vinha sendo exposto com maior frequência em A Gazeta. Segundo uma nota, “Vindo agora o aumento da taxa sobre a energia elétrica e sobre as passagens de bondes, será o terceiro aumento obtido pela Central Brasileira, em dois anos, para um mesmo fim: aumento de salários dos empregados da Cia.” que, por sua vez, continuaria a “sacrificar o povo de Vitória e dos municípios de Cariacica e do Espírito Santo”. E “sacrificar de todas as formas: no preço da energia; no preço das passagens nos seus bondes e na quase completa falta de energia elétrica” (MAIS AUMENTOS, 18/02/1956, p. 6).

Em março de 1956, foi deflagrada uma greve dos trabalhadores em transportes da Central, pleiteando aumento salarial. O debate sobre o tema foi para a COAP e para o governo do Estado. Novamente, a Central Brasileira solicitou o aumento de tarifas para satisfazer o aumento de salários. A concessionária chegou mesmo a oferecer a entrega dos “serviços de bondes ao governo, sem ônus para o Estado, desde que este se responsabilizasse pelo pagamento dos funcionários e da energia elétrica, bem como a conservação dos carros”. Porém, a Concessionária conseguiu um aumento provisório até que fosse estudada a escrita da Central (CONCEDIDO PELA COAP O AUMENTO, 14/03/1956, p. 1).

Diante de tal quadro, Érico Neves voltou a pronunciar sobre a Central Brasileira e os seus lucros. Após a cessação das colunas de Américo Oliveira, Neves parece ter substituído o médico no acompanhamento e na publicação de artigos das questões da Concessionária de serviços elétricos e de transportes no jornal A Gazeta.

Na coluna *A pedidos*, Neves escreveu sobre o aumento de lucros da Central Brasileira. Sendo “consumidor obrigatório de energia e, às vezes, passageiro dos bondes da Central”, Neves disse estar acompanhando a situação da empresa e da greve dos trabalhadores. Historiou a situação da seguinte maneira: os trabalhadores pleiteavam um aumento salarial desde julho de 1955, e a direção da Central condicionou a elevação salarial ao aumento de tarifas. O Ministério do Trabalho e o Sindicato dos Empregados em Carris Urbanos de Vitória assinaram um convênio estabelecendo um convênio desde que fosse autorizada a revisão de tarifas. No entanto, a COAP, “por seis votos positivos, opinou que em face dos balanços da Cia. Central Brasileira, não havia a necessidade de aumento de preços de passagens para atendimento da justa reclamação de aumento salarial dos trabalhadores”. Foi, então, que a empresa manteve o seu ponto de vista, pressionando a COAP a autorizar, a “título provisório” o aumento de tarifas. Só que, “negando-se a cumprir” a decisão da COAP, a empresa recolheu seus bondes, procurando transferir os serviços de bondes para o governo (NEVES, 14/03/1956, p. 8).

Então, Érico Neves esclareceu que “para aumentar salários não há necessidade de majoração no preço das passagens, pois a Cia. já obtém lucros exorbitantes”. Lembrou de uma comissão formada pelo governo do Estado para analisar a situação econômico-financeira da Companhia, composta por Armando Duarte Rabelo, Jair Dessaúne, Robano Castelo e Manoel Pinto, que, por sua vez, chegou à conclusão de que, no triênio 49, 50 e 51, a concessionária teve lucros superiores a Cr\$ 16.828.082,30, o que correspondia, prosseguiu, “a nada menos do que 140% do capital realizado da empresa, e, isso em

apenas 3 anos!”. Neves disse, no entanto, que a empresa não usava “os lucros fabulosos” para dar aumentos aos seus trabalhadores, utilizando, métodos contábeis para “aguar” o seu capital social com as distribuições de lucros com forma de “ações”, “método muito usado pelas ‘Holdings Company’ constituídas pela Electric Bond and Share”. Desse modo, além dos ganhos nos serviços, a permissão da COAP, a título provisório, permitiria à empresa “um super-lucro superior a 1 milhão de cruzeiros para a gananciosa empresa” (NEVES, 14/03/1956, p. 8).

Érico Neves finalizou dizendo que era um padrão da empresa “transferir encargos do serviço de bondes ao Estado ou à Prefeitura”, pois essa ação era benéfica para a empresa, que vendia energia para as empresas de bondes. Quando os serviços estão sob o seu poder, “considera seu departamento de bondes como seu principal freguez de energia elétrica, que lhe é debitada na tarifa comum de consumidores, como se tratasse de serviço explorado por empresa estranha”. Estaria, assim, procedendo “o trust norte americano”, em “transferir a parte menos rendosa de sua concessão ao Estado, tornando-na ao mesmo tempo mais rendoso aos seus cofres, como havia se verificado em Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte”. Para resolver o impasse, Neves sugeriu ao Estado que encampasse a empresa concessionária de Vitória (NEVES, /03/1956, p. 8).

Apesar de tais acusações contra a Central Brasileira, a situação permanecia. Mas, “A imprensa oficial não deixa de dar, quase que diariamente, boas figadelas na Central Brasileira, cuja capacidade de inserventia tem sido sua característica primordial” (NÃO HÁ LUZ POR FALTA DE ÁGUA, 19/10/1956, p. 1).

Em maio de 1957, o drama dos aumentos voltou à tona. Na Assembleia Legislativa, deputados fizeram duras considerações sobre os aumentos nas contas de força, energia e transportes. O deputado pessedista Christiano Dias Lopes citou a “disparidade berrante [...] de mês para mês, transformando numa balbúrdia aquilo que só pode ser considerado um assalto à bolsa popular. Menor consumo em determinado mês para o dobro do que se paga noutro mês”. “E”, prosseguiu, “nesta balbúrdia a Central Brasileira continua desservindo o Espírito Santo, fugindo do cumprimento de suas obrigações e atrasando o nosso progresso” (REAÇÃO NA ASSEMBLEIA, 28/05/1957, p. 1).

Outro deputado, Eurico Rezende, líder da UDN, acusou as autoridades federais por “um verdadeiro crime contra o bem-estar da coletividade”, ao acolher “todas as pretensões da Cia.”. Para ele, o governo estadual se mostraria incapaz de exigir o cumprimento das

cláusulas contratuais “e jamais teve a coragem de impor uma penalidade à Cia. pelos seus constantes desserviços e abusos, e, assim, por omissão, vem incentivando a voracidade do polvo canadense”. Enquanto o povo se mantinha numa “atmosfera de cordeirismo”, finalizou, a “Cia continua abusando, até da nossa capacidade de ter vergonha na cara” (REAÇÃO NA ASSEMBLEIA, 28/05/1957, p. 1).

Sem muitas delongas, a Central Brasileira respondeu, objetivamente, que os aumentos haviam se dado pelo aumento do preço dos combustíveis, no caso da eletricidade, de acordo com a Portaria nº 547, de 28 de agosto de 1949, e em acordo entre a Companhia e o Sindicato, homologado pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio da Portaria 124272-57, do MITIC, para o aumento de salários dos trabalhadores com a compensação nas tarifas de transportes (COMPANHIA CENTRAL BRASILEIRA, 28/05/1957, p. 8).

Na Assembleia Legislativa, o líder da bancada do PTB, Luiz Buaiz, aprofundou a crítica feita à Companhia Central e ao governo de Francisco Lacerda de Aguiar. Segundo ele, a Coligação formada em torno do governador teria conseguido êxito eleitoral por meio da exploração do caso da Concessionária. Na campanha eleitoral, a Coligação teria utilizado os problemas gerados pela empresa como item de campanha, mas, ao assumir o governo, estaria “retribuindo sua gratidão”, “acolhendo seus aumentos, incentivando seus aumentos”, pois, definiu, “não tem autoridade para responsabilizá-la, nem para coibi-la, nem para admoestá-la”. Enquanto isso, “com abundância quase excepcional de chuvas, a Central Brasileira espolia o povo, aumenta tremendamente suas contas, arrocha o consumidor, sob a desculpa de um consumo de óleo diesel” (A VERDADE DITA POR GENTE DA CASA, 30/05/1957, p. 1).

É interessante notar que Francisco Lacerda de Aguiar, conhecido por “Chiquinho”, foi eleito pela Coligação Democrática, mas teve dificuldades de governar por conta da falta de controle sobre a Assembleia Legislativa (PEREIRA, 2014). Enquanto isso, as críticas à Central vinham de várias agremiações, assim como ocorreu em outras amostras, empreendidas por petebistas, udenistas e pessedistas. E, mesmo assim, o governo não conseguiu mobilizar alguma ação para punir ou pressionar a concessionária.

E os debates eleitorais passaram a servir de cobrança por parte dos deputados na Assembleia Legislativa e por A Gazeta. Em uma matéria do jornal de Lindenberg, o governador Chiquinho foi questionado por ter dito que “o governo pessedista de então

era incapaz porque não resolvia o caso da energia elétrica, era inoperante porque as residências estavam sem iluminação”, mas, prosseguiu, “esses mesmos que estão trabalhando tanto – afirmava, gritavam, berravam aos quatro ventos que iriam resolver esses problemas”, ao vencerem as eleições, não fizeram o que prometeram. “E a Central nem melhorou. Ao contrário, continuou a ascensão vertiginosa de sua piora. Aumento de preços. Tornou a aumentá-los, certamente e ficará aumentado enquanto lhe der na cabeça” (QUE FEZ O GOVERNO CONTRA A CENTRAL?, 05/06/1957, p. 1).

As reclamações de Américo Oliveira, sobre a falta de uso da força hidrelétrica em contraposição ao uso do óleo diesel, foram ditas por Érico Neves e pelo deputado Luiz Buaiz, de forma esparsa e sem um sentido sanador. O tema foi levantado na esfera pública junto aos problemas cotidianos para a indústria, o comércio e as residências, como o não cumprimento dos contratos pela empresa, mas, sem uma integração discursiva mais ampla, na qual os poderes legislativos, executivos e jurídicos fossem articulados em um mesmo esforço, que seria o de enquadrar a empresa ou mesmo encampá-la.

A empresa, que havia justificado racionamentos por escassez de chuvas e pela quebra dos equipamentos termelétricos, com a “abundância de chuvas passou a aumentar as tarifas sob a justificativa do consumo do óleo diesel”. Em matéria de A Gazeta, o tema foi novamente levantado, quando um alto funcionário da empresa teria anunciado novos aumentos de tarifas para junho.

Nos últimos dias do mês de maio findo, ouvimos aqui na redação de “A Gazeta”, de um alto funcionário da Cia. estas palavras: “No próximo mês de junho teremos mais aumento”; e uma pergunta que lhe fizemos declarou: “Esses aumentos são consequentes dos vários aumentos do custo do óleo que empregamos nos nossos motores”. Que tem o povo com os motores da Cia.? Por que a Cia. descuidou da Usina de Jucú, que fornecia energia suficiente à Vitória e aos municípios do Espírito Santo e Cariacica? E por que tanto aumento no preço do kw, se a maior parte da energia ainda vem da Usina de Jucú? Que nos diz sobre isto o fiscal do Governo junto à Cia.? [...] Uma grande inimiga do povo a nossa Central Brasileira” (CONTRA OS CONTANTES AUMENTOS, 09/06/1957, p. 7).

Em 1956, é essencial destacar, a Escelsa, companhia estatal produtora e distribuidora de energia elétrica, já operava seus serviços, e, portanto, era um lastro do governo estadual para pressionar a Central Brasileira. Mas, isso não ocorreu de imediato, com resultados relevantes apresentados após 1960 (RIBEIRO, 2013). O poder de persuasão da Central Brasileira no Espírito Santo era forte.

O deputado Moreira Carmago, do PSP, apresentou um projeto autorizando o Executivo Estadual a solicitar do governo federal a encampação dos serviços da Central Brasileira,

assim como “confiar à Escelsa a exploração dos serviços de eletricidade e transportes urbanos”. Fez isso com base no relatório produzido pela Comissão citada por Érico Neves, atuante o governo Jones dos Santos Neves (COMISSÃO PARA ESTUDAR O CASO DA CENTRAL, 13/07/1957, p. 1).

Na Câmara Municipal, o vereador Namy Carlos de Souza solicitou a retomada de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Casa para analisar o caso da Central Brasileira, dos seus serviços, lucros e aumentos tarifários. O vereador informou que o contrato da Companhia com o governo do Estado havia se encerrado no dia 8 de julho de 1958, para citar o projeto de lei apresentado pelo deputado Moreira Camargo, indicando que o deputado já havia lutado à época de vereador de Vitória contra “os injustificáveis privilégios concedidos à Cia. Central Brasileira”. Namy Carlos de Souza destacou ainda que “inúmeros foram os protestos” encaminhados pela Câmara ao Conselho de Energia Elétrica do Ministério da Agricultura, “contra as revisões das tarifas que tanto sacrificaram o já sacrificadíssimo povo do Espírito Santo” (RESCINDIDO O CONTRATO?, 13/07/1958, p. 5).

O contrato foi extinto, e começaram algumas movimentações para além das casas legislativas para intervir no caso dos serviços da Central Brasileira. A Federação do Comércio do Espírito Santo logo enviou um ofício diretamente ao presidente da República, ao presidente do Conselho Nacional de Águas e Energia, ao Senado, à Câmara dos Deputados, à Assembleia Legislativa e à Câmara de Vereadores de Vitória, solicitando a encampação da Companhia concessionária no Espírito Santo. Foi exposta, no documento, uma “unânime e permanente revolta [que vinha] se agravando no seio da opinião pública deste Estado, em virtude da notória carência dos serviços que a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica deveria prestar à coletividade” (O NOVO CONTRATO DA CENTRAL, 21/08/1957, p. 1).

O ofício também citou a Comissão de estudos criada pelo Governo de Jones dos Santos Neves, em 1952, e as conclusões apresentadas pela mesma, além de indicar a extinção do contrato com o Estado no dia 8 de julho. Portanto, a Federação quis “saber quais as providências adotadas pelo Governo Federal sobre o assunto, uma vez que acha-se expirado desde 8 de julho corrente o contrato daquela Companhia e já ter o Estado organizado uma empresa, a ESCELSA”, que poderia, “com vantagem, encampar a Companhia estrangeira dentro dos princípios emitidos pelo Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitschek, digníssimo Presidente da República, em seu livro ‘Diretrizes gerais do

Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico' (Eletrobras)" (O NOVO CONTRATO DA CENTRAL, 21/08/1957, p. 1).

Portanto, a Federação do Comércio, força social organizada, deu amparo às casas legislativas, estadual e municipal, e aos executivos, estadual e municipal, para pleitear junto ao governo federal a encampação da empresa. O que as associações burguesas gaúchas fizeram nos anos de 1948 e 1949, de se reunir com políticos para assentar soluções para os problemas de Porto Alegre, aparentemente, teve chance de acontecer no Espírito Santo, em 1957, com um governo eleito por um discurso contrário à Companhia concessionária, e boa parcela de políticos interessados pelo assunto nas casas legislativas.

Mas o movimento não teve êxito. Enquanto o deputado Tuffy Nader criticava as "diferenças realmente incríveis" na cobrança das taxas de fornecimento de energia elétrica, a despeito da "baixa verificada no óleo e na gasolina", e acusava a "prática" da companhia de "fazer cálculos incompreensíveis e indecifráveis" (GOVERNO TOTALMENTE AUSENTE, 28/09/1957, p. 1), era anunciado que "a energia de Rio Bonito", construção feita e administrada pela Escelsa, seria "concedida à Central Brasileira". Em *Notas do Dia*, tal evento gerou a seguinte consideração: "É lamentável que o Governo do Estado e a Escelsa não tenham encontrado uma fórmula capaz de fugir do jogo da Central Brasileira, cuja atuação em nosso Estado tem se caracterizado por uma deficiência que tem atingido as raias do absurdo" (NOTAS DO DIA, 04/10/1957, p. 5).

Ou seja, no Espírito Santo, os interesses da Central Brasileira prevaleceram às críticas de alcance suprapartidárias e sociais, e a encampação da empresa, pleiteada novamente na ALES, ficou de lado, enquanto o esforço governamental da produção de energia elétrica por força hidrelétrica passaria a ser distribuída pela Central Brasileira.

Em 1957 e 1958, os debates sobre a empresa ficaram restritos aos aumentos das passagens de bondes para fins de concessão de aumentos salariais aos trabalhadores de transportes. Afinal, a Central Brasileira perdeu um grande adversário: o médico Américo Oliveira, que faleceu no dia 15 de agosto de 1958 (O FALECIMENTO DO DR. AMÉRICO OLIVEIRA, 17/08/1958, p. 8-5). Já fazia alguns anos que ele não escrevia para A Gazeta, mas as suas críticas em *Essa Central Brasileira...*, com as quais ele ia *Repisando* os problemas do povo capixaba, alertaram toda uma geração de políticos, que, por sua vez, dedicaram-se exaustivamente aos problemas gerados pela concessionária em Vitória.

Em 1960, contudo, as tarifas da Central Brasileira geraram um movimento político até então não visto. De certo modo, o movimento articulou as elites políticas contra a Central, o que, pela primeira vez, contou com a participação do governador Carlos Lindenberg. Este havia sido eleito pelo PSD, em aliança com o PSP, cujo vice-governador foi um de seus quadros, Raul Gilberti. Como fruto desse acordo, Asdrúbal Soares, também membro do PSP e então presidente da Escelsa, assumiu a Secretaria de Viação e Obras do Estado, por meio da qual buscou viabilizar a transferência de recursos federais ao governo estadual e desenvolver o sistema de produção de energia elétrica do Espírito Santo por meio da Escelsa. Durante esse processo de aparelhamento financeiro e execução das obras, as críticas à Central Brasileira tomaram contornos dramáticos, com ampla movimentação política e social (RIBEIRO, 2013).

Em Cachoeiro de Itapemirim, terra do então governador, Roberto Vivácqua foi um dos líderes de um movimento contra a Central Brasileira atuante na cidade, no qual os consumidores se negavam a pagar as suas contas de energia elétrica. O governador Carlos Lindenberg enviou-lhe um telegrama amistoso, reconhecendo que a interferência do governo estadual junto à Divisão de Águas “beneficiou muito pouco” à coletividade, apenas “aos maiores consumidores”. No entanto, pediu ao “amigo” que pesasse “bem as responsabilidades que está assumindo”, em um contexto “das agitações que se verificam em todo o país” (LINDENBERG SOBRE A GREVE DE CACHOEIRO, 03/01/1960, p. 1).

Em Vitória, o governador recebeu a visita de líderes sindicais, que solicitaram a interferência do Governo junto ao Ministério da Agricultura para que as tarifas da Central Brasileira voltassem ao nível de outubro de 1959. “O governador Carlos Lindenberg falou aos líderes sindicais e prometeu apoio às medidas que tenham por finalidade controlar o preço da energia elétrica” (ENTENDERAM-SE LÍDERES SINDICAIS COM O GOVERNADOR, 08/01/1960, p. 1).

Em “entendimentos telefônicos mantidos entre a chefia do executivo Estadual e o gabinete do sr. Mário Meneguetti, titular do gabinete do Ministério da Agricultura”, ficou assentado que as tarifas retornariam ao valor vigente em outubro de 1959. O aumento verificado naquela data já havia provocado “grande número de protestos vindos de todas as partes do Estado em que aquela concessionária presta seus serviços, tendo mesmo se esboçado um movimento de grandes proporções na cidade de Cachoeiro de Itapemirim” (VOLTARÃO A VIGORAR AS TARIFAS DE 59, 09/01/1960, p. 1).

A interferência do governador do Estado foi essencial para que esse movimento fosse aplacado, e ele, como foi visto no despacho enviado a Roberto Vivácqua, estava preocupado com “as agitações” presentes no país e em como isso poderia gerar “violências”. Os contatos com o ministro Mário Meneghetti geraram o aplacamento inicial das movimentações contra a Central Brasileira (ATENDIDO O APELO DO GOVERNADOR, 16/01/1960, p. 1).

A movimentação social estava intensa, com o Conselho Sindical do Espírito Santo querendo enviar representantes capixabas para acompanharem os trabalhos da Comissão de Tombamento criada para avaliar a situação contábil da Central Brasileira (SINDICATOS QUEREM CONHECER A CONTABILIDADE DA CENTRAL, 15/01/1960, p. 6). Em um plano mais imediato, foi publicada a Portaria nº 48, de 15 de janeiro de 1960, “estabelecendo novas tarifas e condições gerais de fornecimento de energia elétrica”, que reduziram as tarifas de energia elétrica (NOVAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA, 19/01/1960, p.1).

Mas a situação se agravou e setores sociais passaram a se movimentar e a se mobilizar contra a Central Brasileira. As pressões sobre o governador do Estado se avolumaram, com várias entidades buscando participar da solução do problema energético do Estado. No dia 1º de fevereiro, ocorreu uma reunião no palácio Anchieta, do governador “com a participação de representantes das associações sindicais de grau superior, de sindicatos patronais e de empregados, de integrantes de uma comissão especial vinda de Cachoeiro de Itapemirim, de secretários de Estado e do próprio Gerente da Cia. Central Brasileira” para debater a questão energética. (ENERGIA, SOLUÇÃO E IMPRENSA, 03/02/1960, p. 1).

No dia 11 de fevereiro, foi publicado que as “Federações do Comércio e da Indústria, Associação Rural e Conselho Sindical reuniram-se, ontem, para importantes providências”, dentre as quais enviar um memorial ao governador sobre a questão energética. Os presidentes daquelas entidades, Américo Buaiz e José Santos, relataram as experiências que tiveram do movimento feito em Cachoeiro de Itapemirim contra a Central e alertaram, com “deferência especial ao Chefe do Executivo”, que, em caso de não atendimento das reivindicações das “forças produtoras”, seria deflagrado um movimento grevista na Capital (GREVE CONTRA A CENTRAL, 12/02/1960, p. 1).

A movimentação sindical e patronal pressionou o governador, utilizando a experiência que os cachoeirenses ensinaram para os vitorenses. Quando a Central Brasileira lançou notas pedindo para que os consumidores continuassem a pagar “regularmente suas contas”, indicando que o assunto das tarifas estava sendo discutido, não obteve uma boa resposta social (TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA, 20/02/1960, p. 6).

No dia 21 de fevereiro, foi anunciada uma greve contra a Central Brasileira pelas “classes conservadoras, haja vista que a companhia não tenha apresentado interesse em resolver o problema. Com o apoio da Assembleia Legislativa e do Arcebispo Metropolitano, foi declarada uma greve de pagamentos das contas de energia elétrica” (HOJE (À MEIA NOITE), 21/02/1960, p. 1). O anúncio no jornal A Gazeta orientava a população a aderir ao movimento nos seguintes termos:

O NÃO PAGAMENTO É UMA REALIDADE.

Conforme temos amplamente anunciado, a partir de amanhã o povo de Vitória e municípios vizinhos deixará de pagar as suas contas de energia, até que seja anunciado nos jornais, imprensa falada e escrita, alto falantes e boletins os entendimentos havidos entre a Central e as representantes do povo e classes produtoras, de que se chegou a um acordo com a Central Brasileira. Fora disso, o consumidor de energia pode deixar de pagar a sua conta à Central, sem medo de corte da sua ligação, pois a greve é geral e à Companhia falta autoridade moral para interromper o fornecimento dos consumidores (A GAZETA. HOJE (À MEIA NOITE), 21/02/1960, p. 1).

A Companhia Central, dias depois, ameaçou os consumidores de cortar a energia em caso de não pagamento de contas. E expressou em nota que “qualquer rebeldia ou desacato, antes de atingir a Companhia, que não faz mais que cumprir o que lhe foi determinado, atingirá a autoridade do qual a Portaria emanou”, ou seja, o Ministério da Agricultura. E concluiu que “Enquanto transcorrerem os estudos e entendimentos, as contas de energia elétrica devem ser regularmente pagas, PARA QUE O CONSUMIDOR NÃO INCIDA NO CORTE DA ENERGIA” (C.C.B.F.E., 24/02/1961, p. 6, com grifos).

Além disso, a Central Brasileira passou a acusar a “coação moral e física” criada contra consumidores que “pacificamente se propõe a pagar suas contas de eletricidade”. Segundo a nota da empresa, já teria ela pedido às autoridades providências para garantir aos “cidadãos o exercício do direito que lhes assiste de solverem seus compromissos perante esta Companhia, a salvo de ameaças e agressões” (AVISO AO PÚBLICO, 24/02/1960, p. 6).

O movimento grevista anunciado teve amplitude. Segundo matéria de A Gazeta,

A cidade amanheceu cheia de cartazes com demonstrações de energia em vários estados, apresentando o cobrado no nosso como a “mais cara do Brasil”. Por outro lado, noticia-se que os proprietários de automóveis colocarão cartazes em seus veículos, dizendo que não pagaram as suas contas (A CENTRAL AINDA NÃO APRESENTOU, 26/02/1960, p. 5).

O presidente do Sindicato dos Bancários, José Martins de Freitas, esclareceu que “não como se propala, coação moral ou física contra os que desejam pagar sua conta”, mas, apelou para que o “capixaba coopere com o movimento, que visa, exclusivamente, cooperar com o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo” (A CENTRAL AINDA NÃO APRESENTOU, 26/02/1960, p. 5).

O movimento contou com entidades sindicais organizadas pelo Conselho Sindical do Espírito Santo, pela Federação do Comércio e pela Associação Rural, mobilizados no “Movimento Pró Barateamento da Energia Elétrica”. Em uma coluna de A Gazeta, José Alexandre Buaiz escreveu sobre esse movimento e suas raízes. Segundo ele, “Finalmente a insensibilidade perdeu a batalha: o povo capixaba, levado por um justificado sentimento de revolta, deflagrou a greve contra a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica”. A influência desse movimento veio do “povo da Princesa do Sul”, que, “numa demonstração patriótica e numa coragem digna, havia determinado que “ninguém pagaria a luz” enquanto perdurassem os “absurdos e escorchantes preços das tarifas de energia da Companhia Central Brasileira”. “O povo de Cachoeiro não cedeu: o povo de Vitória não cederá” (BUAIZ, 27/02/1960, p. 8).

José Alexandre Buaiz também relatou que a Central Brasileira “jamais preparou-se para expandir seus negócios eficientemente dentro do Estado”, e “nem se preocupou com o desenvolvimento industrial do Espírito Santo”, o que levou o poder público a intervir no ramo por meio da criação da “Espírito Santo Centrais Elétricas S/A”, promovendo a “construção da Usina do Rio Bonito e projetando a construção da Usina Suíça”. Além disso, a Companhia fornecia energia por geradores a óleo a diesel, “de custo de operação proibitivo, em face dos preços atingidos no mercado internacional pelos combustíveis do petróleo”, tendo, desse modo, a Central Brasileira “fracassado em sua missão de oferecer energia barata ao povo do Espírito Santo”. Portanto, diz o autor do texto, a empresa tinha de “descer de seu “pedestal”, fazendo jus ao tratamento “cordial e digno que o povo capixaba sempre lhe dispensou, mesmo durante as crises mais amargas, em que foi forçado a viver às escuras”. Caso contrário, finalizou, “o povo resistirá, persistindo a greve” (BUAIZ, 27/02/1960, p. 8).

No dia 4 de março, foi assinado um acordo pelo governador do Estado, Carlos Lindenberg; pelo presidente da Escelsa, Asdrúbal Soares; pelo presidente da Central, Máximo Coimbra da Luz; pela Federação das Indústrias, José Saade e Américo Buaiz; pela Federação das Associações Rurais, Guilherme Pimentel Filho; pela Federação dos Trabalhadores das Indústrias, Clementino Araújo; pelo Conselho Sindical dos Trabalhadores, José Martins de Freitas; e pela Comissão de Cachoeiro de Itapemirim e Castelo, Manoel Olímpio de Santana. Pelo acordo, a Escelsa iria baixar o preço da energia elétrica fornecida à Central, de modo a baratear os preços para os consumidores industriais, comerciais e residenciais. O acordo se daria até o prazo de quatro meses, para quando estava previsto o resultado do levantamento contábil dos bens da Companhia para reexaminar novas alterações nas tarifas (GREVE CONTRA A CENTRAL, 05/03/1960, p. 1-2).

O movimento chegou ao resultado que poderia chegar, partindo de quem partiu. No Espírito Santo, o campo político foi estabelecido com base nas concepções de autoridade, contratos e equilíbrio. Ou seja, as autoridades se colocavam como a única via de resolução dos problemas, e ao povo cabia reclamar a elas. Com base em um autoentendimento previdente e superior, essas autoridades estabeleceriam o equilíbrio, acertando contratos e viabilizando a conciliação de interesses (FURNESS, 2017).

No caso da Central, após anos e anos de dificuldades em todos os serviços prestados pela empresa, as elites patronais, em união com as elites sindicais, mobilizaram-se para forçar a empresa a reduzir o preço de suas tarifas, argumentando que a empresa comprava energia barata da Escelsa e estaria cobrando preços excessivos dos consumidores. Após as negociações, A Gazeta noticiou o acordo, favorável para a Central Brasileira, como um exemplo de “Governo equilibrado”, “numa integração perfeita com os problemas locais, no sentido patriótico de proporcionar solução capaz de coincidir com a justiça das reivindicações de uma parte, sem prepotências no desmerecimento de direitos da outra”. A Central Brasileira teria se comportado de forma exemplar, encarando os problemas locais “dentro da mesma sensibilidade com que se portou na emergência de agora finda” (UM MOVIMENTO E SEU SENTIDO, 05/03/1960, p. 1).

Após isso, A Gazeta anunciou que o povo correu “satisfeito aos guichês da Central para pagar as suas contas de luz”. O povo estaria satisfeito por terem ficado “livres dos altíssimos preços das tarifas que representavam grande sugadouro de nossas economias, levando-se em conta que sua instabilidade, de majoração constante”. O jornalismo de A

Gazeta foi aos guichês da Central entrevistar os pagantes, e as falas salientadas foram aquelas elogiosas ao governo, “ante a presteza com que encarou o movimento, emprestando-lhe toda a solidariedade e, inclusive, baixando o preço da entrega da energia da Escelsa à Central em 50%” (ACORRE SATISFEITO O POVO, 06/03/1960, p. 8).

Carlos Lindenberg, pressionado por membros do corpo social capixaba, desde consumidores até trabalhadores e empresários, tomou uma medida que, no fim, nem serviu para enquadrar a empresa, pois a redução de tarifas não saiu de seus lucros, tão constantemente acusados pelos que acompanhavam a situação da empresa, mas sim dos lucros da Escelsa. Desse modo, quem pagou pela redução de tarifas foi a Escelsa.

A forma como o governo agiu mostra o quanto estava mesmo preocupado com as “agitações” do país, ou seja, a movimentação social existente no Brasil e no Espírito Santo. Ao invés de adotar uma postura repressiva, o governador teve que dar respostas às elites econômicas, saturadas da situação dos serviços da Central, assim como manter sob sua direção as insatisfações contra a empresa provenientes de setores populares e de trabalhadores.

Mas o governador realizou um movimento pelo tombamento contábil da Central Brasileira, solicitando, “insistentemente” a criação da Comissão para efetuar os estudos ao Ministério de Minas Energia, novo responsável pelo setor energético, em substituição ao Ministério da Agricultura. Desde julho de 1960, três meses após a greve do “Não pague a sua conta”, que a comissão passou a cumprir o seu trabalho, com a sua realização feita pelos técnicos do MME, Rômulo Galvão e Alcindo Pereira da Silva. Nesse movimento, o governo tentou viabilizar o caminho para a encampação da empresa, tão importante para os setores empresariais capixabas (LINDENBERG REALIZA, 08/12/1961, p. 1).

Entretanto, a característica regional facciosa do Espírito Santo somada à atitude histórica do líder pessedista geraram embaraços para a finalização do processo de encampação com um saldo positivo para o Espírito Santo. No Rio Grande do Sul e em Pernambuco, a estratégia das elites regionais foi a de judicializar a encampação após a obtenção de uma ampla “unanimidade” política em torno do tombamento contábil e da encampação das subsidiárias. No entanto, os desentendimentos entre aliados e adversários geraram uma cisão política que atrapalhou a combatividade capixaba frente ao poder persuasivo e jurídico empresarial da AMFORP.

Como descreveu Luiz Cláudio M. Ribeiro, o acordo realizado entre o PSD e o PSP era de o segundo lançar o candidato ao governo estadual em 1962, para suceder a Carlos Lindenberg, tendo como “candidato natural” o vice-governador, Raul Gilberti. Entretanto, ao se candidatar ao senado, o então governador deixou ao seu partido a função de cumprir o acordo, fato que não ocorreu. O grupo dissidente do PSD lançou Carlito Von Schilgen como candidato, forçando os aliados de Lindenberg a apresentarem um nome, que foi o de Jones dos Santos Neves, fato que “acabou sepultando de vez o compromisso assumido com o PSP” (RIBEIRO, 2013, p. 165).

O então governador interino, Raul Gilberti, renunciou ao cargo, esperando ter o seu nome lançado para as eleições de 1962. Hélsio Cordeiro, membro da UDN e presidente da Assembleia Legislativa, assumiu o governo incumbido de realizar novas eleições para definição do nome que terminaria o mandato de governador do Estado. Nesse tempo, tomou a atitude de encampar a CCBFE por meio do decreto nº 302/62, o que gerou críticas do grupo de Lindenberg, por ter sido uma atitude que teria atrapalhado o processo formal (RIBEIRO, 2013).

Em julho de 1962, dois anos após o pedido de Tombamento Contábil da Central, o governo do Estado anunciava que tão logo este documento estivesse pronto, o “caminho para a encampação estaria aberto”. Em declaração, Lindenberg disse que ele e seu partido estavam “plenamente convictos de que o problema da energia elétrica deste Estado [seria] resolvido de todo e a pleno, se o Poder público tiver o monopólio da produção, transmissão e distribuição de eletricidade”. Segundo o Governador, os feitos da Escelsa teriam deixado “perfeitamente comprovado que o estado poderá levar a bom termo essa difícil tarefa, em favor do bem-estar da população capixaba” (GOVERNO DÁ PASSO DECISIVO, 05/07/1962, p. 1-6).

Sobre a Central Brasileira, seguiu, ela teria ampliado o seu potencial energético somente após a Guerra, e, “valendo-se de instalações termo elétricas de funcionamento precário e produtoras de energia de alto custo, com crescente evasão de Divisas para pagamento de combustível”. O comportamento daquela empresa teria chegado “a um ponto de intranquilidade social”, relatou Lindenberg, tendo gerado um “grande movimento das classes trabalhadoras, produtoras e populares” (GOVERNO DÁ PASSO DECISIVO, 05/07/1962, p. 1-6).

E essa era a grande preocupação de Lindenberg, pois, reforçou que “empresas como a Cia. Central” não apresentavam mais condições de:

[...] explorar serviço de tanta significação para o bem-estar do povo, como é a energia, não estão desservindo apenas. Mais que isso, criam irrefreável situação de animosidade e impopularidade para com o próprio país de onde provém o capital (GOVERNO DÁ PASSO DECISIVO, 05/07/1962, p. 1-6).

Desse modo, com o Tombamento, os poderes públicos teriam os meios para efetivarem a encampação, coroando o esforço de eletrificação do Estado, “voltada para os interesses superiores do Espírito Santo e não de empresas estrangeiras” (GOVERNO DÁ PASSO DECISIVO, 05/07/1962, p. 1-6).

Os tempos mudaram, e a política capixaba também. Após anos de sofrimento com relação aos serviços deficitários e tarifas caras, as pressões empresariais e sociais cada vez mais pressionaram o governo a tomar uma atitude afirmativa. Marta Zorzal e Silva (1995) indicou, em seu livro *Espírito Santo: Estado interesse e poder*, que o segundo governo de Lindenberg foi marcado pela inserção da Federação da Indústrias do Espírito Santo (FINDES) nas formulações econômicas do governo (SILVA, 1995).

Ao lado dessa inserção, a transição de uma sociedade rural para urbana e a erradicação dos cafezais inseriu o Estado de forma definitiva nos rumos da 2ª Revolução Industrial. A CVRD, empresa central no processo de modernização capixaba, tinha projetos industriais para o Espírito Santo, e a Escelsa seria a fornecedora dessa energia.

A Central Brasileira, após anos de desgaste popular e econômico, estava sendo convidada a se retirar do Estado, como foi em Porto Alegre e em Recife. A questão, porém, é como e em quais condições a empresa saiu: com indenização, sem prestar contas de seus maus serviços ou das cobranças consideradas ilegais. Até aqui, as ações dos governos capixabas demonstram que a saída, no Espírito Santo, seria conciliatória, típica de “um governo equilibrado”.

Em ofício ao presidente Goulart, o governador Lindenberg historiou a situação da Central Brasileira, indicando o pedido de Comissão de Tombamento, que, após reveses e acomodações de seus membros, foi nomeada pela Portaria nº 218 BR, de 15 de outubro de 1960. Lindenberg disse que, “Apesar de todos os tropeços, a Comissão de tombamento da empresa concessionária segue, embora em ritmo lento, os seus trabalhos, os quais já se acham em fase final de execução” (SÓLIDOS ARGUMENTOS, 25/07/1962, p. 1-4).

Os “sólidos argumentos” do governador contradisseram toda a atuação de seu governo e de seu jornal por 14 anos, em que defendeu a Concessionária e os seus argumentos. A linha editorial, por sua vez, permitiu críticas exaustivamente repetidas nas colunas e notas do dia a dia, assim como a escrita de colunistas dedicados ao assunto Central Brasileira. Vale reproduzir a total mudança evidenciada no segundo governo de Lindenberg, à frente do Estado do Espírito Santo:

Ao passo que a Cia. Central Brasileira de Força Elétrica, em 33 anos, de 1927 a 1962, não diligenciou para acrescer um só kw hidráulico nos dois sistemas com alguma capacidade industrial, mantendo Jucú e Fruteiras com 3.210 kw, o Estado através da ESCELSA, em poucos anos construiu Rio Bonito, com 18.000 kw, e dentro em pouco real será a primeira etapa de Suíça, com 30.000 kw, sendo sua potência total de 60.000 kw.

Estamos absolutamente convictos de que o problema da energia elétrica neste Estado somente será resolvido, de todo e a pleno se o Poder Público tiver o monopólio da produção, transmissão e distribuição de eletricidade. Pelo muito que realizou o Governo Federal, através da ESCELSA, está perfeitamente comprovado que o estado poderá levar a bom termo essa difícil tarefa, em favor do bem-estar da população capixaba. E, se mais não produziu a ESCELSA, força é convir que o contrato existente com a Cia. Central Brasileira o tem impedido (SÓLIDOS ARGUMENTOS, 25/07/1962, p. 1-4).

É possível que, somado ao esforço de persuasão da AMFORP junto aos corpos sociais e por meio de sua publicidade, tenha existido uma prática de “comprar” o apoio de donos de jornais por meio da publicação de anúncios da empresa, além daquelas notas explicativas. O caso de A Gazeta deixa patente o envolvimento entre a Central e Lindenberg, várias vezes confirmado e publicamente afirmado, além da evidência da própria coleção de imagens do “Seu” Kilowatt no jornal: de fato, a mais completa das seis amostras elencadas para essa tese, o que indica uma possível relação desse personagem com uma tentativa de aplacar os ânimos dos críticos da Concessionária.

Entretanto, a relação foi além daquela entre donos de jornal e concessionárias da AMFORP, pois, quando setores sociais relevantes se voltaram contra a empresa ou quando casas políticas se movimentaram agudamente para responsabilizar a multinacional por seus atos, os jornais tiveram que dar espaço para as críticas, ou mesmo as lideranças, como Lindenberg, tiveram que adotar medidas distintas de seu histórico político.

No início de 1950, no Paraná, O Dia, jornal de matriz trabalhista, alterou o tom de total crítica à CFLP para elogios à empresa, que publicava constantemente seus anúncios no matutino. Nos capítulos anteriores, foi possível ver várias viradas editoriais,

independentes de mudanças de donos, e isso demonstra o esforço persuasivo da empresa, também no âmbito da “compra do silêncio” dos formadores de opinião.

A movimentação ocorrida no Espírito Santo, contudo, teve um fator presente nas outras amostras dessa pesquisa, que foi a criação de um lastro na produção de energia elétrica que deu ao Estado a força suficiente para confrontar os interesses da Central Brasileira. Jones dos Santos Neves, que, em seu governo, não tomou medidas efetivas contra a Central, pavimentou os caminhos para a eletrificação do Estado, pleiteando junto ao governo Federal os novos recursos de impostos e financiamentos para a construção de hidrelétricas. E, para reforçar a dispensabilidade da Companhia concessionária dos serviços em eletricidade no Espírito Santo, indicou em “linguagem massiva e quase dura” que a Central “não se dispunha a realizar obra de envergadura como Rio Bonito para entregá-la à utilização da Central”. Na briga política pela apropriação dos feitos da eletrificação, Jones se defendeu das acusações de Francisco Lacerda de Aguiar, o “Chiquinho”, de que ele seria contrário à encampação por ser o seu primo advogado da Central. Jones, por sua vez, acusou o “Chiquinho”, “alheio a quaisquer problemas estaduais, ignorando mesmo o que fosse a encampação”, que não teria se manifestado sobre essa matéria (CHIQUINHO, PROTETOR DA CENTRAL, 05/08/1962, p. 1).

Pari passu à busca pelo mérito da eletrificação do Estado, o então governador interino, Hélsio Pinheiro, imitiu a posse dos bens e instalações da Central, “sem audiência prévia da empresa”. Após a eleição de Lindenberg para o senado, o presidente da Assembleia Legislativa assumiu o governo do Estado, tomando medidas bruscas contra a concessionária. Antes de realizar o pleito para a eleição do político que completaria o mandato, o governador interino, articulado com a oposição ao PSD, decretou a encampação da concessionária de energia elétrica no dia 31 de julho de 1962 (decreto 302/62) (RIBEIRO, 2013, p. 169-170).

A Central Brasileira, por sua vez, reclamou de ter sido “surpreendida por um decreto do Governador interino do Estado, publicado no dia 31 de julho. O ato foi considerado “violento e ilegal, praticado à revelia de todas as leis que regem o país à exploração dos serviços de energia elétrica”. Salientou a nota da empresa a “desnecessidade e inoportunidade desse ato de força, quando se atenta que os acionistas e credores da Companhia e de todas as suas associadas [...] estão dispostos a transferir, por acordo, todos os seus interesses ao Governo Federal” por meio de entendimentos havidos entre o

Governo Federal e o governo dos Estados Unidos (COMPANHIA CENTRAL BRASILEIRA, 05/08/1962, p. 8).

A Central Brasileira, então, passou a efetuar uma campanha com notas contrárias às medidas do governo estadual, reforçando a defesa das tarifas que cobrou até a solução alcançada em 1960. Esse ano, de grande movimentação social contra a empresa, foi decisivo para que as elites econômicas e políticas se decidissem pela encampação, decisão que contou com a efetivação das grandes obras hidrelétricas do Estado e pela criação da Eletrobras, em 1962.

O processo, no entanto, teve reveses após a ação do governo Hélsio Pinheiro. Em 1963, oito meses depois da encampação da Central Brasileira, uma matéria de A Gazeta criticou a “forma” como foi encampada a empresa, que já teria o seu processo de encampação bem encaminhado pelo governador Carlos Lindenberg. A Procuradoria Geral da República, representada por Cândido de Oliveira, teria aprovado o parecer do procurador Olavo Drumond, pela “inconstitucionalidade da desapropriação da Central Brasileira”, isso pelo fato de a empresa não ter sido encampada com a anuência do presidente da República. Segundo A Gazeta, “Todo o barulho, portanto, provocado pela encampação extemporânea e ilegal só trouxe benefícios ao desapropriador Hélsio Cordeiro”, que teria tido ganhos políticos, e “à desapropriada Companhia Central Brasileira de Força Elétrica”, que teria o “retardamento do legítimo processo de encampação” (ENCAMPAÇÃO OU DEMAGOGIA?, 15/03/1963, p. 1).

Fato é que, antes de o nome de Asdrúbal Soares ser eleito para o fim do mandato ao governo do Estado em 5 de agosto de 1962, como havia sido decidido após a “pacificação” do PSD com o lançamento da chapa Asdrúbal Soares e Archimenes Vivácqua, Hélsio Cordeiro, articulado com a oposição ao PSD, decretou a encampação da C.C.B.F.E., fato que já vinha tramitando desde que Lindenberg pediu o tombamento contábil da empresa junto à esfera federal. Ao par dessa atitude, Asdrúbal Soares, escolhido por Lindenberg para manter o PSP próximo do PSD, e não da oposição, assumiu o cargo de governador e demitiu todos os nomes de amigos do líder pessedista. Além disso, Soares era um desafeto de Jones dos Santos Neves, importante líder político do PSD e com grande ligação com Carlos Lindenberg (RIBEIRO, 2013).

Tendo a proximidade das eleições para o governo do Estado, a Coligação Democrática se rearticulou em torno do candidato Francisco Lacerda de Aguiar, com a união das siglas

PRP, PTB, UDN e PDC, que se utilizaram do drama da Central Brasileira para mitigar a influência do PSD. O governo interino de Hélsio Cordeiro se prestou bem ao papel de conseguir esse feito, em um esforço de atribuir ao partido de Lindenberg e Jones uma face “conservadora”. No entanto, após a vitória da Coligação Democrática, os embaraços jurídicos gerados pela reação jurídica da CCBFE não encontraram solução até a acordo político realizado nas esferas federais após o golpe civil militar de 1964, no qual o acervo da “Central Brasileira” foi transferido para o controle da Eletrobras.

É interessante notar que o grupo de Lindenberg teve a coliderança de Jones dos Santos Neves, político importante no processo da estruturação do plano estadual de eletrificação. Apesar do primeiro defender a Central por longos anos, seu correligionário fez um esforço para dar aporte financeiro para a Escelsa. Em oposição a esse grupo, Francisco Lacerda de Aguiar, que usou as deficiências da Central Brasileira para mitigar a imagem do PSD em suas gestões, articulou-se com partidos de oposição para vencer as eleições. Nesse processo, Asdrúbal Soares, com grande conhecimento técnico no setor de energia elétrica e desfrutando de uma “convivência privilegiada com o processo histórico de organização da infraestrutura dos serviços de eletricidade no Espírito Santo”, afastou-se da influência de Carlos Lindenberg, procurando dar respostas à intensa mobilização político-social gerada em torno dos serviços da CCBFE (RIBEIRO, 2013, p. 161).

Houve, portanto, uma movimentação política visando se aproveitar da crise energética existente no Espírito Santo, no qual dois grupos disputaram as medidas para encampar a empresa, cada um ao seu modo, o que afastou um consenso mínimo em torno do combate contra a empresa. Quando isso ocorreu, o jornal A Gazeta apenas culpou a atitude de Hélsio Cordeiro como um fato que atrapalhou o processo iniciado por Lindenberg, sem apresentar uma solução.

A divisão entre estes grupos gerou espaço para reação da Central Brasileira, que entrou com um mandado de segurança em 1962, de nº 11.075, ao Supremo Tribunal Federal (STF), indicando ilegalidades no processo de encampação do seu acervo. Tal pedido foi deferido pelo ministro do STF, Ary Franco, por parecer do Procurador Geral da República, Olavo Drummond de Oliveira. A encampação foi considerada ilegal por ser o “ato desapropriatório” uma atribuição da União, “a quem cabia exclusivamente legislar sobre água e energia elétrica”. Assim, a Central Brasileira reconheceu o poder outorgante do estado do Espírito Santo, mas recorreu à lei nº 5.764/43 para atribuir o poder de encampar ao governo federal (RIBEIRO, 2013, p. 177-178).

É importante destacar que o caso capixaba contou com uma ampla movimentação social contra a Concessionária dos serviços de eletricidade, assim como uma movimentação política. Foi feito o pedido de tombamento contábil da CCBFE, assim como a encampação se tornou um tema relevante na esfera pública. No entanto, a divisão entre os grupos de Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar, assim como desavenças entre importantes nomes do processo de eletrificação estadual, como Jones dos Santos Neves e Asdrúbal Soares, geraram uma cisão política benéfica aos interesses da Central Brasileira, que usou o recurso jurídico ao seu favor. Desse modo, a falta de “unanimidade” em torno do tema e a ausência de um consenso mínimo em torno da estratégia de combate à multinacional facilitaram a proeminência dos interesses privados sobre aqueles públicos.

A encampação ficou comprometida e a CCBFE permaneceu operando os serviços de bondes em Vitória, Vila Velha e Cariacica, assim como os serviços elétricos. Apenas em 1964 é que a empresa foi encampada pelo governo federal, por meio da lei nº 4.428, de 14 de outubro de 1964, fruto de acordos realizados pela ditadura militar e os estadunidenses.

O acervo da CCBFE foi transferido para a Escelsa no ano de 1968, com uma indenização dos bens e instalações para a AMFORP prevista de 1965 até o ano de 2010, nos moldes requeridos pela dona da Central Brasileira. Esse processo é chamado, por Luiz Cláudio M. Ribeiro, de “casamento entre a Central e a Escelsa”, o que gerou o surgimento da “Nova Escelsa” (RIBEIRO, 2013). No entanto, de 1963 a 1965, muitos problemas com o serviço de bondes geraram a mobilização de outros políticos, como os deputados Christiano Dias Lopes e José Parente Frota, e os Vereadores Apolinário Delmaestro, José Costa, Wallace Vieira Borges, José Inácio Ferreira, Beraldo Monteiro da Silva, Arnaldo Pinto da Vitória e Arivaldo Favalessa, após a Companhia tentar retirar os carros de circulação (UM NOVO COMÍCIO CONTRA A CCBFE EM GURIGICA, 06/06/1963, p. 1).

A saga dos capixabas contra a Central Brasileira contou com oscilações das elites dirigentes em suas sanções contra a Concessionária, o que fez com que A Gazeta, propriedade de Lindenberg e, em grande parte protetora da Companhia, tivesse um grandioso volume de matérias e colunas contra a Central, publicadas por colunistas, como: Américo Oliveira, Érico Neves, Darli Santos, e Hendicas. Possivelmente, esse foi um estímulo de A Gazeta para que a Central, em busca de silenciar as críticas feitas a ela,

mantivesse o fluxo de publicação de anúncios, destinando verbas ao matutino. Também foi uma forma de A Gazeta rebater as críticas feitas pela oposição, com relação à proximidade política de Lindenberg com a Concessionária.

Em 1960, o pessedista mudou a sua relação com a CCBFE, abrindo, inclusive, o caminho para a encampação. Porém, a atitude era uma resposta à agitação social e política em torno dos serviços deficitários da Companhia, o que mitiga a autenticidade de tal alteração de conduta. Desse modo, os esforços esbarraram no grande facciosismo local, em que as soluções sobre a Central Brasileira encontraram obstáculos também nas disputas intraelites, essencialmente entre o grupo de Carlos Lindenberg / Jones dos Santos Neves, contra a Coligação Democrática, comandada por Francisco Lacerda de Aguiar.

Quando Hélsio Cordeiro Pinheiro, membro do PSP, aproximou-se da Coligação Democrática, assumiu o governo, encampou a CCBFE, mas abriu brechas jurídicas para que a Central Brasileira utilizasse recursos jurídicos para protelar as decisões referentes ao seu caso. A resposta de Lindenberg e de seu jornal foi a de culpar Hélsio Cordeiro e acusá-lo pelo uso político da encampação.

A falta de uma organicidade com relação ao tema gerou uma facilidade maior de a CCBFE se esquivar da encampação, diferente do que foi feito no Rio Grande do Sul, em que uma ampla “unanimidade” gerou um caminho firme para a primeira encampação de uma empresa da AMFORP no Brasil. Dessa forma, um ambiente personalista pautado em chefes políticos mitigou a defesa regional aos interesses forâneos no Espírito Santo.

Outro lugar em que a AMFORP venceu foi Curitiba. Mesmo sendo uma das cidades com maior investimento do Brasil pela multinacional, a cidade contou com problemas crônicos do fornecimento de energia elétrica. Assim como A Gazeta, a coleção de imagens de O Dia, à revelia das críticas efetuadas pelo jornal à empresa, foi extensa e de grande repetição, o que indica o esforço da CFLP, ao modo da Central Brasileira, de manter um fluxo de publicação de anúncios em jornais muito críticos aos seus serviços, agraciando-os com verbas. Isso gerou oscilação nas publicações de O Dia e de suas opiniões sobre a subsidiária atuante no Paraná.

Em 1955, mesmo com a obra de uma nova usina de Guaricana em andamento, a demanda de energia elétrica em Curitiba não tinha correspondente da geração, o que gerou a necessidade de um racionamento de energia elétrica em junho. O Dia, por sua vez, fez uma defesa da postura da CFLP, criticando os consumidores que utilizavam energia

elétrica em excesso. Segundo uma matéria, os consumidores em geral seriam “nababos do exagerado desperdício de energia elétrica, desavisados perdulários, para que a prática de uma economia aconselhável, passa não raro, a ser considerado uma afronta”. A empresa, por sua vez, deveria ser classificada em “plano superior”, pois não teria deixado a população sofrer “a assoberbante fome de energia elétrica” que ocorria em “outros estados do Brasil, América do Sul e do mundo” (VAMOS POUPAR ENERGIA ELÉTRICA, 08/06/1955, p. 4).

A CFLP, em avisos, solicitou economia no uso de fogões elétricos, estufas, aquecedores de água e chapas elétricas, assim como o uso estritamente necessário e adequado de lâmpadas e iluminação. Os industriais não deveriam usar energia elétrica entre as 18 e 20 horas (C.F.L.P., 14/06/1955, p. 8). Um ano depois, em 1956, a CFLP agradeceu à colaboração da população em 1955, o que não gerou a necessidade um racionamento com cortes de circuitos, que era uma das punições a quem não seguisse as regras. E, naquele ano, antes da conclusão da usina de Guaricana, pediu mais uma vez a colaboração dos consumidores, por conta da demanda crescente gerada pelo inverno (C.F.L.P., 15/06/1956, p. 1).

A situação da energia elétrica do Paraná parecia ter chegado a um bom termo após o ano de 1951, pois até outras regiões passaram a receber energia. Em Campo Largo, um dos fatores dinamizadores do desenvolvimento teria sido um “tal de cavaleiro Kilowate”, que teria mudado a situação da “luz escassa”. Ali, a energia teria se tornado abundante e geradora de progresso (INSTANTÂNEOS, 06/06/1956, 3). No Rotary Club, o diretor da CFLP, Willian Crocker, fez um discurso indicando que a usina de Guaricana, cujas obras teriam sido iniciadas em 1954, estaria com a conclusão marcada para o final do ano de 1955 (ROTARY CLUB, 08/09/1956, p. 5). O empreendimento foi levado a efeito pela CFLP, com empréstimos da Export and Import Bank (EXIMBANK) e da AMFORP, após a empresa receber a concessão do governo federal para o aproveitamento do rio Arraial. O financiamento adicional da “gigantesca obra” foi pleiteado junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) (C.F.L.P., 01/07/1956, p. 24).

A obra de grande envergadura explica melhor o porquê da mudança de direcionamento do jornal em relação à empresa. Após uma aguda crise ocorrida no ano de 1951, já em 1952 a concessionária recebeu o direito de explorar o rio Arraial e captou recursos para a construção de uma Hidrelétrica, que era exatamente o que pleiteavam os curitibanos. Portanto, se a 4ª unidade diesel elétrica foi instalada em 1952, aliviando a situação, a

construção de uma hidrelétrica sanaria a deficiência energética. Com as obras iniciadas em 1953 e conclusão prevista para o final de 1956, Guaricana foi amplamente divulgada, com visitas da imprensa às obras, acompanhada pelo diretor da empresa Willian Crocker. A promessa para fevereiro de 1957 era de um potencial total da empresa de 42.000 KW, contrastando com os 18.000 KW de 1952 (DOMADAS AS ÁGUAS DOS RIOS, 30/11/1956, p. 8).

Por outro lado, o governo estadual prometia a ampliação do potencial energético em 400.000 KW, com: o aproveitamento do rio Capivari; a interligação com o conjunto Itararé, em convênio com o governo paulista; a usina termoelétrica de Figueira; a usina de Campo Mourão e a usina de Marumbá. Essas iniciativas eram do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), que, desde 1948, estaria agindo no sentido de encontrar soluções para o fornecimento de energia elétrica para o estado do Paraná. Entretanto, a representante legal dos empreendimentos foi a Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL). Portanto, a capital do Estado estava em vias de atualizar a produção de energia elétrica à demanda, enquanto as demais regiões do Estado recebiam aportes de capital e obras promovidas e organizadas pelo DAEE e pela COPEL, diminuindo a pressão sobre os serviços elétricos.

Na Assembleia Legislativa, uma fala do deputado pessedista Lustosa de Oliveira foi reproduzida em O Dia, indicando uma visita dos rotarianos às obras de Guaricana, por convite do “também rotariano W.J. Croker, digno e competente diretor da Cia. Força e Luz do Paraná”. O empreendimento foi apresentado por Lustosa como “magnífica conquista que Curitiba vai obter dentro de dois meses, graças à boa vontade da direção da Companhia Força e Luz do Paraná, que empregou [...] toda a técnica moderna, orientada por uma excelente equipe de engenheiros capazes e dotados” (GRANDIOSIDADE DO EMPREENDIMENTO, 02/02/1957, p. 4). O empreendimento também recebeu notável espaço em uma revista interna da CFLP, a CIPALUZ, que, em seu segundo número, apresentou as imagens das obras de Guaricana (“CIPALUZ” SEU SEGUNDO NÚMERO, 18/04/1957, p. 8). No dia 21 de setembro de 1957, foi oficialmente inaugurada a usina de Guaricana, com vasta publicidade no jornal O Dia.

A CFLP mudou de direção em meados de março, saindo W.J. Crocker e assumindo J.W. Brown (NOVO GERENTE DA CIA., 19/03/1957, p. 7). No mês seguinte, a Associação Comercial dirigiu à Companhia um documento pedindo esclarecimentos sobre os “sucessivos aumentos das tarifas de força e luz da C.F.L. do Paraná, o que ocasionou

reclamos por parte da população da nossa Capital”. Os esclarecimentos pedidos seriam sobre as “razões motivadoras das contínuas majorações, o seu fundamento legal e para quando estaria previsto o funcionamento da usina de Guaricana”. Ou seja, duas observações se apresentam, com esse documento: as obras estavam com um atraso de cinco meses e a CFLP procedeu vários aumentos, sem os embaraços que tinha em outros momentos de sua trajetória (C.F.L.P., 14/07/1957, p. 3).

Em resposta à Associação Comercial, a diretoria da CFLP disse que não houve aumento de tarifas, mas apenas as sujeitas à Taxa de Combustível, autorizada pela Portaria n° 937, baixada pelo Ministério da Agricultura, em 28 de dezembro de 1950. Ou seja, o aumento teria sido dos combustíveis, e, conseqüentemente, das tarifas. Sobre Guaricana, respondeu a diretoria, “embora não inaugurada oficialmente, a mesma vem funcionando desde maio”, o que teria permitido ficar menos dependente a produção de energia elétrica via diesel. Entretanto, não de forma total. No inverno, naturalmente o consumo subia em 30 e 40%, justificou J.W. Brown (C.F.L.P., 14/07/1957, p. 3). Assim, além dos argumentos da Taxa de Combustível e do inverno, o Decreto n° 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, teria estabelecido “novo regime tarifário para as empresas de eletricidade em todo o território nacional” (C.F.L.P., 20/07/1957, p. 11).

Interessante é notar que, após essa pacificação, com maior facilidade da empresa na majoração de tarifas, o ano de 1958 foi marcado por dois eventos importantes para os debates em torno das finanças da CFLP e para os debates públicos: Um Seminário de Contabilidade e um curso de preparação de líderes de mesas redondas.

O primeiro evento, organizado pela Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB) e patrocinado pela AMFORP, teve a sua abertura no Edifício da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Várias empresas do grupo participaram, dentre as quais a CFLP. Esse evento, noticiado em O Dia, teve grande importância, afinal o presidente da AMFORP, Henry B. Sargent, esteve presente nas solenidades e evento. A função do encontro seria “permitir às entidades concessionárias do fornecimento de energia elétrica operarem em bases econômicas de modo a poderem ampliar e modernizar seus serviços, na medida das necessidades dos consumidores do país” (DELEGADOS DE QUATRO PAÍSES, 04/02/1958, p. 3).

Um mês depois desse evento, ocorrido no Rio de Janeiro, aconteceu outro nacional, com sede em Curitiba. Este foi noticiado em O Dia, que esclareceu ser o acontecimento uma

“preparação para líderes de ‘Mesas Redondas’”, “iniciativa que obedece a programas organizados pela sua administração [CFLP] e que se volta para os problemas do crescimento”. Representantes de “quase todas as empresas do grupo CAEEB” participaram do evento (CURSO DE PREPARAÇÃO DE LÍDERES, 12/02/1958, p. 3).

Portanto, com eventos desta natureza, frente às possibilidades de debates sobre a contabilidade da empresa e a formação de mesas redondas com autoridades públicas, a AMFORP buscou formar e, assim, equipar os diretores de todas as suas subsidiárias, no Brasil e na América Latina.

Entretanto, uma voz se impôs na esfera pública paranaense contra a CFLP, apesar desse longo período de amenização das críticas à empresa, contidas em O Dia. Waldemar Daros, deputado filiado ao PTB, fez “severas críticas à Cia. Força e Luz”. Por longos anos o deputado foi uma das únicas vozes a criticar duramente a empresa, pedindo incisivamente a sua encampação. Segundo ele, foram 30 anos de entraves ao progresso da Capital, gerados pela empresa, isso com a conivência de “Todos os governos que passaram por este Estado, [que] cruzaram os braços”. “A Companhia”, por sua vez, teria “um poder de império, sem fiscalização, sem correção dos seus atos, fazendo e desfazendo aquilo que bem entende”, vivendo o povo da cidade como se fosse seu “escravo” (DAROS, 19/06/1958, p. 4).

No entanto, o discurso de O Dia, apesar de ter dado brechas para as críticas de Waldemar Daros, deu espaço também ao argumento da CAEEB, matriz da CFLP. Segundo o relatório da empresa, houve um grande investimento no Paraná, assim como em São Paulo e em Pelotas / RS. Porém, o discurso histórico da empresa, referente às tarifas, foi reforçado, sendo considerado, no relatório reproduzido em O Dia, que:

[Se] Ao capital privado não foram outorgadas garantias mínimas de bom acolhimento, estabilidade e adequada remuneração, esse capital se afastará da indústria e o poder público terá que intensificar a sua atividade nesse setor. [...] E isso porque, ao reverso das demais atividades econômicas, cujos lucros guardam proporção com o valor de seus bens, a base sobre a qual incide a limitada percentagem de lucro das empresas de eletricidade, ou seja, o custo histórico, constitui hoje uma pequena fração do valor das instalações (RECEBEMOS DA CIA. AUXILIAR, 07/09/1958, p. 6).

Waldemar Daros, por sua vez, manteve críticas à CFLP, que estaria “assaltando a bolsa popular ao ferir a lei”, cobrando da população suburbana a extensão de linhas para o fornecimento de energia elétrica. O deputado disse à Companhia que ela “não fez um palmo de extensão de suas linhas sem que a população pague”, recebendo o dinheiro e

capitalizando o dinheiro para si e promovendo o aumento dos preços das tarifas. A conivência do ex-prefeito, Ney Braga, com esse ato teria sido uma “traição ao povo de Curitiba” (DAROS, 04/03/1959, p. 4).

A voz isolada de Daros se mantinha, enquanto O Dia permanecia elogioso, novamente, à figura do gerente da CFLP, como havia ocorrido na década de 1940. A empresa teria patrocinado bolsistas ginásiais, “mostrando o alto sentido humano da sua administração no seio da Companhia Força e Luz do Paraná”. Só que, para além da figura do Mr. Brown, o “magnífico exemplo” também seria da própria Companhia (BOLSISTAS DA COMPANHIA, 03/05/1959, p. 11).

Na Assembleia Legislativa, o deputado Waldemar Daros criticou o silêncio mantido “pelos jornais que dão seu apoio à atual administração” em torno dos abusos da CFLP, “manifestando repúdio às críticas feitas pelo Joseph Willian Brown” (DAROS, 09/07/1959, p. 4).

Já no início do ano de 1960, Waldemar Daros, em sua luta solitária, teve o seu protesto registrado em O Dia, “contra a majoração das tarifas da Companhia Força e Luz do Paraná”, além de enviar um telegrama ao Ministro da Agricultura com considerações sobre o caso (RESENHA NA ASSEMBLEIA, 10/01/1960, p. 4). À época das eleições presidenciais, Daros concitou, aos trabalhistas, apoio ao general Lott e Jango, haja vista que a Força e Luz estaria “trabalhando abertamente pela eleição do ‘homem’ das ‘aspas’, Jânio Quadros” (FORÇA E LUZ APOIA JÂNIO, 02/09/1959, p. 1-8).

O prefeito Iberê Matos, antigo aliado de Waldemar Daros, mas criticado pelo deputado em sua ação contra a CFLP, representou, em fevereiro de 1960, contra a Concessionária. Enviou telegrama ao Departamento de Águas, do Ministério da Agricultura, pois a empresa estaria incluindo taxas de iluminação nas tarifas, indo além da tarifa básica fixada no contrato (PREFEITURA REPRESENTA, 26/02/1960, p. 1). A CFLP e a prefeitura teriam iniciados entendimentos acerca do caso, apesar de discordâncias jurídicas (PREFEITURA E FORÇA E LUZ REINICIAM, 12/11/1961, p. 4).

Conforme a política nacional foi se acirrando, algumas falas mais firmes foram pronunciadas, citando a prevalência do capital estrangeiro no Brasil. O artigo de Jesus Ribeiro Pires indicou que “trustes” teriam se apossado de quase todas as usinas elétricas, “racionando energia e impedindo a criação de grandes fábricas”. A luta “para dominar o truste de energia elétrica” teria sido grande, pois, pela via do Código de Águas, “as

grandes companhias não aumentavam o seu potencial”. E isso com a “conivência do poder público”. Entretanto, o colunista diz que a libertação do “domínio econômico americano” deveria se dar sem “hostilizá-lo”. Segundo ele, a “Operação Pan Americana” faria com que o governo dos Estados Unidos “reconheça o erro de sua política suicida” (PIRES, 04/01/1961, p. 10).

Meses depois, por iniciativa de Waldemar Daros, uma denúncia da Assembleia Legislativa foi encaminhada ao Ministério de Minas e Energia, contra a “subsidiária da Bond and Share”, por “descumprimento de várias cláusulas do contrato”. Por votação unânime, a denúncia foi aceita. Nesse documento, Daros citou novamente a questão das cobranças indevidas sobre extensões de linhas, além da capitalização das “importâncias pagas pela população como se fosse capital por ela empregado”. Daros também acusou a empresa de exercer um “poder de império”, “que nem o poder público construído respeita”, gabando-se de possuir “amigos nos órgãos públicos responsáveis”. Levando em conta o vencimento do contrato com a CFLP, o deputado pediu ação do Ministério Público contra a empresa, decretando a “caducidade da concessão”. Para promover o tombamento contábil da empresa, seria necessária a nomeação de uma Comissão de Técnicos, “de preferência aqueles que promoveram a encampação da CEERG, conhecedores da “técnica contábil da ‘Bond and Share’” (DAROS, 06/06/1961, 1-3).

O clima político esquentou quando o prefeito, Iberê Matos, enviou um telegrama ao Ministério de Minas e Energia, “pedindo que lhe fosse informado com maior urgência, se foi autorizado aumento tarifário da Companhia Força e Luz do Paraná”, que teria passado a cobrar 130% sobre as taxas anteriores (FORÇA E LUZ AUMENTA, 07/04/1961, p. 1). Na Câmara dos Vereadores de Curitiba, o edil trabalhista Carlos Alberto Moro solicitou informações à Prefeitura sobre a produção bruta de energia pela Concessionária e sobre o número de consumidores do período de 1957 a 1960. Esses dados ajudariam a “completar estudos sobre a justeza ou não da cobrança de taxas de várias naturezas” (ENERGIA ELÉTRICA CONTINUA, 08/04/1961, p. 3).

O diretor do DAEE, Afonso Camargo, por sua vez, disse que o Ministro de Minas e Energia, João Agripino, já estaria tomando providências com relação à encampação da Companhia Prada de Eletricidade, e que, da mesma forma, iria transferir à DAEE a fiscalização sobre as concessionárias de eletricidade do Paraná (SAIRÁ EM BREVE O TOMBAMENTO DOS BENS, 09/06/1961, p. 1-3).

Simultaneamente a essa expectativa, a prefeitura declarou que a CFLP devia cerca de 3 milhões de cruzeiros à sua administração, pelo não pagamento dos impostos de indústria e profissões desde a vigência do Decreto Lei, de 26 de fevereiro de 1957, assim como manteve a acusação da “cobrança ilegal da cláusula de combustíveis” (FORÇA E LUZ E ENCONTRO DE CONTAS, 09/05/1961, p. 1-3). A CFLP, desse modo, impetrou um mandado de segurança contra a prefeitura (FORÇA LUZ IMPETROU, 10/05/1961, p. 1-3).

O deputado Waldemar Daros, por sua vez, concitou a população a não pagar suas contas de energia elétrica, o que teria alcançado, segundo O Dia, “boa receptividade” da população. O jornal, então, passou a apoiar as críticas de Daros, que estaria empreendendo “uma ebuliente ofensiva em prol da encampação da Companhia Força e Luz e Companhia Telefônica Nacional”, movimento que estaria produzindo “forte ressonância em quase todas as classes sociais”, “exceto nos conservadores”, apoiadores de “monopólios” (CASSAL, 17/05/1961, p. 8).

O autor do texto, Barros Cassal, elogiou a atitude de Brizola, que “meteu os peitos e expropriou, na metrópole gaúcha, a empresa filiada ao mesmo cartel ianque canadense”. Enquanto isso, os defensores da CFLP, Francisco Campos, Frederico Schmidt e Raul Fernandes, atendendo os “esperneios” de Mr. Wrench, representariam os interesses da *Bond and Share*, “que é, no fim das contas, a líder do gigantesco monopólio de energia elétrica”. E respondeu às acusações de que os críticos da *Bond and Share* seriam comunistas dizendo: “É a pecha que já não assusta ninguém, e que está gasta de tanto ser usada pelos trustes ianques e pelos entreguista indígenas” (CASSAL, 17/05/1961, p. 8).

O governador do Estado, por sua vez, apareceu no debate reivindicando o poder de fiscalização sobre as concessionárias de energia elétrica. As causas da deficiência dos serviços elétricos prestados por companhias particulares seriam a “falta de fiscalização exercida com maior efetividade”, que, no âmbito estadual, seria “muito mais atuante, e mesmo policial” (NEY RECLAMA DE POLÍCIA CONTRA FORÇA E LUZ, 18/04/1961, p. 3).

Portanto, a prefeitura, o governo do Estado, a Câmara de Vereadores, a Assembleia Legislativa, e mesmo O Dia, vacilante em seu apoio e crítica à empresa, estavam pesando as críticas à Concessionária, solicitando desde a fiscalização regional até a encampação da CFLP. Mas o movimento não se limitou às vias institucionais, pois a classe

trabalhadora, organizada pela Federação dos Trabalhadores Brasileiros, organizou comícios pela encampação da CFLP, tendo mesmo a promessa de comparecimento de Leonel Brizola em Curitiba (COMÍCIO NA PRAÇA OSÓRIO, 19/05/1961, p. 8). No entanto, compareceu Sereno Schaisa, “representante pessoal do sr. Leonel Brizola”, que “emocionou a multidão presente com o relato dos episódios que culminaram no hasteamento da bandeira nacional na sacada da Bond and Share em Porto Alegre”. Além disso, relatou que as tarifas foram reduzidas em 42% e que a empresa, mesmo assim, apresentaria um lucro líquido de 50 milhões de cruzeiros (CURITIBANOS APLAUDEM A ENCAMPAÇÃO, 19/05/1961, p. 1).

O deputado Waldemar Daros, seguindo a sua linha combativa, indicou que, independente da promessa do governo do Estado, de proceder, ou não, com a encampação da CFLP, o Governo da União não poderia deixar de proceder ao “tombamento físico e contábil da Companhia, para que, então, a fiscalização da Divisão de Águas do Conselho Nacional de Energia Elétrica possa fixar o preço das tarifas, realmente, pelo valor histórico invertido pela firma” (DAROS, 25/04/1961, p. 1).

Na Assembleia Legislativa, as iniciativas do governo do Estado, de produzir energia elétrica, foram citadas pelo deputado trabalhista, Leo de Almeida Neves, que indicou a necessidade de a energia produzida pelo Estado ser distribuída pelo Estado, haja vista ser “indiscutível que as empresas concessionárias de energia elétrica não estão correspondendo aos anseios do progresso dos três Estados sulinos” (ENERGIA PRODUZIDA PELO GOVERNO, 27/06/1961, p. 1-3).

Um pouco antes, em fins de março, tinha sido anunciado mais um aumento tarifário, duplicando a tarifa anterior. A CFLP teria conseguido autorização do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica para majorar as tarifas. E a campanha popular contra a empresa se avolumou no slogan “Não pague a sua conta”. Os trabalhadores dos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Curitiba e dos Condutores de Veículos Rodoviários do Estado do Paraná enviaram um telegrama ao ministro de Minas e Energia, João Agripino, pedindo providências imediatas “para o tombamento físico contábil da Companhia Força e Luz do Paraná” (NÃO PAGUE A SUA CONTA, 27/04/1961, p. 3).

Se, até aqui, as relações entre imprensa, políticos regionais e nacionais se apresentaram oscilantes entre elogios, críticas, recuos e explicações, o mês de abril de 1961 trouxe um

relato de Daros que mostrava que as relações entre o poder público e a CFLP estavam esgarçadas, com falas mais agressivas e conturbadas.

O deputado Waldemar Daros “estremeceu ontem [27/04/61] a Assembleia e a opinião pública, com a revelação de uma entrevista que teve com o Mr. Brown. O representante da Bond and Share” no Paraná. Segundo o relato de Daros, o americano teria dito que “a sua companhia não tem satisfações a dar a nenhum governadorzinho ou ministrozinho que queira se intrometer em seus negócios”. O deputado que o acusou disse que o Mr. Brown “não respeita o direito público curitibano e as determinações do poder público constituído” e que continuaria a sua campanha dando esclarecimento ao povo e “visando a encampação da Força e Luz do Paraná”. Ao que chamou de exercício de “poder de império”, Daros transcreveu a resposta textual de mr. Brown:

Nenhum ministrozinho ou governadorzinho pode dar ordem em minha companhia. O curitibano tem que pagar o que a Força e Luz exige ou então o povo vai ficar sem energia elétrica, porque determinarei o corte a todos que deixarem de pagar o consumo nas proporções que a Companhia impuser e não somos país de brasileiros sem vergonha (DAROS, 28/04/1961, p. 1-3).

Nesse momento da pesquisa sobre Curitiba, é necessário dizer que os números de O Dia, jornal utilizado de 1935 até meados de 1961, limitaram-se até essa data, gerando a necessidade de acompanhar o debate em andamento por meio de outro veículo de comunicação disponível. Assim, o jornal A Última Hora surgiu como solução para o problema apresentado para esta tese.

O ano de 1962, contudo, foi de continuidade do debate, e A Última Hora seguiu a mesma linha editorial de O Dia, indicando a necessidade de encampação da CFLP. Na matéria do colunista Paulo Silveira, seriam “Três contra os trust”, em referência aos estados que combateram as concessionárias da AMFORP. Silveira citou o governo de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul; Bias Fortes, em Minas Gerais, e Cid Sampaio, em Pernambuco. Seriam os mesmos os motivos de Cid e dos dois demais governadores: “a empresa não cumpre os termos do contrato pelo qual obteve a exploração do serviço público e vem desviando bens móveis e imóveis que, findo o prazo de concessão, reverteriam sem ônus, para o patrimônio do Estado” (COLUNA NACIONAL, 07/07/1961, p. 6).

Meses depois, segundo uma matéria, Waldemar Daros estaria iniciando um movimento popular “com base em sindicatos, entidades estudantis, Câmara Municipal, Assembleia Legislativa do Estado, Governo do Estado, Prefeituras dos municípios do Interior e entidades de classe”, para que fosse revogado o decreto nº 41.019, de 17 de fevereiro de

1957, que permitia às concessionárias aumentar as tarifas para pagamentos de empréstimos e da diferença cambial. O deputado rememorou a atitude de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, com relação à CEERG e Companhia Telefônica, e disse que o governador do Paraná “somente não encampará a C.F.L. do Paraná se não quiser”, haja vista que o tombamento físico contábil estava em andamento e que o povo, em breve, tomaria “conhecimento das grandes falcatruas cometidas contra a economia popular” (CAMPANHA CONTRA ABUSOS, 03/03/1962, p. 3).

Portanto, a situação da empresa se deteriorou rapidamente, na virada da década, e os temas de encampação foram ficando mais fortes, além do racionamento de energia elétrica. A CFLP teria comunicado à população de que seria necessário um racionamento de energia elétrica por conta da escassez de água. E o jornal contestou: o que falta seria “compostura”. Isso pelo fato de que a Companhia sabia que “seus lucros estão no fim e que a encampação é inevitável”, por ser a “única solução capaz de libertar a cidade dos maus serviços que a Força e Luz lhe presta a peso de ouro e com tarifas complicadíssimas”. A empresa teria anunciado, há anos, que Curitiba não passaria mais por racionamentos, com a Usina de Guaricana, financiada pelo BNDE, como prova. Desse modo, o jornal perguntou: “E agora, Mr. Brown? Não está claro que a companhia deve ser encampada?”. E finalizou dizendo que o tempo da “balela de que o Estado é mau patrão e mau empresário” já havia passado, como a COPEL comprovava, com a ampliação e melhoria de seus serviços (REVISTA DOS JORNAIS, 21/03/1962, p. 4).

Em matéria especial, alguns curitibanos foram entrevistados para falar sobre o racionamento e a empresa, como o carteiro José Caetano Nogueira, que disse ter a CFLP fracassado, restando “às autoridades encampá-la”; ou como o médico H. Fonteneli, que disse saber “muito bem das consequências do racionamento”. A concessionária, segundo ele, não teria condições de suprir a demanda de energia elétrica em Curitiba, devendo ser encampada. A dona de casa Inês de Oliveira até concordava com o racionamento, “porém, com critério e não da maneira que a CFL o faz” (REVOLTA CONTRA O RACIONAMENTO, 24/03/1962, p. 2).

O governador do Estado, Ney Braga, por sua vez, entrou em contato com o Ministro de Minas e Energia, Gabriel Passos, e com o Presidente João Goulart, indicando a ilegalidade do racionamento de energia elétrica em Curitiba. Braga pediu prioridade para a encampação da empresa no Paraná (NEI REVELA QUE PEDIU INTERVENÇÃO FEDERAL, 16/06/1962, p. 4).

Inicialmente, para o colunista José Augusto, as classes conservadoras teriam visto as acusações do deputado Waldemar Daros como “o fantasma do estatismo e uma ameaça a todas as empresas”. Entretanto, a situação teria mostrado a razão do deputado, o que foi evidenciado por um jornal conservador do Paraná, A Gazeta, que reconheceu que a Força e Luz “não procurou lançar aquelas etapas de aumento de potencial de energia elétrica que, no mínimo, se deveria exigir como imperativa de previdência” (REVISTA DOS JORNAIS, 18/06/1962, p. 3).

Além disso, o colunista lembrou do racionamento ocorrido dez anos antes, e indicou que os grupos geradores diesel de Capanema e a Usina de Guaricana teriam sido financiados pelo “dinheiro brasileiríssimo do BNDE, que passou a render dividendos para os acionistas ianques de nossa concessionária”. A empresa teria mesmo procedido, em 1962, por medo da encampação, a “limpeza do convés, muito típica de quem deseja abandonar o navio” (REVISTA DOS JORNAIS, 18/06/1962, p. 3).

A pressão pela encampação da CFLP se expressava nos muros da cidade, “que amanheceram, ontem [19/06/62], cheias de inscrições sobre a encampação da Companhia Força e Luz do Paraná, subsidiária da Bond and Share”. As inscrições pediam “encampação pelo custo histórico” (ENCAMPAÇÃO DA FORÇA E LUZ, 20/06/1962, p. 4).

A questão da encampação, no entanto, se arrastou por mais tempo. Em 1963, o governador Ney Braga prometeu uma nova investida pela encampação da CFLP, com um pedido de “urgência de medidas que venham a concretizar a encampação já decretada da subsidiária da Bond and Share”. Tal pedido, segundo o governador, deveria ser atendido com celeridade, pela ameaça de “acionamento de *blackout*” presente em Curitiba (PALÁCIO IGUACU, 16/01/1963, p. 4).

A apuração contábil da CFLP foi feita, e a decisão, a partir de então, estaria na aquisição ou não dos bens da Companhia. O governo federal entrou em acordo de aquisição dos bens da *Bond and Share*, ao qual Waldemar Daros, da Assembleia Legislativa do Paraná, se contrapôs. Segundo ele, “A compra da Bond and Share nas condições aceitas pela comissão especial, representa séria lesão à economia nacional. O povo do Paraná, reeditando o espírito patriótico de V. exa. [o presidente da República], espera seja negada a transação imoral” (DAROS, 30/05/1963, p. 4).

Aparentemente, os acordos fixados entre o governo federal e a *Bond and Share* chegaram a um termo favorável à Concessionária, que já se preparou para abandonar os serviços, tendo o seu acervo pago pelo governo brasileiro. Isso é perceptível em uma reunião entre o prefeito de Curitiba e Mr. Brown, para debater assuntos relacionados à ampliação dos serviços de iluminação pública e particular. O representante da *Bond and Share* deu “a entender que não convém” à empresa, com a encampação acordada, “adotar qualquer providência que vise proporcionar melhor atendimento ao público e à cidade” (MISTER BROWN NÃO ACEITA, 31/08/1963, p. 4).

Em linhas gerais, nessa reta final, à existência da concessão *Bond and Share* / AMFORP via CFLP no Paraná, a vitória foi da Concessionária em relação ao poder público, conseguindo, assim, fazer prevalecer os seus interesses. As iniciativas de Waldemar Daros, do prefeito Iberê Matos e do governador Ney Braga foram mais presentes no âmbito institucional, no sentido de controlar e, por fim, encampar a empresa, mas sem êxito, mesmo com apoio e movimentação populares.

Apelando ao governo federal, a CFLP conseguiu, por meio de comissão especial, a compra do acervo da empresa pelo Estado Brasileiro, nos termos pretendidos por ela. O poder público estadual, por meio da COPEL, assumiu os serviços de eletricidade, seguindo a tendência nacional de empresas regionais estatais de serviços elétricos.

Portanto, assim como em Vitória, no Espírito Santo, Curitiba, a despeito de sua maior estruturação em serviços elétricos, sofreu com os problemas gerados pelos serviços da associada da AMFORP. Mas Niterói e Natal, contudo, são casos ainda mais dramáticos nas amostras observadas, pois a produção e distribuição de energia elétrica chegaram a um ponto em que os governos tiveram de intervir para evitar *blackouts* nas regiões.

Em Niterói, a CBEE, Concessionária da AMFORP, havia conseguido, pelo “custo histórico”, a compra do acervo pelo Estado, por meio do projeto nº 436, de 1953, com protesto do deputado Alberto Torres, publicado em seu jornal. Vale reiterar que, em Niterói, o poder persuasivo dos diretores da Companhia Brasileira se destacou no tempo, mais do que a publicação dos anúncios em O Fluminense. E as condições dos serviços naquela região chegaram a um nível crítico, apesar de ser uma das amostras com o maior potencial hidrelétrico instalado.

Se a CBEE continuaria no comando dos serviços, estes seguiriam dependendo dos envios de energia da Cia. Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda., da cessão da Usina Térmica

flutuante Piraquê e dos racionamentos de energia elétrica. Quando um racionamento atingia a Carris, era necessário outro para a CBEE. Se a usina flutuante Piraquê tivesse algum problema ou se houvesse escassez de chuvas, logo os racionamentos seriam intensos e demandariam, no discurso da empresa, maior esforço dos consumidores em economizarem energia elétrica (NORMAS DO RACIONAMENTO, 20/09/1955, p. 5).

No final de 1955, foi anunciada a inauguração de uma usina termelétrica em São Gonçalo, com a potência instalada de 11.500 kw, o que não satisfaria, de momento, as necessidades do seu sistema, e demandaria, segundo a Comissão de Racionamento da CEEE, a continuidade do racionamento (RACIONAMENTO, 26/09/1956, p. 6). No dia 27 de junho de 1956, foi inaugurada a usina, “modernamente instalada na rua Manoel Duarte, no município vizinho” (INAUGURAÇÃO DA USINA TÉRMICA, 23/06/1956, p. 1).

Se, no final do ano de 1955, foi anunciado um investimento da CBEE, que já tinha conseguido ter os seus contratos renovados e o acervo pago com baixa indenização, o vereador Afonso Celso denunciou o escopo da empresa em aumentar o valor das suas tarifas, afirmando que a Concessionária queria “impor ao povo por ela servido mais um aumento no preço do ‘kilowatt’”. O edil socialista focalizou, ainda, a “exploração” e a “sabotagem” a que estão expostos aos brasileiros, de longa data, pelos “trustes da energia elétrica” encabeçados pela *Bond and Share* (CÂMARA MUNICIPAL, 14/11/1956, p. 1). No entanto, esse tipo de fala foi raro nas folhas do jornal O Fluminense, e isso tem explicação.

Alberto Torres, então acionista majoritário de O Fluminense e partidário da UDN, criticava a Companhia concessionária, mas, por outro lado, era avesso aos partidos que estavam tomando medidas mais firmes com relação às empresas da AMFORP. Uma nota foi transcrita do Correio da Manhã, contando o episódio ocorrido no Rio Grande do Sul, em que o Governo de Leonel Brizola, do PTB, encampou a empresa irmã da CBEE, a CEERG. Esse documento é interessante, pois indica os limites da crítica de Alberto Torres à Concessionária (BRIZOLA ENCAMPA, 16/05/1959, p. 6).

O texto reproduzido em O Fluminense historiou o evento da encampação da concessionária de energia elétrica no Rio Grande do Sul, contudo, vinculando-o estritamente ao PTB, e de forma pejorativa. “A encampação da companhia rio grandense”, disse, vinha “há muito, sendo um dos principais objetivos do PTB local, ora no governo”. Para levar a cabo o processo, a autorização federal teria sido “arrancada

sigilosamente”, em que o consultor jurídico da Comissão Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, Arno Schilling, teria enviado um telegrama ao então Secretário de Comunicações e Energia, Wilson Vargas, dizendo, em códigos, “Casamento realizado. Sigo amanhã em Constellation”, sobre a aceitação de JK para a encampação. Segundo a matéria, como o estado gaúcho estava “em dificuldades”, não poderia pagar a indenização para encampar a empresa, fazendo, para tanto, “malabarismos aritméticos”, que foram apresentados junto ao relatório da Comissão de Tombamento organizado pelo Ministério da Agricultura. No texto, ao final, veio indicado que a Justiça do Rio Grande do Sul teria arbitrado um depósito de 20 milhões de cruzeiros para a encampação (BRIZOLA ENCAMPA, 16/05/1959, p. 6).

Tornam-se, desse modo, ocultos os esforços realizados por políticos de diversos prisms políticos para pavimentar o caminho da encampação da CEERG, assim como o aval judicial e as provas alcançadas pela Comissão de Tombamento instaurada pelo Ministério da Agricultura. Dizer que a iniciativa se circunscrevia a uma vontade do PTB não era falso, porém, era tendencioso, e apenas indicava parte da situação. O caso da iniciativa de políticos do PSD gaúcho, como: Walter Jobim, interventor e governador do Estado; Ildo Meneghetti, enquanto prefeito e governador; Cândido Norberto, deputado socialista; além do engenheiro Noé de Freitas e de todas as bancadas gaúchas na Assembleia Legislativa, mostrara um quadro bem diferente do que a simples vontade do PTB. Na verdade, mostrou que o PTB apenas liderou a vontade de uma ampla frente contra a Concessionária da AMFORP.

Desse modo, se Alberto Torres era oposição à CBEE em Niterói, com um meio de comunicação com amplitude, essas críticas estavam circunscritas, talvez, sem o mesmo nível de criatividade, como verificada em A Gazeta, no Espírito Santo, ao moralismo, às noções de equilíbrio, autoridades e contratos. A Companhia Brasileira não cumpria os seus contratos e, para resolver esse problema, era necessária a ação das autoridades. Feitos os devidos ajustes, a situação chegaria a um ponto de harmonia social e política. No entanto, esta leitura era diferente para as subsidiárias da AMFORP, uma empresa estrangeira com relações de força assimétricas com as autoridades brasileiras, e com interesses privados sobressalentes àqueles públicos.

Dois anos depois e a situação fluminense permanecia a mesma: racionamentos, aumentos de tarifas, e críticas aos contratos. E, também, a crítica à encampação ocorrida no Rio Grande do Sul. Um artigo lido na Rádio Gaúcha de Porto Alegre foi transcrito em O

Fluminense, apontando a encampação como uma “advertência que não pode ser esquecida”. Com o pano de fundo do anticomunismo, o texto jornalístico explicou que a ação governamental não teria sido improvisada, mas, “antes, um projeto meticulosamente elaborado e durante longos anos preparada a sua execução”. Teria ocorrido ao “estilo da revolução russa”, um “trabalho paciente de propaganda”, despertando no povo, sentimentos hostis ao chamado “capital estrangeiro colonizador”. O vento, que foi ambientado com dois lados opostos, entreguistas contra nacionalistas, havia culminado na encampação da empresa, que, diferente do prometido, teria gerado serviços igualmente deficitários (AS CONSEQUÊNCIAS AÍ ESTÃO, 04/06/1961, p. 1-8).

A reprodução dessas matérias em O Fluminense e a postura do jornal contra a empresa mostra os limites das críticas de Alberto Torres e da UDN fluminense, muito mais apegadas ao campo moral e ao anticomunismo, sem identificar, como problema principal, as ações da multinacional em solo fluminense ou gaúcho.

Mas, se no Sul os serviços eram propagandeados pelos opositores à encampação como deficitários, em Niterói, a CBEE seguia com os serviços ruins. Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o deputado e líder da UDN, Adolfo Oliveira, apresentou recibos que comprovavam “a alta astronômica do quilowatt da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, quase que de 15 em 15 dias, embora seja cada vez pior, queimando rádios, geladeiras, motores, etc”. O deputado rememorou que a “ruinosa transação” com a CBEE remontava ao governo de Amaral Peixoto, do PSD, e chegou a defender a inteira conveniência de vir a ser aprovado o projeto de sua autoria, “que autoriza o Poder Executivo a promover a encampação dessa subsidiária da ‘Bond and Share’”, que “só tem feito mal a todos nós, impedindo o progresso das regiões de que é concessionária e provocando a revolta do povo contra os governos que não fiscalizam [...] com a evidente e perigosa quebra do princípio de autoridade” (OLIVEIRA, 15/12/1961, p. 2).

No ano de 1962, contudo, começaram a aparecer críticas mais fortes contra a CBEE. Foram reproduzidos trechos dos debates da Assembleia Legislativa em que o deputado Mário Malaquias acusou a Concessionária de sabotar o progresso do Brasil “por todos os modos”, atirando o povo contra o Governo, que “não lhe fiscaliza bem as atividades e não lhe aplica as penas que devem ser previstas nos contratos firmados”. O orador lamentou que não fosse acontecer em Niterói o que ocorreu no Rio Grande do Sul, pois o projeto de Adolfo Oliveira, preparatório para a encampação da Companhia Brasileira, estava

sendo “obstruído e combatido” pelo líder do Governo, deputado Hamilton Xavier, do PSD (MALAQUIAS, 22/02/1962, p. 2).

O deputado Palmir da Silva, por sua vez, indicou que “essa Companhia que é brasileira *“in nomine”*, entrava o progresso dos municípios situados em sua zona de concessão, levando o povo a desespero sem que haja uma providência dos governantes para aplicar-lhe as penalidades devidas”. O deputado do Movimento Trabalhista Renovador (MRT), Nicanor Campanário, também lamentou que os “dissidentes” tenham abandonado a Assembleia para não aprovar o projeto de encampação, “numa hora em que todos os brasileiros estão empolgados com os governos do Rio Grande do Sul e da União face à encampação de Companhia estrangeiras, que, como a C.B.E.E., desservem aos brasileiros” (NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 07/04/1962, p. 4).

A força do evento ocorrido no Rio Grande do Sul tomou repercussão na casa legislativa fluminense, assim como no jornal de Alberto Torres, dando espaço mesmo à utilização da figura de Brizola como exemplo na lide com as empresas estrangeiras. Isso pode indicar o nível de desgaste com a Concessionária de energia elétrica, já grande no seio da oposição udenista.

A zona de concessão da CBEE ficou mesmo a mercê de equipamentos antigos e insuficientes, de instalações hidrelétricas sem ampliação e de racionamentos constantes. O deputado do PSD, José Sally, líder majoritário da bancada, indicou que o governo estadual estava buscando conseguir a cessão da usina flutuante termelétrica Piraquê com a “Light” ou, caso não fosse possível, o governo poderia mesmo expropriar o patrimônio da CBEE, “para evitar a continuidade da exploração do povo fluminense por esta subsidiária da Bond and Share” (NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 18/07/1962, p. 3).

É curioso notar que, nesse momento de amplas críticas aos racionamentos da concessionária, o presidente da empresa, Armando Ferraz, assinasse também como presidente da Comissão Estadual de Energia Elétrica. Se isso mostra o poder de influência da empresa no âmbito do Rio de Janeiro, indica também, em conjunto com outras informações, que esse poder estava ficando em xeque.

O deputado Rodrigues de Oliveira também fez críticas à Central Brasileira, “cujos serviços estavam cada vez mais caros e piores”, e desafiou o Embaixador Lincoln Gordon, dos Estados Unidos, “que de tempos em tempos a esta parte está se mostrando revoltado contra a encampação pelo Governo Leonel Brizola, de uma subsidiária da Bond and

Share”, que passasse “uns dias no Estado do Rio”, sofrendo como “os fluminenses os males que nos advém da C.B.E.E. e depois diga se há ou não motivos de sobra para a encampação dessa empresa por parte do Governo Estadual” (OLIVEIRA, 29/08/1962, p. 3).

A situação do fornecimento de energia elétrica em 1962 era grave, e as classes produtoras se movimentaram para conseguir o empréstimo da Usina Piraquê. Elas enviaram ao presidente da República um memorial pedindo o empréstimo, que poderia ser feito por meio do CNAEE (NOVA TENTATIVA DO ESTADO, 18/10/1962, p. 4). Um dia depois, foi noticiada a formação da Comissão de Tombamento da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, com estudos que estariam, segundo o chefe da CEEE, Armando Ferraz, “se processando com relativo cuidado” (COMISSÃO ESPECIAL ESTUDA TOMBAMENTO, 19/10/1962, p. 7). No ano seguinte, o governo estadual criou a Centrais Elétricas Fluminenses, empresa estatal que comprou empresas menores de eletricidade, para produção e distribuição do serviço (GOVERNO QUER CENTRAIS ELÉTRICAS, 16/07/1963, p. 2; FATOS & NOTÍCIAS, 18/07/1963, p.3).

Somente em 1963, a Usina Piraquê chegou a Niterói. A “velha usina”, vale destacar, “com vinte anos de existência, pode ser comparada a um cargueiro de grande calado” que se move apenas por reboque. A Usina Piraquê “Foi construída em Nova Iorque, no ano de 1945, por ocasião do último conflito mundial, incorporado pelo exército americano com o nome de *Sea Power* (Poder do Mar)”. De propriedade da empresa Rio Light, foi cedida para a CBEE, encostando do cais do Porto de Niterói para a resolução da crise energética de 1963 e tantas outras anteriores (VÃO SER SUSPENSOS OS CORTES, 17/08/1963, p. 1).

Vale destacar que o suprimento de energia elétrica pela Companhia Brasileira vinha deficitário desde o início da década de 1950, quando os acordos com a Carris, Força e Luz e os empréstimos da Piraquê ficaram comprometidos. Os problemas mais estruturais eram a falta de expansão dos serviços hidrelétricos, e mesmo aqueles termelétricos, gerando caos para a população fluminense. Na década de 1960, as esperanças de acabar com os cortes de energia se resumiram a uma velha usina termelétrica flutuante, que começou a dar problemas. Com uma semana de operação em Niterói, foram dois defeitos em unidades geradoras no navio-usina, o que manteve o povo niteroiense em racionamento (PROSSEGUE O RACIONAMENTO, 24/08/1963, p. 3; FICOU NA PROMESSA O FIM DO RACIONAMENTO, 27/08/1963, p. 1).

A situação ficou crítica para a população da região, que apenas pode contar com festas como Natal, Ano Novo e Carnaval sem racionamentos. O restante do calendário, foi de crise contínua no fornecimento dos serviços de força e luz na zona de concessão fluminense (POVO TERÁ FESTAS SEM RACIONAMENTO, 17/12/1963, p. 29; CORTES DE LUZ VÃO ATÉ O CARNAVAL, 03/01/1964, p. 1).

No final de 1965, a subsidiária da AMFORP passou para a responsabilidade da Eletrobras, após um acordo feito em nível federal com o governo dos Estados Unidos. A CELF, em “entrosamento com a Eletrobrás”, ficou responsável por “providenciar a expansão da C.B.E.E., no sentido de que suas atividades se desenvolvam no mesmo ritmo em que se processa o desenvolvimento urbano e industrial da vasta área de concessão da empresa”, isso com avais para obtenção de empréstimos junto ao EXIMBANK (ELETROBRÁS TROCA AVAIS DA CBEE, 31/03/1965, p. 6).

Após anos de crise energética, o ano de 1965 marcou, não só para Niterói, Petrópolis e São Gonçalo, mas para várias cidades do Brasil, o fim da exploração multinacional do setor de serviços elétricos. No caso fluminense, a falta de uma articulação ampla em torno do assunto e o poder de interferência da Concessionária junto aos dirigentes políticos foram fatores que retardaram a tomada de ação mais efetiva, mantendo o caso até o extremo das negociações “por cima” ocorridas na ditadura.

Nesses termos, a encampação da CBEE pela Eletrobras teve os custos pretendidos pela AMFORP, independentemente de qualquer histórico negativo ou extorsivo que a empresa tenha tido na região. No ano de 1967, houve o primeiro flerte para a fusão entre a CELF e a CBEE, o que se concretizou apenas no 1º governo Brizola no Rio de Janeiro (1983-1987).

Chegamos, por fim, ao caso do Rio Grande do Norte. Em 1957, no jornal Diário de Natal foi anunciada a criação de uma nova empresa telefônica naquele Estado, cujo plano foi elaborado pela diretoria da concessionária dos serviços e apresentada ao governo. A promessa era de instalação de dois mil telefones, que seriam financiados pelos pretendentes ao serviço e pelas novas tarifas que seriam estabelecidas. A Concessionária da AMFORP, a Força e Luz, transferiria à nova empresa o seu acervo, avaliado em Cr\$ 20.000.000,00 de cruzeiros, considerado pela empresa como “bem inferior ao valor real das instalações”, em troca de ações. Os consumidores que queriam as linhas, por sua vez, pagariam um valor pela instalação da linha e a taxa de ligação, e as tarifas majoradas

viabilizariam o surgimento da nova empresa (PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO, 17/01/1957, p. 8).

Desse modo, a Força e Luz, sem investimento algum, capitaria dinheiro para uma empresa e, pelo planejamento, ampliaria a capacidade dos serviços telefônicos, retirando a pressão popular pelo serviço. O argumento para uma ação desse tipo foi o mesmo adotado desde o início da década de 1950, que foi o de que o serviço de bondes estava dando prejuízo, e, desse modo, tirando o poder de investimento em outros setores. O problema do serviço telefônico em Natal não seria a qualidade daqueles instalados e em operação, mas a quantidade, portanto, a necessidade de expandir os serviços. Para que os serviços se tornassem atrativos à nova empresa, reiterou a matéria jornalística, em sintonia fina com o que dizia a Concessionária, eram necessárias tarifas adequadas para a vitalidade da rentabilidade e a conseqüente atratividade do negócio (PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO, 17/01/1957, p. 8).

Sete meses depois, o Governo Estadual havia apresentado uma contraproposta, elaborada por uma comissão designada por ele para estudar a questão das tarifas e o plano da empresa. A solução encontrada foi a de cobrar dos consumidores 15 mil cruzeiros pela assinatura, sendo uma entrada de 3.000 cruzeiros mais 12 prestações de 1.000, considerados como empréstimos dos consumidores à empresa, pagos um ano após a realização das ampliações, com previsão de dois anos. O pagamento das amortizações seria feito em seis prestações. As tarifas ficariam fixadas em 100 cruzeiros por mês, com direito a 180 chamadas, enquanto outros assinantes pagariam 120 cruzeiros por mês, com direito a 200 chamadas. Desse modo, as tarifas seriam majoradas de 30 centavos para 50. A contraproposta do governo reduziu os valores pretendidos pela empresa e a forma de pagamento pelas novas instalações (ELABORADO O PLANO DE INSTALAÇÃO, 30/08/1957, p. 8).

Enquanto esse debate se desenrolava, no setor de serviços, a Força e Luz era criticada na Assembleia Legislativa. O deputado trabalhista Clóvis Mota chamou as tarifas de eletricidade de “Taxas da Maldição”, “por serem contrárias às aspirações populares”, criticando o governo de Dinarte Mariz por permitir os aumentos tarifários. Segundo expôs o deputado, Natal era a cidade do Brasil “onde se paga a luz elétrica a preço mais caro em todo o país” e que a criação de uma Taxa de Iluminação “se constituía em verdadeira exploração à bolsa popular”. Essa taxa seria criada por conta de um débito do Estado à Força e Luz, de cerca de cinco milhões de cruzeiros. Porém, disse o deputado, que tal taxa

geraria o montante de 18 milhões de cruzeiros, anualmente, muito acima da referida dívida (MOTA, 19/11/1957, p. 6). Em razão disso, foi redigido um memorial pelos “presidentes da Associação Comercial do Rio Grande do Norte, Federação do Comércio, Federação das Indústrias, documento no qual estão manifestados os propósitos de entendimentos no sentido de ser encontrada uma fórmula mais razoável” (PROMULGADA, ONTEM, 26/11/1957, p. 8).

O debate, então, esbarrou no poderio da Força e Luz, que, segundo correu pelas páginas do Diário de Natal, teria pressionado o governo a implementar a Taxa de Iluminação. Porta-vozes do governo teriam alegado que “a Taxa de Iluminação teria sido imposição da Cia. Força e Luz”. Segundo a matéria, a afirmação dessa pressão da empresa sobre o governo para a criação das batizadas “malditas taxas de iluminação” seria um argumento perfeito para os que se consideravam anti-entreguistas de acusarem os entreguistas, para fins eleitorais, e defendeu que o governo deveria pagar a dívida à empresa, pois não haveria empresa privada que sobrevivesse “caloteada” (POLÍTICA DO DIA, 26/11/1957, p. 8-6).

É notável a atitude mais agressiva da Força e Luz no sentido de arrecadação de dinheiro, pressionando, por um lado, a criação de uma nova empresa telefônica em termos favoráveis a ela e, por outro, pelo pagamento de dívidas do Estado a ela, com a criação de uma Taxa de iluminação. Contra isso reagiram as classes produtoras, que começaram a se reunir para debater o tema.

No centro SESC / SENAC, reuniram-se a Associação Comercial e as Federações do Comércio e da Indústria, para produzir um memorial a ser enviado ao governador e à Assembleia Legislativa, com o fito de, “numa campanha sensata”, pedir a “revogação da chamada Taxa de Iluminação (TAXAS DE ILUMINAÇÃO, 27/11/1957, p. 8). A entrada das classes conservadoras no debate protelou a criação da referida taxa, brecando as pretensões da Companhia Força e Luz.

Nos jornais O Poti e Diário de Natal, repercutiam as narrativas da associada da CAEEB / AMFORP, de defesa da Concessionária, expondo os investimentos feitos em Natal nos serviços de eletricidade e nos serviços telefônicos. A Força e Luz já viria cumprindo, “no transcurso dos últimos cinco anos, um extenso e avultado plano de novas construções”, com “um novo programa de expansão de suas instalações de geração, transformação, transmissão e distribuição de energia elétrica”, para “acelerar o ritmo do desenvolvimento

econômico do nosso país”. E estariam previstas a instalação de uma nova unidade diesel elétrica de 1.000 Kw de capacidade, assim como a ampliação do serviço telefônico em Natal (AMPLIARÁ A COMPANHIA, 27/11/1957, p. 8-6).

Os efeitos dessas iniciativas refletiram no ano de 1961, encontrando críticas e resistências em Natal. Os serviços telefônicos foram formalizados em 28 de abril, com concessão dada à nova companhia em 11 de agosto de 1958. Quatro anos desde o início dos entendimentos para tal iniciativa, tão anunciada pelos jornais ligados aos Diários Associados, os telefones não haviam chegado aos consumidores.

A Câmara Municipal, então, convidou o gerente da CFLNB a prestar esclarecimentos sobre o assunto. O edil udenista, Érico Haekradt, expôs a campanha realizada “há alguns anos passados” pela Força e Luz para pôr em prática um plano de ampliação dos serviços, cobrando mensalmente dos consumidores um preço fixado como taxa. “Muitas pessoas já saldaram o compromisso”, disse o edil, “e, até agora, nenhum novo telefone foi instalado, ignorando-se até em que ponto se encontra o desfecho do caso” (CÂMARA CONVIDOU O GERENTE DA FORÇA, 02/12/1960, p. 6).

Em resposta, a Força e Luz acusou a SUMOC de dificultar a importação de telefones, e o negócio foi noticiado como uma “Miragem”. O gerente da CFLNB afirmou, ao Diário de Natal, que a extensão da rede telefônica de Natal estaria impossibilitada de acontecer, pois a Companhia não estava em condições de cumprir o contrato. Isso porque “a corrente inflacionária” do país havia modificado os preços acordados em 1958, e a SUMOC teria demorado a liberar o “câmbio preferencial” para que a Companhia pudesse importar os aparelhos telefônicos, por conta de uma afirmação da Superintendência de que o governo brasileiro estava adotando um programa de nacionalização da indústria brasileira de centrais telefônicas, sustando qualquer importação de equipamento no gênero. O gerente da empresa, então, confirmando estar a sua Companhia impossibilitada de estender a rede telefônica, prometeu devolver o dinheiro aos consumidores, “inclusive os juros bancários” (TELEFONES NOVOS FORAM UMA MIRAGEM, 14/01/1961, p. 6-4).

Enquanto esse negócio era desfeito, a despeito das promessas da CFLNB, em abril de 1961, foi anunciada mais uma unidade de geração termelétrica em Natal, com 1.000 Kw de potencial, que, somado ao material já operante, faria a cidade chegar a 5.400 Kw. A unidade foi deslocada de Vitória para Natal pelo cargueiro “Rio Parnaíba”. Segundo informações prestadas pela empresa, se não fosse essa unidade geradora, em maio a

energia teria que ser racionada (POTENCIAL ELÉTRICO DE NATAL, 12/04/1961, p. 8).

Com *blackouts* repentinos por problemas na rede de distribuição, o impasse dos telefones não resolvidos e pelas necessidades de ampliação da produção de energia elétrica em Natal, começou a circular na Câmara dos Vereadores pedidos de encampação da Companhia concessionária. Inicialmente, o edil Antônio Pio Cavalcanti “fez discurso contra a Cia. Força e Luz e conclamou os seus pares a formarem fileiras em torno de um movimento que deveria partir daquela casa com a finalidade de forçar o governo a encampar essa companhia concessionária de força dessa cidade” (CÂMARA PEDIU, 16/05/1961, p. 2). Depois, o vereador Sales da Cunha, verbalmente, requereu um convite ao gerente da CFLNB, para prestação de esclarecimentos sobre a rede de distribuição em Natal (CÂMARA QUER EXPLICAÇÕES, 17/05/1961, p. 8).

A resposta do gerente da Força e Luz, Benedito Jenkins, à sabatina dos vereadores mostra muito sobre o tipo de investimento que a Companhia realizou em Natal. Segundo ele, o que a empresa estava arrecadando, “por mês, de renda bruta, não está dando para pagar as despesas com óleo combustível necessário para a movimentação das suas unidades geradoras, pois o seu preço foi majorado, desde março, em 80%”. O gerente da empresa disse ainda que faltavam meios para que o serviço de iluminação fosse melhorado, isso porque o Estado e o Município tinham débitos “vultuosos”, que seriam revertidos para a melhoria do serviço de iluminação. Portanto, o discurso da empresa era de que o combustível havia encarecido, gerando déficits, além de terem esses saldos com o Estado e com o município não pagos limitado a capacidade de investimento. Ao final da palestra de duas horas, o gerente convidou os vereadores a visitarem as dependências da Companhia, nas quais estava sendo instalada a nova unidade geradora Diesel elétrica (SUBMETIDO A SABATINA O GERENTE DA FORÇA E LUZ, 20/05/1961, p. 6).

Após a sabatina, a Força e Luz anunciou um novo aumento de tarifas, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia, para cobrir os aumentos dos combustíveis. É notável que a distribuição de energia elétrica em Natal tenha ficado restrita à geração termelétrica, muito sensível às oscilações do preço do combustível no mercado internacional. A partir disso, as obras federais, como a da construção da usina de Paulo Afonso, operada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), seriam o escape dos natalenses e de toda a população do Rio Grande do Norte da dependência da geração termelétrica, cara e com pouca abrangência para a expansão regional. O jornal conclamou, então, o povo e o

governo, “acima de fronteiras e questiúnculas partidárias de menos importância”, para aliarem-se na luta pela obtenção da energia de Paulo Afonso “o mais breve possível para possibilitar a sobrevivência da nossa indústria incipiente” (ENERGIA MAIS CARA, 15/07/1961, p. 3).

A energia de Paulo Afonso mudou as coisas para Natal, mesmo antes de chegar. A chegada dessa energia para Recife e João Pessoa gerou, em Natal, agitação pela expectativa para o rebaixamento dos preços das tarifas. Como essa chegada demorou, foi criada a lei nº 3.969, de autoria do deputado Expedito Machado, emendada pelo deputado Clóvis Motta, que equiparou as tarifas pagas em Fortaleza e Natal àsquelas de Recife e João Pessoa (que já recebiam energia da CHESF). Para compensar o valor não recebido pela CFLNB, os dois terços a menos em tarifas seriam pagos pela SUDENE. O Diário de Natal, por sua vez, indicou que existiam problemas que os consumidores não viam, se referindo àqueles enfrentados “pela nossa Cia. Força e Luz, empresa estrangeira”. “[...] problema que não pode ser indiferente, inclusive ao poder público”. Isso por que o natalense vinha se beneficiando de uma medida, “sem entender ainda”, completou, “o drama da empresa que, bem ou mal, vem atendendo à cidade e ao progresso de sua gente” (COISAS DO BRASIL, 28/02/1962, p. 1; SITUAÇÃO DRAMÁTICA DA FORÇA E LUZ, 18/05/1962, p. 6-4)

Se o fornecimento da CFLNB já era fragilmente produzido por motores diesel-elétricos que não atendiam à demanda de energia elétrica, transferir parte do custo da tarifa à SUDENE colocou a empresa na dependência dos repasses da instituição pública para o complemento das tarifas. Se a energia de Paulo Afonso barateava as tarifas de eletricidade em dois terços, a SUDENE deveria pagar esses dois terços aos lugares nos quais essa força não teria chegado. A Companhia concessionária receberia o valor de um terço e esperaria a indenização de dois terços da SUDENE (FORÇA E LUZ AMEAÇADA DE COLAPSO, 28/02/1962, p. 1).

A CFLNB começou, então, a reclamar, por um lado, pelo aumento da demanda de energia elétrica, que, mais barata, atraía mais consumidores, e, por outro, pelo não pagamento das indenizações da SUDENE dos dois terços das tarifas. Desse modo, o espectro dos *blackouts* começou a rondar a cidade de Natal, e foram feitos, a partir de 1962, constantes apelos para que os consumidores economizassem energia elétrica (FORÇA E LUZ AMEAÇADA DE COLAPSO, 28/02/1962, p. 1).

O gerente da Concessionária de energia elétrica “fez uma dramática exposição”, no Club Rotary, buscando usar a sua influência para sensibilizar as elites locais. “Encostando essas elites contra a parede”, disse que “dois caminhos eram possíveis: ou o retorno das tarifas ou a paralização do serviço”. Além disso, a empresa se comprometeu a fazer uma campanha publicitária de conscientização, “através dos rádios e jornais, no sentido de que os consumidores reduzam o seu consumo entre as 17 e 20 horas, mantendo-os nos níveis anteriores, a fim de evitar o racionamento no fornecimento de energia” (SITUAÇÃO DRAMÁTICA, 18/05/1962, p. 6-4).

Em meio a essas dificuldades, a fragilidade do parque gerador de energia da empresa em Natal ficou explícita, e com alguns movimentos grevistas. Ocorreram duas greves, uma organizada pelos trabalhadores da *Standard Oil*, e outra pelos marítimos, que paralizaram o movimento de navios de combustível para Natal. Sem o combustível fóssil, a empresa ficou presa às suas limitações, de depender exclusivamente de diesel para alimentar os seus motores (INALTERADA A GREVE DO PESSOAL DA ESSO, 16/07/1962, p. 6; GREVE CONTINUA, 17/07/1962, p. 6).

Vários problemas se acumularam na cidade de Natal e tornaram a sua situação realmente dramática, sendo a Força e Luz uma empresa com pouca capacidade instalada e pressionada por tarifas mais baixas, além dos repasses da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Para dificultar ainda mais, a limitação da chegada de combustíveis à Natal gerou o racionamento de energia elétrica, para o qual a empresa pediu a colaboração da população, contra o excesso de consumo, das 17 às 20 horas, “disciplinando o uso de ferros e fogões elétricos e outros aparelhos de resistência, transferindo-o para outra hora” (RACIONAMENTO JÁ COMEÇOU, 24/08/1962, p. 6-4).

Na coluna *Crônica Social*, foram descritos os efeitos da crise energética em Natal, para a família sentada para o jantar: “a luz dá o fora de repente”. “A luz? Sáfa! É fraquinha, inconstante e caríssima. Só os quilowatts das muitas continuam valendo”. Em casa, “quando menos se espera, vai embora, deixando o consumidor ‘consumido’, sem velas, nem candeeiros, nem fósforos” (CRÔNICA SOCIAL, 04/12/1962, p. 4).

No final do ano, Natal correu o risco de ter a situação agravada ainda mais, quando uma das unidades geradoras teve um princípio de incêndio. “[...] A pronta ação dos funcionários de plantão evitou consequências maiores que poderiam ter chegado até ao

acionamento diário de toda a cidade por alguns meses” (AGRAVA-SE A SITUAÇÃO DE ABASTECIMENTO, 14/12/1962, p. 6).

Em janeiro de 1963, o sistema gerador da CFLNB foi posto em xeque novamente, com uma greve nacional dos marítimos, com a adesão do petroleiro “Pojuca”, que carregava o óleo destinado à concessionária de Natal. Essa greve gerou a expectativa de uma paralização total dos serviços de eletricidade, o que foi sanado pela intervenção do comandante da Base de Natal, que garantiu o fornecimento de 12 mil litros diários do combustível para a empresa, que consumia 30 mil litros por dia (FALTA DE ÓLEO COMBUSTÍVEL, 16/01/1963, p. 8-2). A empresa conseguiu manter o seu funcionamento, porém, com a manutenção do racionamento (FORÇA E LUZ FUNCIONA, 21/01/1963, p. 8).

O Diário de Natal, então, procedeu à defesa da CFLNB. Segundo o jornal, “Muitos dirão, certamente, que pretendemos defender a Cia. Força e Luz das contínuas críticas que vem sofrendo, sobretudo, pela cobrança de uma espécie de empréstimo, porque restituível, para fazer face à parte de seus pesados encargos”. O texto relembrou a lei 3.969, que equiparou os preços de energia às cidades atendidas pela CHESF, e o descumprimento da SUDENE em sua parte do acordo. “Ainda assim”, continuou, “sabe Deus como se vem mantendo a nossa empresa concessionária”. “Com débitos elevados, pois que, sua receita não atende a todas as suas obrigações, só com muito esforço e sacrifícios também, cumpre como pode suas obrigações contratuais”. Segundo o jornal, se o houvesse quem olhasse “sem paixão” o problema, “sem dúvida, a absolverá de tudo contribuindo até para que não se faça, por injusta que é, a campanha de censuras que lhe tem sido dirigida”. O texto jornalístico concluiu, dizendo não estar advogando a empresa, mas, “como órgão de orientação pública”, apenas esclarecendo nas “proporções exatas ao drama que vive a Força e Luz, eliminando-se a responsabilidade das tarifas que cobra” (EMPRESA ABSOLVIDA, 20/05/1963, p. 1).

Em meados de 1963, a Base Naval de Natal fez um acordo com a CFLNB, na qual a base militar forneceria 300 kwh nas horas do “peack”, em troca do recebimento da energia da CFLNB em horários de menor demanda. Com esse auxílio, foi anunciada a possibilidade de redução e até da extinção do racionamento de energia elétrica (SERÁ REDUZIDO O RACIONAMENTO, 10/06/1963, p. 6-4).

No ano agitado para a Concessionária dos serviços de eletricidade, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados foi apurar possíveis irregularidades na cobrança de tarifas em eletricidade. E essa visita gerou certos embaraços com relação aos “Diários Associados”. Em um *Esclarecimento*, o jornal defendeu o Diário S.A., parte do grupo de Assis Chateaubriand, dizendo que ela não devia “um centavo sequer àquela empresa”, e que a Rádio Poti S.A. devia 350 mil cruzeiros, que vinha saldando rigorosamente, sem maiores favores. Segundo a defesa dos Diários Associados, estariam ocorrendo equívocos da Comissão no que dizia respeito à relação entre a CFLNB e às companhias dos Diários Associados, sobre o porquê da defesa realizada pelos jornais e rádios do grupo à Concessionária dos serviços de eletricidade (ESCLARECIMENTO, 20/07/1963, p. 6).

Assim como ocorreu em Vitória, Curitiba e Niterói, o Diário de Natal defendeu a posição da Concessionária da AMFORP, oscilando em suas opiniões. No entanto, do início da década de 1960 em diante, as críticas se avolumaram, pois a movimentação social afetou aquelas relativas aos jornais e às subsidiárias da AMFORP. Por isso, a acusação de uma CPI, indicada acima, de que o jornal receberia recursos para defender a CFLNB.

Portanto, são fortes os indícios de que, para além do poder de persuasão dos gerentes, dos anúncios e da estrutura empresarial da CAEEB, uma forma de arrefecer as críticas feitas aos empreendimentos teria sido a manutenção de um fluxo contínuo de dinheiro para os meios de comunicação, que teriam por escopo silenciar as críticas feitas às subsidiárias da AMFORP. Nesse caso, os anúncios do “Seu” Kilowatt se fizeram presentes, menos do que em Vitória e em Curitiba, mas com nível suficiente para confirmar tais acusações. Porém, é necessário destacar que, quando grupos sociais de relevância se organizaram contra a empresa, os jornais foram tragados pela onda de questionamentos, respondendo ao que estava sendo debatido em associações sociais, grupos empresariais e instituições públicas.

Após mais um *blackout* no mês de setembro, seguido de um racionamento de novembro para dezembro, no final de 1963, foi anunciada a chegada da energia elétrica produzida pela CHESF. A intensificação da crise energética em Natal gerou uma aceleração da adaptação da rede de distribuição da CFLNB para a recepção da energia elétrica advinda da usina de Paulo Afonso. Segundo foi anunciado, no dia 24 de dezembro de 1963:

Desde hoje pela manhã, grande parte da cidade Alta e dos bairros de Petrópolis e Tirol estavam sendo suprida pela energia da CHESF, embora a usina

continuasse trabalhando em plena carga com o restante das unidades em funcionamento. A não ser hospitais, alguns cinemas, a polícia militar e alguns setores em que não foram feitas as adaptações necessárias, a energia consumida vem de Paulo Afonso. Não fosse assim e entraríamos num rigoroso regime de racionamento. Segundo os avisos já fartamente distribuídos pela Força e Luz, somente os motores de bombas d'água, máquina de lavar roupa, toca discos, nos chamados aparelhos domésticos devem sofrer adaptações. Também motores industriais deverão ser modificados e a companhia dará as instruções necessárias a todos os que procurem a empresa (ACIDENTE APRESSA DISTRIBUIÇÃO, 24/12/1963, p. 8).

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN) foi criada pela lei estadual nº 2.721, de 14 de dezembro de 1961, e foi regulada pelo decreto estadual nº 3.878, de 8 de janeiro de 1962, autorizada a operar pelo decreto federal nº 1.302, de 3 de agosto de 1962. Com isso, ao lado da CFLNB, a COSERN passou a proceder a eletrificação do Estado do Rio Grande do Norte. Com a chegada da energia de Paulo Afonso, por meio da CHESF, a empresa estatal passou a agir como reguladora dos serviços de eletricidade em Natal, já indicando, no início de 1964, que estavam “bem adiantados os entendimentos à encampação do acervo da Cia. Força e Luz, concessionária atual do fornecimento de energia elétrica em Natal”. No bojo desse processo, as tarifas tiveram um rebaixamento previsto, de 25 cruzeiros em janeiro, para 14 cruzeiros em março (SUSTADO FATURAMENTO, 25/01/1964, p. 6).

A existência de uma empresa estatal de energia elétrica, a COSERN, somada à recepção de energia de outra empresa estatal, a CHESF, gerou grandes embaraços para a já combatida CFLNB, no sentido de que a sua produção e distribuição se tornaram pífias e que o caminho lógico para o Estado era absorver os serviços da Concessionária estrangeira. Porém, politicamente, a empresa, apesar de encontrar resistência popular, conseguiu os seus objetivos em Natal, que era ser indenizada pelo acervo que controlava. Segundo matéria do Diário de Natal, a Cia. Força e Luz estaria sendo acusada de cobrar tarifas elevadas. Além disso, “muros da cidade pixados com falsa determinação de que as contas daquela concessionária, relativas ao fornecimento de seus serviços, não devem ser pagas”. O movimento para o não pagamento de contas em Natal teve como resposta da empresa e do Diário de Natal o fato de que os empregados da Força e Luz não receberiam os seus salários, assim como teria que suspender a distribuição de energia elétrica (C.F.L.N.B., 27/01/1964, p. 6). Esse reclamo contou com o apoio dos trabalhadores, que agradeceram ao Diário pela publicação da *Advertência* (AGRADECEM OS OPERÁRIOS, 28/01/1964, p. 6).

Em dezembro de 1965, a Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil foi vendida à Eletrobras pela AMFORP, sendo o valor das ações e do controle do acervo pago em “45 anos”, até 2009 ou 2010. Sob controle acionário da estatal federal, a empresa flertou, naturalmente, com a COSERN, que absorveu o patrimônio da CFLNB, no ano de 1967 (O RIO GRANDE DO NORTE, 02/09/1969, p. 5).

6.3. A Guisa de conclusão: As estratégias não ditas da AMFORP / CAEEB

Após anos de serviços de transportes irregulares, serviços telefônicos insuficientes e produção e distribuição de energia elétrica deficientes, as subsidiárias da AMFORP conseguiram estender a sua vida no Brasil até o limite, quando o Regime Civil-Militar decidiu fazer um acordo com os estadunidenses, que foi favorável às pretensões estrangeiras.

O Rio Grande do Norte, o Espírito Santo e Niterói foram localidades que sofreram com o fornecimento de energia termelétrica por mais tempo, pois o poder da AMFORP junto aos grupos governantes foi grande, sendo que, apenas na década de 1960, os respectivos estados e cidades constituíram um lastro em suas estatais de energia elétrica e, com apoio da Eletrobras, tornaram-se capacitadas para negociar a saída da multinacional de seus territórios.

O estado do Espírito Santo procedeu a encampação em 1961, mas obteve entraves em seus objetivos por particularidades das disputas políticas regionais. Em Curitiba, o problema também foi grave e um esforço conjunto para a retirada da Força e Luz do Paraná não teve força, favorecendo às diversas artimanhas publicitárias, políticas e contábeis da empresa.

Os casos de Recife e Porto Alegre indicam as exceções do caso. No caso gaúcho, a burguesia local, após a redemocratização, acionou e delegou poder às elites políticas do PSD e do PTB, que, de 1948 a 1959, empreenderam um caminho jurídico para promover a capacitação do Estado em geração de energia elétrica e, depois, a encampação da Concessionária local. Recife, por sua vez, foi a cidade que recebeu os principais mentores do processo de encampação gaúcho, seguindo o mesmo caminho, com uma intervenção judicial e a consecutiva encampação realizadas no ano de 1962.

A ideia das elites gaúchas era demonstrar para o Brasil os “fatos estaremcedores” sobre o regime de lucros das subsidiárias da AMFORP / *Bond and Share*. Os gaúchos

conseguiram conferenciar com os recifenses e indicar o caminho para o reconhecimento das formas ilícitas de lucro efetivadas pela contabilidade das subsidiárias, assim como a encampação das empresas.

Vitória, Niterói, Curitiba e Natal, não por acaso, sofreram com racionamentos de energia elétrica durante anos da década de 1950, e, com maior intensidade em 1960, quando as subsidiárias da AMFORP simplesmente deixaram os seus acervos se degradarem, carecendo de auxílios externos, como: usinas plataformas, motores de empresas estatais siderúrgicas ou ferroviárias, e auxílio da Base Naval. A escolha pela energia termelétrica não só comprometeu a viabilidade do regime de tarifas, mas também criou uma grande fragilidade do serviço, susceptível de desgaste excessivo de materiais, de variações dos preços dos combustíveis, e da não entrega da energia, por acidentes ou movimentos grevistas. Os estados que se equipararam mais rapidamente e também decidiram retirar a empresa de suas regiões o fizeram com a organização de grandes frentes político-sociais e jurídicas, dando legitimidade política para os feitos do Estado encampador.

Os debates nos estados derrotados geraram movimentos semelhantes aos casos de vitória dos brasileiros, no entanto, ficando aquém do que era necessário para o sucesso. Nesses casos em que as relações pessoais e comerciais entre a AMFORP e líderes locais geraram a fragmentação e desorganização político-social, houve o favorecimento das estratégias das subsidiárias da Multinacional, como: 1) abandonar os serviços menos rentáveis e passá-los ao Estado ou a privados; 2) proceder constantes aumentos tarifários, tanto na esfera federal quanto na esfera estadual; 3) utilizar a figura do trabalhador e o custo do seu salário como legitimadores dos aumentos tarifários; 4) instrumentalizar as amplas campanhas de publicidade do discurso da empresa, *pari passu* à publicidade do “Seu” Kilowatt; 5) recorrer juridicamente aos contratos, indo a todas as instâncias e, em caso de derrota, publicizando os fatos na esfera pública; 6) agredir diretamente às autoridades em caso de confrontação direta, principalmente as Comissões de Tombamento que encontravam irregularidades na remessa de lucros; 7) culpar as autoridades públicas pela deficiência de seus serviços; 8) deixar o acervo sob sua concessão se tornar obsoleto pelo excesso de uso e pouco investimento; 9) usar a rentabilidade de suas concessões para justificar a falta de investimento; 10) centralizar investimentos em áreas mais rentáveis; 11) conseguir vender o acervo de suas concessões em termos favoráveis financeiramente; e, o principal, 12) remeter lucros para o exterior por meio de: a) assessorias superfaturadas; b) compra de combustíveis de empresas irmãs; d) captação de recursos

regionais e transformação em investimento da empresa; e) empréstimos estrangeiros do grupo AMFORP para suas subsidiárias por preços cheios.

Como foi possível observar, nos locais onde a burguesia e os setores da classe trabalhadora fizeram uma leitura crítica sobre a atuação da empresa em termos da natureza do empreendimento, e, a partir disso, iniciaram um esforço político de criação da “unanimidade” em torno do tema eletricidade e desenvolvimento econômico, os interesses das subsidiárias se viram feridos, o que foi explicitado pelo esgarçamento de qualquer relação cordial entre os diretores da AMFORP e as lideranças locais. Nas demais amostras, até existiram essas leituras críticas sobre a empresa e esforços para o controle do seu poderio, porém, em campos políticos distintos, a empresa utilizou de sua influência e ganhou com os embates intraelites.

Após a Eletrobras assumir a CAEEB e suas associadas, a estrutura administrativa ficou subordinada ao Governo Federal, e as companhias passaram a figurar como “Sistemas” da Eletrobras, como segue na Tabela 3 e nas imagens das Figuras 95 e 96.

Empresa sob o comando da Eletrobras	Associada / cidade de atuação	Entidade pública fornecedora de energia elétrica para os sistemas
Sistema 1	Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil – Natal	CHESF
Sistema 2	The Pernambuco Tramways – Recife	CHESF
Sistema 3	Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil – Maceió e Alagoas	CHESF
Sistema 4	Cia. Energia Elétrica da Bahia – Bahia	CHESF
Sistema 5	Cia. Central Brasileira de Força Elétrica – Vitória e Cachoeiro	ESCELSA / CEMIG
Sistema 6	Cia. Força e Luz de Belo Horizonte	CEMIG
Sistema 7	Cia. Brasileira de Energia Elétrica – Niterói, Petrópolis e São Gonçalo	FURNAS
Sistema 8	Cia. Paulista de Força e Luz – São Paulo e outras cidades paulistas	CHERP / CELUSA / FURNAS
Sistema 9	Cia. Força e Luz do Paraná	COPEL
Sistema 10	Cia. Energia Elétrica Rio Grandense – Porto Alegre	CEEE
Sistema 11	The Rio Grandense & Power Syndicate – Pelotas	CEEE

Tabela 3 – Sistemas da Eletrobrás. Tabela produzida com base do Relatório da CAEEB de 1965, p. 96-116.

Na Tabela 3, é interessante notar que os principais fornecedores de eletricidade para as associadas à época da AMFORP eram empresas estatais.

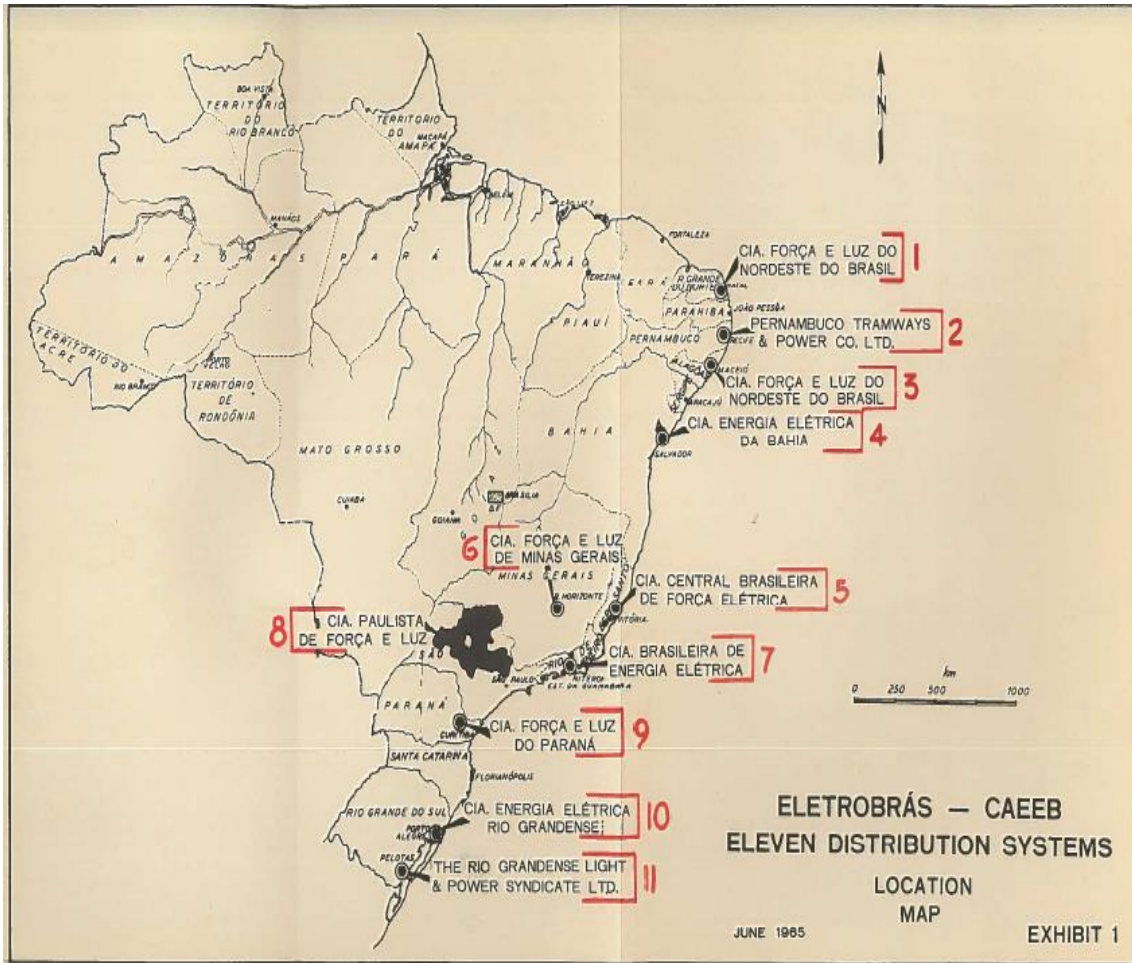


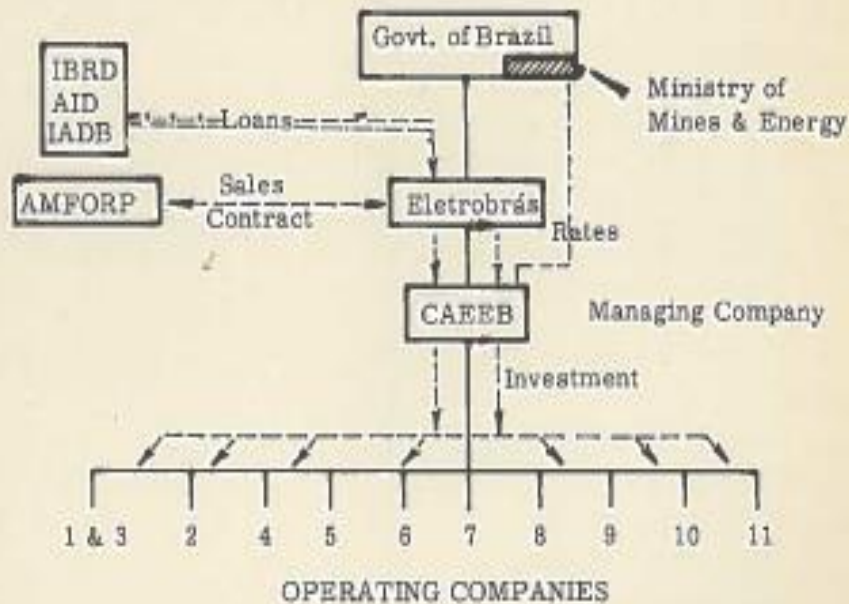
Figura 95 - Report of expansion (CAEEB, 1965, p. 157)

CHAPTER VI

IMPLEMENTATION

6.1 - ADMINISTRATIVE MEASURES

The implementation of the expansion program for 11 separate systems requires certain legal and administrative steps to be taken to properly manage the operation. The organization and principal functions are herewith outlined.



The only outstanding administrative measures to be taken are the agreements and/or instructions for handling by Eletrobrás of external loans to the operating companies and the function of CAEEB as their managing company.

6.2 - ECONOMIC MEASURES

To arrive at a overall quantitative evaluation of the distribution

7. Conclusão final

Luiz Alberto Moniz Bandeira (2011) escreveu um livro muito importante para a História das relações político-econômicas entre o Brasil e os EUA, no qual indicou a existência de uma *Rivalidade emergente* entre os dois países. Em seu livro, Bandeira abordou documentos oficiais e extraoficiais, analisando as relações diplomáticas entre esses países e os seus rebatimentos da política interna brasileira.

Muito importante é destacar que, independentemente dos governos que se seguiram no Brasil de 1930 até 1964, existiam condições concretas que exigiam do Estado brasileiro um ativismo político, o que o colocou diversas vezes em rota de colisão com os interesses dos EUA. Essas condições históricas teriam sido libertadas com o 1º Governo Vargas, quando o país optou pela política da industrialização e de substituição de importações.

Com isso, as necessidades do país passaram a ter novas facetas, e por mais que a diplomacia do Brasil ou dos EUA tentassem a conciliação, uma rivalidade imanente se colocava entre um país desenvolvido e outro em desenvolvimento. Em linhas gerais, caso o Brasil quisesse seguir por um caminho de desenvolvimento econômico independente e competitivo, como optou, os EUA, naturalmente, veriam seus interesses econômicos relativos a *commodities* e ao mercado consumidor ameaçados (BANDEIRA, 2011, p. 36). Ricardo Bielschowsky (2004) indicou a forma como essas tensões se caracterizaram na formação do pensamento econômico brasileiro, o que era plenamente compreendido pelos atores envolvidos no tema, a condição de subdesenvolvimento do Brasil, distando as suas opiniões na forma de contornar essa condição econômica.

Nessa tese, objetivamos analisar as relações político econômicas entre o Brasil e os EUA, por meio de uma empresa multinacional estadunidense atuante no Brasil desde 1928 até 1965. Portanto, a tese trata sobre as relações entre um país desenvolvido e outro subdesenvolvido, e o confronto de interesses em projetos e propagandas, ambientados em condições ontológicas e políticas, que geraram extensos conflitos aguerridos.

O que definiu a vitória dos envolvidos foi a capacidade de organização, na qual a AMFORP levou vantagem por ter uma estrutura empresarial planejada para lidar com pressões políticas e com um alto poder de persuasão. Isso ficou demonstrado com a ação do “Seu” Kilovatt, *instrumento* da AMFORP, assentado na tríade da mascote, do *cartoon*

político e da adaptação ao carisma do malandro, que trouxe o discurso do *serviço* estadunidense para o Brasil, peça importante da dissimulação.

A ação dos gerentes junto aos circuitos sociais e políticos foi outra estratégia, perceptível na deferência como alguns gerentes foram tratados em detrimento de suas comandadas, consideração expressa pela separação da imagem positiva dos gerentes *versus* imagem negativa das subsidiárias. Além disso, a oscilação da opinião de jornais sobre as empresas da AMFORP indica que ela usava o poder do dinheiro investido em publicações para agradar os proprietários e arrefecer as críticas feitas ao empreendimento.

O conceito de dissimulação de Reinhart Koselleck (1999) foi muito importante para a análise dos dados, pois, ao analisar a publicidade, os relatórios da AMFORP / CAEEB e as reações políticas regionais ao conglomerado, chegamos à conclusão de que os atores representantes do capital da multinacional e o próprio investimento foi pautado na dissimulação de que seria impossível existir harmonia entre os interesses privados estadunidenses com aqueles públicos brasileiros.

No entanto, o capital de portfólio de uma empresa estrangeira aplicado em um país com outras condições econômicas, naturalmente, geraria o que gerou: impasses sobre o desenvolvimento do Brasil ou o atendimento dos interesses estrangeiros. Questões, como: câmbio para remeter lucros; depreciação da moeda; tarifas defasadas; leis protetivas; custo histórico; e o papel do Estado na economia, foram constantemente debatidas entre as autoridades brasileiras e a empresa estadunidense, provocando *embates*, *combates* e *grandes combates*, alimentadas nas sombras dos *interesses e estratégias* aplicadas pela AMFORP e CAEEB no Brasil.

Os relatórios das empresas indicam a plena compreensão que os agentes do capital tinham da situação do Brasil enquanto um país agrário-exportador e dependente das divisas geradas por esse setor para ativação e implemento da política de substituição de importações. Em especial, os relatórios da AMFORP indicam a pleno conhecimento de que as economias latino-americanas, em geral, e a do Brasil, em específico, estavam sempre por um fio de entrar em desequilíbrio, mas, mesmo assim, os interesses do empreendimento foram impostos, mesmo em um contexto internacional desfavorável às indústrias privadas de serviços públicos. Como indicaram Hausman, Hertner e Wilkins (2008), a Primeira Guerra Mundial havia gerado a primeira onda de domesticação da indústria, o que foi intensificado após a Segunda Guerra mundial, com a segunda onda de

domesticação da indústria. Dessa forma, a AMFORP já entrou no mercado latino-americano ciente da possibilidade de animosidade entre o capital cosmopolita com os interesses nacionais dos países alvo de seus investimentos.

Os agentes do capital, desse modo, dissimularam para seus acionistas no exterior a impossibilidade de os empreendimentos em serviços públicos gerarem rendimentos excelentes com as possibilidades disponíveis na América Latina e no Brasil, e, para os consumidores, políticos e autoridades brasileiras, dissimularam a impossibilidade de equilíbrio entre tais interesses, o que, de antemão, já tinham plena consciência de não ser possível.

Mesmo sabendo da delicadeza de se conseguir um equilíbrio entre tais interesses, a AMFORP tratou os impasses como problemas dos governos, em suas diversas esferas, e, para lidar com as pressões sociais e políticas advindas da sua defasagem de investimentos, combinou a publicidade do “Seu” Kilowatt com a ação dos seus gerentes, tudo organizado por sua estrutura empresarial multidivisional na CAEEB. Com esses elementos foi possível, ao grupo estrangeiro, criar uma narrativa sobre os acontecimentos que envolviam as suas associadas, combatendo e cooptando as autoridades e assegurando os seus interesses.

Os anúncios do “Seu” Kilowatt foram direcionados, vale citar, para autoridades e acionistas brasileiros por, pelo menos, 18 anos. Quando as relações com a política se esgarçaram, a empresa abandonou a busca pela solidariedade do Estado para adotar uma animosidade contra as autoridades, algo muito próximo de um clima de chantagem. Alexandre Saes (2012) indicou que, o caso da AMFORP, gerou uma movimentação política nos EUA, que usou da chantagem para obrigar o Brasil a indenizar o empreendimento na década de 1960 (SAES, 2012).

A segunda parte da tese, iniciada pela afirmação de que os agentes da AMFORP / CAEEB e suas associadas dissimularam a impossibilidade de harmonia entre lucros e desenvolvimento econômico no Brasil, é a de que esses interesses tiveram reações variadas nos estados e cidades brasileiras, o que dependeu do grau de coesão política e social em torno do tema dos serviços públicos.

A degradação dos serviços de eletricidade, transportes e telefonia foi algo que perdurou desde a década de 1930 até a de 1960, causando sérios prejuízos para trabalhadores,

empresários e para a população em geral, que se viram, muitas vezes, às escuras, sem telefones e com bondes degradados. Em alguns estados, essa situação perdurou, de maneira exaustiva, até a saída dos capitais da AMFORP do setor de serviços públicos, em 1965. Em outros, entretanto, houve um amplo debate que envolveu setores sociais e políticos diversos na luta contra a multinacional, o que mobilizou os capitais político e social presentes no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, com amparo das justiças estaduais. Em outros locais, contudo, o poder publicitário, social e empresarial da CAEEB e suas associadas foram mobilizados para garantir a rentabilidade de seus negócios.

Analisando os relatórios da CAEEB, foi possível notar que, em primeiro lugar, a empresa priorizou o investimento em produção de energia elétrica em São Paulo, deixando as amostras elencadas nessa pesquisa em segundo plano. Além disso, por meio dos *embates*, *combates* e *grandes combates* da AMFORP / CAEEB contra as autoridades públicas brasileiras, foi possível perceber que o *campus político* mobilizou-se, com maior ou menor efetividade, contra os interesses das associadas, indicando irregularidades cometidas pela multinacional, como: excesso de lucros, assessorias superfaturadas no exterior, aumento abusivo de tarifas, contratação de empréstimos com taxas de juros abusivas, tudo feito com o fito de burlar a legislação brasileira de controle.

Mais importante que julgar a empresa ou as autoridades brasileiras, é indicar que os conflitos se verificaram em todas as amostras analisadas nesta tese, diferindo os resultados por fatores diversos, como: a iniciativa ou não das associações industriais e comerciais, das entidades sindicais e estudantis, das casas legislativas municipais e estaduais e da efetivação ou não de alianças amplas em torno de um tema: os serviços públicos. Com a conjuntura de finais de 1950, a AMFORP passou a direcionar os seus interesses para outras áreas, consideradas mais rentáveis, tanto na América Latina quanto no Brasil, fazendo com que a indenização sobre os seus investimentos nesses países se tornasse a principal preocupação da multinacional.

Então, observamos a um tenso e acirrado jogo de narrativas, colocado nas esferas públicas regionais, nas quais a AMFORP se defendeu e rebateu as acusações das autoridades políticas e jurídicas brasileiras por meio de sua propaganda, expressa em séries de artigos publicados em jornais locais e do Rio de Janeiro.

Em linhas gerais, os investimentos privados estadunidenses aplicados em serviços públicos foram contemplados pelo governo militar instaurado com o Golpe de 1964, e a

indenização foi recebida pela AMFORP por meio da BAPCO. A Eletrobras, então, assumiu o controle da CAEEB e de suas associadas, efetivando a domesticação da indústria no Brasil. A AMFORP abandonou inicialmente os investimentos em serviços transviários e depois aqueles relativos à produção e distribuição de eletricidade. Mesmo que as indenizações pretendidas pela multinacional tenham sido negociadas, a ação do governo civil-militar já indica que um setor tão importante para o desenvolvimento econômico nacional não ficaria em mãos privadas, naquele contexto. O reformismo autoritário da ditadura assumiu também a tarefa de controlar a indústria da eletricidade no país.

É importante destacar que essa tese partiu da indicação de Peter Burke (2004) sobre a análise das imagens. Procuramos conjugar a AMFORP à sua publicidade e, a partir da análise das imagens, levantar questões sobre a empresa no Brasil, e as relações entre esse país e os EUA. Desde o primeiro capítulo, foi possível notar o *instrumento* da AMFORP, o “Seu” Kilowatt. Descobrimos as funções do personagem, avançamos para o segundo capítulo, no qual identificamos as *experiências* sociais trazidas para o Brasil relativas ao uso da eletricidade e dos aplicativos movidos pelo insumo.

Quando alcançamos os discursos dos brasileiros sobre a AMFORP, notamos a presença do “Seu” Kilowatt nos textos críticos à empresa, muitos dos quais debochavam ou achincalhavam a imagem publicitária, o que explicou o porquê da publicidade da AMFORP ter, por 18 anos, praticado a defesa contra críticas feitas pelo público e pelas autoridades, deixando de lado a venda de produtos e serviços elétricos. A pergunta foi por que a AMFORP teria feito uma campanha tão longa para se defender de críticas feitas à empresa. Ao adentrar no campo dos embates, muitas vezes angustiante, ficou patente: independentemente da posição política, em todas as amostras elencadas, a AMFORP deixou os investimentos se depreciarem bruscamente, falhando com as suas promessas de prestar bons serviços.

Os relatórios da AMFORP permitiram ampliar o entendimento e completar a explicação, pois indicaram que o empreendimento era entendido por seus agentes e os problemas iminentes aos negócios eram identificados desde os primeiros anos de sua instalação no Brasil. Era evidenciada, aos acionistas, com muita naturalidade, a busca que as subsidiárias faziam para obter legislações que favorecessem os rendimentos da empresa, mesmo que houvesse a compreensão de que esses países, subdesenvolvidos, tinham uma

estrutura de exportação que não comportava as necessidades de importação de bens duráveis, assim como não tinham a capacidade de permitir grandes saídas de capitais para o exterior para a realização de remessas de lucros. Caso os serviços ficassem depauperados, as respostas da empresa fixavam-se nas atitudes governamentais, com críticas às legislações restritivas ao livre fluxo de capital. Os relatos positivos feitos aos acionistas, entretanto, distavam das realidades nacionais latino-americanas e do Brasil, em específico.

No período pós-ditadura estadonovista, as associadas encontraram as primeiras resistências dos poderes locais nos *embates*, momentos nos quais houve, em todas as amostras e independente da linha editorial dos jornais, a presença de “nós discursivos” em torno das empresas, ou seja, momentos em que ela se tornou um dos temas dominantes nos meios de comunicação locais. Essas informações indicam que era mais confortável, para os diretores da CAEEB, negociar com um governo ditatorial, o que foi muitas vezes alardeado por seus críticos.

Já em 1948, o empresariado gaúcho havia se organizado junto aos políticos situacionistas para resolver os problemas relativos às faltas de energia elétrica e à fragilidade da produção da multinacional. Gabriel Pedro Moacyr e Ildo Meneguetti, ambos do PSD, lideraram a prefeitura de Porto Alegre e empreenderam os embates mais acirrados contra a associada da CAEEB / AMPORP. O governador Walter Jobim (PSD), também moveu esforços para conter e controlar a empresa de modo que ela atendesse aos interesses gaúchos. A Comissão Estadual de Energia Elétrica, comandada pelo engenheiro Noé de Freitas, tratou dos conhecimentos técnicos para o aproveitamento hidráulico do Estado e para a viabilização de uma produção que atendesse aos interesses do estado gaúcho.

Com o acúmulo de conhecimentos técnicos da indústria, a CEEE gaúcha teve uma maior compreensão sobre as assessorias que a CEERG recebia da EBASCO e sobre os juros para a indústria obtidos no Brasil e no exterior, além do fato dela se capacitar para fornecer energia elétrica para a multinacional e saber sobre as margens de lucro da companhia. Diferente das outras amostras, o embate contra a AMFORP no Rio Grande do Sul já havia mobilizado forças sociais e políticas de forma relevante.

Na década de 1950, ocorreram os combates, dos quais novamente o Rio Grande do Sul se notabilizou por dar continuidade ao que havia sido iniciado desde 1947, que era a estruturação do plano de eletrificação estadual e o esforço jurídico de criar as bases para

não renovar o contrato com a subsidiária da AMFORP. Ildo Meneguetti, quando governador, manteve a sua linha de atuação de controle dos interesses tarifários da CEERG, dando autoridade à CEEE e a Noé de Freitas. Por sua vez, Leonel Brizola (PTB), sucessor do governo do Estado, obteve a chance de concretizar uma ambição das elites políticas do Rio Grande do Sul: encampar a CEERG.

Assim, em busca de uma “unanimidade” tanto nas casas legislativas estadual e municipal, a esfera judicial foi ativada e deu o aval para os estudos realizados pela Comissão de Tombamento Contábil da CEERG, realizada pelo CNAEE por meio de sua Divisão de Águas. Então tiveram início os grandes combates, nos quais a multinacional viu as formas mais organizadas de resistência ao seu poder envolvente. Com o ativismo do Secretário de Viação e Obras do estado, Wilson Vargas (PTB); de Alberto Mirândola, então chefe da CEEE; do aposentado Noé de Freitas, então assessor da comissão de estudos sobre o tombamento contábil da Assembleia Legislativa; e dos políticos do PSD, a encampação da CEERG em seus serviços elétricos foi efetivada. A empresa tentou mobilizar uma campanha anticomunista para difamar as figuras de Leonel Brizola e de Cândido Norberto, parlamentar do PSB, mas o movimento foi muito além do espectro ideológico da esquerda.

Essas experiências foram levadas para Pernambuco, que usou todos os conhecimentos obtidos por meio do consultor jurídico da CEEE, Arno Schilling. Uma ampla frente foi organizada nas eleições de 1958, nas quais Cid Sampaio, presidente do Centro das Indústrias de Pernambuco, liderou uma campanha contra Etelvino Lins, então chamado de “candidato Kilowatt” ou “candidato da Tramways”. Com o apoio de Miguel Arraes, o então governador iniciou, em 1959, o processo de cessação do contrato com a associada da AMFORP / CAEEB, usando os princípios de unanimidade e de judicialização da questão, o que aprenderam com os gaúchos. Lael Sampaio, secretário de Viação e Obras Públicas do Recife, foi uma figura importante para a viabilização do tombamento contábil junto ao CNAEE e ao DAEE. Em 1962, a Pernambuco Tramways entregou o seu acervo à Justiça, após tentar vários recursos, esperando a decisão pela indenização na esfera judicial.

No Espírito Santo, o grupo de Carlos Lindenberg defendeu declaradamente e por anos os interesses da subsidiária da AMFORP por meio de A Gazeta. Na década de 1960, houve uma ampla movimentação político-social em torno da encampação da Central Brasileira,

fato que gerou a necessidade de o líder pessedista responder tanto à oposição quanto aos anseios das classes produtoras e trabalhistas. De defensor da empresa, o então governador pediu ao governo federal o estabelecimento de uma comissão de tombamento dos bens da subsidiária da AMFORP, o que foi concretizado pela portaria 218BR, de 15 de outubro de 1960. No entanto os impasses de um campo político faccioso e personalista fizeram com que o processo de encampação esbarrasse em lutas partidárias e pessoais.

A disputa entre o grupo de Carlos Lindenberg / Jones dos Santos Neves *versus* Francisco Lacerda de Aguiar / Asdrúbal Soares, na década de 1960, gerou cisões importantes quando existiu uma mobilização popular e política relevante para a imposição dos interesses públicos sobre aqueles privados. Após a interposição do mandado de segurança nº 11.075, pela Central Brasileira, ao STF, em 1962, a encampação do decreto 302/62 se viu embaraçada, e a liderança política pessedista se limitou a culpabilizar a atitude do governador interino, Hélsio Cordeiro, acusando-o de buscar ganhos políticos com o ato. Isso indica que as novas atitudes de Lindenberg com relação à CCBFE pecavam pela falta de autenticidade, haja vista o seu prolongado apoio à empresa, declarado diversas vezes. Ao ocorrer uma movimentação social em Vitória e em Cachoeiro de Itapemirim, o líder pessedista fez o esforço de manter sob a sua autoridade as lideranças empresariais, assim como “a ordem” em uma conjuntura política que ele considerou ser de “agitações”.

Somente no final de 1964, o acervo da Central Brasileira foi vendido à Eletrobras, com uma indenização favorável à AMFORP. Em 1968, a Concessionária foi fundida à estatal Escelsa, o que deu origem à “Nova Escelsa”. No Espírito Santo, o argumento do tipo moralista, que colocava a empresa como desonesta, displicente e descumpridora dos contratos, acabou aglutinando as forças sociais e políticas de maneira a gerar uma reação à Central Brasileira, porém, de maneira precária. De modo exaustivo as críticas foram feitas nos jornais locais, em colunas de reclamações, sem, contudo, gerar melhorias, e a resolução do caso ficou presa à personalidade de Carlos Lindenberg e às ações do governo federal à época da ditadura civil militar. Houve, portanto, agitação social, um lastro produtivo estatal e iniciativas de encampação da empresa, contudo, faltaram a “unanimidade” em torno do tema e o envolvimento da justiça regional no caso, o que favoreceu à estrutura jurídico empresarial da CAEEB / AMFORP.

O Paraná, um dos estados com o maior investimento da AMFORP, não fugiu à tendência de ter problemas de fornecimento de energia elétrica, vivenciando *blackouts* em sua

capital, Curitiba. A figura solitária de Waldemar Daros deu o tom da crítica naquele estado, que, apesar de embates e combates, não conseguiu enfrentar o poderio da CAEEB / AMFORP. Essa dedicação, contudo, foi diferente daquela ocorrida no Espírito Santo, pois o petebista acusou a empresa não só no aspecto moral, mas naquele econômico, ligando os seus interesses à matriz nos EUA, de maneira mais decidida.

O Rio de Janeiro e o Rio Grande do Norte contaram com uma forte presença social das diretorias das associadas, assim como com a assessoria da CAEEB e do “Seu” Kilowatt. Além de não encontrarmos o mesmo grau de organização social para o controle da multinacional, é notável que os serviços de eletricidade nesses locais chegaram a níveis críticos, o que demandou auxílio externo, como o Rio precisou da Plataforma de produção elétrica Piraquê, sob empréstimo da *Light*, e o Rio Grande do Norte, do combustível da Base Naval. Os *blackouts* e aumentos tarifários foram constantes nessas localidades.

Desse modo, a estrutura empresarial criada pela AMFORP para assegurar os seus interesses no Brasil contava com a CAEEB, conforme seus relatórios, para, inicialmente: obter taxas e cotas de câmbio favoráveis à empresa; criar mecanismos para desviar os rendimentos da depreciação cambial do país; majorar tarifas para ampliar a rentabilidade dos negócios; e investir em regiões do Brasil que fossem mais rentáveis. Quando a situação ficou crítica para as associadas, a estrutura da CAEEB já estava apta a dar respostas às autoridades locais e federais, utilizando-se de seus departamentos para: 1) coletar informações veiculadas na mídia sobre a empresa e produzir respostas; 2) continuar divulgando informações no exterior para atrair investimentos; 3) atuar junto às autoridades para a obtenção de legislações favoráveis à empresa; 4) elaborar uma contabilidade interna para apresentação pública.

E o “Seu” Kilowatt foi o personagem que repercutiu, de forma didática, os interesses das associadas nos jornais espalhados pelo Brasil, assim como foi motivo de transferência de rendas da AMFORP para jornais locais em troca do arrefecimento das críticas. Aliás, os departamentos de Tarifas, de Publicidade e de Desenvolvimento Comercial da CAEEB foram particularmente importantes na elaboração dos argumentos disseminados pela empresa por meio de suas associadas, o que foi publicado em diversos meios de comunicação locais por meio de matérias pagas.

Para lidar com tamanha densidade de jornais em tantas amostras e por um período longo, adotamos a noção de “nós discursivos”, que tem filiação na análise do discurso praticada

por André Ricardo Valle Vasco Pereira (2015). Desenvolvemos esse conceito, tendo a compreensão de que existem temas que geram a mobilização de atores nas esferas públicas, fornecendo um conjunto argumentativo próprio à situação em cada região. Independente das linhas editoriais dos jornais disponíveis por amostra, eles tiveram que lidar com as diversas correntes argumentativas, favoráveis e contrárias à empresa, o que pôde ser lido a partir do conhecimento das linhas editoriais dos respectivos meios de comunicação.

Desde 1935 até 1964, período elencado para cobrir as relações sociais estabelecidas pela gerência das associadas da AMFORP / CAEEB, os embates, os combates, os grandes combates, os interesses e as estratégias permitiram notar que se formaram “nós” discursivos, que amarraram a um tema diversas opiniões e propagandas vindas de diversos setores sociais presentes nas localidades abordadas. Diferente de matérias sazonais, “soltas”, os “nós” discursivos geraram momentos maiores de debates, desde 15 dias de intensidade de publicações nos jornais até seis meses contínuos. A quantidade de material, a sua assiduidade por certo tempo e a variedade de opiniões favoreceram o acesso ao *campus político*, com destaque para a ação social e os seus rebatimentos políticos no que toca ao tema das associadas da AMFORP.

Desse modo, a análise dos indícios, proposta por Peter Burke (2004), somada à análise do discurso aplicada às amostras elencadas para essa pesquisa, foi essencial para a compreensão das tensões existentes entre a propaganda criada pela AMFORP / CAEEB e suas associadas e as autoridades locais. Ter o acesso ao fluxo de informações dos “nós” discursivos permitiu compreender a intensidade dos embates e os porquês de eles se tornarem grandes combates em alguns lugares, e não em outros. Apenas uma leitura parcial no campo diacrônico desfavoreceria a compreensão global, tanto da atuação da multinacional quanto das reações regionais no Brasil. Portanto, nossa escolha metodológica, para abordar um período tão longo, em seis amostras, foi buscar esses “nos” discursivos, que foram momentos em que os serviços das associadas da AMFORP / CAEEB geraram combates de propagandas, nos quais várias posições políticas amarraram seus argumentos em torno de um tema.

Nos EUA, a luminosidades das vitrines, o glamour das lojas, a chegada da eletricidade às indústrias e ao ambiente doméstico não foram instantaneamente disponíveis para toda a população daquele país. No Brasil do século XX, contudo, o estímulo ao consumo foi

naturalizado, junto à produção de eletricidade, com a propaganda de aplicativos elétricos e a sua distribuição para a população. As promessas da modernidade no Brasil que vieram pelos fios de eletricidade, contudo, são uma alegoria ao subdesenvolvimento. O país buscou se tornar um país desenvolvido substituindo importações e se industrializando. No final da Primeira República, uma empresa multinacional de energia elétrica se estabeleceu em várias cidades brasileiras, por meio de contratos feitos com os governos dos estados e dos municípios para atender aos seus anseios de modernização. Esse setor, nevrálgico para o estabelecimento das indústrias do país ficou em mãos estrangeiras, e, mesmo com as mudanças políticas que o Brasil vivenciou, esse predomínio se manteve forte.

Se, em um momento inicial, especialmente na década de 1930, a eletricidade foi vendida como um bem da modernidade, de forma otimista, tanto pelas associadas quanto pelas elites políticas brasileiras, aos poucos foi se tornando um problema. Nos racionamentos de energia elétrica, as vitrines luminosas tinham horário para funcionar, quando não tinham que estar desligadas por determinação de comissões de racionamento. O sonho da modernidade no Brasil apareceu de maneira intermitente, como uma lâmpada com mau contato, como uma cidade eletrificada, mas, às escuras ou à luz de velas. As explicações da AMFORP / CAEEB para esses fatos foram o excesso de presença do Estado e a sua regulação desmotivadora aos investimentos por sua rentabilidade limitada. Entretanto, não fossem os investimentos estatais, talvez a situação das cidades estudadas ficasse ainda mais intolerável.

Eis um aspecto de importante destaque para essa tese: o lastro criado pelos governos estaduais no campo de produção de energia elétrica, o que possibilitou às suas elites políticas e econômicas enfrentarem o capital estrangeiro. Mesmo nos estados e cidades em que houve uma menor coesão social em torno do tema eletricidade e serviços públicos, quando os investimentos estaduais foram se efetivando, naturalmente, foi se desfechando uma pressão contra as associadas da AMFORP, afinal de contas, a eletricidade estava sendo produzida em âmbito doméstico e as tarifas sendo cobradas pelas distribuidoras associadas à AMFORP, o que não foi bem aceito pelo público.

O segundo governo Vargas (1951-1954) potencializou as iniciativas estaduais e federais e isso colocou em debate a necessidade de o país ter empresas ligadas ao capital multinacional em seu interior, até porque estas não investiam o suficiente para atender à

demanda nacional e, ao mesmo tempo, absorviam a produção de empreendimentos feitos em âmbito doméstico. O Controle da CEEE no Rio Grande do Sul exemplifica bem o poder que a iniciativa estadual deu aos empresários e políticos interessados no assunto. Delimitando bem o que a empresa deveria fazer até se retirar de Porto Alegre, Noé de Freitas estruturou o plano de eletrificação gaúcho e impediu investimentos paliativos da CEERG, em 1949. Dez anos depois, o esforço já estava se consolidando com os recursos do governo federal, viabilizados por meio do Plano Nacional de Eletrificação e do Imposto Único de Energia Elétrica.

O estudo sobre a AMFORP e suas associadas permitiu compreender, por meio da História Social das Relações políticas, as tensões existentes entre os EUA e o Brasil, no período de 1928 a 1965, além de compreender também a ação de um agente do capital estadunidense no país e as suas estratégias de proteção aos seus investimentos e interesses. Desse modo, essa tese versou sobre o conflito de interesses privados internacionais com aqueles públicos nacionais. Por meio dela, defendemos que houve, da parte do capital internacional, representado por seus agentes, a dissimulação da impossibilidade de harmonia entre lucros privados e desenvolvimento econômico no Brasil subdesenvolvido, o que gerou, contudo, reações diversas dos campos políticos brasileiros estaduais.

As vitórias do capital estrangeiro ou aquelas do Estado brasileiro e seus entes federativos são frutos de mobilizações de atores que agiram de maneira organizada para alcançar os seus interesses. Aqueles que se prenderam apenas ao moralismo ou ao personalismo das relações sociais, com relação às prestadoras de serviços públicos em eletricidade, transportes e telefonia, sofreram “sem energia”, em maior intensidade, com o passar dos anos, aumentos tarifários e *blackouts*. Para tanto, mesmo que o Golpe Civil Militar tenha favorecido aos interesses do grupo *Bond and Share* / AMFORP, o seu reformismo autoritário finalizou o processo de domesticação da indústria da eletricidade no mundo e no Brasil, demonstrando que tais tensões só são conciliáveis com benefícios unilaterais.



Figura 97 - LAS CARÍCIAS DE K-LISTO, 01/04/1949¹⁰



Figura 98 - EL MAMEYAZO, 03/04/1948

¹⁰As figuras localizadas no jornal cubano Notícias de Hoy são as únicas encontradas com elaborações imagéticas do personagem derivado do Reddy Kilowatt estadunidense. Essas imagens contêm críticas à atuação da empresa da AMFORP, especificamente em Cuba, dez anos antes da Revolução naquele país. Em uma imagem, o K-listo Kilowatt foi representado com um polvo imperialista, enquanto noutra, apanhando de um popular. No Brasil, as referências ao personagem estiveram presas ao campo textual, o que indica que os direitos de imagem podem ter sido um empecilho para a crítica contra as associadas no mesmo modelo. Apenas A Gazera utilizou uma imagem do “Seu” Kilowatt, em matéria defensiva e de apoio à associada regional da AMFORP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E ARTIGOS

ALBANO, Gleydson Pinheiro. **Multinacionais e Neocolonialismo: A atuação da United Fruit na América Latina no século XX.** Revista GeoSertões (Unageo/ CFP-UFCG), São Paulo, vol.1, n. 1, jan./jun. 2016.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRUDA, Cecília Nascimento. Estratégias da propaganda estadonovista em Pernambuco: A Folha da Manhã e os ditames do mundanismo. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: Cultura, sociedade e poder, n.4, 2014, Jataí - GO. **Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder.** Goiás: UFG, 2014, p. 1-10. Disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(37\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(37).pdf)>. Acesso em 10 mar. 2017.

ARTHMAR, Rogério. **Os Estados Unidos e a economia no Pós Primeira Guerra.** Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.1, n.29, 2002. Disponível em: <<https://biblioteca.digital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2156>>. Acesso em 23 nov. 2021.

BAILYN, Bernard. **As origens ideológicas da revolução americana.** Tradução de Cleide Rapucci. São Paulo: Edusc, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil-Estados Unidos: A Rivalidade Emergente.** (1950-1988). 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo.** Lisboa, Edições 70, 1977.

BELLINGIERI, Júlio César. **Alfred Chandler e a teoria da grande empresa.** Revista Hispeci & Lema OnLine, ano III, n. 3, nov. 2012. Disponível em: <<https://www.unifafibe.com.br/PDFAlfredChandlereateoriahistoriadagrandeempresa-Unifafibe>>. Acesso em 23 nov. 2021.

BERRYMAN, Clifford. **Representing Congress: Clifford K. Berryman's Political Cartoons**. National Archives, Washington, s/d. Disponível em: <<https://www.archives.gov/legislative/research/special-collections/berryman>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

_____. **America and the World Foreign Affairs in political cartoons, 1898-1940**. National Archives, Washington, s/d. Disponível em: <<https://www.archives.gov/legislative/research/special-collections/berryman>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

BERRYMAN, Clifford; BERRYMAN, Jim. **A Visual History. 1940-1963: Political Cartoons by Clifford Berryman and Jim Berryman**. National Archives, Washington, s/d. Disponível em: <<https://www.archives.gov/legislative/research/special-collections/berryman>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: Reconstrução da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1999.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **História do Pensamento econômico brasileiro. 1930 – 1964**. São Paulo: Ática, 2004.

BITTENCOURT, Gabriel. **Indústria**. Modernização do Espírito Santo. Vitória: Secretaria de Cultura de Vitória, 2011.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história**, ou, O ofício de historiador. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. **Testemunha ocular: História e imagem**. Bauru: Edusc, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Narrativa, sentido e História**. São Paulo: Papyrus, 1997.

- CASTRO, Maria Helena Steffens. **Os modernos criados elétricos**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CHAGAS, Mario. A memória política e a política da memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). – 2ª ed. – **Memória e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1988. 30.
- COHN, Gabriel. **Petróleo e nacionalismo**. São Paulo: Difusão européia do livro, 1968.
- COHEN, Lizabeth. **A Consumers' Republic**. The politics of Mass Consumption in Postwar America. EUA: Vintage, 2003.
- DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil**: Uma história da Petrobrás. Rio de Janeiro: FGV, 1993.
- DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. Tradução de Ridendo Castigat Moraes. E-books Brasil, 2001.
- DREYFUSS, René Armand. **1964**. A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FALCÃO, Marcílio Lima; REBOUÇAS, Mícarla Natana Lopes. **Velho inimigo**: o jornal católico A Ordem e o discurso anticomunista no Rio Grande do Norte. Revista Sertões, Mossoró, v.3, n.1, 2013.
- FELDUHES, Paulo Raphael. **Imprensa e propaganda política**: Caminhos do espaço público no Estado Novo pernambucano. Revista Eletrônica Cadernos de História, Ouro Preto, v. VI, ano 3, nov. 2008.
- FERREIRA, Angela Lúcia, SILVA, Alexsandro F. C.; SIMONINI, Yuri. [E-Book] Poder, capital e energia: a American and Foreign Power Co. e o nacionalismo latino americano dos anos 1940 a 1960. In: ZAAR, Miriam H.; VASCONCELOS P. JUNIOR,

Magno; CAPEL, Horacio. (Org.). [E-Book] **La electricidad y El territorio**. Historia y futuro. 1ed. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2017, v. 1, p. 1-22. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/Electr-y-territorio/FerreiraSilva.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

FERREIRA, Angela Lúcia; SIMONINI, Yuri; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. No apagar das luzes: o processo de venda da AMFORP no Brasil (1961-1965) [Em línea]. In **Simposio Internacional Historia de La Electrificación**. Estrategias y cambios en el territorio y la sociedad, 3., 2015, Ciudad de México, DF. Actas electrónicas... Barcelona: Geocrítica, 2015, p. 1-17. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/iii-mexico/ferreira.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

FERREIRA, Angela Lúcia; SIMONINI, Yuri; SILVA, Alexsandro Cardoso da. A penumbra da luz: redes técnicas brasileiras e a gestão da AMFORP entre 1952 a 1963. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL ELETRIFICAÇÃO E MODERNIZAÇÃO SOCIAL**, 2., 2013, São Paulo, SP. Anais eletrônicos... São Paulo, SP: USP, 2013, p. 1-24. Disponível em: <https://www.academia.edu/16754076/A_PENUMBRA_DA_LUZ_REDES_T%C3%89CNICAS_BRASILEIRAS_E_A_GEST%C3%83O_DA_AMFORP_ENTRE_1952_A_1963>. Acesso em 24 jun. 2018.

FERREIRA, Ângela; Silva, Alexandro Ferreira Cardoso; Simonini, Yuri. **Os donos da luz**: Sistemas de gestão e redes técnicas no território brasileiro. O caso da Amforp (1927 – 1939). Universidad Barcelona, Facultad de Geografía e História, 2012. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cFerreiraetal_Osdonos.pdf>. Acesso em 24 jun. 2018.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

FURNESS, Douglas Edward Grandson. A Central Brasileira nas pegadas do Sr./ Seu Kilowatt: publicidade e política na sociedade capixaba de 1936-1950. In: **RAPEES**, ano 1, nº 1, 2017a, p. 147-156.

_____. A mulher nas pegadas do Seu Kilowatt: afinidades eletivas entre Brasil e EUA (1936-1962). In: MOURELLE Et. Al. (Org.). **Governo Vargas: Questões regionais e relações interamericanas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2020.

_____. As representações de um intelectual em Cachoeiro de Itapemirim: Deusdedit Baptista, o educador socialista. In: NASCIMENTO, Bruno; OLIVEIRA, Ueber (Org.) **Os pensadores do Espírito Santo**. v. 3. De Judith Leão a Graça Andreatta. Vitória: Milfontes, 2019.

_____. “A verdade sobre a Central Brasileira”: o campo política e a esfera pública capixaba de 1940-1949. **Revista Rumos da História**, v.2, n.3, ago/ set. 2016.

_____. Conjugando a AMFORP a sua publicidade: um debate bibliográfico. **Revista Vox Fadileste**. n.9, 2019.

_____. O Discurso do Serviço: Técnicas de enraizamento empresarial norte-americanas através da AMFORP no Brasil. 1936-1962. In: MENEZES, Graziela; CAVALCANTI, Ruth. (Org.). **América em perspectiva**. Vitória: Milfontes, 2020.

_____. **Os trustes no curral dos coronéis: Indústrias de bases e serviços no debate capixaba de 1940**. 226 f. Dissertação de – Programa de Pós Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017b. Orientador: Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro. Disponível em:

<http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_8677_Disserta%E7%E3o%20vers%E3o%20final%20PDF.pdf>. Acesso em 24 de jun. 2018.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História** – Como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GARCIA, Eugenio Vargas. **Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil**: transição de poder no entreguerras. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, jan./jun., 2002, p. 41-71.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Notas sobre uma experiência de trabalho com fontes: Arquivos privados e jornais. In: Revista Brasileira de História, São Paulo, 1981, p. 259-283.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAUSMAN, et. Al. **Global Electrification**. Multinational enterprise and international finance in the history of light and power. Nova Iorque: Cambridge, 2008.

HIPPÓLITO, Lúcia. **PSD de raposas e reformistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 6ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **Nações e nacionalismo de 1780 ao século XX**. São Paulo: Companhia da Letras, 2010.

JIMENEZ, Iván Molina. **Los comunistas y la publicidade em Costa Rica**. El caso del periódico Trabajo (1937-1948). Secuência, nº 7, mayo-agosto, 2010.

JOELSONS, Paula. **Amforp em Porto Alegre**. Multinacional norte-americana de eletricidade e o papel do gerente geral J.E.L. Millender. PUCRS, 2014. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2512/1/461413.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2017.

JONNES, Jill. **Empires of light**. Edison, Tesla, Westinghouse and the race to electrify the world. Nova Iorque: Random House, 2004.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 14ª ed. Campinas: Papyrus, 2012.

JÚNIOR, João Batista de Abreu; FERREIRA, Marieta de Moraes; BEZERRA, Ricardo Lima. **Diário de Pernambuco**. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco>>. Acesso em 10 de jan. 2019.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Tradução do original alemão [de] Luciana Villas Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ: contraponto, 1999.

LEACH, Willian. **Land of desire**. Merchants, Power, and the Rise of a New American Culture. Nova Iorque: Vintage, 1994.

LEAL, Carlos Eduardo; COUTO, André. **O Fluminense**. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/fluminense-o>>. Acesso em 10 de jan. 2019.

LEAL, Carlos Eduardo; DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Correio do Povo**. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-do-povo>>. Acesso em 10 de jan. 2019.

LIMA, José Luiz. **Políticas de Governo do Setor de Energia Elétrica**. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1995.

LOCHERY, Neil. **Brasil: Os frutos da guerra**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MAGALHÃES, Gildo. (Org.) **História e Energia. Memória, Informação e Sociedade**. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. **Força e luz**. Eletricidade e modernidade na República Velha. São Paulo: Editora Unesp: Fapesp (Prismas), 2000.

MARCHAND, Roland. **Advertising the American Dream**. Making Way for modernity. EUA: Califórnia Press, 1986.

MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. Poder Constituinte e mudança constitucional na transição brasileira para a democracia entre 1945 e 1946. In: **Governo Vargas: um projeto de nação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2020.

MARTINS, Jordan Ávila; NEVES, Helena de Araújo; SILVEIRA, Gabriela Rodrigues. Mascotes da publicidade impressa: O caso do Sr. Kilowatt. Pelotas, 2014. **Anais da jornada de iniciação científica da UFPEL**. Pelotas: UFPEL, 2014, p. 1-4.

MENDES, Conrado Moreira. **Noção de narrativa em Greimas**. São Paulo: USP/ FAPESP, 2013.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. História e imagem: iconografia/ iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro. Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. O Brasil e a crise de 1929: economia, orçamento e debate político nos anos 1930. In: MOURELLE Et. Al. (Org.). **Governo Vargas: Um projeto de nação**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2020.

MORAES, Tiago Cavalcante; ARAÚJO, Kátia Medeiros. Consumo de produtos elétricos no Recife dos anos 30. São Paulo, 2014. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-Anpuh**. São Paulo, 2014, p. 1-17. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308098068_ARQUIVO_Consumo_deprodutoseletricosnoRecifedosan1930.pdf>. Acesso em 21 jun. 2016.

NYE, David. **Electrifyng America**. Social meanings os a new technology. Massachusetts: MIT PRESS, 1992.

NYE, Joseph S. Jr. **Soft Power**. The meanstosuccess in world politcs. Nova Iorque: Public Affairs, 2004.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos**: governadores e assembleias no Brasil contemporâneo. Vitória: Edufes, 2014.

_____. **Teoria e Metodologia em História**: o tratamento das fontes. Espírito Santo: Ufes, 2015.

PEREIRA, Fernando Marcelino. **Os conselheiros do tribunal de contas do estado do Paraná**: redes sociais, nepotismo e influência política. Revista NEP, v.2, n.1, p.1-5, mar. 2016. Disponível em: <<https://www.cienciapolitica.ufpr.br...PDFFernandoMarcelino.pdf-CiênciaPolítica-UFPR>>. Acesso em 23 nov. 2021.

PEREZ, Clotilde. **Mascotes**: Semiótica da vida imaginária. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PEREZ, Lara Campos. **Seducción de nación**. Conmemoraciones y publicidad em La prensa mexicana (1910, 1921, 1935, 1960) Secuencia, nº 88, enero-abril, 2014.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. Paraná: IHGEP, 1976. Disponível em:

<<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/Livros/100anosdeimprensa.pdf>>

Acesso em 10 de jan. 2019.

PREZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REVEL, Jacques. **Jogos de escala**. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. **Combatentes da Paz**. Os comunistas brasileiros e as campanhas pacifistas dos anos 1950. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. **Excelsos Destinos**. História da energia elétrica no Espírito Santo. 1896 – 1968. Espírito Santo: Edufes, 2013.

SAES, Alexandre Macchione. **Conflitos de capital: Light versus CBEE** na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927). São Paulo: Edusc, 2010

SAES, Alexandre Macchione; Caroline Gonçalves. **O surgimento e desenvolvimento da Business History**: da História de empresas à História ne negócios. In: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, Niterói, ago. 2017. Disponível em: [https://www.abphe.org.br/PDFSurgimento e desenvolvimento da BusinessHistory-ABPHE](https://www.abphe.org.br/PDFSurgimento_e_desenvolvimento_da_BusinessHistory-ABPHE). Acesso em 23 nov. 2021.

SAES, Alexandre Macchione; LOUREIRO, Felipe Pereira. **From Foreign to state investment in the brazilian electric Power sector**: the expropriation os the American Foreign and Power (1959-1965). Working papers, departament of economics, São Paulo, ago. 2012.

SAES, Alexandre Macchione; SASSE, Carla. A AMFORP e o setor elétrico brasileiro (1926-1964). In: *anuario CEEED*, N°4 –Año 4, Facultad de Ciências Ecoômicas, Universidad de Buenos Aires, 2012, pp.111-148.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma bibliografia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia M. **Complexo de Zé Carioca**. Lilia Mortitz Schwarcz, 2015.

Disponível em: <<https://www.liliaschwarcz.com.br/conteudos/visualizar/Complexo-de-Ze-Carioca8>>. Acesso em 29 dez. 2021.

SEGER, Sônia. Marcos constitutivos do setor elétrico brasileiro. In: MAGALHÃES, Gildo. (Org.) **História e Energia. Memória, Informação e Sociedade**. São Paulo: Alameda, 2012.

SILVA, Glayse Ferreira Perroni. A mensagem visual nos anúncios publicitários. **Cadernos de Letras da UFF– Dossiê: Palavra e imagem**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 44, 2012, p. 329-346.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesse e poder**. Vitória: FCAA/UFES, 1995.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Sandra Maria Ribeiro de; SANTARELLI, Christiane Paula Godinho. Análise da imagem publicitária: revisão de alguns modelos. São Paulo, 2006. **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo, 2006, p. 1-15.

TOTA, Antônio Pedro. **Imperialismo sedutor**. Americanização do Brasil da época da 2ª Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **O amigo americano**. Nelson Rockefeller e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

VENTURA DA SILVA, Gilvan, **Artes do fazer e usos do saber no império romano: ‘lendo’ os mosaicos de Antioquia**ActaScientiarum. Education [enlinea] 2016, 38 (Julio-Septiembre): [Fecha de consulta: 1 de mayo de 2017]. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303346622001>>. Acesso em 01 mai. 2017.

DOCUMENTOS PRIMÁRIOS

JORNAIS

A GAZETA

A ATUAL GERÊNCIA DA CENTRAL... **A Gazeta**, Vitória, 27 jun. 1952, p. 8. Coluna Diversas.

A CENTRAL AINDA NÃO APRESENTOU PROPOSTA. **A Gazeta**, Vitória, 26 fev. 1960, p. 5.

A CENTRAL BRASILEIRA. **A Gazeta**, Vitória, 31 jul. 1951, p. 1-7-8. Coluna Ontem na Assembleia.

A ENCAMPAÇÃO DA CENTRAL BRASILEIRA. **A Gazeta**, Vitória, 16 set. 1949, p. 1. Coluna Ontem na Assembleia.

A CAMINHO DE VITÓRIA. **A Gazeta**, Vitória, 30 jun. 1949, p. 8.

A FALTA DE LUZ. **A Gazeta**, Vitória, 01 jul. 1954, p. 4. Coluna Diversas.

A NOVA TARIFA DO FOGÃO. **A Gazeta**, Vitória, 06 jun. 1952, p. 8. Coluna Diversas.

A VERDADE DITA POR GENTE DA CASA. **A Gazeta**, Vitória, 30 mai. 1957, p. 1.

A VERDADE SOBRE A CENTRAL BRASILEIRA. **A Gazeta**, Vitória, 23 jan. 1949, p. 10-5.

A VERDADE EM TORNO DA LUZ. **A Gazeta**, Vitória, 17 jul. 1954, p. 1-3. Entrevista concedida por J. W. Brown a A Gazeta.

ACORRE SATISFEITO O POVO, **A Gazeta**, Vitória, 06 mar. 1960, p. 8.

ACONTECEU EM 1949. **A Gazeta**, Vitória, 24 jan. 1950, p. 8.

ADQUIRIDA PELA CENTRAL. **A Gazeta**, Vitória, 12 jun. 1949, p. 10.

AFIRMA A “FOLHA DO POVO”. **A Gazeta**, Vitória, 07 set. 1952, p. 1.

AGUIAR, Jeferson. FERE-SE A BATALHA DA CIA. CENTRAL. **A Gazeta**, Vitória, 30 ago. 1951, p. 1.

AMIGO DA ONÇA. **A Gazeta**, Vitória, 14 jan. 1950, p. 8. Coluna Espelho da Cidade.

ASSIS, F. Eugênio. Companhia Central Brasileira. **A Gazeta**, Vitória, 05 nov. 1948, p. 3.

ATÉ TRÊS ANOS. **A Gazeta**, Vitória, 14 jun. 1950, p. 8. Coluna Espelho da Cidade.

ATENDIDO O APELO DO GOVERNADOR. **A Gazeta**, Vitória, 16 jan. 1960, p. 1.

BUAIZ, José Alexandre. A propósito de greve. **A Gazeta**, Vitória, 27 fev. 1960, p. 8.

CÂMARA MUNICIPAL. **A Gazeta**, Vitória, 10 ago. 1950, p. 4. Coluna Câmara Municipal.

CHIQUINHO, PROTETOR DA CENTRAL. **A Gazeta**, Vitória, 05 ago. 1962, p. 1.

CIDADE PRESÉPIO? **A Gazeta**, Vitória, 28 jan. 1951, p. 1. Charge sob o título Cidade Presépio, assinada por Hendicas.

_____. **A Gazeta**, Vitória, 21 fev. 1951, p. 1. Charge sob o título Cidade Presépio, assinada por Hendicas.

_____. **A Gazeta**, Vitória, 02 mar. 1951, p. 1. Charge sob o título Cidade Presépio, assinada por Hendicas.

_____. **A Gazeta**, Vitória, 21 mar. 1951, p. 1. Charge sob o título Cidade Presépio, assinada por Hendicas.

C.C.B.F.E. Solte minhas mãos minhas senhoras! **A Gazeta** Vitória, 12 mar. 1937, p. 6.

_____. Soube ajudar o marido a vencer na vida! **A Gazeta**, Vitória, 25 mar. 1937, p. 6.

_____. Mr. Kilowatt ajudando o carnaval capixaba. **A Gazeta**, Vitória, 16 jan. 1940, p. 5.

_____. Pegar pesado é minha sina! **A Gazeta**, Vitória, 23 fev. 1940, p. 4.

_____. Meu coração é de todos! **A Gazeta**, Vitória, 8 mar. 1940, p. 4.

- _____. Sou pau pra toda obra. **A Gazeta**, Vitória, 5 abr. 1940, p. 4.
- _____. A terra em si é de tal maneira. **A Gazeta**, Vitória, 3 mai. 1940, p. 4.
- _____. Um bom funcionário. **A Gazeta**, Vitória, 11 jun. 1940, p. 4.
- _____. Dispêndio compensador. **A Gazeta**, Vitória, 7 mai. 1941, p. 4.
- _____. De mãos dadas. **A Gazeta**, Vitória, 16 jun. 1942, p. 5.
- _____. Coopere gastando pouco. **A Gazeta**, Vitória, 21 ago. 1942, p. 5.
- _____. Cuidado com o que vê, ouve e fala. **A Gazeta**, Vitória, 16 out. 1942, p. 2.
- _____. Em guarda! **A Gazeta**, Vitória, 02 fev. 1943, p. 3.
- _____. Vitória pelo trabalho. **A Gazeta**, Vitória, 05 fev. 1943, p. 3.
- _____. Requer apenas treino. **A Gazeta**, Vitória, 19 fev. 1943, p. 3.
- _____. O trabalho e a guerra. **A Gazeta**, Vitória, 30 abr. 1943, p. 3.
- _____. Maneira errada. **A Gazeta**, Vitória, 14 abr. 1944, p. 3.
- _____. Honra e méritos iguais. **A Gazeta**, Vitória, 07 jun. 1944, p. 3.
- _____. Construindo a estrada da vitória. **A Gazeta**, Vitória, 21 jun. 1944, p. 3.
- _____. Evitar acidentes é concorrer para a vitória. **A Gazeta**, Vitória, 04 ago. 1944, p. 3.
- _____. Não é canja! **A Gazeta**, Vitória, 08 dez. 1944, p. 4.
- _____. Sub-alimentado! **A Gazeta**, Vitória, 21 jan. 1945, p. 1.
- _____. A guerra me pegou. **A Gazeta**, Vitória, 13 abr. 1945, p. 4.
- _____. Não haverá passe de mágica. **A Gazeta**, Vitória, 25 mai. 1945, p. 4.
- _____. Parada dura. **A Gazeta**, Vitória, 27 abr. 1945, p. 4.

- _____. Com que roupa. **A Gazeta**, Vitória, 06 jun. 1945, p. 4.
- _____. Já fez essa experiência. **A Gazeta**, Vitória, 14 set. 1945, p. 4.
- _____. Um nariz popular. **A Gazeta**, Vitória, 26 out. 1945, p. 4.
- _____. Não lhe ponha peias. **A Gazeta**, Vitória, 01 fev. 1946, p. 4.
- _____. SOS. **A Gazeta**, Vitória, 12 nov. 1947, p. 4.
- _____. Zonzo. **A Gazeta**, Vitória, 16 jan. 1948, p. 2.
- _____. Resistência de materiais. **A Gazeta**, Vitória, 12 ago. 1948, p. 4.
- _____. Quem te viu, que tem vê! **A Gazeta**, Vitória, 10 set. 1948, p. 4.
- _____. Contraste. **A Gazeta**, Vitória, 24 set. 1948, p. 6.
- _____. O “Seu” Kilowatt saúda A Gazeta. **A Gazeta**, Vitória, 10 set. 1961, p. 4.
- _____. A QUESTÃO DOS TRANSPORTES EM VITÓRIA. Entrevista concedida por J. Willian Brown a **A Gazeta**, Vitória, 10 out. 1946, p. 1.
- _____. Aviso ao público. **A Gazeta**, Vitória, 30 ago. 1952, p. 8.
- _____. O aviso da Central Brasileira. **A Gazeta**, Vitória, 02 jul. 1954, p. 4.
Coluna Diversas.
- _____. Companhia Central. **A Gazeta**, Vitória, 16 jul. 1954, p. 8.
- _____. Companhia Central Brasileira. **A Gazeta**, Vitória, 28 mai. 1957, p. 8.
- _____. Aos senhores consumidores. **A Gazeta**, Vitória, 24 fev. 1961, p. 6.
- _____. Aviso ao Público. **A Gazeta**, Vitória, 24 fev. 1960, p. 6.
- _____. Companhia Central Brasileira. **A Gazeta**, Vitória, 05 ago. 1962, p. 8.
- COMISSÃO PARA ESTUDAR O CASO DA CENTRAL. **A Gazeta**, Vitória, 13 jul. 1957, p. 1.
- CONCEDIDO PELA COAP. **A Gazeta**, Vitória, 14 mar. 1956, p. 1.

CONTRA O AUMENTO DA CENTRAL. **A Gazeta**, Vitória, 02 set. 1952, p. 1-2. Coluna Ontem na Assembleia.

CONTRA OS CONSTANTES AUMENTOS. **A Gazeta**, Vitória, 09 jun. 1957, p. 7.

CUNHA, Ciro Vieira. Luz e outras calamidades. **A Gazeta**, Vitória, 11 ago. 1948, p. 3.

_____. Suando a camisa. **A Gazeta**, Vitória, 14 ago. 1948, p. 3.

E A LUZ? **A Gazeta**, Vitória, 09 ago. 1954, p. 4. Coluna Diversas.

_____. **A Gazeta**, Vitória, 09 out. 1954, p. 4. Coluna Diversas.

EM SESSÃO ORDINÁRIA. **A Gazeta**, Vitória, 26 jul. 1952, p. 8. Coluna Diversas.

ENCAMPAÇÃO. **A Gazeta**, Vitória, 13 mai. 1949, p. 1. Coluna Ontem na Assembleia.

ENCAMPAÇÃO DA C.E.E.B. **A Gazeta**, Vitória, 08 fev. 1955, p. 8.

ENCAMPAÇÃO OU DEMAGOGIA? **A Gazeta**, Vitória, 15 mar. 1963, p. 1.

ENERGIA. **A Gazeta**, Vitória, 06 mar. 1951, p. 8. Coluna Espelho da Cidade assinada por Darli Santos.

ENERGIA, SOLUÇÃO E IMPRENSA. **A Gazeta**, Vitória, 03 fev. 1960, p. 1.

ENTENDERAM-SE LÍDERES SINDICAIS COM O GOVERNADOR. **A Gazeta**, Vitória, 08 jan. 1960, p. 1.

FALTA LUZ EM SANTA LÚCIA. **A Gazeta**, Vitória, 04 nov. 1941, p. 7.

FONSECA, Hermógenes Lima. **A Gazeta**, Vitória, 17 jul. 1949, p. 6. Coluna Câmara Municipal.

_____. **A Gazeta**, Vitória, 11 ago. 1950, p. 4. Coluna Câmara Municipal.

_____. **A Gazeta**, Vitória, 25 ago. 1950, p. 4. Coluna Câmara Municipal.

GATTI, Alvino. Governo e a Central. **A Gazeta**, Vitória, 13 mar. 1951, p. 8.

GOVERNO DÁ PASSO DECISIVO. **A Gazeta**, Vitória, 05 jul. 1962, p. 1-6.

GOVERNO TOTALMENTE AUSENTE. **A Gazeta**, Vitória, 28 set. 1957, p. 1.

GREVE CONTRA A CENTRAL. **A Gazeta**, Vitória, 12 fev. 1960, p. 1.

_____. **A Gazeta**, Vitória, 05 mar. 1960, p. 1-2.

HOJE (À MEIA NOITE) TERÁ INÍCIO A GREVE CONTRA A CENTRAL. **A Gazeta**, Vitória, 21 fev. 1960, p. 1.

INGENUIDADE. **A Gazeta**, Vitória, 07 jun. 1950, p. 8. Coluna Espelho da Cidade.

LINDENBERG REALIZA IMPORTANTE CONTATO. **A Gazeta**, Vitória, 08 dez. 1961, p. 1.

LINDENBERG SOBRE A GREVE DE CACHOEIRO. **A Gazeta**, Vitória, 03 jan. 1960, p. 1.

LUZ! **A Gazeta**, Vitória, 17 mai. 1951, p. 8. Coluna Espelho da Cidade.

LUZ! **A Gazeta**, Vitória, 26 mai 1950, p. 8. Coluna Espelho da Cidade.

LUZ NOS BAIRROS. **A Gazeta**, Vitória, 07 jul. 1954, p. 4. Coluna Diversas.

MAIS AUMENTOS. **A Gazeta**, Vitória, 18 fev. 1956, p. 6. Coluna Diversas.

MAIS UM AUMENTO. **A Gazeta**, Vitória, 01 jul. 1951, p. 10. Coluna Tópicos e Notícias.

MELHOROU O SERVIÇO. **A Gazeta**, Vitória, 05 dez. 1954, p. 4. Coluna Diversas.

NAS COMISSÕES TÉCNICAS A DANSA PELA ENCAMPAÇÃO. **A Gazeta**, Vitória, 11 jul. 1951, p. 1-2.

NÃO HÁ LUZ POR FALTA DE ÁGUA. **A Gazeta**, Vitória, 19 out. 1956, p. 1.

NEVES, Érico. A propósito. **A Gazeta**, Vitória, 10 jul. 1954, p. 8. Coluna A propósito.

_____. O Triênio. **A Gazeta**, Vitória, 14 mar. 1956, p. 8. Coluna A pedidos.

NOTAS DO DIA. **A Gazeta**, Vitória, 04 out. 1957, p. 5.

NOVAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA. **A Gazeta**, Vitória, 19 jan. 1960, p. 1.

NOVIDADE. **A Gazeta**, Vitória, 20 jul. 1950, p. 8. Coluna Espelho da Cidade.

O AUMENTO DA CENTRAL. **A Gazeta**, Vitória, 06 set. 1952, p. 6.

O FALECIMENTO DO DR. AMÉRICO OLIVEIRA. **A Gazeta**, Vitória, 17 ago. 1958, p. 8-5.

O LEGISLATIVO E OS “CORTES”. **A Gazeta**, Vitória, 25 out. 1952, p. 1.

O NOVO DIESEL DA C.C.B.F.E. **A Gazeta**, Vitória, 05 dez. 1948, p. 4.

O NOVO CONTRATO DA CENTRAL. **A Gazeta**, Vitória, 21 ago. 1957, p. 1.

O PREÇO DA LUZ. **A Gazeta**, Vitória, 26 jun. 1954, p. 4. Coluna Diversas.

OS BONDES. **A Gazeta**, Vitória, 11 jan. 1944, p. 2.

O CASO DOS FOGÕES. **A Gazeta**, Vitória, 11 out. 1951, p. 7. Coluna Tópicos e Notícias.

OLIVEIRA, AMÉRICO. Dois Males. **A Gazeta**, Vitória, 20 jul. 1946, p. 3. Coluna Dois Males.

_____. Essa Central Brasileira I. **A Gazeta**, Vitória, 11 ago. 1948, p. 4. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira II. **A Gazeta**, Vitória, 5 set. 1948, p. 4. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira IV. **A Gazeta**, Vitória, 25 set. 1948, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira VI. **A Gazeta**, 26 out. 1948, p. 3-7. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira VII. **A Gazeta**, Vitória, 14 jan. 1949, p. 2. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira IX. **A Gazeta**, Vitória, 12 abr. 1949, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira X. **A Gazeta**, Vitória, 30 abr. 1949, p. 4. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira XII. **A Gazeta**, Vitória, 25 ago. 1949, p. 4. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira XV. **A Gazeta**, Vitória, 01 jan. 1950, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira XVI. **A Gazeta**, Vitória, 22 abr. 1950, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira XVII. **A Gazeta**, Vitória, 15 jun. 1950, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira XIX. **A Gazeta**, Vitória, 19 nov. 1950, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira XXII. **A Gazeta**, Vitória, 18 out. 1951, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira XXIII. **A Gazeta**, Vitória, 09 jan. 1952, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira XXIV. **A Gazeta**, Vitória, 04 nov. 1952, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Essa Central Brasileira XXV. **A Gazeta**, Vitória, 23 jan. 1953, p. 3. Coluna Essa Central Brasileira.

_____. Central Brasileira. **A Gazeta**, Vitória, 01 set. 1946, p. 6. Coluna Repisando.

_____. Central Brasileira em Vitória. **A Gazeta**, Vitória, 09 nov. 1946, p. 3. Coluna Repisando.

_____. Sonhei. **A Gazeta**, Vitória, 11 dez. 1946, p. 3.

ORDEM DO DIA. **A Gazeta**, Vitória, 13 jul. 1952, p. 12.

PERGUNTA INOCENTE. **A Gazeta**, Vitória, 19 ago. 1950, p. 8. Coluna Espelho da Cidade.

QUE FEZ O GOVERNO CONTRA A CENTRAL? **A Gazeta**, Vitória, 05 jun. 1957, p. 1.

QUE HORROR! **A Gazeta**, Vitória, 07 dez. 1954, p. 4. Coluna Diversas.

REAÇÃO NA ASSEMBLEIA. Central abusa. **A Gazeta**, Vitória, 28 mai. 1957, p. 1.

REJEITADO O PROJETO DE ENCAMPAÇÃO. **A Gazeta**, Vitória, 31 ago. 1951, p. 1.

REPERCUSSÃO. **A Gazeta**, Vitória, 16 jun. 1950, p. 8. Coluna Espelho da Cidade.

RESCINDIDO O CONTRATO? **A Gazeta**, Vitória, 13 jul. 1958, p. 5. Coluna Diversas.

REUNIU-SE ANTE ONTEM. **A Gazeta**, Vitória, 06 ago. 1952, p. 8. Coluna Diversas.

SINDICATOS QUEREM CONHECER A CONTABILIDADE DA CENTRAL. **A Gazeta**, Vitória, 15 jan. 1960, p. 6.

SÓLIDOS ARGUMENTOS. **A Gazeta**, Vitória, 25 jul. 1962, p. 1-4.

SUGESTÕES. **A Gazeta**, Vitória, 10 jul. 1954, p. 4. Coluna Diversas.

TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA. **A Gazeta**, Vitória, 20 fev. 1960, p. 6.

TREMENDO LÍBELO. **A Gazeta**, Vitória, 26 jul. 1951, p. 1-8. Coluna Ontem na Assembleia.

UM MOVIMENTO E SEU SENTIDO. **A Gazeta**, Vitória, 05 mar. 1960, p. 1.

UM NOVO COMÍCIO CONTRA A C.C.B.F.E. EM GURIGICA. **A Gazeta**, Vitória, 06 jun. 1963, p. 1.

VEM AÍ O SILENCIADOR. **A Gazeta**, Vitória, 12 fev. 1950, p. 10.

VOLTARÃO A VIGORAR AS TARIFAS DE 59. **A Gazeta**, Vitória, 09 jan. 1960, p. 1.

A ÉPOCA

C.C.B.F.E. Das duas uma! **A Época**, Cachoeiro de Itapemirim, 07 dez. 1948, p. 4.

_____. A alta vertiginosa do custo de vida. **A Época**, Cachoeiro de Itapemirim, 18 out. 1949, p. 4.

A ORDEM

A POPULAÇÃO NATALENSE SOFREDO. **A Ordem**, Natal, 03 set. 1947, p. 4.

A CIA. FORÇA E LUZ. **A Ordem**, Natal, 07 out. 1947, p. 4.

A CIDADE AMANHACEU SEM BONDES. **A Ordem**, Natal, 11 jan. 1949, p. 4.

AS QUEIXAS DO POVO. **A Ordem**, Natal, 05 mai. 1938, p. 4.

AUMENTO NOS PREÇOS DAS PASSAGENS DE BONDES. **A Ordem**, Natal, 13 jun. 1945, p. 6.

BONDES PARA NORMALISTAS. **A Ordem**, Natal, 24 mar. 1937, p. 1.

CASOS & COISAS. **A Ordem**, Natal, 13 jan. 1950, p. 2. Coluna Casos & Coisas.

_____. **A Ordem**, Natal, 28 fev. 1950, p. 2. Coluna Casos & Coisas.

_____. **A Ordem**, Natal, 01 jun. 1950, p. 2. Coluna Casos & Coisas.

_____. **A Ordem**, Natal, 05 jun. 1950, p. 2. Coluna Casos & Coisas.

_____. **A Ordem**, Natal, 13 set. 1951, p. 2. Coluna Casos & Coisas.

_____. **A Ordem**, Natal, 06 nov. 1950, p. 2. Coluna Casos & Coisas.

C.F.L.N.B. Relatório da Diretoria. **A Ordem**, Natal, 14 jul. 1944, p. 11.

COMO FOI ENCERRADO O PRIMEIRO ANO LETIVO. **A Ordem**, Natal, 22 dez. 1936, p. 1.

DA RIBEIRA AO ALECRIM NUM BONDE. **A Ordem**, Natal, 12 mar. 1949, p. 4.

DEFICIÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM NATAL. **A Ordem**, Natal, 12 jan. 1949, p. 4.

ENERGIA ELÉTRICA. Coisas da Cidade. **A Ordem**, Natal, 15 out. 1948, p. 3. Coluna Coisas da Cidade.

GONÇALVES, José. Instantâneos da Assembleia. **A Ordem**, Natal, 27 ago. 1948, p. 6. Coluna Instantâneos da Assembleia.

_____. Instantâneos da Assembleia. **A Ordem**, Natal, 19 set. 1948, p. 3. Coluna Instantâneos da Assembleia.

INAUGURAÇÃO DE NOVO GRUPO GERADOR. **A Ordem**, Natal, 25 out. 1950, p. 4.

LUZ ELÉTRICA PARA OS POBRES. **A Ordem**, Natal, 20 jan. 1943, p. 1.

NOTA DO DIA. **A Ordem**, Natal, 14 fev. 1946, p.4.

_____. **A Ordem**, Natal, 13 set. 1946, p. 4.

NOTICIÁRIO NATALENSE. **A Ordem**, Natal, 10 fev. 1951, p. 4. Coluna Noticiário Natalense.

OBRAS DA CIDADE. **A Ordem**, Natal, 08 jun. 1948, p. 2.

ÔNIBUS PARA AREIA PRETA. **A Ordem**, Natal, 10 nov. 1938, p. 1.

ORPHANATO PE. JOÃO MARIA. **A Ordem**, Natal, 27 dez. 1936, p. 1.

OS SERVIÇOS DE BONDES. **A Ordem**, Natal, 28 mar. 1937, p. 1.

PASCHOA DOS POBRES. **A Ordem**, Natal, 23 jun. 1937, p. 4.

SOLUCIONADA, AFINAL, A QUESTÃO DO AUMENTO. **A Ordem**, Natal, 30 ago. 1946, p. 4.

TRANSPORTES COLETIVOS EM NATAL. **A Ordem**, Natal, 08 nov. 1943, p. 1.

A TRIBUNA

C.C.B.F.E. Quem te viu... **A Tribuna**. 10 set. 1948, p. 3.

CORREIO DO POVO

A CIA. ENERGIA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 04 jul. 1948, p. 24.

A C.E.E.R.G. PERDE O PRIMEIRO EMBATE. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 27 jul. 1948, p. 16-12.

A COMPANHIA ENERGIA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 14 jan. 1948, p. 3. Coluna Câmara Municipal.

A QUESTÃO DA ENERGIA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 07 jul. 1948, p. 12.

A QUESTÃO DO CONTRATO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 27 jun. 1948, p. 24.

A ASSEMBLEIA ALTERA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 29 mai. 1958, p. 20-15.

AÇÃO JUDICIAL DA CEEE CONTRA A CIA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 24 mai. 1954, p. 20.

AINDA NÃO FOI FEITA A CITAÇÃO JUDICIAL. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 mai. 1957, p. 18.

AFIRMA O SECRETÁRIO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 07 fev. 1959, p. 16.

AMANHÃ A VOTAÇÃO NA ASSEMBLEIA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 18 fev. 1957, p. 18-13.

APLAUDIDO NA ASSEMBLEIA O ATO DO GOVERNADOR. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 12 mai. 1959, p. 7-20. Coluna Assembleia Legislativa.

APRESENTADO UM PROJETO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 jun. 1959, p. 16-11.

ANUNCIA O GOVERNADOR. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 19 abr. 1948, p. 12-4.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 27 abr. 1948, p. 4.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 05 jun. 1958, p. 7.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 07 jun. 1958, p. 7-13.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 13 jun. 1959, p. 7.

ASSUMIU ONTEM O GOVERNO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 fev. 1959, p. 18.

ATÉ QUE SEJA ULTIMADO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 04 mai. 1947, p. 24-4.

ATINGE A CULMINÂNCIA A CRISE ELÉTRICA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 24 mar. 1948, p. 6.

BRIZOLA ANUNCIA NO RIO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 27 fev. 1959, p. 1.

BRIZOLA, Leonel. Dirige-se o sr. Brizola ao presidente da Bond & Share. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 04 jun. 1959, p. 16.

CÂMARA MUNICIPAL. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 28 abr. 1946, p. 5. Coluna Câmara Municipal de Porto Alegre.

_____. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 26 jun. 1958, p. 10. Coluna Câmara Municipal de Porto Alegre.

CANCELADO O AUMENTO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 26 nov. 1957, p. 24-6.

CARVALHO, Adel. A pedidos. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 03 jun. 1958, p. 28.

_____. A pedidos: A História se repete. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 04 jun. 1958, p. 116.

_____. A pedidos: Encampações. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 05 jun. 1958, p. 26.

C.E.E.R.G. Aviso ao público. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 24 abr. 1948, p. 6.

_____. Aviso ao público. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 05 jan. 1949, p. 5.

_____. O Racionamento de luz. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 já. 1949, p. 3. Entrevista concedida por Owen Bossemeyer ao Correio do Povo.

_____. Demanda entre a CEERG E A CEEE. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 13 jun. 1957, p. 18-12.

_____. Esclarecimento Público. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 26 jun. 1957, p. 7.

_____. Companhia Energia Elétrica Rio Grandense. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 27 nov. 1957, p. 5.

_____. VERDADE SOBRE A GREVE. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 28 nov. 1957, p. 2.

_____. Lucros da Companhias Energia Elétrica. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 31 mai. 1958, p. 18.

_____. Prédio à Cr\$ 20.000. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 01 jun. 1958, p. 64.

_____. Ainda a encampação. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 04 jun. 1958, p. 16.

_____. Os preços da eletricidade. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 10 jun. 1958, p. 32.

_____. Tombamento da Cia. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 11 jun. 1958, p. 20.

_____. Comissões examinadoras. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 16 jun. 1958, p. 64.

_____. Empréstimos onerosos. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 21 jun. 1958, p. 18.

_____. Porque continuar. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 jun. 1958, p. 20.

CONSELHO DE ENERGIA ELÉTRICA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 18 mai. 1958, p. 64-20.

CITADA JUDICIALMENTE A CIA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 26 mai. 1957, p. 64.

CRÉDITO DE 200 MILHÕES. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 13 mai. 1958, p. 28-24.

DECLARA O PREFEITO À CÂMARA MUNICIPAL. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 29 abr. 1948, p. 12-3. Coluna Câmara dos Vereadores.

DECLARAÇÕES DO ADVOGADO DA CEERG. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 28 mai. 1957, p. 15.

DECLARAÇÕES DO PREFEITO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 28 mai. 1957, p. 22-15.

DELEGOU A UNIÃO AO ESTADO OS PODERES. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 17 nov. 1957, p. 64.

DEPOIS DE 30 ANOS DE CONCESSÃO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 13 mai. 1959, p. 16-13.

DIRIGE-SE A CARRIS AO PREFEITO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 11 mai. 1947, p. 10.

DISCURSO E INDICAÇÃO DO VEREADOR. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 29 abr. 1948, p. 6. Coluna Câmara Municipal de Porto Alegre.

EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 30 mai. 1958, p. 30-12.

EM TELEGRAMA AO PRESIDENTE. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 21 mai. 1959, p. 7-14. Coluna Assembleia Legislativa.

ENCAMPAÇÃO DA CEERG. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 18 mar. 1959, p. 18.

_____. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 16 mai. 1959, p. 18-15.

_____. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 jun. 1959, p. 16.

ENCAMPAÇÃO DA CEERG. Protesto. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 19 mai. 1959, p. 7-25.

ENCAMPAÇÃO DA CIA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 24 mai. 1958, p. 4.

- _____. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 30 mai. 1958, p. 30.
- ENERGIA ELÉTRICA ENTROU ONOTEM COM UM MANDADO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 14 mai. 1959, p. 20-16.
- ENERGIA ELÉTRICA PRETENDE. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 02 jun. 1959, p. 22-18.
- ESTADO ENCAMPOU A CIA. ENERGIA ELÉTRICA. **Correio Do Povo**, Porto Alegre, 12 mai. 1959, p. 24-19.
- EXCESSOS DE ENERGIA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 11 mar. 1936, p. 5.
- EXPOSTO AO SR. JUSCELINO O PROBLEMA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 04 jun. 1958, p. 16-11.
- FORNECIMENTO DE LUZ E FORÇA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 13 jul. 1948, p. 18.
- FORNECIMENTO DE LUZ E FORÇA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 13 abr. 1949, p. 14-3.
- FREITAS, Noé. Opinião do engenheiro. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 07 jan. 1949, p. 12-4. Entrevista de Noé de Freitas concedida ao Correio do Povo.
- _____. Contesta o diretor da CEEE. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 14 jun. 1957, p. 18-9.
- _____. Exposição do engenheiro Noé de Freitas. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 09 jul. 1957, p. 24-16.
- _____. Noé de Freitas defende. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 29 nov. 1957, p. 20-12.
- GRAEFF, E. “Seu criado elétrico, o Kilowatt”. **Correio do Povo**, Porto alegre, 15 dez. 1957, p. 39.
- GREVE NA CARRIS. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25 dez. 1946, p. 20.

GREVE NA ENERGIA ELÉTRICA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 08 dez. 1957, p. 72-47.

IMPASSE ÀS VÉSPERAS DO PRAZO FATAL. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 29 mai. 1948, p. 10. Coluna Câmara Municipal de Porto Alegre.

IMPETROU MANDADO DE SEGURANÇA A CIA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 12 jun. 1957, p. 16-11.

IMPUGNOU A CEEE. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 29 mai. 1957, p. 16.

INAMISTOSA VISITA AO PREFEITO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 20 jun. 1948, p. 24.

INICIOU ONTEM. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 31 mai. 1958, p. 18-13.

INTERVENÇÃO NA CEERG. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 19 jul. 1957, p. 18-5.

IMPEDIDOS DE ENTRAR NOS ESCRITÓRIOS. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 12 mai. 1959, p. 18-14.

JÁ TOMOU O GOVERNO TODAS AS PROVIDÊNCIAS. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 mar. 1959, p. 14-10.

JULGADA ADMISSÍVEL A INTERVENÇÃO NA CARRIS. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 20 dez. 1950, p. 14.

LIMINAR FAVORÁVEL À CEERG SERÁ APRECIADA AMANHÃ. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 17 mai. 1959, p. 60-35.

MANTIDA A ENCAMPAÇÃO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 16 jun. 1959, p. 22-16.

MOMENTOSO PROBLEMA DA ENERGIA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 26 mar. 1948, p. 16-4. Coluna Câmara Municipal de Porto Alegre.

NÃO HAVERÁ GREVE. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 18 dez. 1957, p. 18.

NÃO PODERÁ HAVER AUMENTO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 12 abr. 1959, p. 60-34.

NÃO SERÁ SUPERIOR A 20 OU 30%. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 08 abr. 1959, p. 18.

NAS MÃOS DO GOVERNADOR. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 11 mai. 1958, p. 68.

NORBERTO, Cândido. Conclusão da Comissão Especial. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 10 jun. 1958, p. 28-32. Coluna Assembleia Legislativa.

_____. Energia Elétrica na Capital. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 11 jun. 1958, p. 20-14. Coluna Assembleia Legislativa.

_____. Conclusões da Comissão. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 12 jun. 1958, p. 20-17. Coluna Assembleia Legislativa.

_____. Energia Elétrica na Capital. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 11 jun. 1958, p. 20-12. Coluna Assembleia Legislativa.

_____. Trabalho da Comissão de Tombamento. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 13 jun. 1958, p. 20-12. Coluna Assembleia Legislativa.

_____. Sugerida a encampação. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 26 jun. 1958, p. 16. Coluna Assembleia Legislativa.

_____. Assembleia Legislativa. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 03 dez. 1958, p. 7-21. Coluna Assembleia Legislativa.

NOVO DIRETOR GERAL DA CEEE. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 22 fev. 1959, p. 18.

O TEXTO DA LEI. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 30 mai. 1958, p. 30-12.

ORGANIZA-SE O GOVERNO ESTADUAL. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 fev. 1959, p. 1.

PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 18 jul. 1948, p. 24.

PASSOU AO CONTROLE DIRETO DA PREFEITURA. **Correio do Povo**, 21 dez. 1954, p. 14.

PEDE O GOVERNO DO ESTADO A DEVOLUÇÃO DOS EXCESSOS. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 01 dez. 1957, p. 72-44.

PEREIRA, Temperani. Assembleia Legislativa. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 03 jun. 1958, p. 7. Coluna Assembleia Legislativa.

PERSISTE O RACIONAMENTO DE LUZ. **Correio do Povo**, 04 jan. 1949, p. 16.

PLANO DE ELETRIFICAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 28 dez. 1946, p. 6.

PLEITEIAM A ENERGIA ELÉTRICA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 04 mar. 1954, p. 14.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Nota Oficial. **Correio do Povo**, 04 jun. 1958, p. 16.

PRIMEIRO PASSO PARA A ENCAMPAÇÃO DOS SERVIÇOS. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 13 jan. 1958, p. 16.

PROBLEMA DA ENERGIA ELÉTRICA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 10 jul. 1948, p. 14.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 08 mar. 1958, p. 4.

PROGRESSO LUMINOSO NUMA CIDADE SEM LUZ. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 11 mai. 1958, p. 15-33.

PROLONGAR-SE-Á ATÉ SÁBADO O RACIONAMENTO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 jan. 1949, p. 14.

PROPÕE-SE A COMPANHIA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 30 mai. 1957, p. 24-15.

PRIMEIRO MARCO. **Correio Do Povo**, Porto Alegre, 01 jan. 1949, p. 28-3.

QUEIXAS DO PÚBLICO. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 12 fev. 1936, p. 5.

_____. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 02 set. 1936, p. 5.

_____. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 19 jun. 1938, p. 17.

_____. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 15 out. 1938, p. 11.

REUNIÃO EM PALÁCIO. APREENSIVOS OS INDUSTRIAIS. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 06 fev. 1948, p. 6.

RIO GRANDE NÃO QUER NADA DE GRAÇA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 21 mai. 1959, p. 18-13.

RIO GRANDE VAI FICAR LIVRE DA BOND & SHARE. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 15 mai. 1959, p. 16-11.

SARGENT, Henry. Responde a Brizola o presidente da Bond & Share. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 05 jun. 1959, p. 16.

SEM LUZ E ÁGUA. **Correio do povo**, Porto Alegre, 06 jan. 1949, p. 9. Coluna A pedidos.

SINDICATO DOS TRABALHADORES. Greve parcial da Energia. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 27 nov. 1957, p. 18-13.

SOLENEMENTE INAUGURADA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 03 mai. 1949, p. 18-6-7.

SOLUÇÃO FINAL DO CASO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 26 mai. 1948, p. 10.

SUSPENSA A GREVE. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 29 nov. 1957, p. 20-12.

WORM, Fernando. A pedido: Política Socializante. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 24 jun. 1958, p. 23.

ÚLTIMA HORA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 03 jun. 1948, p. 12.

ULTIMATUM DA PREFEITURA. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 19 abr. 1949, p. 20.

VEREADOR PROPORÁ. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 28 mar. 1958, p. 20.

DIÁRIO DE NATAL

A CIDADE. **Diário de Natal**, Natal, 12 abr. 1952, p. 4. Coluna A Cidade.

_____. **Diário de Natal**, Natal, 21 mai. 1952, p. 6. Coluna A Cidade.

_____. **Diário de Natal**, Natal, 05 jun. 1952, p. 6. Coluna A Cidade.

_____. Convite à serenidade. **Diário de Natal**, Natal, 06 jun. 1952, p. 3. Coluna A Cidade.

_____. **Diário de Natal**, Natal, 13 jan. 1953, p. 5. Coluna A Cidade.

_____. **Diário de Natal**, Natal, 31 ago. 1953, p. 8. Coluna A Cidade.

ACIDENTE APRESSA DISTRIBUIÇÃO. **Diário de Natal**, Natal, 24 dez. 1963, p. 8.

AGRADECEM OS OPERÁRIOS. **Diário de Natal**, Natal, 28 jan. 1964, p. 6.

AGRAVA-SE A SITUAÇÃO DE ABASTECIMENTO. **Diário de Natal**, Natal, 14 dez. 1962, p. 6.

DANILO. Postes e postes. **Diário de Natal**, Natal, 14 jan. 1953, p. 5. Coluna Crônica Social.

CÂMARA CONVIDOU O GERENTE DA FORÇA. **Diário de Natal**, Natal, 02 dez. 1960, p. 6.

CÂMARA PEDIU. **Diário de Natal**, Natal, 16 mai. 1961, p. 2.

CÂMARA QUER EXPLICAÇÕES. **Diário de Natal**, Natal, 17 mai. 1961, p. 8.

CARTAS À REDAÇÃO. **Diário de Natal**, Natal, 09 jun. 1952, p. 2.

COISAS DO BRASIL. **Diário de Natal**, Natal, 28 fev. 1962, p. 1.

C.F.L.N.B. Advertência. **Diário de Natal**, Natal, 27 jan. 1964, p. 6.

CRÔNICA SOCIAL. **Diário de Natal**, Natal, 04 dez. 1962, p. 4.

ESCLARECIMENTO. **Diário de Natal**, Natal, 20 jul. 1963, p. 6.

ENERGIA MAIS CARA. **Diário de Natal**, Natal, 15 jul. 1961, p. 3.

EMPRESA ABSOLVIDA. **Diário de Natal**, Natal, 20 mai. 1963, p. 1.

FALTA DE ENERGIA. **Diário de Natal**, Natal, 12 mar. 1953, p. 8.

FALTA DE ÓLEO COMBUSTÍVEL. **Diário de Natal**, Natal, 16 jan. 1963, p. 8-2.

FORÇA E LUZ AMEAÇADA DE COLAPSO. **Diário de Natal**, Natal, 28 fev. 1962, p. 1.

FORÇA E LUZ FUNCIONA. **Diário de Natal**, Natal, 21 jan. 1963, p. 8.

GREVE CONTINUA. **Diário de Natal**, Natal, 17 jul. 1962, p. 6.

HOMENAGEM AO GOVERNADOR. **Diário de Natal**, Natal, 16 ago. 1952, p. 6.

INALTERADA A GREVE DO PESSOAL DA ESSO. **Diário de Natal**, Natal, 16 jul. 1962, p. 6.

INTERVÉM O GOVERNO. **Diário de Natal**, Natal, 06 jun. 1952, p. 6-4.

NOVO GRUPO GERADOR. **Diário de Natal**, Natal, 30 abr. 1953, p. 4.

O MAIOR GERENTE VIVO. **Diário de Natal**, Natal, 02 fev. 1952, p. 6. Coluna O prato do dia.

O RIO GRANDE DO NORTE. **Diário de Natal**, Natal, 02 set. 1969, p. 5.

POTENCIAL ELÉTRICO DE NATAL. **Diário de Natal**, Natal, 12 abr. 1961, p. 8.

RACIONAMENTO JÁ COMEÇOU. **Diário de Natal**, Natal, 24 ago. 1962, p. 6-4.

SERÁ REDUZIDO O RACIONAMENTO. **Diário de Natal**, Natal, 10 jun. 1963, p. 6-4.

SITUAÇÃO DRAMÁTICA DA FORÇA E LUZ. **Diário de Natal**, Natal, 18 mai. 1962, p. 6-4.

SUBMETIDO A SABATINA O GERENTE DA FORÇA E LUZ. **Diário de Natal**, Natal, 20 mai. 1961, p. 6.

SUSTADO O FATURAMENTO. **Diário de Natal**, Natal, 25 jan. 1964, p. 6.

TELEFONES NOVOS FORAM UMA MIRAGEM. **Diário de Natal**, Natal, 14 jan. 1961, p. 6-4.

VAMOS DAR JEITO NISSO? **Diário de Natal**, Natal, 11 mar. 1952, p. 6.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

1º SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE DAS COMPANHIAS ASSOCIADAS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 jan. 1958, p. 16.

A “TRAMWAYS” E O ESTADO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 jul. 1962, p. 4.

ARRAES E PELÓPIDAS NUM SÓ PONTO DE VISTA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 out. 1959, p. 3.

ARRAES, Miguel. Revela Arraes. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 jan. 1962, p. 3.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 jul. 1962, p. 14.

ASSEMBLEIA PEDIRÁ AO MIN. DA AGRICULTURA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 07 out. 1959, p. 3.

ATO DE CORAGEM DE CID. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 jul. 1960, p. 1.

BENS DA TRAMWAYS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 jul. 1962, p. 3.

CÂMARA MUNICIPAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 03 ago. 1962, p. 5.

CAMPANHA CONTRA A TRAMWAYS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 04 set. 1958, p. 11.

CANDIDATO DA TRAMWAYS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 04 set. 1958, p. 11.

CASTRO, Ubiratan de. Vice-prefeito e as dívidas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 25 jul. 1957, p. 8.

CID COMUNICA À TRAMWAYS. **Diário De Pernambuco**, Recife, 11 jul. 1962, p. 18.

CID GANHA CONCESSÃO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 ago. 1961, p. 3-2.

COMISSÃO DE TOMBAMENTO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 fev. 1960, p. 10.

COMISSÃO INTERSINDICAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 05 jun. 1959, p. 6.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 mai. 1958, p. 16.

C.E.E.R.G. Esclarecimentos à opinião pública nacional I. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 nov. 1959, p. 2.

_____. Esclarecimentos à opinião pública nacional II. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 dez. 1959, p. 2.

_____. Esclarecimentos à opinião pública nacional III. **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 dez. 1959, p. 2.

_____. Esclarecimentos à opinião pública nacional V. **Diário de Pernambuco**, Recife, 03 dez. 1959, p. 2.

_____. Esclarecimentos à opinião pública nacional VI. **Diário de Pernambuco**, Recife, 05 dez. 1959, p. 13.

_____. Esclarecimentos à opinião pública nacional VIII. **Diário de Pernambuco**, Recife, 07 dez. 1959, p. 2.

CONCEDIDO O AUMENTO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 30 abr. 1958, p. 20.

CONCLUÍDO O SEQUESTRO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 30 dez. 1962, p. 3.

COTEJO ENTRE OS DOIS CANDIDATOS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 out. 1958, p. 6.

EMBAIXADA DO BRASIL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 set. 1962, p. 1.

ETELVINISMO EM DESESPERO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 set. 1958, p. 3.

FALA CID SOBRE A REUNIÃO DE HOJE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 06 out. 1959, p. 9.

FRANÇA, Luiz. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 set. 1959, p. 18. Coluna Política.

GOVERNADOR AUTORIZOU O AUMENTO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 jul. 1958, p. 3.

GOVERNADOR PEDE ESCLARECIMENTOS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 out. 1959, p. 10.

IMPOSSÍVEL EXPLICAR. **Diário de Pernambuco**, Recife, 25 set. 1958, p. 9.

INDISCUTÍVEL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 out. 1958, p. 5.

INTERVENÇÃO FEDERAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 set. 1962, p. 3.

JARBAS – CANDIDATO DO DINHEIRO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 set. 1958, p. 3.

JUIZ GARANTE AO ESTADO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 jul. 1960, p. 5.

LAEL SAMPAIO PEDIU NO RIO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 04 out. 1959, p. 3.

LEGISLATIVO E EXECUTIVO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 06 out. 1959, p. 18.
Coluna Política.

MACHADO, Nivaldo. Fornecimento de luz. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 jul. 1957, p. 18-14.

MARANHÃO, Jarbas. Campanha de evidente irresponsabilidade. **Diário de Pernambuco**, 07 jul. 1958, p. 1.

MELOKISSES. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 ago. 1959, p. 18.

MENSAGEM À ASSEMBLEIA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 jun. 1959, p. 3.

NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 07 out. 1958, p. 24.

NA CÂMARA MUNICIPAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 set. 1958, p. 22.

_____. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 out. 1958, p. 24.

_____. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 mai. 1959, p. 18.

NAVIO ATÔMICO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 jul. 1969, p. 2.

NÃO HOUE UNANIMIDADE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 08 out. 1959, p. 18-17. Coluna Política.

NÃO VALE ATESTADO DE FAVOR. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 set. 1958, p. 3.

NEGADA LIMINAR À TRAMWAYS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 set. 1962, p. 3-9.

NOTA DE UM ANÔNIMO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 03 out. 1959, p. 4.

NOVAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 06 jan. 1956, p. 16-12.

O PROBLEMA DA ENCAMPAÇÃO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 06 out. 1959, p. 4.

O PROPÓSITO DE CID. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 jul. 1962, p. 3.

O SR. JARBAS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 set. 1958, p. 3.

OS “MAIS” E OS “MENOS” DO LEGISLATIVO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 jan. 1958, p. 14.

ONTEM, NO PALÁCIO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 jul. 1960, p. 5.

_____. **Diário De Pernambuco**, Recife, 23 jul. 1961, p. 5.

“PERNAMBUCO TRAMWAYS”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 31 jul. 1962, p. 5.

PABST, Lothário. Recife consumindo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 set. 1961, p. 16. Entrevista de Lothário Pabst ao Rotary Club.

_____. L. Pabst insiste. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 jul. 1962, p. 3-8.

PACTO DA UNIDADE SINDICAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 out. 1959, p. 3.

PERISCÓPIO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 jul. 1961, p. 24.

_____. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 jul. 1961, p. 16.

PCO. TRAMWAYS AND POWER. Ainda a redução nos preços. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 jan. 1956, p. 3.

_____. Esclarecimento Público I. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 dez. 1956, p. 2.

_____. Esclarecimento Público II. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 dez. 1956, p. 7.

_____. Esclarecimento Público V. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 jan. 1957, p. 7.

_____. Esclarecimento Público VI. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 jan. 1957, p. 11.

_____. Esclarecimento Público VII. **Diário de Pernambuco**, Recife, 17 jan. 1957, p. 7.

_____. Falando com franqueza. **Diário de Pernambuco**, Recife, 04 ago. 1957, p. 2.

_____. Remuneração justa. **Diário de Pernambuco**, Recife, 07 ago. 1957, p. 7.

_____. Tarifas adequadas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 09 ago. 1957, p. 7.

_____. Tramways esclarece. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 out. 1959, p. 3.

_____. Esclarecimento ao Público. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 fev. 1960, p. 2.

_____. Aviso ao Público. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 jul. 1960, p. 2.

_____. Esclarecimento ao Público. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 jul. 1962, p. 2.

PIADAS SOBRE A ENCAMPAÇÃO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 out. 1959, p. 8.

POLÍTICA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 set. 1959, p. 15. Coluna Política.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 jul. 1962, p. 12.

PROCURADOR DA REPÚBLICA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 fev. 1962, p. 14-8.

_____. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 jul. 1962, p. 3.

RESPOSTA AO JORNALISTA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 out. 1957, p. 3.

RESPOSTA NEGATIVA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 jul. 1962, p. 3-8.

REUNE-SE HOJE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 06 out. 1959, p. 24.

SCHILLING, Arno. Lucros Ilegais. **Diário de Pernambuco**, Recife, 03 out. 1959, p. 3. Coluna Assembleia Legislativa.

_____. Contrato. **Diário de Pernambuco**, Recife, 06 out. 1959, p. 3-8. Coluna Assembleia Legislativa.

S-INCIDENTE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 set. 1957, p. 6. Coluna Assembleia Legislativa, letra S.

SERÁ MOVIDA TAMBÉM AÇÃO POPULAR. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 mar. 1958, p. 3-10.

SEVEROS REPAROS DE CID AO CNAEE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 01 out. 1959, p. 10.

SINDICATOS VÃO PEDIR. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 mai. 1959, p. 3.

SUBSÍDIO À ENCAMPAÇÃO DA TRAMWAYS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 19 jun. 1959, p. 1.

SUSTAÇÃO DA COBRANÇA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 fev. 1960, p. 9.

TÉCNICOS DA TERRA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 nov. 1959, p. 3.

TOMBAMENTO DOS BENS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 nov. 1959, p. 3.

“TRAMWAYS” NOTIFICADA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 25 jul. 1961, p. 3.

“TRAMWAYS” VAI A JUSTIÇA. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 jul. 1962, p. 3.

DIÁRIO DO COMÉRCIO

COSTA, José. Informador Comercial. **Diário do Comércio**, Belo Horizonte, 1950.

FOLHA CAPIXABA

C.C.B.F.E. Não haverá passe de mágica. **Folha capixaba**, Vitória, 04 out. 1945, p. 3.

JORNAL PEQUENO

A PRAÇA DAS CINCO PONTAS. **Jornal Pequeno**, Recife, 12 jan. 1946, p. 6-4.

A RUA NOVA QUE NUNCA SERÁ OUTRA NA SUA TRADIÇÃO ORAL. **Jornal Pequeno**, Recife, 16 jan. 1946, p. 5.

AS RESPONSABILIDADES. **Jornal Pequeno**, Recife, 18 jun. 1949, p. 1-2.

ACUSA O COMÉRCIO. SABOTADOR É O PRÓPRIO ESTADO. **Jornal Pequeno**, Recife, 02 jan. 1954, p. 4.

ALGUMAS PALAVRAS. **Jornal Pequeno**, Recife, 01 dez. 1951, p. 3.

APESAR DOS PESARES. **Jornal Pequeno**, Recife, 19 ago. 1953, p. 1-4.

ASSEMBLEIA EM REVISTA. **Jornal Pequeno**, Recife, 10 nov. 1951, p. 1.

ATÉ QUANDO? **Jornal Pequeno**, Recife, 26 set. 1946, p. 6.

BRANCO, Elpídio. O caso da Pernambuco Tramways. **Jornal Pequeno**, 29 set. 1947, p. 6-2.

_____. O caso da Pernambuco Tramways. **Jornal Pequeno**, Recife, 22 set. 1947, p. 5.

CARTA ABERTA. **Jornal Pequeno**, Recife, 21 fev. 1935, p. 3.

CIDADE ÀS ESCURAS. **Jornal Pequeno**, Recife, 24 nov. 1951, p. 3.

CINCO VEREADORES AO REPÓRTER. **Jornal Pequeno**, Recife, 22 ago. 1953, p. 1-4.

DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS. **Jornal Pequeno**, Recife, 06 jul. 1953, p. 2.

ENERGIA DE PAULO AFONSO. **Jornal Pequeno**, Recife, 04 dez. 1954, p. 3.

FALA ETELVINO. **Jornal Pequeno**, Recife, 11 nov. 1954, p. 2.

FALÊNCIA MORAL. **Jornal Pequeno**, Recife, 24 jul. 1947, p. 1-3.

FALTA DE ENERGIA. **Jornal Pequeno**, Recife, 21 abr. 1949, p. 3.

FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS. **Jornal Pequeno**, Recife, 07 out. 1938, p. 2.

GOVERNO DO ESTADO INTIMOU. **Jornal Pequeno**, Recife, 01 jan. 1938, p. 3.

HAMILTON JOSÉ DE ARAÚJO. **Jornal Pequeno**, Recife, 17 mar. 1950, p. 2.

INTERVENÇÃO IMEDIATA NA TRAMWAYS. **Jornal Pequeno**, Recife, 23 set. 1947, p. 6.

LONA E VASSOURAS HÁ EM TODA A PARTE. **Jornal Pequeno**, Recife, 25 jan. 1946, p. 6.

MAIS QUARENTA BONDES. **Jornal Pequeno**, Recife, 03 jun. 1946, p. 4.

MELO, Mário. **Jornal Pequeno**, Recife, 15 jan. 1935, p. 1-4. Coluna Ontem, Hoje e Amanhã.

_____. Remédio para os males sem remédio. **Jornal Pequeno**, Recife, 31 mai. 1943, p. 1-4.

MESA REDONDA. **Jornal Pequeno**, Recife, 20 out. 1949, p. 3.

MOMENTO POLÍTICO. **Jornal Pequeno**, Recife, 10 mai. 1952, p. 3.

MULTAS IMPOSTAS À PERNAMBUCO TRAMWAYS. **Jornal Pequeno**, Recife, 12 jul. 1943, p. 4.

NO JOAQUIM NABUCO. **Jornal Pequeno**, Recife, 08 set. 1952, p. 3.

O EXEMPLO DA GREAR WESTERN. **Jornal Pequeno**, Recife, 29 jul. 1938, p. 1.

O PROBLEMA DA TRAMWAYS. **Jornal Pequeno**, Recife, 14 fev. 1946, p. 1.

O PROBLEMA DOS TRANSPORTES. **Jornal Pequeno**, Recife, 23 jul. 1947, p. 6.

OS BONDES DE DOIS IRMÃOS. **Jornal Pequeno**, Recife, 11 abr. 1946, p. 3.

OS MAUS SERVIÇOS DA PERNAMCUBO TRAMWAYS. **Jornal Pequeno**, Recife, 13 mai. 1935, p. 3.

OS PÉSSIMOS SERVIÇOS DA “TRAMWAYS”. **Jornal Pequeno**, Recife, 17 set. 1938, p. 2.

OSÓRIO, Gilberto. Duas Palavras. **Jornal Pequeno**, Recife, 18 jul. 1951, p. 1. Coluna Duas Palavras.

PCO. TRAMWAYS AND POWER. Cinderela, Aladin... **Jornal Pequeno**, Recife, 08 abr. 1949, p. 3.

_____. Tiro o chapéu, Marconi. **Jornal Pequeno**, Recife, 19 jun. 1936, p. 4.

_____. Pernambuco Tramways. **Jornal Pequeno**, Recife, 14 jul. 1947, p. 6.

PERNAMBUCO TRAMWAYS. **Jornal Pequeno**, Recife, 21 mai. 1935, p. 1.

RECIFE – CIDADE SEM LUZ! **Jornal Pequeno**, Recife, 08 jul. 1953, p. 3-5.

RECIFE – CIDADE SEM TRANSPORTES! **Jornal Pequeno**, Recife, 09 jul. 1953, p. 1-5.

RESCISAO DO CONTRATO COM A TELEPHONE. **Jornal Pequeno**, Recife, 29 jul. 1953, p. 1.

SEM REMÉDIO. **Jornal Pequeno**, Recife, 10 mai. 1948, p. 3.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE CARRIS. **Jornal Pequeno**, Recife, 01 jun. 1945, p. 6.

TRAMWAYS PEDE AO GOVERNO. **Jornal Pequeno**, Recife, 08 jun. 1945, p. 4.

TRANSPORTE. **Jornal Pequeno**, Recife, 19 abr. 1952, p. 1-4.

UM PROBLEMA QUE FICARÁ NA HISTÓRIA. **Jornal Pequeno**, Recife, 09 jan. 1946, p. 6.

VIVE ÀS ESCURAS. **Jornal Pequeno**, Recife, 18 abr. 1952, p. 1.

NOTÍCIAS DE HOY

EL MAMEYAZO DE LA ESCALINATA. **Notícias de Hoy**, Havana, 03 abr. 1948.

LAS CARÍCIAS DE K-LISTO. **Notícias de Hoy**, Havana, 01 abr. 1949.

O DIA

A COMPANHIA FORÇA E LUZ MANDA E NÃO PEDE. **O Dia**, Curitiba, 18 ago. 1951, p. 8.

A COMPANHIA NÃO TEM LUZ MAS TEM MUITA FORÇA. **O Dia**, Curitiba, 08 dez. 1951, p. 3.

A ESCURIDÃO. **O Dia**, Curitiba, 29 ago. 1951, p. 1. Charge do personagem Fumaça por Eloy de Montalvão.

A FALTA DE ENERGIA. **O Dia**, Curitiba, 16 jul. 1950, p. 1.

A FORÇA E LUZ É CONTRA O POVO. **O Dia**, Curitiba, 02 jun. 1951, p. 8.

A IMPRESSIONANTE PROCURA. **O Dia**, Curitiba, 15 jun. 1952, p. 8.

A JUSTIÇA DO TRABALHO É ESSENCIALMENTE CONCILIATÓRIA. **O Dia**, Curitiba, 12 mar. 1949, p. 4.

A LUZ E FORÇA E O SEU RACIONAMENTO. **O Dia**, Curitiba, 05 ago. 1951, p. 3.

A NOSSA OPINIÃO. **O Dia**, Curitiba, 21 dez. 1953, p. 4.

A PEDIDO DO SESI. **O Dia**, Curitiba, 05 ago. 1951, p. 3.

A QUESTÃO DOS TRABALHADORES COLETIVOS. **O Dia**, Curitiba, 07 jun. 1949, p. 8.

AO POVO DE CURITIBA. **O Dia**, Curitiba, 23 dez. 1948, p. 4.

AS EMPRESAS DE TRANSPORTE. **O Dia**, Curitiba, 01 jun. 1940, p. 6.

AS FAMIGERADAS COMPANHIAS. **O Dia**, Curitiba, 30 mai. 1951, p. 8.

ALTOS NEGÓCIOS. **O Dia**, Curitiba, 01 set. 1951, p. 1. Charge do personagem Fumaça por Eloy de Montalvão.

AMPLIA-SE A CAMPANHA. **O Dia**, Curitiba, 10 mar. 1949, p. 8.

APELAREMOS PARA TODOS OS RECURSOS LEGAIS. **O Dia**, Curitiba, 26 mar. 1949, p. 8.

APRESENTADO O RELATÓRIO. **O Dia**, Curitiba, 30 mai. 1948, p. 4. Coluna Na Câmara Municipal.

AUMENTO DAS PASSAGENS NOS BONDES. **O Dia**, Curitiba, 27 mai. 1945, p. 2.

AUMENTO DE VENCIMENTOS. **O Dia**, Curitiba, 18 mai. 1945, p. 3.

AUMENTO NAS PASSAGENS. **O Dia**, Curitiba, 24 mai. 1945, p. 3.

AUTORIZADA A COMPRAR. **O Dia**, Curitiba, 11 jul. 1947, p. 3.

BLACKOUT. **O Dia**, Curitiba, 25 jul. 1951, p. 4.

BOLSISTAS DA COMPANHIA. **O Dia**, Curitiba, 03 mai. 1959, p. 11.

CALAR É CONSENTIR. **O Dia**, Curitiba, 29 ago. 1951, p. 3.

CASSAL, Barros. Ferro e Fogo. **O Dia**, Curitiba, 17 mai. 1961, p. 8.

C.F.L.P. Para trás seu moço. **O Dia**, Curitiba, 06 nov. 1936, p. 7.

_____. Para você... **O Dia**, Curitiba, 19 dez. 1936, p. 5.

- _____. Solte minhas mãos! **O Dia**, Curitiba, 12 mar. 1937, p. 7.
- _____. Soube como ajudar o marido a vencer na vida. **O Dia**, Curitiba, 26 mar. 1937, p. 7.
- _____. Deixe-os dançar. **O Dia**, Curitiba, 07 mai. 1937, p. 7.
- _____. Senhoras!!! Declaremos guerra ao trabalho. **O Dia**, Curitiba, 14 ago. 1937, p. 2.
- _____. Para o bem de todos aqui ficarei! **O Dia**, Curitiba, 17 dez. 1937, p. 7.
- _____. A opinião pública e o ferro elétrico. **O Dia**, Curitiba, 21 out. 1938, p. 7.
- _____. Tal como esta árvore, criei raízes profundas. **O Dia**, Curitiba, 04 mai. 1939,
p. 7.
- _____. Um bom funcionário. **O Dia**, Curitiba, 19 jun, 1940, p. 9.
- _____. Quantos somos? **O Dia**, Curitiba, 26 jul. 1940, p. 9.
- _____. 15 de novembro de 1889. **O Dia**, Curitiba, 15 nov. 1940, p. 9.
- _____. Rei momo chegou. **O Dia**, Curitiba, 21 fev. 1941, p. 8.
- _____. São João. **O Dia**, Curitiba, 13 jun. 1941, p. 6.
- _____. História sem palavras. **O Dia**, Curitiba, 25 jun. 1941, p. 9.
- _____. Conto das “mil e uma noites”. **O Dia**, Curitiba, 23 jan. 1942, p. 6.
- _____. Fora do sério. **O Dia**, Curitiba, 06 fev. 1942, p. 7.
- _____. Com bota sete léguas. **O Dia**, Curitiba, 20 fev. 1942, p. 8.
- _____. Nunca tantos deveram a dois homens. **O Dia**, Curitiba, 04 fev. 1944, p. 2.
- _____. Maneira errada! **O Dia**, Curitiba, 14 abr. 1944, p. 5.

- _____. Sacrifiquemo-nos também! **O Dia**, Curitiba, 01 set. 1944, p. 6.
- _____. Terminou a guerra. **O Dia**, Curitiba, 08 mai. 1945, p. 2.
- _____. Descendente de genial estirpe. **O Dia**, Curitiba, 22 ago. 1945, p. 3.
- _____. Convalescença. **O Dia**, Curitiba, 28 dez. 1945, p. 5.
- _____. Aderindo a fuzarca. **O Dia**, Curitiba, 01 mar. 1946, p. 7.
- _____. Os “papagaios” e “arraís através dos séculos. **O Dia**, Curitiba, 19 jun. 1946, p. 5.
- _____. Plantando para o bem do país. **O Dia**, Curitiba, 03 mai. 1949, p. 4.
- _____. Cuidado com o “peak”. **O Dia**, Curitiba, 09 mai. 1950, p. 8.
- _____. Antigamente, tomar um refresco... **O Dia**, Curitiba, 01 nov. 1957, p. 8.
- _____. Este pode ser seu vizinho. **O Dia**, Curitiba, 08 nov. 1957, p. 8.
- _____. Tarifas de eletricidade adequadas significam progresso! **O Dia**, Curitiba, 05 mai. 1958, p. 8.
- _____. O bombeiro brasileiro. **O Dia**, Curitiba, 01 jun. 1958, p. 14.
- _____. Antigamente, ouvir grandes interpretações. **O Dia**, Curitiba, 11 jun. 1958, p. 11.
- _____. Semana da Árvore. **O Dia**, Curitiba, 20 set. 1958, p. 4.
- _____. Pague a eletricidade no banco. **O Dia**, Curitiba, 31 mar. 1959, p. 11.
- _____. Aviso aos consumidores. **O Dia**, Curitiba, 06 abr. 1950, p. 8.
- _____. Ameaça de racionamento. **O Dia**, Curitiba, 04 mai. 1950, p. 8.
- _____. Companhia Força e Luz aumenta seu capital. **O Dia**, Curitiba, 18 jan. 1951, p. 8.

_____. Capitais paranaenses na Companhia. **O Dia**, Curitiba, 10 abr. 1951, p. 8.
Entrevista concedida por Américo Werneck ao jornal O Dia.

_____. Racionamento de energia. **O Dia**, Curitiba, 21 abr. 1951, p. 8.

_____. Aviso ao público. **O Dia**, Curitiba, 24 mai. 1952, p. 8.

_____. Vinte e cinco anos. **O Dia**, Curitiba, 10 jul. 1953, p. 4.

_____. Aviso ao público. **O Dia**, Curitiba, 14 jun. 1955, p. 8.

_____. Aviso importante. **O Dia**, Curitiba, 15 jun. 1956, p. 1.

_____. Companhia Força e Luz. **O Dia**, Curitiba, 01 jul. 1956, p. 24.

_____. Sucessivos aumentos. **O Dia**, Curitiba, 14 jul. 1957, p. 3.

_____. Tarifas. **O Dia**, Curitiba, 20 jul. 1957, p. 11.

CHÁ E COCKTAIL. **O Dia**, Curitiba, 15 mar. 1942, p. 5.

“CIPALUZ”, SEU SEGUNDO NÚMERO. **O Dia**, Curitiba, 18 abr. 1957, p. 8.

CIA. FORÇA E LUZ. **O Dia**, Curitiba, 01 mar. 1939, p. 3. Coluna Coisas da Cidade.

COCKTAIL. **O Dia**, Curitiba, 08 abr. 1941, p. 4.

COISAS IMPRESTÁVEIS. **O Dia**, Curitiba, 04 abr. 1937, p. 3.

COMEMORA O PARANÁ. **O Dia**, Curitiba, 14 nov. 1941, p. 3.

COMENTÁRIO. **O Dia**, Curitiba, 07 set. 1951, p. 1. Charge do personagem Fumaça por Eloy de Montalvão.

COMÍCIO NA PRAÇA OSÓRIO. **O Dia**, Curitiba, 19 mai. 1961, p. 8.

CONCORRÊNCIA. **O Dia**, Curitiba, 22 dez. 1939, p. 3. Coluna Coisas da Cidade.

CONTRA O RACIONAMENTO. **O Dia**, Curitiba, 06 set. 1951, p. 1. Charge do personagem Fumaça por Elou de Montalvão.

CURITIBANOS APLAUDEM A ENCAMPAÇÃO DA FORÇA E LUZ. COMÍCIO MONSTRO. **O Dia**, Curitiba, 19 mai. 1961, p. 1.

CURSO DE PREPARAÇÃO DE LÍDERES DE MESAS REDONDAS. **O Dia**, Curitiba, 12 fev. 1958, p. 3.

DAROS, Waldemar. Daros faz novas críticas. **O Dia**, Curitiba, 19 jun. 1958, p. 4. Coluna Assembleia legislativa.

_____. Traição ao povo de Curitiba. **O Dia**, Curitiba, 04 mar. 1959, p. 4. Coluna Assembleia legislativa.

_____. Assembleia Legislativa. **O Dia**, Curitiba, 09 jul. 1959, p. 4. Coluna Assembleia Legislativa.

_____. Resenha na Assembleia. **O Dia**, Curitiba, 10 jan. 1960, p. 4. Coluna Resenha na Assembleia.

_____. Denúncia contra a Força e Luz. **O Dia**, Curitiba, 06 jun. 1961, p. 1-3. Coluna Assembleia Legislativa.

_____. Governo do Paraná. **O Dia**, Curitiba, 25 abr. 1961, p. 1.

_____. Nenhum ministrozinho ou governadozinho. **O Dia**, Curitiba, 28 abr. 1961, p. 1-3.

DECISÃO CLARA EM TORNO DO REAJUSTAMENTO. **O Dia**, Curitiba, 25 mar. 1949, p. 8.

DELEGADOS DE QUATRO PAÍSES. **O Dia**. Curitiba, 04 fev. 1958, p. 3.

DESMANDA-SE A CIA. FORÇA E LUZ. **O Dia**, Curitiba, 31 mai. 1951, p. 8.

DISCUTIDA A QUESTÃO. **O Dia**, Curitiba, 23 dez. 1948, p. 4. Coluna Na Assembleia Legislativa.

DOMADAS AS ÁGUAS DOS RIOS. **O Dia**, Curitiba, 30 nov. 1956, p. 8.

É ABSURDA A DEFESA DA COMPANHIA. **O Dia**, Curitiba, 02 ago. 1951, p. 8.

ECONOMIA DO LAR. **O Dia**, Curitiba, 15 set. 1936, p. 3.

EM CAMINHO DA SOLUÇÃO. **O Dia**, Curitiba, 26 fev. 1949, p. 8. Coluna A pedido.

EM PROL DO REAJUSTAMENTO. **O Dia**, Curitiba, 08 mar. 1949, p. 8-3.

ENERGIA ELÉTRICA CONTINUA PROVOCANDO POLÊMICAS NA C.M. **O Dia**, Curitiba, 08 abr. 1961, p. 3.

ENERGIA PRODUZIDA PELO GOVERNO. **O Dia**, Curitiba, 27 jun. 1961, p. 1-3.

ESCLARECIMENTOS AO POVO. **O Dia**, Curitiba, 11 out. 1951, p. 11.

EXCURSÃO CASTELHANOS. **O Dia**, Curitiba, 04 nov. 1936, p. 7.

FILHO, Accioly. **O Dia**, Curitiba, 03 ago. 1951, p. 1. Coluna Na Assembleia Legislativa.

FAMIGERADA FORÇA E LUZ. **O Dia**, Curitiba, 24 mai. 1951, p. 1.

FIRMEMENTE DECIDIDA A SOLUCIONAR. **O Dia**, Curitiba, 14 jun. 1949, p. 4.

FORÇA E LUZ APOIA JÂNIO. **O Dia**, Curitiba, 02 set. 1959, p. 1-8.

FORÇA E LUZ AUMENTA TARIFAS. **O Dia**, Curitiba, 04 abr. 1961, p. 1.

FORÇA E LUZ E ENCONTRO DE CONTAS. **O Dia**, Curitiba, 09 mai. 1961, p. 1-3.

FORÇA E LUZ IMPETROU. **O Dia**, Curitiba, 10 mai. 1961, p. 1-3.

GRANDIOSIDADE DO EMPREENDIMENTO. **O Dia**, Curitiba, 02 fev. 1957, p. 4.
Coluna Assembleia Legislativa.

INDÚSTRIA PREJUDICADA. **O Dia**, Curitiba, 29 mai. 1951, p. 1.

INEDITORIAIS. **O Dia**, Curitiba, 07 mai. 1939, p. 7.

INQUÉRITO POLICIAL E A CIA. **O Dia**, Curitiba, 30 set. 1951, p. 4.

INSTANTÂNEOS. **O Dia**, Curitiba, 06 jun. 1956, p. 3.

INTERESSANTE SUGESTÃO DE UMA VÍTIMA. **O Dia**, Curitiba, 21 ago. 1951, p. 4.

LUZ! LUZ! MAIS LUZ! **O Dia**, Curitiba, 16 set. 1951, p. 2.

LUZ SEM FORÇA. **O Dia**, Curitiba, 01 ago. 1951, p. 1. Charge do personagem Fumaça, por Eloy de Montalvão.

MARCHA-SE PARA A SOLUÇÃO. **O Dia**, Curitiba, 15 mai. 1949, p. 4.

MANANCIAL INESGOTAVÉL DE POUCA VERGONHA. **O Dia**, Curitiba, 14 set. 1951, p. 2.

MANIFESTAÇÃO DE GRATIDÃO. **O Dia**, Curitiba, 19 jun. 1945, p. 3.

MANIFESTO AO POVO. **O Dia**, Curitiba, 16 out. 1951, p. 7.

MELHORIA DE VIDA PARA OS EMPREGADOS. **O Dia**, Curitiba, 11 mai. 1945, p. 3.

MEMORIAL DA UPE. **O Dia**, Curitiba, 18 set. 1951, p. 10.

NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **O Dia**, Curitiba, 01 abr. 1954, p. 4. Coluna Na Assembleia Legislativa.

NÃO FOI VIOLADO O CONTRATO. **O Dia**, Curitiba, 09 abr. 1939, p. 8.

NÃO HAVERÁ GREVE. **O Dia**, Curitiba, 08 abr. 1949, p. 8.

NÃO PAGUE A SUA CONTA. **O Dia**, Curitiba, 27 abr. 1961, p. 3.

NÃO PERCA TEMPO. **O Dia**, Curitiba, 09 mar. 1938, p. 1.

NEY RECLAMA DE POLÍCIA CONTRA FORÇA E LUZ. **O Dia**, Curitiba, 18 abr. 1961, p. 3.

NOS SALÕES ARISTOCRÁTICOS DA CIDADE. **O Dia**, Curitiba, 16 set. 1938, p. 2.

NOITE DA VELA. **O Dia**, Curitiba, 29 ago. 1951, p. 8.

NOVO GERENTE DA CIA. **O Dia**, Curitiba, 19 mar. 1957, p. 7.

O CASO DOS TRANSPORTES. **O Dia**, Curitiba, 08 jun. 1949, p. 3.

O CONTRATO. **O Dia**, Curitiba, 31 dez. 1947, p. 4. Coluna Na Câmara Municipal.

O GOVERNO EM FACE DE UM CONTRATO. **O Dia**, Curitiba, 27 dez. 1945, p. 1.

O PARANÁ ESTÁ VIVENDO. **O Dia**, Curitiba, 26 mai. 1951, p. 1.

O POVO RECLAMA. **O Dia**, Curitiba, 14 mai. 1941, p. 3.

O PREFEITO NEY LESPREVOT VETOU. **O Dia**, Curitiba, 23 dez. 1948, p. 8-3.

O PROBLEMA DO FORNECIMENTO. **O Dia**, Curitiba, 21 jul. 1950, p. 8.

O QUE NOS FALTA EXCLUSIVAMENTE É ENERGIA. **O Dia**, Curitiba, 10 mai. 1951, p. 8.

O Sr. MUNHOZ NÃO SOLUCIONOU A CRISE. **O Dia**, Curitiba, 26 ago. 1951, p.1.

ÔNIBUS VERSUS BONDES. **O Dia**, Curitiba, 30 dez. 1939, p. 6. Coluna Coisas da Cidade.

OS DIRIGENTES DA FORÇA E LUZ. **O Dia**, Curitiba, 02 mar. 1939, p. 8. Coluna Coisas da Cidade.

OS ESTUDANTES TOMAM POSIÇÃO DEFINIDA. **O Dia**, Curitiba, 04 set. 1951, p. 10.

OS VAGALUMES E A FORÇA E LUZ. **O Dia**, Curitiba, 06 jun. 1951, p. 8.

PATRIÓTICA INICIATIVA. **O Dia**, Curitiba, 12 out. 1943, p. 3. Coluna Várias.

PIRES, Jesus Ribeiro. Problemas Nacionais. **O Dia**, Curitiba, 04 jan. 1961, p. 10.

POR Cr\$ 1,00. **O Dia**, Curitiba, 10 jun. 1947, p. 3.

PREFEITURA E FORÇA E LUZ REINICIAM. **O Dia**, Curitiba, 12 nov. 1961, p. 4.

PREFEITURA REPRESENTA CONTRA FORÇA E LUZ. **O Dia**, Curitiba, 26 fev. 1960, p. 1.

RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. **O Dia**, Curitiba, 12 ago. 1951, p. 4.

RACIONAMENTO NÃO É IGUAL PARA TODOS. **O Dia**, Curitiba, 12 ago. 1951, p. 8.

REALIZAR-SE-Á EM DATA OPORTUNA. **O Dia**, Curitiba, 17 abr. 1941, p. 5.

RECEBEMOS DA CIA. AUXILIAR. **O Dia**, Curitiba, 07 set. 1958, p. 6.

REGRESSARÁ AMANHÃ. **O Dia**, Curitiba, 09 mar. 1941, p. 1.

ROTARY CLUB. **O Dia**, Curitiba, 08 set. 1956, p. 5.

SAIRÁ EM BREVE O TOMBAMENTO DOS BENS. **O Dia**, Curitiba, 09 jun. 1961, p. 1-3.

SERVIÇO DE LUZ. **O Dia**, Curitiba, 08 jan. 1935, p. 1.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES. **O Dia**, Curitiba, 27 mai. 1945, p. 2. Coluna A Pedidos.

SINDICATO DOS TRABALHADORES. **O Dia**, Curitiba, 01 jun. 1945, p. 6.

SÓ SÁBADO SERÁ REESTABELECIDO. **O Dia**, Curitiba, 14 jul. 1950, p. 8.

TRABALHADOR NÃO É INSTRUMENTO DA FORÇA E LUZ. **O Dia**, Curitiba, 22 mar. 1949, p. 8.

VAE SUBIR. **O Dia**, Curitiba, 02 ago. 1951, p. 1. Charge do personagem Fumaça por Eloy de Montalvão.

VAMOS POUPAR ENERGIA ELÉTRICA. **O Dia**, Curitiba, 08 jun. 1955, p. 4.

VEEMENTES PROTESTOS. **O Dia**, Curitiba, 30 abr. 1947, p. 8. Coluna Assembleia Legislativa.

VIANA, Iracy. Famigerada Comissão de Racionamento. **O Dia**, Curitiba, 18 ago. 1951, p. 8. Coluna Na Assembleia Legislativa.

VISITA DA IMPRENSA. **O Dia**, Curitiba, 11 nov. 1936, p. 5.

VISITA O DIA. **O Dia**, Curitiba, 14 fev. 1943, p. 3.

VISITANTES. **O Dia**, Curitiba, 06 nov. 1944, p. 5.

VISITOU O DIA. **O Dia**, Curitiba, 25 abr. 1940, p. 1.

O FLUMINENSE

A PIRÂMIDE DO LIVRO INFANTIL. **O Fluminense**, Niterói, 11 out. 1947, p. 1.

AS CHUVAS CHEGARAM INSUFICIENTES. **O Fluminense**, Niterói, 20 jul. 1954, p. 1.

AS CONSEQUÊNCIAS AÍ ESTÃO. **O Fluminense**, Niterói, 04 jun. 1961, p. 1-8.

ALUMNOS SALESIANOS. **O Fluminense**, Niterói, 05 set. 1937, p. 1.

AMEAÇADOS DE PARALYZAÇÃO. **O Fluminense**, Niterói, 12 mai. 1939, p. 1.

BRIZOLA ENCAMPA. **O Fluminense**, Niterói, 16 mai. 1959, p. 6.

_____. **O Fluminense**, Niterói, 13 mai. 1939, p. 1.

CÂMARA MUNICIPAL. **O Fluminense**, Niterói, 16 jul. 1954, p. 1.

_____. **O Fluminense**, Niterói, 14 nov. 1956, p. 1.

CASTRO, Magalhães. **O Fluminense**, Niterói, 03 jul. 1953, p. 1. Coluna Na Assembleia Legislativa.

_____. **O Fluminense**, Niterói, 12 mar. 1953, p. 1. Coluna Na Assembleia Legislativa.

_____. **O Fluminense**, Niterói, 03 abr. 1953, p. 1. Coluna Na Assembleia Legislativa.

_____. **O Fluminense**, Niterói, 20 mai. 1954, p. 1. Coluna Na Assembleia Legislativa.

COMISSÃO ESPECIAL ESTUDA TOMBAMETO. **O Fluminense**, Niterói, 19 out. 1962, p. 7.

C.B.E.E. Aviso aos consumidores. **O Fluminense**, Niterói, 10 jun. 1953, p. 5.

C.E.E.E. Aviso ao público. **O Fluminense**, Niterói, 16 jul. 1954, p. 6.

CORTES DE LUZ VÃO ATÉ O CARNAVAL. **O Fluminense**, Niterói, 03 jan. 1964, p. 1.

DR. JOÃO NORONHA SANTOS. **O Fluminense**, Niterói, 28 abr. 1939, p. 1.

ESCÁRNIO E ACINTEÀ PACIÊNCIA DO POVO. **O Fluminense**, Niterói, 16 jul. 1954, p. 1.

ECOS DO CARNAVAL. **O Fluminense**, Niterói, 04 mar. 1936, p. 1.

ELETROBRÁS TROCA AVAIS DA C.B.E.E. **O Fluminense**, Niterói, 31 mar. 1965, p. 6.

FATOS & NOTÍCIAS. **O Fluminense**, Niterói, 18 jul. 1963, p. 3.

FEIRA DAS ALEGRIAS. **O Fluminense**, Niterói, 05 nov. 1936, p. 1.

FERNANDES, Benigno. **O Fluminense**, Niterói, 26 mai. 1954, p.1. Coluna Na Assembleia Legislativa.

FICOU NA PROMESSA O FIM DO RACIONAMENTO. **O Fluminense**, Niterói, 27 ago. 1963, p. 1.

GOVERNO QUER CENTRAIS ELÉTRICAS. **O Fluminense**, Niterói, 16 jul. 1963, p. 3.

GRANDE FESTA DA PADROEIRA. **O Fluminense**, Niterói, 14 out. 1938, p. 1.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA FRACA. **O Fluminense**, Niterói, 15 mar. 1936, p. 1.

INAUGURAÇÃO DA USINA TÉRMICA. **O Fluminense**, Niterói, 23 jun. 1956, p. 1.

MALAQUIAS, Mário. **O Fluminense**, Niterói, 22 fev. 1962, p. 2. Coluna Na Assembleia Legislativa.

NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **O Fluminense**, Niterói, 07 abr. 1962, p. 4. Coluna Na Assembleia Legislativa.

NORMAS DO RACIONAMENTO. **O Fluminense**, Niterói, 20 set. 1955, p. 5.

NOVA TENTATIVA DO ESTADO. **O Fluminense**, Niterói, 18 out. 1962, p. 4.

O FLUMINENSE. **O Fluminense**, Niterói, 06 fev. 1942, p. 1.

OLIVEIRA, Adolfo. **O Fluminense**, Niterói, 15 dez. 1961, p. 2. Coluna Na Assembleia Legislativa.

OLIVEIRA, Rodrigues. **O Fluminense**, Niterói, 29 ago. 1962, p. 3. Coluna Na Assembleia Legislativa.

ONTEM NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **O Fluminense**, Niterói, 21 jan. 1955, p. 1.

PARA ONDE VAMOS? **O Fluminense**, Niterói, 19 jan. 1937, p. 1.

PARALIZADA A VIDA EM NITERÓI. **O Fluminense**, Niterói, 15 jul. 1954, p. 1.

POVO TERÁ FESTAS SEM RACIONAMENTO, **O Fluminense**, Niterói, 17 dez. 1963, p. 29.

PRAÇA JOÃO NORONHA SANTOS. **O Fluminense**, Niterói, 05 fev. 1942, p. 1.

PROSSEGUE O RACIONAMENTO. **O Fluminense**, Niterói, 24 ago. 1963, p. 3.

QUADRO DE FORMATURA. **O Fluminense**, Niterói, 18 jan. 1938, p. 1.

RACIONAMENTO. **O Fluminense**, Niterói, 26 set. 1956, p. 6.

RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. **O Fluminense**, Niterói, 28 ago. 1952, p. 5.

RÁDIO PARA ASYLO. **O Fluminense**, Niterói, 12 dez. 1936, p. 1.

RELAXAMENTO! **O Fluminense**, Niterói, 10 set. 1936, p. 1.

RESENHA POLÍTICA. **O Fluminense**, Niterói, 23 mai. 1954, p. 1-8.

REVERSÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO. **O Fluminense**, Niterói, 25 mai. 1954, p. 6.

SALLY, José. **O Fluminense**, Niterói, 18 jul. 1962, p. 3. Coluna Na Assembleia Legislativa.

SEGUNDO CONGRESSO. **O Fluminense**, 30 out. 1942, p. 1.

SEMANA DO ROTARY. **O Fluminense**, Niterói, 20 fev. 1940, p. 1.

TORRES, Alberto. Assembleia Legislativa. **O Fluminense**, Niterói, 04 jul. 1953, p. 1. Coluna Na Assembleia Legislativa.

_____. Interpela a C.B.E.E. **O Fluminense**, Niterói, 08 jul. 1953, p. 1. Coluna Na Assembleia Legislativa.

_____. Política. **O Fluminense**, Niterói, 02 out. 1953, p. 1. Coluna Política.

_____. Ontem na Assembleia. **O Fluminense**, Niterói, 21 jan. 1955, p. 1.

VÃO SER SUSPENSOS OS CORTES. **O Fluminense**, Niterói, 17 ago. 1963, p. 1.

VITRINE DA SOLIDARIEDADE. **O Fluminense**, Niterói, 09 dez. 1949, p. 1.

O POTI

AMPLIARÁ A COMPANHIA. **O Poti**, Natal, 27 nov. 1957, p. 8-6.

ELABORADO O PLANO DE INSTALAÇÃO. **O Poti**, Natal, 30 ago. 1957, p. 8.

MOTA, Clóvis. Assembleia Legislativa. **O Poti**, Natal, 19 nov. 1957, p. 6.

POLÍTICA DO DIA. **O Poti**, Natal, 26 nov. 1957, p. 8-6.

PROMULGADA, ONTEM. **O Poti**, Natal, 26 nov. 1957, p. 8.

PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO. **O Poti**, Natal, 17 jan. 1957, p. 8.

TAXAS DE ILUMINAÇÃO. **O Poti**, Natal, 27 nov. 1957, p. 8.

VIDA CAPICHABA

C.C.B.F.E. Mascote. **Vida Capichaba**, Vitória, 15 mai. 1935, p. 7.

_____. Sincero. **Vida Capichaba**, Vitória, 15 fev. 1945, p. 36.

ÚLTIMA HORA.

CAMPANHA CONTRA ABUSOS. **Última Hora**, Curitiba, 03 mar. 1962, p. 3.

COLUNA NACIONAL. **Última Hora**, Curitiba, 07 jul. 1961, p. 6.

DAROS, Waldemar. Assembleia de protesto contra a encampação. **Última Hora**, Curitiba, 30 mai. 1963, p. 4.

ENCAMPAÇÃO DA FORÇA E LUZ. **Última Hora**, Curitiba, 20 jun. 1962, p. 4.

MISTER BROWN NÃO ACEITA. **Última Hora**, Curitiba, 31 ago. 1963, p. 4.

NEI REVELA QUE PEDIU INTERVENÇÃO FEDERAL. **Última Hora**, Curitiba, 16 jun. 1962, p. 4.

PALÁCIO IGUAÇU. **Última Hora**, Curitiba, 16 jan. 1963, p. 4.

REVISTA DOS JORNAIS. **Última Hora**, Curitiba, 21 mar. 1962, p. 4.

_____. **Última Hora**, Curitiba, 18 jun. 1962, p. 3.

REVOLTA CONTRA O RACIONAMENTO. **Última Hora**, Curitiba, 24 mar. 1962, p. 2.

RELATÓRIOS DA AMFORP

American & Foreign Power Company 1928. ANNUAL REPORT 1928. **AMFORP**, Nova Iorque, 1929.

_____. ANNUAL REPORT 1929. **AMFORP**, Nova Iorque, 1930.

_____. ANNUAL REPORT 1930. **AMFORP**, Nova Iorque, 1931.

_____. ANNUAL REPORT 1931. **AMFORP**, Nova Iorque, 1932.

_____. ANNUAL REPORT 1932. **AMFORP**, Nova Iorque, 1933.

_____. ANNUAL REPORT 1933. **AMFORP**, Nova Iorque, 1934.

_____. ANNUAL REPORT 1934. **AMFORP**, Nova Iorque, 1935.

- _____. ANNUAL REPORT 1935. **AMFORP**, Nova Iorque, 1936.
- _____. ANNUAL REPORT 1936. **AMFORP**, Nova Iorque, 1937.
- _____. ANNUAL REPORT 1937. **AMFORP**, Nova Iorque, 1938.
- _____. ANNUAL REPORT 1938. **AMFORP**, Nova Iorque, 1939.
- _____. ANNUAL REPORT 1939. **AMFORP**, Nova Iorque, 1940.
- _____. ANNUAL REPORT 1940. **AMFORP**, Nova Iorque, 1941.
- _____. ANNUAL REPORT 1941. **AMFORP**, Nova Iorque, 1942.
- _____. ANNUAL REPORT 1943. **AMFORP**, Nova Iorque, 1944.
- _____. ANNUAL REPORT 1949. **AMFORP**, Nova Iorque, 1950.
- _____. ANNUAL REPORT 1956. **AMFORP**, Nova Iorque, 1957.
- _____. ANNUAL REPORT 1957. **AMFORP**, Nova Iorque, 1958.
- _____. ANNUAL REPORT 1958. **AMFORP**, Nova Iorque, 1959.
- _____. ANNUAL REPORT 1959. **AMFORP**, Nova Iorque, 1960.
- _____. ANNUAL REPORT 1960. **AMFORP**, Nova Iorque, 1961.
- _____. ANNUAL REPORT 1962. **AMFORP**, Nova Iorque, 1963.

RELATÓRIOS CAEEB

Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras. RELATÓRIO ANUAL 1934. **CAEEB**, Rio de Janeiro, 1935.

- _____. RELATÓRIO ANUAL 1935. **CAEEB**, Rio de Janeiro, 1936.
- _____. RELATÓRIO ANUAL 1943. **CAEEB**, Rio de Janeiro, 1943.
- _____. RELATÓRIO ANUAL 1944. **CAEEB**, Rio de Janeiro, 1945.
- _____. RELATÓRIO ANUAL 1945. **CAEEB**, Rio de Janeiro, 1946.

_____. RELATÓRIO ANUAL 1946. CAEEB, Rio de Janeiro, 1947.

_____. RELATÓRIO ANUAL 1947. CAEEB, Rio de Janeiro, 1948.

_____. RELATÓRIO ANUAL 1948. CAEEB, Rio de Janeiro, 1949.

_____. RELATÓRIO ANUAL 1949. CAEEB, Rio de Janeiro, 1950.

_____. RELATÓRIO ANUAL 1950. CAEEB, Rio de Janeiro, 1951.

_____. RELATÓRIO ANUAL 1951. CAEEB, Rio de Janeiro, 1952.

_____. RELATÓRIO ANUAL 1956. CAEEB, Rio de Janeiro, 1957.

_____. RELATÓRIO ANUAL 1958. CAEEB, Rio de Janeiro, 1959.

_____. RELATÓRIO ANUAL 1959. CAEEB, Rio de Janeiro, 1960.

REPORT OS EXPANSION OF ELEVEN POWER DISTRIBUTIONS SYSTEMS IN BRAZIL. CAEEB, Rio de Janeiro, 1965.

VENDA DE AÇÕES. CAEEB, Rio de Janeiro, 1936.

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS FÍSICAS E DIGITAIS

BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. Catálogo de jornais. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 12 set. 2017.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. Panorama do setor de energia elétrica no Brasil. Coordenação de Renato Feliciano Dias. Rio de Janeiro: 1988.

ESPÍRITO SANTO. Arquivo Público Estadual do Espírito Santo. Jornal A Gazeta [microfilmado]. 1928-2000. Espírito Santo: Vitória, 2017.

MORAES, Margarete Farias de; MALVERDES, André. Inventário analítico DEIP/ ES. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Vitória, 2011. 34.

NATIONAL MUSEUM OF AMERICAN HISTORY. Smithsonian Institute: Reddy Kilowatt Records. 1926-1999. 119 caixas. EUA: Washington D.C.

PREFEITURA DE VITÓRIA. Arquivo Público Municipal de Vitória. Jornal A Tribuna. 1940-1960. Espírito Santo: Vitória, 2017.

SITES

AMERICANHISTORY. **REDDY Kilowatt Records**. Disponível em: <<http://americanhistory.si.edu/>>. Acesso em: 12 set. 2017.

COM que roupa? ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra69190/com-que-roupa>. Acesso em: 23 nov. 2021.

COMICVINEGAME. **The Mighty atom starring Reddy Kilowatt**. Disponível em: <<https://comicvinegame.gamespot.com>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MORRISONCOUNTYHISTORICALSOCIETY. Collection connection: **Reddy Kilowatt**. Disponível em <www.morrisoncountyhistoricalsociety>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MYCOMICSHOP. **Reddy Kilowatt made a magic**. Disponível em: <www.mycomicshop.com>. Acesso em: 20 jun. 2016.

NELSON Cadena. **Seu Kilowatt**. A mascote da companhia de luz que antecedeu a Coelba Disponível em: <www.Ibahia.com.br>. Acesso em: 12 set. 2017.

PINTEREST. **Reddy Kilowatt and Flame**. Disponível em: www.pinterest.com/postcardave/Reddykilowatt. Acesso em: 20 jun. 2016.

NUMISMATICSOFWISCOSIN. **SOME Electrifying Tokens**. Disponível em: <www.numismatics of wiscosin.com>. Acesso em: 12 set. 2017.

THE PORTAL TO THE TEXAS HISTORY. The Orange Leader. Disponível em: <www.theportaltothetexashistory.com>. Acesso em: 20 jun. 2019.

TOONPEDIA. **Willie Wirehand**. Disponível em <<http://www.toonopedia.com/wirehand>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

WIKIPEDIA. **Reddy Kilowatt.** Disponível em
<http://em.m//wikipedia.org/wiki/Reddy_kilowatt>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ZAZZLE **Reddy Kilowatt necktie.** Disponível em:
<<http://zazzle.com/reddykilowattnecktie>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ZEKADDESIGN. **What is Bauhaus style in graphic design.** Disponível em:
<<https://www.zekagraphic.com>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

Apêndices

As tabelas listadas no apêndice são referentes à coleta de publicidades únicas da AMFORP nas seis amostras escolhidas para essa pesquisa, que formam uma coleção geral de imagens da empresa com 671 casos sem repetição. Para os casos de jornais que ficaram indisponíveis para as amostras dessa pesquisa, eu elenquei outro jornal da região para complementação. Dos jornais e revistas capixabas elencados no primeiro capítulo eu escolhi A Gazeta como amostra para Vitória.

Tabela 4: Amostras e jornais selecionados

Cidades	Jornais disponíveis de 1936 até 1962 ou complementados por outro.
Rio Grande do Norte, Natal.	A Ordem; O Poti; Diário de Natal.
Pernambuco, Recife.	Jornal Pequeno; Diário de Pernambuco.
Espírito Santo, Vitória.	A Gazeta.
Rio de Janeiro, Niterói.	O Fluminense.
Paraná, Curitiba.	O Dia; Última Hora.
Rio Grande do Sul, Porto Alegre.	Correio do Povo.

Tabela 5: Das categorias produzidas com base nos dados encontrados nas amostras.

Frente empresarial	Frente política
Criação de afetividade.	Domesticação do trabalhador.
Venda de produtos e serviços.	Referência a História brasileira.
Persuasão da mulher.	Referência a personagens estrangeiros.
Instrução Pública.	Apoio a autoridades.
Defesa de críticas feitas a empresa.	Economia de guerra.

Tabela 6: Das subcategorias.

Categories	Sub categoria
Afetividade.	Prontidão.
	Prontidão + Progresso.
	Afetividade pura.
Venda de produtos e serviços elétricos.	Ferro de passar roupas.
	Iluminação ou eletricidade.
	Lâmpadas.
	Refrigeradores.
	Rádios.
Educação da mulher.	Fogões e chapas elétricas.
	Saúde.
	Economia do lar.
	Beleza da mulher.
Instrução Pública	Cuidado com o marido
	Trânsito.
	Fusível.
	Instalações elétricas.
	Pagamentos de contas nos bancos credenciados.
	Instruções sobre como controlar o consumo de energia.
	Cuidados com a fiação elétrica.
Uso adequado de equipamentos elétricos.	
Defesa de críticas	Problemas causados pelo clima.
	Problemas gerados por conta da guerra.
	A necessidade do aumento das tarifas de eletricidade.
	Problemas financeiros.
Referência ao trabalhador	A conduta de um trabalhador.
	Trabalhadores em eletricidade.
Referência Hist. Bra.	Legado de personagens brasileiros.
	Características da terra.
Referência Perso. Est.	Legado de personagens estrangeiros.
	Características culturais estrangeiras.
Apoio a autoridades	Recenseamento.
	Reflorestamento.
	Homenagens a autoridades.
Guerra	Mulher.
	Trabalhadores.
	Títulos de guerra.
	Economia de guerra.
	Inimigos internos.

Tabela 7: Das chaves de inclusão para a formação das categorias e subcategorias.

Categorias	Chaves de inclusão. Subcategorias.
1) Afetividade	<p>a) Prontidão.</p> <p>1936-1939 - Multiplicidade de serviços; barato; sacrifício pelos consumidores; recebe pouco para fazer muito; traz felicidade; conforto; fidelidade ao consumidor; prestativo; indispensável; tem capacidade maravilhosas; enfrenta as dificuldades, insuperável; é popular; serve a todos; amigo dos habitantes; cristão; altruísta.</p> <p>1940-1944 – Responsabilidades; trabalha para o consumidor, prontidão; serve a todos indistintamente; é popular; com a ajuda dos auxiliares para servir os bons consumidores; trabalho permanente; dever de servir; maravilha da humanidade; boa vontade para atender a todos; empenho para o bem estar de todos; confiança na terra; as pessoas entendem o propósito da empresa de trabalhar para a cidade; propósito de bem servir; zelo pelo serviço; trabalha como um cientista e tem o apoio dos empregados para bem servir o público; vence os obstáculos para bem servir.</p> <p>1945-1949 – Se eu não existisse: unifica o serviço de muitos, é barato e suas tarefas não são vistas; prontidão, capacidade maravilhosa, velocidade; prontidão, trabalho permanente, serviço ao consumidor; o sol não pode comigo, ilumino a noite; serve a todos com prontidão; obstáculos para o serviço, mas tem o apoio da torcida; prontidão, trabalha em qualquer situação; ubiquidade e velocidade para atender; prontidão, atento servidor e cidadão útil.</p> <p>1950-1954 – O dinheiro vale mais onde compra mais, a eletricidade é barata; por trás do interruptor existe uma complexa organização com investimento de milhões de cruzeiros sob o comando de um dedo; o serviço essencial não é visto, seus amigos avaliam bem a organização da empresa; são centenas a sua disposição, viu, eu não disse minha senhora que éramos muitos? Acessível, prontidão apesar das custosas instalações; mesmo em época de escassez mundial, eu e meus colegas nos comprometemos em fazer tudo quando for possível para bem servi-lo; a empresa está à disposição mesmo que só para um consumidor; aumento da capacidade geradora.</p> <p>1955-1959 – Em qualquer canto da casa estarei trabalhando para você, unifica vários serviços; novas usinas hidrelétricas, verdadeiras botas sete léguas; sim, é impossível encontrar uma empregada que trabalhe mais na sua casa do que a eletricidade, meus serviços lhe garantem conforto com o mínimo de esforço; prontidão, auxiliar incansável, poupa trabalho e traz conforto.</p> <p>1960-1962 – a eletricidade sempre vence, prontidão, barata, eficiente.</p> <p>b) Prontidão + progresso.</p>

1936-1939 - Serviço à comunidade; **traz progresso a cidade**; promove desenvolvimento; bem-estar da população, **progresso local**; bem estar coletivo.

1940-1944 – A empresa faz a economia circular; traz desenvolvimento; ligação com a população que traz progressos; desenvolvimento da cidade e prosperidade; emprega pessoas e movimentam a economia; faz investimentos econômicos que geram progresso; produz uma cidade moderna e progresso; a empresa proporciona luz a noite e uma cidade moderna.

1945-1949 – Semana da criança, cuidado com as crianças para ter uma juventude forte e obter a grandeza da pátria; a importância do serviço para o desenvolvimento pois é preciso tocar em frente; incontestável confiança, instalação de serviços na localidade, ligação com a cidade, investimento local; alegrando a cidade, alegria a vida noturna, desenvolvimento, serviço difícil; plantando para o bem do país, busca por investimentos, expansão dos serviços e projeção de prosperidade nacional.

1950-1954 – Quem são eles? Muitos trabalham para a Cia., recebem salários e gastam na economia local; esperança de solucionar os problemas de ordem técnica e financeira para o desenvolvimento da cidade; contribuindo para o surto de progresso; a procura de eletricidade e o progresso de Curitiba; dados significativos para o progresso de Curitiba; 25 anos de serviços em Curitiba contribuindo para o surto de progresso; suprimento elétrico aumentado em 11 vezes, prosperidade para a capital.

1955-1959 – Mais força para Curitiba, arranha céus, desenvolvimento a o triplo da capacidade de geração com a usina de Guaricana, a empresa contribui para o desenvolvimento da cidade; a Cia. quadruplicou a capacidade geradora em 10 anos, a empresa quer contribuir para o progresso da cidade; Guaricana vem aí, a produção vai aumentar em 55%, medida para acompanhar o desenvolvimento de Curitiba; serviço eficiente, tarifas baratas; prontidão, serviços inestimáveis, fator incomparável de progresso; consegui manter as minhas tarifas baixas, é o verdadeiro sentido de progresso, empreendimento dedicado ao bem estar do homem; Curitiba progrediu, esperamos contribuir para o desenvolvimento de Curitiba; Prosperidade no comércio e progresso na indústria;

1960-1962 – X.

c) Afetividade “pura”.

1936-1939 - Torce pela seleção brasileira de futebol; é amado por todos; tem amigos.

1940-1944 – Mr. Kilowatt ajuda o carnaval capixaba; franco, sincero, amigo da população; lealdade ao público; amizade pelo público; agradecimento a população no natal, data de anúncio do nascimento de Jesus, o Salvador; o Sr. Kilowatt gosta do carnaval e cai na folia; final de ano, agradecimento da empresa, amiga da população; não

	<p>resiste a farra do carnaval com seus amigos consumidores; homem de todas as horas; votos do coração e desejo de paz a humanidade.</p> <p>1945-1949 – Um nariz popular, mais popular do mundo, presta um serviço a humanidade, protege as pessoas da escuridão; aderindo a fuzarca, também sou do samba; feliz natal e ano novo; reconhecimento pelos bons concidadãos, busca dos melhores elementos para melhor servir; Boas festas e um abraço fraternal em seus amigos; confraterniza com seus amigos da cidade; o mesmo espírito de fraternidade, universalidade do espírito de natal.</p> <p>1950-1954 – Desejo de um feliz ano novo; votos para alegria no natal e a esperança de um ano novo fraterno e pacífico; boas festas, melhores augúrios para o ano novo; um grande papai noel, muitos presentes e muitas felicidades; felicitações a TODOS amigos; Minha companhia e eu, sinceramente, desejamos um natal alegre e com gratas surpresas.</p> <p>1955-1959 – Hino de união e concórdia, sentimento de fraternidade em 1956; feliz natal e próspero ano novo; Brasil campeão do mundo, alcançamos a glória sonhada e merecida; prestígio universal do Brasil; viva ao gaúcho, trabalho e esforço pela grandeza da terra, homenagens ao povo corajoso dessa terra; desejo de feliz natal e próspero ano novo; feliz natal e próspero ano novo.</p> <p>1960-1962 – Sinceros votos de feliz natal e próspero ano novo.</p>
2) Vendas	<p>a) Ferro de passar:</p> <p>1936-1939 - Menos suor; roupas limpas; não queima as roupas; menos esforço; modernidade; maior durabilidade para as roupas.</p> <p>1940-1944 – X.</p> <p>1945-1949 – X.</p> <p>1950-1954 – X.</p> <p>1950-1959 – X.</p> <p>1960-1962 – X.</p> <p>b) Luz elétrica:</p> <p>1936-1939 - Traz saúde; poupa a visão; facilita a leitura; melhores negócios.</p> <p>1940-1944 – A luz acaba com o medo do escuro e resolve problemas.</p> <p>1945-1949 – O comércio sem luz não tem movimento, um plano de iluminação traz consumidores.</p> <p>1950-1954 – Nada é mais valioso do que o serviço de eletricidade.</p> <p>1955-1959 – A eletricidade ajuda nas tarefas domésticas, cada aparelho é um aliado fiel, a eletricidade proporciona conforto; com o</p>

equivalente a um quilo de carne verde se ilumina a casa por 230 horas; com o equivalente ao preço de um cafezinho de ilumina a casa por 7 horas; antigamente a leitura era extenuante, mas com a iluminação elétrica ficou confortável; a boa iluminação é felicidade, cuidado com a saúde; melhor luz, melhor visão; ilumine bem a sua vida, proteja a sua família.

1960-1962 – Nada vale mais do que a energia elétrica.

c) Lâmpadas:

1936-1939 - Tecnologia; cuidado com a visão; saúde; prosperidade; cuidado com a família; economia; uso da ciência; lâmpadas industriais; produz melhor luz; a eletricidade vai além da iluminação, pois ativa outros aparelhos; a eletricidade presta vários serviços e é barata;

1940-1944 – X.

1945-1949 – X.

1950-1954 – X.

1955-1959 – X.

1960-1962 – X.

d) Refrigerador:

1936-1939 - Tecnologia; conforto; economia; hermético; estilo impecável; eficiência; lâmpadas domésticas.

1940-1944 – X.

1945-1949 – X.

1950-1954 – X.

1955-1959 – Com o equivalente ao preço de um carretel o refrigerador funciona 7 horas; o refrigerador facilitou o prazer de um copo de água gelado.

1960-1962 – X.

e) Rádio:

1936-1939 - Satisfação; ligação com o mundo; acessível; permite que as pessoas escutem músicas.

1940-1944 – X.

1945-1949 – X.

1950-1954 – X.

	<p>1955-1959 – Com o equivalente ao preço de uma caixa de fósforos o rádio funciona por 6 horas; antigamente, ouvir grandes interpretações musicais era privilégio, o rádio permite com que mais pessoas escutem música.</p> <p>1960-1962 – X.</p> <p>f) Fogão elétrico</p> <p>1936-1939 – Fogão elétrico: rapidez; prazer; conforto; praticidade, limpeza; cuidado com a saúde da criança.</p> <p>1940-1944 – X.</p> <p>1945-1949 – X.</p> <p>1950-1954 – X.</p> <p>1955-1959 – Pão cozido eletricamente é mais nutritivo;</p> <p>1960-1962 – X.</p>
3) Mulher	<p>a) Saúde:</p> <p>1936-1939 - A mulher, por imagem ou palavras é a protagonista. Vida moderna; economia; cuidado com a família; o uso da ciência; cuidado com o sistema nervoso; cuidado das crianças.</p> <p>1940-1944 – X.</p> <p>1945-1949 – X.</p> <p>1950-1954 –X.</p> <p>1955-1959 – Grátis uma lâmpada, preserva a visão (fala para a mulher);</p> <p>1960-1962 – X.</p> <p>b) Economia:</p> <p>1936-1939 - Administração eficiente do lar; economia nas compras; a patroa economiza; a mulher pode libertar o Sr. Kilowatt para ajudá-la; sem fumaça e sem cansaço; seja moderna; use o ferro de passar elétrico; o ferro não suja nem queima a roupa; o uso do refrigerador gera o melhor aproveitamento do tempo; seja moderna; seja boa dona de casa; boas donas de casa; eficiência; a eletricidade facilita as tarefas de casa; ferro de passar, tarefa da mulher; administrar o refrigerador, tarefa da mulher; melhor administração do lar.</p> <p>1940-1944 – X. [De 1943 até 1944 essa categoria é absorvida pela categoria de guerra].</p> <p>1945-1949 – Fala à mulher sobre a multiplicidade de serviços do seu Kilowatt, que unifica o trabalho de muitos; A senhora é uma boa dona de casa? Uso de eletrodomésticos e a necessidade de economizar, boa</p>

dona de casa; uma mulher atrapalhada é ajudada pelo seu Kilowatt, que atende a uma multiplicidade de serviços e é barato.

1950-1954 - A senhora não vai encontrar uma conta mais barata, a eletricidade ainda é um artigo baratíssimo, mesmo a Cia. tendo gastos elevados.

1955-1959 – Libertei as donas de casa de hoje da maioria de suas tarefas pesadas, fácil verificar o quanto a eletricidade é barata minha senhora, faça uma lista das despesas essenciais do lar; eu sou o que menos pesa no orçamento doméstico (fala para a mulher); prezada dona de casa, substitua o fogão desconfortável por um elétrico; antigamente, o ferro de engomar era uma operação demorada, atualmente a dona de casa sente prazer em usar o ferro elétrico; com o fogão elétrico, cozinhar é um prazer, limpo e moderno, garante uma produção perfeita; Com ferro elétrico automático trabalhar é um prazer, as camisas de seus maridos, filhos e suas roupas, poupa dinheiro e tempo; o que se pode comprar com 4,95 cruzeiros? (fala para a mulher). Compra-se um dia de eletricidade e serve a família.

1960-1962 – No meu lar um cruzeiro de eletricidade vale muito, a dona de casa pode comprar muita eletricidade com um cruzeiro; mulher realizando atividades domésticas com aparelhos, numa conta de luz estão inseridos muitos serviços; a denominação conta de conforto seria mais feliz.

c) Beleza:

1936-1939 - Mãos bem tratadas; trabalho sem esforço; a mulher conserva a beleza.

1940-1944 – X.

1945-1949 – X.

1950-1954 – X.

1955-1959 – X.

1960-1962 – X.

d) Marido:

1936-1939 - Soube como ajudar o marido a vencer na vida; felicidade do homem; tem a ajuda do Sr. Kilowatt.

1940-1944 – X.

1945-1949 – X.

1950-1954 – X.

1955-1959 – X.

1960-1962 – X.

<p>4) Instrução pública.</p>	<p>a) Trânsito:</p> <p>1936-1939 – X</p> <p>1940-1944 – Escute, meu amigo. Cuidado ao dirigir; proteção as crianças.</p> <p>1945-1949 – X.</p> <p>1950-1954 – Cuidado! Motorista, as crianças não pensam como você e o início do período escolar aumenta os riscos.</p> <p>1955-1959 – Cuidado seu motorista, volta as aulas, garanta a passagem desimpedida para a garotada;</p> <p>1960-1962 -</p> <p>b) Fusível:</p> <p>1936-1939 – X</p> <p>1940-1944 – X.</p> <p>1945-1949 – O uso do fusível fecha o trajeto da corrente, protege os aparelhos e podem ser substituídos, tenham um stock de fusíveis.</p> <p>1950-1954 – Se o fusível queimou existe algum problema na rede; o fusível é um dispositivo de proteção: tenham fusíveis e evite acidentes.</p> <p>1955-1959 – É fácil trocar um fusível, que queima por um defeito do sistema elétrico, não use aparelho estragado; quando falhar a eletricidade, olhe o fusível;</p> <p>1960-1962 -</p> <p>c) Instalações elétricas:</p> <p>1936-1939 - Planejamento de construções; melhores instalações elétricas.</p> <p>1940-1944 – Conhecimentos técnicos sobre instalações elétricas; Pensa em mudar-se, peça o corte de energia.</p> <p>1945-1949 – Evitar sobrecarga da tomada instalando mais tomadas e tendo um planejamento de instalação elétrica; lembre-se, instalações em prédios necessitam de muitas tomadas, para gerar economia e conforto.</p> <p>1950-1954 – Excesso de carga e seus efeitos, tomadas de eletricidade devem ser preservadas para não queimar toda a instalação elétrica; sonhe também com um plano de instalações adequadas: procure a companhia; Instalações ruins reduzem a voltagem, chamar um eletricitista para avaliar as instalações.</p>
------------------------------	---

1955-1959 – A ninguém ocorreria caçar leão com atiradeira, o uso de instalações elétricas adequadas, uma boa distribuição de tomadas, eficiência no uso dos aparelhos; se vai construir, busque a empresa para resolver os problemas de instalação.

1960-1962 – Fios adequados facilitam a entrada do seu Kilowatt em sua casa; a casa precisa de uma instalação elétrica adequada, maiores explicações com o electricista; na construção da casa considerar a instalação elétrica, diâmetro dos fios.

d) Pagamento de contas:

1936-1939 – X

1940-1944 – X.

1945-1949 – Aviso guichets, novo endereço de pagamentos.

1950-1954 – X.

1955-1959 – Não deixe que a conta extravie, novo sistema de pagamento de contas; para o conforto dos clientes, permitimos o pagamento nos bancos; não deixe a sua luz ser cortada por imprevidência, pague a sua conta; no banco é mais fácil de pagar a sua conta, lista de bancos.

1960-1962 – Evite maiores caminhadas, o consumidor pode pagar sua conta em instituições bancárias.

e) Consumo de energia elétrica:

1936-1939 – X

1940-1944 – Medidor de energia elétrica e a precisão na contagem.

1945-1949 – O que é o watt, como medir o watt?

1950-1954 – O medidor lhe dirá, momento que reclama maior economia de energia, necessidade de controle do consumo, instruções sobre o medidor; instruções de como economizar energia elétrica; não desperdice, apague as luzes a noite; como poupar watts, vistoria nas casas para verificar a necessidade dos ambientes.

1955-1959 – X.

1960-1962 – X.

f) Cuidados com os aparelhos domésticos:

1936-1939 - como melhor aproveitar a iluminação.

1940-1944 – Necessidade de conservar os eletrodomésticos, explica como usar o telefone; Limpeza de lâmpadas proporciona maior rendimento.

	<p>1945-1949 – Seu Kilowatt aconselha, sujeira atrapalha o funcionamento da luz e tem lâmpadas adequadas para cada ambiente; proteção a visão, uso correto da lâmpada.</p> <p>1950-1954 – Uma lâmpada de 100 watts consome o mesmo que uma de 25 watts: como usar melhor as lâmpadas.</p> <p>1955-1959 – Use lâmpadas adequadas para os ambientes, cuide dos olhos.</p> <p>1960-1962 – É errado ficar numa sala de projeção escura ou ficar próximo a televisão.</p> <p>g) Cuidados com a fiação elétrica das ruas:</p> <p>1936-1939 – X.</p> <p>1940-1944 – Instrução de lugares adequados para soltar “papagaios”. “Pode Deus, tenham cuidado”; Cuidado com balões, fogueiras e foguetes de São João.</p> <p>1945-1949 – Escutem, meninos, cuidado com itens que atraem raios; balões e foguetório, apreensões com foguetes e balões; Queima de fogos, cuidados com a prática; pipas em lugares inadequados geram acidentes e prejudicam o serviço.</p> <p>1950-1954 – X.</p> <p>1955-1959 – Fios elétricos oferecem risco de vida, fios são altos para não terem alcance, para salvar uma vida use uma madeira ou uma corda caso os fios caiam.</p> <p>1960-1962 – 4 regras de segurança ao empinar papagaios; época de pipas, evitar proximidade com fios de eletricidade e de rádio.</p>
5) Defesa	<p>a) Clima:</p> <p>1936-1939 -Quando os elementos se enfurecem, eu pago o pato.</p> <p>1940-1944 – Dificuldades climatológicas e o esforço da empresa em sanar os problemas. O sr. Kilowatt paga o pato; A empresa encontra dificuldades em seu propósito de bem servir e comete erros.</p> <p>1945-1949 – Agulha no palheiro: Problemas climatológicos geram problemas nos serviços, que são difíceis de achar rápido na cidade; contratemos imprevisíveis, dificuldades diárias, o Seu Kilowatt tenta resolver.</p> <p>1950-1954 - Luta desigual contra o tempo, quando chove o Kilowatt trabalha felizmente nossos amigos bem avaliam nossos esforços, confortadora compreensão; ninguém está livre de contratemos, e aqueles da eletricidade são difíceis de localizar pela extensão do serviço; o Seu Kilowatt sofre com intempéries naturais, problemas difíceis de identificar. Acredite, todos os esforços são feitos para os serviços serem reestabelecidos.</p>

1955-1959 – Não podemos evitar o temporal, mas procuramos prontamente reparar os estragos, interrupções geradas pela natureza é difícil de identificar fora do perímetro urbano;

1960-1962 – X.

b) Guerra:

1936-1939 X

1940-1944 – Forçado pelas circunstâncias a não cumprir o dever com a coletividade.

1945-1949 - Proximidade da vitória na guerra e tarefas após guerra. A empresa tem problemas; Subalimentado, o Seu Kilowatt hospitalizado, necessitando de remédios; a guerra me pegou, falta de braços e materiais, os consumidores perdoarão as falhas da empresa; não haverá passe de mágica: além da guerra, o “Caso Pacífico” atrasa a reconversão das indústrias, que demora um tempo; Com que roupa: fim da guerra, falta de materiais, guerra do pacífico, as pessoas não pensam nisso; vidas sacrificadas na guerra, o mundo ainda se recupera, dificuldades econômicas gerais; não lhe chega? O mundo consome materiais, redução das indústrias por conta da guerra, dificuldades para a empresa; a empresa trabalha mais, reconversão das indústrias, o Kilowatt pede ajuda ao sol; Serviço para a humanidade, crise gerada pelo conflito, solução na reconversão das indústrias; a vida normal não voltou, dificuldades que demandam remendos nos equipamentos; economia significa prosperidade, dificuldades após guerra; escassez mundial, preços tarifários baixos, serei eu o único culpado? Problemas da guerra e a necessidade de obtenção de capitais, para assim prestar um bom serviço.

1950-1954 – X.

1955-1959 – Desde a guerra os preços aumentaram vertiginosamente, só a eletricidade que não; a Cia. se empenha em acompanhar o surto de desenvolvimento do estado.

1960-1962 – X.

c) Tarifas adequadas:

1936-1939 – X

1940-1944 – X.

1945-1949 – O dinheiro de volta as suas mãos, necessidade de tarifas compensadoras, benefício ao consumidor pois elas atraem novos capitais para o serviço.

1950-1954 – A Cia. está fazendo o que pode, tem mais consumidores e um dia atenderá a todos. Precisa de tarifas adequadas para pagar os altos salários dos funcionários e atrair capitais; crise no setor elétrico, a empresa não poupa esforços, precisa atrair capitais, portanto, de

tarifas adequadas. Assim melhora o serviço; A empresa precisa de tarifas adequadas para cobrir os custos operacionais e atrair capitais; crise no setor elétrico, necessidade de capitais, necessidade de tarifas adequadas, a eletricidade ainda é barata; problemas financeiros: o bom serviço depende de tarifas adequadas, o serviço permite o pagamento de juros, que permite empréstimos, a compra de novos equipamentos e a expansão dos serviços.

1955-1959 – Nos últimos dez anos os materiais indispensáveis ao serviço de eletricidade aumentaram, o preço da eletricidade deve ser reajustado; vários gêneros mais caros que dez anos atrás, as tarifas de eletricidade precisam de reajuste; levantamento do IBGE feita em áreas indústrias mostraram que a eletricidade pouco influencia na produção pois tem tarifas baixas; alguns gêneros são 4 vezes mais caros que 10 anos atrás, o preço da eletricidade precisou sofrer reajustamentos, os salários dos colaboradores cresceu; tarifas de eletricidade significam progresso, a empresa precisa de financiamento, e eles só vem com a justa remuneração do investimento; tarifas de eletricidade significam progresso, só vem novos investimentos com a certeza da remuneração; a eletricidade é usada para mais coisas que a iluminação e naturalmente tinha que subir, mas já pensou no que economiza de empregados e no que ganhou de conforto?; a população vai crescer, o serviço de eletricidade terá que se expandir, necessidade de tarifas adequadas para busca de empréstimos que demandam uma justa remuneração. As tarifas beneficiam o consumidor, favorecem o desenvolvimento e o progresso.

1960-1962 – Muita gente tem achado que a tarifa de eletricidade tem subido, o fato é que as tarifas estão congeladas desde 1934, a tarifa básica de onde a empresa tira os seus lucros é a mesma. É uma ilusão pensar que a empresa tem lucros junto aos aumentos, pois ela não se beneficia de tais aumentos; os custos da empresa aumentaram, só tarifas remuneradoras pode fazer face ao constante aumento no custo de operações; a empresa só conseguirá investimentos para se expandir se tiver tarifas adequadas; a eletricidade movimenta a economia, portanto, precisa de tarifas adequadas.

d) Dificuldades do serviço e de finanças:

1936-1939 – X.

1940-1944 – A eletricidade é fácil para consumo, mas encontra problemas na produção. Não é canja, já teria o amigo meditado sobre isso?

1945-1949 – Parada dura: falta de braços e materiais, desgaste de equipamentos. Problema geral e a empresa está se esforçando; necessidade de energia elétrica, de braços, materiais, atividade não banais. As pessoas não pensam nisso; o serviço é complexo, necessita de materiais e as pessoas não pensam nisso; A melhor maneira de saber o valor de algo é fazê-la, não há ser humano que fala o mínimo que o Kilowatt faz; o watt hora é igual a um cavalo a vapor, é barato e as pessoas não pensam nisso; Prontidão, desenvolvimento, necessidade de ampliação dos serviços, dificuldades de material e

equipamentos; materiais escassos, preços altos, dificuldades da empresa; cidade desenvolvida, problemas múltiplos, apesar das aparências em contrário, busco servir; Boa vontade é insuficiente, situações complicadas, falta de materiais; Situações complicadas, falta de materiais, a empresa não consegue servir; o serviço não é visto, rede complicada, falta de materiais e de mão de obra; as pessoas não veem, dificuldades da companhia, o único jeito é esperar na fila de materiais; as pessoas não veem as dificuldades da companhia. Uso generalizado dos serviços; barco à deriva, aumento de despesas, necessidade de meios para manter o equilíbrio; problemas da empresa, aumento de despesas, dificuldades financeiras, “é de amargar”; no carnaval é lícito farrear apesar das dificuldades financeiras; laços indissolúveis prendem a empresa a população. A necessidade de boa vontade e paciência de cada um; problema difícil dos equipamentos, sem condições de prestar bons serviços; aumento de despesas, situação desigual, necessidade de vitaminas; dificuldades em atender aos consumidores, as pessoas não estão familiarizadas com a natureza do serviço; trabalho difícil, boa vontade com o público, necessidade de compreensão; nem todos podem aquilatar a ginástica, a empresa está fazendo uma verdadeira África;

Elevação nos custos das utilidades, esforços inúteis, muitos materiais necessários; descompensação financeira sem solução prevista;

Preço de equipamentos, salários altos, coisas muito mal-paradas para o lado da empresa; o amigo tem reparado a roda viva? Problemas de ordem técnica e financeira sem solução; a folha de pagamentos aumentou, operações complicadas, dificuldades em prestar os serviços; a empresa não consegue cobrir as despesas, que está como uma mulher obesa. Saudades do tempo que ela era esguia; orçamento indomável, risco de não atender os consumidores, o trambolhão se desenha; mesmo desempenho, trabalho difícil, folha de pagamento alta, falta de dinheiro; o medidor mostra não mostra as operações da empresa, as pessoas não sabem; as pessoas não veem a complexidade do serviço; todos a um só tempo, limite da capacidade da empresa; evite o desperdício, congestionamento do uso da eletricidade: a escassez de eletricidade é um problema mundial.

1950-1954 – Poupe energia, a escassez é geral, obrigado pela colaboração; não deixe aparelhos ligados em uso, a energia é preciosa, não pode ser desperdiçada; excesso de consumidores, aumento dos preços dos combustíveis, busca por capitais para investir, mais vale poupar energia; a eletricidade deve ser economizada e usada em horas calmas; cuidado com o Peak, evitar usar energia nessas horas (9 as 11 e 18 as 20); o que encarece o custo da eletricidade é a distribuição e entrega em domicílio; parece que o Kilowatt ganha muito dinheiro, mas paga empregados, impostos, contribuição para o IAP, acionistas, materiais, lucro pouco e conduz um sistema complexo; os custos da rede de distribuição encarecem o serviço na entrega ao consumidor; a necessidade da rede de distribuição encarece o serviço: postes caros; transformadores caros; a eletricidade não é uma mercadoria, é um serviço, depende da rede de distribuição: isoladores caros; poucas pessoas dão conta das somas imensas de capital investidas, a distribuição de energia elétrica é caríssima; a eletricidade foi o que menos aumentou, a companhia arca com despesas e salários; luta contra as adversidades, o estímulo é a torcida dos amigos, dificuldades na obtenção de financiamento; minha cia. dispendeu mais do triplo do

seu custo inicial; meu orçamento é 100% mais pesado que 10 anos atrás; A cia. sofre com a escassez de materiais, não consegue atender os consumidores, a obtenção de dinheiro permitiria atender com folga; a minha Cia. está fazendo o máximo para atenuar a atual crise de escassez de energia elétrica, economize o uso de eletricidade; o Seu Kilowatt precisa de férias, força e energia, grandes somas de dinheiro para atender bem os consumidores; antes a Cia. atendia só iluminação, agora atende outros serviços e a eletricidade é barata; estamos na mesma canoa, lá em casa também está difícil, os encargos subiram mais que o meu salário; o aumento de consumidores domésticos, comerciais e industriais gera a crise, e a ausência de financiamento público não ajuda; mesmo com a crise a empresa empregou mais de meio bilhão de 1945-1950; colegas não tenham uma má impressão de mim, eu sou veloz, mas com instalações adequadas; as pessoas sabem de onde vem o fio, mas poucas sabem da complexidade dos serviços e despesas vultuosíssimas; há uma diferença entre o quilowatt produzido e aquele a domicílio, a entrega encarece a eletricidade; Curitiba está em progresso, não sobre com a escassez mundial de eletricidade; parte da energia se parte da distribuição e os consumidores só pagam a energia consumida.

1955-1959 – O preço da eletricidade só subiu para dar aumentos salariais aos empregados, a eletricidade manteve o seu preço e é barata; compare a eletricidade com outros artigos, é a que menos pesa no orçamento; a eletricidade sempre foi barata, aumentou nos últimos anos; mesmo com aumentos a eletricidade é barata; controle o consumo de eletricidade para estabelecer um equilíbrio entre produção e consumo de energia; a eletricidade não acompanhou a corrida dos preços; sr. logista, coopere economizando energia elétrica; sr. consumidor, coopere nas horas de aperto economizando energia elétrica; agradecimento aos consumidores pela colaboração, foi necessário suspender o fornecimento de energia elétrica, a solidariedade de todos ajudou; situação calamitosa, se não fizerem medidas de economia, medidas mais duras serão tomadas; a eletricidade é vendida a preços módicos, a única que não foi atingida pela inflação, se analisar a conta verá que paga alguns cruzeiros pela eletricidade; o preço da eletricidade não disparou em comparação a outros gêneros, dados oficiais comprovam a estabilidade do preço da eletricidade; minhas despesas não param de subir, o preço dos materiais, da mão de obra, meu custo vem subindo de maneira assustadora; preciso de milhões de parafusos para manter o serviço de eletricidade, e o preço desses não para de subir parece que está atarrachado em minha cabeça; o preço do fio de cobra está caro, e para levar eletricidade para sua casa preciso deles; o preço dos transformadores está alto e preciso deles para transmitir eletricidade; a eletricidade não aumentou a despeito das despesas.

1960-1962 – O Seu Kilowatt quer fatos, não boatos, a eletricidade é barata se comparada a outros gêneros; Seu Kilowatt é gigante na prestação de serviços, se meditarmos um instante sobre o que é a eletricidade, faremos justiça a energia elétrica; a eletricidade é barata, tome a sua casa como base e faça uma lista dos gastos mensais de sua casa.

6) Trabalhador	<p>a) Conduta:</p> <p>1936-1939 - Trabalho e cidadania; desenvolvimento e progresso.</p> <p>1940-1944 – Serve aos patrões; trabalha como um mouro; favorece o progresso; tem várias funções; humilde e barato; pontualidade, dedicação, obrigações, bom funcionário; Só o trabalho me preocupa; preocupação com as responsabilidades; trabalhar, trabalhar; dificuldades do serviço; homenagem aos operários patrícios; [1943 -1944 – absorvido pela categoria guerra].</p> <p>1945-1949 – X.</p> <p>1950-1954 – X.</p> <p>1955-1959 – X.</p> <p>1960-1962 – X.</p> <p>b) Serviços de eletricidade empregam trabalhadores:</p> <p>1936-1939 – X</p> <p>1940-1944 – X.</p> <p>1945-1949 – X.</p> <p>1950-1954 – Por detrás de cada tomada tem uma equipe de trabalhadores que viabilizam o serviço de eletricidade; muitas pessoas trabalham para o serviço funcionar; o trabalhador do setor elétrico é um bom cidadão, tem família, é consumidor, torce por um clube de futebol; parte da renda da empresa é para pagar os trabalhadores.</p> <p>1955-1959 – A eletricidade aumentou para majorar os salários dos trabalhadores; o eletricista também gosta de conforto e do ambiente progressivo da cidade, ele é dedicado a família e ao bem estar da sua cidade; esse trabalhador destemido se esforça para garantir o seu serviço, todos dependem dos esforços desses colegas sempre dispostos; os trabalhadores da empresa fazem parte da comunidade, são cidadãos com uma vida comum e procuram bem atender a todos. Seu trabalho é importantíssimo para a cidade; a empresa gera oportunidades de trabalho; ao acionar o interruptor, o consumidor aciona uma equipe de trabalhadores que ajudam a marcha do progresso; Semana de Prevenção a acidentes, a Cia. é uma das pioneiras na prevenção de acidentes.</p> <p>1960-1962 – 290 pessoas trabalham para tornar a sua vida mais agradável.</p>
7) Referências BR	<p>a) Legados:</p> <p>1936-1939 – X</p> <p>1940-1944 – 15 de novembro e uma homenagem ao marechal Deodoro da Fonseca;</p>

	<p>1945-1949 – X.</p> <p>1950-1954 – 100 anos de emancipação da província do Paraná, assinada por D. Pedro II. A Cia. contribui para o progresso da cidade de Curitiba.</p> <p>1955-1959 – X.</p> <p>1960-1962 – X.</p> <p>b) Características da terra:</p> <p>1936-1939 – X</p> <p>1940-1944 – A terra em si é da tal maneira graciosa que dar-se-á nela tudo;</p> <p>1945-1949 – X.</p> <p>1950-1954 – X.</p> <p>1955-1959 – X.</p> <p>1960-1962 – X.</p>
8) Referências Est.	<p>a) Legados:</p> <p>1936-1939 - Legado de Marconi, inventor do rádio: prestou um serviço a humanidade; Benjamim Frankin e Thomas Edison, descobridores da eletricidade.</p> <p>1940-1944 – Nunca tantos deveram tanto a dois homens. Paráfrase de um discurso de Winston Churchill para Benjamim Franklin e Thomas Edison;</p> <p>1945-1949 – Descendente de genial estirpe, James Watt, Faraday, Thomas Edison são parentes do Kilowatt.</p> <p>1950-1954 – 75 anos de progresso. Thomas Alva Edison, inventor de lâmpadas e distribuição elétrica, um dos maiores benfeitores da humanidade; a Cia. se orgulha de contribuir para o progresso da cidade;</p> <p>1955-1959 – X.</p> <p>1960-1962 – X.</p> <p>b) Influência norte-americana direta:</p> <p>1936-1939 – X</p> <p>1940-1944 – Avanço das Nações Unidas; princípios de liberdade de justiça;</p> <p>1945-1949 – X.</p>

	<p>1950-1954 – X.</p> <p>1955-1959 – X.</p> <p>1960-1962 – X.</p>
9) Apoio	<p>a) Recenseamento:</p> <p>1936-1939 – X</p> <p>1940-1944 – Quantos somos: Contagem da população nacional; necessidade de cooperação com as autoridades.</p> <p>1945-1949 – X.</p> <p>1950-1954 – Quantos? Coopere para levar o recenseamento a termo; Congresso Nacional do café em Curitiba, o seu Kilwoatt, cidadão de Curitiba, orgulha-se de mais essa realização.</p> <p>1955-1959 – X.</p> <p>1960-1962 – Quantos somos? Recenseamento geral, observar níveis de desenvolvimento, cooperar com as autoridades.</p> <p>b) Reflorestamento:</p> <p>1936-1939 – X</p> <p>1940-1944 – X.</p> <p>1945-1949 – X.</p> <p>1950-1954 – Necessidade de preservação ambiental, preservação das árvores, apoio a Secretaria de Agricultura e ao Ministério da Agricultura.</p> <p>1955-1959 – Semana da árvore, coopera com o Brasil, plante árvores;</p> <p>1960-1962 – Semana da árvore, reflorestamento, plantar uma árvore é patriotismo;</p> <p>c) Homenagens:</p> <p>1936-1939 – X.</p> <p>1940-1944 – X.</p> <p>1945-1949 – X.</p> <p>1950-1954 – X.</p> <p>1955-1959 – Homenagem aos bombeiros.</p> <p>1960-1962 – Seu Kilowatt congratula o jornal A Gazeta.</p>

10) Guerra	<p>a) Mulher:</p> <p>1936-1939 – X</p> <p>1940-1944 – A conta doméstica controlada pela mulher ajuda a vencer a guerra; imagem mulheres gastando dinheiro enquanto homens morrem na guerra, portanto, economizar ajuda a vitória; A mulher não pode fazer da maneira errada com os eletrodomésticos, deve cuidar deles e não quebrar; poupe para o bem da humanidade, não coloque comida quente no refrigerador; necessidade de poupar;</p> <p>1945-1949 – X.</p> <p>1950-1954 – X.</p> <p>1955-1959 – X.</p> <p>1960-1962 – X.</p> <p>b) Trabalhador:</p> <p>1936-1939 – X</p> <p>1940-1944 – Vitória pelo trabalho; necessidade de produzir mais; O trabalho e a guerra; as classes trabalhistas são imprescindíveis; luta pelos interesses da pátria e a necessidade de produzir mais; acidentes ajudam o inimigo porque atrapalham a produção; necessidade de reduzir acidentes; Vencer é conservar tradições e a luta pelo trabalho; Construindo a estrada da vitória; honra e méritos iguais aos da retaguarda; Evitem acidentes; necessidade de produzir mais nas fábricas e nas lavouras; Necessidade de muito trabalho e esforço para vencer a guerra; os que estão em guarda, produção de guerra; capacidade de trabalho de seus filhos para derrotar o eixo; carnaval atípico, tarefas de guerra e esforços de produção; Dar tudo! Necessidade de esforço máximo dos brasileiros da retaguarda; continuar trabalhando, tarefas pós-guerra.</p> <p>1945-1949 – X.</p> <p>1950-1954 – X.</p> <p>1955-1959 – X.</p> <p>1960-1962 – X.</p> <p>c) Títulos de guerra:</p> <p>1936-1939 – X</p>

	<p>1940-1944 – Ajude o Brasil a vencer, compre obrigações de guerra; patriotismo e prudência, compre obrigações de guerra, uma medida de prudência.</p> <p>1945-1949 – A guerra não acabou, compre títulos de guerra.</p> <p>1950-1954 – X.</p> <p>1955-1959 – X.</p> <p>1960-1962 – X.</p> <p>d) Economia de guerra (consumo):</p> <p>1936-1939 – X</p> <p>1940-1944 – Materiais caros e a necessidade de conservação dos aparelhos pela dificuldade do momento; Economizar para o bem do país pelas dificuldades do momento; coopera gastando pouco; economizar, dever com o Brasil; necessidade de poupar para o bem do Brasil; cuidado com os equipamentos, necessidade de produzir armas e os sacrifícios; busca pela vitória; Consultório de equipamentos; necessidade de economizar; requer apenas treino; necessidade de economizar no consumo consertando aparelhos; a necessidade de um esforço continuado; O que é melhor? Economizar ou racionar?; Não desperdice eletricidade, ajude a vencer; tudo mais é adiável, pois existe a necessidade de um sacrifício patriótico gerado pela ausência de materiais disponíveis; canhões sem munição; racionamento de consumo pela ausência de materiais; o civil na guerra, pessoas na retaguarda, necessidade de economizar; a paz voltará, promessa de prêmio aos esforços; os combatentes da retaguarda e a necessidade de racionar; mande cartas aos soldados; mandem presentes aos expedicionários; heróis anônimos, população da retaguarda.</p> <p>1945-1949 – [1945] Últimas restrições do carnaval, caça a fera nazista, promessa de um carnaval em paz no ano seguinte; terminou a guerra, retorno a paz, pessoas se sacrificaram pela liberdade e os heróis da frente interna.</p> <p>1950-1954 – X.</p> <p>1954-1959 – X.</p> <p>1960-1962 – X.</p> <p>e) Inimigos internos:</p> <p>1936-1939 – X</p> <p>1940-1944 – cuidado com os quinta-colunistas;</p> <p>1945-1962 – X.</p>
--	--

Tabela 8: Sobre a tendência de centralização da mensagem da AMFORP através de suas subsidiárias por ano.

	1 cidade	2 cidades	3 cidades	4 cidades	5 cidades	6 cidades	Total anual
1936	21	7	6	4	X	X	38
1937	11	5	13	7	2	X	38
1938	4	1	11	11	3	X	30
1939	1	1	11	13	x	X	26
Parcial quadriênio	37	14	41	35	5	X	132
1940	1	x	5	14	7	x	27
1941	x	1	7	10	7	1	26
1942	1	4	6	7	6	3	27
1943	x	1	5	14	5	2	27
1944	1	x	2	8	12	4	27
Parcial quinquênio	3	6	25	53	37	10	134
1945	1	2	7	11	4	1	26
1946	1	x	5	9	9	1	25
1947	1	x	5	10	5	3	24
1948	x	3	5	9	8	1	26
1949	10	4	4	5	1	x	24
Parcial quinquênio	13	9	26	44	27	6	125
1950	12	6	6	8	x	x	32
1951	2	10	8	4	2	x	26
1952	2	6	7	3	2	x	20
1953	9	9	6	2	x	x	26
1954	5	5	5	3	1	x	19
Parcial quinquênio	30	36	32	20	5	x	123
1955	10	2	6	1	1	x	20
1956	4	4	5	4	1	x	18
1957	2	7	7	1	1	x	18
1958	19	5	10	3	x	x	37
1959	14	8	2	2	1	x	27
Parcial quinquênio	49	26	30	11	4	X	120
1960	11	4	1	1	1	X	18
1961	8	6	1	X	x	x	15
1962	4	x	x	x	x	x	3
Parcial triênio	23	10	2	1	1	x	37

Tabela 9: Verificação das tendências das categorias de análise por ano

	Afe.	Ven.	Mul.	Inst.	Def.	Trab.	Ref.Br.	Ref.Est.	Apoio	Guerra	
1936	15	13	8	1	X	X	X	1	X	X	38
1937	12	16	8	2	X	X	X	X	X	X	38
1938	10	13	6	1	X	X	X	X	X	X	30
1939	23	X	X	X	1	1	X	1	X	X	26
Parcial	60	42	22	4	1	1	X	2	X	X	132
1940	16	X	X	2	1	5	2	X	1	X	27
1941	20	1	X	2	1	2	X	X	X	X	26
1942	10	X	X	2	1	2	X	X	X	12	27
1943	X	X	X	2	X	X	X	X	X	25	27
1944	2	X	X	X	1	X	X	2	X	22	27
Parcial	48	1	X	8	4	9	2	2	1	59	134
1945	6	1	1	2	12	X	X	2	X	2	26
1946	12	X	X	2	11	X	X	X	X	X	25
1947	14	X	X	5	5	X	X	X	X	X	24
1948	2	X	2	3	19	X	X	X	X	X	26
1949	5	X	2	1	16	X	X	X	X	X	24
Parcial	39	1	5	13	63	X	X	2	X	2	125
1950	5	X	X	4	22	X	X	X	1	X	32
1951	6	X	X	2	18	X	X	X	X	X	26
1952	1	X	X	2	15	2	X	X	X	X	20
1953	5	X	X	3	15	2	1	X	X	X	26
1954	3	1	1	3	8	1	X	X	2	X	19
Parcial	20	1	1	15	78	4	1	X	3	X	123
1955	4	2	1	3	9	X	X	X	1	X	20
1956	4	1	X	6	6	X	X	X	1	X	18
1957	1	6	3	1	4	1	X	X	2	X	18
1958	12	8	5	5	3	X	X	X	4	X	37
1959	4	2	2	4	7	4	X	X	4	X	27
Parcial	25	19	11	19	29	5	X	X	12	X	120
1960	1	2	X	5	8	1	X	X	1	X	18
1961	1	3	2	3	4	X	X	X	2	X	15
1962	X	3	X	X	1	X	X	X	X	X	4
Parcial	2	8	2	8	13	1	X	X	3	X	37

Tabela 10: das subcategorias por ano.

Categories	Sub category	anos	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	
Afetividade.	Prontidão		11	10	8	12	7	11	7	X	X	4	9	9	1	3	2	5	X	X	X	1	2	X	3	X	1	1	X	
	Progresso		3	2	1	11	6	6	1	X	1	1	1	3	X	1	X	X	X	4	2	1	2	X	5	3	X	X	X	
	Pura		1	X	1	X	3	3	2	X	1	1	2	2	1	1	3	1	1	1	1	1	2	X	1	4	1	X	X	X
Venda de produtos e serviços elétricos.	Ferro		X	2	3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1	
	Luz/eletr.		3	5	5	X	X	1	X	X	X	1	X	X	X	X	X	X	X	X	1	2	1	3	2	1	2	2	X	
	Lâmp.		3	2	2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	5	X	X	1	1
	Refrig.		5	2	2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	2	X	X	X	X	
	Rádio		2	1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1	1	X	X	X	1
	Fogão		X	4	1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1	X	X	X
Educação da mulher.	Saúde		3	X	3	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Econom.		5	8	2	X	X	X	X	X	X	1	X	X	2	X	X	X	X	X	1	1	X	3	5	2	X	2	X	
	Beleza		X	X	1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Marido		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Instrução Pública	Trânsito		X	X	1	X	X	X	1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1	1	X	X	X	X	X	X	X	
	Fusível		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1	X	X	X	X	X	1	1	1	1	1	1	1	X	1	X	X	
	Instalações		X	1	X	X	1	X	1	X	X	X	1	2	X	X	X	X	1	2	X	X	X	X	1	X	1	1	X	
	Pagamentos		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1	X	X	X	X	X	X	X	1	X	3	4	2	X	X	
	Consumo		X	X	X	X	X	1	X	X	X	1	X	X	X	X	2	1	1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Fiação Rua		X	X	X	X	1	1	X	X	X	1	1	X	2	1	1	1	X	X	1	1	X	X	X	X	1	1	X	
	Uso adeq.		1	1	X	X	X	X	X	2	X	X	X	2	X	X	1	X	X	X	X	X	4	X	X	X	X	1	X	
Defesa de críticas	Clima		X	X	X	1	1	1	X	X	X	1	1	X	X	X	X	X	1	X	1	X	1	X	1	X	X	X	X	
	Guerra		X	X	X	X	X	X	1	X	X	6	8	X	X	1	X	X	X	X	X	X	X	X	1	X	X	X	X	
	Tarifas		X	X	X	X	X	X	X	1	X	X	X	X	X	3	5	X	1	X	1	X	2	X	1	1	4	2	X	
	Finanças		X	X	X	X	X	X	X	X	5	2	5	19	12	17	18	13	15	6	9	3	4	1	6	4	2	1		
Referência ao trabalhador	Conduta		X	X	X	1	5	2	2	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Trab. Eletri.		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	2	2	1	X	X	1	X	4	1	X	X	

1947	24	X	24
1948	26	X	26
1949	24	X	24
Parcial	121	4	125
1950	31	1	32
1951	26	X	26
1952	18	2	20
1953	23	3	26
1954	16	3	19
Parcial	114	9	123
1955	19	1	20
1956	17	1	18
1957	15	3	18
1958	33	4	37
1959	19	8	27
Parcial	103	17	120
1960	16	2	18
1961	13	2	15
1962	4	X	4
Parcial	33	4	37
Total	561	110	671